ISSN 1677-5953

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009 - 2010

Epagri

Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

Governo do Estado
SANTA CATARINA

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina

2009-2010

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa

Estado de Santa Catarina

Governador do Estado - Leonel Arcângelo Pavan

Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural - Enori Barbieri

Diretor Geral da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural - Airton Spies

Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri
Luiz Ademir Hessmann

Diretores da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri
Administração e Finanças - Luiz Antônio Palladini
Ciência, Tecnologia e Inovação - Edson Silva
Desenvolvimento Institucional - Nelso Figueró
Extensão Rural - Ditmar Alfonso Zimath

Chefe do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa - Reney Dorow

Coordenação
Luiz Marcelino Vieira

Elaboração
Alex Alves dos Santos
André Luis Tortato Novaes
Daniel Rogério Schmitt
Evandro Uberdan Anater
Fabiano Muller Silva
Fernando Soares Silveira
Francisco Carlos Heiden
Gilberto Luiz Curti
Guilherme Sabino Rupp
Júlio Alberto Rodigheri
Lauro Mattei
Luis Augusto Araujo
Luiz Marcelino Vieira
Luiz Toresan
Márcia Janice Freitas da Cunha Varaschin
Marco Antônio Lucini
Paulo Zoldan
René Alberto Osório
Robson Ventura de Souza
Tabajara Marcondes

Colaboração
Cléverson Buratto
Édila Gonçalves Botelho
Eugênio Moretti Garcia
Getúlio Tadeo Tonet
Ilmar Borchardt
José Osório Guardini Ortiz
Luiz Carlos Mior
Saturnino Claudino dos Santos
Telmelita Senna
Valdir Cembranel

Editoração
Sidaura Lessa Graciosa
Zélia Alves Silvestrini

Revisão de texto
Laertes Rebelo

Revisão técnica
Júlio Alberto Rodigheri

Capa
Vilton Jorge de Souza

Foto
Aires Carmem Mariga
Nilson Otávio Teixeira

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina. v.1 1976 - Florianópolis: Epagri/Cepa, 1976-
Anual

Título anterior: Síntese Informativa sobre a Agricultura Catarinense, 1976-1981.
Publicada em 2 volumes de 1984 a 1991.
Publicação interrompida em 1992.
Editada pela Epagri-Cepa (2005 -)

1. Agropecuária Brasil SC Periódico. I. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina, Florianópolis, SC. II Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina/Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa, Florianópolis, SC.

ISSN 1677-5953

Epagri/Cepa - Rod. Admar Gonzaga, 1.486 - Itacorubi - C.P. 1587 - 88034-001 - Florianópolis - SC
Tel. (48) 3239.3900 - Fax: 3239.3990
http://cepa.epagri.sc.gov.br

Apresentação

Apresentamos a Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009-2010, trigésima primeira edição deste importante trabalho. Trata-se, sem dúvida, de uma edição histórica, pois se refere a uma safra de grande sucesso para alguns segmentos da agricultura catarinense, com maior produção de soja, maior produtividade de milho e soja, uma das maiores produções de arroz e trigo, além de uma das maiores produtividades de feijão.

Além da grande safra de grãos, assunto selecionado como tema da capa, entre os principais produtos da safra, destacam-se o milho, nosso principal grão; a soja que alcançou a auto-suficiência, suprindo totalmente as indústrias do Estado; o arroz, em que o Estado é o segundo produtor nacional; e o feijão, que não é mais um produto cultivado apenas por pequenos produtores, mas atrai o interesse também dos grandes empreendedores.

Houve também recuperação das exportações catarinenses, principalmente de carnes, bastante comprometidas pela crise internacional de 2008/2009.

Tais fatos obviamente não se deram por acaso. São resultados de dezenas de anos de acúmulo de conhecimentos da pesquisa e extensão rural, sobre comercialização e mercado agrícola estadual, nacional e internacional. Devem-se ao somatório de esforços do setor público, cooperativista, privado e, principalmente, à capacidade administrativa dos produtores catarinenses, independente de serem grandes ou pequenos. Além disso, a safra 2009/10 se diferenciou porque contou com condições climáticas praticamente perfeitas, permitindo que todo o potencial existente na agropecuária de Santa Catarina fosse aproveitado.

Além dos assuntos abordados nas edições anteriores, esta edição da Síntese traz na Parte I uma análise retrospectiva que se tornou possível devido à publicação pelo IBGE do Censo 2006, que teve seus dados comparados aos de censos anteriores, permitindo assim a análise de dados estruturais sobre o mundo rural catarinense.

No tópico sobre o PIB catarinense e a agropecuária do Estado, o documento analisa o desempenho dos municípios que se destacaram no ano de 2007.

O desempenho da produção vegetal da safra 2009/10 aborda os aspectos estaduais, nacionais e internacionais – quando é esse o caso – incluindo a produção e o mercado de quatorze produtos que se destacam no Estado. O mesmo é feito com a produção animal, a aquicultura e pesca, a cadeia da produção florestal e o crédito rural.

A divisão territorial do Estado, a caracterização socioeconômica, a estrutura de produção e comercialização e outros itens estruturais são atualizados na Parte II.

A Epagri agradece a todos que colaboraram com a produção desta obra e lembra que ela está à disposição de todos em dois formatos: versão impressa e em arquivo eletrônico no site http://cepa.epagri.sc.gov.br. Esperamos que as informações sejam úteis a todos que se interessam pelos assuntos abordados, de estudantes a tomadores de decisões, nos setores público e privado.

Luiz Ademir Hessmann
Presidente da Epagri

Convenções

= números entre parênteses em tabela, tão somente, não em texto, significam números negativos.

... o dado é desconhecido, podendo o fenômeno existir ou não existir.

– o fenômeno não existe.

0; 0,0; 0,00: o dado existe, mas seu valor é inferior à metade da unidade adotada na tabela.

Nota: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

Sumário

Parte I

O PIB e a evolução recente da economia catarinense 7
Mudanças no espaço rural de Santa Catarina 12
Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina 25

Desempenho da produção vegetal

Alho 36
Arroz 46
Banana 60
Cebola 77
Feijão 82
Fumo 98
Maçã 107
Mandioca 117
Milho 129
Soja 135
Tomate 141
Trigo 151
Flores e plantas ornamentais 169
Comercialização de produtos hortifrutigranjeiros na Ceasa/SC - Unidade de São José 178
Calendário agrícola 181
Percentual de concentração da produção vegetal e efetivo animal 182

Desempenho da produção animal

Carne bovina 191
Carne de frango 198
Carne suína 204
Leite 211
Mel 225

Desempenho da pesca e da aquicultura 236

Desempenho do setor florestal 251

Crédito rural 280

Crédito fundiário no estado de Santa Catarina 288

Parte II

Divisão do território catarinense e população 290
Informações econômicas da agropecuária 296
Preços agrícolas 301

Parte III

Anexo I - Conceitos 304

Lista de fontes 305
Literatura consultada 305
Lista de figuras 306
Lista de tabelas - Parte I 309
Lista de tabelas - Parte II 315
Índice remissivo 316

Parte I

O PIB e a evolução recente da economia catarinense

A disponibilidade de informações socioeconômicas regionais vem se constituindo numa necessidade cada vez maior para a formulação de políticas públicas, uma vez que as ações entre os governos federal, estadual e municipal têm se manifestado através de um movimento crescente de descentralização.

Da mesma forma, o atual contexto de globalização e crescimento econômico brasileiro tem contribuído decisivamente para as constantes transformações que vêm ocorrendo no âmbito das atividades produtivas e das estratégias competitivas das empresas. Assim, informações referentes à dinâmica dos desequilíbrios regionais, ao desempenho e às capacidades das economias de cada estado ou município tornam-se fundamentais, tanto ao planejamento público como ao privado.

Os resultados do cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), aqui apresentados, são fruto do projeto coordenado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e executado pelos órgãos estaduais de planejamento e estatísticas dos estados brasileiros. Em Santa Catarina, o trabalho é feito sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento, que conta com a parceria da Epagri, por meio do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola.

Os dados aqui apresentados referem-se à série 1995-2007, elaborada sob metodologia uniforme para todos os estados brasileiros, o que permite total comparabilidade entre eles, tanto no tempo quanto no espaço. A metodologia e a base de dados estão integradas ao Sistema de Contas Nacionais do Brasil, onde estão incorporados os resultados de pesquisas agropecuárias, como o Censo Agropecuário 1995-1996, assim como as pesquisas econômicas anuais da Indústria, da Construção Civil, do Comércio e dos Serviços. Fazem parte do trabalho, também, os levantamentos domiciliares, tais como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizadas pelo IBGE. Complementarmente, são agregadas as informações da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal. O nível adotado de desagregação das atividades econômicas é compatível com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 1.0), expressa, portanto, em 17 atividades. No caso da agropecuária, a classificação engloba as seguintes atividades: agricultura, silvicultura, exploração florestal, pecuária e pesca.

Diante da atual disponibilidade de dados nas unidades federativas, tornou-se mais factível calcular o PIB de acordo com a ótica da produção, a qual determina que o Valor Adicionado Bruto (VA) resulta da diferença entre o Valor Bruto da Produção (obtido por meio do cálculo da quantidade produzida a preços recebidos pelo produtor) e o respectivo Consumo Intermediário (quantidade de insumos utilizados no processo produtivo a preços pagos pelo produtor).

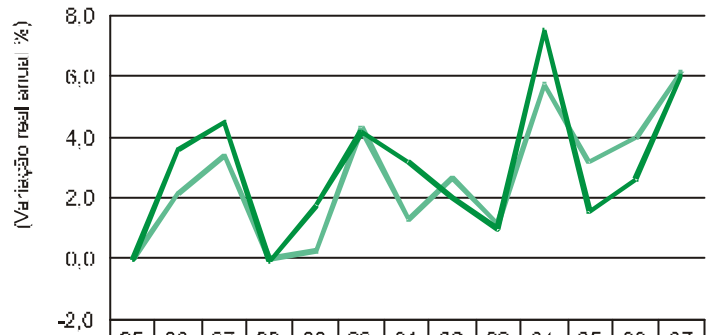
O PIB, a preços de mercado, mede o total de bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes rurais e urbanas. Trata-se, portanto, da soma do VA dos diversos setores, acrescida de impostos (líquidos de subsídios) incidentes sobre os produtos.

A atualização de uma série do PIB, usualmente referida como mudança de base, é normalmente compreendida como a atualização dos pesos das atividades econômicas adotados no cálculo do PIB dos estados e de seus componentes a preços constantes de um determinado ano. Nesta etapa, incorporam-se, também, nova classificação de bens e serviços, novas fontes de dados e resultados de pesquisas realizadas, visando ao estabelecimento de marcos estruturais que serão referências para os próximos anos. O PIB dos estados brasileiros foi recentemente revisado e o ano de 2002 foi adotado como referência.

As informações a seguir foram obtidas através desse processo metodológico e organizadas de forma a retratar um breve perfil da economia catarinense e de sua posição no contexto nacional. Poderá também ser observada a evolução de alguns setores econômicos, com destaque maior dado à agropecuária.

O PIB catarinense atingiu, em 2007, o valor de R$ 104,6 bilhões. Esse valor correspondia a 3,9% do total nacional. A economia estadual aumenta a participação no PIB nacional na série iniciada em 1995, evoluindo de 3,4% naquele ano, com pequenos porém crescentes ganhos ao longo da série.

A Figura 1 mostra a variação real anual do PIB estadual e nacional entre 1995 e 2007 e evidencia o melhor desempenho da economia catarinense ao longo da série.



	95	96	97	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07
Brasil	0,0	2,2	3,4	0,0	0,3	4,3	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1
Santa Catarina	-	3,6	4,5	(0,1)	1,8	4,2	3,2	2,0	1,0	7,5	1,6	2,6	6,0

Fonte: IBGE, Secretaria de Estado do Planejamento e Epagri/Cepa.

Figura 1/I. *Produto interno bruto Brasil e Santa Catarina 1995-007*

O estado ganha participação também no PIB da Região Sul. Em 1985, participava com 21% da produção regional, passando a 23,6% em 2007.

Parte I

Santa Catarina, em 2007, era a 7ª economia do País. À frente estavam, na ordem, as economias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia. Indicadores preliminares do PIB de 2008 mostram, no entanto, que possivelmente Santa Catarina suba um posto, ultrapassando a economia baiana e colocando-se em 6º lugar no ranking dos estados.

No período 1995-2007, evidencia-se uma perda de participação do PIB do Estado de São Paulo (-3,4%) que se distribui principalmente entre os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, pelos estados da Região Sul (SC e PR), do Centro-Oeste (MT, GO) e os principais estados do Nordeste (BA e MA).

A perda de participação do Rio Grande do Sul é a terceira maior do País e deve-se a fatores climáticos e aos desestímulos fiscais que ocasionaram a transferência de indústrias para outros estados. O Paraná ganhou participação principalmente na agropecuária em virtude do aumento da produção de grãos. Santa Catarina ganhou participação na geração de energia elétrica e na indústria de transformação, principalmente nos setores ligados ao abate de suínos e aves e no setor de eletrodomésticos.

A Região Sul cresceu 39,9% no acumulado da série 1995/2007, próximo da média brasileira (39,8%). O Estado do Rio Grande do Sul foi o responsável por este desempenho, já que cresceu apenas 30,9%, abaixo dos 47,9% do Paraná e dos 44,9% de Santa Catarina.

O PIB per cápita de Santa Catarina, em 2007, de R$ 17.834, era o 5º maior do País, atrás do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, respectivamente. O PIB per capita nacional era de R$ 14.465. No período 1995-2007, esse indicador cresceu acima da média, tanto nacional como da Região Sul. Em 1995, o Estado ocupava a sexta posição neste indicador.

Vale destacar que o PIB per cápita é estimado pelo quociente entre o valor do PIB e a população residente. No período 1995-2007, a taxa de crescimento populacional do Estado (18%) foi a maior da Região Sul. Acima da média nacional, o crescimento somente foi inferior às médias das regiões Norte e Centro-Oeste, que são tradicionalmente receptoras de migrantes. Em 2007, a população do Estado estava estimada em 5,9 milhões de habitantes (3,2% da população brasileira).

A agropecuária catarinense perde participação

Em Santa Catarina a atividade econômica de maior peso em 2007 era a de serviços (comércio, intermediação financeira, administração pública e outras) que participava com 57,1% do PIB estadual. A indústria participava com 35,7% e a agropecuária com 7,2%. Esta última perdeu participação na economia estadual, já que participava com 9,1% em 1995. Essa tendência é observada ao longo da série e também vem ocorrendo em nível nacional e nas demais economias avançadas, onde os setores mais dinâmicos tendem a adicionar mais valor, destacando- se, neste caso, o setor de serviços.

A agropecuária catarinense, no entanto, perde participação também em relação à agropecuária nacional, passando de 5,5% do total produzido no País, em 1995, para 5,2%, em 2007. Na indústria, a participação do estado cresce de 4,4% para 5,1% e a dos Serviços, cresce de 2,9% para 3,4%.

Santa Catarina era, em 2007, o 7º maior Estado em produção agropecuária do país. Em 1995 era o 6º maior produtor, perdendo o posto para o Estado do Mato Grosso. No período 1995-2007, a taxa de crescimento acumulada do volume da agropecuária daquele Estado, de 257%, foi a maior do País. A agropecuária catarinense cresceu 53,5%, enquanto a do Paraná cresceu 81,2% e a do Rio Grande do Sul, 68,6%. A média de crescimento da agropecuária nacional foi de 58,4%.

Observa-se, portanto, que a agropecuária cresceu em Santa Catarina num ritmo inferior ao da agropecuária nacional. A indústria e o setor de serviços, ao contrário, cresceram mais rapidamente. Em síntese, está havendo um enfraquecimento da agropecuária catarinense.

Apesar dessa retração, observa-se que o peso da agropecuária é maior na economia catarinense do que na nacional, já que a participação da agricultura no PIB de Santa Catarina é maior do que a participação da agricultura no PIB nacional.

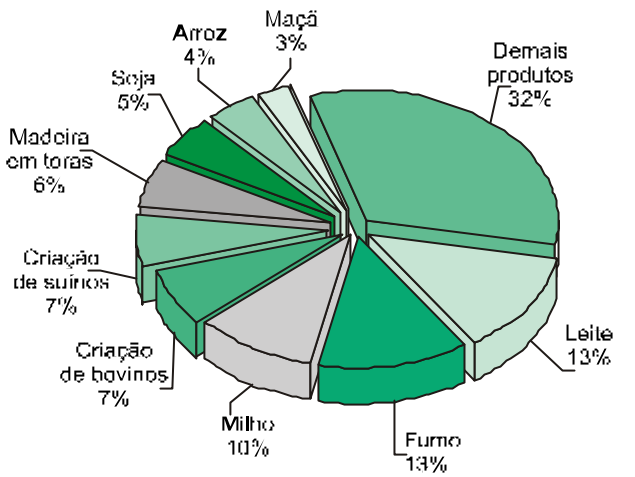
Com relação especificamente às atividades agrícola, silvícola e de exploração florestal em Santa Catarina, observa-se uma perda de participação deste segmento. Os 7,6% de contribuição que em 2003 o segmento dava para do PIB estadual caíram para 4,6% em 2007. No mesmo período a participação da atividade na agricultura nacional cai de 5,8% para 4,8%.

As atividades de pecuária e pesca também vêm perdendo participação no PIB estadual. Em 2003, este segmento contribuía com 3,2% do total, passando para 2,6% em 2007. No entanto, apesar de ter crescido em volume produzido bem acima da média nacional, a participação da atividade no PIB da pecuária nacional manteve-se próxima dos 6% no período. Isso se deve, provavelmente ao fato de as atividades pecuárias do Estado, principalmente a avicultura, estarem adicionando pouco valor na etapa agrícola, quando comparadas com o resto do País.

Em 2007, o grupo de atividades com maior VA dentro da agropecuária foi o da “criação de bovinos e outros animais”, com 24% do total, onde o leite é o produto principal. Essa atividade mostra tendência crescente. O segundo grupo em tamanho é composto pelos “outros produtos da lavoura temporária” (23% do total), onde se destaca a produção de fumo, cebola, feijão e tomate. Depois desses, seguem na ordem de importância os grupos de cereais (principalmente o milho); da silvicultura (madeiras em toras para celulose); da suinocultura; além do de “outros produtos da lavoura permanente” (maçã e banana), o da soja e derivados, o da pesca e o da criação de aves.

A Figura 2 apresenta a repartição do VA da agropecuária de Santa Catarina em 2007. Os dados foram agrupados de forma a destacar os maiores produtos em VA. Todos

os demais produtos agropecuários e pesqueiros produzidos em território catarinense têm a soma estimada em 32% do VA, conforme destacado na Figura 2. Em 2002, todos os demais produtos somavam 40% do VA, sinalizando uma tendência de concentração no período observado. O leite apareceu como o produto de maior VA em 2007, seguido de perto pelo fumo. Os três principais produtos (incluindo a produção de milho) respondiam por 36% do VA gerado pelo setor.



Fonte: IBGE, Secretaria de Estado do Planejamento e Epagri/Cepa.

Figura 2/I. *Valor adicionado bruto - Agropecuaria, silvicultura, exploração florestal e pesca - Santa Catarina - 2007*

Em 2007, o único município catarinense entre os 100 maiores da agropecuária brasileira foi o de Campos Novos, que ocupava o 97º lugar, com um VA de R$ 126,6 milhões, destacando-se como a maior agropecuária do Estado. O município foi, naquele ano, o maior produtor estadual de milho, trigo, feijão e soja, o 2º em produção silvícola e vem ocupando destaque na bovinocultura e na suinocultura.

Seguindo a ordem dos dez maiores na agropecuária naquele ano, aparecem os municípios de Fraiburgo, Ituporanga, Caçador, Canoinhas, Concórdia, Itaiópolis, Abelardo Luz, São Lourenço do Oeste e Palmitos. Esses municípios concentravam 15% do VA na agropecuária estadual.

A agropecuária é o setor que apresenta maior dispersão entre os municípios catarinenses. Trata-se, portanto, da atividade menos concentrada e a que representa a mais importante fonte de emprego e renda para a vasta maioria dos municípios catarinenses.

Vale finalmente destacar que, apesar da perda de participação da agropecuária estadual, seja na composição do PIB estadual, seja na participação na agropecuária nacional, o setor é um dos mais dinâmicos e diversificados do País. Além da forte integração com o setor industrial e do amplo alcance nos mercados doméstico e externo, a agropecuária impulsiona os investimentos e inovações nos diversos segmentos produtivos. Seus produtos representam a principal fonte de divisas do Estado.

Além disso, o setor tem sua base produtiva alicerçada na agricultura familiar, que desenvolveu fortes interações produtivas e comerciais com os mercados regionais locais. Isso tem garantido uma rica fonte de inovações sociais e econômicas e tem sido de extrema importância para o desenvolvimento equilibrado do Estado de Santa Catarina.

***Paulo Zoldan** - Economista - Epagri/Cepa*
e- mail - zoldan@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239.3940

Mudanças no espaço rural de Santa Catarina

Parte I

Introdução

Esta é uma breve análise sobre alguns dados dos censos agropecuários de Santa Catarina. O texto foi organizado de maneira a primeiro abordar aspectos comparativos entre os diversos censos e posteriormente tratar de alguns pontos específicos do Censo Agropecuário 2006 [1], cujo levantamento de campo ocorreu em 2007. Eventualmente existem também algumas relações com outras fontes de informações.

Em relação à comparação do Censo 2006 com os anteriores, embora haja alterações conceituais que dificultem a tarefa, acredita-se que os pontos abordados e algumas adaptações realizadas reduziram o problema.

Essa análise só não foi feita nas sínteses anuais mais recentes em face de o IBGE ter divulgado os resultados mais definitivos e detalhados apenas no último trimestre de 2009, quando inclusive a Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2008-2009 já estava praticamente pronta para publicação.

Redução do número e da área dos estabelecimentos agropecuários[2] e aumento da produção

Os censos mostram que o número e a área dos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina sofreram mudanças sensíveis ao longo dos anos; aumentaram entre as décadas de 1970 e 1980 e diminuíram a partir de então. De 1985 para 2006 houve um decréscimo de 17,6% no número (41.310 unidades) e de 18,6% na área (1.379.407 hectares) dos estabelecimentos agropecuários catarinenses (Tabela 1).

Tabela 1/I. *Número e área dos estabelecimentos agropecuários - Santa Catarina – 1970-2006*

Ano	Número (unidades)	Área (ha)	Área média (ha)
1970	207.218	7.025.326	33,9
1975	206.505	6.877.280	33,3
1980	216.159	7.473.777	34,6
1985	234.973	7.419.541	31,6
1995	203.347	6.612.846	32,5
2006	193.663	6.040.134	31,2

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários.

[1] Como o IBGE ainda não lançou a publicação definitiva do Censo Agropecuário 2006, é provável que alguns números utilizados nesta e na análise do professor Lauro Mattei sofram pequenas alterações.

[2] Para o Censo agropecuário, o IBGE adota como unidade de investigação o estabelecimento agropecuário, que "é toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração, a do produtor ou a do administrador, independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda".

Parte I

Não é tarefa simples explicar as razões de tamanhas reduções, mas o fato é que os números do Censo Agropecuário 2006 são próximos aos do último levantamento com características censitárias realizado no estado[3], que levantou para o ano de 2003, 187 mil estabelecimentos com área de 5,96 milhões de hectares. Algumas pessoas responsáveis pelo LAC consideram a possibilidade de ter ficado de fora deste levantamento uma parte dos estabelecimentos agropecuários do estado, alguns de grandes áreas totais, o que poderia aproximar ainda mais os dados do LAC aos do Censo 2006.

O detalhamento dos dados censitários permite constatar mudanças importantes na forma de utilização da área dos estabelecimentos agropecuários (Tabela 2). De 1985 para 2006, por exemplo, se observa que houve reduções nas áreas de lavouras e pastagens e crescimento na área de matas. O principal decréscimo se deu na área de pastagens, principalmente de pastagens naturais.

Tabela 2/I. *Utilização da área dos estabelecimentos agropecuários - Santa Catarina - 1970-2006*

(mil ha)

Utilização	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Lav. permanentes	70,3	42,6	74,8	90,0	126,6	219,6
Lav. temporárias	1.261,4	1.391,8	1.729,0	1.778,8	1.443,8	1.498,5
Total de lavouras	1.331,7	1.434,4	1.803,8	1.868,8	1.570,4	1.718,0
Past. naturais	2.088,7	1.977,2	1.903,1	1.927,6	1.778,8	1.256,0
Past. plantadas	379,3	426,8	587,8	541,7	560,1	445,5
Total de pastagens	2.468,0	2.404,0	2.490,9	2.469,3	2.338,9	1.701,5
Matas naturais	1.623,2	1.433,9	1.408,1	1.345,5	1.348,6	1.607,4
Matas plantadas	128,3	194,2	374,0	564,1	561,5	621,1
Total de matas	1.751,6	1.628,1	1.782,2	1.909,7	1.910,2	2.228,6
Outras áreas	1.474,1	1.410,7	1.396,9	1.171,8	793,4	392,0
Total	**7.025,3**	**6.877,3**	**7.473,8**	**7.419,5**	**6.612,8**	**6.040,1**

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários.

A redução na área ocupada com lavouras ocorreu apenas para as lavouras temporárias, já que houve ampliação na área ocupada com lavouras permanentes. Ao comparar o ano de 2006 com 1995, entretanto, observa-se uma tendência contrária, com pequena recuperação na área ocupada com as lavouras temporárias.

Esta recuperação na área de lavouras temporárias se explica, especialmente, pelo fato de, entre os censos 1995 e 2006, aumentarem as áreas plantadas com milho, soja, fumo e arroz. Entretanto, considerando a área atualmente plantada com as principais lavouras temporárias, conclui-se que essa recuperação foi parcialmente revertida, já que nos anos recentes diminuiu bastante a área plantada com milho, o que foi compensado apenas parcialmente com o crescimento na área plantada com soja.

O decréscimo na área de pastagens e de lavouras temporárias não provocou redução da produção total, já que foi mais do que compensado pelos crescimentos de produtividade da agropecuária catarinense, seja animal ou vegetal.

[3] O Levantamento Agropecuário de Santa Catarina (LAC) foi executado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e várias organizações parceiras. A data de referência dos dados estruturais é 31/8/2003. Foi adotada a metodologia do IBGE, o que permite comparar parcela significativa dos resultados com os dos Censos Agropecuários.

No caso da produção vegetal, por exemplo, tomando apenas os cinco principais grãos produzidos, se observa que o rendimento médio de todas as culturas foi no mínimo multiplicado por dois; com isso, a produção catarinense saltou de 2,93 milhões em 1980 para 5,95 milhões de toneladas em 2006 (Tabela 3).

Tabela 3/I. - *Área colhida e produção dos principais grãos - Santa Catarina - 1980-2006*

Produto	Área (mil ha)			Produção (mil t)			Rendimento kg/ha)		
	1980	1985	2006	1980	1985	2006	1980	1985	2006
Milho	877,7	850,6	886,8	2.018,0	1.943,0	4.110,2	2.299	2.284	4.635
Soja	428,0	403,5	264,5	529,4	519,7	714,1	1.237	1.288	2.700
Arroz	111,9	120,4	132,9	247,5	327,6	846,4	2.212	2.722	6.367
Feijão	179,6	292,6	122,6	127,5	223,2	185,2	710	763	1.511
Trigo	10,7	35,0	38,6	8,0	38,3	97,7	748	1.093	2.529
Total	**1.607,8**	**1.702,1**	**1.445,4**	**2.930,4**	**3.051,8**	**5.953,6**	**1.823**	**1.793**	**4.119**

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários.

Ainda que parte desse crescimento se explique pela "substituição" da área de arroz de sequeiro pela de irrigado, e por se deixar de plantar uma grande área de soja associada com milho (as duas lavouras utilizando simultaneamente a mesma área), é inegável que o crescimento da produção de grãos no estado se deu pelo aumento da produtividade das lavouras em geral.

Na pecuária também são encontrados exemplos de como o aumento de produtividade evitou que a redução de área fosse acompanhada pela redução na produção; dois deles são os comportamentos do efetivo do rebanho e o da produção de leite de vaca.

Entre 1980 e 2006, mesmo com uma redução de 789,4 mil hectares na área ocupada com pastagens, houve um aumento de quase 407 mil cabeças das principais espécies de animais que se alimentam de pasto (Tabela 4). Houve, portanto, um sensível aumento na lotação de animais por hectare.

Tabela 4/I. *Rebanho de animais por espécie - Santa Catarina - 1970-2006*

Espécie	Mil cabeças					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Bovinos	1.955,2	2.236,8	2.615,6	2.742,9	3.097,4	3.126,0
Ovinos	148,1	125,6	144,4	159,1	202,7	194,8
Caprinos	56,2	41,5	48,6	42,9	23,3	40,4
Bubalinos	0,6	2,6	7,9	20,0	15,0	10,7
Total	**2.160,1**	**2.406,6**	**2.816,5**	**2.964,9**	**3.338,3**	**3.371,9**

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários.

No mesmo período, a produção de leite de vaca cresceu 161%, o que é explicado especialmente pelo aumento de 95% na produtividade em litros/vaca/ano, já que o número de animais ordenhados cresceu menos de 34% (Tabela 5).

Tabela 5/I. *Vacas ordenhadas e produção de leite - Santa Catarina - 1970-2006*

Ano	Vacas ordenhadas (cabeças)	Produção (mil litros)	Produtividade (l/vaca/ano)
1970	353.887	360.335	1.018
1975	388.073	409.837	1.056
1980	433.586	534.157	1.232
1985	465.631	603.704	1.297
1995[1]	503.916	869.419	1.725
2006	580.228	1.394.146	2.403

[1]Período de 1/8/95 a 31/7/96.
Fonte: IBGE - Censos Agropecuários.

Como entre 1980 e 2006, por um lado, houve redução na área de pastagens, aumento do rebanho total e aumento no número de vacas ordenhadas, e, por outro, ampliação do sistema de produção à base de pasto, é natural considerar que ocorreu sensível aumento na produtividade da área de pastagem utilizada no estado, seja em quilos de carne/hectare/ano ou em litros de leite/hectare/ano.

Em relação a essas comparações para mostrar crescimentos de produtividade, apesar do risco de se tomar como referência anos isolados, que principalmente por razões climáticas podem não refletir adequadamente a produtividade de um determinado período, pode-se considerar que os crescimentos de produtividade não apenas estão refletidos adequadamente pelas tabelas, como seguiram avançando sensivelmente.

Aspectos fundiários

São freqüentes os relatos indicando que algumas mudanças estruturais observadas ao longo das últimas décadas poderiam estar provocando uma maior concentração fundiária em Santa Catarina. Alguns exemplos dessas mudanças estruturais são: a concentração da produção de carnes e grãos, a expansão da produção empresarial em algumas cadeias produtivas, a migração rural urbana, o envelhecimento populacional, a redução da população rural [4], a redução do número de jovens no meio rural e as dificuldades de sucessão nas propriedades familiares de menor tamanho.

Ainda que essa concentração seja evidente em momentos e/ou em regiões específicas, a análise dos números sobre o estado não confirma que ela seja uma tendência em Santa Catarina (Tabela 6).

[4] Neste texto, não se entra no mérito da divisão urbano e rural no Brasil. Uma visão crítica a respeito desta divisão é encontrada em VEIGA, J. E. et al. .O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

Tabela 6/I. *Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total - Santa Catarina - 1975-2006*

Grupos de área total (ha)	Mil estabelecimentos			Mil hectares			Área média (ha)		
	1975	1985	2006	1975	1985	2006	1975	1985	2006
Menos de 10	69,921	91,883	69,390	344,5	449,0	334,2	4,9	4,9	4,8
De 10 a menos de 20	55,203	63,950	56,411	766,7	888,2	787,2	13,9	13,9	14,0
De 20 a menos de 50	58,035	56,245	45,310	1.739,0	1.673,5	1.339,4	30,0	29,8	29,6
De 50 a menos de 100	14,693	13,341	10,723	979,7	891,8	715,7	66,7	66,8	66,7
De 100 a menos de 200	4,779	4,897	4,124	642,7	660,2	553,6	134,5	134,8	134,2
De 200 a menos de 500	2,559	2,959	2,389	773,1	901,6	726,6	302,1	304,7	304,2
De 500 a menos de 1000	0,832	1,005	0,743	570,2	695,2	501,9	685,4	691,7	675,4
1000 e mais	0,475	0,571	0,451	1.061,4	1.260,2	1.081,5	2.234,4	2.207,0	2.398,0
Outros[1]	0,008	0,122	4,122	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	**206,505**	**234,973**	**193,663**	**6.877,3**	**7.419,5**	**6.040,1**	**33,3**	**31,6**	**31,2**

[1] Produtor sem área ou declaração.

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários.

Tomando-se como referência o que ocorreu entre os censos 1985 e 2006, por exemplo, notam-se comportamentos semelhantes para grupos completamente distintos: os estabelecimentos de área total de 500 a menos de 1000 hectares decresceram 26,1% em número e 27,8% em área; situação semelhante à dos estabelecimentos com área total de menos de 10 hectares, que decresceram 24,5% em número e 25,6% em área.

O grupo de área total que apresenta algum indicativo de concentração fundiária de 1985 para 2006 é o dos estabelecimentos de 1000 ou mais hectares, que tiveram uma redução bem mais significativa no número (21%) do que de área (14,2%). Com isso, a área média deste grupo passou de 2.207 para 2.398 hectares, indicando que parte dos estabelecimentos deste grupo incorporou áreas de outros.

De qualquer maneira, como destacado no texto do professor Lauro Mattei, apresentado a seguir, o Índice de Gini[5] ficou em 0.682, pouca coisa diferente do calculado com base nos números dos censos anteriores.

Constatar, pelos números censitários, que não houve ampliação da concentração fundiária em âmbito estadual não significa que isso não tenha ocorrido em regiões específicas do Estado e que não haja concentração fundiária.

Em relação a este segundo aspecto, os números censitários mostram como, em diferentes décadas, um pequeno número de estabelecimentos concentra grande parte da área: em 2006, por exemplo, apenas os 451 estabelecimentos agropecuários de 1000 hectares ou mais representavam 17,9% da área total; quase a mesma área dos 125,8 mil estabelecimentos de 20 hectares ou menos (Tabela 7).

Ainda no que diz respeito à posse da terra, mas tratando da condição do produtor, em função de mudanças de algumas categorias utilizadas, nem sempre é possível uma comparação direta entre os diferentes censos. No Censo 2006, às categorias dos censos

[5] O Índice de Gini é uma medida do grau de concentração de qualquer distribuição, como, por exemplo, da renda, da posse da terra, dos salários, da riqueza. O seu valor entre 0 (zero) e 1 (um), onde 0 corresponde à perfeita igualdade e 1 corresponde à desigualdade máxima.

Tabela 7/I. *Participação dos estabelecimentos por grupos de área total - Santa Catarina - 2006*

Grupos de área total (ha)	Estabelecimentos		Participação %	
	Número	Área (ha)	Número	Área
Menos de 10	69.390	334.174	35,8	5,5
De 10 a menos de 20	56.411	787.246	29,1	13,0
Total até menos de 20	**125.801**	**1.121.420**	**65,0**	**18,6**
De 20 a menos de 50	45.310	1.339.355	23,4	22,2
De 50 a menos de 100	10.723	715.747	5,5	11,8
De 100 a menos de 200	4.124	553.603	2,1	9,2
De 200 a menos de 500	2.389	726.642	1,2	12,0
De 500 a menos de 1000	743	501.851	0,4	8,3
1000 e mais	451	1.081.517	0,2	17,9
Produtor sem área ou declaração	4.122	-	2,1	-
Total	**193.663**	**6.040.135**	**100**	**100**

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários.

anteriores (proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante) foram acrescentadas outras duas (assentado sem titulação definitiva e produtor sem área), que para efeitos de comparação com os censos anteriores, e tomando por base as considerações metodológicas feitas pelo IBGE, foram enquadradas como ocupantes (Tabela 8).

Tabela 8/I. *Condição do produtor em relação à posse da terra - Santa Catarina -1970-2006*

Condição	Mil estabelecimentos					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Proprietário	171,3	169,4	171,5	182,8	171,5	170,9
Arrendatário	10,8	10,0	12,8	15,4	12,1	7,1
Parceiro	10,8	10,3	13,3	16,1	6,1	2,2
Ocupante	14,3	16,8	18,6	20,6	13,6	13,5
Total	**207,2**	**206,5**	**216,2**	**235,0**	**203,3**	**193,7**

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários.

Ao se somar o número de arrendatários e parceiros se constata uma expressiva redução: passaram de 31,5 mil em 1985 para apenas 9,3 mil em 2006. Esse decréscimo ocorreu por várias razões, duas das quais podem ser citadas com relativa segurança.

A primeira, possivelmente a principal, é a razão econômica: se o estreitamento nas margens de rentabilidade da agropecuária criou dificuldades crescentes para muitos proprietários de terra, é natural considerar que isso foi ainda mais problemático para aqueles que têm que repassar parte dos seus resultados para os donos da terra; especialmente para aqueles arrendatários e parceiros que são pequenos produtores e que exploram pequenas áreas, situação historicamente predominante em Santa Catarina.

A segunda, não necessariamente dissociada da primeira, é que muitos arrendatários e parceiros passaram à condição de proprietários neste período. Um indicativo disto foi a pesquisa realizada pela Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, que, através de uma amostra dos beneficiários do "Banco da Terra" (BT) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), substituto do Banco da Terra, apontou os arrendatários e parceiros como principais beneficiários desses programas. No ano

anterior à obtenção do financiamento para comprarem a terra, 45,8% eram arrendatários e 10,6% parceiros. Extrapolando esses percentuais para o universo de mais de 9500 beneficiários dos programas no período 1999 a 2009, teriam sido 5.360 famílias de arrendatários e parceiros que se tornaram proprietárias.

Ainda que não na mesma proporção, houve também redução do número de ocupantes. Algumas razões disso são: a titulação de terras para aqueles que já detinham a sua posse, mas cuja formalização se deu no período considerado; a política de assentamento intensificada no Estado exatamente a partir de meados dos anos de 1980; o fato de ocupantes buscarem outras maneiras de sobreviver; o deslocamento para tentar conquistar terra em outros estados; e a redução de terras consideradas disponíveis para realizar novos assentamentos no Estado.

Em termos relativos, portanto, quando se trata de definir quem é o responsável pelo estabelecimento agropecuário, fica evidente o crescimento da participação dos proprietários em relação às demais categorias: em 2006 foi atingido o maior percentual de todos os censos, com 87,6% dos estabelecimentos sendo geridos pelos seus proprietários (Tabela 9).

Isso só fez reforçar uma característica tradicional em Santa Catarina: a estreita relação entre a propriedade e a gestão dos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 9/I. *Condição do responsável pelo estabelecimento agropecuário - Santa Catarina - 1970-2006*

Condição	Mil estabelecimentos						Participação (%)					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Proprietário	167,1	167,6	168,1	178,5	166,7	169,6	80,6	81,2	77,7	75,9	82,0	87,6
Arrendatário/parceiro	20,9	20,1	25,7	31,2	17,9	8,9	10,1	9,8	11,9	13,3	8,8	4,6
Administrador	5,3	2,0	4,0	4,9	5,4	4,4	2,5	1,0	1,9	2,1	2,6	2,3
Ocupante	13,9	16,7	18,4	20,4	13,4	6,6	6,7	8,1	8,5	8,7	6,6	3,4
Produtor sem área	-	-	-	-	-	4,1	-	-	-	-	-	2,1
Total	**207,2**	**206,5**	**216,2**	**235,0**	**203,3**	**193,7**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários.

População rural e pessoal ocupado

Em Santa Catarina, é na década de 1970 que se dá o início do decréscimo da população rural, de lá para cá se reduz sistematicamente a sua participação na população total (Tabela 10). Isso decorre não apenas da sua redução, mas também do grande crescimento da população urbana catarinense, o que é parcialmente explicado por Santa Catarina ter um balanço positivo no fluxo migratório interestadual: mais pessoas imigram para o estado do que emigram do estado.

Tais detalhes não são o objetivo dessa análise, mas os censos demográficos mostram que Santa Catarina está entre os estados brasileiros que apresentam as maiores taxas de crescimento populacional do País, ficando à frente da grande maioria dos estados das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Essa diferença é explicada, sobretudo, pelos

movimentos populacionais, já que crescimento vegetativo da população catarinense é parecido ao de vários estados.

Tabela 10/I. *População total, urbana e rural - Santa Catarina - 1950-2007*

Ano	Mil pessoas			Participação %		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1950	362,7	1.197,8	1.560,5	23,2	76,8	100
1960	695,3	1.451,6	2.146,9	32,4	67,6	100
1970	1.266,7	1.663,7	2.930,4	43,2	56,8	100
1980	2.201,4	1.486,3	3.687,7	59,7	40,3	100
1991	3.208,5	1.333,5	4.542,0	70,6	29,4	100
1996	3.565,1	1.310,1	4.875,2	73,1	26,9	100
2000	4.217,9	1.138,4	5.356,4	78,7	21,3	100
2007[1]	4.831,0	1.035,2	5.866,3	82,4	17,6	100

[1]A Contagem da População 2007 foi realizada nos municípios com até 160 mil habitantes e em outros 21 municípios acima desse limite populacional. Em Santa Catarina não houve pesquisa nos municípios de Blumenau, Criciúma, Florianópolis, Joinville e São José, que tiveram apenas as suas populações totais estimadas, sem divisão urbana e rural. A divisão urbana e rural apresentada nesta tabela foi estimada pela Epagri/Cepa.

Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Contagem da População (1996 e 2007).

Assim, entre 1991 e 2007, por exemplo, a população total de Santa Catarina aumentou quase 30%, taxa menor apenas que as do Amapá, Roraima, Acre, Distrito Federal, Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Pará, Tocantins e Sergipe. Várias destas unidades da federação têm os seus aumentos populacionais mais em razão dos movimentos populacionais do que dos seus crescimentos vegetativos.

O início da redução do número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários é mais tardio do que o da redução da população rural. Os dados censitários mostram que 1985 foi o auge do número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários; mesmo com a população rural diminuindo de 1970 para 1980. A partir de 1985 o decréscimo de pessoas ocupadas é expressivo: em 2006 são quase 316 mil pessoas a menos do que em 1985, 105,6 mil das quais com menos de 14 anos (Tabela 11).

Tabela 11/I. *Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 - Santa Catarina - 1970-2006*

Sexo	Mil pessoas											
	1970		1975		1980		1985		1995		2006	
	Total	14 anos e mais	Total	14 anos e mais	Total	14 anos e mais	Total	14 anos e mais	Total	14 anos e mais	Total	14 anos e mais
Homens	457,2	369,8	483,6	367,0	498,8	407,4	531,8	449,9	429,4	377,0	351,9	331,1
Mulheres	306,3	244,0	375,1	277,6	338,0	269,2	355,4	293,1	289,3	245,5	219,7	201,7
Total	**763,5**	**613,8**	**858,7**	**644,5**	**836,8**	**676,7**	**887,3**	**742,9**	**718,7**	**622,5**	**571,5**	**532,8**

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários.

Essa queda sistemática do número de pessoas com menos idade nas atividades produtivas não é novidade para quem acompanha as mudanças no meio rural catarinense. Os censos são oportunidades de quantificá-la: em 1975, as pessoas com menos de 14 anos representavam 25% do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários; em 2006, eram menos de 7%. É evidente que isso decorre de aspectos demográficos mais gerais, mas não deixa de ser determinado também por outras razões, como a

ampliação da escolarização no campo e pela ampliação do cerceamento ao trabalho infantil.

Ao se relacionar o total de pessoas ocupadas com o número de estabelecimentos agropecuários do estado, observa-se um substancial decréscimo. Em média, em 1975, eram de 4,2 pessoas ocupadas por estabelecimento, em 2006, apenas 3 pessoas.

Mesmo com essas reduções, o contingente de pessoas que mora ou é ocupada nos estabelecimentos agropecuários ainda é muito expressivo, o que, por si só, reforça a importância do espaço rural para o desenvolvimento estadual.

Alguns pontos do Censo 2006

Nas notas técnicas sobre o Censo Agropecuário 2006, o IBGE destaca algumas diferenças em relação aos censos anteriores, como a inclusão de "questões referentes à caracterização do produtor, como sexo, o tempo de direção do estabelecimento e migração, além de levantamento sobre a pluriatividade econômica do produtor e membros de sua família, residentes no estabelecimento agropecuário. Também foram levantadas informações sobre as diferentes práticas agrícolas e formas de ocupação da área; manejo e conservação do solo; utilização de agrotóxicos; agricultura orgânica; atividades aquícolas; e disponibilidade de água dentro do estabelecimento".

Com isso, é possível conhecer melhor vários aspectos sobre os quais se tinha apenas indicadores parciais. Aqui serão abordados apenas alguns deles; de forma mais descritiva do que analítica.

No que diz respeito à idade e ao sexo dos dirigentes dos estabelecimentos agropecuários (Tabela 12), o que se observa é: a) 61,6% são dirigidos por pessoas com 45 anos ou mais e 34% por pessoas com 55 anos ou mais; b) apenas 13,2% são dirigidos por pessoas de até 35 anos e 1,9% por pessoas de até 25 anos; c) 7,5% são dirigidos por mulheres; d) 44,8% das mulheres que dirigem estabelecimentos têm 55 anos ou mais e 21% têm 65 anos ou mais.

Embora esses números não sejam novidade para muitos, não deixa de chamar a atenção o grande número de estabelecimentos dirigido por pessoas idosas, especialmente quando se considera a severidade do trabalho de boa parte das atividades agropecuárias catarinenses; muitas nem sempre passíveis de mecanização. Isso, aliado ao fato de muitos destes estabelecimentos não terem mais jovens, é indicativo da complexidade da sucessão hereditária em muitas propriedades rurais catarinenses[6].

No que diz respeito ao nível de instrução dos dirigentes dos estabelecimentos agropecuários, são substanciais as diferenças entre as faixas etárias, especialmente as

[6] Uma abordagem de alguns anos sobre esta questão no Oeste Catarinense é encontrada em SILVESTRO, Milton; ABRAMOVAY, Ricardo; MELLO, Márcio A.; DORIGON, Clóvis e BALDISSERA, Ivan T. (2001) - Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar - MDA-NEAD/EPAGRI.

das extremas. Com menos limitações estruturais para o acesso e a maior importância dada à educação formal, observa-se a estreita relação entre os melhores níveis de escolaridade e as pessoas das faixas de idade menores.

Tabela 12/I. *Sexo e idade do dirigente do estabelecimento agropecuário - Santa Catarina – 2006*

Idade do dirigente (anos)	Total	(%)	Direção por sexo e idade			
			Homens	(%)	Mulheres	(%)
< 25	3.732	1,9	3.420	1,9	312	2,2
25 < 35	21.816	11,3	20.665	11,5	1.151	8,0
35 < 45	48.898	25,2	46.245	25,8	2.653	18,4
45 < 55	53.497	27,6	49.630	27,7	3.867	26,8
55 < 65	40.595	21,0	37.163	20,7	3.432	23,7
65 e mais	25.125	13,0	22.085	12,3	3.040	21,0
Total	**193.663**	**100**	**179.208**	**100**	**14.455**	**100**

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Entretanto, como grande parte dos estabelecimentos é dirigida por pessoas das faixas de idade mais elevada, observa-se um baixo nível de escolarização: 66,3% dos dirigentes cursaram apenas o ensino fundamental (antigo 1º grau) incompleto.

Um exemplo de como isso mudou ao longo do tempo, e da grande diferença de nível de escolarização entre as faixas etárias, está no fato que 34,3% dos dirigentes com de idade inferior a 25 anos alcançou o ensino médio (2º grau) completo (Tabela 13).

Tabela 13/I. *Instrução do dirigente do estabelecimento agropecuário, por idade - Santa Catarina - 2006*

Nível de instrução	Idade do dirigente (anos)						Total
	< 25	25 < 35	35 < 45	45 < 55	55 < 65	65 e mais	
Alfabetização de adultos	52	567	1.281	1.626	1.558	1.291	6.375
1º grau incompleto	1.266	11.974	30.473	36.641	29.947	18.038	128.339
1º grau completo	1.004	4.333	8.968	7.218	3.365	1.529	26.417
2º grau completo	1.280	3.714	5.227	3.986	1.598	619	16.424
Formação superior	86	677	1.480	1.688	985	399	5.315
Nenhum, mas lê e escreve	36	402	974	1.325	1.513	1.323	5.573
Não lê, nem escreve	8	149	495	1.013	1.629	1.926	5.220
Total	**3.732**	**21.816**	**48.898**	**53.497**	**40.595**	**25.125**	**193.663**
Nível de instrução	**Participação %**						
Alfabetização de adultos	1,4	2,6	2,6	3,0	3,8	5,1	3,3
1º grau incompleto	33,9	54,9	62,3	68,5	73,8	71,8	66,3
1º grau completo	26,9	19,9	18,3	13,5	8,3	6,1	13,6
2º grau completo	34,3	17,0	10,7	7,5	3,9	2,5	8,5
Formação superior	2,3	3,1	3,0	3,2	2,4	1,6	2,7
Nenhum, mas lê e escreve	1,0	1,8	2,0	2,5	3,7	5,3	2,9
Não lê, nem escreve	0,2	0,7	1,0	1,9	4,0	7,7	2,7
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Em relação ao tempo de direção do principal responsável pelo estabelecimento agropecuário, observa-se que 71,3% dos dirigentes estão à sua frente a 10 ou mais anos (Tabela 14).

Tabela 14 /I. *Tempo de direção no estabelecimento agropecuário, por idade - Santa Catarina - 2006*

Tempo de direção (anos)	Idade do dirigente (anos)						Total	(%)
	< 25	25 < 35	35 < 45	45 < 55	55 < 65	65 e mais		
Menos de 1	368	883	1.039	758	419	166	3.63	31,9
De 1 a menos de 5	2.000	6.387	7.206	5.262	2.816	927	24.598	12,7
De 5 a menos de 10	1.364	6.203	8.889	6.298	3.323	1.252	27.329	14,1
De 10 e mais	-	8.343	31.764	41.179	34.037	22.780	138.103	71,3
Total	**3.732**	**21.816**	**48.898**	**53.497**	**40.595**	**25.125**	**193.663**	**100**

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Esse relativo envelhecimento dos responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários se reflete na forma de obtenção de receita de parte deles. Um exemplo disso está no Censo 2006, cujos dados mostram que 47 mil estabelecimentos agropecuários tiveram receita proveniente da previdência oficial; com valor médio de R$577,83/estabelecimento/mês. Outro aspecto interessante que é possível quantificar é o da obtenção de renda externa: em 2006 foram 25 mil estabelecimentos agropecuários com pessoas que receberam salário ou outras receitas de fora dele, com valor médio de R$1.015,49/estabelecimento/mês. Este é um valor nada desprezível quando comparado com as possibilidades de obtenção renda de muitas atividades agropecuárias (Tabela 15).

Tabela 15/I. *Estabelecimentos agropecuários com outras receitas e valor das receitas - Santa Catarina - 2006*

Tipo de outras receitas	Estabelecimentos agropecuários	Valor (mil Reais)	Valor médio por mês (R$)
Aposentadorias ou pensões	47.002	325.911,00	577,83
Salários de atividade fora do estabelecimento e outras receitas	25.418	309.742,00	1.015,49
Receitas de programas governamentais	11.523	16.951,00	122,59
Outras receitas	2.720	31.490,00	964,77
Total	**75.468**[1]	**684.094,00**	**755,39**

[1] A soma dos números é maior que este total, pois um único estabelecimento pode ter mais de um tipo de receita.
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Considerações finais

Como observado na introdução, esta é apenas uma breve análise comparativa entre os dados de alguns censos agropecuários e de alguns pontos do Censo 2006. A título de resumo, o que essa análise indica em relação ao meio rural catarinense é que:

Parte I

- A partir dos anos de 1980 houve importante redução do número e da área dos estabelecimentos agropecuários.

- Os estabelecimentos agropecuários apresentam atualmente a área plantada com lavouras anuais e área ocupada com pastagens naturais menores do que já foi no passado.

- Boa parte da área de lavouras e pastagens naturais voltou a ser área ocupada com matas naturais. Houve também ao longo dos anos grande expansão da área com matas plantadas.

- Apesar da redução na área de lavouras anuais e de pastagens naturais, a produção estadual se expandiu sensivelmente, o que decorreu do crescimento da produtividade animal e vegetal.

- A redução do número de estabelecimentos agropecuários no Estado é, em boa parte, explicada pela redução no número de produtores arrendatários, parceiros e ocupantes.

- Ao longo das últimas décadas, os programas fundiários transformaram muitos arrendatários, parceiros e ocupantes em proprietários de terra, mas o quadro de distribuição fundiária do Estado não sofreu alterações sensíveis.

- O número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários vem decrescendo sistematicamente nas últimas décadas. Isso é parcialmente explicado pela redução de pessoas com menos de 14 anos trabalhando na agricultura.

- Ocorre um grande contraste na faixa etária das pessoas responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários, com poucas pessoas de faixa etária mais baixa e muitas de faixa etária mais elevada. Atualmente, grande quantidade de estabelecimentos é dirigida por pessoas de mais de 55 anos.

- Observa-se uma grande disparidade no nível de instrução entre os dirigentes de estabelecimentos agropecuários de diferentes faixas etárias. Melhora o nível de formação com a redução da idade, mas existe concentração de pessoas com formação no ensino fundamental (1º grau) incompleto.

- A maior parte dos estabelecimentos agropecuários é dirigida por pessoas com um longo tempo nessa função. A conjugação desse aspecto com a elevada faixa etária

de muitos deles é indicativo da dificuldade de encontrar sucessores familiares em muitos estabelecimentos do Estado.

- É expressivo o número de estabelecimentos agropecuários com pessoas que obtêm renda de atividades fora deles como aposentadorias, pensões e salários. Alguns dos valores médios obtidos são significativos, sobretudo se comparados aos de algumas atividades agropecuárias.

Neste trabalho, nos limitamos a analisar os dados em âmbito estadual. Portanto, tais pontos não são, necessariamente, generalizáveis para todas as regiões catarinenses, que certamente apresentam particularidades. Situações mais ou menos específicas podem ser analisadas na medida em que o IBGE disponibiliza os dados levantados em vários níveis geográficos, desde o município até o País.

É oportuno destacar também que o Censo Agropecuário é uma fonte vastíssima de dados. Permite, inclusive, análises e descrições bem mais detalhadas que esta, cujo objetivo foi apenas destacar parte das mudanças ocorridas na agropecuária catarinense ao longo das últimas décadas e apontar algumas das suas características em 2006.

Um exemplo destas análises é o trabalho do professor Lauro Mattei, do Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, também apresentado nesta Síntese Anual, que faz um retrato da agricultura familiar de Santa Catarina, o que só foi possível pelo fato de o Censo 2006 disponibilizar informações específicas sobre esse público, o que nunca ocorreu nos censos anteriores.

Tabajara Marcondes - Engenheiro Agrônomo - Epagri/Cepa
e-mail - tabajara@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 32393955
Colaboração
Ilmar Bochardt - Filósofo - Epagri/Cepa
Julio Alberto Rodigheri - Engenheiro Agrônomo - Epagri/Cepa
Luiz Carlos Mior - Engenheiro Agrônomo - Epagri/Cepa

Parte I Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina[1]

Apresentação

Este artigo faz uma análise inicial de parte das informações do Censo Agropecuário de 2006 divulgadas recentemente pelo IBGE. A preocupação central é apresentar alguns dos principais indicadores do sistema familiar de produção, comparativamente à agricultura não familiar. Para tanto, utilizou-se dados referentes ao percentual de estabelecimentos agropecuários e área de cada tipo de agricultura, bem como informações relativas à condição do produtor, ao pessoal ocupado e à receita agropecuária total. A conclusão geral é que em todos esses indicadores a agricultura familiar apresentou um desempenho extraordinário, revelando que seu potencial produtivo é o maior responsável pela dinamização atual do setor agropecuário catarinense.

Introdução

A partir da década de 1990 a agricultura familiar ganhou legitimidade social, econômica e política no Brasil. Para isso, foram decisivas as contribuições de diversos atores sociais, especialmente dos movimentos de agricultores familiares que se organizaram local e regionalmente, dos órgãos governamentais e de determinados setores do "mundo acadêmico" que trabalham com os temas da agricultura e das ruralidades contemporâneas.

Estudos realizados no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, na segunda metade dos anos 1990, possibilitaram uma melhor compreensão da lógica e dinâmica das unidades familiares de produção, assim como dos sistemas produtivos adotados por essas unidades nas diversas regiões do país. Com isso, verificou-se que a agricultura brasileira apresenta uma grande diversidade regional, tanto em termos das formas de ocupação das terras como dos sistemas produção e suas inserções nos mercados regionais, nacional e internacional.

No entanto, esta diversidade até bem recentemente não era captada pelas informações oficiais, especialmente pelo Censo Agropecuário, uma vez que não se separavam as informações relativas à agricultura familiar especificamente. Somente a partir do último Censo Agropecuário, realizado em 2006 e divulgado em 2009, é possível organizar as informações estatísticas considerando-se as duas principais categorias socioeconômicas presentes no meio rural: a agricultura patronal e a agricultura de base familiar.

[1] Versão ligeiramente modificada do artigo apresentado no IV Encontro de Economia Catarinense, realizado nos dias 28 e 29 de abril de 2010, na cidade de Criciúma (SC). Agradeço os comentários e sugestões de Luiz Carlos Mior e de Tabajara Marcondes.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é apresentar a nova realidade da agricultura familiar no contexto do setor agropecuário catarinense, tomando-se como referência as últimas informações oficiais disponibilizadas pelo IBGE. Para tanto, além desta breve introdução, o texto está organizado em três seções. A primeira delas apresenta algumas considerações metodológicas sobre o último Censo Agropecuário. A segunda seção discute as principais informações disponíveis para o Estado de Santa Catarina, ressaltando o papel da agricultura familiar no contexto produtivo rural. Finalmente, a terceira seção apresenta as considerações finais, destacando-se as perspectivas do setor agropecuário familiar catarinense no cenário econômico estadual.

Aspectos metodológicos do Censo Agropecuário 2006

O uso das informações estatísticas sobre o setor agropecuário brasileiro, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009, deve ter certa cautela, considerando-se que algumas mudanças metodológicas contidas no último Censo Agropecuário tornaram incomparável parte dessas informações com os censos anteriores.

A principal alteração diz respeito ao período de coleta das informações. Até 1985 esses censos eram realizados a cada cinco anos, sendo que a data referencial de todas as informações era o último dia do ano civil, ou seja, 31 de dezembro. Em 1990 não foi realizado o Censo Agropecuário e o setor rural ficou um longo período sem ter informações estruturais e conjunturais atualizadas.

Um novo Censo Agropecuário foi realizado somente em 1995/1996. Neste caso, verifica-se que a coleta de informações obedeceu a duas datas-base: os dados relativos à propriedade fundiária, número de estabelecimentos, condição do produtor, área total e pessoal ocupado contemplam o ano civil, ou seja, dizem respeito ao período até 31 de dezembro de 1995. Já as informações relativas às lavouras temporárias e permanentes (investimentos, financiamentos, despesas, produção e receitas), ao setor pecuário e ao setor florestal obedeceram ao ano agrícola, ou seja, contemplam o período entre 01 de agosto de 1995 e 31 de julho de 1996. Com isso, nem todas as informações deste período são comparáveis com as últimas informações divulgadas pelo IBGE em 2009.

A grande novidade do Censo de 2006 é que foram disponibilizadas informações estatísticas que atendem aos preceitos da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326/2006). Com isso, é possível analisar o papel específico da agricultura familiar no contexto da produção agropecuária do País.

Pela Lei 11.326 (24.07.2006), considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I- Deter área não superior a quatro módulos fiscais;

II- Utilizar predominantemente mão de obra familiar na execução das atividades agropecuárias;

III- Ter renda familiar predominantemente do estabelecimento agropecuário;

IV- Dirigir o estabelecimento contando com a participação da família.

Segundo o documento "Nota Técnica" (IBGE, 2009), foram necessários diversos procedimentos metodológicos, especialmente o uso do método de exclusões sucessivas e complementares, no sentido de atender, simultaneamente, todas as definições conceituais de Agricultura Familiar.

Convém alertar, ainda, que a unidade de referência do censo continua sendo o estabelecimento agropecuário, enquanto o conceito de Agricultura Familiar diz respeito às unidades familiares. Como existem famílias com mais de um estabelecimento, o Censo de 2006 pode não ser totalmente correto em relação à dimensão da agricultura familiar, por ter considerado cada estabelecimento como uma unidade familiar.

Por fim, registre-se que, paralelamente ao Censo, foi criado o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos com informações detalhadas de todos os estabelecimentos agropecuários do País. Com o cadastro georreferenciado, o IBGE poderá fazer pesquisas amostrais sobre determinados temas afeitos ao setor agropecuário visando atualizá-los e evitando, com isso, ausência de informações em intervalos de tempo longos.

A dimensão atual da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina

Entre a data de realização do penúltimo censo (1995-96) e o último (2006), ocorreram grandes alterações no cenário agropecuário do País. Em grande medida, essas mudanças estão conectadas ao conjunto de transformações que ocorreram na economia brasileira, destacando-se a abertura comercial, a liberalização dos mercados e a estabilidade macroeconômica nacional.

Este processo remodelou o setor agropecuário, destinando-lhe novas funções. Por um lado, passou a ser mais expressiva a participação das commodities agropecuárias no conjunto das exportações do País (agricultura empresarial); por outro, a produção agrícola para o mercado interno sofreu fortes impulsos. Este segundo aspecto provocou impactos diretos sobre o sistema familiar de produção, colocando-o em um patamar que já não era mais possível de ser captado apenas por meio de instrumentos específicos como o sistema de crédito e preços mínimos e a política de fomento do setor (Pronaf).

É neste contexto de mudanças que ganha relevância as novas informações específicas sobre a agricultura familiar, as quais dão uma dimensão mais precisa do peso deste setor no conjunto da agropecuária do País e de suas respectivas unidades da federação. São alguns desses aspectos que serão comentados na sequência desta seção.

Sobre os estabelecimentos agropecuários

A Tabela 1 apresenta as informações referentes ao número de estabelecimentos e à área total, de acordo com os distintos tipos de agricultura praticados no Estado de Santa Catarina no ano de 2006, confirmando-se, mais uma vez, o expressivo peso da categoria de agricultores familiares. Assim, do total de estabelecimentos existentes no ano do censo (193.663), mais de 168 mil foram classificados como estabelecimentos com predomínio total da agricultura familiar, atingindo 87% do total. Este valor faz de Santa Catarina uma das unidades da federação com os maiores percentuais de agricultores familiares do Brasil.

Tabela 1/I. *Estabelecimentos agropecuários por tipo de agricultura – Santa Catarina - 2006*

Tipo de Agricultura	Estabelecimentos Agropecuários			
	Número	%	Área (ha)	%
Familiar	168.544	87	2.645.088	44
Não Familiar	25.119	13	3.395.047	56
Total	**193.663**	**100**	**6.040.134**	**100**

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Em termos da área total, observa-se que essa maioria absoluta de estabelecimentos familiares detém apenas 44% da área total, enquanto os estabelecimentos não familiares, representando 13% do total dos estabelecimentos detinham 56% da área. Este fato nos indica a persistência da desigualdade de distribuição da posse de terra no meio rural catarinense.

Mesmo figurando entre os estados com as menores taxas de concentração de terra do País, o último censo mostrou que o Índice de Gini[3] de Santa Catarina se manteve em patamares elevados (0.682) e sem grandes oscilações em relação aos censos anteriores, demonstrando existir argumentos concretos e favoráveis à implantação de programas de reforma agrária.

Sobre a condição dos produtores nos estabelecimentos agropecuários

A Tabela 2 mostra a condição do produtor em relação à propriedade da terra no âmbito dos estabelecimentos agropecuários por tipos de agricultura. Inicialmente observa-se que a categoria dos proprietários é amplamente majoritária, respondendo por pouco mais de 88% do número e de 95% da área dos estabelecimentos agropecuários catarinenses.

Considerando-se os distintos tipos de agricultura, nota-se que os estabelecimentos classificados como familiares respondiam por mais de 86% da categoria de proprietários e por mais de 76% do total dos estabelecimentos agropecuários do Estado.

No entanto, quando se considera a área ocupada pelos proprietários enquadrados como agricultores familiares, verifica-se que detinham apenas 43% da área da categoria de

[3] Esse índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de zero, mais equitativa é a distribuição da posse da terra.

proprietários e pouco mais de 40% da área total. Enquanto isso, os agricultores classificados como não familiares, detinham pouco mais de 13% dos estabelecimentos agropecuários da categoria proprietários e mais de 54% da área total.

Tabela 2/I. *Condição do produtor em relação à propriedade da terra por tipo de agricultura - Santa Catarina - 2006*

Condição do produtor	Tipo de Agricultura	Estabelecimentos Agropecuários			
		Número	Participação %	Área (ha)	Participação %
Proprietário	Familiar	148.277	76,6	2.473.228	40,9
	Não familiar	22.631	11,7	3.271.782	54,2
	Total	170.908	88,3	5.745.010	95,1
Arrendatário	Familiar	6.134	3,2	62.497	1,0
	Não familiar	951	0,5	71.764	1,2
	Total	7.085	3,7	134.260	2,2
Parceiro	Familiar	1.884	1,0	18.360	0,3
	Não familiar	267	0,1	16.850	0,3
	Total	2.151	1,1	35.210	0,6
Ocupante	Familiar	5.982	3,1	59.122	1,0
	Não familiar	764	0,4	30.279	0,5
	Total	6.746	3,5	89.401	1,5
Outros[1]	Familiar	6.267	3,2	31.881	0,5
	Não familiar	506	0,3	4.372	0,1
	Total	6.773	3,5	36.253	0,6
Total	**Familiar**	**168.544**	**87,0**	**2.645.088**	**43,8**
	Não familiar	**25.119**	**13,0**	**3.395.047**	**56,2**
Total		**193.663**	**100**	**6.040.134**	**100**

[1]Outros: assentado sem titulação definitiva e produtor sem área.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

A segunda categoria de produtores mais relevantes são os arrendatários, respondendo por 3,7% do total dos estabelecimentos agropecuários. Esta categoria é amplamente formada por agricultores familiares, porém com quantidade de área pouca expressiva no contexto geral.

Os ocupantes detinham 3,5% do total dos estabelecimentos agropecuários, sendo a ampla maioria deles classificados como familiares. Da mesma forma que no caso anterior, os agricultores não familiares, mesmo sendo um número praticamente inexpressivo, detinham quase 34% da área comandada por esta categoria.

A categoria de parceiros é pouco expressiva no Estado catarinense, representando apenas pouco mais de 1% do total dos estabelecimentos agropecuários. A grande maioria desses parceiros é classificada como familiar, chamando atenção que a área comandada pelos poucos arrendatários não familiares é praticamente a mesma daqueles enquadrados como familiares.

Finalmente, as categorias de assentados sem titulação definitiva e de produtores sem área respondiam por 3,5% dos estabelecimentos, sendo amplamente dominadas pelos agricultores familiares. Ressalta-se que faz parte deste percentual os agricultores assentados pelos programas de reforma agrária, os quais ainda não receberam a titulação definitiva de suas terras.

Utilizando-se apenas os tipos de agricultura praticados, nota-se que do total de estabelecimentos classificados como de agricultores familiares (168.544), em 88% deles prevalece a condição de proprietário. São pouco expressivas as demais categorias de produtores que atendem os requisitos de familiar. Já dentre os estabelecimentos enquadrados como não familiares, a categoria dos proprietários representava mais de 90% dos estabelecimentos.

A Tabela 3 apresenta o tempo na direção dos estabelecimentos, segundo os diferentes tipos de agricultura. Inicialmente observa-se que a grande maioria dos produtores está na direção da propriedade há pelo menos 10 anos. Esse intervalo de tempo na direção representa mais de 71% dos estabelecimentos agropecuários do Estado. Se agregarmos a esse percentual os estabelecimentos com proprietários na direção entre 5 e 10 anos, seu valor sobe para mais de 85% do total.

Tabela 3/I. *Tempo na direção dos estabelecimentos agropecuários por tipo de agricultura - Santa Catarina - 2006*

Tempo de direção	Tipo de agricultura	Produtores	Participação %
Menos de 1 ano	Agricultura familiar	3.066	1,6
	Não familiar	567	0,3
	Total	**3.633**	**1,9**
De 1 a menos de 5 anos	Agricultura familiar	20.985	10,8
	Não familiar	3.613	1,9
	Total	24.598	12,7
De 5 a menos de 10 anos	Agricultura familiar	23.511	12,1
	Não familiar	3.818	2,0
	Total	**27.329**	**14,1**
De 10 anos e mais	Agricultura familiar	120.982	62,5
	Não familiar	17.121	8,8
	Total	**138.103**	**71,3**
Total	**Agricultura familiar**	**168.544**	**87,0**
	Não familiar	**25.119**	**13,0**
	Total	**193.663**	**100**

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Isso significa, por um lado, que a maioria absoluta dos estabelecimentos agropecuários do Estado permanece sob a direção de um mesmo produtor por um longo período de tempo e, por outro, que não se verificam alterações expressivas neste quesito nos períodos curtos, ou seja, de 0 a 5 anos. Esta informação é reveladora de quanto lento é o processo de mudança da estrutura fundiária, sendo poucos os novos produtores na direção dos estabelecimentos nos últimos 10 anos (exatamente o intervalo de tempo entre os dois censos agropecuários).

Uma análise específica da agricultura familiar revela que, apesar deste setor apresentar incremento no número de estabelecimentos com produtores na direção no intervalo de 0 a 5 anos, mais de 71% do total tem um tempo de direção de 10 anos e mais. Se a este percentual agregarmos os produtores com 5 e 10 anos de direção, seu valor sobe para quase 86%. Esses valores podem estar recolocando no debate a questão da transitoriedade de direção dos estabelecimentos, especialmente quando se nota que nos últimos anos foram poucos os novos produtores que assumiram a direção dos estabelecimentos. A

esse debate agregam-se também os temas da juventude rural e do próprio envelhecimento da população rural.

Sobre o trabalho no setor agropecuário catarinense

A Tabela 4 apresenta o total de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários por sexo, segundo o tipo de agricul-tura. Do total de ocupados em 31.12.2006 (571.516 pessoas), nada menos que 468.892 pessoas trabalhavam na agricultura familiar, representando 82% das pessoas economicamente ativas. Isso demonstra o grande peso e potencial do setor familiar na manutenção e geração de ocupações no meio rural catarinense.

Tabela 4/I. *Pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, por sexo e tipo de agricultura - Santa Catarina - 2006*

Sexo	Tipo de Agricultura	Pessoas ocupadas	
		Número	Participação %
Homens	Familiar	278.885	49
	Não Familiar	72.971	13
	Total	**351.856**	**62**
Mulheres	Familiar	190.007	33
	Não Familiar	29.653	5
	Total	**219.660**	**38**
Total	**Familiar**	**468.892**	**82**
	Não Familiar	**102.624**	**18**
	Total	**571.516**	**100**

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Mesmo com o processo de eliminação de postos de trabalho rurais devido à mecanização de maior parte do processo produtivo, pode-se afirmar que a sustentação do nível de ocupação e emprego no meio rural catarinense depende da dinâmica da agricultura familiar. Isso porque a outra forma de agricultura presente no Estado responde por apenas 18% da mão de obra ocupada no setor.

Um olhar sobre a temática do gênero revela a preponderância do trabalho dos homens no meio rural, uma vez que os mesmos respondiam por 62% do total de ocupados, ou seja, por mais de 351 mil pessoas.

Quando se considera os distintos tipos de agricultura, entretanto, nota-se que a participação da mulher varia sensivelmente. No caso da agricultura familiar, as mulheres respondiam por quase 41% das pessoas ocupadas; já no caso da agricultura não familiar este percentual é inferior a 29%, revelando dois aspectos cruciais da agricultura não familiar: além de ocupar bem menos pessoas comparativamente à agricultura familiar, há menos espaço de trabalho para as mulheres trabalhadoras rurais.

Sobre a produção agropecuária catarinense

A Tabela 5 mostra a produção nos estabelecimentos e o valor da produção total segundo os diferentes tipos de agricultura. Inicialmente, deve-se registrar que 155.780 estabelecimentos familiares declararam ter obtido produção e valor da produção durante o ano de 2006, o que corresponde a 92% dos 168.544 estabelecimentos familiares e 80% dos 193.663 estabelecimentos do Estado. Já os 22.171 estabelecimentos não familiares

que declararam ter obtido alguma renda no referido ano correspondiam a 88% dos 25.119 estabelecimentos deste tipo de agricultura e 11% do total de estabelecimentos.

Tabela 5/I. *Estabelecimentos com produção no ano e valor da produção, por tipo de agricultura - Santa Catarina - 2006*

Tipo de agricultura	Estabelecimentos agropecuários		Valor da produção (em 31/12)	
	Número	Participação %	Milhões de R$	Participação %
Familiar	155.780	88	5.678,00	64
Não Familiar	22.171	12	3.196,00	36
Total	**177.951**	**100**	**8.874,00**	**100**

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Os valores brutos da produção de cada um dos tipos de agricultura revelam que a agricultura familiar era responsável por quase dois terços do valor bruto total da produção dos estabelecimentos agropecuários do Estado. Este elevado percentual (64%) de participação da agricultura familiar na produção total espelha exatamente o desempenho de alguns indicadores já apresentados e comentados anteriormente.

Esse aspecto está mais bem detalhado pela tabela 6, que apresenta a participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos produtores e na produção total de alguns dos principais produtos de origem animal e vegetal, destacando-se a expressiva participação de alguns produtos vegetais, como são os casos da mandioca, milho, arroz e feijão. Apenas nas culturas tipicamente dinamizadoras da modernização agrícola, como é o caso do binômio trigo-soja, a agricultura familiar catarinense tem participação minoritária.

Na área animal verificou-se um elevado número de estabelecimentos familiares com presença de bovinos, suínos e aves, ao mesmo tempo em que o setor familiar respondia por 87% da produção de leite. Este elevado percentual mostra que, diferentemente de outras unidades da federação, como São Paulo, Goiás e Minas Gerais, a produção leiteira em Santa Catarina está sendo dinamizada pela agricultura familiar. A tabela acima ajuda a ilustrar também uma característica marcante desde os primórdios da agricultura familiar de Santa Catarina, que é sua diversificação produtiva, tanto na esfera vegetal como animal.

Tabela 6/I. *Participação da agricultura familiar no total da produção ou rebanho - Santa Catarina - 2006*

Produtos	Total de Santa Catarina		Total da agricultura familiar			
	Nº de estabelecimentos	Produção ou rebanho	Nº de estabelecimentos	% do total	Produção ou rebanho	% do total
Arroz[1]	8.030	846,4	6.959	87	539,9	64
Feijão[1]	43.090	185,2	38.884	90	135,9	73
Mandioca[1]	30.290	597,0	27.605	91	555,2	93
Milho[1]	105.586	4.110,2	94.712	90	3.145,5	77
Soja[1]	9.860	714,1	7.389	75	214,9	30
Trigo[1]	1.351	97,7	895	66	16,6	17
Bovinos[2]	147.338	3,1	129.254	88	2,0	65
Suínos[2]	82.324	6,6	73.715	90	4,4	67
Frangos[2]	111.362	216,4	99.996	90	146,7	68
Leite[3]	89.043	1.394,1	80.574	90	1,21	87

[1] Mil toneladas, [2] Milhões de cabeças e [3] Bilhão de litros

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Parte I

Sobre o financiamento da produção agropecuária

A Tabela 7 apresenta o tema do financiamento da produção agropecuária, segundo os tipos de agricultura. Inicialmente deve-se registrar que, do total dos estabelecimentos agropecuários do Estado, apenas 37% deles obtiveram financiamento no ano de 2006, o que correspondia a pouco mais de 72 mil estabelecimentos. Dos 121.422 estabelecimentos que não financiaram a produção, a grande maioria (86%) foi de agricultores familiares.

Tabela 7/I. *Estabelecimentos agropecuários com e sem financiamento da produção, por tipo de agricultura - Santa Catarina - 2006*

Tipo de Agricultura	Estabelecimentos agropecuários					
	Com financiamento	% do total	Sem financiamento	% do total	Total [1]	%
Familiar	64.692	38	103.844	62	168.536	100
Não Familiar	7.533	30	17.578	70	25.111	100
Total	**72.225**	**37**	**121.422**	**63**	**193.647**	**100**

[1]As diferenças destes totais para os da tabela 1 devem decorrer de problemas na tabulação do IBGE.
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Os estabelecimentos familiares que obtiveram financiamento da produção (64.692) representavam apenas 38% dos 168.544 estabelecimentos familiares e 33% dos 193.663 estabelecimentos do Estado. Para o setor não familiar esses percentuais foram de 30% e 4%, respectivamente.

Essas informações, especialmente do setor familiar, colocam em debate a questão do papel do financiamento da produção, especialmente do crédito rural. Esse tema foi uma das principais bandeiras de luta das organizações da agricultura familiar nas últimas décadas, culminando na criação, em 1996, do Pronaf. Este programa tem por objetivo destinar crédito rural a custos acessíveis exclusivamente para os agricultores familiares.

O questionário do censo permite identificar a finalidade do financiamento, bem como os motivos para a não obtenção do mesmo. No primeiro caso, verifica-se que a grande maioria dos agricultores (familiares ou não) que fizeram financiamento utilizou o crédito de custeio, sendo ínfima a quantidade de agricultores que utilizou a modalidade de investimento. Esse é um importante indicador a ser considerado na perspectiva de futuro do setor familiar, uma vez que um baixo nível de investimentos poderá comprometer a produtividade da agricultura familiar num curto período de tempo.

Quanto aos motivos que levaram a não obtenção de financiamentos é importante analisar as respostas dos agricultores familiares. Do total de estabelecimentos que não contraíram financiamentos (103.844), 76% deles, ou seja, 78.546 estabelecimentos, não o fizeram por não necessitar de apoio creditício. Outros 10.836 estabelecimentos (10%) não fizeram financiamento por medo de contrair dívidas. Finalmente 5.600 estabelecimentos (5%) não obtiveram financiamento devido à burocracia bancária. Os motivos dos 9% restantes que não contraíram financiamento dizem respeito à falta de garantia pessoal (1%), falta de pagamento do empréstimo anterior (2%) e outros motivos não declarados (6%).

Uma análise geral dessas informações permite levantar a hipótese preliminar de que a agricultura familiar catarinense, pelo menos em termos de reprodução das safras agrícolas, está relativamente estável, necessitando apenas parcialmente de apoio dos programas de crédito para manter o sistema produtivo em operação.

Considerações finais

As informações apresentadas ao longo deste texto revelam uma nova realidade da agricultura familiar de Santa Catarina, tradicionalmente conhecida como uma das unidades da federação com maior potencial produtivo deste setor. Embora sem apresentar dados comparativos em relação aos censos anteriores, é possível afirmar sem margem de erro que a agricultura familiar é a grande responsável pela atual dinamização do setor rural catarinense.

Essa afirmação se ampara na expressiva participação dos estabelecimentos agropecuários familiares no total estadual, tanto em termos numéricos como no volume de ocupações e da produção agropecuária. Todavia, quando se olha para a estrutura agrária, nem tudo é tão perfeito. Mesmo que Santa Catarina apresente uma das mais baixas taxas de concentração de terra do País, o Índice de Gini, situado no patamar de 0.682, além de ser elevado, permaneceu praticamente idêntico ao verificado no Censo Agropecuário de 1985. Isso sugere que os programas de reforma agrária implementados entre esses dois intervalos censitários (1985-2006) tiveram pouco efeito sobre a estrutura agrária do Estado, no sentido de tornar a propriedade da terra melhor distribuída.

Nas questões relativas aos agricultores responsáveis pelos estabelecimentos, além do censo confirmar algo já conhecido, ou seja, a hegemonia da categoria dos proprietários rurais, o aspecto do tempo na direção dos estabelecimentos merece ser destacado. Assim, verificou-se que, tanto na agricultura familiar como na não familiar, a grande maioria dos estabelecimentos tem proprietários em sua direção por 10 anos e mais. Se por um lado isso confere uma relativa estabilidade aos produtores, evitando-se a rotatividade na direção desses estabelecimentos em intervalos de tempo bastante curtos, por outro indica o envelhecimento dos proprietários dos estabelecimentos rurais e a sua não renovação associada à dificuldade de inserção dos jovens.

Outro aspecto reafirmado pelo Censo Agropecuário de 2006 foi a importante contribuição da agricultura familiar na ocupação rural, sendo este setor responsável pela maioria absoluta das pessoas ocupadas. Todavia, deve-se registrar que o setor rural catarinense, predominantemente dominado pelas unidades familiares de produção, com boa parte delas integradas aos grandes complexos agroindustriais, já não dá mais conta de manter a ocupação de todas as pessoas das famílias. Isso leva a um processo contínuo de deslocamentos populacionais das áreas rurais em direção aos centros urbanos e/ou a outras unidades da federação, especialmente por parte dos jovens.

Mas é, sem dúvida, na esfera produtiva que os dados do novo censo revelam a grande contribuição da agricultura familiar. Além de ser responsável por 64% do total do

valor da produção dos estabelecimentos agropecuários, o sistema produtivo familiar tem peso significativo na maioria dos produtos vegetais (arroz, feijão, mandioca e milho), bem como no rebanho animal e na produção leiteira, atingindo 87% do total de leite produzido no Estado.

Talvez este impressionante dinamismo da agricultura familiar seja responsável por um fato curioso revelado pelo censo de 2006: 62% dos estabelecimentos familiares não recorreram ao financiamento da produção, com a maioria absoluta desses estabelecimentos informando que não recorreu ao sistema de crédito por não necessitar de apoio creditício.

Esse fato é revelador de um período histórico, uma vez que no passado recente uma das principais bandeiras de luta das organizações dos agricultores familiares era justamente a oferta, por parte do Governo Federal, de crédito rural a custos acessíveis a esse setor que tradicionalmente havia sido marginalizado pela política agrícola.

Obviamente que nem tudo são flores nas lavouras familiares catarinenses, persistindo alguns desafios estruturais. Vencido o desafio de ter se firmado social e economicamente perante o conjunto da sociedade como setor essencial nos rumos do projeto de desenvolvimento do País, outros desafios precisam ser enfrentados. Por um lado, os agricultores familiares precisam se reafirmar politicamente para, em conjunto com outros segmentos da sociedade, forçar a adoção de uma estratégia de desenvolvimento baseada na eliminação das desigualdades sociais e regionais, visando à garantia efetiva dos direitos sociais, políticos e culturais de todos. Por outro, é preciso incorporar à agenda deste setor com a força necessária a temática ambiental como questão decisiva na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável. Para tanto, produzir alimentos sadios e de qualidade, manejar adequadamente os recursos naturais, adotar tecnologias que não destroem os ecossistemas e inserir a juventude rural são algumas das premissas colocadas para a agricultura familiar catarinense no limiar do século XXI.

Lauro Mattei - UFSC - Professor economia da UFSC
e-mail - mattei@cse.ufsc.br

Alho

Panorama mundial

A produção mundial de alho no ano de 2008, de acordo com a FAO (Tabela 1) foi de 16,41 milhões de toneladas, volume 13,6% maior que o obtido em 2007, com uma área cultivada de 1.225.777 hectares, 2% a mais que na safra anterior. A produção colhida em 2008 e comercializada até meados de 2009 foi ofertada a preços baixos no mercado internacional, motivando uma redução nas áreas de plantio de todo o mundo em 2009.

Tabela 1/I. *Alho - Área e produção - Mundo e principais países - Safras 2005/08*

	Área colhida (ha)				Produção (t)			
	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
Mundo	**1.179.101**	**1.165.153**	**1.204.711**	**1.225.777**	**13.278.282**	**13.694.111**	**14.198.324**	**16.417.034**
China	648.139	657.250	692.400	694.040	11.083.014	11.587.000	12.088.000	12.575.036
India	144.100	134.900	147.000	147.000	646.600	598.200	645.000	645.000
Fed Russa	30.800	29.900	28.500	27.000	257.280	255.860	254.000	220.000
Corea, Rep	31.766	28.594	27.500	28.416	374.980	331.379	325.000	375.463
Bangladesh	25.593	26.709	24.500	33.622	90.170	102.000	88.500	144.817
Myanmar	22.000	23.000	23.000	24.500	126.000	125.000	128.000	147.000
Espanha	17.331	16.200	16.100	15.900	136.400	148.300	142.400	142.500
Ucrânia	19.100	18.100	16.000	17.300	145.600	145.600	125.000	136.800
Argentina	14.000	15.500	15.600	15.600	116.441	135.505	140.000	140.000
Turquia	17.000	15.000	15.000	16.000	109.000	96.112	94.779	81.070
Tailândia	16.831	13.331	12.094	13.821	106.598	81.376	74.711	85.648
Brasil	10.362	10.486	11.035	10.214	86.199	87.779	92.934	91.649

Fonte: FAO (julho de 2010).

Existem no mundo quatro grandes centros de produção de alho: asiático, europeu, norte-americano e sul-americano.

O centro mais importante é o asiático, onde se destaca a China como o maior produtor, consumidor e exportador mundial de alho.

Os últimos dados oficiais disponibilizados pela FAO do ano de 2008 indicam que o país asiático plantou 694.040 hectares e colheu 12.575.036 toneladas, representando 76% da produção mundial. A China exporta 10% do que produz. Para abastecer com alho os clientes doze meses por ano, a China adota a frigoconservação.

Dados extra-oficiais indicam que ocorreu uma diminuição na área e produção de alho na China na safra de 2009/10 e um aumento interno de consumo, motivados pela gripe suína, que provocou uma forte subida dos preços. Essa foi a grande notícia do setor nos últimos anos no mercado internacional com reflexos no Brasil. Já para a safra de 2010/11 houve uma retomada das áreas de plantio do alho, como na China, Argentina e Brasil.

No centro europeu destacam-se a Espanha, tradicional produtor e exportador de alho, e a Federação Russa. Com o domínio do mercado de alho pela China nos últimos quinze anos, a Espanha reduziu consideravelmente a produção e a exportação. Na safra de 2008 cultivou 15.900 hectares e colheu 142.500 toneladas, já a Federação Russa plantou 27.000 hectares e produziu 220.000 toneladas.

O centro norte-americano produz alho basicamente para o mercado dos Estados Unidos e México. O México exporta uma pequena quantidade de alho todo ano para o Brasil e, em 2009, foi de 1% do volume total importado.

Na América do Sul o destaque é a Argentina, segundo maior exportador mundial de alho, e o Brasil, um dos maiores importadores desse bulbo. Na safra de 2008 a Argentina cultivou 15.600 hectares e colheu 140.000 toneladas, 75% das quais destinadas à exportação. O Brasil é o maior comprador do alho argentino e o segundo produtor.

O mercado mundial de alho é dominado pela China, após uma estratégia bem-sucedida de aplicação de dumping durante 15 anos. Nesse período a China vendeu alho encaixotado de US$ 3,00 a 5,00 Fob. Quebrou os concorrentes e desde março de 2009 está vendendo alho a US$ 15,00 a 24,00 Fob.

O aumento do preço Fob do alho chinês, que domina 40% da oferta de alho no Brasil, puxou o preço do mercado para cima. A alta também atingiu o alho nacional, beneficiando os produtores remanescentes na atividade (Tabela 1).

Panorama da América do Sul

A produção de alho na América do Sul está presente em dez países, segundo os números da FAO. A área destinada ao bulbo vinha crescendo até a safra 2007 com 41.435 hectares. No ano de 2008 foram colhidos 38.411 hectares, área 8% inferior que a anterior.
Os países com maior área colhida são Argentina, 15.600 hectares, seguida pelo Brasil, 10.214 hectares, Peru, 7.974 hectares, e Chile com 1.044 hectares.

A exemplo da área colhida, a produção também vinha aumentando até a safra de 2007, quando foram colhidas 351.164 toneladas. Em 2008 a produção foi de 342.617 toneladas.

Afora a Argentina, que é o segundo maior exportador de alho do mundo, a produção dos demais países da América do Sul é basicamente destinada ao mercado interno.

O rendimento médio aumentou nas últimas safras. O melhor desempenho individual é obtido pela Colômbia, com 13,34 toneladas por hectare, seguida pelo Peru, com 10,14. Brasil e Argentina estão empatados em terceiro lugar, com 8,97 toneladas (Tabela 2).

Tabela 2/I. *Alho - Área colhida, produção obtida e rendimento médio - América do Sul - Safras 2005/08*

Discriminação	Área colhida (ha)				Produção (t)				Rendimento médio (kg/ha)			
	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
Total	**37.269**	**40.438**	**41.435**	**38.411**	**298.165**	**339.466**	**351.164**	**342617**	**8.000**	**8.395**	**8.475**	**8.919**
Argentina	14.000	15.500	15.600	15.600	116.441	135.505	140.000	140.000	8.317	8.742	8.974	8.974
Brasil	10.362	10.486	11.035	10.214	86.199	87.779	92.934	91.649	8.318	8.371	8.421	8.972
Perú	6.451	7.849	8.000	7.974	54.896	73.503	75.000	80.896	8.509	9.364	9.375	10.144
Chile	2.800	2.900	3.000	1.044	19.500	20.000	20.500	7.000	6.964	6.896	6.833	6.704
Venezuela	1.560	1.554	1.600	1.437	11.629	12.591	12.600	12.078	7.454	8.102	7.875	8.405
Bolívia	695	719	720	733	4.749	4.993	5.000	5.177	6.833	6.944	6.944	7.062
Equador	620	620	620	620	1.030	1.030	1.030	1.030	1.661	1.661	1.661	1.662
Paraguai	350	300	350	350	500	445	500	500	1.428	1.483	1.428	1.428
Colômbia	256	260	260	265	2.513	2.520	2.500	3.536	9.816	9.692	9.615	13.343
Uruguai	175	250	250	174	708	1.100	1.100	751	4.045	4.400	4.400	4.316

Fonte: FAO (julho de 2010).

Panorama nacional

Os números de área colhida e produção sobre as safras brasileiras disponibilizados pelo IBGE indicam que a cultura vem perdendo espaço desde meados dos anos noventa, quando o alho chinês desembarcou no Brasil. Naquela época plantavam-se 18 mil hectares de alho, com destaque para Santa Catarina, que cultivava 4,4 mil hectares e era o maior produtor nacional.

Nas safras de 2006 a 2008, as áreas de cultivo de alho no Brasil foram muito similares, com 10.458, 11.325 e 10.214 hectares respectivamente. A menor área de cultivo de alho no Brasil foi em 2009 com apenas 9.502 hectares, devido ao insucesso financeiro das safras anteriores.

Dados preliminares da safra de 2010 indicam um aumento nas áreas de plantio de alho em todo o país na faixa de 10%. Esse aumento é decorrência do bom resultado econômico na última safra, quando os preços foram remuneradores.

No Brasil existem duas regiões bem distintas responsáveis por 80% da área de plantio de alho, especialmente os nobres de dente roxo, exigentes em frio e/ou fotoperíodo: o Sul do país, com destaque para os Campos de Curitibanos, e a Serra Gaúcha. A outra região produtora é o "Cerrado" de Goiás, Minas Gerais e Bahia, onde o destaque é para Cristalina-Goiás, Alto Paranaíba e São Gotardo em Minas e a Chapada Diamantina na Bahia. O alho produzido nessa região quente necessita de choque frio em câmaras frigoríficas e sua produção destina-se aos grandes centros consumidores e distribuidores do bulbo no Brasil, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro.

Os alhos comuns, com 20% da área cultivada no Brasil, possuem uma baixa exigência de frio e/ou fotoperíodo, baixa produtividade média e produzem do Rio Grande do Sul até o Nordeste. Esses bulbos destinam-se aos mercados regionais, que são menos exigentes na aparência e apresentação.

A produção nacional de alho em 2009 foi de 85.323 toneladas, volume esse 7% menor que no ano anterior. Essa diminuição deve-se à menor área cultivada e aos problemas climáticos no sul do Brasil, como excesso de chuvas e granizo.
Os Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Santa Catarina apresentam as maiores áreas colhidas do bulbo em 2009, com 3.014, 1.650, 1.844 e 1.476 hectares respectivamente (Tabela 3).

Tabela 3/I. *Alho - Área plantada e produção - Brasil e por estado - Safras 2006/10*

Brasil/estado	Área plantada (ha)					Produção (t)				
	2006	2007	2008	2009	2010[1]	2006	2007	2008	2009	2010[1]
Brasil	**10.458**	**11.325**	**10.214**	**9.502**	**10.316**	**87.749**	**99.828**	**91.649**	**85.323**	**103.494**
Rio Grande do Sul	3.320	3.293	2.904	3.014	2.885	21.438	22.167	19.658	17.819	19.399
Minas Gerais	2.304	2.192	1.958	1.844	1.602	25.552	23.895	22.094	22.188	18.742
Goiás	1.024	1.870	1.900	1.650	2.483	12.277	22.707	23.330	21.260	36.486
Santa Catarina	1.530	1.876	1.577	1.476	1.627	12.904	17.274	14.215	11.553	15.342
Paraná	833	810	755	701	696	3.955	3.872	3.718	3.148	3.209
Bahia	938	776	628	661	789	7.398	5.382	4.320	5.144	6.370
São Paulo	200	200	197	197	197	1.700	1.774	1.717	1.750	1.738
Distrito Federal	161	190	176	176	146	1.601	1.989	1.825	1.770	1.592
Espírito Santo	129	113	113	91	93	70	744	743	691	711

[1]Dados preliminares sujeitos a confirmação.
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2005-2009) e LSPA-jul/2010.

No que tange à produção e produtividade, prevê-se para 2010 que o Estado de Goiás passe a ocupar o primeiro lugar no território nacional, com 36.486 toneladas e uma produtividade excepcional de 14,69 toneladas, seguido do Rio Grande do Sul e Minas Gerais.
Santa Catarina, que já foi o maior produtor nacional, aparece na safra de 2010 na quarta colocação, com 15.642 ton. e uma produtividade de 10,97 toneladas.

Panorama estadual

A safra catarinense de alho de 2009 (Tabela 4) foi menor que a anterior, devido à redução nos plantios, motivados pelos baixos preços recebidos em 2008 e a baixa produtividade ocasionada por fatores climáticos. Muitos produtores tradicionais pararam de plantar e outros reduziram as áreas.

Em 2009 os produtores de Santa Catarina cultivaram 6,4% a menos que em 2008. Foram 1.476 hectares em 2009 contra os 1.577 hectares plantados na safra anterior.

Na safra 2009/10, devido à menor oferta do alho catarinense e principalmente pelo aumento do preço Fob/China, os produtores foram recompensados com preços animadores que motivaram o aumento de 10% da área de plantio com 1.627 hectares e uma previsão de produção de 15.342 toneladas, 25% superior à anterior.

A permanecer os preços remuneradores do alho no Brasil, aos poucos certamente Santa Catarina retomará parte do mercado nacional perdida para os alhos importados, uma vez que já possui a infra-estrutura, terra, água, mão de obra e tecnologia para produzir alhos de alta qualidade.

Tabela 4/I. *Alho - Área plantada e produção - Santa Catarina e microrregião geográfica - Safras 2005/09*

Santa Catarina/MRG	Área plantada (ha)					Produção (t)				
	2005	2006	2007	2008	2009	2005	2006	2007	2008	2009
Santa Catarina	**1.501**	**1.530**	**1.796**	**1.577**	**1.476**	**12.370**	**12.904**	**16.474**	**14.215**	**11.533**
Curitibanos	1.241	1.275	1.545	1.319	1.130	10.720	11.172	14.781	12.469	8.535
Joaçaba	133	133	133	138	239	684	735	735	824	2.272
Campos de Lages	83	78	64	60	34	734	763	663	615	388
Concórdia	4	4	10	16	15	30	30	63	90	81
Tubarao	12	12	14	14	11	63	63	75	75	70
Chapecó	13	13	13	11	18	86	86	86	70	100
Tabuleiro	2	2	6	9	13	12	14	38	47	36
Xanxerê	8	8	7	6	12	26	26	22	15	61
Tijucas	3	3	3	3	3	9	9	9	9	9
Florianópolis	2	2	1	1	1	6	6	2	1	1

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2005-2009) e LSPA-jul/2010.

Os últimos quinze anos foram um período crítico para a produção de alho em Santa Catarina e em todo o país, já que o alho chinês foi comercializado no Brasil abaixo do custo de produção do nacional.

Na safra 2009, a microrregião geográfica de Curitibanos plantou 75% de toda a área cultivada no Estado e colheu 74% de toda a produção. As microrregiões de Joaçaba e Lages têm um peso menor na formação da safra estadual, com participação de 17,4% e 2,5% da área plantada e de 20% e 3,0% do volume produzido, respectivamente.

Com relação ao rendimento médio, a expectativa dos produtores é que os índices aumentem nos próximos anos, devido à entrada no mercado de sementes de alho livre de vírus produzidas pela Epagri, comprovadamente superiores aos clones hoje cultivados na região.

A microrregião de Campos de Lages em 2009, com 11.410 quilos por hectare, apresentou o maior rendimento, seguido de Joaçaba com 9.510 quilos por hectare e de Curitibanos com 8.290 quilos por hectares. (Tabela 4). As produtividades médias do Estado de Santa Catarina se assemelham a países tradicionais na produção de alho, como a Argentina e Espanha. Hoje muitas lavouras de Santa Catarina conseguem produzir entre 12 e 15 toneladas por hectare em anos de clima normal.

Por trás dessa produtividade, está a Epagri, com seu conhecimento científico, reconhecida nacionalmente, quer na geração quer na difusão de tecnologias de produção de alho.

O maior produtor individual do Estado é o município de Curitibanos, que respondeu em 2009 por 49,17% da área plantada e 52,14% de toda a produção obtida. Em seguida, aparece Frei Rogério, Fraiburgo e Brunópolis (Tabela 5).

Tabela 5/I. *Alho - Área plantada e produção - Santa Catarina e principais municípios - Safras 2005/10*

Estado/município	Área plantada (ha)						Produção (t)					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010(*)	2005	2006	2007	2008	2009	2010(1)
Santa Catarina	**1.501**	**1.530**	**1.796**	**1.577**	**1.476**	**1.627**	**12.370**	**12.904**	**16.474**	**14.215**	**11.553**	**15.342**
Curitibanos	850	850	1.000	800	650	800	7.650	7.650	10.000	8.000	4.800	8.000
Frei Rogério	150	150	300	330	250	300	1.200	1.200	2.400	2.640	2.000	2.400
Campos Novos	50	80	80	80	50	50	500	800	800	800	800	500
Brunópolis	80	80	100	50	100	100	640	640	1.000	500	500	1.000
Fraiburgo	70	70	70	70	180	180	364	385	385	420	1.800	1.800
Lages	28	28	28	24	24	24	336	336	336	288	388	288
Ponte Alta	40	40	30	30	30	30	332	332	249	249	249	249
Lebon Regis	30	30	30	35	35	85	165	165	165	210	280	680
Correia Pinto	30	30	20	20	10	10	255	300	200	200	100	100
Monte Carlo	60	60	20	20	-	-	300	420	200	200	-	-
Caçador	20	20	20	20	20	20	90	120	120	120	160	160
Sao José do Cerrito	15	10	6	6	-	-	90	60	60	60	-	-

(1)Dados preliminares.
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2005-2009) e LSPA-jul/2010.

Para a safra de 2010/11, que neste momento encontra-se em fase de desenvolvimento vegetativo, as expectativas são que voltem as produtividades ao redor das 10 toneladas por hectare, já que o inverno foi frio e prevê-se uma primavera seca. Como todos os produtores de alho possuem irrigação, fica muito mais fácil o controle da umidade do solo do que as doenças em anos de excesso de chuva.

Comércio exterior

A China domina o mercado mundial do alho, com ofertas anuais de 120 milhões de caixas de 10 quilos segundo a FAO. Poucos são os países onde não se encontra o bulbo asiático, de boa aparência e tamanho, mas de pouca pungência.

Ano após ano as importações brasileiras de alho estão batendo recordes (Tabela 6 e Figura1), segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secex, disponíveis na internet no sistema Aliceweb.

O volume importado em 2009 foi recorde novamente com 151.720 toneladas no valor de US$ 118.168.440,00 e preço médio declarado por caixa de apenas US$ 7,79.

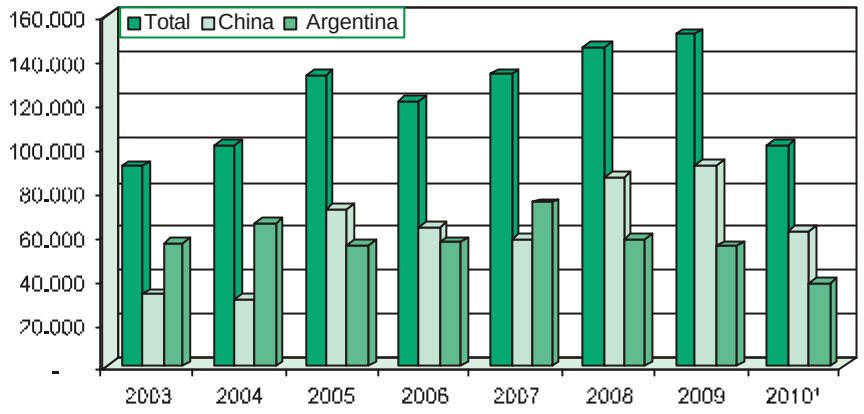
A oferta mensal foi de 1,26 milhões de caixas para um consumo total de 1,90 milhões.

Tabela 6/I. *Alho - Quantidade importada - Total e por país - Brasil - 2003-jul./10*

Ano	Quantidade (t)			Milhões-U$S
	Total	China	Argentina	
2003	91.565	33.410	56.024	43.229
2004	101.189	31.010	65.222	48.173
2005	132.581	71.768	55.586	73.483
2006	120.942	63.401	56.690	80.736
2007	133.095	57.786	74.698	103.193
2008	145.917	86.899	58.214	88.265
2009	151.720	91.915	54.898	118.168
2010(*)	100.807	61.568	38.403	152.342

(*)Dados até julho de 2010.
Fonte: MDIC/Secex.

O maior fornecedor de alho para o Brasil desde 2005 é a China. Em 2009 o volume de alho adquirido da China foi de 91.915 toneladas representando 61% do total importado. O preço médio declarado por caixa foi de apenas US$ 6,71.



¹Dados até julho/2010
Fonte: MDIC/Secex.

Figura 1/I. *Alho - Quantidade importada - Total e por país - Brasil - 2003-jul/10*

A Associação Nacional dos Produtores de Alho (Anapa) tem denunciado essa prática de subfaturamento por parte dos importadores como forma de pagar menos impostos.

O segundo maior fornecedor de alhos para o Brasil é a Argentina. No ano de 2009 o país importou do mercado argerntino 54.898 toneladas, 36% do total importado, a um preço médio de US$ 9,46/caixa.

Os últimos anos mostram uma diminuição no volume importado da Argentina com a substituição do produto argentino pelo alho Chinês.

As importações no ano de 2010 continuam no mesmo ritmo do ano anterior e de janeiro até julho já entraram no país 100.807 ton. a um preço médio de US$ 15,11, valor esse 94% superior ao declarado em 2009.

Em valores, o Brasil desembolsou com as importações de alho US$ 118,168 milhões/Fob em 2009 e, de janeiro até julho de 2010, US$ 152,342 milhões/Fob.

Os principais portos de chegada e desembaraço do alho chinês são: Santos, Rio de Janeiro, Sepetiba (RJ) e Itajaí, com 35%, 32%, 20% e 5% do total importado, respectivamente.

O alho argentino tem em Foz do Iguaçu a sua principal aduana, com 80% do volume exportado para o Brasil, seguido de Dionísio Cerqueira e São Borja com 9% cada.

Hoje quem dita o preço do mercado interno do Brasil é a China e para a alegria dos produtores o preço Fob subiu e muito nos últimos quinze meses, passando de US$ 5,00 para US$ 24,00 Fob. A Argentina, segundo maior exportador para o Brasil, não deixa por menos e acompanha a alta do mercado internacional.

Parte I

Consumo Nacional

O Brasil consumiu em 2009 um total de228.000 toneladas de alho ou 22,8 milhões de caixas de 10 quilos. A média mensal foi de 1,90 milhões de caixas.

Do total consumido, 151.720 toneladas foram de alhos importados e 76.280 toneladas de alho nacional (o restante da produção nacional foi para semente, alhos abaixo do padrão e perdas na pós-colheita).

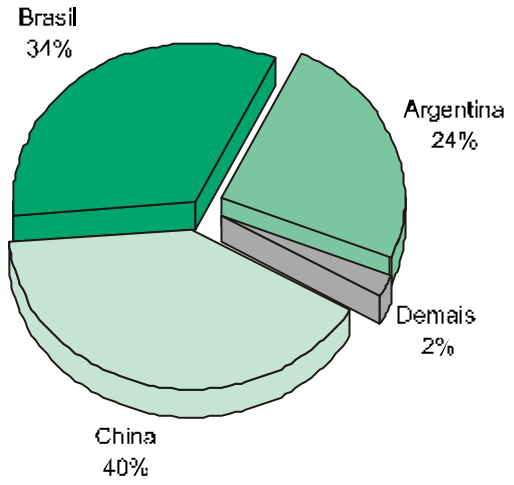
O consumo per-cápita no país aumentou significativamente de acordo com a Conab, passando de 400 gramas/hab/ano nos anos oitenta para 1,20 quilo/hab/ano, em 2009.

A variedade de alho mais consumida hoje no Brasil é a chinesa, com 52%, quer produzida na China quer na Argentina. O alho nobre roxo é o segundo mais consumido, com 43% e o alho comum aparece em último com 5%.

O alho importado foi responsável por 66% do sistema de abastecimento nacional. Coube à China ofertar 40% do nosso consumo; a Argentina ficou com 24%; o nacional, com 34%; os demais países exportadores representam apenas 2%, como se vê na Figura 2.

O alho nacional, que já abasteceu o mercado com 80%, foi diminuindo a sua oferta a partir do início da década de noventa, sendo substituído pelo importado da China e da Argentina.

Agora, permanecendo os atuais preços praticados no mercado, a produção de Santa Catarina e do Brasil poderá retomar essa fatia do abastecimento que perdeu.



Fonte: MDIC/Secex e IBGE.

Figura 2/I. *Alho - Oferta conforme a origem - Brasil - 2009*

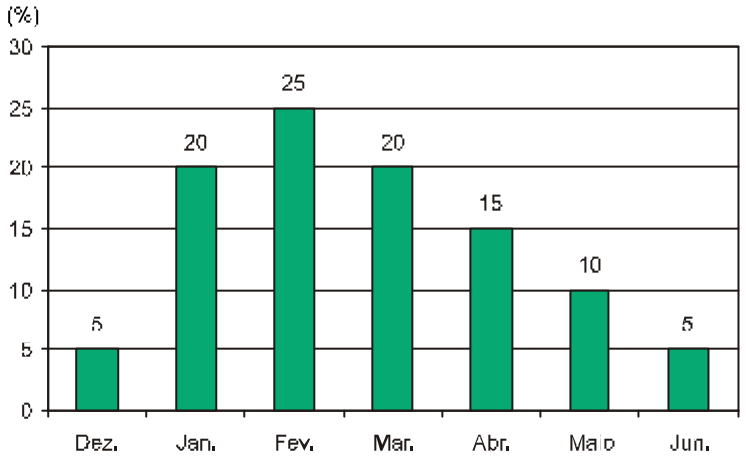
Oferta e preços do alho de Santa Catarina

O alho cultivado em Santa Catarina é, na sua maioria, nobre roxo adaptado às regiões frias do Estado.

Planta-se o alho via “dentes” ou bulbilhos, nos meses de maio, junho e julho, e colhe-se no final de novembro e dezembro.

A oferta do alho catarinense ao mercado inicia no mês de dezembro, com um volume de 5%. Os meses de maior oferta são os de janeiro, fevereiro e março, com 20, 25 e 20% respectivamente, caindo em abril, maio e junho.

Visando aumentar o período de oferta, é tradição a aplicação de anti-brotante, com registro no Ministério da Agricultura. Dessa forma parte da produção catarinense pode ser comercializada em maio e junho sem o risco do dente brotar (Figura 3).



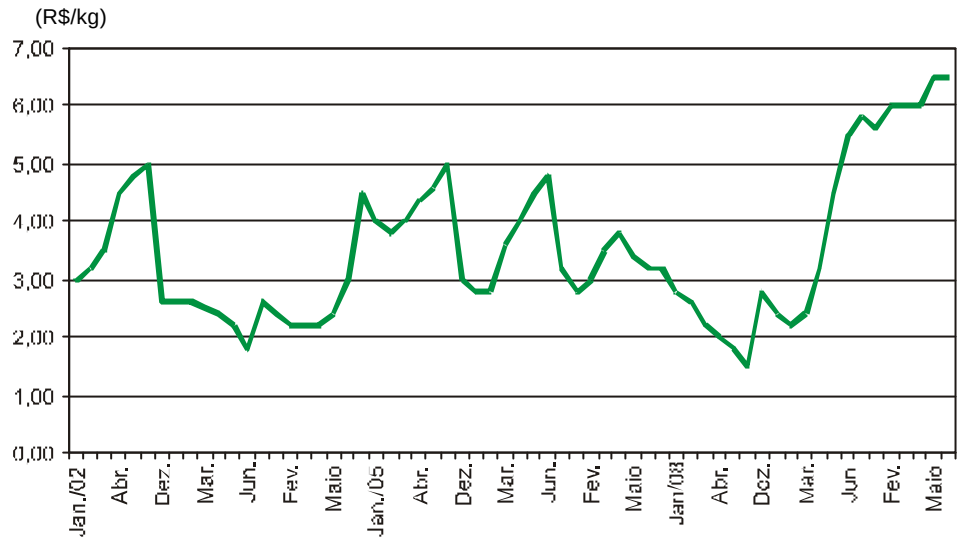
Fonte: Cooperalho, Anapa e Epagri.

Figura 3/I. *Alho - Ofertas mensais - Santa Catarina - Dez./09 - Jun./10*

Os preços recebidos pelos produtores de Santa Catarina, como mostra a Figura 4, são referentes às classes 5, 6 e 7. Em média uma lavoura não produz apenas alhos graúdos. Há também os miúdos, alhos industriais.

Durante o período de janeiro de 2002 a julho de 2010 os preços oscilaram bastante. Os piores preços recebidos foram em 2008. A partir de abril de 2009 os preços começaram a subir e permanecem até hoje.

A Tabela 7 mostra a série histórica dos preços médios nominais corrigidos recebidos pelos produtores nacionais durante todo o ano, no período de janeiro de 2002 a junho de 2010.



Fonte: Epagri/Curitibanos

Figura 4. *Alho - Preços nominais recebidos pelos produtores (classes 5, 6 e 7) - Santa Catarina – Jan/2002-maio/10*

Tabela 7/I. *Alho - Preços médios nominais e corrigidos, recebidos pelos produtores - Brasil - jan./02-ago./10*

(R$/kg/classes 5, 6 e 7)

Mês/ ano	2002	2002[1]	2003	2003	2004	2004[1]	2005	2005[1]	2006	2006[1]	2007	2007[1]	2008	2008[1]	2009	2009[1]	2010	2010	Média nominal	Média atualizada[1]
jan.	3,00	5,16	2,60	3,90	2,40	3,26	4,00	5,12	2,80	3,41	2,80	3,32	2,80	3,15	2,40	2,54	5,60	5,60	3,16	3,94
fev.	3,20	5,44	2,60	3,80	2,20	2,96	3,80	4,83	2,80	3,40	3,00	3,54	2,60	2,91	2,20	2,31	6,00	6,00	3,16	3,91
mar.	3,50	5,94	2,50	3,60	2,20	2,95	4,00	5,06	3,60	4,36	3,50	4,11	2,20	2,45	2,40	2,51	6,00	6,00	3,32	4,11
abr.	4,50	7,58	2,40	3,41	2,20	2,93	4,40	5,53	4,00	4,83	3,80	4,44	2,00	2,21	3,20	3,35	6,00	6,00	3,61	4,48
maio	4,80	8,04	2,20	3,09	2,40	3,19	4,60	5,73	4,50	5,42	3,40	3,96	1,80	1,98	4,50	4,68	6,50	6,50	3,86	4,73
jun.	5,00	8,36	1,80	2,50	3,00	3,97	5,00	6,19	4,80	5,78	3,20	3,72	1,50	1,63	5,50	5,69	6,50	6,50	4,03	4,93
jul.	5,00	8,31	2,50	3,47	3,50	4,61	5,00	6,19	4,50	5,42	3,00	3,48	3,30	3,56	5,50	5,66	7,00	7,00	4,37	5,30
ago.	4,40	7,23	3,00	4,17	4,60	6,01	4,40	5,45	4,00	4,81	3,00	3,47	3,20	3,44	6,00	6,16	7,50	7,50	4,46	5,36
set.	3,00	4,89	2,80	3,88	5,00	6,50	3,80	4,70	3,60	4,33	3,20	3,67	3,20	3,43	6,00	6,16			3,83	4,70
out.	2,90	4,69	2,80	3,85	4,80	6,23	3,40	4,20	3,50	4,21	3,40	3,89	3,00	3,21	6,00	6,15			3,73	4,55
nov.	2,60	4,14	2,70	3,70	4,50	5,83	3,20	3,93	3,40	4,07	3,40	3,88	3,00	3,19	6,00	6,13			3,60	4,36
dez.	2,60	4,00	2,60	3,55	4,50	5,81	3,00	3,67	3,20	3,81	3,20	3,64	2,80	2,97	5,80	5,91			3,46	4,17
Média	3,71	6,15	2,54	3,58	3,44	4,52	4,05	5,05	3,73	4,49	3,24	3,76	2,62	2,84	4,63	4,77	6,39	6,39	3,82	4,62

[1]Preços atualizados pelo INPC de 30/03/2010.
Fonte: Epagri, Conab, Anapa.

Marco Antônio Lucini* - *Engenheiro Agrônomo- Epagri/Curitibanos
e-mail: marcolucini@epagri.sc.gov.br - Tel. 49 3245.0680

Arroz

Mundo - Safra 2008/09

As estimativas do USDA (julho de 2010) para a safra 2008/09 mundial de arroz beneficiado são de 433,75 milhões de toneladas, apresentando um incremento de 3,3%, em relação à safra anterior que atingiu um total de 433,75 milhões de toneladas. No cenário mundial, a China participou com 30,0%, seguido pela Índia, com 22,1%, a Indonésia, com 8,5%, o Vietnã, com 5,4%, a Tailândia, com 4,4%, as Filipinas, com 2,4% e a Burma, com 2,3% e o Brasil, com 1,9%.

Na safra, os dados do USDA informam que os estoques mundiais de arroz beneficiado alcançaram a cifra de 80,61 milhões de toneladas, crescendo 7,6%, em relação à safra anterior; o comércio mundial movimentou 56,22 milhões de toneladas, com queda de 7,0% em comparação com os 60,43 milhões de toneladas comercializadas na safra 2007/08; o consumo mundial do cereal cresceu 2,2%, sendo demandado um total de 437,77 milhões de toneladas (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1/I. *Arroz beneficiado – Balanço de oferta e demanda mundial – Safras 2005/06 -2010/11*

Discriminação	Safra (milhões de t)					
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Estoque inicial	74,44	75,68	74,9	80,61	90,86	89,44
Produção	418,06	420,43	433,75	448,03	440,58	459,28
Importação	25,94	28,52	29,31	27,16	27,18	28,67
Consumo	416,03	421,21	428,22	437,77	442,01	452,11
Exportação	30,21	31,32	31,12	29,06	29,82	31,48
Estoque final	75,68	74,9	80,61	90,86	89,44	96,61

Fonte: USDA – abril e julho de 2010.

Tabela 2/I. *Arroz beneficiado – Principais países produtores – Safras 2006/07-2010/11*

País	Safra (milhões de t)				
	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Mundo	**420,43**	**433,75**	**448,03**	**440,58**	**459,28**
Estados Unidos	6,27	6,34	6,40	6,92	7,61
Índia	93,35	96,69	99,18	87,50	99,00
Paquistão	5,45	5,70	6,70	6,50	6,50
Tailândia	18,25	19,30	19,85	20,30	20,60
Vietnã	22,92	24,38	24,39	24,38	24,75
Brasil	7,70	8,20	8,57	7,82	8,40
EU-27	1,69	1,82	1,62	1,98	2,01
Indonésia	35,30	37,00	38,30	38,80	40,00
Nigéria	2,90	3,00	3,20	3,40	3,60
Filipinas	9,78	10,48	10,75	9,76	10,80
Burma	10,60	10,73	10,15	10,60	11,00
China	127,20	130,22	134,33	137,00	137,50
Egito	4,38	4,39	4,40	4,30	3,90
Japão	7,79	7,93	8,03	7,71	7,85
México	0,18	0,13	0,16	0,18	0,16
Coréia do Sul	4,68	4,41	4,84	4,92	4,60

Fonte: USDA – abril e julho de 2010.

Nos últimos anos, a produção mundial de arroz tem crescido (levemente), inclusive nos países importadores, tendo como fator responsável o aumento de ganho da produtividade, uma vez que a área cultivada na maioria dos países produtores tem se mantido praticamente estável.

A tendência para os próximos anos é de acréscimo do volume do cereal no comércio mundial. A demanda continuará aquecida, proporcionando preços relativamente em alta, porém, menos acelerados do que os observados durante o ano de 2008 (considerados excepcionais).

Os mercados mundiais de arroz, de uma maneira geral, estão segmentados de sua produção principalmente para os países da África e da Ásia; o Vietnã para os países asiáticos;

os Estados Unidos para os países da América Central e Caribe, Ásia (Japão) e Europa; o Paquistão e a Índia para os países do Oriente Médio, África (Egito) e Leste Europeu; a Austrália para o Japão; a Argentina e o Uruguai para o Brasil; enquanto a Itália e a Espanha para os países da União Européia.

Tabela 3/I. *Arroz beneficiado – Principais países exportadores – Safras 2006/07-2010/11*

País	Safra (milhões de t)				
	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Mundo	**31,32**	**31,12**	**29,06**	**29,82**	**31,48**
Estados Unidos	2,92	3,37	3,01	3,30	3,53
Índia	5,50	4,65	2,09	2,20	2,50
Paquistão	2,84	3,00	3,00	3,30	3,60
Tailândia	9,56	10,01	8,57	9,50	10,00
Vietnã	4,52	4,65	5,95	5,75	5,80
Brasil	0,24	0,50	0,57	0,30	0,50
EU-27	0,15	0,15	0,14	0,14	0,14
Burma	0,03	0,54	1,05	0,60	0,70
China	1,34	0,97	0,78	0,85	0,90
Egito	1,21	0,75	0,55	0,60	0,30
Japão	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20

Fonte: USDA – abril e julho de 2010.

Tabela 4/I. *Arroz beneficiado – Principais países importadores – Safras 2006/07-2010/11*

País	Safra (milhões de t)				
	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Mundo	**28,52**	**29,31**	**27,16**	**27,18**	**28,67**
Estados Unidos	0,65	0,76	0,61	0,64	0,67
Tailândia	0,01	0,01	0,30	0,30	0,35
Vietnã	0,45	0,30	0,50	0,50	0,50
Brasil	0,73	0,40	0,68	0,95	0,65
EU-27	1,34	1,57	1,34	1,35	1,35
Indonésia	2,00	0,35	0,25	0,25	0,25
Nigéria	1,60	1,80	1,75	1,80	1,90
Filipinas	1,80	2,70	2,60	2,20	2,50
China	0,47	0,30	0,34	0,30	0,33
Egito	0,10	0,02	0,02	0,04	0,15
Japão	0,68	0,60	0,66	0,70	0,70
México	0,59	0,58	0,59	0,60	0,65
Coréia do Sul	0,26	0,25	0,25	0,30	0,33

Fonte: USDA – abril e julho de 2010.

Brasil - Safra 2008/09

A safra 2008/09 brasileira de arroz em casca, segundo o IBGE (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA de junho de 2010), tem um acréscimo de 1,9% na área plantada (2, 922 milhões de hectares) de 4,5% na quantidade produzida (12,605 milhões de toneladas) e de 2,6% no rendimento médio obtido (3.313 kg/ha)), em relação à safra anterior.

O resultado positivo da safra nacional tem como consequência o bom andamento da atividade arrozeira em alguns estados produtores, que apesar da ocorrência de alguns fatores climáticos adversos como excesso e falta de chuva, frio fora de época, vendaval e granizo não chegaram a afetar o desempenho da lavoura, alcançando rendimento acima da média histórica

Por estado produtor, na safra, os maiores volumes produzidos pertenceram ao Rio Grande do Sul, com participação de 62,8%, seguido por Santa Catarina, com 8,2%, Mato Grosso, com 6,3%, Maranhão, com 4,8%, Tocantins, com 3,0% e Pará, com 2,4%. Estes estados, no conjunto, somam 87,5% da produção nacional (Tabelas 5 e 6).

Os maiores rendimentos médios foram alcançados pelos estados que cultivam as lavouras irrigadas ou que têm uma maior incidência desse tipo de cultivo sobre o arroz de sequeiro, quais sejam: Rio Grande do Sul com 7.132 quilos por hectare, seguido por Santa Catarina,

com 6.946 quilos por hectare, Alagoas com 5.756 quilos por hectare. Pernambuco, com 5.371 quilos por hectare, Roraima, com 5.505 quilos por hectare, Mato Grosso do Sul, com 5.308 quilos por hectare e Sergipe, com 4.967 quilos por hectare (Tabela 7).

Tabela 5/I. *Arroz em casca – Área plantada – Brasil e principais estados – Safras 2004/05-2009/10*

(ha)

Discriminação	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09(*)	2009/10(*)
Brasil	**3.999.315**	**3.010.169**	**2.915.316**	**2.869.285**	**2.922.649**	**2.762.011**
Rio Grande do Sul	1.055.229	1.023.330	942.151	1.065.633	1.109.519	1.079.600
Santa Catarina	154.459	154.566	154.812	153.100	148.900	150.473
Mato Grosso	855.067	287.974	275.728	239.808	281.457	235.384
Maranhão	534.544	507.446	507.210	467.405	484.520	470.031
Tocantins	199.168	124.643	145.501	156.481	127.908	137.418
Pará	298.552	209.603	194.356	158.751	157.041	136.038
Goiás	187.002	116.290	118.897	100.870	103.045	94.012
Piauí	180.105	148.226	157.503	142.629	145.854	133.033
Mato Grosso do Sul	54.630	42.947	42.568	35.459	34.217	26.980
Paraná	65.010	59.804	54.197	46.959	43.729	40.902
Rondônia	95.539	71.218	72.202	71.031	68.762	67.217
Minas Gerais	110.169	86.798	85.925	66.365	57.683	53.243
Roraima	23.435	22.200	19.000	22.200	15.500	15.500
Ceará	34.160	32.020	32.802	33.144	34.923	27.720
São Paulo	32.420	28.900	26.751	22.610	21.500	21.500

(*)Safras 2008/09 e 2009/10 dados preliminares sujeitos a retificação.
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2005-2008) e LSPA-junho/2010.

Tabela 6/I. *Arroz em casca – Quantidade produzida – Brasil e principais estados – Safras 2004/05-2009/10*

(t)

Discriminação	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09(*)	2009/10(*)
Brasil	**13.192.863**	**11.526.685**	**11.060.741**	**12.061.465**	**12.604.782**	**11.299.958**
Rio Grande do Sul	6.103.289	6.784.236	6.340.136	7.336.443	7.912.676	6.920.200
Santa Catarina	1.055.613	1.071.559	1.038.438	1.018.108	1.034.216	1.041.587
Mato Grosso	2.262.863	720.834	707.167	682.506	794.546	684.804
Maranhão	673.291	702.224	684.949	685.618	609.504	602.381
Tocantins	463.529	263.212	364.970	420.584	376.009	415.812
Pará	631.724	398.620	368.410	292.355	303.039	273.039
Goiás	374.627	229.716	249.008	238.565	252.582	231.315
Piauí	228.192	192.403	143.940	224.292	212.599	111.762
Mato Grosso do Sul	224.831	187.768	207.899	188.406	181.623	142.650
Paraná	137.065	173.187	174.258	172.632	167.349	169.009
Rondônia	214.808	141.944	145.502	144.311	159.151	160.370
Minas Gerais	247.680	176.114	183.419	140.539	128.310	115.634
Roraima	119.401	111.250	106.000	125.800	85.325	84.584
Ceará	88.824	100.249	71.541	97.769	93.388	67.392
São Paulo	93.720	82.800	87.744	81.962	75.250	66.335

(*)Safras 2008/09 e 2009/10 dados preliminares sujeitos a retificação.
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2005-2008) e LSPA-junho/2010.

Tabela 7/I. *Arroz em casca – Rendimento médio – Brasil e principais estados – Safras 2004/05-2009/10*

(kg/ha)

Discriminação	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09(*)	2009/10(*)
Brasil	**3.299**	**3.829**	**3.794**	**4.204**	**4.313**	**4.091**
Rio Grande do Sul	5.784	6.630	6.729	6.885	7.132	6.410
Santa Catarina	6.834	6.933	6.708	6.650	6.946	6.922
Mato Grosso	2.646	2.503	2.565	2.846	2.823	2.909
Maranhão	1.260	1.384	1.350	1.467	1.258	1.282
Tocantins	2.327	2.112	2.508	2.688	2.940	3.026
Pará	2.116	1.902	1.896	1.842	1.930	2.007
Goiás	2.003	1.975	2.094	2.365	2.451	2.460
Piauí	1.267	1.298	914	1.573	1.458	840
Mato Grosso do Sul	4.116	4.372	4.884	5.313	5.308	5.287
Paraná	2.108	2.896	3.215	3.676	3.827	4.132
Rondônia	2.248	1.993	2.015	2.032	2.315	2.386
Minas Gerais	2.248	2.029	2.135	2.118	2.224	2.172
Roraima	5.095	5.011	5.579	5.667	5.505	5.457
Ceará	2.600	3.131	2.181	2.950	2.674	2.431
São Paulo	2.891	2.865	3.280	3.625	3.500	3.085

(*)Safras 2008/09 e 2009/10 dados preliminares sujeitos a retificação.
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2005-2008) e LSPA-junho/2010.

As estimativas da Conab, de maio e agosto de 2010, demonstraram o seguinte comportamento do balanço de oferta e demanda do produto nas últimas safras: o suprimento nacional de arroz em casca atingiu 14,5 milhões de toneladas, na safra 1999/00, subiu para 16,8 milhões de toneladas, na safra 2004/05, mantendo-se levemente em queda nas safras seguintes, registrando um total de 14,6 milhões de toneladas na safra 2008/09; o consumo apresentou-se praticamente estabilizado, com variação entre 12,5 e 13 milhões de toneladas; a produção nacional variou entre 11,4 e 13,6 milhões de toneladas - a diminuição da produção é decorrência principalmente de fatores climáticos adversos; as importações tiveram um quadro de relativa queda, em 2008, enquanto as exportações subiram em 2008 e também em 2009. Um maior volume de vendas para o mercado externo contribuiu para que os estoques de passagem continuassem caindo e o saldo comercial fosse positivo em 2008, permanecendo próximo de zero em 2009 (Tabela 8).

Tabela 8/I. *Arroz em casca – Balanço de oferta e demanda – Brasil – Safras 2004/05-2009/10*

(mil t)

Discriminação	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Estoque inicial	2.728,4	3.532,1	2.879,3	2.021,7	1.081,3	1.197,5
Produção	13.355,2	11.971,7	11.315,9	12.059,6	12.602,6	11.356,8
Importação	728,2	827,8	1.069,6	589,8	908,0	950,0
Suprimento	16.811,8	16.331,6	15.264,8	14.671,1	14.591,9	13.504,3
Consumo	12.900,0	13.000,0	12.930,0	12.800,0	12.500,0	12.500,0
Exportação	379,7	452,3	313,1	789,9	894,4	400,0
Estoque final	3.532,1	2.879,3	2.021,7	1.081,3	1.197,5	604,3

Fonte: Conab - julho de 2010.

Com o câmbio valorizado, a preocupação com o desabastecimento global e o mercado mundial acomodado em relação aos patamares de antes da crise internacional, as exportações brasileiras superaram as expectativas iniciais, quando se previa comercializar cerca de 600 mil toneladas, passando para algo em torno de 900 mil toneladas vendidas.

Por isso, nos anos de 2008 e 2009, o Brasil se destaca no cenário mundial como um importante mercado exportador de arroz, disputando posições no ranking internacional com países como o Egito, Uruguai, Myammar e Camboja.

São clientes do produto brasileiro os países africanos (Senegal, África do Sul, Nigéria e Benin); países da América do Sul (Venezuela, Bolívia e Chile) e da América Central (Cuba e Trinidad). A União Europeia também faz parte do rol de parceiros que adquire o cereal brasileiro, destacando-se a Suíça, Bélgica, Rússia, Espanha e Portugal.

A comercialização do cereal no mercado interno, em 2009, transcorreu dentro do esperado pelos principais agentes do setor. Embora os preços decrescessem em comparação com os do ano de 2008 (considerados os melhores dos últimos dez anos), foram superiores aos negociados no período de 2000 a 2007.

Nos principais pontos de vendas no Estado do Rio Grande do Sul (conforme avaliação no Boletim de Safras e Mercado), tiveram uma cotação média acumulada no ano comercial 2009/2010 de R$28,20, contra R$32,05 a saca de 50 quilos no ano comercial 2008/2009, proporcionando uma queda de 12%.

Santa Catarina - Safra 2008/09

Santa Catarina é o segundo maior produtor nacional desse cereal. As informações do IBGE sinalizam para a safra estadual 2008/09 uma área plantada de 148.900 hectares, quantidade produzida de 1,034 milhão de toneladas e rendimento médio de 6.946 quilos por hectare cultivado. Esses números apresentam uma perda de 2,7% na área plantada, em consequência da reavaliação da área plantada em alguns municípios produtores, bem como a retirada de áreas de arroz para sementes), aumento de 1,6% na produção e ganho no rendimento de 4,5%, respectivamente, em comparação com os dados da safra anterior (Tabelas 5, 6 e 7).

Já o cultivo de arroz de sequeiro, por sua vez, tem perdido força nos últimos anos no Estado. Embora o plantio seja realizado em praticamente todas as microrregiões geográficas, apenas as de São Miguel, Chapecó, Xanxerê e de Concórdia se destacam. O seu cultivo diminui, dando espaço à exploração de outras lavouras, principalmente o fumo, o milho e o feijão. Para se ter uma idéia, na safra 1999/00, a área cultivada representava 9,20% e o volume produzido 3,4%; na safra 1994/95, a área plantada caiu para 4,6% e quantidade para 0,28%, sendo que na safra 2008/09, a área plantada representava 2,1% e a quantidade colhida 0,50%, em relação à safra total (Tabelas 9 e 10).

Durante a safra observou-se que os altos índices de precipitação registrados nos meses de outubro e novembro de 2008, nas microrregiões de Blumenau, Itajaí e Joinville ocasionaram prejuízos nas lavouras que estavam em fase de desenvolvimento vegetativo e início de floração, agravados pela dificuldade de aplicação de defensivos. Na mesorregião Sul Catarinense – formada pelas microrregiões de Araranguá, Criciúma e Tubarão e maior

produtora do cereal –, parte expressiva dos municípios produtores, também, viveu o clima das cheias durante o mês de janeiro de 2009, com rios transbordando, lavouras sendo invadidas pelas águas, estradas sem acesso, ocasionando alguns danos nas lavouras. Esses danos só não foram maiores devido ao estágio de desenvolvimento do cereal que na grande maioria encontrava-se na fase de granação e maturação. Mesmo com a presença desse fator climático, a quantidade produzida cresceu em relação à safra anterior.

Tabela 9/I. *Arroz irrigado – Área plantada e quantidade produzida – Santa Catarina – Safras 2004/05 e 2007/08 - 2008/09*

SC/MRG	Safra 2004/05		Safra 2007/08		Safra 2008/09	
	Área plantada (ha)	Quantidade produzida(t)	Área plantada (ha)	Quantidade produzida(t)	Área plantada (ha)	Quantidade produzida(t)
Santa Catarina	**147.415**	**1.052.667**	**150.019**	**1.013.063**	**146.343**	**1.030.630**
Araranguá	49.140	322.035	50.130	343.760	49.480	346.560
Blumenau	8.885	71.747	8.985	66.017	8.812	55.035
Canoinhas	121	735	113	595	113	665
Criciúma	20.715	148.961	20.655	150.168	20.623	152.217
Florianópolis	2.440	12.967	3.120	14.807	3.308	17.194
Itajaí	9.989	67.358	10.490	72.250	8.180	54.927
Ituporanga	249	1.983	268	1.936	268	2.377
Joinville	20.681	169.166	20.632	149.375	20.546	148.485
Rio do Sul	11.638	94.361	11.740	61.249	10.851	81.604
Tabuleiro	85	638	150	1.080	155	1.162
Tijucas	2.800	19.750	2.710	19.075	2.710	19.135
Tubarão	20.672	142.966	21.026	132.751	21.297	151.268

Fonte: IBGE.

Tabela 10/I. *Arroz sequeiro – Área plantada e quantidade produzida – Santa Catarina – Safras 1994/95, 2004/05 e 2008/09*

SC/MRG	Safra 1994/95		Safra 2004/05		Safra 2008/09	
	Área plantada (ha)	Quantidade produzida(t)	Área plantada (ha)	Quantidade produzida(t)	Área plantada (ha)	Quantidade produzida(t)
Santa Catarina	**29.069**	**52.154**	**7.044**	**2.946**	**2.465**	**3.586**
Araranguá	20	30	-	-	-	-
Blumenau	180	300	-	-	-	-
Campos de Lages	3.120	4.868	433	258	355	373
Canoinhas	3.320	5.719	340	332	215	335
Chapecó	5.740	10.619	1.668	421	331	461
Concórdia	2.770	4.310	903	266	129	161
Criciúma	750	1.449	38	54	11	22
Curitibanos	1.003	1.786	308	74	97	167
Florianópolis	18	27	-	-	-	-
Itajaí	100	140	-	-	-	-
Ituporanga	405	733	27	43	16	31
Joaçaba	3.187	6.477	918	318	157	402
Joinville	90	215	10	20	10	20
Rio do Sul	870	1.409	158	147	59	117
São Bento do Sul	120	210	70	148	70	148
São Miguel do Oeste	3.497	7.052	1.290	231	627	681
Tabuleiro	510	1.120	69	195	31	61
Tijucas	235	439	8	16		
Tubarão	501	854	82	157	40	93
Xanxerê	2.633	4.397	722	266	317	511

Fonte: IBGE.

A continuidade dos trabalhos de pesquisa realizados pela Epagri com novas variedades, controle do arroz vermelho e de doenças e pragas da lavoura, somados ao domínio de manejo do arroz pré-germinado, fez com que Santa Catarina continuasse obtendo rendimentos excelentes por área cultivada.

O produto catarinense, além de abastecer o mercado interno, é comercializado principalmente para os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O arroz também é exportado para países da África, Ásia, Europa, América Central, Oriente Médio e Mercosul.

Em 2009, o preço médio anual no mercado produtor caiu 5% em relação a 2008. Vale lembrar que em 2008 o mercado nacional caracterizou-se pela recuperação dos preços do produto, antecedendo três anos difíceis para o rizicultor e a cadeia produtiva do arroz, com as cotações mantendo-se praticamente estáveis: R$19,17/sc 50kg (2005), R$19,12/sc 50kg (2006) e R$21,12 sc 50kg (2007).

No ano, embora o mercado catarinense tivesse comportamento bastante semelhante ao do mercado nacional, os preços médios mensais do arroz, no Estado, apresentaram o seguinte comportamento: se mantiveram estáveis em R$32,00 a saca de 50 quilos durante os meses de janeiro e fevereiro. Começaram a declinar levemente no mês de março (R$29,34/sc 50 kg). Continuaram decrescendo, porém em ritmo menos acelerado, mas constante, até a primeira semana de junho, quando atingiram os menores níveis de cotação. Na segunda semana de junho, começaram a dar os primeiros sinais de reação, perfazendo uma média mensal de R$26,25 a saca de 50 quilos. No mês de julho continuaram subindo até o mês de outubro, voltando a cair, novamente, nos meses de novembro e dezembro, conforme demonstrado nas Tabelas 11 e 12 e Figuras 1 e 2.

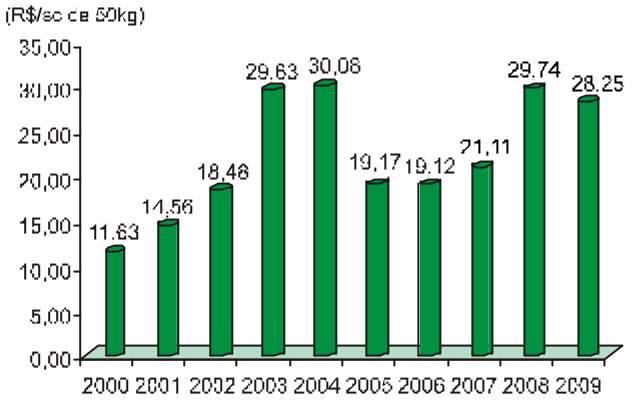
O comportamento dos preços médios mensais do arroz irrigado recebidos pelos produtores nas principais regiões produtoras de Santa Catarina é demonstrado na Tabela 11 e na Figura 1.

Tabela 11/I. *Arroz irrigado – Preços médios mensais recebidos pelos produtores de Santa Catarina – 2001-09*

(R$/sc 50kg)

Mês	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
jan.	12,53	17,79	25,87	...	...	...	...	21,75	32,00
fev.	12,26	15,13	24,95	34,28	21,96	17,60	19,27	22,51	32,00
mar.	11,64	14,75	24,75	31,88	23,07	17,50	19,84	23,09	30,23
abr.	11,66	14,63	26,79	32,23	21,65	17,17	21,94	26,42	29,34
maio	12,31	15,19	31,50	33,00	18,72	16,25	21,00	33,05	27,87
jun.	13,86	15,94	30,76	31,38	18,75	18,00	21,00	32,95	26,25
jul.	14,42	16,80	31,50	30,06	18,72	19,31	21,00	32,14	26,37
ago.	14,90	17,83	31,50	28,55	18,44	19,43	21,00	32,25	27,15
set.	15,92	19,75	31,57	28,22	17,22	19,38	21,95	32,46	27,21
out.	19,42	22,45	31,00	27,97	16,75	20,26	22,00	34,39	27,33
nov.	17,67	25,95	32,00	27,17	17,32	22,44	21,78	33,31	26,95
dez.	18,14	25,52	33,42	26,12	18,25	23,00	21,48	32,50	26,33

Fonte: Epagri/Cepa.



Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 1/I. Arroz irrigado - Preço médio anual recebido pelo produtor - Santa Catarina - 2000-09

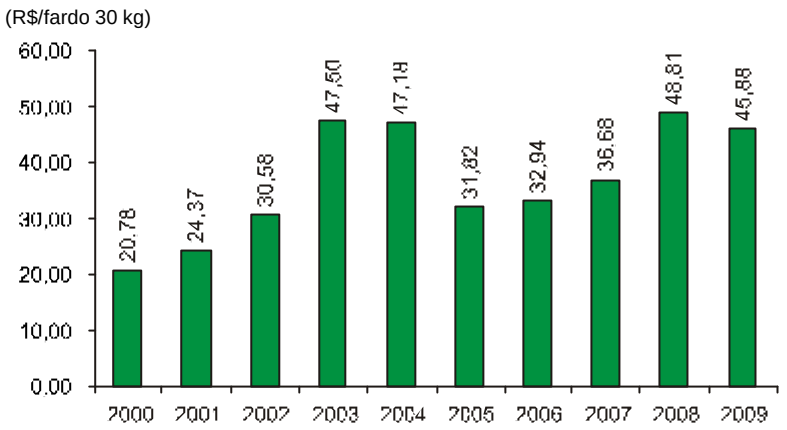
Os preços no mercado atacadista do Estado seguem praticamente o mesmo ritmo de variação observado no produtor, conforme demonstrado na Tabela 12 e na Figura 2.

Tabela 12/I. *Arroz beneficiado (tipo 1) – Preços médios mensais - Santa Catarina – 2000-09*

(R$/fardo de 30kg)

Mês	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
jan.	24,00	21,07	28,85	42,15	...	...	...	...	38,05	56,01
fev.	24,00	22,94	28,22	40,90	52,15	34,87	31,13	36,71	38,58	52,19
mar.	23,13	23,00	26,98	39,11	51,45	35,60	30,57	34,80	38,77	50,72
abr.	21,83	20,21	25,11	40,33	51,19	35,46	30,13	35,88	42,12	50,21
maio	21,00	21,32	25,10	52,00	51,03	33,01	29,22	35,84	54,22	44,55
jun.	21,00	23,37	26,03	52,63	49,08	31,94	29,71	35,94	54,54	41,18
jul.	19,40	20,51	26,61	50,72	47,16	31,02	31,78	35,91	51,51	40,67
ago.	19,00	25,22	28,09	50,20	46,78	30,49	32,25	36,12	50,80	42,41
set.	19,00	25,96	31,62	50,18	46,75	28,81	32,52	37,08	51,15	43,27
out.	19,00	28,64	35,95	49,76	43,68	28,43	34,96	38,64	55,61	43,30
nov.	19,00	30,23	41,99	49,87	41,05	29,09	39,32	38,48	56,04	43,18
dez.	19,00	29,91	42,46	52,15	38,70	31,33	40,73	38,09	54,38	42,88

Fonte: Epagri/Cepa.



Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 2/I. *Arroz beneficiado - Preço médio anual - Santa Catarina - 2000-09*

Mundo - Safra 2009/10

Depois do milho, o arroz é o cereal mais produzido no mundo. É cultivado em todos os continentes, sendo que o asiático tem a maior concentração, com destaque para a China e a Índia, responsáveis por 32% e 20% da produção mundial respectivamente.

Segundo a FAO, o consumo per capita mundial de arroz é de 58kg/hab/ano, sendo que a demanda do cereal é crescente nos últimos seis decênios. Os maiores mercados consumidores estão localizados na China, Birmânia e Indonésia, com uma média de 80kg/hab/ano; o Brasil, a Colômbia e o Senegal têm um consumo médio que oscila entre 40 e 60kg/hab/ano, enquanto os Estados Unidos, a Espanha e a França estão enquadrados numa escala baixa de consumo de menos de 10 kg/hab/ano.

Segundo o USDA, a safra 2008/09 mundial de arroz beneficiado, em comparação com os dados da safra anterior, tem o seguinte comportamento: produção de aproximadamente 440,6 milhões de toneladas (representando cerca de 651 milhões de toneladas de arroz em casca), com queda de 1,7%; o consumo de 442 milhões de toneladas, mantendo um crescimento de 1%; os estoques de passagem de 89,44 milhões de toneladas, diminuindo 1,6%; as exportações de 27,82 milhões de toneladas, crescendo 2,6% e as importações de 27,18 milhões de toneladas, mantendo-se praticamente estáveis (maior 0,07%), em relação aos dados da safra anterior (Tabela 1).

Em 2010, a tendência do mercado mundial é de redução dos preços; a produção continua ascendente, impulsionada pelo aumento da produtividade, embora crescendo em ritmo mais lento em alguns países em função da ocorrência de fatores climáticos, com secas prolongadas, chuvas atrasadas e inundações; a demanda global permanece aquecida, enquanto as reservas mundiais do cereal apresentam-se levemente reduzidas.

Parte I

Brasil - Safra 2009/10

As estimativas do IBGE para a safra 2009/10 brasileira de arroz (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA de junho/2010) são de 2,93 milhões de hectares de área plantada, 11,62 milhões de toneladas colhidas e de 4.303 quilos por hectare cultivado, registrando um decréscimo de 5,5%, 10,4% e 5%, respectivamente em comparação com a safra anterior (Tabelas 5, 6 e 7).

A Região Sul é detentora de uma fatia maior da produção nacional, sendo responsável por 71,9%, seguida pela Centro-Oeste, com 9,4%, a Norte, com 8,6%, a Nordeste, com 8,2% e a Sudeste, com 1,7%.

A redução da área plantada ocorreu tanto no arroz de sequeiro, quanto no arroz irrigado. No arroz de sequeiro a diminuição foi em decorrência da competição da lavoura com a soja e a falta de abertura de novas áreas para cultivo. No arroz irrigado, as reduções ficaram por conta do excesso de chuvas, alagamentos e enxurradas que ocorreram durante o período de implantação da cultura, principalmente na Depressão Central e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, ocasionando uma diminuição de 2,4% na área, de 10,3% no rendimento médio e de 12,5% na quantidade. No Maranhão, a redução de área foi em função da falta de chuva na fase de semeadura da lavoura, sendo que o prolongamento da estiagem afetou a produção (Conab, 11º Levantamento de ago/2010).

Exceto em alguns estados produtores nordestinos, onde ocorreu estiagem durante praticamente todo o ciclo da cultura, nas demais regiões do País o produto colhido é considerado de boa qualidade e o rendimento do arroz irrigado alcançou em torno de 58% de grãos inteiros.

Em 2010, as previsões são de diminuição do volume exportado e de aumento das importações, com vistas ao aumento dos estoques para garantir o abastecimento nacional do cereal, contribuindo para que a balança comercial do produto volte a não ser deficitária.

No ano, a variação de preços do arroz tem acompanhado a trajetória dos mercados nacional e internacional. Iniciaram em alta nos primeiros meses do ano e recuaram durante os meses de março a abril, em consequência da concentração sazonal da colheita. Começaram a recompor, de forma gradual, os valores de vendas nos meses de maio e junho. A partir de julho, sustentados pela retração da oferta e aumento da procura pelas indústrias do setor, esperava-se que continuassem tendo um comportamento crescente, porém isso não ocorreu. Em agosto, com o mercado nacional mais comprador e consequente aumento nas vendas, os preços devem manter-se levemente crescentes, podendo seguir esse comportamento durante os meses de setembro a dezembro, não podendo perder de vista o comportamento do mercado internacional.

Santa Catarina - Safra 2009/10

Na safra 2009/10 catarinense de arroz, os dados do IBGE/GCEA de julho de 2010 – ainda sujeitos a confirmação, informam uma área plantada de 150,50 mil hectares, quantidade produzida de 1,042 milhão de toneladas e rendimento médio de 6.923 quilos por hectare. Em comparação com os números da safra anterior, verificou-se um aumento de 1,06% na área plantada, de 0,71% na quantidade produzida e diminuição de 0,35% no rendimento médio.

No estado, as estimativas iniciais de rendimento médio de 7.200 kg/ha não se confirmaram. O desenvolvimento da lavoura de arroz transcorria dentro das condições normais, demonstrando excelente aparência, com possibilidade de obtenção de uma produção recorde e de excelente qualidade.

Entretanto, a ocorrência de altas temperaturas durante os meses de janeiro e fevereiro atingiu parte significativa do cereal que se encontrava em estágio de floração. A presença do fenômeno foi mais significativa nas microrregiões geográficas de Tubarão, Criciúma e Araranguá e menos intensa nos municípios produtores das microrregiões geográficas de Joinville, Blumenau, Itajaí e Rio do Sul, onde parte da cultura já se encontrava colhida, influenciando na qualidade e apresentação do produto.

Durante o período de janeiro a julho de 2010, os preços do arroz catarinense acompanharam o comportamento do mercado nacional. Considerados fracos e muito próximos aos custos de produção, em comparação igual período de 2009.

Para se ter uma idéia, em janeiro, a saca de 50 quilos do produto estava cotado a R$ 30,00. No mês de fevereiro caiu para R$ 29,26 a saca de 50 quilos. Nos meses de março a maio oscilaram entre R$ 28,00 e R$ 28,50 a saca de 50 quilos. Essa diminuição é considerada normal, como reflexo de uma maior oferta de produto no mercado. Em junho esperava-se uma reação nos valores de vendas e não vieram, fazendo com que as cotações continuassem caindo em relação ao mês anterior, com R$ 27,32 a saca de 50 quilos. No mês de julho continuaram em queda (-2,8%), com R$ 26,55 a saca de 50 quilos.

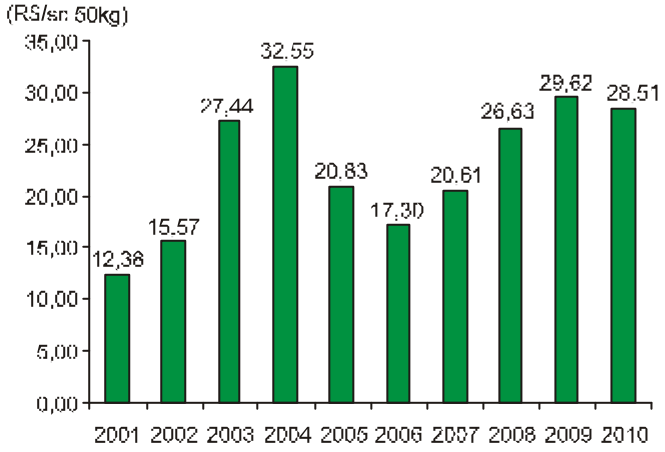
Em comparação com igual período de 2009, observa-se a seguinte variação nos preços: no produtor foram inferiores nos meses de janeiro a abril e superiores de maio a agosto; no atacado foram menores nos quatro primeiros meses do ano e superiores em junho e julho, havendo uma desvalorização de -3,2%, no produtor, e de -7,4%, no atacado – considerando a média mensal no período, conforme demonstrados na Tabela 13 e Figuras 3 e 4.

Para os próximos meses, as expectativas dos agentes de produção e comercialização são de que os preços do arroz voltem a ganhar força e recupere gradativamente o seu poder de compra.

Tabela 13/I. *Arroz – Preço médio mensal, no produtor e atacado - Santa Catarina – Jan./jul./2001-10*

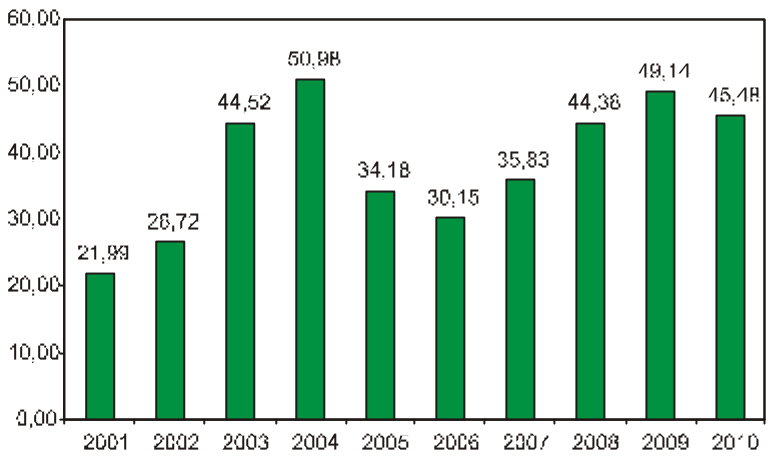
Mês/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Produtor (sc de 50kg)										
jan.	12,53	17,79	25,87	...	...	...	...	21,75	32,00	30,00
fev.	12,26	15,13	24,95	34,28	21,96	17,60	19,27	22,51	32,00	29,26
mar.	11,64	14,75	24,75	31,88	23,07	17,50	19,84	23,09	30,23	28,48
abr.	11,66	14,63	26,79	32,23	21,65	17,17	21,94	26,42	29,34	28,00
maio	12,31	15,19	31,50	33,00	18,72	16,25	21,00	33,05	27,87	28,00
jun.	13,86	15,94	30,76	31,38	18,75	18,00	21,00	32,95	26,25	27,32
jul.	14,42	16,80	31,50	30,06	18,72	19,31	21,00	32,14	26,37	26,55
Atacado (beneficiado tipo 1 - fardo de 30kg)										
jan.	21,07	28,85	42,15	...	...	...	...	38,05	56,01	47,80
fev.	22,94	28,22	40,90	52,15	34,87	31,13	36,71	38,58	52,19	46,76
mar.	23,00	26,98	39,11	51,45	35,60	30,57	34,80	38,77	50,72	46,24
abr.	20,21	25,11	40,33	51,19	35,46	30,13	35,88	42,12	50,21	44,00
maio	21,32	25,10	52,00	51,03	33,01	29,22	35,84	54,22	44,55	43,83
jun.	23,37	26,03	52,63	49,08	31,94	29,71	35,94	54,54	41,18	44,25
jul.	20,51	26,61	50,72	47,16	31,02	31,78	35,91	51,51	40,67	43,82

Fonte: Epagri/Cepa.



Fonte: Epagri/Cepa

Figura 3/I. *Arroz irrigado – Média de preço recebido pelo produtor - Santa Catarina – Jan. a Jul. de 2001-10*



Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 4/I. *Arroz beneficiado – Média de preço no atacado - Santa Catarina - Jan. a jul. de 2001-10*

Safra catarinense 2010/11

As estimativas iniciais dos principais agentes produtivos são de 151 mil hectares plantados na safra 2010/11.

Em Santa Catarina, se as condições de clima forem favoráveis é bastante provável que as lavouras de arroz obtenham um ganho entre 7.100 e 7.200 quilos por hectare e resulte numa quantidade produzida entre 1,05 e 1,1 milhão de toneladas.

A intensificação dos serviços de preparo do solo e de plantio prossegue durante os meses de setembro a outubro, sendo que em alguns municípios do Alto Vale do Itajaí se estende até a primeira quinzena de novembro.

Por medida de precaução, em alguns municípios do Norte Catarinense (Joinville e Jaraguá do Sul) e Sul Catarinense (Forquilhinha, Nova Veneza, Meleiro e Turvo), os rizicultultores anteciparam o plantio da safra.

A razão disso é que a safra anterior teve de conviver com as intempéries (altas temperaturas, excesso de chuvas, alagamentos, enxurradas e frio fora de época) e que a safra atual passa pelo alerta da provável presença do fenômeno climatológico La Niña (resfriamento das águas do Oceano Pacífico na região do Equador) entre os meses de agosto e outubro, com possibilidade de se estender pela primavera e o verão.

Parte I

A tendência de falta de chuvas preocupa não só o produtor de arroz, como os de outras culturas, principalmente no Oeste Catarinense, onde está concentrada a maior parte da produção agrícola e justamente na época de plantio das principais culturas.

A ocorrência de chuva de forma regular é necessária, pois a maioria das propriedades produtoras de arroz do Litoral Norte, Alto Vale do Itajaí e Sul Catarinense não possui armazenamento de água, sendo que o trabalho de irrigação da lavoura é realizado com a água de rios pelo sistema de gravidade e bombeamento.

Luiz Marcelino Vieira* - *Economista - Epagri/Cepa
e-mail - marcelino@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239.3938

Banana

Mundo

Como uma das principais fontes de arrecadação e geração de emprego e renda, a banana é explorada por uma parte expressiva de produtores mundiais.

Nas últimas décadas essa cultura tem apresentado um aumento significativo no volume produzido, passando de 36,7 milhões de toneladas na safra 1980 para 90,7 milhões de toneladas na safra 2008. Dentre as frutíferas, ocupa a segunda posição na produção. É superada apenas pela melancia, com 99,2 milhões de toneladas; a maçã vem na terceira posição, com 69,6 milhões de toneladas, seguida pela uva e laranja, com 67,7 milhões de toneladas cada (FAO, junho de 2010).

Na safra mundial de 2008, o cultivo de banana foi de 4,8 milhões de hectares e o rendimento médio de 18,8 t/ha. A área colhida decresceu 4,3%, enquanto a produção aumentou 1,8%, consequência de um ganho de produtividade de 6,4%, em comparação com a safra passada. O uso de tecnologia de forma mais regular tem assegurado maior ganho por hectare cultivado nos bananais mundiais.

A Índia é líder na produção de banana, responsável por 25,6% do volume produzido, seguida pelas Filipinas, com 9,6%; China, com 8,9%; Brasil, com 7,8%; Equador, com 7,4% e Indonésia, com 6,3%. O Brasil possui a segunda maior área plantada, com 10,7% do total mundial (a primeira posição pertence à China), enquanto a maior produtividade pertence à Nicarágua, com 49,6 t/ha, aproximadamente 2,7 vezes mais que a média mundial (Tabela 1).

Observa-se que os maiores produtores não são necessariamente os mesmos países que obtêm as maiores produtividades, conforme demonstrado nas Tabelas 2 e 3 e na Figura 1.

Segundo a FAO, em 2007, o consumo mundial de banana atingiu 10,43 kg/habitante/ano. Esse valor vem crescendo nos últimos anos, graças ao empenho do setor produtivo que atua na qualificação da produção e do setor mercadológico que explora aspectos como a apresentação e a divulgação dos benefícios para quem consome o produto. A população da América do Sul é a maior consumidora, com 21,13 kg/hab/ano, seguida pela da América Central, com 13,9 kg/hab/ano; a Oceania aparece na terceira posição, com 11,26 kg/hab/ano, conforme demonstrado na Figura 2.

A mesma fonte informa que as exportações mundiais de bananas, tiveram desempenho positivo nos últimos cinco anos. Em 2007 foram comercializadas 17,7 milhões de toneladas que totalizaram 7,3 bilhões de dólares, representando um crescimento de 5,1% e 26,7%, respectivamente, em comparação com o ano de 2006.

Tabela 1/I. *Banana – Área colhida – Mundo e principais países produtores – 2004-08*

(ha)

País	2004	2005	2006	2007	2008
Mundo	**4.621.741**	**4.663.837**	**4.903.676**	**5.035.499**	**4.817.551**
Índia	589.600	569.500	604.200	646.900	646.900
Filipinas	414.510	417.755	428.804	436.762	438.593
China	273.650	285.148	295.800	317.776	311.106
Brasil	491.042	491.180	504.586	515.346	513.656
Equador	226.521	221.085	209.350	197.410	215.521
Indonésia	314.708	351.700	321.139	337.831	...
Tanzânia	316.100	322.040	480.000	480.000	480.000
México	78.734	76.973	74.338	75.651	78.471
Tailândia	177.000	153.000	153.000	153.000	153.000
Costa Rica	42.256	41.147	42.790	43.817	44.313
Burundi	320.000	325.000	330.000	340.000	340.000
Colômbia	62.985	67.405	73.469	71.075	71.075
Guatemala	20.400	46.200	46.200	45.000	45.000
Vietnã	92.500	93.900	94.000	95.000	95.000
Egito	21.270	21.000	47.344	51.359	56.508
Papua Nova Guiné	62.500	64.000	63.000	63.000	63.000
Honduras	19.206	20.533	20.600	21.000	21.000
Bangladesh	49.281	53.862	55.847	58.792	53.294
Camarões	82.113	84.505	85.000	85.000	85.000
Uganda	135.000	135.000	135.000	135.000	135.000

Fonte: FAO (junho de 2010). (Disponível em http://www.fao.org).

Tabela 2/I. *Banana – Quantidade produzida no mundo e principais países produtores – 2004-08*

(1.000 t)

País	2004	2005	2006	2007	2008
Mundo	**75.681**	**78.862**	**84.321**	**89.100**	**90.706**
Índia	16.745	18.888	20.998	23.205	23.205
Filipinas	5.631	6.298	6.795	7.484	8.688
China	6.211	6.667	7.115	8.038	8.043
Brasil	6.584	6.703	6.956	7.098	7.117
Equador	6.132	6.118	6.127	6.002	6.701
Indonésia	4.874	5.178	5.037	5.454	...
Tanzânia	2.489	2.007	3.507	3.500	3.500
México	2.361	2.250	2.196	1.965	2.159
Tailândia	2.300	2.000	2.000	2.000	2.000
Costa Rica	2.118	1.875	2.268	2.350	1.882
Burundi	1.650	1.720	1.780	1.850	1.850
Colômbia	1.703	1.799	1.864	1.820	1.820
Guatemala	1.110	1.231	1.324	1.569	1.569
Vietnã	1.329	1.344	1.350	1.355	1.355
Egito	875	880	855	945	1.062
Papua Nova Guiné	880	900	920	940	940
Honduras	811	887	890	910	910
Bangladesh	707	899	909	1.005	877
Camarões	798	856	860	860	860
Uganda	615	615	615	615	615

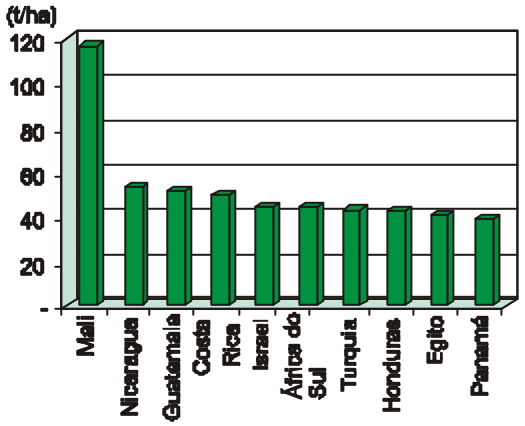
Fonte: FAO (junho de 2010). (Disponível em http://www.fao.org).

Tabela 3/I. *Banana – Rendimento médio no mundo e principais países produtores – 2004-08*

(kg/ha)

País	2004	2005	2006	2007	2008
Mundo	**16.375**	**16.909**	**17.195**	**17.694**	**18.828**
Índia	28.401	33.166	34.753	35.871	35.871
Filipinas	13.585	15.076	15.846	17.135	19.809
China	22.697	23.381	24.053	25.295	25.853
Brasil	13.408	13.647	13.786	13.773	13.856
Equador	27.070	27.673	29.267	30.404	31.092
Indonésia	15.487	14.723	15.685	16.144	...
Tanzânia	7.874	6.232	7.306	7.292	7.292
México	29.987	29.231	29.541	25.975	27.513
Tailândia	12.994	13.072	13.072	13.072	13.072
Costa Rica	50.123	45.568	53.003	53.632	42.471
Burundi	5.156	5.292	5.394	5.441	5.441
Colômbia	27.038	26.689	25.371	25.607	25.607
Guatemala	54.412	26.645	28.658	34.867	34.867
Vietnã	14.368	14.313	14.362	14.263	14.263
Egito	41.138	41.905	18.059	18.400	18.794
Papua Nova Guiné	14.080	14.063	14.603	14.921	14.921
Honduras	42.226	43.199	43.204	43.333	43.333
Bangladesh	14.346	16.691	16.277	17.094	16.456
Camarões	9.718	10.130	10.118	10.118	10.118
Uganda	4.556	4.556	4.556	4.556	4.556

Fonte: FAO (junho de 2010). (Disponível em http://www.fao.org).



Fonte: FAO.

Figura 1/I. *Banana - Maiores rendimentos médios mundiais - Safra - 2008*

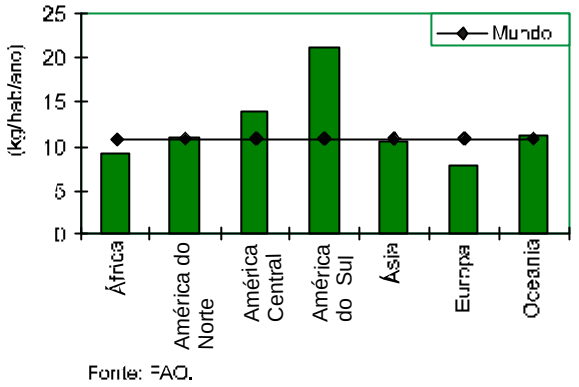


Figura 2/I. *Banana - Consumo per capita - Mundo e regiões - 2007*

O Equador, com 17,3%, perde a primeira posição para a Bélgica, que assegurou 18,0% do total de recursos financeiros negociados no mercado mundial; a terceira posição pertence às Filipinas, com 11,8%, seguida pela Costa Rica, com 7,3%, e Alemanha, com 6,2%. Os países europeus e os Estados Unidos são intermediários, importam e exportam. O Brasil ocupa a 18ª posição nas exportações de banana, participando com apenas 0,6% do montante financeiro total. O País tem no mercado argentino o seu principal parceiro comercial (Tabelas 4 e 5).

Tabela 4/I. *Banana – Quantidade exportada mundial e dos principais países – 2003-07*

(t)

País	2003	2004	2005	2006	2007
Mundo	**15.217.216**	**15.731.990**	**16.207.741**	**16.806.877**	**17.666.518**
Bélgica	862.959	910.676	948.546	1.070.070	1.167.511
Equador	4.664.814	4.521.458	4.764.193	4.908.564	5.174.565
Filipinas	1.829.384	1.797.343	2.024.321	2.311.540	1.793.930
Costa Rica	2.042.570	2.016.687	1.775.519	2.183.514	2.272.332
Colômbia	1.424.819	1.471.394	1.621.746	1.567.898	1.639.833
Alemanha	176.122	237.582	264.504	406.746	420.793
Guatemala	936.114	1.058.161	1.129.477	1.055.497	1.408.804
Estados Unidos	427.543	445.757	449.647	-	459.521
Camarões	313.723	294.886	265.457	256.625	224.546
Honduras	453.164	571.686	545.527	515.224	566.539
Costa do Marfim	242.446	252.423	234.267	286.301	290.757
França	165.548	202.772	193.435	172.433	155.237
Panamá	385.320	397.940	352.480	431.141	437.022
Itália	125.065	127.139	107.330	128.785	114.539
Holanda	24.908	27.322	36.052	126.899	114.989
Rep Dominicana	127.119	102.023	165.871	204.197	208.653
Irlanda	9.010	8.669	8.721	8.531	60.043
Brasil	220.771	188.087	212.176	194.331	185.721
Suécia	45.571	42.981	35.491	39.837	34.104
Reino Unido	2.964	5.406	7.969	9.778	37.859

Fonte: FAO (junho de 2010). (Disponível em http://www.fao.org).

Dentre as frutas in natura comercializadas nos principais centros consumidores mundiais, a banana aparece em primeiro lugar e representa o maior volume financeiro gerado, seguida pela maçã, uva e laranja. Alguns aspectos contribuem para isso: a facilidade de divulgação da fruta junto ao consumidor, o aumento de ganho por hectare cultivado que torna o preço mais acessível, o fato de ser uma cultura de ciclo curto, de produção contínua, de fácil manipulação quando verde, de fácil armazenamento e de maturação acelerada.

Tabela 5/I. *Banana – Valor exportado mundial e dos principais países - 2003-07*

(US$ 1.000)

País	2003	2004	2005	2006	2007
Mundo	**4.674.385**	**4.976.302**	**5.654.173**	**5.721.658**	**7.249.629**
Bélgica	746.056	880.486	1.096.448	1.109.810	1.303.559
Equador	1.084.169	972.899	1.068.659	1.184.355	1.282.036
Filipinas	333.000	326.425	430.000	405.444	856.447
Costa Rica	554.538	545.729	483.492	634.144	675.406
Colômbia	389.648	397.784	464.959	482.165	531.765
Alemanha	151.371	214.631	296.001	385.248	452.520
Guatemala	209.982	229.701	238.100	216.808	300.484
Estados Unidos	199.763	197.088	218.548	-	253.478
Camarões	70.982	74.763	68.236	64.321	185.927
Honduras	112.033	139.408	134.698	130.835	152.891
Costa do Marfim	87.708	101.580	94.351	115.346	126.465
França	96.956	135.693	153.419	113.538	125.622
Panamá	105.192	108.221	96.517	109.073	111.484
Itália	93.446	102.714	107.133	101.436	102.768
Holanda	20.736	29.089	45.124	96.308	93.408
Rep Dominicana	34.144	30.946	45.021	54.549	71.277
Irlanda	11.375	10.554	11.062	10.699	66.124
Brasil	30.013	26.983	33.027	38.460	44.301
Suécia	49.734	51.604	48.620	43.795	43.708
Reino Unido	2.595	5.352	7.969	9.988	35.979

Fonte: FAO (junho de 2010). (Disponível em http://www.fao.org).

Por isso, a banana tem a preferência de consumo em diversos países e tende a aumentar devido ao seu excelente sabor e valor nutritivo.

As importações, em 2007, somaram um volume total de 16,0 milhões de toneladas. Ao todo, foram desembolsados 9,4 bilhões de dólares.

As maiores aquisições foram feitas pelos Estados Unidos, que há muitos anos se consagram como principal mercado comprador, responsável por cerca de um quarto do volume total comercializado.

Embora os americanos sejam responsáveis pela aquisição de 25,0% da fruta em todo o mundo, desembolsando cerca de 1,1 bilhão de dólares (o que representa 12,0% do total), a líder em desembolso foi a Bélgica, com 15,7% (1,5 bilhão de dólares); na terceira posição aparece a Alemanha, com 11,0%, seguida pelo Reino Unido e pela Federação Russa, com 6,2% cada.

As Tabelas 6 e 7 apresentam as quantidades e os valores totais dos vinte países maiores importadores de banana durante os anos de 2003 a 2007.

Tabela 6/I. *Banana – Quantidade importada mundial e dos principais países – 2003-07*

(t)

País	2003	2004	2005	2006	2007
Mundo	**14.690.879**	**15.080.530**	**15.226.569**	**15.931.043**	**16.029.175**
Bélgica	946.077	1.002.690	973.813	1.180.707	1.238.327
Estados Unidos	3.870.510	3.881.468	3.824.401	3.839.476	4.003.801
Alemanha	1.180.337	1.174.492	1.174.244	1.292.001	1.437.338
Reino Unido	863.489	828.892	837.931	924.523	977.348
Federação Russa	802.073	858.124	863.506	894.175	978.504
Japão	986.643	1.026.014	1.066.873	1.043.634	970.594
Itália	596.810	618.433	565.992	646.614	683.811
França	339.228	406.105	410.256	408.301	484.421
Canadá	423.159	442.336	449.611	458.028	471.330
Polônia	260.150	257.793	239.091	237.959	232.983
Suécia	226.238	208.032	190.238	188.067	183.602
Rep da Coreia	220.965	210.109	253.974	280.245	308.252
Arábia Saudita	200.238	211.642	233.421	235.284	248.093
Holanda	192.433	164.064	144.836	279.014	174.872
China	487.665	449.243	429.092	463.067	401.227
Portugal	153.399	158.167	159.991	142.802	153.608
Áustria	79.773	90.236	102.217	130.004	101.887
Dinamarca	89.225	89.552	79.993	87.367	89.931
Romênia	87.283	109.626	143.170	142.221	154.364
Espanha	62.364	63.624	86.644	133.182	163.209

Fonte: FAO (junho de 2009). (Disponível em http://www.fao.org).

Tabela 7/I. *Banana – Valor importado mundial e dos principais países – 2003-07*

(US$ 1.000)

País	2003	2004	2005	2006	2007
Mundo	**7.046.825**	**7.858.257**	**8.324.287**	**8.515.638**	**9.426.787**
Bélgica	804.405	1.117.267	1.085.151	1.304.085	1.476.645
Estados Unidos	1.330.927	1.243.502	1.036.834	1.101.185	1.126.925
Alemanha	823.080	886.837	933.236	851.375	1.031.951
Reino Unido	521.938	552.325	604.156	587.863	680.407
Federação Russa	272.711	359.289	450.469	480.050	584.486
Japão	540.801	588.614	588.683	563.820	581.196
Itália	378.067	418.372	460.974	413.549	476.657
França	179.014	232.446	290.294	276.537	354.684
Canadá	186.530	180.681	201.909	222.122	236.856
Polônia	110.188	124.050	158.246	167.148	195.427
Suécia	204.623	201.928	201.631	189.184	195.040
Rep da Coreia	90.682	86.665	114.837	144.695	170.659
Arábia Saudita	58.728	81.228	93.143	113.620	125.799
Holanda	114.947	115.757	129.674	190.483	118.210
China	93.422	93.455	99.675	116.304	111.282
Portugal	89.198	95.882	124.173	83.575	108.657
Áustria	68.972	86.304	116.213	118.264	105.771
Dinamarca	66.987	76.508	93.234	86.461	102.688
Romênia	33.787	47.384	65.811	70.307	101.263
Espanha	39.950	44.144	72.091	83.199	101.002

Fonte: FAO (junho de 2009). (Disponível em http://www.fao.org).

Brasil

A banana é a segunda fruteira mais cultivada no País. Além do expressivo volume produzido e da área ocupada, ela é de suma importância no cenário nacional por estar presente na mesa da maioria da população. O consumo per capita brasileiro aumenta gradativamente a cada ano, alcançando em 2007 30,76 kg/habitante/ano, superado apenas pela laranja, com 31,79 kg/habitante/ano. O mercado nacional é o 13º maior consumidor mundial (FAO, julho de 2010).

Safra nacional 2009

Os dados do IBGE (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, publicado em junho de 2010) registraram uma área a ser colhida de 511,6 mil hectares (redução de 0,29%), produção de 7,2 milhões de toneladas (crescimento de 2,79%), e rendimento médio de 14,1 t/ha (ganho de 3,10%), em comparação com os dados da safra passada.

O aumento da produção nacional é consequência de um maior ganho do rendimento médio dos bananais na maioria dos estados produtores. Ao contrário da safra passada – marcada pela ocorrência de fatores climáticos adversos como excesso de chuvas, frio fora de época e vendavais localizados, além dos baixos investimentos destinados à atividade – na safra 2009, apesar dos fatores climáticos adversos de menor intensidade, o produtor estava um pouco mais capitalizado e motivado, realizou os tratos culturais, fez a prática de manejo, preocupou-se um pouco mais com a estrutura de embalagem, de classificação e de transportes, gerando um produto de melhor qualidade e preço mais competitivo.

Nessa safra, despontando na primeira posição, a Bahia se destaca no cenário nacional como o maior produtor de banana, com 19,8%, seguida pelo Estado de São Paulo, com 17,2%; Santa Catarina, com 8,7%; Minas Gerais, com 8,6% e Pará, com 7,0%. Esses estados, juntos, perfazem 61,3% do volume total produzido.

Os estados com maiores produções não têm necessariamente os melhores ganhos por área colhida. Na safra, a lavoura do Rio Grande do Norte obteve um total de 26,1 toneladas por hectare (superando em 85,5% a média nacional); em seguida vêm Paraná, com 23,2 toneladas por hectare; São Paulo, com 21,8 toneladas por hectare e Santa Catarina, com 20,2 toneladas por hectare (Tabelas 8, 9 e 10 e Figura 3).

Em 2009, as vendas brasileiras de banana para o mercado externo atingiram 143,9 mil toneladas, representando um aumento de 9,9% em relação a 2008, quando foram comercializadas 130,9 mil toneladas. Isso gerou uma movimentação financeira de 39,4 milhões de dólares, valor 10,5% maior que no ano anterior, com 35,7 milhões de dólares.

No ranking mundial, o Brasil ocupa o 18º lugar nas exportações de bananas. As vendas nacionais para o mercado externo têm mantido certa estabilidade nos anos mais recentes, graças à crescente valorização dos preços médios. Isso foi possível devido ao aprimoramento do sistema de produção e à qualificação da mão de obra utilizada

Tabela 8/I. *Banana – Área colhida – Principais estados produtores – 2006-10*

(ha)

Discriminação	2006	2007	2008	2009(1)	2010(1)
Brasil	**504.586**	**515.346**	**513.097**	**511.636**	**530.229**
Bahia	80.798	89.466	91.259	93.314	93.977
São Paulo	53.346	52.379	56.224	56.846	56.846
Santa Catarina	30.672	31.090	30.931	30.922	30.553
Minas Gerais	37.614	36.745	36.372	39.201	40.373
Pará	43.049	44.552	43.213	38.985	40.830
Pernambuco	38.015	38.919	42.530	42.910	56.902
Ceará	42.718	42.910	43.511	44.742	44.780
Paraíba	17.197	16.274	16.976	17.478	17.386
Paraná	9.862	9.900	9.923	9.900	10.100
Espírito Santo	20.277	20.209	20.009	19.757	20.037
Goiás	13.191	13.624	13.706	13.497	13.867
Rio de Janeiro	23.812	23.599	23.392	22.876	22.526
Rio Grande do Norte	6.580	6.843	5.174	5.253	7.221
Amazonas	22.577	21.793	14.321	14.650	14.650
Maranhão	11.605	11.578	10.690	10.602	11.050
Rio Grande do Sul	11.344	11.545	12.088	12.291	10.423

(1)Safras 2009 e 2010 dados preliminares sujeitos a retificação.
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2006-2008) e LSPA-jun./2010.

Tabela 9/I. *Banana – Quantidade produzida – Principais estados produtores - 2006–10*

(t)

Discriminação	2006	2007	2008	2009(1)	2010(1)
Brasil	**6.956.179**	**7.098.353**	**6.998.150**	**7.193.189**	**7.451.972**
Bahia	1.182.941	1.386.016	1.417.537	1.425.991	1.425.947
São Paulo	1.175.768	1.121.261	1.225.083	1.238.087	1.243.222
Santa Catarina	596.636	655.973	575.798	624.205	655.636
Minas Gerais	554.039	536.576	535.824	620.886	654.861
Pará	551.786	570.951	555.814	503.958	530.093
Pernambuco	388.875	382.417	395.209	437.155	542.295
Ceará	408.026	385.455	423.016	429.506	414.152
Paraíba	264.638	242.915	260.670	269.178	278.360
Paraná	231.757	230.670	248.320	229.683	232.300
Espírito Santo	180.026	186.393	189.734	196.678	194.224
Goiás	155.943	165.027	162.915	178.155	208.447
Rio de Janeiro	163.670	159.213	159.427	155.216	152.857
Rio Grande do Norte	202.872	191.026	115.200	136.970	188.582
Amazonas	262.166	235.242	90.247	136.108	136.108
Maranhão	124.969	126.067	114.269	115.747	115.563
Rio Grande do Sul	118.174	110.155	118.856	121.640	103.234

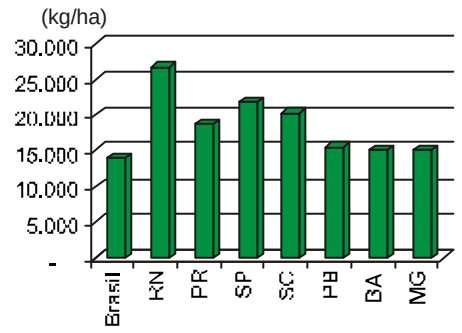
(1)Safras 2009 e 2010 dados preliminares sujeitos a retificação.
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2006-2008) e LSPA-jun./2010.

Tabela 10/I. *Banana – Rendimento médio – Principais estados produtores – 2006-10*

(kg/ha)

Discriminação	2006	2007	2008	2009(1)	2010(1)
Brasil	**13.786**	**13.774**	**13.639**	**14.059**	**14.054**
Bahia	14.641	15.492	15.533	15.282	15.173
São Paulo	22.040	21.407	21.789	21.780	21.870
Santa Catarina	19.452	21.099	18.616	20.186	21.459
Minas Gerais	14.730	14.603	14.732	15.839	16.220
Pará	12.818	12.815	12.862	12.927	12.983
Pernambuco	10.230	9.826	9.292	10.188	9.530
Ceará	9.552	8.983	9.722	9.600	9.249
Paraíba	15.389	14.927	15.355	15.401	16.011
Paraná	23.500	23.300	25.025	23.200	23.000
Espírito Santo	8.878	9.223	9.482	9.955	9.693
Goiás	11.822	12.113	11.886	13.200	15.032
Rio de Janeiro	6.873	6.747	6.815	6.785	6.786
Rio Grande do Norte	30.832	27.916	22.265	26.075	26.116
Amazonas	11.612	10.794	6.302	9.291	9.291
Maranhão	10.769	10.888	10.689	10.917	10.458
Rio Grande do Sul	10.417	9.541	9.833	9.897	9.904

(1)Safras 2008 a 2010 dados preliminares sujeitos a retificação.
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2006-2008) e LSPA-jun./2010.

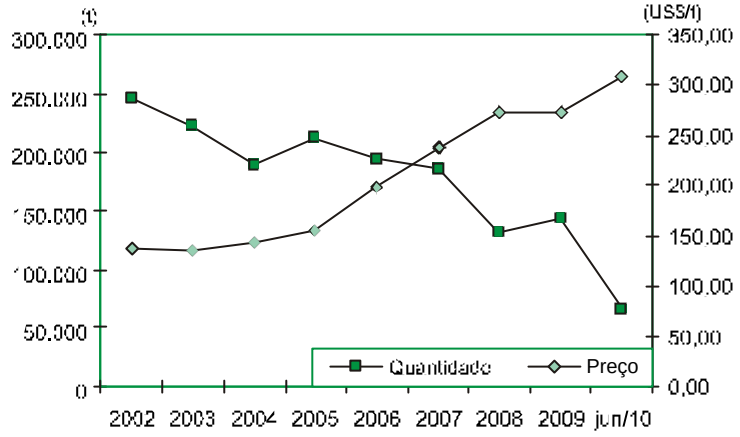


Fonte: IBGE.

Figura 3/I. Banana - *Os maiores rendimentos médios nacionais - Safras 2005-2009*

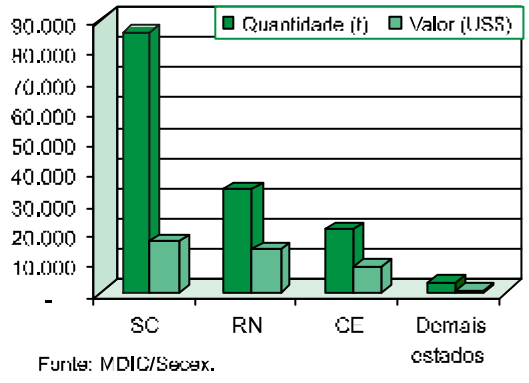
na atividade, que foram gradativamente assimilados pelos agentes de produção e de comercialização, disponibilizando uma fruta de qualidade e mais competitiva (Figura 4).

Uma peculiaridade das vendas brasileiras é que os estados produtores das Regiões Sul e Sudeste vendem a maior parte de suas produções para os países do Mercosul, principalmente para os mercados argentino e uruguaio, enquanto os estados do Nordeste, especialmente o Rio Grande do Norte e o Ceará, têm tido a participação crescente nos mercados europeus, onde se destacam como centros consumidores Reino Unido, Holanda, Alemanha e Itália. Esses mercados, além de mais seguros, garantem melhores resultados financeiros, conforme demonstrado nas Figuras 5 e 6.



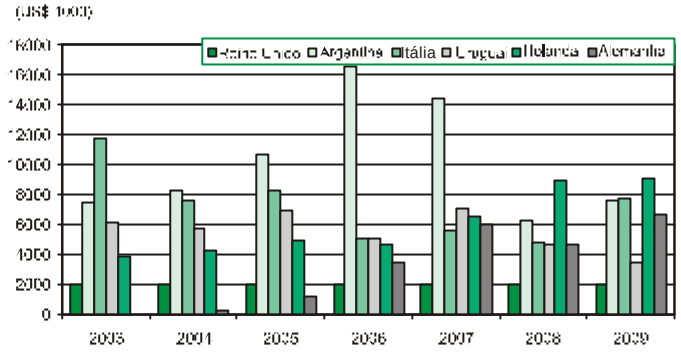
Fonte: MDIC/Secex.

Figura 4/I. *Banana - Quantidade exportada e preço médio - Brasil - 2002-10*



Fonte: MDIC/Secex.

Figura 5/I. *Banana - Exportação - Quantidade e valor nos principais estados produtores - Brasil - 2009*



Fonte: MDIC/Secex.

Figura 6/I. *Banana - Valor - Principais países compradores - 2003-09*

Santa Catarina - Safra estadual 2009

O Estado é o terceiro maior produtor nacional de banana, com cerca de seis mil produtores que exploram essa atividade.

Na região litorânea do norte do Estado, onde concentra cerca de 90% da produção, predominam as cultivares Nanica e Nanicão, componentes do tipo Caturra, também conhecida como banana d'água. Na região litorânea do sul catarinense, as cultivares mais usadas são a Enxerto e a Branca de Santa Catarina, componentes do tipo Prata também conhecidas como Branca em alguns estados brasileiros.

A distribuição dos bananais por microrregião geográfica pode ser visualizada no Mapa 1 e na Tabela 11. Na safra 2009, a microrregião de Joinville é responsável por 52,7% da produção estadual, seguida pelas microrregiões de Itajaí, com 16,7%, de Blumenau, com 15,8%, e de Araranguá, com 8,2%.

Tabela 11/I. *Banana – Quantidade produzida nas principais microrregiões geográficas - Santa Catarina – 2005-09*

(t)

MRG	2005	2006	2007	2008	2009
SantaCatarina	**668.003**	**596.636**	**655.973**	**575.798**	**624.204**
Joinville	362.372	320.925	361.814	289.557	329.256
Blumenau	144.233	127.433	125.428	99.322	98.844
Itajaí	99.070	89.585	101.120	97.232	104.446
Araranguá	24.015	22.862	26.877	51.263	51.263
Criciúma	15.799	15.787	19.971	19.087	20.413
Florianópolis	8.471	7.511	7.621	7.471	5.371
SãoBentodoSul	5.720	4.862	5.720	5.720	5.720
Tijucas	5.440	4.740	4.570	3.234	6.055
Tubarão	2.287	2.275	2.206	2.206	2.028
Demais MRG	596	656	646	706	808

Fonte: IBGE.

Na safra estadual de 2009, o IBGE informa uma área colhida de 30,9 mil hectares, uma quantidade produzida de 624,2 mil toneladas e o rendimento médio obtido de 20,2 mil toneladas por hectare. Em comparação com o resultado da safra anterior, a área colhida permaneceu estável e o volume produzido aumentou em 8,4%, impulsionado pelo maior ganho por área colhida.

Parte I

A atividade da bananicultura é cultivada em cerca de oitenta municípios do Estado. No entanto, apenas quinze deles se destacam como responsáveis por cerca de 90% da produção catarinense. Desses, apenas dois, Corupá, com 22,6% e Luiz Alves, com 17,3%, perfazem juntos cerca de 40% do volume total produzido.

Em Santa Catarina, doenças como o mal de Sigatoka Negra e do Panamá estão sob controle, graças aos trabalhos de monitoramento junto aos bananais. Durante a safra, as condições climáticas favoreceram a realização de forma regular dos tratos culturais e das práticas de manejo na atividade.

A produção catarinense de banana é superavitária. Isso gera um excedente que é comercializado nos principais centros consumidores do País, bem como países do Mercosul.

Na região litorânea do sul do Estado, aproximadamente 60% da produção é comercializado na própria região, seja para atender o consumo do produto in natura, ou para suprir a demanda das indústrias que utilizam a matéria-prima com vistas à produção de balas, doces, dentre outras. A preferência desse mercado pela banana prata ocorre em função do seu maior rendimento e do melhor sabor do produto final. Os 40% da produção restantes destinam-se principalmente para o mercado do Rio Grande do Sul.

Na região do litoral norte do Estado, cerca de 25% da produção é consumida in natura no mercado interno; 25% segue para os principais centros consumidores do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (na Grande Belo Horizonte); 15% é absorvida pelas indústrias processadoras catarinenses; 15% é vendida no mercado internacional – principalmente nos países do Mercosul, com destaque para os consumidores argentinos e uruguaios. Os 20% restantes são registrados como perdas que ocorrem desde a colheita até a mesa do consumidor.

Em 2009, Santa Catarina reassume a liderança das vendas brasileiras de banana para o mercado externo, gerando 41% do montante financeiro. No ano anterior, essa posição pertencia ao Estado do Rio Grande do Norte.

Tomando-se como referência a média anual de 2009 de preços no produtor e atacado da fruta comercializada no Estado, observa-se o seguinte comportamento: no produtor, a banana prata caiu 12,2% e a caturra 11,1%; e no atacado, a prata climatizada decresceu 1,9%, enquanto a caturra cresceu 1,5%, em relação a 2008.

Constatou-se ainda que no caso da banana caturra, os preços no produtor e atacado no primeiro trimestre caíram praticamente pela metade; que foram levemente menores nos meses de abril a maio; e que tiveram cotações superiores durante os meses de agosto a dezembro.

Para a banana prata, embora os preços no produtor e atacado se comportassem um pouco abaixo dos de 2008, apresentaram-se praticamente estáveis durante todos os meses de 2009, conforme demonstrado nas Tabelas 12, 13, 14 e 15 e Figuras 7 e 8.

O comportamento de preços baixos, com mais intensidade no primeiro trimestre de 2009, é consequência das condições climáticas desfavoráveis: o excesso de chuva nos meses de outubro e novembro de 2008, ocorrido nas regiões produtoras de Itajaí, Joinville, Blumenau e Jaraguá do Sul e em janeiro de 2009 na região litorânea do sul do Estado, afetando os bananais e a qualidade da fruta. Além disso, esse período coincidiu com uma maior concentração da oferta de diversas frutas nacionais no mercado interno, aumentando a concorrência com a banana catarinense.

Tabela 12/I. *Banana caturra – Preços médios mensais recebidos pelos produtores da Região Litoral Norte Catarinense – 2001-10*

(R$/cx de 20kg)

Mês	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Janeiro	7,97	2,39	4,40	4,00	1,80	2,00	3,00	7,80	3,00	...
Fevereiro	4,23	1,86	2,18	3,25	1,68	2,00	2,25	6,97	3,23	3,29
Março	5,21	2,60	4,83	4,08	2,74	2,97	4,64	7,50	3,92	6,36
Abril	6,26	2,74	7,47	6,11	3,11	6,03	4,88	7,69	7,68	7,56
Maio	3,66	2,54	5,03	5,60	3,03	5,09	3,08	6,83	7,25	6,17
Junho	2,00	2,41	3,68	5,00	2,15	5,73	2,67	7,00	6,03	6,81
Julho	2,17	2,45	5,23	5,64	1,60	7,47	4,19	7,00	6,90	
Agosto	1,67	3,05	4,69	6,75	1,50	6,00	4,67	7,69	8,86	
Setembro	1,76	3,50	5,45	5,00	1,93	6,00	7,08	7,75	8,68	
Outubro	1,59	3,95	8,81	2,58	5,14	9,25	6,45	6,20	9,00	
Novembro	1,50	2,66	5,43	1,58	3,18	7,17	4,88	6,95	7,66	
Dezembro	2,30	2,50	4,08	2,00	2,27	3,33	8,50	6,53	4,20	

Fonte: Epagri/Cepa.

Tabela 13/I. *Banana prata – Preços médios mensais recebidos pelos produtores da Região Sul Catarinense – 2001-10*

(R$/cx de 20kg)

Mês	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Janeiro	6,80	5,00	4,15	7,30	8,00	7,00	10,00	12,00	10,00	...
Fevereiro	8,91	5,00	5,00	9,00	9,19	6,69	9,87	12,00	10,00	5,14
Março	9,00	5,00	4,67	9,00	9,00	6,68	10,23	12,00	10,00	10,43
Abril	8,42	4,64	5,58	9,00	9,00	8,53	10,00	12,00	10,61	...
Maio	7,07	5,00	5,30	6,86	8,35	10,15	10,00	12,28	12,00	...
Junho	6,13	5,18	5,53	10,00	8,00	10,93	10,00	13,00	12,00	12,17
Julho	6,00	4,73	8,07	9,14	8,00	11,71	10,00	13,00	12,07	
Agosto	6,00	4,24	9,00	8,00	8,00	11,32	10,00	13,00	12,35	
Setembro	5,00	5,00	9,00	7,80	8,00	11,00	10,37	13,00	11,48	
Outubro	4,64	5,48	8,71	6,58	8,00	11,00	11,00	12,68	10,15	
Novembro	4,14	5,50	6,20	6,00	8,00	11,00	11,00	12,00	10,00	
Dezembro	4,27	3,00	6,33	6,40	8,00	11,00	11,00	11,86	9,96	

Fonte: Epagri/Cepa.

Tabela 14/I. *Banana caturra – Preços médios mensais no atacado – Região Norte Catarinense – 2001-10*

(R$/cx 20kg)

Mês	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Janeiro	10,13	3,64	5,93	5,00	...	...	...	10,20	...	...
Fevereiro	6,23	3,47	3,74	5,55	3,50	3,50	4,63	8,92	4,93	6,00
Março	7,05	3,95	6,33	8,37	4,17	4,31	6,52	9,85	5,42	8,17
Abril	8,00	4,09	8,71	7,81	4,50	7,62	6,76	10,10	9,82	9,56
Maio	5,02	3,50	7,08	7,65	4,50	7,05	4,97	8,64	9,93	9,00
Junho	3,03	3,50	5,53	10,41	4,50	7,65	4,75	8,50	8,29	9,00
Julho	3,43	3,50	6,62	11,00	3,74	9,70	6,14	8,50	9,39	
Agosto	2,67	4,14	6,47	10,30	3,50	7,62	6,64	9,88	12,33	
Setembro	3,00	5,00	7,15	4,58	3,50	7,50	8,79	10,00	12,47	
Outubro	2,76	5,50	10,31	6,00	6,71	11,42	8,27	8,43	12,00	
Novembro	2,50	4,18	7,65	4,00	5,36	9,58	6,79	8,64	10,61	
Dezembro	3,30	4,00	6,08	...	4,50	6,00	11,00	8,13	7,00	

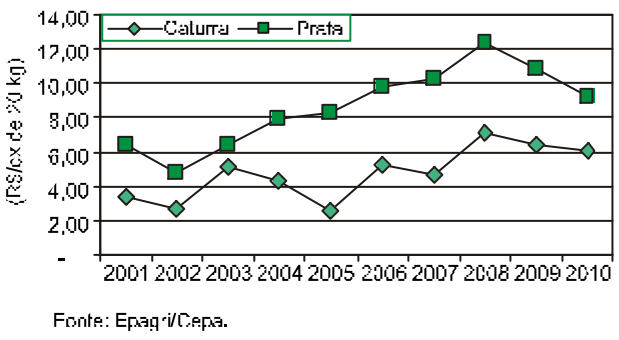
Fonte: Epagri/Cepa.

Tabela 15/I. *Banana prata climatizada – Preços médios mensais no atacado – Região Norte Catarinense - 2001-10*

(R$/cx 20kg)

Mês	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Janeiro	10,00	9,00	9,95	...	...	...	...	20,00	...	...
Fevereiro	12,73	9,00	10,00	14,60	15,75	10,85	16,00	20,00	18,77	20,00
Março	12,38	9,00	10,00	15,43	16,00	15,00	16,00	20,00	20,00	20,75
Abril	11,37	6,73	10,00	16,00	16,00	15,00	16,36	20,05	20,00	...
Maio	9,40	8,00	10,00	15,90	15,30	15,30	17,00	21,44	20,90	...
Junho	9,00	8,00	9,95	16,00	15,00	16,38	17,00	22,00	21,00	22,69
Julho	9,00	8,52	11,59	15,55	15,00	17,81	17,00	22,00	21,60	
Agosto	9,00	9,23	12,00	15,00	15,00	17,35	17,00	21,45	21,30	
Setembro	9,00	10,00	12,00	15,00	15,00	17,00	17,32	20,64	19,24	
Outubro	8,05	10,00	12,00	13,89	...	17,00	18,00	20,00	19,70	
Novembro	7,00	10,00	11,10	14,00	...	17,00	18,00	20,00	20,00	
Dezembro	8,27	9,21	11,85	14,00	...	17,00	18,00	19,86	20,00	

Fonte: Epagri/Cepa.



Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 7/I. *Banana caturra e prata - Preços médios recebidos pelos produtores - Santa Catarina - 2001-10*

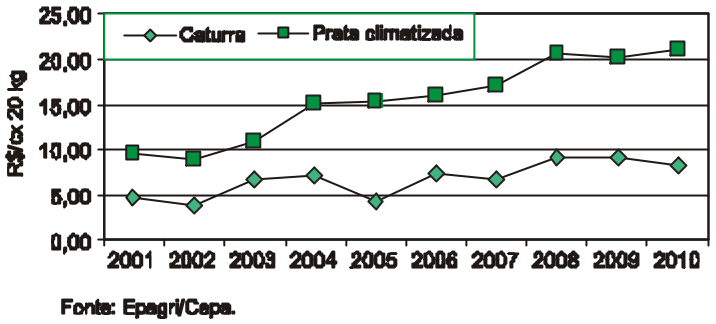


Figura 8/I. *Banana- Preços médios anuais no atacado - Santa Catarina - 2001-10*

Safra nacional 2010

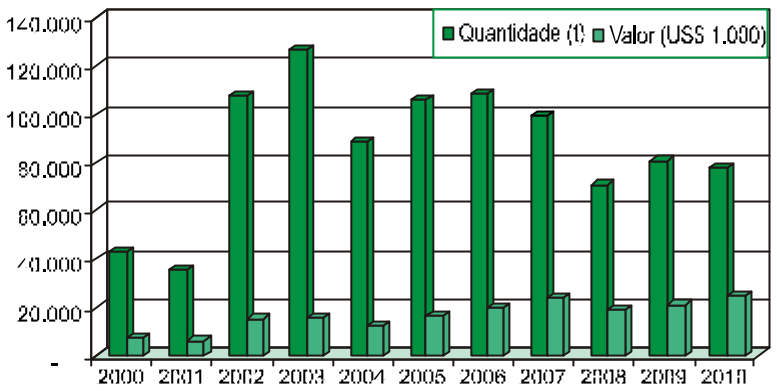
As estimativas do IBGE para a safra nacional de banana em 2010 são de uma área a ser colhida de 530,2 mil hectares, quantidade produzida de 7,5 milhões de toneladas e rendimento médio de 14,1 toneladas por hectare.

Embora o rendimento médio praticamente tenha se mantido constante, o aumento de 3,6% na área colhida proporcionou um incremento de 258,8 mil toneladas na safra, em comparação aos dados da safra passada (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – junho de 2010). Exceto Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, os demais estados da Federação contribuíram para o desempenho positivo de crescimento da produção.

Na safra, em alguns estados produtores, foi registrada a ocorrência de fatores climáticos adversos, como excesso ou falta de chuvas, baixa umidade relativa, queda de granizo, vendavais, baixo índice de insolação e frio fora de época, prejudicando de forma isolada o desempenho dos bananais e a qualidade da fruta.

Durante o primeiro semestre de 2010, embora as vendas nacionais da fruta para os principais centros consumidores internacionais tenham se apresentado decrescentes (foram comercializadas 78,5 mil toneladas, contra 81,1 mil toneladas no mesmo período de 2009), o montante financeiro cresceu, passando de 21,0 milhões de dólares em 2009 para 24,5 milhões de dólares. Isso representou um incremento de 17,0% no valor e de 20,9% no preço médio, considerado o melhor desempenho do semestre nos últimos dez anos, conforme demonstrado na Figura 9.

Para o segundo semestre, espera-se que o volume de banana comercializado para o mercado externo se mantenha muito próximo do nível de 2009, considerado bom pelos agentes de produção e de comercialização.



Fonte: MDIC/Secex.

Figura 9/I. *Banana - Quantidade e valor das exportações brasileiras - 1º semestre de 2000-2010*

Safra estadual 2010

Santa Catarina é responsável por 8,8% da produção nacional. A primeira posição pertence ao Estado da Bahia e a segunda ao Estado de São Paulo.

O IBGE estima para a safra 2010 uma área a ser colhida de 30,6 mil hectares, quantidade produzida de 655,6 mil toneladas e rendimento médio obtido de 21,5 toneladas por hectare. Embora tenha ocorrido um decréscimo de 1,2% na área colhida, o ganho de 6,3% no rendimento médio proporcionou um aumento de 5,0% no volume produzido, em comparação com os resultados da safra passada.

Em 2010, o excesso de chuvas (provocando alagamento), temperaturas altas (nos meses de janeiro e fevereiro), excesso de umidade, vendaval, pouca luminosidade e queda de granizo inicialmente preocuparam os produtores, mas provocaram apenas alguns prejuízos localizados para a atividade. Dentre os principais problemas verificados nos municípios das regiões produtoras do litoral norte, sul do Estado, Médio e Baixo Vale do Itajaí, destacam-se a dificuldade de transporte da fruta e acesso à propriedade, interrupção das práticas de manejo e dos tratos culturais, aceleração no amadurecimento da fruta, aumento da oferta e diminuição de preços.

Mesmo assim, as vendas da fruta catarinense prosseguem em ritmo normal, bem como os compromissos contratados entre os agentes de produção e de comercialização com vistas atender a demanda dos mercados estadual, interestadual e internacional. Embora os preços médios tenham declinado em alguns meses do ano, em decorrência das condições climáticas, gerando mais oferta e produto de qualidade um pouco abaixo das exigências do mercado, durante o primeiro semestre tiveram o seguinte comportamento, em comparação com igual período de 2009: no produtor, a banana caturra teve valorização de 7,4% na região litorânea do norte do Estado. Na região litorânea do

sul catarinense, no mês de fevereiro, a banana prata foi desvalorizada praticamente pela metade. A partir de março até junho, ocorreu uma valorização de 1,3% e o produto foi cotado a R$ 11,30 a caixa de 20 quilos.

No atacado, os preços tiveram crescimento ascendente. Na região norte, a banana caturra atingiu uma valorização de 8,7%; já no sul do Estado, a banana prata climatizada alcançou 5,0%.

Para o segundo semestre, com a diminuição da oferta (julho a setembro) e a manutenção da qualidade do produto, a expectativa dos principais agentes da atividade é de que os preços continuem valorizados, crescendo em ritmo semelhante ao do mesmo período de 2009, considerados remuneradores pelo setor.

Luiz Marcelino Vieira - Economista - Epagri/Cepa
e-mail - marcelino@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239.3938

Parte I

Cebola

Nacional

A produção brasileira, de acordo com o último levantamento sistemático da produção agrícola do IBGE, assinala uma produção da campanha agrícola 2009/10 da ordem de 1.412,9 mil toneladas de bulbo de cebola, representando um aumento de 3,3% em relação à safra anterior. A área final de cultivo desta safra, considerando os dados disponíveis no momento, soma ao redor de 64.167 hectares e a produtividade média, considerando as áreas colhidas, foi de 22.090 quilos por hectare, ou seja, valores levemente superiores aos registrados no cultivo precedente.

As áreas cultivadas nos estados oscilaram pouco: enquanto que os estados sulinos e Pernambuco tiveram pequenos aumentos, nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia as áreas foram levemente inferiores à safra anterior (Tabela 1).

Tabela 1/I. *Cebola – Área plantada, produção e rendimento dos principais estados produtores - Brasil - Safras 2007/09*

Estado	Área plantada (ha)			Produção (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2007	2008	2009(*)	2007	2008	2009(*)	2007	2008	2009(*)
Bahia	10.366	10.883	9.757	239.736	254.785	224.961	23.127	23.411	23.056
Pernambuco	5.452	5.844	6.575	98.458	111.700	142.870	18.059	19.114	21.279
Minas Gerais	1.534	2.496	2.228	68.347	116.438	110.264	44.555	46.650	49.490
São Paulo	6.125	6.520	6.250	178.561	187.776	179.031	29.153	28.800	28.645
Paraná	6.653	6.651	7.297	114.151	101.724	129.728	17.158	15.295	17.778
Rio G do Sul	11.164	10.140	10.789	161.530	145.127	171.736	14.469	14.312	15.922
Santa Catarina	20.795	21.057	21.271	431.002	377.023	454.348	20.726	17.905	21.563
Brasil	**63.682**	**63.591**	**64.167**	**1.360.301**	**1.294.573**	**1.412.938**	**21.361**	**20.358**	**22.090**

(*)Dados sujeitos a modificações.
Fonte: IBGE.

O bom desempenho produtivo da cebolicultura nacional na safra 2009/10 é resultado da evolução gradual que as principais regiões produtoras têm apresentado nos últimos anos, principalmente na produtividade. As lavouras de Minas Gerais e de Goiás, principalmente aquelas implantadas em áreas de cerrado, tiveram crescimento recorde no rendimento por hectare, alcançando nas últimas safras valores superiores a 40 toneladas.

Por outro lado, apesar do bom desempenho produtivo na lavoura, os estados do sul do Brasil, na safra 2009/10, tiveram perdas pós-colheita muito altas em função de condições climáticas adversas. As maiores perdas foram causadas pela ocorrência de temperaturas muito altas no final de outubro/09 que, além de diminuir o tamanho dos bulbos das cultivares mais tardias, causou perdas pós-colheita por podridões bacterianas. Em São Paulo, o excesso de chuva de setembro e outubro/09 provocou a perda da safra que seria colhida neste período, diminuindo a oferta do produto no mercado nacional e ocasionando consequentemente um aumento significativo dos preços, que alcançaram valores de R$ 1,80/kg para bulbos da Classe 3. Os produtores de cebolas precoces de Santa

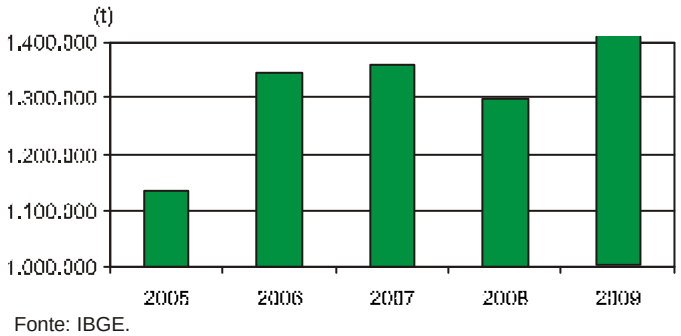
Catarina foram os principais favorecidos por essa situação, obtendo valor médio de R$ 1,30/kg para o período de outubro e novembro.

A saída precoce dos produtores paulistas do mercado, aliada às perdas pós-colheita ocorridas nos três estados sulinos, permitiu a obtenção de preços compensadores para toda a safra sulina de 2009/10.

A diminuição da oferta, que iniciou a partir de outubro de 2009 e perdurou até julho de 2010, fez com que os preços se mantivessem altos durante 10 meses. O aquecimento da economia nacional e a melhoria do poder aquisitivo da população contribuíram para esta situação.

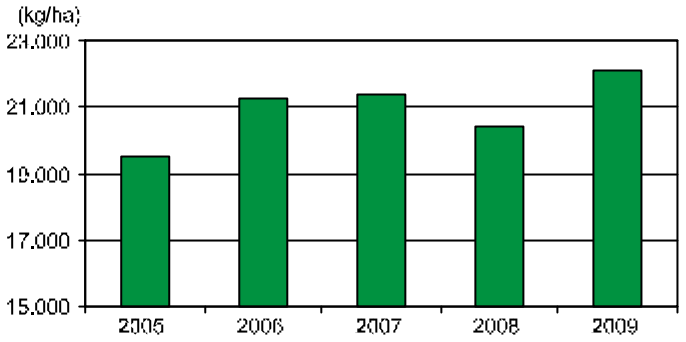
Em função disso, a importação brasileira de cebola no período bateu recorde. Segundo a Secretaria de Comércio Exterior (MDIC/Secex), no período de agosto de 2009 a julho de 2010, o volume de bulbos importados foi de 263.587,8 toneladas. Quando se considera somente o ano de 2010, os valores acumulados até julho, que são da ordem de 235.347,3 toneladas, já significam um recorde anual de importação. No período de janeiro a julho de 2010, o maior fornecedor foi a Argentina, com 209.741,8 toneladas.

Outra diferenciação deste ano foi a grande importação de cebolas durante o período de comercialização da safra do sul do Brasil, ou seja, de outubro de 2009 a março deste ano. Nestes seis meses foram importadas 74 mil toneladas de bulbos, principalmente da Argentina (40,5 mil t), Holanda (19,5 mil t) e Espanha (10,1 mil t), correspondendo a 25% da oferta catarinense. Estas importações limitaram os preços pagos aos produtores do sul do Brasil, principalmente nos meses de dezembro e janeiro, quando os valores caíram para cerca de R$ 0,70/kg (Figuras 1 e 2).



Fonte: IBGE.

Figura 1/I. *Cebola - Desempenho da produção brasileira - Safras 2005/09*

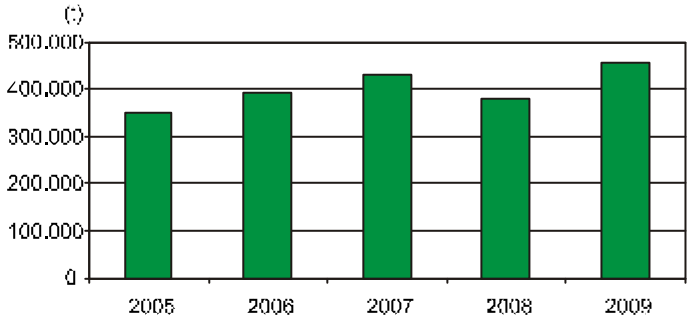


Fonte: IBGE.

Figura 2/I. *Cebola - Evolução da produtividade no Brasil - Safras 2005/09*

Estadual

Segundo os dados do IBGE a safra catarinense de 2009/10 teve produção bruta de 454,4 mil toneladas, com área cultivada colhida de 21.271 hectares e rendimento médio de 21.563 quilos por hectare. Porém as avaliações da Câmara Setorial de Cebola do Estado de Santa Catarina mostram que houve uma perda de rendimento da ordem de 20%, reduzindo a produção para 363,5 mil toneladas. Considerando-se uma perda pós-colheita de 18%, a safra deverá fechar com apenas 298,1 mil toneladas comercializadas (Figuras 3 e 4).

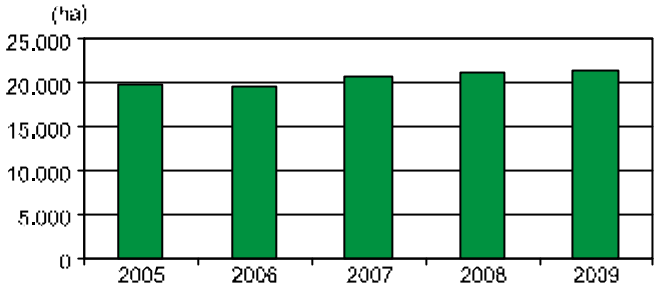


Fonte: IBGE.

Figura 3/I.- *Cebola - Desempenho da produção catarinense - Safras 2005/09*

Os valores recebidos pelos produtores variaram entre R$ 0,60 e R$ 1,50 o quilo para o tipo 3 em todo o período de comercialização, ou seja, de outubro a abril. Em função das perdas altas na fase de pós-colheita, principalmente nas cultivares mais tardias a comercialização encerrou-se com cerca de um mês de antecedência, restando em maio/2010 um estoque muito baixo de bulbos nas unidades produtoras catarinenses. Os excelentes preços praticados em novembro e dezembro de 2009 também contribuíram para a venda antecipada dos bulbos, pois cerca de 40% da produção foi comercializada

antes do final do ano, o que caracteriza um fato inédito na cebolicultura catarinense. Na última década a utilização cada vez maior de cultivares precoces e as importações constantes de cebola argentina a partir de março de cada ano, determinaram que a comercialização da produção catarinense fosse antecipada em média um mês.



Fonte: IBGE.

Figura 4/I. *Cebola - Evolução da área plantada - Santa Catarina - Safras 2005/09*

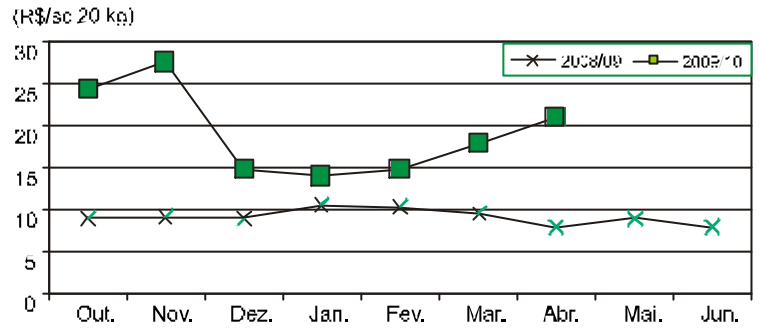
O preço médio ponderado da safra catarinense de 2009/10 foi R$ 0,89 o quilo para o tipo 3, ou seja, o mais alto nos últimos dez anos, compensando, em parte, as perdas na produção. A safra é considerada atípica, pois enquanto alguns produtores de cultivares precoces tiveram um resultado produtivo e financeiro excepcional, houve cebolicultores no município de Alfredo Wagner que amargaram prejuízos ou baixo retorno nesta safra, uma vez que o rendimento das cebolas tardias decaiu, com a produção de bulbos pequenos e com baixa qualidade para a conservação. De forma geral, os produtores do Planalto Catarinense, que cultivam quase que exclusivamente variedades tardias, tiveram resultados produtivos abaixo da média, em função das altas temperaturas ocorridas no final de outubro de 2009, que reduziram o tamanho dos bulbos.

Da oferta líquida de 298,1 mil toneladas, estima-se que somente 223,6 mil toneladas (75% do total) tenha sido classificadas como cebolas de calibre adequado para o mercado nacional, ou seja, bulbos de classe 3 a 5. O restante, 74,5 mil toneladas, foi composto por bulbos muito pequenos, classe 2, que são direcionados para mercados marginais. O preço pago aos produtores por este tipo de bulbo na última safra correspondeu em média a 60% do valor pago por aqueles de maior diâmetro.

Se o volume comercializado neste ano (298,1 mil t) foi inferior ao certame anterior, (318,0 mil t), o resultado financeiro da safra foi bem superior. O montante financeiro alcançado com a safra 2009/10 é estimado em R$ 232,1 milhões, ou seja, 66% superior a safra anterior. Os custos médios da produção de 2009/10 foram orçados em R$ 0,36 o quilo de cebola. Os valores são levemente superiores à safra antecedente, em função principalmente da elevação dos custos da mão de obra.

O comportamento dos preços médios mensais recebidos pelos produtores nas safras 2008/09 e 2009/10, de acordo com os dados coletados pela Epagri/Cepa, apresentou-se

conforme demonstra a Figura 5. Os preços altos foram praticados no início da fase de comercialização, quando o mercado nacional estava bastante comprador; a queda ocorreu a partir de dezembro de 2009, quando a comercialização da safra catarinense foi mais intensa. Este período também coincidiu com o início da venda de cebola por parte dos produtores gaúchos e paranaenses, o que ampliou a oferta no mercado nacional. A partir de março de 2010 os preços voltaram a subir, porém os estoques remanescentes eram pequenos, haja vista a baixa qualidade de conservação das cultivares tardias. Assim, de forma excepcional, em maio a oferta de cebola catarinense foi mínima, quando comparada às safras anteriores. O mercado brasileiro passou então a ser abastecido, quase que exclusivamente com cebolas importadas da Argentina e pelas primeiras colheitas das safras do Nordeste e do Cerrado Brasileiro. Os produtores destas regiões foram beneficiadas com os preços altos (acima de R$ 1,00/kg) que perduraram até a primeira quinzena de junho.



(1) Cebola da classe 3 a 5.
Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 5/I. *Cebola*(1) *- Preços médios mensais recebidos pelos produtores - Santa Catarina - Safras 2009/10*

Para a safra 2009/10 as avaliações preliminares mostram tendência de leve aumento na área cultivada no estado de Santa Catarina, quando comparada com a safra anterior. Houve grande procura por sementes, principalmente de cultivares superprecoces e precoces, em função dos preços atrativos obtidos por estas variedades em 2009. O IBGE aponta uma área cultivada de 21.289 hectares, com expectativa de colheita de 463,4 mil toneladas e rendimento médio de 21.290 quilos por hectare. Os valores de produção bruta e produtividade, caso essas avaliações sejam confirmadas, significariam recorde estadual. Todavia, os produtores, técnicos e lideranças do setor demonstram preocupação com as previsões climáticas dos institutos oficiais de meteorologia que preveem a ocorrência do fenômeno “La Niña” na primavera/verão de 2010/11. Em Santa Catarina este fenômeno normalmente se caracteriza por clima mais seco, diminuindo a produção bruta, uma vez que o uso de irrigação na cebolicultura catarinense está estimado em apenas 30% da área. Por outro lado, em anos secos os bulbos se conservam melhor e diminuem os custos com o controle de doenças.

Daniel Rogério Schmitt *- Engenheiro Agronômo - Estação Experimental Epagri/Ituporanga*
e-mail - dschmitt@epagri.sc.gov.br - Tel. 47 3533.1713

Feijão [1]

Produção mundial

O feijão é cultivado em cerca de 100 países, sendo que as espécies e variedades são inúmeras, dificultando, assim, uma análise comparativa no tocante à qualidade e aos índices de produtividade (Conab, RUAS, J.F., 2007/08).

Em nível mundial, o produto tem pouca importância comercial e, além disso, a falta de real conhecimento do seu mercado, e o pequeno consumo entre os países do primeiro mundo, limita a expansão do comércio internacional, tornando-o incipiente, pois a maioria dos países produtores também é formada por grandes consumidores. Por isso, é mínimo o excedente exportável, o que se reflete em um comércio internacional muito restrito.

Além disso, como os hábitos alimentares (preferência por tipos, variedades e classes) são bastante diversificados entre os países, e até mesmo entre regiões de um mesmo país, a análise do produto se torna mais complexa.

No Brasil, por exemplo, o consumo do feijão-preto se concentra nos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Para o Rio de Janeiro se destina a maior parte das importações oriundas da Argentina. Em menor escala, o consumo também abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo. O feijão cores, por sua vez, tem o consumo concentrado nos Estados centrais, como São Paulo, onde está localizado o maior mercado do país e em parte do Paraná e de Santa Catarina, enquanto o feijão macaçar (caupi) é de consumo típico da Região Nordeste e Norte.

Cerca de 2/3 da produção mundial origina-se de apenas seis países. No último ano (2008) a Índia superou o Brasil, passando a ser o maior produtor mundial dessa leguminosa. Entre os maiores produtores, além desses dois países, estão o Myanmar, os Estados Unidos, o México e a China.

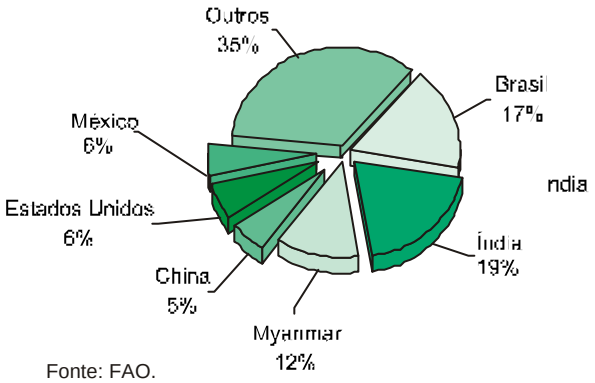
Em 2008, o Brasil aparece como o segundo produtor mundial de feijão, segundo dados da FAO (Tabela 1), responsável por cerca de 17% do total mundial (Figura 1). A produção brasileira (3,5 milhões de toneladas), assim como a mundial (20,4 milhões de toneladas), teve um ligeiro aumento em 2008, com relação a 2007, um acréscimo de 3,9% e 5,8%, respectivamente.

[1]Para este artigo, além de informações da autora, foram utilizadas as seguintes fontes:
CONAB. RUAS, J.F. Proposta de preço mínimo para o feijão safra 2007/08. http://www.conab.gov.br/conabweb/download/precos_minimos/proposta_de_precos_minimos_safra_2007_08_Feijao.pdf
CONAB. Acompanhamento da Safra Brasileira. 8º. levantamento. Maio/2009 e 10º. levantamento, Julho/10.
IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Junho/10.
Boletins diários CMA.
www.fao.org
www.usda.gov
Jornais diversos e internet.

Tabela 1/I. *Feijão – Produção mundial – 2005-08*

País	Área (mil ha)				Produção (mil t)				Rendimento médio (kg/ha)			
	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
India	8.000,5	8.600,0	9.000,0	10.000,0	2.660,0	3.174,0	3.000,0	3.930,0	332,5	369,1	333,3	393,0
Brasil	5.194,7	4.016,8	3.907,5	3.780,8	3.021,5	3.436,5	3.330,4	3.460,9	581,7	855,5	852,3	915,4
Myanmar	1.681,2	1.720,0	1.780,0	2.350,0	1.680,0	1.700,0	1.765,0	2.500,0	999,3	988,4	991,6	1.063,8
E. Unidos	642,3	614,7	598,4	584,9	1.248,7	1.056,9	1.150,8	1.159,3	1.944,0	1.719,4	1.923,1	1.982,2
México	1.261,2	1.708,3	1.730,0	1.505,7	1.200,0	1.374,5	1.390,0	1.122,7	951,5	804,6	803,5	745,7
China	1.841,3	1.204,0	1.250,0	964,8	1.610,5	2.006,5	1.950,0	1.121,2	874,7	1.666,5	1.560,0	1.162,0
Tanzânia	375,0	380,0	375,0	700,0	290,0	290,0	290,0	480,0	773,3	763,2	773,3	685,7
Uganda	899,0	849,0	870,0	896,0	568,0	424,0	435,0	440,0	631,8	499,4	500,0	491,1
Argentina	142,7	235,1	251,2	254,9	171,0	322,8	328,2	336,8	1.198,3	1.373,0	1.306,5	1.321,3
Indonésia	184,5	313,2	310,0	310,0	310,0	327,4	320,0	320,0	1.680,1	1.045,3	1.032,3	1.032,3
R. Dem. Coréia	360,0	360,0	350,0	350,0	310,0	280,0	265,0	300,0	861,1	777,8	757,1	857,1
Outros	16.508,8	4.870,0	4.743,2	6.291,3	8.554,1	4.380,8	4.316,0	5.224,1	518,2	899,5	909,9	830,4
Mundo	**39.162,8**	**26.446,8**	**26.914,1**	**27.988,4**	**22.289,8**	**19.514,2**	**19.282,2**	**20.394,9**	**569,2**	**737,9**	**716,4**	**728,7**

Fonte: FAO. FAOSTAT. FAO Statistics Division 2010. 10 June 2010.



Fonte: FAO.

Figura 1/I. *Feijão - Quantidade produzida pelos principais países - 2008*

Produção Brasileira

A cultura do feijão, nos últimos anos, tem enfrentado os altos e baixos que caracterizam a atividade. Na safra 2007/08, os preços elevados levaram os produtores a incrementar a área de cultivo e, conseqüentemente, a produção. Com o excesso de produto disponível no mercado, os preços despencaram causando prejuízo aos produtores. Nos anos seguintes o plantio foi reduzido, na maioria dos Estados, segundo a Conab (10º. levantamento, Julho/10), e, ainda que a produção tenha diminuído, os preços não reagiram

positivamente. Apenas a partir de fevereiro de 2010 é que iniciou uma reação no mercado e o preço do feijão subiu de forma expressiva, em plena safra, o que é um comportamento atípico, trazendo assim uma maior lucratividade aos produtores que andavam muito desestimulados. Esta reação nos preços já está tendo reflexos na área de cultivo com a terceira safra da leguminosa.

Se na safra passada (2008/09) o produtor apostou no produto, nesta safra (2009/10) o feijão voltou a perder área para outras culturas. A principal razão está relacionada aos preços que, ao contrário da safra anterior, estiveram bastante desestimulantes. Além disso, o Governo não fez qualquer reajuste no preço mínimo oficial, que na safra anterior havia sido reajustado em 65,2%. O valor permanece o mesmo, fixado em R$ 80,00 a saca de 60 kg e que passou a vigorar em novembro/2009.

Desse modo, na safra 2009/10, os produtores brasileiros reduziram a área plantada em cerca de 8,6% (Tabela 2). Todas as regiões brasileiras apresentaram decréscimo em área semeada, sendo que a maior queda se deu na região Sul, principal produtora (-16,8%, segundo dados da Conab). Nas demais regiões a redução da área plantada foi: região Norte –13,6%, região Nordeste –10,7%, Região Centro-Oeste –12,2% e região Sudeste –2,7%. O Paraná, principal estado produtor, reduziu sua área em 18,8%, ou 118,6 mil hectares. O Estado onde ocorreu a maior redução de área foi a Paraíba: 36,5% de queda (Tabela 3).

Tabela 2/I. *Feijão – Área plantada, produção e rendimento médio - Brasil – Safras 1999/00-2009/10*

Safra	Área plantada (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)
1999/00	4.442.945	3.038.238	684
2000/01	3.884.711	2.436.356	627
2001/02	4.317.121	3.050.964	707
2002/03	4.366.001	3.309.900	758
2003/04	4.323.977	2.965.085	686
2004/05	3.953.843	3.012.158	762
2005/06	4.226.035	3.436.530	813
2006/07	4.018.549	3.245.236	847
2007/08	3.965.275	3.460.067	915
2008/09(1)	4.263.915	3.522.979	849
2009/10(2)	3.692.000	3.334.700	903

(1)Dados sujeito a alterações.
(2)Estimativa Conab (10º. Levantamento, Julho/10)
Fonte: IBGE (LSPA dez/2001 a dez/08 e junho/10) e Conab (10º. Levantamento, Julho/10).

A produção brasileira de feijão da safra 09/10, por sua vez, está estimada em 3.334,7 mil toneladas, ou seja, 5,3% a menos do que o número da safra anterior, que foi de 3.523 mil t. A queda só não foi maior porque a produtividade de alguns estados, sobretudo da Região Sul, teve uma melhora significativa por conta do clima que favoreceu o desenvolvimento desta lavoura, principalmente a primeira safra. O maior aumento de produtividade se deu no Mato Grosso do Sul (54,7%), seguido pelo Paraná (35,7%). Assim, o rendimento médio brasileiro aumentou cerca de 7,2%, saindo de 842 kg/ha (em 2008/09) para 903 kg/ha (em 2009/10), Desse modo o aumento de produtividade foi de apenas 2% (900kg/ha contra 882 kg/ha), como descrito na Tabela 3.

De forma resumida, esta safra brasileira de feijão (2009/10), teve uma queda de 13,4% na área plantada (Tabela 2) enquanto a produção caiu 4,5%, passando de 3.523 mil t em 2008/09 para 3.334,7 mil toneladas na safra atual. A produtividade cresceu 7,2%.

Os principais estados produtores de feijão, em 2010, foram: Paraná (796,9 mil t), Minas Gerais (604 mil t), Bahia (341,2 mil t), São Paulo (298,5 mil t), Goiás (274,3 mil t) e Santa Catarina que subiu para a 6ª. posição, com 168,1 mil toneladas (Tabela 3).

Tabela 3/I. *Feijão – Área, por região, estado produtor e por período - Brasil - Safras 2006/07-2009/10*

Estado	Área (mil ha)				Produção (mil t)				Rendimento médio (kg/ha)			
	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Roraima	1,0	1,0	3,0	3,0	0,7	0,7	2,0	2,0	664	667	667	667
Rondônia	61,1	65,7	65,8	60,7	41,2	44,7	46,1	29,2	675	680	700	481
Acre	15,0	5,8	6,6	9,2	8,2	2,9	3,4	4,9	545	501	520	535
Amazonas	6,7	4,6	3,2	3,0	6,0	4,1	3,3	2,7	900	900	1.021	900
Amapá	1,4	1,4	1,8	1,9	1,1	1,0	1,4	1,6	775	696	750	832
Pará	79,9	68,4	65,2	40,0	67,5	56,3	50,3	28,0	845	823	772	700
Tocantins	12,9	13,3	21,6	26,7	11,9	10,3	34,6	34,3	921	774	1.604	1.283
Maranhão	86,8	88,1	96,8	85,0	39,5	39,6	44,3	23,9	455	450	457	281
Piauí	218,1	238,0	246,5	214,5	42,0	76,7	63,0	401,0	193	322	256	187
Ceará	563,2	591,6	589,1	458,2	124,6	253,2	159,3	99,9	221	428	270	218
Rio Grande Norte	80,1	80,7	59,2	46,6	32,1	34,9	23,1	16,9	401	433	390	362
Paraíba	214,3	204,0	205,5	130,4	49,3	110,4	80,1	50,6	230	541	390	388
Pernambuco	310,8	322,6	316,7	310,4	114,2	155,1	136,7	122,4	367	481	432	394
Alagoas	99,6	105,0	83,5	67,0	47,6	52,5	38,4	36,2	478	500	460	541
Sergipe	46,9	38,4	35,8	42,4	29,5	23,0	20,0	29,6	630	600	559	697
Bahia	635,2	596,0	550,8	596,0	322,6	364,7	336,4	341,2	508	612	611	572
Mato Grosso	40,4	89,2	134,7	98,4	67,1	136,6	151,2	118,2	1.661	1.532	1.122	1.202
Mato Grosso Sul	21,5	16,9	19,6	21,7	26,6	19,5	15,4	26,4	1.238	1.153	788	1.218
Goiás	130,0	89,9	114,4	114,5	271,4	197,6	263,8	274,3	2.087	2.198	2.306	2.395
Distrito Federal	18,3	18,3	16,9	16,2	46,3	45,3	43,0	47,0	2.534	2.481	2.545	2.903
Minas Gerais	413,6	420,1	420,7	415,6	503,5	567,8	599,3	604,0	1.217	1.352	1.424	1.453
Espírito Santo	21,6	21,1	22,6	21,7	16,7	17,2	19,1	17,2	775	818	847	793
Rio de Janeiro	6,8	5,7	5,0	4,9	5,7	5,1	4,5	4,6	839	893	905	943
São Paulo	192,3	178,9	186,3	175,0	313,9	277,1	324,8	298,5	1.633	1.549	1.744	1.706
Paraná	563,3	501,5	630,4	511,8	795,3	763,8	723,2	796,9	1.412	1.523	1.147	1.557
Santa Catarina	127,4	107,0	129,1	110,5	208,9	181,4	178,5	168,1	1.640	1.695	1.383	1.521
Rio Grande Sul	119,6	98,5	117,0	106,7	146,3	103,2	125,4	115,3	1.223	1.049	1.072	1.080
Brasil	**4.087,8**	**3.971,5**	**4.147,8**	**3.692,0**	**3.339,7**	**3.544,7**	**3.490,6**	**3.334,7**	**817**	**893**	**842**	**903**

Fonte: Conab (agosto/08 - 11º. Levantamento; julho/10 - 10º. Levantamento).

No Brasil, o volume produzido distribui-se da seguinte forma: feijão-cores (63%) feijão-preto (18%) e macaçar (19%). O feijão-carioca está distribuído de forma uniforme nas três safras anuais, o feijão-preto concentra-se no Sul do País e aproximadamente 70% de sua produção origina-se da primeira safra. A variedade macaçar, cultivada na Região Nordeste, concentra-se na segunda safra, à exceção da produção do Estado da Bahia.

Quando se analisa as safras separadamente, percebe-se que a produção da safra 2009/10 está assim composta: 42,7% do feijão colhido é proveniente da primeira safra, 34% da segunda safra e 23,3% da terceira safra (Tabela 4).

No caso da área, na primeira safra do feijão, houve um decréscimo, já consolidado, de 0,6% em relação à mesma safra do ano anterior (08/09). A área plantada foi confirmada em 1,40 milhão de hectares, segundo a Conab (10º. levantamento, Julho/2010). Os preços e a manutenção do preço mínimo oficial desestimularam o produtor, levando a esta redução, que foi ainda maior na segunda safra.

Tabela 4/I. *Feijão – Produção, por região, estado produtor e por período - Brasil - Safras 2006/07-2009/10*

(1.000t)

Região	1ª safra				2ª safra				3ª safra			
	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Norte	4,9	2,6	2,7	2,7	131,7	117,3	138,5	100,0	-	-	-	-
Nordeste	182,5	198,6	171,0	142,7	265,7	477,8	358,9	253,6	353,3	433,7	371,5	364,7
C-Oeste	141,1	113,5	162,0	171,2	71,1	151,8	161,5	139,5	199,2	133,6	149,8	155,4
Sudeste	387,2	309,2	411,4	408,6	238,9	310,8	289,7	266,3	213,8	247,3	246,6	249,6
Sul	852,3	631,0	597,4	697,2	289,2	410,4	423,0	375,1	8,9	7,0	6,6	8,1
Brasil	**1.568,0**	**1.255,0**	**1.344,5**	**1.422,4**	**996,6**	**1.468,1**	**1.371,6**	**1.134,6**	**775,2**	**821,6**	**774,5**	**777,8**

Fonte: Conab (agosto/08 - 11º. Levantamento; julho/10, 10º. Levantamento).

Na pesquisa da Conab, verifica-se que a produção de 1,42 milhão de toneladas da primeira safra é 5,8% maior que na safra anterior. O ganho de rendimento ocorrido nos estados do Paraná (30,5%) e São Paulo (17,8%), por conta das condições climáticas favoráveis no período, compensou a queda de produtividade registrada em outros estados como Santa Catarina (-4,7%), Rio Grande do Sul (-9%), Minas Gerais (-12,4%) e Goiás (-4%), garantindo, desta forma, esse crescimento.

Durante o período de desenvolvimento da primeira safra o clima se comportou de maneira diferenciada entre as regiões produtoras. Na Região Sul, as perdas se deram por escassez de chuva durante a semeadura bem como por excesso de chuva, na colheita, resultando em um grão com muita umidade, ou seja, um produto com qualidade depreciada e preços mais baixos. Já no Nordeste, o clima foi adverso, gerando perdas significativas com redução expressiva na área plantada e na produtividade obtida das lavouras.

No Estado do Paraná, responsável por 34,4% da produção da primeira safra, verificou-se um volume de 489,2 mil toneladas (30,5% a mais que na safra passada), resultado da excelente produtividade obtida (1.521 kg/ha). Isso representa um incremento de rendimento de 46,8% em relação à temporada anterior, quando houve frustração de safra por conta da estiagem.

Em Santa Catarina, registrou-se um aumento de 10% no rendimento, que esteve comprometido na safra anterior também por causa da estiagem que atingiu as principais regiões produtoras no período de desenvolvimento da cultura. O Mato Grosso do Sul, pelos mesmos motivos, teve uma produtividade 22,6% maior nesta temporada.

Quanto à segunda safra de feijão, a área plantada foi de 1.558,7 mil ha, inferior à safra anterior (2008/09) em 21%, totalizando uma perda de 415 mil ha. Os principais estados produtores do feijão na segunda safra foram: Ceará, com 445,4 mil hectares; Pernambuco, com 192,9 mil ha; e Paraná com 182,5 mil ha.

As maiores perdas de área cultivada foram nos seguintes estados: Mato Grosso (-40,9%), Pará (-38,7%), Paraná (-30%) e Rio Grande do Sul (-22,5%). Alguns estados, contudo, aumentaram suas áreas com esta leguminosa. Os destaques são: Acre (+40%); Goiás (+20%); e Amapá (+5,5%).

Como a colheita já está encerrada, é possível afirmar que, enquanto a região Centro-Sul apresentou ganhos de produtividade (+14,9%), o Norte e o Nordeste brasileiros tiveram 10,9% de redução. Isso porque o clima na região Centro-Sul foi bem mais favorável para a segunda safra de feijão do que para a primeira, com chuvas normais durante todo o ciclo da cultura. Em contrapartida, na Região Nordeste, ocorreram alguns problemas climáticos.

Assim, o produto colhido no país – com exceção de alguns estados nordestinos onde o clima não colaborou – é considerado de boa qualidade.

O rendimento médio do feijão da segunda safra ficou em 728 kg/ha. Os principais aumentos de produtividade aconteceram nos estados a seguir: Paraná (+25,3%) principalmente em decorrência da frustração da safra anterior por conta da estiagem; Mato Grosso do Sul (+64,3%) e Rio Grande do Sul (+25,3%) pelos mesmos motivos. Santa Catarina teve um aumento de 9,2% de produtividade.

A terceira safra, semeada a partir de maio com colheita até o final de outubro, está sendo estimada pela Conab em 734,4 mil hectares, uma queda de 32,7 mil ha ou 4,3% a menos do que na safra 2008/09. A Bahia é o principal estado produtor desta safra, com 322,3 mil ha; seguida por Pernambuco com 117,5 mil ha e Minas Gerais com 71,2 mil ha.

A produção nacional de feijão da terceira safra deve subir para 777,8 mil toneladas, um ligeiro aumento de 0,4% em relação às 774,5 mil toneladas da safra anterior, como resultado do aumento da produtividade, que deve ficar em torno de 1.059 kg/ha (na safra anterior foi 1.010 kg/ha). Os maiores ganhos de produção devem acontecer na Região Sul, com aumento de 22,7% e na Região Centro-Oeste com incremento de 3,8%.

Considerando as três safras do produto, segundo a Conab (10º. Levantamento, Julho/2010) a produção nacional para a safra 2009/10 está estimada em 3.334,7 mil toneladas, inferior em 155,9 mil toneladas (ou –4,5%) em relação à safra 2008/09. A queda só não foi maior porque a frustração de 17,3% na segunda safra foi compensada por um incremento de 5,8% na primeira safra (a maior) e de 0,4% na terceira safra.

Produção em Santa Catarina

Em Santa Catarina, na safra 2009/10, em função dos baixos preços praticados pelo mercado na época do plantio da primeira safra (principal produção) e da manutenção no preço mínimo oficial, que entrou em vigor no início desta safra (2008/09), fixado em R$ 80,00 a saca de 60 kg, os produtores ficaram desestimulados e, por isso reduziram a área semeada de 129,1 mil hectares (em 2008/09) para 110,5 mil hectares (em 2009/10), que corresponde a uma queda de 14,4% (Conab, 10º Levantamento, Julho/2010).

Outro fato que contribuiu para esta redução foi a previsão de influências climáticas que apontavam chuvas além da média normal, principalmente entre os meses de setembro e outubro (período de plantio do feijão da primeira safra), e a atuação do fenômeno “El Niño” com maior intensidade no início de 2010, período de colheita.

Na principal região produtora de Santa Catarina (Curitibanos) o clima foi favorável à cultura na maior parte do seu período de desenvolvimento, produzindo um grão de excelente qualidade. Apenas no final, quando a maior parte já estava colhida, é que as chuvas trouxeram prejuízo à sua qualidade, pois ficaram muito úmidos. Aqueles produtores que plantaram mais tarde foram favorecidos pela alta de preços iniciada a partir de março/abril de 2010. Em outras regiões produtoras (Xanxerê e Chapecó), apesar do excesso de chuvas – além das baixas temperaturas fora de época – a produtividade ficou acima da estimada inicialmente.

As chuvas também atrasaram o plantio da primeira safra em diversas regiões, como o Sul e o Planalto Norte de Santa Catarina, postergando, por consequência, o plantio da segunda safra na maior parte do Estado.

Por outro lado, nestas mesmas regiões, aqueles produtores que plantaram suas lavouras de feijão bem cedo, perderam muito em qualidade, em função do excesso de chuvas na fase inicial da cultura. Os agricultores que plantaram mais no tarde não tiveram tantos problemas com intempéries e ficaram satisfeitos com o desenvolvimento de suas lavouras.

O feijão safrinha (segunda safra) é plantado, em algumas regiões, mais com o objetivo de aproveitar os resíduos de adubo das culturas de fumo e milho do cedo, sem muita tecnologia e, por isso, a produtividade não é tão elevada como o produto da primeira safra (1.615 contra 1.300 kg/ha, na safra 2009/10). Já em outras (Canoinhas) acontece exatamente o contrário: o rendimento médio é maior na segunda safra, quando em geral os eventos climáticos são mais amenos.

Tais rendimentos, no entanto, variam conforme a época de plantio. Na região de Chapecó/ Xanxerê, por exemplo, os produtores que efetuaram os plantios em meados de janeiro (mais cedo) tiveram um rendimento melhor (entre 1.500 a 1.700Kg/ha) do que o estimado para a região, que é de 1.362kg/ha. Já aqueles cujos plantios foram feitos mais tarde enfrentaram problemas na colheita, devido ao excesso de umidade, que acabou atrasando a trilhagem. Com isso, a qualidade diminuiu e afetou a produção. Em alguns casos as perdas chegaram a 20% do previsto no início da temporada.

Já no Sul, por exemplo, as perdas por conta do excesso de chuvas chegam a 30-40%, pois que alguns produtores sequer colheram suas lavouras devido à baixa qualidade do grão. A produtividade média também ficou abaixo do esperado, ou seja, em torno de 840 a 900kg/ha. Além das plantações perdidas por alagamentos, as chuvas ocorreram, em muitas propriedades, no momento de floração, considerada uma das fases mais críticas da cultura.

As microrregiões produtoras de Santa Catarina estão na Tabela 5. A maior produção, na safra 2008/09, como nos últimos anos, vem da região de Curitibanos, com 47,3 mil toneladas (26% do total produzido no Estado). Na sequência encontram-se Canoinhas (24,5 mil t), Campos de Lages (21,6 mil t), Xanxerê (19,8 mil t), Joaçaba (18,9 mil t) e Chapecó (12,9 mil t).

Comparando-se a safra 2008/09 com a safra anterior (07/08) os efeitos das adversidades climáticas ocorridas nas microrregiões são evidentes: no final de 2008, a estiagem

Tabela 5/I. *Feijão – Área, produção e rendimento por microrregião geográfica - Santa Catarina – Safras 2005/06-2008/09*

Microrregião	Área plantada(ha)				Produção(t)				Rendimento médio (kg/ha)			
Geográfica	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09(*)	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09(*)	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09(*)
Araranguá	1.820	1.770	1.685	1.845	1.876	1.781	1.568	1.664	1.031	1.006	931	902
Blumenau	261	262	257	352	251	267	237	345	962	1.019	922	980
Campos de Lages	19.568	20.428	17.358	20.360	16.768	27.744	23.883	21.559	857	1.358	1.376	1.059
Canoinhas	20.860	20.150	16.470	16.760	31.180	43.378	31.752	24.549	1.495	2.153	1.928	1.465
Chapecó	17.062	16.059	9.274	12.555	24.654	21.260	10.325	12.930	1.445	1.324	1.113	1.030
Concórdia	1.710	1.750	1.410	1.290	1.465	2.306	1.733	1.214	857	1.318	1.229	941
Criciúma	8.050	6.772	6.105	6.626	12.430	6.488	8.552	6.302	1.544	958	1.401	951
Curitibanos	21.965	29.190	22.890	27.560	27.017	55.664	50.704	47.291	1.230	1.907	2.215	1.716
Florianópolis	422	328	328	231	442	345	340	172	1.047	1.052	1.037	745
Itajaí	47	37	88	67	45	35	91	67	957	946	1.034	1.000
Ituporanga	3.010	1.260	1.705	3.880	4.769	1.926	2.613	5.282	1.584	1.529	1.533	1.361
Joaçaba	9.418	9.698	8.543	10.084	10.155	19.248	17.366	18.852	1.078	1.985	2.033	1.869
Joinville	63	48	44	39	53	46	38	29	841	958	864	744
Rio do Sul	2.186	1.568	1.440	3.609	2.500	2.162	1.820	3.863	1.144	1.379	1.264	1.070
Sao Bento do Sul	1.865	1.865	1.875	2.215	3.700	3.728	3.657	3.567	1.984	1.999	1.950	1.610
Sao Miguel do Oeste	3.762	4.200	3.540	4.430	4.534	5.414	4.179	5.407	1.205	1.289	1.181	1.221
Tabuleiro	960	525	540	760	1.262	794	809	777	1.315	1.512	1.498	1.022
Tijucas	1.205	785	725	799	1.283	871	729	676	1.065	1.110	1.006	846
Tubarao	5.871	5.013	4.660	5.141	6.932	6.457	5.954	5.108	1.181	1.288	1.278	994
Xanxerê	8.405	8.820	8.342	12.452	12.926	15.010	14.540	19.812	1.538	1.702	1.743	1.591
Santa Catarina	**128.510**	**130.528**	**107.279**	**131.055**	**164.242**	**214.924**	**180.890**	**179.466**	**1.278**	**1.647**	**1.686**	**1.369**

(*)Informações preliminares sujeitos a alterações.
Fonte: IBGE.

no Oeste, Extremo-Oeste e Planalto (dezembro/08); houve excesso de chuvas no Oeste, Planalto e enchentes na faixa litorânea (outubro e novembro/08) que afetaram a produtividade da primeira safra e, em março/abril/maio de 2009, novamente, a estiagem no Oeste, Extremo-Oeste, Alto Vale e Planalto – em algumas regiões agravada pela oscilação brusca de temperatura – e o excesso de chuvas no litoral no início do ciclo da segunda safra prejudicaram o rendimento da cultura. A Tabela 6 traz um histórico da produção catarinense de feijão na última década.

Tabela 6/I. *Feijão – Comparativo de área, produção e rendimento médio – Santa Catarina - Safras 1999/00-2009/10*

Safra	Área plantada (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)
1999/00	215.071	227.923	1.060
2000/01	145.403	164.148	1.129
2001/02	155.790	171.714	1.102
2002/03	146.942	188.626	1.284
2003/04	137.342	143.859	1.047
2004/05	114.799	113.168	986
2005/06	128.510	164.242	1.278
2006/07	130.528	214.924	1.657
2007/08	107.279	180.899	1.686
2008/09(1)	129.113	178.525	1.383
2009/10(1)	111.395	173.852	1.561

(1)Dados sujeitos a alterações.
Fonte: IBGE (LSPA dez/2001 a dez/08 e junho/10).

Comercialização e perspectivas

O mercado mundial de feijão movimenta, por ano, aproximadamente 20 milhões de toneladas da leguminosa e o Brasil é o segundo maior produtor e consumidor do produto (Tabelas 1 e 7). Somente no ano de 2008 a Índia ultrapassou o país, em termos de produção. Naquele ano a produção indiana subiu 31% em relação ao ano anterior, enquanto a brasileira aumentou apenas 3,9%. Em relação ao consumo per cápita, nos últimos dois anos (2006 e 2007, últimos dados disponíveis), o país foi ultrapassado por El Salvador e passou a ocupar a sexta posição mundial, atrás de países como Burundi (o de maior consumo per cápita), Ruanda e Cuba. Em 2007, consumiam-se no Brasil 16,2kg de feijão por habitante/ano, bem acima da média mundial, que é de 2,4 kg/habitante/ano (Tabela 8).

Tabela 7/I. *Feijão – Maiores países consumidores – 2003-07*

(t)

País	2003	2004	2005	2006	2007
Índia	4.023.950	2.635.448	2.406.922	3.235.426	3.712.224
Brasil	**3.127.442**	**2.794.182**	**2.856.644**	**3.055.167**	**3.075.112**
México	1.203.032	1.189.028	1.116.479	1.168.451	1.163.590
Estados Unidos	960.000	920.000	980.000	980.000	980.000
Tanzânia	364.292	382.180	432.426	473.263	405.009
Quênia	352.079	337.202	332.952	363.126	388.796
Uganda	453.976	401.130	396.244	335.224	360.098
Indonésia	300.602	273.595	279.933	292.925	283.980
Coréia do Norte	275.398	277.699	282.314	264.734	278.028
Paquistão	137.057	149.011	166.733	186.382	261.562
Subtotal	11.060.771	9.210.464	9.083.914	10.168.316	10.646.837
Outros Países	5.193.122	5.051.251	5.111.515	5.200.839	5.302.228
Total Mundial	**16.253.893**	**14.261.715**	**14.195.429**	**15.369.155**	**15.949.065**

Fonte: FAOSTAT. FAO Statistics Division 2010. 18 June 2010.

Tabela 8/I. *Feijão – Consumo per capita - Mundo – 2003-07*

(kg/per capita/ano)

País	2003	2004	2005	2006	2007
Burundi	29,3	27,6	29,1	28,5	28,7
Ruanda	25,9	21,0	20,3	27,9	27,0
Cuba	22,8	19,4	18,2	18,0	20,0
Nicarágua	15,4	15,3	17,1	18,6	18,6
El Salvador	15,7	14,6	13,1	17,8	17,7
Brasil	**17,2**	**15,2**	**15,4**	**16,2**	**16,2**
Honduras	10,7	11,2	13,6	13,5	14,7
Uganda	16,9	14,4	13,8	11,3	11,8
Coréia do Norte	11,8	11,9	12,0	11,2	11,7
Benin	7,5	8,3	9,0	11,1	11,0
Total Mundial	**2,6**	**2,3**	**2,2**	**2,4**	**2,4**

Fonte: FAOSTAT. FAO Statistics Division 2010. 18 June 2010.

O feijão não é de fato um alimento apreciado em todas as culturas e, na verdade, a maioria delas não tem o hábito de consumi-lo.

O comércio mundial de feijão está nas Tabelas 9 e 10. Segundo a FAO, em 2007 os principais exportadores mundiais de feijão foram: a China, com 794,7 mil toneladas; o Myanmar, com 548 mil t; Canadá (325,2 mil t); Estados Unidos (309,3 mil t); e Argentina (280,9 mil t). Juntos esses países respondem por 75,8% das exportações mundiais do grão (Tabela 9).

Por outro lado, no mesmo ano, os principais importadores foram: Índia (486,2 mil t); Estados Unidos (171,2 mil t); Cuba (127,2 mil t); e Reino Unido (122,9 mil t). O Brasil subiu para a sétima posição (no ano anterior ocupava a décima), com importações totalizando 96,3 mil toneladas. As importações mundiais, em 2007, alcançaram 2.966,1 mil toneladas (Tabela 10).

No caso brasileiro, um dos maiores entraves à exportação está no fato de o maior volume da produção nacional (quase 70%) ser do tipo carioca, um produto bastante perecível que, apesar de contar com a preferência nacional, tem aceitação limitada em outros países do mundo.

Tabela 9/I. *Feijão - Principais países exportadores - Mundo – 2003-07*

(t)

País	2003	2004	2005	2006	2007
China	946.625	713.496	795.429	747.567	794.740
Mianmar	1.000.000	873.200	316.794	667.249	547.989
Canadá	310.977	316.322	271.135	309.892	325.171
Estados Unidos	321.232	270.316	272.354	354.827	309.331
Argentina	216.878	167.793	199.499	226.479	280.905
Sub-total	2.795.712	2.341.127	1.855.211	2.306.014	2.258.136
Outros	702.418	646.350	567.863	554.694	721.838
Total mundial	**3.498.130**	**2.987.477**	**2.423.074**	**2.860.708**	**2.979.974**

Fonte: FAO. FAOSTAT, FAO Statistics Division 2010, 14 June 2010.

Tabela 10/I. *Feijão - Principais países importadores - Mundo – 2003-07*

(t)

País	2003	2004	2005	2006	2007
Índia	486.039	281.424	304.112	620.527	486.159
Estados Unidos	150.951	154.238	147.413	152.424	171.151
Cuba	160.062	110.491	138.468	138.857	127.162
Reino Unido	119.589	109.729	114.528	124.429	122.920
Japão	134.460	136.314	117.509	119.567	122.838
Itália	111.104	103.000	92.424	106.836	104.908
Brasil	**103.277**	**79.191**	**100.697**	**70.064**	**96.269**
Quênia	1.895	5.454	11.707	14.256	93.116
México	83.685	62.190	79.032	131.727	91.712
Venezuela	124.756	90.868	40.281	72.244	91.479
Sub-total	1.475.818	1.132.899	1.146.171	1.550.931	1.507.714
Outros	1.447.555	1.303.995	1.335.853	1.299.285	1.458.398
Total mundial	**2.923.373**	**2.436.894**	**2.482.024**	**2.850.216**	**2.966.112**

Fonte: FAO. FAOSTAT, FAO Statistics Division 2010, 14 June 2010.

Assim, quando ocorre quebra de safra, e o produto fica escasso no mercado, não existe alternativa de substituição e, ao contrário, quando ocorre excesso de oferta, não há como comercializá-lo rapidamente, o que faz com que a mercadoria fique escurecendo nos armazéns, perdendo qualidade, elevando os custos de carregamento e gerando forte deságio na venda.

O Brasil não costuma exportar feijão. Apenas nos anos de 2007 e 2009 as exportações foram mais significativas, alcançando 29,9 e 27,8 mil toneladas, respectivamente (Tabela 11). Nesses anos, a maioria das exportações embarcou para a África do Sul (em 2007) e para a Índia (em 2009), como pode ser visto na Tabela 12.

Tabela 11/I. *Feijão - Comércio internacional - Brasil – 2004-10*

Ano	Importação		Exportação	
	(t)	(US$ mil)	(t)	(US$ mil)
2004	78.482	24.813	1.824	1.050
2005	100.055	42.792	1.897	1.196
2006	69.390	25.411	7.611	4.690
2007	95.518	51.796	29.901	20.355
2008	204.897	208.151	1.909	3.318
2009	108.998	62.177	27.807	18.230
2010(*)	27.308	18.427	2.622	2.245

(*)Até Junho.
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Sistema Alice.

As importações, ao contrário, costumam ocorrer e vêm aumentando nos últimos anos. Em 2009 o Brasil importou 109 mil toneladas, menos do que em 2008, quando 205 mil toneladas

vieram do exterior (Tabela 13). A maior parte das importações ocorre no segundo semestre, quando o produto nacional entra na entressafra. A Argentina, a Bolívia e a China são respectivamente nossos principais fornecedores. Em 2010, no primeiro semestre, foram importadas 27,3 mil toneladas.

Tabela 12/I. *Feijão – Exportação brasileira por país de destino – 2005-10*

País	2005		2006		2007		2008		2009		2010(*)	
	(t)	(US$ mil)	(t)	(US$ mil)	(t)	(US$ mil)	(t)	(US$ mil)	(t)	(US$ mil)	(t)	(US$ mil)
África do Sul	619	253	3.841	2.365	16.287	11.026	0	0	0	0	0	0
Angola	151	149	127	110	611	410	162	328	225	258	377	398
Egito	0	0	575	315	2.794	1.688	0	0	2.401	1.479	920	695
Emirados Árabes Unido	0	0	0	0	590	443	0	0	881	538	0	0
Estados Unidos	350	260	274	219	380	286	176	363	1.020	1.043	42	47
Haiti	0	0	312	63	75	54	0	0	0	0	144	48
Índia	0	0	353	207	969	637	0	0	20.014	12.235	800	671
Itália	2	2	9	7	1.026	810	51	90	136	120	6	7
Japão	272	240	370	354	254	282	392	932	286	411	40	51
Portugal	29	24	125	95	1.829	1.385	205	274	370	235	76	70
Reino Unido	58	59	95	79	76	63	86	170	91	107	59	67
Uruguai	180	35	116	29	292	165	0	0	73	46	98	99
Venezuela	0	0	0	0	1.300	601	400	470	24	22	0	0
Outros países	236	174	1.426	856	3.417	2.506	437	691	2.287	1.736	60	92
Total	**1.897**	**1.196**	**7.621**	**4.699**	**29.901**	**20.355**	**1.909**	**3.318**	**27.807**	**18.230**	**2.622**	**2.245**

(*)Até Junho.
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Sistema Alice.

Tabela 13/I. *Feijão – Importação brasileira por país de origem – 2005-10*

País	2005		2006		2007		2008		2009		2010(*)	
	(t)	(US$ mil)	(t)	(US$ mil)	(t)	(US$ mil)	(t)	(US$ mil)	(t)	(US$ mil)	(t)	(US$ mil)
China	574	247	2.260	956	1	0	88.710	72.314	11.223	9.175	1.224	748
Argentina	83.338	38.163	49.508	19.598	77.722	41.622	85.157	100.507	58.504	34.126	23.093	16.026
Bolívia	16.089	4.348	17.445	4.744	17.674	10.031	26.288	30.287	37.514	17.145	2.766	1.357
Canadá	0	0	0	0	0	0	1.733	1.797	884	941	0	0
Estados Unidos	6	9	123	99	17	87	865	1.074	50	252	41	182
Paraguai	48	25	54	14	81	35	52	62	592	275	160	88
Chile	0	0	0	0	0	0	817	880	230	261	0	0
Outros países	35	33	44	44	76	83	1.321	1.291	1	2	24	26
Total	**100.090**	**42.825**	**69.434**	**25.455**	**95.571**	**51.857**	**204.944**	**208.212**	**108.998**	**62.177**	**27.308**	**18.427**

(*)Até Junho.
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Sistema Alice.

No caso do feijão-preto, a Argentina exporta toda a sua produção, pois não existe consumo naquele país para essa cultivar. O Brasil se destaca como o principal importador dessa variedade, seguido pela Venezuela.

Quanto ao feijão-carioca, mundo afora, ninguém o produz. A produção é do tipo preto e algumas outras cores são pouco conhecidas e consumidas no Brasil. Até mesmo feijões tidos como superiores, degustados no melhores pratos internacionais, são desconhecidos para o paladar do brasileiro, embora muito se assemelhem aos feijões rajados, por exemplo.

Com relação ao balanço de oferta e demanda nacional, desde a safra 2007/08, mas sobretudo na safra 2008/09, o país conseguiu recuperar um pouco seus estoques finais, os quais tinham alcançado na safra 2006/07 apenas 81,4 mil toneladas. Este ano os estoques estão previstos em 157,4 mil toneladas, menores em 41% em relação à safra anterior (2008/09) (Tabela 14).

Tabela 14/I. *Feijão - Balanço de oferta/demanda – Brasil – Safras 2005/06-2009/10*

(1.000t)

Discriminação	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Estoque inicial	92,9	176,2	81,4	180,0	267,7
Produção	3.471,2	3.339,7	3.520,9	3.502,7	3.334,7
Importação	69,8	96,0	209,7	110,0	80,0
Suprimento	3.633,9	3.611,9	3.812,0	3.792,7	3.682,4
Consumo	3.450,0	3.500,0	3.630,0	3.500,0	3.500,0
Exportação	7,7	30,5	2,0	25,0	25,0
Estoque final	176,2	81,4	180,0	267,7	157,4

Fonte: Conab (Julho/10 – 10º. Levantamento).

Esta redução se deve principalmente a uma safra menor, já que os estoques iniciais estavam bem maiores do que em anos anteriores. Além disso, as importações devem ser menores. O consumo interno não foi alterado. Segundo a última informação disponibilizada pela FAO, o consumo per cápita brasileiro caiu de aproximadamente 19 kg/hab/ano, em meados da década de 1990, para 16 kg em 2007 (Tabela 8). Tal fato se deve ao processo de urbanização que acentuou a mudança de hábitos alimentares da população brasileira, substituindo o tradicional arroz com feijão por massas e alimentos de preparo rápido, assim como a maior participação da mulher no mercado de trabalho, fato que reduziu o tempo para o preparo de pratos que precisam de um período longo para cozinhar, caso do feijão (Conab).

O feijão é um produto com demanda já elevada, sendo que variações de renda, sobretudo para cima, não chegam a refletir em aumentos significativos de consumo. O inverso, contudo, acontece. Ou seja, preços muito altos geram reduções no consumo de forma quase imediata, já que este é um produto consumido, em grande medida, pelas classes de menor poder aquisitivo. Segundo o IBGE, as quantidades adquiridas de feijão variam inversamente em relação aos rendimentos. Famílias com rendimentos mais elevados adquirem quantidade 30% menor.

E, mais especificamente, quando o preço do feijão está num patamar elevado, sobretudo as marcas mais conhecidas, o consumidor muda o perfil de consumo. Os de maior renda procuram produtos substitutos, principalmente as proteínas de origem animal, enquanto os de menor renda preferem adquirir marcas menos conhecidas e de qualidade inferior, de preços mais acessíveis, bem como outros produtos mais baratos. Esta reação do consumidor está causando uma redução nas compras das marcas líderes que, geralmente, ofertam feijão do tipo extra e, com isso, acabam obrigando os embaladores a procurarem no mercado o produto do tipo comercial, que tem preço mais baixo.

Nas Tabelas 15 e 16 (e nas Figuras 2 e 3) é possível visualizar os movimentos dos preços dos feijões preto e carioca no atacado de São Paulo (Bolsinha), entre 2006 até maio de 2010.

No caso do feijão-carioca extranovo, a partir de setembro de 2007, começou a haver aumentos mais significativos de preços, que chegaram a valores de três dígitos – maiores patamares dos últimos anos. O ano de 2008 foi o melhor, em termos de preços.

Tabela 15/I. *Feijão preto*[1] *- Preço médio mensal no atacado de São Paulo – 2006-10*

(R$ sc de 60kg)

Mês	2006	2007	2008	2009	2010
jan.	86,10	52,00	142,50	128,64	78,08
fev.	86,10	51,00	144,20	124,67	75,17
mar.	81,00	51,50	137,29	93,50	88,17
abr.	67,60	50,10	126,47	90,67	102,06
maio	62,40	50,70	158,13	83,00	99,00
jun.	57,00	59,30	163,89	82,38	
jul.	52,40	59,60	152,23	88,48	
ago.	53,20	67,83	150,00	84,00	
set.	55,00	78,20	175,68	80,35	
out.	61,30	88,80	180,68	81,95	
nov.	57,00	96,40	140,25	79,26	
dez.	52,00	121,00	128,64	73,36	

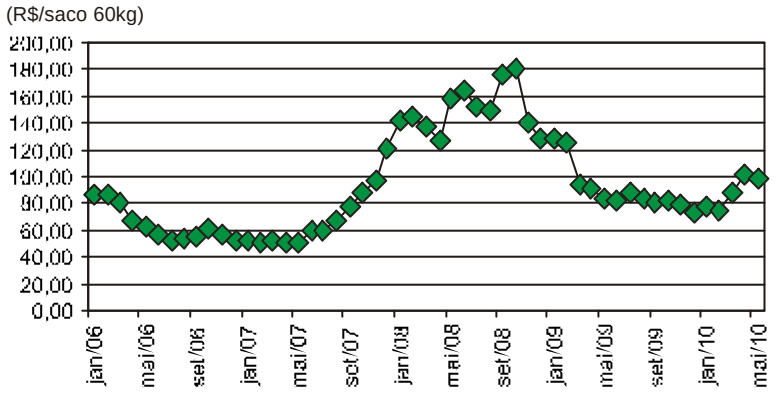
[1]Preto (Extra/Novo).
Fonte: Bolsinha/SP.

Tabela 16/I. *Feijão carioca*[1] *- Preço médio mensal no atacado de São Paulo – 2006-10*

(R$ sc de 60kg)

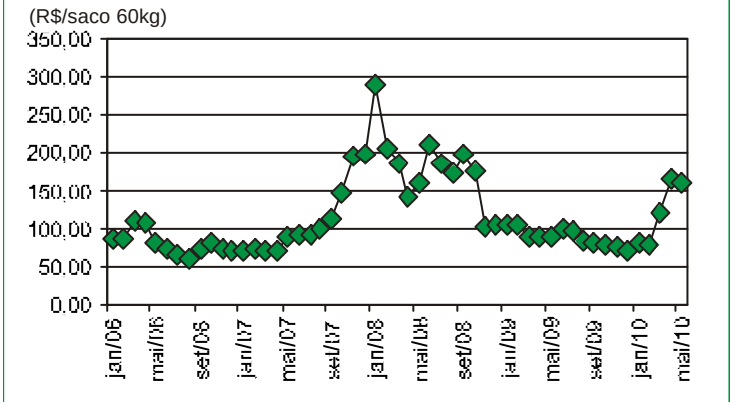
Mês	2006	2007	2008	2009	2010
jan.	86,90	71,60	290,80	105,58	80,15
fev.	86,90	73,00	205,10	103,33	77,72
mar.	109,90	70,30	185,94	88,00	119,61
abr.	107,40	71,40	141,18	89,67	164,60
maio	81,10	88,00	158,75	90,00	159,50
jun.	73,50	91,10	211,90	99,76	
jul.	65,80	92,40	186,00	95,83	
ago.	59,30	98,98	172,70	82,53	
set.	74,00	112,03	199,00	80,33	
out.	80,60	146,20	174,27	79,25	
nov.	73,90	197,10	101,70	76,86	
dez.	71,60	198,50	105,58	71,27	

[1]Carioca (Extra/Novo).
Fonte: Bolsinha/SP.



Fonte: Bolsinha/SP.

Figura 2/I. *Feijão preto - Preço médio no atacado de São Paulo - 2006- 10*



Fonte: Bolsinha/SP

Figura 3/I . *Feijão carioca - Preço médio no atacado de São Paulo - 2006- 10*

Em 2009, contudo, a partir de março, os preços entraram em queda, voltando a ter uma leve recuperação apenas a partir de março/2010. Por essa razão, os produtores optaram por reduzir suas áreas de plantio com esta leguminosa. Com áreas menores, a produção consequentemente diminuiu. Além disso, problemas climáticos afetaram grande parte da produção, que não teve a qualidade esperada. Assim, a partir de março/2010, os preços dispararam, principalmente dos grãos de qualidade superior, que estavam mais escassos no mercado.

No mercado do feijão-preto, as oscilações de preço foram semelhantes às do feijão-carioca. No atacado de São Paulo, ao longo de 2009, os preços (médios) do feijão-preto extranovo variaram entre R$73,36 (dezembro) e R$128,64 (janeiro). Em 2010 os preços começaram a ter uma recuperação, alcançando em março cerca de R$102,00 a saca de 60 kg. A partir de novembro de 2008, os preços não param de cair. Desde então já diminuíram 35,4%, já que em abril/09 a saca de 60 kg estava cotada, em média, a R$ 90,67 (Tabela 15 e Figura 4).

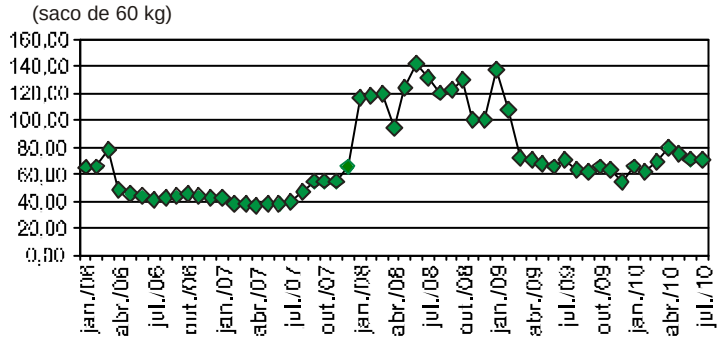
Com relação aos preços ao produtor, em Santa Catarina (tomando-se por base os preços praticados em Chapecó), o movimento acompanhou o que aconteceu no mercado atacadista. O ano de 2009 foi marcado por baixos preços, com exceção dos primeiros dois meses, quando a saca de 60 kg foi cotada, em janeiro, a R$ 138,00 e em fevereiro R$ 107,19 (Tabela 17 e Figura 4). Nos demais meses os preços oscilaram entre R$ 54,22 (dezembro) e R$ 72,95 (março). E, por isso, os produtores acabaram reduzindo o plantio. Em 2010 os preços não aumentaram muito para o produtor no Estado. Até o mês de julho, a maior cotação se deu no mês de abril (período em que se colhe a safrinha), quando a saca de 60 kg foi cotada a R$79,21.

Tabela 17/I. *Feijão preto*[1] *- Preço médio mensal – Santa Catarina - 2006 -10*

(R$/sc 60kg)

Mês	2006	2007	2008	2009	2010
jan.	65,00	41,57	116,67	138,00	65,00
fev.	65,00	37,67	118,00	107,19	61,47
mar.	78,37	38,00	118,60	72,95	68,65
abr.	47,47	36,17	94,37	70,00	79,21
maio	46,00	37,00	123,29	67,45	74,76
jun.	43,55	38,67	142,22	65,63	71,00
jul.	40,48	40,00	132,17	70,00	70,00
ago.	42,00	46,25	120,00	63,25	
set.	42,95	55,00	122,25	61,90	
out.	45,00	55,00	130,00	65,00	
nov.	43,67	55,00	100,00	63,44	
dez.	41,57	65,00	100,00	54,22	

[1]Produtor Chapecó.
Fonte: Epagri-Cepa.



Fonte: Epagri-Cepa.

Figura 4/I. *Feijão preto - Preço médio recebido - Santa Catarina - 2006 -10*

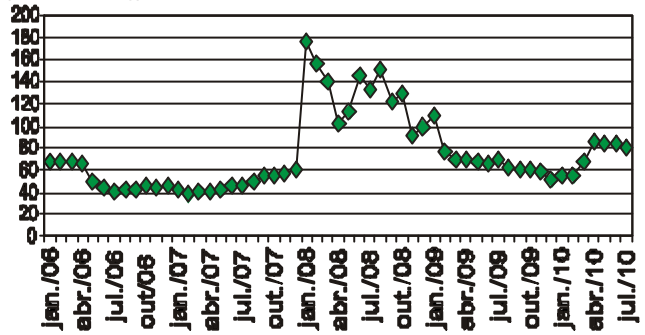
O mesmo comportamento teve o feijão-carioca, que em jan/09 estava custando R$ 109,50 a saca, caindo para R$ 51,56 em dezembro, uma queda de 53%. Durante o ano de 2010 (até julho) os produtores tiveram um ligeiro aumento, recebendo pela saca, em média, de R$ 55,00 (em fevereiro) até R$ 85,79 (em abril). Tais números encontram-se detalhados na Tabela 18 e na Figura 5.

Tabela 18/I. *Feijão carioca*[1] *– Preço médio mensal - Santa Catarina – 2006-10*

(R$/sc 60kg)

Mês	2006	2007	2008	2009	2010
jan.	67,35		176,67	109,50	55,67
fev.	67,35	37,4	156,22	77,19	55,00
mar.	67,73	40,18	139,97	70,00	67,35
abr.	66,04	40,56	101,70	70,00	85,79
maio	48,92	42,73	111,76	67,45	84,76
jun.	43,60	46,00	145,56	65,63	84,00
jul.	40,48	46,00	132,17	70,00	80,23
ago.	42,00	49,10	150,00	63,25	
set.	42,95	55,00	122,25	60,00	
out.	45,00	55,00	130,00	60,00	
nov.	43,67	57,55	92,22	58,44	
dez.	46,36	60,00	99,00	51,56	

[1]Produtor Chapecó.
Fonte: Epagri-Cepa.



Fonte: Epagri-Cepa.

Figura 5/I. *Feijão carioca - Preço médio recebido - Santa Catarina - 2006 -10*

Em resumo, o desempenho dos preços (atacado e produtor) para esta safra 2009/10 foi o inverso do que ocorreu na safra anterior (2008/09), quando os preços foram muito bons. Tal comportamento é cíclico na agricultura, quer dizer, preços bons em um ano geram aumento de produção no seguinte com consequente queda de preços, levando no ano a seguir a uma subsequente diminuição na área plantada, que acaba reduzindo a disponibilidade do produto, elevando desse modo os preços do produto, que ocasionam uma nova corrida para plantar mais e assim sucessivamente.

O feijão, especificamente, é um produto suscetível à oferta. Se houver uma elevação significativa na produção, os preços caem rapidamente e, pela característica do produto brasileiro, o mercado internacional não o procura, elevando assim os estoques finais do grão, o que, mais uma vez, gera queda nos preços.

A previsão é que a partir de agosto, com o início da colheita da terceira safra, os preços ao produtor do feijão voltem a cair, porém não muito acentuadamente. E, nos meses subsequentes a tendência é que os preços permaneçam sustentados, em função da entressafra do grão. O próximo evento que poderá alterar os preços é o primeiro levantamento da Conab sobre a intenção de plantio para a próxima safra (2010/11), o qual deverá ser divulgado em outubro. Este relatório é importante também para a formação das expectativas dos preços a serem praticados no restante do ano de 2010.

Parte I

Por enquanto ainda é cedo para se projetarem números para a safra 2010/11, cujo plantio deve iniciar somente a partir de setembro. Em algumas regiões produtoras, além da previsão de um clima mais desfavorável – que estará sob o efeito do La Niña, o que significa seca –, a dificuldade de contratação de mão de obra (quer por escassez ou por questões da legislação trabalhista) vem fazendo com que as áreas plantadas se reduzam a cada ano, sendo que apenas os que apostam no mercado e possuem colheitadeiras é que mantêm (ou aumentam) as áreas semeadas com feijão. Além disso, os preços praticados atualmente (julho/2010) no mercado não estão muito atraentes (R$ 80,23 o carioca e R$ 70,00 o preto).

Márcia Janice Freitas da Cunha Varaschin - Economista - Epagri/Cepa
e-mail - marciacunha@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239.3935

Fumo[1]

Produção e comércio mundiais

Os dados da FAO que trazem a produção mundial de fumo, segundo os principais países produtores, no período 2005-08, estão colocados na Tabela 1. É possível constatar que ao longo desse período, tanto a área como a produção, vinham diminuindo. Somente no último ano (2008) é que esse processo foi revertido, quando ocorreu um ligeiro aumento na área plantada, de 72,2 mil hectares, o que acarretou em 653 mil toneladas a mais no mercado mundial de fumo.

Tabela 1/I. *Fumo - Principais países produtores - 2005-08*

País	2005		2006		2007		2008	
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Área colhida (ha)	Produção (t)
China	1.364.312	2.685.743	1.375.877	2.746.193	1.164.503	2.397.152	1.250.703	2.836.725
Brasil	**493.761**	**889.426**	**495.706**	**900.381**	**459.481**	**908.679**	**431.378**	**850.421**
Índia	366.500	549.100	372.800	552.200	370.000	520.000	370.000	520.000
Estados Unidos	120.610	290.170	137.188	329.918	144.068	353.177	142.010	360.225
Irã	13.799	22.180	11.874	15.479	12.000	16.000	13.500	180.000
Argentina	90.000	163.528	90.000	165.000	92.000	170.000	92.000	170.000
Indonésia	198.212	153.470	168.692	146.265	194.517	164.851	199.031	169.668
Malawi	141.527	93.598	136.527	121.600	118.551	118.000	161.626	160.238
Paquistão	50.500	100.500	56.360	112.592	50.861	103.240	51.398	107.765
Itália	34.372	115.983	36.000	110.000	35.000	100.000	35.000	100.000
Turquia	185.342	135.247	146.166	98.137	144.904	74.584	120.871	100.000
Sub-Total	3.058.935	5.198.945	3.027.190	5.297.765	2.785.885	4.925.683	2.867.517	5.555.042
Outros Países	902.049	1.538.203	862.232	1.368.037	839.975	1.302.785	830.590	1.326.392
Total mundial	**3.960.984**	**6.737.148**	**3.889.422**	**6.665.802**	**3.625.860**	**6.228.468**	**3.698.107**	**6.881.434**

OBS: Fumo não manufaturado.
Fonte: FAO. FAOSTAT, FAO Statistics Division 2010, 27 August 2010.

Os dez maiores produtores de fumo respondem por cerca de 80% da produção mundial. A China sozinha é responsável por 41% desta produção. O Brasil destaca-se como o segundo maior produtor mundial de fumo, com 431 mil hectares plantados, os quais produziram 850 mil toneladas. A produção mundial alcançou 6.881 mil toneladas em 2008 (último dado disponível). A produção brasileira tem oscilado nos últimos anos, com variações para mais ou para menos na área e na produção, como será visto mais adiante.

O Brasil se destaca como o maior exportador mundial de fumo, conforme dados da FAO, apresentados na Tabela 2. Em 2007 exportamos 694 mil toneladas de um total de 2.629 mil toneladas exportadas no mundo. O segundo maior exportador foi os Estados Unidos (com 188 mil toneladas), seguidos pela Índia (com 173 mil toneladas). Entre 2006 e 2007

[1] Para este artigo, além de informações da autora, foram utilizadas as seguintes fontes:
IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Vários.
www.fao.org
www.usda.gov
www.afubra.com.br
Jornais diversos e internet.

(último dado disponível), a quantidade exportada de fumo no mundo cresceu 7,5%, enquanto o Brasil aumentou em 22,7% suas exportações, ou seja, estamos tomando uma parte maior deste mercado.

Tabela 2/I. *Fumo - Principais países exportadores - Mundo - 2003-07*

(t)

País	2003	2004	2005	2006	2007
Brasil	**465.981**	**579.365**	**616.467**	**566.027**	**694.325**
Estados Unidos	156.894	165.781	152.978	180.064	187.859
Índia	120.637	135.383	142.702	158.254	173.345
China	183.701	184.661	167.822	149.454	168.836
Malawi	102.980	93.296	115.688	156.684	130.183
Itália	120.883	116.348	105.568	95.477	113.429
Turquia	113.711	114.774	134.276	128.480	111.166
Argentina	78.437	91.007	96.631	100.942	100.399
Grécia	80.831	76.544	94.165	86.324	81.285
Alemanha	50.585	80.202	90.462	95.271	66.046
Sub-total	1.474.640	1.637.361	1.716.759	1.716.977	1.826.873
Outros	705.151	842.946	712.576	728.285	802.039
Total mundial	**2.179.791**	**2.480.307**	**2.429.335**	**2.445.262**	**2.628.912**

Nota: Fumo não manufaturado.
Fonte: FAOSTAT. FAO Statistics Division 2010, 30 August 2010.

Os principais importadores de fumo no mundo, em ordem de importância, em 2007, foram: Rússia, Estados Unidos e Alemanha, com importações de 310 mil toneladas, 229 mil toneladas e 212 mil toneladas, respectivamente (Tabela 3).

Tabela 3/I. *Fumo - Principais países importadores - 2003-07*

(t)

País	2003	2004	2005	2006	2007
Rússia	280.721	272.974	291.683	271.841	309.921
Estados Unidos	261.107	257.522	224.070	234.263	229.210
Alemanha	195.289	240.917	248.771	249.267	212.185
Países Baixos	109.700	169.350	171.777	168.544	119.900
China	64.335	50.225	76.148	93.038	93.865
França	75.106	137.727	152.598	126.254	91.990
Bélgica	71.855	74.567	59.956	62.936	83.749
Polônia	19.248	46.620	59.833	75.221	77.202
Ucrânia	66.308	75.169	76.883	74.408	76.111
Egito	64.168	72.909	58.381	67.873	69.436
Sub-total	1.207.837	1.397.980	1.420.100	1.423.645	1.363.569
Outros	1.008.944	1.146.874	1.041.879	1.110.007	1.159.249
Total mundial	**2.216.781**	**2.544.854**	**2.461.979**	**2.533.652**	**2.522.818**

Nota: Fumo não manufaturado.
Fonte: FAOSTAT. FAO Statistics Division 2010, 30 August 2010.

Produção e comércio brasileiros

O comparativo das nove últimas safras de fumo no Brasil, segundo o IBGE, está na Tabela 4. A maior produção aconteceu na safra 2003/04 (919,8 mil toneladas) enquanto a menor se deu em 2002/03 (656,1 mil toneladas). De 2005 a 2007 o País aumentou sua produção de forma sucessiva. Contudo, nas três últimas safras (2007/08, 2008/09 e 2009/

10), houve queda de produção. A razão para isso foram as adversidades climáticas que atingiram as lavouras, já que no período a área cresceu continuamente.

Na safra 2008/09, particularmente, embora a área plantada tenha crescido 2,4% em comparação com a safra 2007/08, a principal razão da queda na produção foram as condições climáticas adversas (estiagem e enchentes, em períodos e regiões alternadas) que acabaram prejudicando o rendimento da lavoura, que caiu para 1.950 quilos por hectare. O rendimento da safra anterior foi de 1.969 kg/ha.

Tabela 4/I. *Fumo - Comparativo das safras - Brasil - Safras 2001/02-2009/10*

Safra	Área plantada (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)
2001/02	338.983	657.444	1.939
2002/03	392.417	656.112	1.672
2003/04	460.750	919.770	1.996
2004/05	498.760	894.025	1.792
2005/06	499.485	905.352	1.813
2006/07	460.211	912.787	1.983
2007/08	431.891	850.421	1.969
2008/09	442.255	862.355	1.950
2009/10(1)	446.900	773.521	1.731

(1)Dados sujeitos a alterações.
Fonte: IBGE.

A última safra (2009/10), esteve sob o efeito do fenômeno El Niño, motivo que fez da primavera uma estação de pouco sol e muita chuva, clima ruim para o fumo. Com isso houve queda de produtividade, com prejuízo na qualidade e no peso do produto. Além disso, alguns produtores tiveram aumento nos custos de produção, pois tiveram que realizar reforços na adubação.

Segundo a Afubra (Associação dos Fumicultores do Brasil), na última safra (2009/10), existiam no Brasil cerca de 222.110 produtores de fumo, sendo que 83% deles estão na Região Sul e, mais especificamente 43% no Rio Grande do Sul, 25% em Santa Catarina e 16% no Paraná (Tabela 5).

Tabela 5/I. *Número de fumicultores - Brasil - Safras 2006/07-2010/11*

Estado/Região	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11[1]
Paraná	34.490	34.110	33.020	35.210	35.080
Santa Catarina	56.450	55.120	58.150	55.170	54.860
Rio Grande do Sul	91.710	91.290	95.410	94.780	94.370
Região Sul	182.650	180.520	186.580	185.160	184.310
Outros estados	37.240	36.850	37.060	36.950	37.020
Brasil	**219.890**	**217.370**	**223.640**	**222.110**	**221.330**

[1]Estimativa Afubra.
Fonte: Afubra.

Comparando a safra 2009/10 com a safra anterior (08/09), verifica-se que o número de fumicultores caiu no país (tendência que persiste), sendo que um total de 1.530 produtores saiu da atividade. Um das razões apontadas é a busca, por parte das empresas, de manter preferencialmente os produtores que conseguem obter uma produtividade mais elevada em suas lavouras. Ou seja, as empresas querem ter menos produtores, mais eficientes, produzindo mais. Em 2004/05 existiam 396.080 produtores no país, em 2008 eram 217.370, representando uma queda de 45%.

A fumicultura é uma atividade cuja importância social é irrefutável. Isto porque, através de uma análise mais ampla sobre a cadeia produtiva do tabaco, no Brasil, verifica-se que, segundo informações da Afubra, ela envolve cerca de 2,5 milhões de pessoas. Entre elas estão as fábricas (de agroquímicos, materiais de construção, máquinas e implementos), transportadores, postos de distribuição, usinas de processamento, exportadores, fábricas de cigarros, varejistas, além dos próprios fumicultores.

A atividade gera 1.080.000 empregos diretos, considerando-se o total de pessoas que trabalham na lavoura e na indústria, além de 1.440.000 empregos indiretos. Somando ambos, tem-se 2.520.000 pessoas trabalhando com a atividade no País.

Além desse fato, 60,5% da produção de fumo no sul do Brasil é conduzida por famílias cujos estabelecimentos possuem área inferior a 10 hectares, conforme pode ser visto na Tabela 6. Destas, 25,4% não possuem terra alguma, trabalham em regime de parceria. Apenas 1% das propriedades é composta de grandes produtores, aqui considerados aqueles que possuem áreas superiores a 50 hectares.

Tabela 6/I. *Distribuição fundiária dos fumicultores sul-brasileiros - Safra 2009/10*

Hectare	Nº Famílias	%
Menos de 1	47.010	25,4
De 1 a 10	65.050	35,1
De 11 a 20	47.110	25,4
De 21 a 30	17.750	9,6
De 31 a 50	6.400	3,5
Mais de 50	1.840	1,0
Total	**185.160**	**100**

Fonte: Afubra.

Os estados produtores de fumo no Brasil estão na Tabela 7. Segundo o IBGE o sul do País responde por 97% da produção brasileira, com base nos dados da última safra (2009/10). O Rio Grande do Sul é o maior produtor brasileiro, seguido de Santa Catarina. Dos três estados da Região Sul, o Rio Grande do Sul detém 44% da produção brasileira, Santa Catarina 32% e o Paraná 21%.

Tabela 7/I. *Fumo - Comparativo das safras - Região Sul - Brasil - Safras 2007/08-2010/11*

Estado	Área plantada (ha)				Produção (t)				Rendimento médio (kg/ha)			
	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11[1]	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11[1]	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11[1]
Rio Grande do Sul	168.920	183.170	180.930	177.310	357.830	372.810	317.780	357.150	2.039	2.035	1.756	2.014
Santa Catarina	116.250	125.620	124.630	118.540	230.630	243.410	241.960	232.190	1.891	1.938	1.941	1.959
Paraná	63550	65.270	65.270	63.780	125.410	128.060	132.130	124.480	1.976	1.962	2.024	1.952
Região Sul	**348.720**	**374.060**	**370.830**	**359.630**	**713.870**	**744.280**	**691.870**	**713.820**	**1.978**	**1.990**	**1.866**	**1.985**

[1]Dados preliminares da Afubra.
Fonte: Afubra.

Nesses três estados a produção de fumo é realizada em regime de integração com a indústria e, assim, o dimensionamento do plantio se dá de acordo com as necessidades internas e de exportação do produto.

No Rio Grande do Sul, na temporada 2009/10 a área plantada foi de 180,9 mil hectares, enquanto na safra anterior foi de 183,2 mil, o que representa uma redução de 1,2%. A queda na produção foi bem maior: 14,8%. As 372,8 mil toneladas produzidas em 2008/09 caíram para 317,8 mil toneladas em 2009/10. Este número resulta de uma queda de 13,7% na produtividade, que passou de 2.035 para 1.756 quilos por hectare (Tabela 7). A razão para isso foi o clima excessivamente úmido.

No Paraná a área permaneceu a mesma. A produção, entretanto, aumentou 3,2%. Em 2008/09 o Estado produziu 128,1 mil toneladas e em 2009/10 alcançou 132,1 mil toneladas.

Em Santa Catarina a área plantada permaneceu praticamente inalterada: em 2008/09 eram 125,6 mil hectares e em 2009/10 foram 124,6 mil hectares. A produção e a produtividade seguiram o mesmo movimento, ou seja, pouca alteração em relação à safra anterior (Tabela 7).

A maior parte da produção brasileira de fumo teve como destino, nos anos anteriores a 2010, o mercado internacional, como pode ser verificado na Tabela 8. Naqueles nove anos (de 2001 a 2009) o Brasil exportou entre 64,2% e 81,3% de tudo que produziu para o mercado mundial. Em 2009 exportou-se 674,3 mil toneladas de um total de 862,4 mil toneladas produzidas.

Contudo, em 2010, com uma produção estimada em 773,5 mil toneladas, as exportações até o mês de julho totalizaram 283,7 mil toneladas. No mesmo período, em 2009, haviam sido exportadas 376,6 mil toneladas. A causa principal desta queda nas exportações é o câmbio. Com o real valorizado em relação ao dólar, o preço não ficou tão competitivo como sempre o foi.

É importante lembrar que o fumo brasileiro, apesar de ser o de melhor qualidade em termos mundiais, é o que sempre teve o menor preço no mercado global. E, com a valorização do real frente ao dólar, a rentabilidade das exportações tem diminuído, o que acaba gerando dificuldades na negociação entre as indústrias fumageiras e as entidades que representam os produtores. Ainda assim, como será visto mais adiante, os preços pagos na última safra aos produtores foram considerados bons.

Tabela 8/I. *Fumo - Quantidade produzida e exportada - Brasil - 2001-10*

Ano	Produção(t)	Exportação(t)	(%) Exp./Prod.
2001	564.536	443.846	78,6
2002	657.444	474.472	72,2
2003	656.112	477.550	72,8
2004	919.770	592.844	64,5
2005	894.025	629.629	70,4
2006	905.352	581.380	64,2
2007	912.787	710.154	77,8
2008	850.421	691.608	81,3
2009	862.355	674.731	78,2
2010[1]	773.521	283.720	36,7
Média[2]	**799.632**	**586.246**	**73,3**

[1]Dado de produção sujeito a alterações e dado de exportação até o mês de julho/2010.
[2]A média das exportações não considera o ano de 2010, pois o mesmo só possui dados até julho.
Fonte: IBGE e MDIC (Sistema Alice).

Produção catarinense e comercialização

A Tabela 9 traz uma série comparativa dos últimos nove anos da produção catarinense de fumo. Durante este período, a produção variou entre 213,3 mil toneladas (safra 2002/03) e 284,8 mil toneladas (safra 2003/04). A safra em que mais se plantou fumo foi a de 2004/05, com 145,8 mil hectares, enquanto a maior produtividade foi alcançada na safra 2006/07: 2.042 quilos por hectare.

Tabela 9/I. *Fumo - Comparativo das safras - Santa Catarina - Safras 2001/02-2009/10*

Safra	Área plantada (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)
2001/02	112.067	223.382	1.993
2002/03	120.899	213.339	1.765
2003/04	143.112	284.825	1.990
2004/05	145.806	280.045	1.921
2005/06	138.712	244.011	1.759
2006/07	121.969	249.013	2.042
2007/08	116.268	230.627	1.984
2008/09	125.557	247.758	1.973
2009/10[1]	126.500	245.000	1.937

[1]Dados preliminares.
Fonte: IBGE.

Com base nos resultados da safra 2008/09, as regiões que concentram no Estado a produção de fumo são: o Sul (31,2% da produção estadual), o Vale do Itajaí (26%), o Norte (23,2%) e o Oeste (15%). As maiores produtividades encontram-se nas seguintes regiões: Sul (2.064 kg/ha), Grande Florianópolis (2.027 kg/ha) e Norte (2.024 kg/ha) (Tabela10).

A temporada 2009/10 – que não consta na tabela, pois até o momento de encerramento deste artigo as informações por município não estavam disponíveis – foi marcada por adversidades climáticas, tais como: geada, granizo e excesso de chuvas, que acabaram levando a uma redução na produtividade obtida.

Tabela 10/I. *Fumo - Comparativo de safras, segundo as micro e mesorregiões - Santa Catarina - Safras 2005/06-2008/09*

Micro/Mesorregiões	Área Plantada (ha)				Produção (t)				Rendimento médio (kg/ha)			
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09
São Miguel do Oeste	10.391	8.614	8.108	8.740	16.644	15.708	13.641	15.058	1.602	1.824	1.682	1.723
Chapecó	10.943	9.320	8.824	9.496	17.703	16.826	14.951	16.315	1.618	1.805	1.694	1.718
Xanxerê	2.107	1.903	1.605	1.806	3.344	3.352	2.765	3.094	1.587	1.761	1.723	1.713
Joaçaba	1.607	1.300	1.130	1.105	2.550	2.390	1.968	1.871	1.587	1.838	1.742	1.693
Concórdia	939	606	477	481	1.527	1.142	840	819	1.626	1.884	1.761	1.703
Oeste Catarinense	**25.987**	**21.743**	**20.144**	**21.628**	**41.768**	**39.418**	**34.165**	**37.157**	**1.607**	**1.813**	**1.696**	**1.718**
Canoinhas	29.525	27.760	26.415	27.638	60.470	66.311	58.867	56.041	2.048	2.389	2.229	2.028
São Bento do Sul	976	904	846	764	2.066	2.135	1.875	1.440	2.117	2.362	2.216	1.885
Joinville	49	14	21	19	89	29	47	39	1.816	2.071	2.238	2.053
Norte Catarinense	**30.550**	**28.678**	**27.282**	**28.421**	**62.625**	**68.475**	**60.789**	**57.520**	**2.050**	**2.388**	**2.228**	**2.024**
Curitibanos	1.079	895	786	763	1.166	1.489	1.263	1.324	1.081	1.664	1.607	1.735
Campos de Lages	1.277	1.131	943	971	1.771	2.073	1.905	1.868	1.387	1.833	2.020	1.924
Serrana	**2.356**	**2.026**	**1.729**	**1.734**	**2.937**	**3.562**	**3.168**	**3.192**	**1.247**	**1.758**	**1.832**	**1.841**
Rio do Sul	23.390	20.434	18.918	17.575	44.210	44.572	37.999	34.720	1.890	2.181	2.009	1.976
Blumenau	1.214	930	838	812	2.304	1.962	1.767	1.689	1.898	2.110	2.109	2.080
Itajaí	4	1	1	7	8	2	2	14	2.000	2.000	2.000	2.000
Ituporanga	16.374	14.405	13.623	13.891	30.323	32.480	27.918	27.962	1.852	2.255	2.049	2.013
Vale do Itajaí	**40.982**	**35.770**	**33.380**	**32.285**	**76.845**	**79.016**	**67.686**	**64.385**	**1.875**	**2.209**	**2.028**	**1.994**
Tijucas	3.627	3.171	3.117	3.041	6.413	6.620	6.536	6.269	1.768	2.088	2.097	2.061
Florianópolis	6	9	-	-	12	18	-	-	2.000	2.000	-	-
Tabuleiro	1.302	1.091	960	962	2.760	2.497	1.856	1.846	2.120	2.289	1.933	1.919
Grande Florianópolis	**4.935**	**4.271**	**4.077**	**4.003**	**9.185**	**9.135**	**8.392**	**8.115**	**1.861**	**2.139**	**2.058**	**2.027**
Tubarão	10.428	9.558	9.721	10.218	15.355	16.182	19.495	20.747	1.472	1.693	2.005	2.030
Criciúma	7.201	5.813	6.409	8.455	10.293	9.268	13.164	17.412	1.429	1.594	2.054	2.059
Araranguá	16.275	14.110	13.526	18.813	25.003	23.959	23.782	39.230	1.536	1.698	1.758	2.085
Sul Catarinense	**33.904**	**29.481**	**29.656**	**37.486**	**50.651**	**49.409**	**56.441**	**77.389**	**1.494**	**1.676**	**1.903**	**2.064**
Total	**138.714**	**121.969**	**116.268**	**125.557**	**244.011**	**249.015**	**230.641**	**247.758**	**1.759**	**2.042**	**1.984**	**1.973**

(1)Estimativa do IBGE, dados sujeitos a alterações.
Fonte: IBGE.

No sul do estado, por exemplo, no início do desenvolvimento da cultura, os produtores encontravam-se satisfeitos e otimistas, porém, o clima trouxe preocupações. Algumas áreas plantadas, já no mês de julho, sofreram a incidência de geadas. Na sequência, no início de setembro, algumas lavouras foram atingidas por granizo e excesso de chuvas, fazendo com que alguns produtores tivessem também que optar pelo replantio. No final de setembro/início de outubro algumas lavouras tiveram novamente a incidência de granizo/ excesso de chuvas, o que acabou interferindo negativamente no seu desenvolvimento e até mesmo danificando algumas plantas. Naquele momento o replantio já era inviável, até mesmo em virtude da não disponibilidade de mudas. Estimam-se perdas na ordem de 10 a 20% em alguns municípios da região de Araranguá e queda na produção de 5 a 10% nos demais municípios da região, em virtude do excesso de umidade. Além disso, os custos também foram maiores, pois aumentaram os gastos com adubação de cobertura.

As chuvas e o granizo também atingiram as lavouras do Alto Vale, mas como ocorreram na fase inicial de desenvolvimento, não causaram prejuízos, pois as plantas conseguiram se recuperar. Apesar de ter havido uma queda de 6% na área semeada em relação à temporada anterior (2008/09) por conta de uma produtividade maior (entre 1.900 e 1.950 kg/ha), a produção aumentou. No geral a qualidade de produto foi boa.

No Planalto Norte, a safra 2009/10 teve um incremento de 5% na área semeada, como vem ocorrendo nos últimos anos. Contudo, em função do clima muito chuvoso, em algumas áreas fizeram-se necessários os replantios, bem como aplicações redobradas de insumos e defensivos. Ainda assim, os rendimentos obtidos ficaram em 2.200 quilos por hectare, como havia sido inicialmente previsto, gerando uma boa renda para o produtor.

No Extremo Oeste o excesso de chuvas reduziu em torno de 10% o rendimento inicial esperado, que era de 1.800 quilos por hectare.

No Oeste Catarinense também houve aumento na área semeada com fumo. E, assim como em outras regiões, o excesso de chuvas trouxe prejuízos aos produtores, pois alguns tiveram aumento em seus gastos para repor adubação (levada pela chuva). O rendimento médio obtido ficou dentro do esperado inicialmente.

Outro fator importante que vem afetando a atividade é a mão de obra, que está cada vez mais cara e escassa. Por isso, muitos produtores acabam optando por utilizar exclusivamente a mão de obra familiar.

As Tabelas 11 e 12 trazem os preços médios recebidos pelos produtores de fumo, nos três estados da Região Sul do Brasil nas dez últimas safras. A Tabela 11 traz os preços para a região como um todo, segundo as variedades de fumo. Percebe-se um aumento no preço do produto na última safra, em relação à safra 2008/09, qual seja, de 30,4% em dólar e de 7,6% em real, em média. O reajuste maior em dólar é justificado pela valorização da moeda brasileira em relação ao dólar.

Tabela 11/I. *Fumo - Preço médio recebido pelos produtores da Região Sul, segundo as variedades - Brasil - Safras 2000/01-2009/10*

Safra/Tipo	(R$/kg)				(US$/kg)			
	Virgínia	Burley	Comum	Média	Virgínia	Burley	Comum	Média
2000/01	2,52	2,22	1,44	2,45	1,16	1,02	0,66	1,13
2001/02	2,92	2,62	1,69	2,85	1,18	1,06	0,69	1,15
2002/03	3,94	3,43	2,21	3,82	1,23	1,07	0,69	1,20
2003/04	4,36	3,76	2,65	4,24	1,46	1,26	0,89	1,42
2004/05	4,43	3,93	2,74	4,33	1,76	1,56	1,08	1,72
2005/06	4,24	3,78	2,43	4,15	1,92	1,71	1,10	1,88
2006/07	4,33	3,93	2,51	4,25	2,13	1,93	1,24	2,09
2007/08	5,46	5,36	3,17	5,41	3,24	3,18	1,89	3,22
2008/09	6,10	5,05	3,58	5,90	2,79	2,31	1,64	2,70
2009/10	6,49	5,72	4,00	6,35	3,60	3,17	2,22	3,52

Fonte: Afubra.

Todas as variedades tiveram reajustes, tanto em dólar como em real. O maior aumento, em dólar, foi da variedade Burley (37%), seguida da variedade Comum (35%) e Virgínia (29%). Foi o segundo maior aumento na última década, ficando atrás apenas do reajuste ocorrido entre as safras 2006/07 e 2007/08, que chegou a 54%, em dólar, em média.

Tabela 12/I. *Fumo - Preço médio recebido pelos produtores - Região Sul, por estado - Brasil - Safras 2000/01-2009/10*

Safra/Estado	(R$/kg)				(US$/kg)			
	RS	SC	PR	Região Sul	RS	SC	PR	Região Sul
2000/01	2,51	2,43	2,25	2,45	1,16	1,12	1,04	1,13
2001/02	2,86	2,89	2,71	2,85	1,16	1,17	1,10	1,15
2002/03	3,88	3,82	3,67	3,82	1,21	1,19	1,15	1,20
2003/04	4,34	4,19	4,03	4,24	1,45	1,40	1,35	1,42
2004/05	4,23	4,51	4,25	4,33	1,68	1,79	1,69	1,72
2005/06	4,17	4,25	3,91	4,15	1,89	1,92	1,77	1,88
2006/07	4,34	4,21	4,05	4,25	2,14	2,07	1,99	2,09
2007/08	5,40	5,57	5,17	5,41	3,21	3,31	3,07	3,22
2008/09	5,94	6,04	5,50	5,90	2,72	2,76	2,52	2,70
2009/10	6,46	6,38	6,04	6,35	3,58	3,54	3,35	3,52

Fonte: Afubra.

Com relação às diferenças de preços entre os estados, o Rio Grande do Sul foi o Estado que, na safra 2009/10, obteve o melhor preço por sua produção (assim como na safra anterior). Em média o produtor gaúcho recebeu por quilo do produto R$ 6,46. Já o produtor catarinense recebeu R$ 6,38 e o paranaense R$ 6,04. Desse modo, a média do preço para a região foi de R$ 6,35 por quilo, o maior preço já recebido pelos produtores (Tabela 12).

Segundo a Afubra, a principal razão é que, além de o produto estar com menor produção – tanto em nível mundial como no Brasil –, o fumo colhido na última safra, no sul do Brasil, foi de ótima qualidade. Apesar de o clima ter sido excessivamente chuvoso, inclusive com ocorrência de granizo, no geral, a qualidade não foi comprometida e os maiores prejuízos acabaram sendo muito localizados e, desse modo, não prejudicaram a produção tanto quanto se esperava.

A comercialização da safra 2009/10 ocorreu mais lentamente do que é usual. Além disso, as empresas praticaram tabelas diferenciadas de preços em suas aquisições. No geral os produtores venderam para as empresas com as quais tinham contratos.

As exportações catarinenses (e brasileiras) estão na Tabela 13. Os reflexos da crise financeira mundial, iniciada em 2008, podem ser vistos no volume exportado de fumo, pelo Brasil, em 2009, quando houve uma queda de 2,4%. As exportações catarinenses se mantiveram nos mesmos níveis. Já os valores recebidos, em dólar, foram maiores tanto para o País como para o Estado.

Tabela 13/I. *Fumo - Exportações brasileiras e catarinenses - 2001-10*

Ano	Brasil		Santa Catarina	
	Quantidade (t)	Valor (US$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US$ 1.000)
2001	443.846	944.316	48.101	90.579
2002	474.472	1.008.169	45.968	88.211
2003	477.550	1.090.259	43.264	88.232
2004	592.844	1.425.763	57.811	133.424
2005	629.629	1.706.520	76.319	213.366
2006	581.380	1.751.726	134.566	465.898
2007	710.154	2.262.374	160.284	534.483
2008	691.608	2.752.032	181.536	758.662
2009	674.731	3.046.032	181.943	813.660
2010(1)	345.666	1.803.502	119.611	649.638

(1)Até Agosto/2010.
Fonte: MDIC - Sistema Alice.

Em 2010, contudo, acabamos perdendo competitividade em função da valorização do real frente ao dólar. E, por isso, as exportações provavelmente serão menores. Até o mês de agosto totalizaram 346 mil toneladas no Brasil e 120 mil toneladas em Santa Catarina. Em anos anteriores, para o mesmo período, estas quantidades eram maiores.

Como a partir de 2006 vem ocorrendo um maior processamento de fumo para exportação dentro do próprio Estado, a participação de Santa Catarina nas exportações brasileiras vem crescendo. Em 2008, 26,2% do total das exportações brasileiras tiveram como origem o Estado catarinense. Em 2009 esse percentual foi ainda maior: 27%. Em 2010 (até agosto) Santa Catarina foi responsável por 34,6% das exportações brasileiras de fumo. Vale lembrar que estes percentuais se referem ao volume exportado.

Os principais países que compram fumo de Santa Catarina estão na Tabela 14. Nos últimos dois anos a Bélgica ultrapassou a Rússia como o principal país importador de fumo catarinense. Na sequência estão os Países Baixos e os Estados Unidos, a própria Rússia e a Alemanha. Esses cinco países foram responsáveis por 29,4% das exportações catarinenses de fumo em 2009, em termos de quantidade.

Para 2010, até agosto, o maior importador de fumo catarinense foram os Países Baixos, seguidos da Polônia e da Alemanha.

Tabela 14/I. *Fumo - Exportações, por país de destino - Santa Catarina - 2007-10*

País de destino	2007		2008		2009		2010(*)	
	Quantidade (t)	Valor (US$ mil)	Quantidade (t)	Valor (US$ mil)	Quantidade (t)	Valor (US$ mil)	Quantidade (t)	Valor (US$ mil)
Bélgica	12.721	49.516	20.259	79.543	29.569	140.968	6.461	43.091
Países Baixos	7.263	35.410	10.556	59.075	14.485	72.941	18.558	87.256
Estados Unidos	15.092	43.867	19.496	88.571	16.419	70.818	8.382	44.027
Rússia	17.773	53.265	18.283	69.481	16.635	59.102	12.309	46.551
Alemanha	16.052	62.027	13.205	64.356	11.148	54.755	7.369	52.250
África do Sul	2.016	7.391	3.626	20.845	8.082	41.014	4.170	24.678
Polônia	10.310	32.329	10.870	47.205	8.751	37.553	8.787	52.990
Turquia	3.312	13.909	4.427	20.122	5.190	26.122	5.105	33.582
Reino Unido	3.802	10.400	4.058	16.350	4.649	22.882	2.515	15.230
Austrália	3.213	10.613	2.404	11.008	3.662	17.982	2.422	16.240
Sub-total	91.554	318.728	107.183	476.555	118.590	544.137	76.078	415.894
Outros países	160.284	534.483	181.536	758.662	181.943	813.660	43.533	233.745
Total Santa Catarina	**251.838**	**853.211**	**288.720**	**1.235.218**	**300.533**	**1.357.797**	**119.611**	**649.638**

(1) Até Agosto/2010.
Fonte: MDIC - Sistema Alice.

Perspectivas para a próxima safra

No sul catarinense, a safra 2010/11 deve ter um ligeiro incremento na área plantada. Na região do Alto Vale, na safra 2009/10, houve redução da área (estimada em 10%), principalmente por escassez de mão de obra. No Planalto Norte deve haver, como nos anos recentes, um aumento na área (estimada em 5%), bem como no número de plantas. Isso porque esta é uma atividade que tem gerado uma boa renda para o produtor. Além disso, novas empresas compradoras de fumo foram instaladas na região.

Para a safra 2010/11, em conversa com os produtores da Região Sul do País, a Afubra constatou que existe uma tendência de manutenção da área cultivada este ano (em torno de 360 mil hectares), sendo que o rendimento deverá ser um pouco maior, se as adversidades climáticas não se repetirem.

E, assim como em anos anteriores, existe uma perspectiva de que o número de produtores seja reduzido na safra 2010/11. Isso porque as empresas desejam manter, principalmente, aqueles mais competitivos, ou seja, os que conseguem maior produtividade e qualidade para suas lavouras, descartando os outros.

Quanto à tecnologia empregada, também não deve haver alteração, na medida em que os avanços tecnológicos ocorrem sempre de forma gradativa e a mecanização é praticamente inviável, por se tratar de áreas pequenas que não proporcionam retorno econômico satisfatório com o uso desta ferramenta.

Márcia Janice Freitas da Cunha Varaschin - Economista - Epagri/Cepa
e-mail - marciacunha@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239.3935

Parte I

Maçã

Panorama mundial

Dados da FAO sinalizam para a safra mundial de maçã 2007/08 uma produção de 69,6 milhões de toneladas, uma área colhida de 4,9 milhões de hectares e rendimento médio de 14,4 toneladas por hectare. Em relação à safra passada, há uma diminuição de 0,4% na área colhida e aumento de 5,3% no volume produzido, tendo como fator decisivo um ganho de 5,7% no rendimento médio da fruta.

A China tem aumentado a sua participação no ranking mundial. Na safra, respondeu por 42,9% do volume total produzido e teve um ganho de 14,9 toneladas por hectare, considerado baixo quando comparado com o rendimento de países produtores como: Áustria, com 91,5 t/ha; Suíça, com 60,7 t/ha; Bélgica, com 41,2 t/ha; Itália, com 40,4 t/ha, Holanda, com 40,3 t/ha; Líbia, com 39,6 t/ha; Chile, com 39,1 t/ha; Nova Zelândia, com 38,4 t/ha; França, com 37,2 t/ha; Eslovênia, com 35,8 t/ha; Alemanha, com 32,9 t/ha; África do Sul, com 32.,7 t/ha; Estados Unidos, com 31,3 t/ha; Israel, com 30,5t/ha; Brasil, com 29,6 t/ha e Argentina, com 28,3 t/ha.

De um total de noventa países produtores de maçã, vinte se destacam no cenário mundial e são responsáveis no conjunto por 86% da produção global. Alguns desses países têm apresentado uma sensível melhoria no rendimento médio, contribuindo para um melhor desempenho da atividade mundial (Tabelas 1, 2 e 3).

Tabela 1/I. *Maçã – Área colhida – Total e dos principais países – Safras 2003/04 – 2007/08*

(1.000 ha)

País/mundo	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
Mundo	**4.771**	**4.808**	**4.761**	**4.868**	**4.848**
China	1.877	1.891	1.899	1.962	2.000
EstadosUnidos	156	154	153	142	142
Polônia	175	170	162	176	172
Irã	190	201	201	202	202
Turquia	118	121	121	122	158
Itália	58	57	57	56	55
Índia	201	231	235	262	262
França	58	58	55	54	52
Federação Russa	396	392	364	355	243
Chile	36	38	35	36	35
Argentina	40	40	45	46	46
Brasil	33	35	36	38	38
Alemanha	32	32	33	32	32
Japão	41	41	40	40	40
Espanha	42	39	38	35	36
Ucrânia	152	138	124	116	114
África do Sul	24	21	21	22	21
Rep.da Coreia	72	72	72	70	70
Uzbequistão	60	61	66	70	63
Paquistão	51	51	52	65	86

Fonte: FAO (junho de 2010). Disponível em http://www.fao.org.

Tabela 2/I. *Maçã – Quantidade produzida – Total e dos principais países – Safras 2003/04 – 2007/08*

(1.000 t)

País/mundo	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
Mundo	**62.707**	**62.518**	**64.310**	**66.092**	**69.604**
China	23.682	24.017	26.065	27.866	29.851
Estados Unidos	4.736	4.409	4.569	4.238	4.431
Polônia	2.522	2.075	2.305	1.040	2.831
Irã	2.179	2.662	2.700	2.660	2.660
Turquia	2.100	2.570	2.002	2.458	2.504
Itália	2.136	2.192	2.131	2.230	2.208
Índia	1.522	1.739	1.756	2.001	2.001
França	2.204	2.241	2.081	2.144	1.940
Federação Russa	2.023	1.779	1.619	2.333	1.467
Chile	1.300	1.400	1.380	1.370	1.370
Argentina	1.262	1.206	1.280	1.300	1.300
Brasil	980	851	863	1.115	1.121
Alemanha	980	891	948	1.070	1.047
Japão	755	819	832	840	840
Espanha	691	774	650	668	721
Ucrânia	717	720	537	755	719
África do Sul	765	680	640	710	687
Rep.da Coreia	665	668	665	635	635
Uzbequistão	352	402	514	503	585
Paquistão	352	351	348	442	583

Fonte: FAO (junho de 2010). Disponível em http://www.fao.org.

Tabela 3/I. *Maçã – Rendimento médio – Total e dos principais países – Safras 2003/04 - 2007/08*

(kg/ha)

País/mundo	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
Mundo	**13.142**	**13.002**	**13.508**	**13.578**	**14.358**
Áustria	79.779	74.688	84.016	78.845	91.451
Suíça	64.944	47.460	60.585	65.393	60.698
Bélgica	42.873	40.963	41.570	40.929	41.176
Itália	37.117	38.365	37.292	39.811	40.413
Holanda	42.674	36.870	38.172	41.596	40.323
Líbia	40.000	40.000	34.000	39.583	39.583
Chile	36.016	36.842	39.205	37.797	39.143
Nova Zelândia	49.936	47.723	36.420	38.391	38.391
França	37.932	38.820	37.716	39.864	37.169
Eslovênia	45.149	34.268	38.456	39.837	35.801
Alemanha	30.290	27.564	29.154	33.733	32.924
África do Sul	31.890	31.906	31.007	32.269	32.720
Estados Unidos	30.359	28.703	29.906	29.843	31.278
Israel	33.498	31.325	31.191	31.633	30.531
Brasil	29.709	23.963	23.902	29.482	29.598
Argentina	31.561	30.155	28.444	28.261	28.261
Irlanda	25.000	25.000	25.833	24.615	24.615
Canadá	19.064	20.834	18.955	22.880	22.093
Dinamarca	22.067	21.835	20.689	21.534	21.534
Japão	18.271	20.071	20.640	21.055	21.055

Fonte: FAO (junho de 2010). Disponível em http://www.fao.org.

O volume de maçã comercializado nos principais centros consumidores mundiais tem comportamento ascendente durante os anos de 2003 a 2007, apresentando uma taxa média anual de crescimento, no período, de 6,5% no volume e de 12,4% no montante financeiro.

Em 2007, o volume vendido cresceu 18,8% e o montante financeiro mais que dobrou, com 38,8%. Esse bom desempenho resultou numa valorização de 16,4% nos preços médios, em comparação com o ano anterior.

O mercado chileno liderou as exportações mundiais, com 18,2% do volume total comercializado, seguido pelo o chinês, com 12,3%; o italiano, com 9,2%; o francês, com 8,0%; o americano, com 7,8%; o polonês, com 5,1% e o holandês, com 4,6%. A participação brasileira foi de apenas 1,3%, conforme demonstrado nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 4/I. *Maçã – Quantidade exportada – Total e principais países – 2003-07*

(1.000 t)

País	2003	2004	2005	2006	2007
Mundo	**6.236**	**6.422**	**7.006**	**7.183**	**8.535**
Chile	601	739	640	725	1.549
Itália	708	542	724	713	785
França	804	628	654	683	685
Estados Unidos	546	492	685	639	663
China	653	811	852	828	1.049
Holanda	349	388	444	355	395
Bélgica	340	337	353	291	344
Nova Zelândia	323	358	319	265	292
África do Sul	326	305	263	268	334
Polônia	349	407	427	385	435
Argentina	200	206	274	237	283
Lituânia	9	1	14	168	221
Alemanha	70	90	94	100	147
Áustria	71	50	71	88	86
Espanha	73	109	102	146	99
Japão	17	10	17	19	26
Brasil	76	153	99	57	112
Síria	11	28	38	130	125
Canadá	49	44	54	49	39
Reino Unido	19	19	27	44	44

Fonte: FAO (junho de 2010). Disponível em http://www.fao.org.

No quadro das importações, em 2003, os principais mercados mundiais compraram 6,0 milhões de toneladas, passando para 7,4 milhões de toneladas, em 2007, com uma taxa anual de crescimento de 4,4% no período. Os valores desembolsados tiveram uma taxa anual de crescimento de 9,4%, subindo de 3,8 bilhões em 2003 para 5,9 bilhões em 2007, caracterizando a importância da fruta como mais uma fonte alternativa de alimento para a população.

Em 2007, os maiores desembolsos financeiros, por país, pertenceram ao mercado do Reino Unido, com 10,8%; seguido pela Alemanha, com 10,5%; Federação Russa, com 7,6%; Holanda, com 7,1%; China, com 5,0%; México e Espanha, com 4,2%, cada; Bélgica, com 3,5% e Canadá, com 3,0%, conforme demonstrado nas Tabelas 6 e 7.

Tabela 5/I. *Maçã – Valor exportado – Total e dos principais países – 2003-07*

(US$ 1.000.000)

País	2003	2004	2005	2006	2007
Mundo	**3.423**	**3.821**	**3.883**	**4.437**	**6.135**
Chile	265	338	304	382	1.105
Itália	468	433	482	562	747
França	612	575	507	572	681
Estados Unidos	364	384	500	549	651
China	210	274	306	373	513
Holanda	233	297	274	304	384
Bélgica	260	259	210	223	269
Nova Zelândia	236	314	275	210	265
África do Sul	143	181	154	160	212
Polônia	68	101	119	120	176
Argentina	82	91	125	117	158
Lituânia	1	0	3	69	114
Alemanha	52	76	67	83	111
Áustria	44	39	42	64	76
Espanha	39	71	57	80	71
Japão	38	28	48	49	69
Brasil	38	73	46	32	69
Síria	6	10	18	76	56
Canadá	35	31	35	39	34
Reino Unido	14	20	16	29	26

Fonte: FAO (junho de 2010). Disponível em http://www.fao.org.

Tabela 6/I. *Maçã – Quantidade importada – Total e dos principais países – 2003-07*

(1.000 t)

País	2003	2004	2005	2006	2007
Mundo	**5.984**	**6.236**	**6.577**	**6.932**	**7.403**
Reino Unido	476	525	514	532	523
Alemanha	813	736	774	699	669
Federação Russa	608	705	724	813	931
Holanda	387	323	320	365	400
China	254	247	262	233	256
México	181	154	195	204	220
Espanha	236	249	225	189	238
Bélgica	250	222	226	214	225
Canadá	142	133	159	157	180
Estados Unidos	187	207	123	157	207
França	116	210	185	152	178
Suécia	93	104	112	108	104
Indonésia	71	114	127	122	145
Arábia Saudita	127	127	146	149	147
Emirados Árabes	109	78	48	105	116
Lituânia	32	32	34	128	172
Irlanda	49	49	46	60	67
Portugal	63	72	74	69	86
Dinamarca	75	67	65	68	69
Noruega	46	44	51	50	55

Fonte: FAO (junho de 2010). Disponível em http://www.fao.org.

Tabela 7/I. *Maçã – Valor importado – Total e dos principais países – 2003-07*

(US$ 1.000.000)

País	2003	2004	2005	2006	2007
Mundo	**3.791**	**4.281**	**4.101**	**4.827**	**5.942**
Reino Unido	461	553	529	566	642
Alemanha	573	596	501	559	623
Federação Russa	198	237	295	351	453
Holanda	295	279	271	347	423
China	166	183	185	186	298
México	147	137	163	206	248
Espanha	172	207	178	165	248
Bélgica	218	222	174	196	209
Canadá	117	125	115	148	179
Estados Unidos	165	216	104	135	170
França	90	171	136	122	168
Suécia	76	95	89	102	118
Indonésia	62	63	66	90	112
Arábia Saudita	46	49	80	105	112
Emirados Árabes	58	48	24	73	95
Lituânia	8	9	12	53	94
Irlanda	46	52	46	71	78
Portugal	47	60	56	51	78
Dinamarca	53	56	49	59	71
Noruega	43	47	50	54	71

Fonte: FAO (junho de 2010). Disponível em http://www.fao.org.

Panorama nacional

A cada ano, observa-se um aumento gradual na produção brasileira de maçã. Isso foi possível graças à organização dos diversos segmentos que compõem a cadeia produtiva da fruta, que acreditaram e investiram em tecnologia capaz de gerar um produto com qualidade, tamanho, sabor e apresentação, que atenda às necessidades e os gostos do consumidor, tornando-se cada vez mais competitivo no mercado de frutas. Quase desconhecida nos anos 90, a maçã brasileira gradativamente conquista espaço nos principais centros consumidores nacionais e internacionais. Devido a essas características, a maçã é uma das frutas preferidas por uma parte expressiva da população brasileira e mundial. Atualmente, ela é comercializada em mais de 30 países.

Safra 2008/09

Na safra nacional 2008/09 de maçã, as estimativas do IBGE, conforme publicado no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA –, junho de 2010, são de uma produção de 1,2 milhão de toneladas, área colhida de 38,0 mil hectares e rendimento médio de 32,1 toneladas por hectare. Embora a área colhida tenha diminuído 0,8%, o ganho no rendimento médio de 8,7% da fruta propiciou um incremento de 8,6% no volume produzido, em comparação com a safra passada.

Santa Catarina lidera o ranking nacional, responsável por 51,2% da produção, com 622,5 mil toneladas, seguido pelo Rio Grande do Sul, com 45,6%, com 556,6 mil toneladas. Os pomares gaúchos, nas últimas safras, têm apresentado um melhor ganho por área colhida e consequente aumento da produção. Uma melhor organização dos segmentos produtivo e de comercialização é responsável por esse comportamento.

As cultivares Gala, Fuji e Golden Delicious são as mais cultivadas, sendo responsáveis por cerca de 95% da produção nacional. Nos principais estados produtores, a cultivar Gala começa a ser colhida em fevereiro e representa cerca de 46% do volume total produzido; a Fuji inicia a colheita no mês de abril. Essa variedade é a mais resistente para frigo-conservação e representa aproximadamente 45% da produção; a Golden Delicious, colhida em março, atinge cerca de 6% da produção. Os 3% restantes são compostos por outras cultivares.

Em Santa Catarina, durante as safras de 2007/08 e 2008/09 foram erradicados alguns pomares de maçã, principalmente nos municípios da microrregião geográfica de Joaçaba, responsável por aproximadamente 40,0%, da produção estadual. Entretanto, a redução de cerca de 8,0% na área plantada, não implicou necessariamente em diminuição no volume produzido.

Na safra 2008/09 foram colhidas um total de 622,5 mil toneladas representando um aumento de 4,0% e 10,6%, respectivamente em relação à colheita das safras 2006/07 e 2007/08. O aumento de rendimento médio é o maior responsável pelo desempenho positivo da atividade (Tabela 8).

Tabela 8/I. *Maçã – Área colhida, quantidade produzida e rendimento médio – Brasil e principais estados – Safras 2005/06-2009/10*

Discriminação	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09(1)	2009/10(1)
			Área colhida (ha)		
Brasil	**36.107**	**37.832**	**38.072**	**38.041**	**38.128**
Santa Catarina	18.721	19.259	19.638	19.817	19.626
Rio Grande do Sul	15.260	16.365	16.206	16.278	16.306
Paraná	1.864	1.930	1.900	1.800	2.050
São Paulo	163	163	160	146	146
Demais estados	99	115	168		
			Quantidade produzida (t)		
Brasil	**863.019**	**1.115.379**	**1.124.155**	**1.220.499**	**1.317.194**
Santa Catarina	496.665	598.680	562.988	622.501	722.415
Rio Grande do Sul	328.091	469.389	514.717	556.556	537.581
Paraná	34.549	43.425	41.800	39.600	55.350
São Paulo	2.080	2.052	2.037	1.842	1.848
Demais estados	1.634	1.833	2.613	...	...
			Rendimento médio (kg/ha		
Brasil	23.902	29.482	29.527	32.084	34.547
Santa Catarina	26.530	31.086	28.668	31.412	36.809
Rio Grande do Sul	21.500	28.682	31.761	34.191	32.968
Paraná	18.535	22.500	22.000	22.000	27.000
São Paulo	12.761	12.589	12.731	12.616	12.658

(1) Safras 2008/09 e 2009/10 dados preliminares sujeitos a retificação.
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2006-2008) e LSPA-junho/2010.

Entre as razões que podem explicar o aumento da produção e do rendimento médio, pode-se considerar que em todas as regiões produtoras, à exceção de Videira, a quantidade de horas de frio acumuladas no ano de 2008, considerando as Unidades de Frio (Modelo Carolina do Norte Modificado) foi superior à média histórica. Isso foi suficiente para suprir as necessidades dos pomares localizados nas principais regiões produtoras catarinenses.

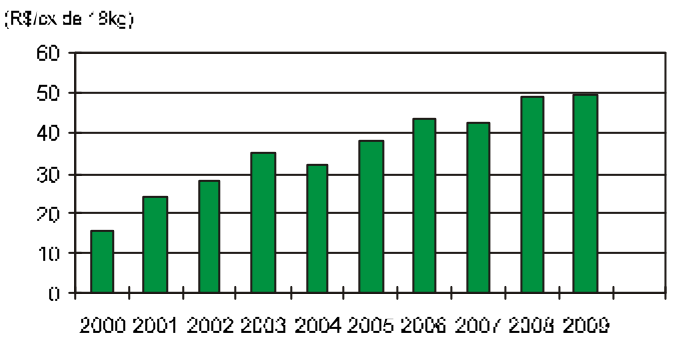
Ressalta-se que em alguns municípios produtores na microrregião geográfica de Lages, as temperaturas baixas combinadas com um expressivo volume de chuva durante o período de florada contribuiu para ocorrência do vírus “russeting” – que tem a forma de anel e deixa marcas parecidas com ferrugem nos frutos. Fato que acarretou perdas de qualidade e diminuição do tamanho do fruto em alguns pomares da região.

Em 2009, durante o primeiro semestre, a comercialização da maçã no mercado nacional esteve levemente abaixo do previsto pelos principais agentes do setor, sendo negociadas entre 43 e 45 mil toneladas mensais. No segundo semestre, o ritmo das vendas subiu um pouco mais junto às grandes redes atacadistas, principalmente as centrais de abastecimento e os grandes supermercados, oscilando entre 48 e 52 mil toneladas mensais.

Com a crise mundial, iniciada em outubro de 2008 e intensificada no ano seguinte, previa-se uma desaceleração dos preços médios no atacado, fato que não ocorreu. Os dados da Companhia de Entrepostos de Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) demonstram, inclusive, uma valorização de 0,9%, em 2009, em comparação com os dados do ano anterior.

Para surpresa dos analistas de mercado, tomando-se os preços médios dos últimos dez anos, 2009 registrou uma média de R$ 49,42/cx de 18kg, sendo 1% superior aos preços de 2008, que haviam atingido uma cotação de R$ 48,95/cx de 18kg.

Numa análise mais detalhada, mesmo durante a crise, observa-se que os preços da maçã, no atacado, continuaram crescendo, apresentando o seguinte comportamento: em 2008, nos meses de novembro e dezembro, atingiram a cotação de R$ 55,80/cx de 18 kg e R$ 56,52/cx de 18 kg, respectivamente. Em 2009, em janeiro, praticamente se mantiveram, com R$ 55,17/cx de 18 kg. Nos meses de fevereiro a agosto cresceram, apresentando um incremento de 6,7%, em relação a 2008. Começaram a perder força somente a partir de setembro (um ano depois da crise mundial), porém, com valorização bem acima dos preços pagos no período de 2000 a 2007 (Figura 1).

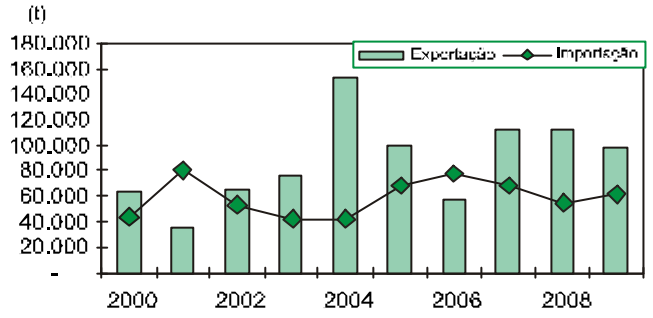


Fonte: Ceagesp.

Figura 1/I. *Maçã - Preço médio anual no mercado atacadista - Brasil - 2000-09*

Em 2009, as vendas brasileiras de maçã para o mercado externo desaceleram 12,5%, sendo comercializadas 98,3 mil toneladas, contra as 112,2 mil toneladas de 2008. Como ocorre em anos anteriores, o maior volume de negócios é realizado nos meses de abril a junho, período de entressafra da maçã nos países europeus, os maiores parceiros comerciais do Brasil, responsáveis por cerca de 80% da fruta nacional vendida.

A Holanda liderou as compras brasileiras, com 35,8% do volume total de negócios efetivados, seguida pelo Reino Unido, com 9,0%, França, com 8,7%, Bangladesh, com 7,7%, Portugal, com 7,2%, Irlanda e Finlândia, com 4,2%, cada, Alemanha, com 3,8% e Suécia, com 3,3%. O Brasil, nos últimos anos, tem procurado estender as operações comerciais com países da Ásia, África e do Oriente Médio, obtendo bons resultados (Figura 2).

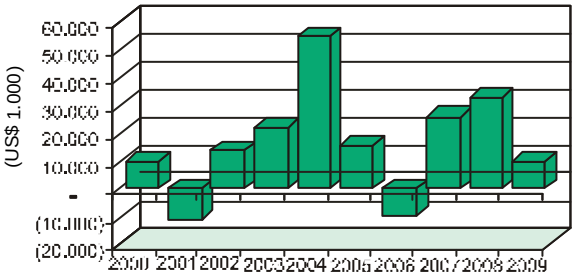


Fonte: MDIC/Secex e Epagri/Cepa.

Figura 2/I. *Maçã - Quantidade das exportações e importações - Brasil - 2000-09*

A manutenção da política de diminuição de importação brasileira tem apresentado resultados positivos, desacelerando a entrada da fruta, principalmente da Argentina e Chile, os maiores mercados vendedores.

A balança comercial brasileira de maçã tem demonstrado bom desempenho nos últimos anos. Tomando-se como referência os anos de 2000 a 2009, observa-se que, com exceção de 2001 e 2006, os demais anos apresentaram superávit financeiro no produto (Figura 3).



Fonte: MDIC/Secex.

Figura 3/I. *Maçã - Saldo comercial brasileiro - 2000-09*

Parte I

Safra 2009/10

Estima-se para a safra nacional 2009/10 de maçã um volume produzido de 1,184 milhão toneladas, área colhida de 36,3 mil hectares e rendimento médio de 32,6 toneladas por hectare (IBGE, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA -, junho de 2010). Em comparação com os resultados obtidos na safra passada, houve um decréscimo de 4,2% na área colhida, ganho de 10,3% no rendimento e elevação de 5,6% na quantidade produzida.

Em Santa Catarina, onde a área colhida é de 20,2 mil hectares e é prevista uma produção de 680 mil toneladas, verifica-se um incremento de 58 mil toneladas, tendo como fator responsável um ganho de 8,2% no rendimento médio que foi de 34 mil toneladas.

O uso de tecnologias recomendadas, as práticas adequadas de manejo e a quantidade de horas de frio suficientes foram os principais responsáveis pelo desempenho positivo da fruta nas regiões produtoras do Estado.

Considerando as Unidades de Frio (Modelo Carolina do Norte Modificado) em 2009, a quantidade de horas de frio acumulada nas principais regiões produtoras de Santa Catarina ficou um pouco abaixo de 2008, porém acima da média histórica, sendo suficiente para atender às necessidades dos pomares de macieiras no Estado (Epagri/Estação Experimental de Caçador).

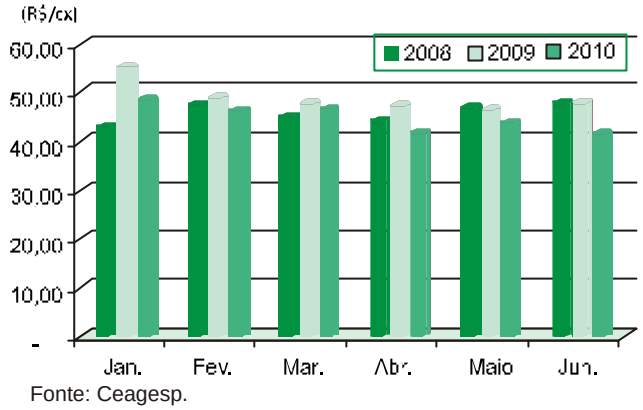
A condição da safra foi considerada normal, com frutos de boa qualidade, tamanho e coloração dentro da expectativa do produtor e pode atender perfeitamente as exigências e necessidades de mercado.

Durante a safra ocorreram alguns fatores climáticos adversos, como granizo, vendaval, excesso de precipitação e temperaturas altas. O tempo chuvoso proporcionou condições favoráveis ao aparecimento de doenças pouco acima da média e contribuiu para aumentar a quantidade de fruta para o descarte, principalmente da variedade Gala. O calor excessivo nos meses de janeiro e fevereiro em todo o território catarinense acelerou o processo de maturação da cultivar Gala. Há que ressaltar que o excesso de chuva fez com que alguma fruta ficasse com a resistência ao resfriamento, tempo de câmara, abaixo do ideal.

O mercado nacional da fruta, no primeiro semestre de 2010, teve comportamento bastante semelhante a igual período de 2009, sendo comercializadas entre 43 e 45 mil toneladas mensais. Para o segundo semestre do ano espera-se um aumento no volume de negócios, com as vendas oscilando entre 48 e 52 mil toneladas mensais.

No mercado atacadista, segundo a Companhia de Entrepostos de Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), os preços médios da maçã comercializada nos meses de janeiro a junho de 2010 apresentaram uma desvalorização de 8,5%, em comparação com igual período de 2009. Esse comportamento refletiu de forma negativa nos preços recebidos pelo produtor. Fator decisivo para uma maior descapitalização do segmento produtivo (Figura 4).

Para o segundo semestre de 2010, a expectativa dos segmentos de produção e comercialização é de uma gradativa recuperação nos preços, devendo situar-se muito próximos dos níveis alcançados em igual período de 2009, que foram considerados bons, atingindo uma média de R$50,07 por caixa de 18 quilos.



Fonte: Ceagesp.

Figura 4. *Maçã - Preço no atacado (primeiro semestre) - Brasil - 2008 -10*

Nos últimos anos, as vendas brasileiras de maçã para o mercado externo têm-se mantido estáveis. Em 2010, o volume comercializado deve atingir aproximadamente 100 mil toneladas.

Entretanto, a busca de alternativas de outros centros consumidores mundiais abre a possibilidade de vendas de maçã para países do Oriente Médio, Ásia e África. A realização de novos contratos propiciará o aumento do volume comercializado e consequentemente mais superávit para a balança comercial brasileira.

Luiz Marcelino Vieira - Economista - Epagri/Cepa
e-mail - marcelino@epagri.sc.gov.br - Tel 48 3239-3938

Parte I

Mandioca

Panorama mundial

A lavoura da mandioca tem apresentado aumento de área e de quantidade produzida nos principais países produtores, com um crescimento médio nos últimos cinco anos de 14,7% no volume produzido e de 3,9% na área colhida. Nos países africanos e asiáticos essa atividade constitui uma das principais fontes energéticas de alimento, bem como uma das alternativas de renda para um número expressivo de produtores.

Os dados estimados pela FAO para a safra 2007/08 mundial informam uma área colhida de 18,7 milhões de hectares e produção de 233 milhões de toneladas apresentando um incremento de 0,8% e 3,9%, respectivamente, em relação à safra anterior. O aumento da produção foi influenciado pelo ganho de produtividade de países como Brasil, Índia, Indonésia, Nigéria e Tailândia.

O continente africano é responsável por 50,7% do volume total produzido de mandioca. Em segundo lugar vem o asiático, com 33,8%, seguido pelo americano, com 15,4%.

No ranking mundial, a Nigéria destaca-se como o primeiro produtor, respondendo por 19,1% do volume total produzido, seguida pela Tailândia, com 11,8%, Brasil, com 11,1%, Indonésia, com 9,3%, República Democrática do Congo, com 6,4%, Gana, com 4,1% e Vietnã, com 4,0%. A soma destes países responde por 66,0% do volume total produzido de raiz de mandioca no planeta (Tabelas 1e 2).

Tabela 1/I. *Raiz de mandioca – Área colhida - Mundo e principais países produtores – Safras 2003/04 – 2007/08*

(1.000 ha)

País	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
Mundo	**17.996**	**18.466**	**18.339**	**18.545**	**18.695**
Nigéria	3.531	3.782	3.810	3.875	3.778
Tailândia	1.057	986	1.071	1.174	1.184
Brasil	1.755	1.902	1.897	1.894	1.839
Indonésia	1.256	1.213	1.227	1.201	1.193
Rep. Dem. do Congo	1.843	1.846	1.877	1.849	1.851
Gana	784	750	790	800	800
Vietnã	389	426	475	496	556
Índia	220	245	245	256	270
Angola	684	749	757	760	760
Tanzânia	660	670	670	675	675
Uganda	407	387	379	371	398
Moçambique	1.069	1.105	857	850	850
Paraguai	306	290	300	300	300
China	246	261	266	269	269
Camboja	23	30	96	108	180
Malauí	157	154	164	173	183
Costa do Marfim	269	273	307	321	390
Benin	226	222	173	167	183
Madagascar	353	389	310	320	320

Fonte: FAO (junho de 2010). Disponível em http://www.fao.org.

Tabela 2/I. *Raiz de mandioca – Quantidade produzida - Mundo e principais países produtores – Safras 2003/04 - 2007/08*

(1.000 t)

País	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
Mundo	**203.107**	**207.086**	**222.292**	**224.132**	**232.950**
Nigéria	38.845	41.565	45.721	43.410	44.582
Tailândia	21.440	16.938	22.584	26.916	27.566
Brasil	23.927	25.872	26.639	26.541	25.878
Indonésia	19.425	19.321	19.987	19.988	21.593
Rep. Dem. do Congo	14.951	14.974	14.989	15.004	15.019
Gana	9.739	9.567	9.638	9.650	9.650
Vietnã	5.821	6.716	7.783	8.193	9.396
Índia	5.950	7.463	7.855	8.232	9.054
Angola	8.587	8.606	8.810	8.840	8.840
Tanzânia	4.441	5.539	6.158	6.600	6.600
Uganda	5.500	5.576	4.926	4.456	5.072
Moçambique	6.413	6.500	6.765	5.039	5.039
Paraguai	5.500	4.785	4.800	4.800	4.800
China	3.816	4.016	4.313	4.362	4.362
Camboja	362	536	2.182	2.215	3.676
Malauí	2.532	2.198	2.832	3.239	3.491
Costa do Marfim	2.047	2.198	2.267	2.342	2.951
Benin	2.955	2.861	2.524	2.284	2.629
Madagascar	1.949	2.964	2.359	2.450	2.450

Fonte: FAO (junho de 2010). Disponível em http://www.fao.org.

Nos últimos anos, os melhores desempenhos da lavoura pertencem ao Vietnã, que praticamente dobrou o volume produzido, a Tailândia, que se destaca no mercado externo devido à diversidade de produtos e subprodutos oferecidos, além da Índia e da Nigéria, com seus modelos de produção priorizando a demanda interna cada vez mais crescente.

Na maioria dos países do continente africano, o cultivo da mandioca é feito de maneira bastante rudimentar, obtendo baixa produtividade. O produto é considerado um alimento básico para importante parcela da população africana. A sua comercialização ocorre na forma in natura ou processada, em feiras livres, mercearias e supermercados. Nos anos mais recentes, no entanto, a atividade adquiriu maior importância comercial, em função de uma melhor organização do produtor, estruturação do setor e expansão de investimentos em pesquisas e assistência técnica, resultando em melhoria da produtividade e das formas de processamento. No continente africano, 66,0% do volume produzido é oriundo da Nigéria, República Democrática do Congo, Gana e Angola.

No continente asiático, Tailândia, Indonésia e Índia são responsáveis por cerca de 74,0% do volume produzido. A Tailândia possui o maior parque industrial de fécula e de “pellets” do mundo. No continente americano, o Brasil é líder com 72% da produção, seguido pelo Paraguai. Os dois países juntos respondem por 85,0% da produção. Nesses dois continentes, a cultura diferencia-se justamente pelo crescente avanço da industrialização, pelo uso de tecnologia e pelas alternativas de mercado.

Parte I

A quantidade de mandioca seca, farinha, fécula e tapioca comercializada nos principais mercados mundiais cresce a cada ano, apresentando nos últimos dez anos os maiores volumes vendidos. O resultado financeiro também foi positivo, consequência de uma maior valorização do preço médio negociado, sendo que o ano de 2007 tem o melhor desempenho, 25,4% maior em comparação com o ano anterior, conforme Tabela 3.

Tabela 3/I. *Raiz e derivados da mandioca – Quantidade e valor das exportações mundiais – 2003-07*

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
			Quantidade (1.000 t)		
Total	**6.067**	**8.013**	**5.636**	**7.379**	**8.108**
Mandioca seca	4.746	6.467	3.933	5.511	6.497
Fécula	1.176	1.377	1.556	1.742	1.572
Farinha	82	82	57	64	6
Tapioca	63	88	91	62	32
			Valor (US$ 1.000)		
Total	**630.192**	**876.950**	**794.689**	**1.080.184**	**1.354.822**
Mandioca seca	376.432	551.478	468.933	641.127	879.585
Fécula	211.083	269.158	275.591	390.390	448.469
Farinha	16.435	19.237	16.669	17.016	4.576
Tapioca	26.242	37.077	33.496	31.651	22.192

Fonte: FAO (junho de 2010). Disponível em http://www.fao.org.

No comércio mundial de produtos e subprodutos da mandioca, a Tailândia é líder absoluta na quantidade e montante financeiro transacionados, com participação de 80,1%; seguida pelo Vietnã com 14,1% do volume total negociado. A participação brasileira na venda externa desses produtos não tem aumentado significativamente, girando em torno 1% (Tabela 3).

No quadro das importações dos derivados da mandioca, 2007 assinala a retomada das compras de alguns mercados consumidores, aumentando em 13,7% as aquisições mundiais. Em termos financeiros, foi desembolsado um total de 1,7 bilhão de dólares, valor 32,4% maior que o ano anterior, conforme Tabela 4.

O mercado chinês é o maior comprador de mandioca seca, fécula e tapioca, com 67% do volume comercializado. Nas farinhas, as maiores aquisições pertenceram aos mercados do Canadá e Singapura.

A demanda por esses produtos se estende para todos os continentes, conforme visualizado nas Tabelas 5 e 6.

Tabela 4/I. Raiz e derivados da mandioca – Quantidade exportada pelos principais países – 2003-07

(t)

País/produto	2003	2004	2005	2006	2007
Mandioca seca					
Tailândia	3.677.118	5.019.012	3.031.308	4.213.878	4.558.811
Vietnã	632.006	749.666	534.049	1.040.655	1.316.557
Indonésia	21.999	234.169	229.789	132.005	209.669
Holanda	38.078	111.446	11.863	8.865	145.975
Bélgica	282.783	245.411	7.974	5.457	107.067
Costa Rica	75.182	76.784	81.868	81.314	90.489
Equador	944	7.124	13.286	3.355	22.362
Fécula					
Tailândia	1.023.073	1.039.699	1.353.036	1.614.437	1.422.102
China	90.721	110.274	80.416	74.428	59.961
Paraguai	21.271	9.962	13.977	19.065	27.554
Indonésia	4.484	185.320	72.005	3.449	22.897
Brasil	15.741	8.444	11.545	11.730	12.876
Holanda	3.756	3.905	2.364	6.530	8.122
Alemanha	1.556	1.857	1.570	2.176	5.133
Farinha					
Tailândia	75.960	75.918	53.004	56.173	-
Benin	-	660	297	2.021	364
Portugal	1.128	2.567	540	1.734	1.021
Brasil	1.332	1.771	1.387	1.701	1.889
Nigéria	2.195	75	1.247	794	1.673
Tapioca					
Tailândia	23.881	26.742	24.717	25.758	-
China	28.487	26.225	20.020	17.066	16.526
Indonésia	5.828	29.426	39.849	13.182	10.720
Índia	792	1.165	2.320	2.242	1.597
Brasil	1.186	1.399	1.925	1.467	1.427

Fonte: FAO (junho de 2010). Disponível em http://www.fao.org.

Tabela 5/I. *Raiz e derivados da mandioca – Quantidade e valor das importações mundiais – 2003-07*

Produto	2003	2004	2005	2006	2007
	Quantidade (t)				
Total	**6.574.425**	**8.560.681**	**5.595.532**	**7.744.663**	**8.805.873**
Mandioca seca	4.954.710	6.672.164	4.115.011	5.590.785	6.783.382
Fécula	1.557.072	1.816.578	1.414.755	2.094.982	1.955.672
Farinha	14.807	14.986	18.451	14.795	16.374
Tapioca	47.836	56.953	47.315	44.101	50.445
	Valor (US$ 1.000)				
Total	**752.361**	**1.140.750**	**956.305**	**1.268.667**	**1.679.371**
Mandioca seca	435.090	735.579	565.543	739.843	1.059.985
Fécula	291.928	374.637	360.985	497.858	582.823
Farinha	4.244	4.555	5.392	5.165	5.602
Tapioca	21.099	25.979	24.385	25.801	30.961

Fonte: FAO (junho de 2010). Disponível em http://www.fao.org.

Tabela 6/I. *Raiz e derivados da mandioca – Quantidade importada pelos principais países – 2003-07*

(t)

País/produto	2003	2004	2005	2006	2007
Mandioca seca					
China	2.397.496	3.473.063	3.345.699	4.950.405	4.672.219
Holanda	425.146	774.826	39.478	31.225	694.378
Espanha	745.122	803.695	253.555	153.281	427.733
Bélgica	856.419	602.556	10.517	38.383	343.131
Rep da Coreia	247.484	460.373	264.547	268.316	301.814
Itália	13.753	81.590	1.080	592	69.978
Estados Unidos	53.498	57.848	64.060	62.961	63.490
Portugal	155.441	192.615	78.329	28.165	54.203
Alemanha	4.125	36.174	308	106	49.115
Japão	20.675	30.027	22.963	19.905	27.422
Colômbia	29	6.974	5.139	2.362	20.955
Burundi	10	10	-	53	13.840
Brasil	8.130	1.432	5.073	4.632	5.737
Fécula					
China	581	940.697	1.169.470	819.283	1.198.043
Indonésia	101	183.923	55.807	102.613	304.897
Japão	110	111.190	130.121	99.180	122.494
Malásia	131	73.305	113.837	121.107	146.711
Bangladesh	16	19.561	22.968	23.019	26.741
Cingapura	200	44.073	45.108	49.006	48.834
Filipinas	171	30.572	46.066	37.384	36.793
Rep da Coreia	117	7.554	10.289	11.256	18.110
Federação Russa	185	16.909	28.850	18.425	21.095
África do Sul	202	18.963	22.421	22.608	24.722
Estados Unidos	231	15.183	20.882	27.478	24.852
Alemanha	79	4.427	11.004	6.146	9.482
Austrália	10	6.113	6.494	4.070	17.347
Canadá	33	6.328	7.462	5.954	11.262
Brasil	21	27.123	58.329	9.635	9.735
Farinha					
Canadá	1.441	1.175	3.434	3.682	3.906
Cingapura	2.424	2.368	2.398	2.722	3.679
Laos	2.938	2.882	3.433	3.364	3.364
Reino Unido	182	129	151	237	1.834
Níger	5.046	4.799	5.404	2.566	1.432
Portugal	636	608	628	665	714
Tapioca					
China	8.430	9.228	10.718	9.683	17.347
Estados Unidos	8.409	8.697	7.819	7.842	10.091
Bangladesh	6.574	8.656	10.286	7.111	7.366
Malásia	2.295	8.235	2.361	2.701	2.355
Japão	1.769	2.292	1.771	1.378	1.841
Paquistão	1.205	1.272	1.710	1.621	1.753
Canadá	1.006	1.089	3.997	1.293	1.562
Mongólia	940	948	717	813	1.455
Cingapura	883	919	772	1.279	1.247
Reino Unido	2.646	2.377	936	962	1.000

Fonte: FAO (junho de 2010). Disponível em http://www.fao.org.

Panorama nacional - Safra 2008/09

Na safra nacional 2008/09 de mandioca foram colhidos 1,873 milhão de hectares e obtidos 26,031 milhões de toneladas com rendimento médio de 13.899 quilos por hectare, ocasionando um decréscimo de 0,85%, 2,50% e 1,68%, respectivamente, em relação aos resultados da safra anterior. O rendimento médio foi baixo e não consegue ganhar força devido a um menor desempenho de parte das lavouras localizadas nas regiões Norte e Nordeste do País, atingidas pelo excesso ou falta de chuvas que influenciaram o volume produzido.

Em níveis regionais, a quantidade produzida na safra teve a seguinte distribuição: a Região Nordeste possui a maior fatia nacional, com 35,2%, seguida pelas regiões Norte, com 29,3%; Sul, com 21,1%; Sudeste, com 9,2% e Centro-Oeste, com 5,2%.

Por Estado, a Bahia assume pela primeira vez a liderança do ranking nacional na produção de raiz, com participação de 19,7%, seguida pelo Pará, com 19,3% e Paraná, com 14,0%. Estes estados juntos somam 53,0% do volume total produzido no País.

As Tabelas 7, 8 e 9 demonstram de forma mais detalhada o desempenho nas safras 2005/06 a 2009/10 de área colhida, quantidade produzida e rendimento médio da raiz no Brasil e nos principais estados produtores.

Tabela 7/I. *Raiz de mandioca – Área colhida - Brasil e principais estados – Safras 2005/06 – 2009/10*

(ha)

Discriminação	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09(1)	2009/10(1)
Brasil	**1.896.509**	**1.894.458**	**1.888.859**	**1.872.812**	**1.882.295**
Pará	314.076	324.407	304.864	325.380	287.326
Paraná	172.951	150.381	141.376	153.131	195.344
Bahia	344.672	339.489	336.719	332.395	319.807
Maranhão	212.088	213.333	222.522	191.858	203.342
Rio G do Sul	87.396	88.702	84.998	83.654	81.388
São Paulo	47.170	42.556	44.230	45.980	45.980
Ceará	88.602	99.654	95.445	103.707	105.744
Amazonas	85.641	75.722	97.393	97.393	97.393
Minas Gerais	60.360	59.106	57.884	56.798	56.647
Piauí	52.311	60.901	55.241	59.991	59.038
Pernambuco	59.246	58.561	62.250	59.090	59.200
Santa Catarina	32.432	32.451	30.546	31.025	29.925
Rio G do Norte	48.692	51.591	51.005	51.656	49.744
Mato G do Sul	29.337	27.356	29.041	23.759	25.928
Mato Grosso	39.943	39.069	36.719	35.844	36.634
Sergipe	33.185	33.727	34.354	33.024	32.622
Rondônia	28.959	30.229	29.493	29.684	30.138

(1)Safras 2008/09 e 2009/10 dados preliminares sujeitos a retificação.
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2005-2008) e LSPA-jun/2010.

Tabela 8/I. *Raiz de mandioca – Quantidade produzida – Brasil e principais estados – Safras 2005/06 - 2009/10*

(t)

Discriminação	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09[1]	2009/10[1]
Brasil	**26.639.013**	**26.541.200**	**26.703.039**	**26.030.969**	**26.594.805**
Pará	5.078.426	5.216.955	4.799.099	5.026.548	4.495.032
Paraná	3.840.363	3.365.003	3.325.943	3.654.710	4.313.270
Bahia	4.393.997	4.481.355	4.359.358	4.345.034	4.169.208
Maranhão	1.720.322	1.765.586	1.730.141	1.280.770	1.482.028
Rio G do Sul	1.297.191	1.371.895	1.339.659	1.281.824	1.272.823
São Paulo	1.105.850	1.026.732	1.038.400	1.136.670	1.080.944
Ceará	860.780	749.479	925.317	686.325	949.119
Amazonas	770.415	678.420	1.139.218	995.876	995.876
Minas Gerais	907.671	904.086	889.038	863.291	859.543
Piauí	506.076	550.656	469.455	529.721	652.894
Pernambuco	660.451	621.937	652.186	655.919	657.019
Santa Catarina	611.699	633.216	582.481	568.849	554.938
Rio G do Norte	521.581	566.216	572.949	596.006	569.164
Mato G do Sul	495.348	480.559	572.975	459.011	520.298
Mato Grosso	563.653	549.695	553.864	525.617	511.871
Sergipe	490.420	498.233	509.739	491.367	512.284
Rondônia	503.276	530.521	489.210	499.942	449.966

[1]Safras 2008/09 e 2009/10 dados preliminares sujeitos a retificação.
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2005-2008) e LSPA-jun/2010.

Tabela 9/I. *Raiz de mandioca – Rendimento médio – Brasil e principais estados – Safras 2005/06 – 2009/10*

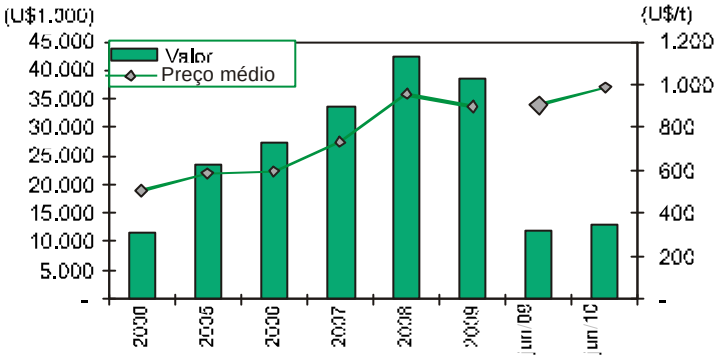
(kg/ha)

Discriminação	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09[1]	2009/10[1]
Brasil	**14.046**	**14.010**	**14.137**	**13.899**	**14.129**
Pará	16.169	16.082	15.742	15.448	15.644
Paraná	22.205	22.377	23.526	23.867	22.080
Bahia	12.748	13.200	12.947	13.072	13.037
Maranhão	8.111	8.276	7.775	6.676	7.288
Rio G do Sul	14.843	15.466	15.761	15.323	15.639
São Paulo	23.444	24.127	23.477	24.721	23.509
Ceará	9.715	7.521	9.695	6.618	8.976
Amazonas	8.996	8.959	11.697	10.225	10.225
Minas Gerais	15.038	15.296	15.359	15.199	15.174
Piauí	9.674	9.042	8.498	8.830	11.059
Pernambuco	11.148	10.620	10.477	11.100	11.098
Santa Catarina	18.861	19.513	19.069	18.335	18.544
Rio G do Norte	10.712	10.975	11.233	11.538	11.442
Mato G do Sul	16.885	17.567	19.730	19.319	20.067
Mato Grosso	14.111	14.070	15.084	14.664	13.973
Sergipe	14.778	14.773	14.838	14.879	15.704
Rondônia	17.379	17.550	16.587	16.842	14.930

[1]Safras 2008/09 e 2009/10 dados preliminares sujeitos a retificação.
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2005-2008) e LSPA-jun/2010.

No segmento de farinha, em 2009, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste mantiveram constante o volume de negócios em relação ao ano anterior, sendo os estados nordestinos os maiores compradores. No segmento de fécula, embora persista uma maior concorrência com o amido de milho, uma melhor organização dos agentes de produção e comercialização permitiu certa estabilidade nas vendas, resultando em melhores preços.

No mercado externo, as vendas brasileiras de dextrina, colas e outros amidos e féculas modificados têm crescido nos últimos dez anos. Os dados da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior destacam 2008 com o maior volume de vendas, proporcionando recursos financeiros de 42,4 milhões de dólares. Em 2009, o volume vendido praticamente manteve os níveis de 2008. Entretanto, a queda de 6,4% nos preços médios negociados diminuiu os recursos financeiros, atingindo um total de 38,6 milhões de dólares (Figura 1).



Fonte: MDIC/Secex.

Figura 1/I. *Mandioca - Fécula in natura, colas, dextrina e outros amidos modificados - Valor exportado e preço médio - Brasil - 2000-10*

Em 2009, os principais parceiros comerciais brasileiros, por ordem de importância, foram: dextrina – Argentina (30,0%), Estados Unidos (19,4%), Chile (19,1%), Japão e Reino Unido (5,8%) cada; fécula in natura – Estados Unidos (37,4%), Bolívia (21,2%), Argentina (18,3%), Colômbia (5,6%), Uruguai (4,5%) e Venezuela (4,3%), e colas – Uruguai (26,9%), Venezuela (15,4%), Angola (14,6%), Bolívia (14,2%), Argentina (13,4%) e Peru (7,6%).

Esses produtos nacionais poderiam ser mais competitivos no mercado internacional se não persistissem os subsídios internacionais concedidos, principalmente aos produtores dos Estados Unidos e de alguns países da Europa para produtos como milho, arroz, batata, dentre outros.

Na safra nacional 2009/10 de mandioca, as estimativas preliminares do IBGE, no mês de junho, informam uma quantidade produzida de 26,695 milhões de toneladas, área a ser colhida de 1,882 milhão de hectares de lavoura e rendimento médio de 14.129 quilos por hectare, representando um aumento de 0,51%, 2,16% e 1,65%, respectivamente, em relação à safra anterior.

Em comparação à safra 2008/09, as regiões que tiveram desempenho positivo no volume produzido foram: a Região Sul, com 11,5%; a Região do Nordeste, com 3,9%; e a Região Centro-Oeste, com 0,80%. Com crescimento decrescente, aparecem as regiões Sudeste, com -4,7% e Norte, com -4,3%. Esses dados, entretanto, com o andamento da colheita, deverão sofrer alguns ajustes para baixo ou para cima no transcorrer dos próximos levantamentos do IBGE.

No primeiro semestre de 2010, o mercado brasileiro da raiz e derivados da mandioca, tem se mostrado comprador, contribuindo para o aumento da oferta e dos preços da farinha, fécula e raiz. Em alguns estados brasileiros, a disputa pela aquisição da matéria-prima entre as agroindústrias de farinha e fécula torna o produto mais competitivo e melhora a remuneração para o agricultor.

No período, os estados produtores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste mantiveram um maior volume de vendas de farinha, principalmente com os principais centros consumidores dos estados nordestinos. O segmento de fécula, mesmo com os preços do milho abaixo da expectativa dos agentes produtivos, mantém o volume de negócios em relação ao mesmo período de 2009. Nos últimos anos, as féculas de mandioca e de amido de milho concorrem praticamente com os mesmos compradores nacionais.

Para o segundo semestre deste ano, o mercado brasileiro de produtos e subprodutos da raiz de mandioca deverão manter estáveis os níveis de negócios. Os preços, mesmo perdendo força durante julho e agosto por conta de um aumento na produção em alguns estados produtores, devem nos meses seguintes continuar mais remunerados que no mesmo período do ano passado.

As vendas nacionais de fécula in natura, dextrina e colas para o mercado externo deverão continuar crescentes, favorecendo o setor, graças à competência dos agentes de comercialização que têm conseguido romper as barreiras impostas por alguns países que concedem ao produtor amplo apoio e promovem políticas de subsídios à produção e comercialização de seus produtos.

Panorama estadual - Safra 2008/09

A safra catarinense 2008/09, embora tenha registrado um aumento de 1,6% na área colhida, diminuiu 2,3% em relação à quantidade produzida, consequência do baixo desempenho do rendimento médio, que decresceu 3,8% em comparação com a safra passada (IBGE – LSPA, junho de 2010).

Em 2009, a ocorrência de fatores climáticos adversos como excesso e falta de chuva, baixa temperatura fora de época e reduzido índice de insolação durante a fase de desenvolvimento da lavoura nas principais regiões produtoras catarinenses dificultaram a realização de forma regular dos tratos culturais, além de ocasionar perdas de lavoura por deslizamento de terra e alagamento em áreas restritas, influenciando de forma negativa o rendimento médio da cultura.

No Sul do Estado, como é de praxe, a colheita da matéria-prima começou na primeira quinzena de abril pelos municípios de Laguna e Imaruí, estendendo-se para os demais municípios a partir do mês de maio.

Os agricultores da região continuaram priorizando a colheita da raiz de dois ciclos (com mais teor de amido) e posteriormente a mandioca de um ciclo.

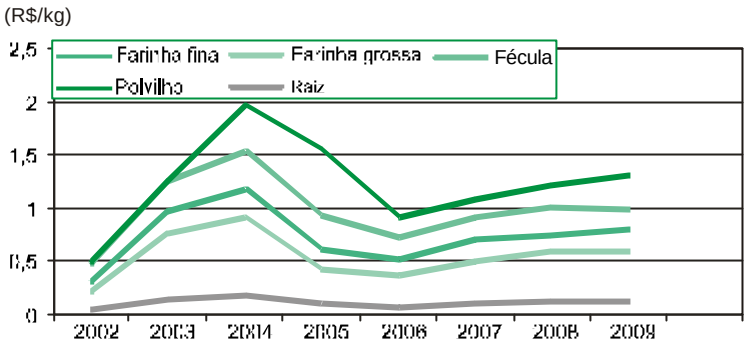
Embora a produtividade média da lavoura tenha diminuído na região, as agroindústrias de farinha, fécula e polvilho azedo registraram um rendimento médio industrial um pouco acima daquele alcançado na safra anterior.

Nos municípios do Alto Vale do Itajaí, agricultores e agroindústrias colhem, durante toda a safra, somente a raiz de mandioca de dois ciclos. As compras de matéria-prima feitas pelas farinheiras e fecularias começaram no início de maio e se estenderam até a primeira quinzena de agosto, remunerando o produto de acordo com o teor de amido.

Em comparação com a safra passada, observou-se um aumento no teor de amido na raiz, fato animador para o segmento produtivo. Os preços médios anuais recebidos pela raiz, embora superiores em 4,9% em relação à safra 2007/08, acabaram frustrando a expectativa do produtor, que esperava maior remuneração do produto comercializado.

Por segmento produtivo, observa-se o seguinte comportamento de preços, em 2009, em comparação com o ano de 2008: os da farinha grossa e fécula sofreram uma desvalorização de 2,2%, cada, enquanto os da farinha fina e os de polvilho azedo obtiveram um acréscimo de 6,5% e 8,3%, respectivamente. É que, no primeiro semestre, o mercado catarinense de farinha esteve menos comprador, o de fécula praticamente se manteve estável, enquanto a farinha fina e polvilho azedo aumentaram o volume de negócios. No segundo semestre, o quadro se altera. A diminuição da concorrência de produtos e subprodutos de outros estados favorece as vendas catarinenses em todos os segmentos analisados, bem como uma melhora nos preços.

Tomando-se os preços médios anuais nos anos de 2002 a 2009, os quatro melhores desempenhos por segmento da atividade ficaram assim constituídos: farinha grossa: 2004, 2003, 2009 e 2008; farinha fina: 2004, 2003, 2008 e 2009; fécula: 2004, 2003, 2009 e 2005; polvilho azedo: 2004, 2005, 2003 e 2009 e raiz de mandioca: 2004, 2003, 2009 e 2008, conforme demonstrado na Figura 2.



Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 2/I. *Mandioca - Raiz e derivados - Preços médios anuais - Regiões Sul Catarinense e Alto Vale do Itajaí - 2002-09*

Safra 2009/10

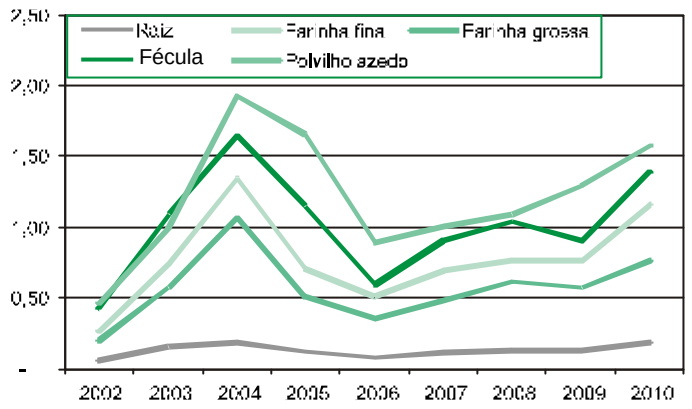
Os dados preliminares do IBGE/GCEA (julho/2010) da safra catarinense 2009/10 de mandioca apresentam um volume total de 554,9 mil toneladas; a área a ser colhida deve ser de 30 mil hectares e o rendimento médio de 18,4 toneladas por hectare. Em comparação com a safra passada, houve uma queda de 2,5% e 3,5% na quantidade e área colhida, respectivamente, e aumento de 1,1% no rendimento médio.

Em algumas regiões produtoras, a ocorrência de fatores climáticos adversos como excesso de chuvas, ocasionando, inclusive, alagamento em alguns municípios do Sul do Estado e do Alto Vale do Itajaí, baixo índice de insolação, baixa temperatura fora de época e vento forte, além de prejudicarem parcialmente o desenvolvimento da lavoura, ocasionaram algumas perdas por podridão da raiz, influenciando no rendimento médio do produto.

No mês de julho, a colheita e o processamento da matéria-prima prosseguem nas regiões produtoras do Alto Vale do Itajaí, Sul do Estado, Oeste Catarinense e Grande Florianópolis. As agroindústrias continuam a adquirir a raiz e remunerar o produto com base no teor de amido, fato considerado animador para o produtor que consegue obter maior valorização do produto comercializado e consequente aumento na renda.

Em 2010, repete-se durante o primeiro semestre o comportamento crescente de preços recebidos pela raiz e derivados que houve no mesmo período de 2009: raiz (39,9%), farinha fina (52,7%), farinha grossa (34,3%), fécula (54,7%) e polvilho azedo (22,6%). No terceiro trimestre é bastante provável que se mantenham estáveis, em decorrência de uma maior produção e consequente aumento dos estoques. Para o quarto trimestre do ano, em alguns segmentos do setor, os preços podem voltar a subir, porém num ritmo menor que no primeiro semestre.

Ao contrário do primeiro semestre do ano anterior, onde foram registradas quedas nas vendas, no primeiro semestre de 2010 o aumento no volume de negócios das farinhas, fécula e polvilho azedo mantém uma curva ascendente de crescimento dos preços catarinenses (Figura 3).



Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 3/I. *Mandioca - Raiz e derivados - Preços médios semestrais - Regiões Sul Catarinense e Alto Vale do Itajaí - 2002-10*

A expectativa do setor para o segundo semestre é de manutenção das vendas nos mercados estadual e interestadual (RS, SP, MG, RJ, dentre outros), não perdendo de vista a concorrência de produtos e subprodutos de outros estados.

Luiz Marcelino Vieira - Economista - Epagri/Cepa
e-mail - marcelino@epagri.sc.gov.br - Tel 48 3239-3938

Parte I

Milho

Mercado internacional

Os Estados Unidos são os maiores produtores, consumidores e exportadores de milho. A China está na segunda posição na produção e no consumo. Na terceira posição, em ambos os itens, fica a União Europeia. O Brasil é quarto em produção e consumo e terceiro em exportação. A Argentina é a segunda exportadora e sexta produtora. Os percentuais exportados são mais baixos que noutros produtos: os Estados Unidos exportam 15% da sua produção e a Argentina, que é exceção, 67%. Os maiores importadores são o Japão, Coreia do Sul e México (Tabela 1).

Tabela 1/I. *Milho – Principais países do mercado – Safras 2009/10-2010/11*

(milhões de t)

País	Produtores		Importadores		Consumidores		Exportadores	
	2009/10	2010/11	2009/10	2010/11	2009/10	2010/11	2009/10	2010/11
Estados Unidos	333	339,5	0,2	0,2	289,3	290,6	50,2	52,1
China	155,0	166	1	1,0	156,0	160,0	0,1	0,2
Brasil	54,3	51,0	0,5	1	47,0	48,3	8,5	7,0
União Européia-27	55,8	55,9	2,5	3	58,5	58,5	1,2	1,0
Argentina	22,5	21,0	0,0	0,0	7,1	7,5	14,0	14,0
México	21,3	24,0	8	9,1	30,8	31,8	0,2	0,1
Sudeste Ásia	22,7	24,7	5,6	6,0	28,3	29,7	1,2	0,8
Fsu-12	17,8	18,4	0,3	0,5	12,8	13,9	5,7	5,1
Canadá	9,6	10,5	2	2,5	11,9	12,7	0,5	0,3
África do Sul	14,0	12,5	0	0,0	10,1	10,4	2,5	2,5
Ucrânia	10,5	11,5	0,0	0,0	5,5	6,5	5,2	5,0
Egito	6,8	7,0	5	5,4	11,9	12,6	0,0	0,0
Coréia do Sul	0,1	0,1	8,2	9,1	8,3	9,2	0,0	0,0
Japão	0,0	0,0	16,3	16,3	16,3	16,3	0,0	0,0
Subtotal	723,4	742,1	49,6	54,1	693,8	708,0	89,3	88,1
Outros países	85,0	89,5	35,6	35,1	123,1	123,4	0,5	2,3
Total mundial	**808,4**	**831,6**	**85,2**	**89,2**	**816,9**	**831,4**	**89,8**	**90,4**

Fonte: USDA (agosto de 2010).

Os dados previstos para 2010/11 pelo USDA são todos muito parecidos com os da safra anterior: a produção aumenta 2,9%, o consumo 1,8% e a exportação 0,7%.

Examinando-se um período maior, verifica-se que, de 2005/06 até a safra prevista de 2010/11, os EUA aumentaram sua produção em 27%, a China em 16% e o Brasil em 2%, mas os três tiveram oscilações nos anos intermediários (Tabela 2).

Tabela 2/I. *Milho – Principais produtores mundiais – Safras 2005/06-2010/11*

(milhões t)

País	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11[1]
Estados Unidos	267,6	267,6	332,1	307,1	333,0	339,5
China	143,0	143,0	151,8	165,9	155,0	166,0
U. Europeia	...	...	....	62,3	55,8	55,9
Brasil	50,0	48,0	57,5	51,0	54,3	51,0
Argentina	15,8	21,5	22,0	15,0	22,5	21,0
México	22,0	22,0	22,6	24,2	21,3	24,0
Subtotal	498,4	502,1	586,0	625,5	641,9	657,4
Outros	200,9	191,1	203,1	172,3	166,5	174,2
Total	**699,3**	**693,2**	**789,1**	**797,8**	**808,4**	**831,6**

[1]Previsão.
Fonte: USDA (agosto de 2010).

A produção foi crescente e, como não foi acompanhada pelo consumo no período, destaca-se a safra 2008/09 como a que propiciou o maior superávit. As duas últimas foram mais equilibradas, mas ainda permaneceram acima das três anteriores, provocando estoques de passagem mais acentuados no mercado global. A demanda foi muito influenciada pelo uso que os Estados Unidos fazem do milho para produzir etanol, pois primeiro este teve sua produção aumentada pelo alto preço do petróleo, em seguida, com a queda das cotações do petróleo, sua produção foi diminuída e depois a crise econômica agiu no mesmo sentido e à medida que a economia se recupera provoca aumento do consumo (Tabela 3).

Tabela 3/I. *Milho – Oferta e demanda mundiais – Safras 2005/06-20010/11*

(milhões t)

Discriminação	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Estoque inicial	131,4	125,1	109,0	131,3	147,5	139
Produção	699,3	693,2	789,1	797,8	808,4	831,6
Cons. doméstico	624,7	616,7	769,9	781,6	816,9	831,4
Exportação	80,9	93,1	98,6	84,4	89,8	90,4
Estoque final	125,1	109,0	131,3	147,5	139,0	139,2

Fonte: USDA (agosto de 2010).

Ao contrário dos estoques mundiais, os Estados Unidos têm diminuído seus estoques de 50 milhões de toneladas, em 2005/06, para 33 milhões em 2010/11. Sua produção e consumo aumentaram e suas exportações oscilaram (Tabela 4).

Tabela 4/I. *Milho – Oferta e demanda – USA – Safras 2005/06-2010/11*

(milhões de t)

Discriminação	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11[1]
Estoque inicial	53,7	50,0	33,1	41,3	42,5	36,2
Produção	267,6	267,6	331,2	307,1	333,0	339,5
Cons. doméstico	217,1	230,8	261,7	259,3	289,3	290,6
Exportação	54,2	54,0	61,9	47,0	50,2	52,1
Estoque final	50,0	33,1	41,3	42,5	36,2	33,3

[1]Previsão.
Fonte: USDA (agosto de 2010 julho/09).

A demanda de milho na Argentina tem crescido levemente, mas houve grandes oscilações na produção. Os fatores climáticos que afetaram a safra 2008/09 no sul do Brasil afetaram também a produção na Argentina, mas como o percentual de exportação do milho argentino é muito grande, quando cai a produção, caem também as exportações (Tabela 5).

Tabela 5/I. *Milho – Oferta e demanda - Argentina – Safras 2005/06-2010/11*

(milhões t)

Discriminação	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11(*)
Estoque inicial	1,0	1,2	1,7	2,2	0,5	1,9
Produção	15,8	22,5	22,0	15,0	22,5	21,0
Cons.doméstico	6,2	6,7	7,0	6,4	7,1	7,5
Exportação	9,5	15,5	14,8	10,3	14,0	14,0
Estoque final	1,2	1,7	2,2	0,5	1,9	1,4

(*)Previsão.
Fonte: USDA. (agosto de 2010).

As quantidades que os EUA vêm destinando à produção de etanol tornaram-se muito importantes pelo seu porte: duas vezes a produção total de milho do Brasil ou quase isso, conforme a safra, cinco vezes a produção da Argentina ou o dobro das exportações dos Estados Unidos. Qualquer abalo na produção do etanol (queda no preço do petróleo, discussão sobre os subsídios ou protestos dos produtores de ração) faz sobrar em território americano quantidades suficientes para substituir as exportações brasileiras e argentinas, sem problemas. A política governamental tende a acompanhar a correlação de forças envolvidas no negócio do milho.

Em 2008/09 mais de 1/3 da produção americana foi para biocombustível e nos dois anos anteriores e no atual o percentual variou entre 27% e 29% (Tabela 6).

Tabela 6/I. *Milho – Produção de milho e etanol - USA - Safras 2005/06-2009/10*

(milhões de t)

Produção	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Milho	267,6	267,6	331,2	307,4	333,0
Etanol[1]	53,8	76,9	95,2	104,1	91,4
Etanol/milho %	20,1	28,7	28,7	33,9	27,4

[1]Volume de milho usado para etanol.
Fonte: USDA (janeiro de 2010).

Mercado nacional

Na safra 2009/10, a área brasileira de milho diminuiu 8,8%, mas o Centro-Oeste não participou desta queda, ao contrário, cresceu 4,3%. Este processo de crescimento da região já fez o Mato Grosso ultrapassar Minas Gerais na safra 2007/08. Na mesma safra, Goiás passou a frente de São Paulo. Assim, a safra 2009/10 estabeleceu o seguinte ranking: Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul (Tabela 7). A produtividade média do Brasil (4.205 kg/ha) foi aumentada pela Região Sul (5.533 kg/ha), pela Região Sudeste (5.051 kg/ha) e pelo Centro- Oeste (4.346 kg/ha), tendo sido baixada pelos estados das regiões Norte e principalmente do Nordeste.

Tabela 7/I. *Milho – Principais estados produtores – Brasil – Safras 2005/06-2009/10*

(milhões t)

Estado	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	Part%	2009/10	Part%
Paraná	11,2	13,9	15,4	11,1	21,8	12,6	23,2
Mato Grosso	4,0	5,9	7,8	8,1	15,9	7,7	14,2
Minas Gerais	5,3	6,3	6,6	6,5	12,7	6,1	11,2
Rio Grande do Sul	4,6	6,0	5,3	4,2	8,2	5,6	10,3
Goiás	3,1	3,9	5,0	4,9	9,6	4,7	8,6
São Paulo	4,3	4,0	4,7	4,3	8,4	4,5	8,3
Santa Catarina	3,2	3,9	4,1	3,3	6,5	3,8	7,0
Mato G. do Sul	2,8	2,9	3,5	2,3	4,5	3,3	6,1
Bahia	1,7	1,7	2,0	2,0	3,9	2,2	4,0
Ceará	0,4	0,3	0,8	0,6	1,2	0,2	0,4
Subtotal	40,5	48,6	55,2	47,3	92,7	50,7	93,2
Outros	2,1	2,8	3,4	3,7	7,3	3,7	6,8
Total	**42,5**	**51,4**	**58,6**	**51,0**	**100,0**	**54,4**	**100,0**

Fonte: Conab (agosto de 2010).

A oferta e demanda de milho no Brasil, considerando-se da safra 2005/06 a 2010/11 prevista pelo USDA, tem oscilações devido aos vários anos com problemas climáticos. A maior produção foi em 2009/10, o maior consumo deverá ser em 2010/11 (2,8% a mais que a safra anterior); a maior exportação foi de 2006/07, com 10,9 milhões de toneladas, mas o Brasil ainda não conseguiu se firmar neste patamar, tendo sido mais comum exportar entre 7 e 8 milhões de toneladas (Tabela 8). Havendo na safra 2010/11 mais estoques que nos outros anos, será outra vez difícil chegar aos dez milhões recomendados por muitos analistas. O estoque de passagem do Brasil pelo menos estaria menor porque o USDA prevê diminuição na produção.

Tabela 8/I. *Milho – Oferta e demanda – Brasil – Safras 2005/06-2010/11*

(milhões t)

Discriminação	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11[1]
Estoque inicial	3,2	5,6	3,6	12,6	12,1	11,4
Produção	42,5	51,4	58,6	51,0	54,3	51,0
Importação	0,4	1,1	0,7	1,1	0,5	1,0
Consumo	36,6	43,5	42,5	45,5	47,0	48,3
Exportação	3,9	10,9	7,8	7,1	8,5	7,0
Estoque final	5,6	3,6	12,6	12,1	11,4	8,1

[1]Previsão.
Fonte: USDA (agosto de 2010).

Mercado estadual

A produtividade do milho na Região Sul é a maior entre as regiões e a de Santa Catarina a maior entre os estados brasileiros (alcançou 6.300 kg/ha na safra 2009/10). O grande problema da produtividade do milho em Santa Catarina é a oscilação que há entre a potencialidade tecnológica e as restrições impostas pelo clima, basicamente carência de água durante o ciclo produtivo. Se forem separadas, nos últimos oito anos, as safras de produtividade acima de 5.000 kg/ha serão cinco, sendo duas delas bem próximas do limite. Estas safras têm média de 5.508 kg/ha e as outras três alcançam 3.684 kg/ha. A média dos quatro anos mais recentes é de 5.626 kg/ha (Tabela 9).

Tabela 9/I. *Milho – Área, produção e rendimento – Santa Catarina – Safras 2002/03-2009/10*

Discriminação	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Produção (mil t)	4.310,9	3.257,8	2.695,2	2.886,1	3.793,4	4.089,4	3.265,2	3.693,3
Área (mil ha)	856,4	816,1	796,1	784,2	695	715,8	648,5	586,2
Rendimento (kg/ha)	5.034	3.992	3386	3.680	5.458	5.713	5.035	6.300

Fonte: Conab (agosto de 2010).

A maior produção de milho do Estado continua sendo a de 2002/03, pelo simples fato de que, então, foram plantados 270 mil ha a mais que na última safra e, depois, a área vem diminuindo quase todos os anos. Mesmo nos últimos quatro anos, 109 mil ha receberam novos destinos. Entre eles se destacam 183,8 mil ha de aumento das lavouras de soja no período maior e 54 mil ha nos últimos quatro anos. Além da ocupação pela soja de aproximadamente a metade da área liberada pelo milho, os outros 55 mil ha foram divididos entre áreas destinadas à pecuária leiteira, ao reflorestamento, à recomposição da floresta nativa, aos sítios de lazer, à ampliação de perímetros urbanos e outros destinos menos expressivos.

As indicações colhidas a campo apontam para uma nova redução de área de plantio na próxima primavera, já que os agricultores contam com a opção da soja. Como comprovado nas duas últimas safras, a soja oferece preço melhor, menor custo de produção, mercado de maior liquidez, menos riscos climáticos e conta com sementes transgênicas já mais difundidas que as do milho.

Historicamente, o Estado é deficitário na produção de milho, devido ao grande rebanho de aves, suínos e, mais recentemente, também de vacas leiteiras. Como o consumo animal cresce constantemente, os maiores déficits estão nos anos de maiores problemas na oferta de milho. A média de déficit tem sido, de 2002 para cá, da ordem de 1,5 milhão de toneladas, representando 30,7% do consumo. Os extremos estão em 44% de déficit em 2005 e 7,4% em 2003 (Tabela 10). Como 2010 é um ano de grandes estoques no mercado mundial e brasileiro, Santa Catarina deverá se abastecer nos outros estados e, além de importar

Tabela 10/I. *Milho – Déficit na produção – Santa Catarina – 2002/10*

(mil t)

Ano	Produção	Consumo	Déficit	% déficit
2002	3.200	4.731	1.531	32,4
2003	4.311	4.655	344	7,4
2004	3.300	4.611	1.311	28,4
2005	2.695	4.797	2.102	43,8
2006	2.886	4.864	1.978	40,7
2007	3.794	5.215	1.421	27,2
2008	4.089	5.391	1.302	24,2
2009	3.265	5.369	2.104	39,2
2010	3.693	5.447	1.754	30,2
Média	**3.470**	**5.009**	**1.539**	**30,7**

Estimativa: agosto de 2010.
Fonte: IBGE, Conab e Epagri/Cepa.

alguma coisa dos países vizinhos, principalmente Paraguai. Fator importante são as exportações que o Brasil não tem conseguido aumentar para 10 milhões de toneladas (o USDA prevê 7 milhões para esta safra 2009/10).

Para uma redução de área de 11% como média do Estado, na safra 2009/10 há variações bem maiores, como -25% na microrregião de Joaçaba e -21% em Curitibanos. Os acréscimos são pequenos e em áreas de menor expressão, como Criciúma e Florianópolis (Tabela 11).

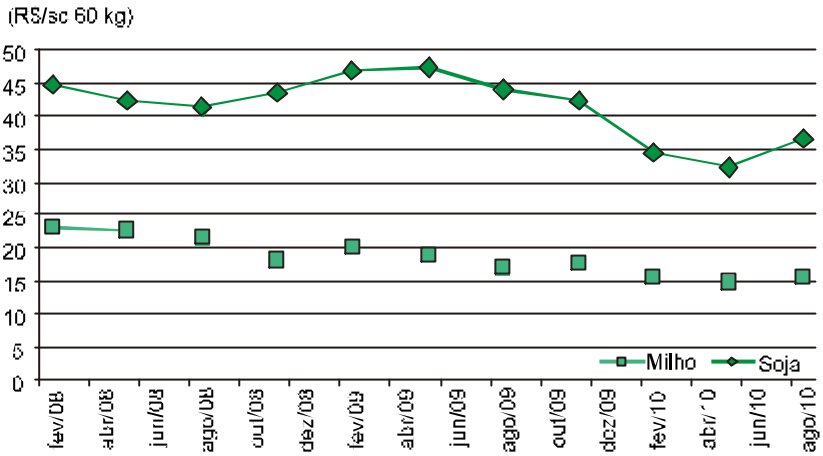
Algumas microrregiões se destacam na produtividade: Canoinhas, Xanxerê, São Miguel do Oeste, Curitibanos e Joaçaba. Todas com rendimentos 11% acima da média ou mais (Tabela 11).

Tabela 11/I. *Milho – Área, produção e rendimento por microrregião – Santa Catarina – Safras 2007/08-2009/10*

MRG	Área plantada			Quantidade produzida			Rendimento		
	2007/08 (ha)	2008/09 (ha)	2009/10(*) (ha)	2007/08 (t)	2008/09 (t)	2009/10(*) (t)	2008 (kg/ha)	2009 (kg/ha)	2010 (kg/ha)
Araranguá	10.500	9.710	9.710	42.285	39.100	38.602	4.027	4.027	3.975
Blumenau	5.433	5.655	4.705	17.507	16.140	14.324	3.222	2.854	3.044
Campos de Lages	52.860	49.170	46.220	225.877	173.555	213.951	4.273	3.530	4.629
Canoinhas	77.200	69.900	63.800	592.355	401.574	537.925	7.673	5.745	8.431
Chapecó	152.095	134.202	109.460	813.397	548.856	616.622	5.348	4.090	5.633
Concórdia	53.320	51.020	44.750	257.070	191.562	249.000	4.821	3.755	5.564
Criciúma	9.135	7.710	7.840	46.875	36.915	36.294	5.131	4.788	4.629
Curitibanos	45.080	50.830	40.100	271.116	287.802	283.348	6.014	5.662	7.066
Florianópolis	1.185	1.825	1.885	4.449	5.617	7.670	3.754	3.078	4.069
Itajaí	88	64	49	316	227	173	3.591	3.547	3.531
Ituporanga	16.180	9.800	9.440	91.830	51.000	52.344	5.676	5.204	5.545
Joaçaba	83.050	87.500	86.090	521.456	511.403	601.507	6.279	5.845	6.987
Joinville	805	675	612	3.437	1.925	2.115	4.270	2.852	3.456
Rio do Sul	26.805	24.110	22.895	134.690	108.522	115.616	5.025	4.501	5.050
São Bento do Sul	8.140	8.200	8.020	46.320	45.170	43.320	5.690	5.509	5.401
São Miguel do Oeste	90.275	80.015	72.435	465.168	294.964	562.238	5.153	3.686	7.762
Tabuleiro	4.900	3.540	6.000	21.300	15.040	25.920	4.347	4.249	4.320
Tijucas	4.430	3.995	3.160	18.205	14.557	12.620	4.109	3.644	3.994
Tubarão	10.080	9.596	9.040	43.798	39.477	39.769	4.345	4.114	4.399
Xanxerê	64.213	53.985	40.325	471.764	315.870	318.839	7.347	5.851	7.907

(*)Os dados por micro não são definitivos, por isso seu somatório pode não fechar com o total estadual.
Fonte: IBGE.

Analisando-se os preços de milho e soja desde fevereiro de 2008 constata-se que o milho decresceu 32,6%, enquanto a soja no mesmo período diminuiu 18% e, se for considerado o ponto de preço mais alto (maio de 2009), o preço da soja cai 22,3% (Figura 1). Destaca-se a reação dos preços de ambos os produtos neste ano, a partir de junho de 2010 e prolongando-se até o momento (meados de agosto). Neste período mais recente os preços do milho aumentaram 7% e da soja, 16%. Este é mais um fator a apontar para o aumento da área de soja e diminuição da de milho, pois a decisão de plantio está se dando agora.



Fonte: Epagri/Cepa.

Figura1/I. *Milho e soja - Preço pago ao produtor - Santa Catarina - Fev/08 - ago/10*

Julio Alberto Rodigheri - Engenheiro Agrônomo - Epagri/Cepa
e-mail - juliorodigheri@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239.3927

Parte I

Soja

Mercado internacional

Entre os principais países do mercado internacional de soja, o USDA prevê que na safra 2010/11, só os Estados Unidos produzirão mais (2,2%), mas a produção mundial deve cair (-2,4%), o Brasil (-5,8%), a Argentina (-8,3%) e a China (-0,7%) terão queda de produção. Dos países importadores destacam-se a China e o México que importarão 5% a mais. As importações totais aumentarão 3,2%. Importante é que para uma queda na produção mundial de 2,4% o consumo aumentará 5,7%, sendo necessário, portanto, entrar nos estoques para alcançar o suprimento mundial. Como as exportações dos Estados Unidos diminuirão, o aumento virá do Brasil (3,9%) e da Argentina (13,9%), crescendo as exportações mundiais 1,7% (Tabela 1).

Tabela 1/I. *Soja - Principais países do mercado – Safras 2009/10-2010/11*[1]

(milhões de t)

País	Produtores		Importadores		Consumidores		Exportadores	
	2009/10	2010/11	2009/10	2010/11	2009/10	2010/11	2009/10	2010/11
Estados Unidos	91,4	93,4	0,4	0,3	51,2	49,2	40,0	39,0
Brasil	69,0	65,0	0,0	0,0	36,2	36,0	28,3	29,4
Argentina	54,5	50,0	0,2	0,2	35,1	40,9	11,0	12,5
China	14,7	14,6	49,5	52,0	59,1	66,6	0,2	0,4
União Europeia-27	0,9	1,0	13,0	12,6	13,8	13,6	0,0	0,0
Japão	0,2	0,2	3,6	3,7	3,8	3,9	0,0	0,0
México	0,1	0,1	3,4	3,6	3,5	3,7	0,0	0,0
Subtotal	230,8	224,3	70,1	72,4	202,7	213,9	79,5	81,3
Outros	29,1	29,4	16,6	17,1	34,7	37,0	10,1	9,8
Total	**259,9**	**253,7**	**86,7**	**89,5**	**237,4**	**250,9**	**89,6**	**91,1**

[1]Previsão.
Fonte: USDA (agosto/10).

Analisando-se uma série mais longa da produção, verifica-se que de 2006 a 2010 o maior crescimento foi da Argentina (34,6%), vindo em seguida o Brasil (21,1%). A produção dos EUA no período cresceu 9,6%. Destaca-se a China, como um caso em que ocorreu o oposto, onde a produção diminuiu 10,1%.

Para 2010, o aumento de produção virá dos EUA e dos países não discriminados, que não têm a mesma importância individual dos citados. O seu conjunto produz menos que cada um dos três maiores produtores, mas supera a China, que é o quarto (Tabela 2).

O balanço de oferta e demanda, em termos mundiais, prevê que o estoque final de 2010/11 será o maior desde 2005/06. Em relação à última safra, ter-se-á moagem, exportação e consumo doméstico menores, mas como o estoque inicial e a produção serão maiores, chega-se ao estoque final maior (Tabela 3).

Tabela 2/I. *Soja - Principais produtores mundiais - 2006-11* [1]

(milhões t)

País	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2010/06%	2011/10%
Estados Unidos	83,4	86,8	72,9	80,5	91,4	93,4	9,6	2,2
Brasil	57,0	59,0	61,0	57,0	69,0	65,0	21,1	-5,8
Argentina	40,5	48,8	46,2	32,0	54,5	50,0	34,6	-8,3
China	16,4	15,2	16,0	16,0	14,7	14,6	-10,1	-0,7
Subtotal	197,3	209,8	196,1	185,5	229,6	223,0	16,4	-2,9
Outros	23,3	26,8	25,1	25,1	30,3	30,7	30,3	1,3
Total	**220,5**	**236,6**	**221,2**	**210,6**	**259,9**	**253,7**	**17,9**	**-2,4**

[1]Previsão.
Fonte: USDA (agosto/10).

Tabela 3/I. *Soja – Oferta/demanda mundial (milhões t) – Safras 2005/06-2010/11*

Discriminação	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11[1]
Estoque inicial	47,5	53,4	62,5	52,9	44,0	63,5
Produção	220,4	236,6	218,2	212,0	260	253,7
Moagem	185,0	196,2	203,8	192,7	207,6	219,7
Exportação	63,9	71,2	76,6	77,2	89,6	91,1
Cons. doméstico	214,9	225,4	231,0	220,8	237,4	250,9
Estoque final	53,4	62,5	52,9	44,0	63,5	64,7

[1]Previsão.
Fonte: USDA (agosto/10).

Como os Estados Unidos são responsáveis por 37% da produção mundial e 43% da exportação influenciaram muito o balanço mundial já comentado. Seu estoque inicial e sua produção aumentam e os outros três itens mencionados decaem, resultando num estoque final aumentado de 4,3 para 9,8 milhões de toneladas (Tabela 4).

Tabela 4/I. *Soja – Oferta e demanda – Estados Unidos – Safras 2005/06-2010/11*

(milhões t)

Discriminação	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11[1]
Estoque inicial	7,0	12,2	15,6	5,6	3,8	4,3
Produção	83,4	86,8	70,4	80,7	91,4	93,4
Moagem	47,3	49,2	49,8	45,2	47,6	44,9
Exportação	25,3	30,4	31,2	34,8	40,0	39,0
Cons. doméstico	52,6	53,2	51,4	48,1	51,2	49,2
Estoque final	12,2	15,6	5,6	3,8	4,3	9,8

[1]Previsão.
Fonte: USDA (agosto/2010).

As produções dos países sul-americanos cresceram substancialmente na última safra, tendo como justificativa o fato que as condições climáticas foram quase que perfeitas, enquanto a safra anterior foi problemática. No total cresceu 34%, mas houve variações de 5% na Bolívia e de até 79,5% no Paraguai. Entre os países de maior expressão no produto, o Brasil cresceu 15,1% e a Argentina 63,9% (Tabela 5).

Tabela 5/I. *Soja - Produção da América do Sul – Safras 2005/06-2009/10*

(milhões t)

Discriminação	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	Var. % 2010/09
Estoque inicial	7,0	12,2	15,6	5,6	3,8	4,3
Brasil	57,9	59,0	60,2	58,2	67,0	15,1
Argentina	40,5	48,8	47,0	32,1	52,6	63,9
Paraguai	3,6	5,9	6,0	3,9	7,0	79,5
Bolívia	2,1	1,6	1,2	2,0	2,1	5,0
Uruguai	0,6	0,8	0,8	1,0	1,5	50,0
Total	**104,7**	**116,1**	**115,2**	**97,2**	**130,2**	**34,0**

Fonte: Safras & Mercado (15/março/2010).

Mercado nacional

Nos anos 1970, poucos estados brasileiros cultivavam soja. Atualmente, para se atingir 97,6% da produção são necessários onze estados: os três do Sul do Brasil, Minas Gerais e São Paulo do Sudeste, os três estados do Centro-Oeste, Bahia e Maranhão do Nordeste e Tocantins do Norte. A ordem de importância é Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, ou seja, entre os cinco primeiros três são do Centro-Oeste. Na última safra os maiores crescimentos foram do Paraná e do Rio Grande do Sul, o que garantiu a manutenção destes estados em segundo e em terceiro lugar, respectivamente. Mato Grosso manteve a primeira posição, mesmo tendo crescido pouco (Tabela 6).

Tabela 6/I. *Soja - Principais estados produtores - Brasil – Safras 2005/06-2009/10*

(mil t)

Estado	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	Var.% 2010/09	Part. %
Mato Grosso	16.700,4	15.359,0	17.847,9	17.962,5	18.723,3	4,2	27,3
Paraná	9.645,6	11.915,6	11.896,1	9.509,7	14.078,7	48,0	20,6
Rio grande do Sul	7.776,1	9.924,6	7.775,4	7.912,6	10.218,8	29,1	14,9
Goiás	6.533,5	6.114,0	6.543,5	6.836,2	7.285,7	6,6	10,6
Mato Grosso do Sul	4.445,1	4.881,3	4.569,2	4197,7	5.307,8	26,4	7,8
Bahia	1.991,3	2.297,2	2.747,6	2.418,0	3.110,5	28,6	4,5
Minas Gerais	2.482,5	2.567,9	2.536,9	2.751,1	2.857,3	3,9	4,2
São Paulo	1.654,6	1.437,5	1.446,5	1.306,5	1.586,1	21,4	2,3
Maranhão	1.025,1	1.084,4	1.262,8	975,1	1.243,7	27,5	1,8
Santa Catarina	798,8	1.111,5	946,6	974,8	1.345,2	38,0	2,0
Tocantins	700,4	646,5	910,9	856,4	1.071,0	25,1	1,6
Subtotal	53.753,4	57.339,5	58.483,4	55.700,6	66.828,1	20,0	97,6
Outros	1.273,7	1.052,3	1.534,3	1.464,9	1.642,9	12,2	2,4
Total	**55.027,1**	**58.391,8**	**60.017,7**	**57.165,5**	**68.471,0**	**19,8**	**100,0**

Fonte: Conab (agosto de 2010).

O balanço de oferta e demanda do complexo soja brasileiro apresenta comportamento diferenciado, conforme o produto. O estoque inicial de grão foi 48,6% maior que o do ano anterior e o estoque final foi quase sete vezes maior; o estoque inicial de farelo foi 31,6% menor e o final 21,5% maior; o óleo de soja iniciou o ano com 17,7% a mais e terminou 46,5% maior. Esses resultados tiveram muito a ver com as exportações que

aumentaram apenas 0,85% no grão, 5,3% no farelo e decresceram 13,4% no caso do óleo (Tabela 7).

Tabela 7/I. *Complexo soja – oferta/demanda - Brasil - Safras 2008/09 - 2009/10*

(mil t)

Discriminação	Grão		Farelo		Óleo	
	2008/09	2009/10	2008/09	2009/10	2008/09	2009/10
Estoque inicial	454	675	3.053	2.088	246	290
Produção	57.162	68.708	23.188	25.449	5.872	6.445
Importação	100	200	100	100	15	50
Suprimento	61.802	69.583	26.341	27.836	6.133	6.785
Consumo	32.564	36.150	12.000	12.200	4.250	498
Exportação	28.563	28.800	12.253	12.900	1593.6	1.380
Estoque final	675	4.633	2.088	2.536	290	425

Fonte: Conab (julho/2010).

No ano de 2010 até julho, quando comparado ao mesmo período de 2009, o grão exportou uma quantidade 0,7% menor, o farelo aumentou 2,8% e o óleo caiu 12,8%. Quanto ao valor todos os itens decaíram devido à crise mundial, que diminuiu os preços internacionais de quase todos os produtos (no caso, grão e farelo) ou por causa da queda no volume, caso do óleo. Os três produtos tiveram oscilações no período, mas os maiores preços do grão e do óleo foram alcançados em 2008 e no farelo em 2009 (Tabela 8).

Tabela 8/I. *Soja – Quantidade, valor e preço das exportações – Brasil – 2005-10*

Discriminação	2005	2006	2007	2008	2009	2009[1]	2010[1]	Var.% 2010/09
Volume (mil t)								
Soja - óleo	2.697	2.419	2.343	2.316	1.594	1.075	937	-12,8
Soja - grão	22.435	24.958	23.734	24.499	28.563	22.641	22.491	-0,7
Soja - farelos e farinhas	14.423	12.334	12.477	12.289	12.253	7.782	8.001	2,8
Valor (milhões U$S)								
Soja - óleo	1.267	1.229	1.720	2.671	1.234	816	774	-5,1
Soja - grão	5.345	5.663	6.709	10.952	11.424	8.801	8.347	-5,2
Soja - farelos e farinhas	2.866	2.420	2.959	4.364	4.593	2.756	2.626	-4,7
Preço (US$/kg)								
Soja - óleo	0,47	0,51	0,73	1,15	0,77	0,76	0,83	8,8
Soja - grão	0,24	0,23	0,28	0,45	0,40	0,39	0,37	-4,5
Soja - farelos e farinhas	0,20	0,20	0,24	0,36	0,37	0,35	0,33	-7,3

[1] Até julho.
Fonte: MDIC/Secex.

Na safra 2009/10 de soja, teve-se em Santa Catarina a maior produção de todos os tempos (38,2% maior que a safra anterior), porque se combinaram no ano a maior área plantada (14,3% a mais) e a maior produtividade (21,0%). A área aumentou ocupando parte da área anteriormente plantada com milho, que diminuiu 11%, pois os produtores na decisão de plantio acharam o negócio da soja mais vantajoso (melhor preço, maior liquidez, menor custo de produção, menor risco climático, etc.). O rendimento recorde resultou do clima muito propício, que permitiu que o potencial genético e a técnica já conhecida dos produtores se concretizassem plenamente (Tabela 9).

Tabela 9/I. *Soja - Área, produção e rendimento - Santa Catarina – Safras*

2004/05-2009/10 **Estado**	**2004/05**	**2005/06**	**2006/07**	**2007/08**	**2008/09**	**2009/10**	**Var % 2010/09**
Produção (mil t)	607,4	798,8	1.111,5	946,6	993,9	1374,0	38,2
Área (mil ha)	354,7	331,6	385,7	373,4	385,4	440,4	14,3
Rendimento (kg/ha)	1.712	2.409	2.882	2.535	2.579	3.120	21,0

Fonte: IBGE.

O crescimento da produção de soja foi tal que o estado se tornou auto-suficiente em soja, o que não acontecia há muito tempo, podendo abastecer toda a sua indústria com sobras. A média do déficit estadual de soja nos seis anos anteriores foi de 295 mil toneladas e o superávit da safra 2009/10 alcançou 235 mil toneladas. Portanto, se a queda de área do milho aumentou seu déficit, o aumento da área de soja proporcionou um superávit (Tabela 10).

Tabela 10/I. *Soja - Estimativa de oferta e demanda - Santa Catarina – Safras 2003/04-2009/10*

(mil t)

Safra	**Oferta**	**Demanda**						**Saldo**
		Consumo			**Reserva**			
		Animal "in natura"	**Humano "in natura"**	**Industrial e saídas**	**para semente**	**Perdas**	**Total**	
2003/04	641,7	6,0	4,0	1.130,0	21,5	19,5	1.181,0	(539,3)
2004/05	607,4	7,0	5,0	1.110,0	21,0	18,0	1.161,0	(553,6)
2005/06	798,8	7,0	4,0	1.090,0	21,0	19,0	1.142,0	(343,2)
2006/07	1.111,5	7,0	4,0	1.090,0	21,0	19,0	1.141,0	(29,5)
2007/08	946,6	7,0	4,0	1.060,0	22,0	20,0	1.113,0	(166,4)
2008/09	993,9	7,1	4,2	1.080,0	22,3	20,3	1.133,9	(140,0)
2009/10	1.374,0	7,3	4,2	1.100,0	4,5	23,0	1.139,0	235,0

Fonte: IBGE e Epagri/Cepa.

Analisando-se a produção de soja por MRG, vê-se que as de Xanxerê, Canoinhas, Chapecó e Curitibanos se destacam pela quantidade produzida e as de Canoinhas, Xanxerê Curitibanos, Joaçaba, Concórdia e Chapecó pela produtividade. Entre a MRG mais produtiva e a menos produtiva houve uma diferença de 34% na safra 2009/10, que corresponde a 760 kg/ha (Tabela 11).

Sabe-se que a Bolsa de Chicago comanda os preços da soja pelo mundo a ponto de quando se colocam num gráfico as linhas das cotações da CBOT e dos preços recebidos pelos agricultores em Chapecó, elas assumem um paralelismo quase perfeito (Figura 1). Isso acontece quando se transformam os preços de Chapecó em dólar, mas aqui no Brasil o câmbio flutuante provoca grandes diferenças que aparecem quando o preço de Chapecó em reais é comparado ao de Chicago e as linhas deixam de ser paralelas. Como se vê na Figura 1, as linhas no início de 2009 estavam muito mais distantes do que nos últimos meses, isto porque agora o real está mais valorizado (1,76 real por dólar) que no início de 2009 (2,31 reais por dólar).

Os agricultores que venderam na praça de Chapecó receberam em janeiro de 2009 R$ 47,38/saco de 60kg. Este preço foi caindo para R$31,33/saco em abril de 2010, depois os preços foram se recuperando, chegando a R$ 37,02 em agosto de 2010 e continuam melhorando em setembro, tendo chegado a R$ 38,50/saco em 21/09/2010.

Tabela 11/I. *Soja – Área plantada, quantidade produzida e rendimento médio – Micrrorregião geográfica de Santa Catarina – Safras 2007/08-2009/10*

MRG	Área plantada (ha)			Quantidade produzida (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2007/08	2008/09	2009/10	2007/08	2008/09	2009/10	2007/08	2008/09	2009/10
Blumenau	200	200	200	500	500	500	2.500	2.500	2.500
Campos de Lages	11.900	12.350	15.650	30.060	26.290	38.220	2.526	2.129	2.442
Canoinhas	85.390	89.510	97.910	252.019	237.384	335.804	2.951	2.652	3.430
Chapecó	57.175	60.122	70.750	134.820	140.564	205.496	2.358	2.338	2.905
Concórdia	2.410	2.530	3.138	6.073	6.210	8.376	2.520	2.455	2.669
Curitibanos	55.950	56.080	64.930	135.160	137.020	197.853	2.416	2.443	3.047
Ituporanga	400	1.889	2.650	1.080	4.816	6.906	2.700	2.549	2.606
Joaçaba	21.380	22.425	25.160	48.637	53.926	76.059	2.275	2.405	3.023
Rio do Sul	253	442	391	540	966	956	2.134	2.186	2.445
São Bento do Sul	3.300	3.550	3.400	8.825	9.470	9.065	2.674	2.668	2.666
São Miguel do Oeste	23.300	24.370	28.820	55.653	50.385	85.170	2.389	2.068	2.955
Xanxerê	111.700	111.950	127.480	273.096	326.460	429.158	2.445	2.916	3.366
Santa Catarina	**373.358**	**385.418**	**440.479**	**946.463**	**993.991**	**1.393.563**	**2.535**	**2.579**	**3.164**

Fonte: IBGE/Pam.

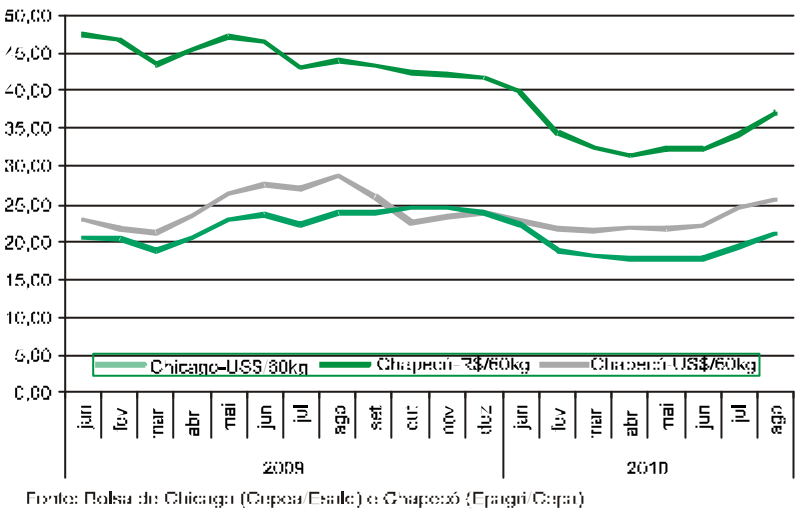


Figura1/I. *Soja - Preços mensais na Bolsa de Chicago e Chapecó - 2009-10*

As últimas informações do USDA (11/09/2010) diminuíram a previsão de safra para o milho e aumentaram a de soja, fazendo com que para o produto brasileiro a situação melhore um pouco para o milho, ocorrendo o inverso com a soja.

Julio Alberto Rodigheri - Engenheiro Agrônomo - Epagri/Cepa
e-mail - juliorodigheri@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239.3927

Parte I

Tomate

Panorama mundial

A safra mundial de tomates 2007/08 dimensionada pela FAO situou-se em 129,64 milhões de toneladas, produção 2,7% superior à da safra imediatamente anterior e 2,1% maior que a apurada em 2005/06, quando foram obtidas 126,99 milhões de toneladas.

Os números relativos à área colhida também apresentaram incremento, quando comparados as safras anteriores. Nesta safra em análise foram colhidos 5,23 milhões de hectares, área 13% maior que a alcançada na safra 2006/07 e 12,7% maior que a apurada na safra 2005/06.

Em relação ao rendimento médio, a safra 2007/08 foi decepcionante, quando comparada às safras anteriores. Os números indicam uma produtividade média de 24.800 quilos por hectare, número 9,1% menor que o apurado na safra 2006/07, quando foram obtidos 27.289 quilos por hectare. Já em relação à safra 2005/06 a defasagem produtiva é ainda maior, 9,4%.

A China, a exemplo dos anos anteriores, continua como maior produtor, respondendo por 26,1% da produção mundial. Os Estados Unidos representam 9,7% da produção, seguidos por Turquia e Índia, que representam 8,4% e 7,9%, respectivamente. Dentre estes maiores produtores, a China foi o único país a diminuir sua participação em relação à safra mundial.

Em relação à área colhida, a China também diminuiu sua participação na safra global, passando a representar 27,8%, ante os 31,4% que representava na safra anterior. O segundo país com maior área colhida é o Egito, que detém 9,4% da área mundial. Índia, Turquia e Nigéria, que representam respectivamente 9,3%, 5,7% e 5,0% da área colhida de tomates, são os demais produtores expressivos no cenário mundial.

No contexto global, o Brasil passou a ser o oitavo maior produtor do mundo, suplantando em relação às safras anteriores a Espanha. Em relação à área colhida, permanece na décima quarta posição. O rendimento médio das lavouras brasileiras evoluiu para 63.336 quilos por hectare, produtividade 7,8% maior que a obtida na safra 2006/07 e 10,9% superior ao obtido na safra 2005/06. Dentre os vinte países com maior área plantada, o rendimento das lavouras brasileiras permanece como o terceiro maior, sendo suplantado somente pelos produtores americanos e espanhóis (Tabela 1).

Tabela 1/I. *Tomate - Área colhida, quantidade produzida e rendimento médio - Mundo e principais países - Safras 2005/06 -2007/08*

	Área colhida (ha)			Produção (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
País	2005/06	2006/07	2007/08	2005/06	2006/07	2007/08	2005/06	2006/07	2007/08
Mundo	**4.639.711**	**4.626.232**	**5.227.883**	**126.996.058**	**126.246.708**	**129.649.883**	**27.372**	**27.289**	**24.800**
China	1.404.595	1.453.935	1.454.533	32.519.315	33.596.881	33.811.702	23.152	23.108	23.246
Egito	220.110	537.208	571.844	8.576.070	8.639.024	4.204.039	38.963	16.081	7.352
Índia	546.100	596.000	571.700	9.361.800	8.585.800	10.260.600	17.143	14.406	17.948
Turquia	270.000	270.000	300.000	9.854.877	9.945.043	10.985.400	36.500	36.833	36.618
Nigéria	128.000	170.000	265.000	896.000	1.079.000	1.701.000	7.000	6.347	6.419
Estados Unidos	170.860	170.860	162.580	12.257.172	14.185.180	12.575.900	71.738	83.022	77.352
Federação Russa	151.810	136.450	147.700	2.414.860	2.305.900	1.800.000	15.907	16.899	12.187
Irã	147.462	140.000	140.000	5.064.571	5.000.000	5.000.000	34.345	35.714	35.714
Itália	122.192	125.299	115.477	6.351.202	6.530.162	5.976.912	51.977	52.117	51.758
México	126.557	116.726	101.784	2.899.153	3.150.353	2.936.773	22.908	26.989	28.853
Ucrânia	92.300	84.300	80.800	1.751.000	1.269.600	1.492.100	18.971	15.060	18.467
Iraque	65.750	65.000	65.000	1.042.000	830.000	830.000	15.848	12.769	12.769
Cuba	53.044	57.082	62.124	636.000	627.900	575.900	11.990	11.000	9.270
Brasil	58.893	58.404	62.116	3.362.655	3.431.230	3.928.457	57.098	58.750	63.244
Espanha	56.690	54.100	55.300	3.800.552	3.664.100	3.847.800	67.041	67.728	69.580
Uzbequistão	60.470	61.300	54.000	1.583.571	1.680.000	1.930.000	26.188	27.406	35.741
Paquistão	46.239	47.047	53.150	468.146	502.292	536.217	10.124	10.676	10.089
Camarões	52.000	52.000	52.000	420.000	420.000	420.000	8.077	8.077	8.077
Rumênia	49.967	45.950	51.460	834.968	640.785	814.376	16.710	13.945	15.825
Indonésia	53.492	51.523	49.873	629.744	635.474	689.420	11.773	12.334	13.824
Total 20 maiores	**3.876.531**	**4.293.184**	**4.416.441**	**104.723.656**	**106.718.724**	**104.316.596**	**27.015**	**24.858**	**23.620**

Fonte: Fao (julho de 2010).

Panorama da América do Sul

A safra de tomates 2007/08 da América do Sul foi dimensionada pela FAO em 147.062 hectares, área 4,2% superior à safra anterior, que registrou 141.088 hectares. Neste cenário continental, a exemplo das safras anteriores, o Brasil continua apresentando a maior área colhida, 62.118 hectares, representando 42,2% do total colhido. O Chile com 19.500 hectares representa 13,2% desta área, seguido da Argentina e da Colômbia, que representam 12,2% e 11,3%, respectivamente.

A produção dimensionada pela FAO para a safra 2007/08 na América do Sul foi de 7,06 milhões de toneladas, 10,2% maior que o obtido na safra 2006/07 e 11,3% acima do obtido na safra 2005/06. O Brasil permanece como maior produtor do continente, responsável por 55,6% da produção total. O Chile é o segundo maior produtor do continente e detém 17,9% da produção. A Argentina e a Colômbia são os outros dois países produtores que se destacam, representando, respectivamente, 9,6% e 6,9% da safra sul-americana.

A produtividade média do continente, na safra 2007/08, ficou em 48.057 quilos por hectare, representando um incremento de 5,7% em relação à safra imediatamente anterior e de 6,7% em relação à safra 2005/06. O Chile é o país que apresenta o maior rendimento em suas lavouras, com 65.128 quilos por hectare, desempenho idêntico ao obtido na safra anterior. O Brasil, que alcança rendimento de 63.336 quilos por hectare, apresenta a segunda maior produtividade da América do Sul, sendo esta produtividade 6,7%

maior que a obtida na safra anterior e 10,9% maior que a obtida na safra 2005/06. O Uruguai, que apresenta produtividade de 49.111 quilos por hectare, suplantou a Argentina no posto de país com o terceiro melhor rendimento da América do Sul (Tabela 2).

Tabela 2/I. T*omate - Area colhida, produção e rendimento - América do Sul - Safras 2005/06-2007/08*

País	Área colhida (ha)			Produção (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2005/06	2006/07	2007/08	2005/06	2006/07	2007/08	2005/06	2006/07	2007/08
Brasil	58.893	58.404	62.118	3.362.655	3.431.230	3.934.275	57.098	58.750	63.336
Chile	19.000	19.500	19.500	1.250.000	1.270.000	1.270.000	65.789	65.128	65.128
Argentina	17.000	18.000	18.000	670.000	680.000	680.000	39.412	37.778	37.778
Colômbia	16.953	15.783	16736	443.587	474.317	490.929	26.166	30.052	29.334
Venezuela	9.448	9.705	9705	195.944	209.410	209.410	20.739	21.578	21.578
Bolívia	9.117	9.299	9299	126215	124328	124.328	13.844	13.370	13.370
Perú	5.403	5.098	5098	169.715	173.257	173.257	31.411	33.985	33.985
Paraguai	2.620	2.700	2700	88.070	88.500	88.500	33.615	32.778	32.778
Ecuador	3.092	2.652	2568	61.929	70.094	50.552	20.029	26.431	19.685
Uruguai	956	907	810	46.101	41.499	39.780	48.223	45.754	49.111
Guyana	740	350	350	4.032	2.000	2.000	5.449	5.714	5.714
Guyana Fr	130	130	130	3.700	3.700	3.700	28.462	28.462	28.462
Suriname	54	62	48	670	779	627	12.407	12.565	13.063
Total	**143.406**	**142.590**	**147.062**	**6.422.618**	**6.569.114**	**7.067.358**	**44.786**	**46.070**	**48.057**

Fonte: Fao (julho de 2010).

Panorama nacional - Regiões

O cultivo do tomate está presente em todas as regiões do Brasil. Nesta safra 2009/10 os números do IBGE, diferentemente da safra anterior, indicam um forte incremento na área de plantio da hortaliça.

A área plantada totalizou 66.023 hectares, número 12,1% superior à safra imediatamente anterior e 6,3% superior ao registrado na safra 2007/08. A Região Sudeste permanece com a maior área plantada, 22.166 hectares, embora apresente retração de 4%, quando comparada à safra anterior. No Centro-Oeste verificou-se a maior expansão de plantio nesta safra 2009/10, sendo cultivados 19.066 hectares, número 53% maior que o da safra anterior. No Nordeste também se verificou forte incremento na área de plantio, 9,9% em relação à safra 2008/09. A Região Sul plantou mais 6,5% que o plantado na safra anterior, sendo cultivados 9.925 hectares. Na Região Norte observou-se a maior retração de área, 45,5% em relação à safra anterior.

A produção nacional foi positivamente favorecida por esta expansão no plantio e totalizou 4,2 milhões de toneladas, montante 19% maior que o apurado na safra anterior e 7% maior que o obtido na safra 2007/08. A produção da Região Sudeste foi responsável por 35,5% do volume, seguida de perto pelo Centro-Oeste, responsável por 34,9% da safra nacional. Nordeste e Sul são responsáveis por 15,3% e 14,1%, respectivamente. A Região Norte participa com menos de 1% na composição da safra nacional.

O rendimento médio brasileiro situou-se em 63.684 quilos por hectare, 6,18% acima do obtido na safra anterior. A Região Centro-Oeste apresenta o melhor desempenho nacional, com 77.049 quilos por hectare em suas lavouras, embora este número tenha sido 4,17% menor que o apurado na safra anterior. Na Região Sudeste o rendimento das lavouras apresentou incremento de 3,3% em relação à safra passada, situando-se em 67.401 quilos por hectare. No Sul o rendimento apurado foi de 59.671 quilos por hectare, 16,68% maior que em 2008/09. No Nordeste também foi verificado incremento na produtividade média, 7,97% (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3/I. *Tomate - Área plantada, produção e rendimento médio - Brasil e regiões - Safras 2007/08-2009/10*

Região/	Área plantada (ha)			Produção (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
País	2007/08	2008/09	209/10	2007/08	2008/09	2009/10	2007/08	2008/09	2009/10
Brasil	**62.116**	**58.922**	**66.023**	**3.928.457**	**3.534.040**	**4.204.638**	**63.244**	**59.978**	**63.684**
Sudeste	23.066	23.080	22.166	1.559.313	1.505.887	1.494.018	67.602	65.246	67.401
Nordeste	13.222	12.991	14.282	567.291	541.040	642.241	42.905	41.647	44.969
Centro Oeste	15.462	12.463	19.066	1.273.721	1.002.081	1.469.018	82.378	80.404	77.049
Sul	9.336	9.317	9.925	518.096	476.482	592.236	55.494	51.141	59.671
Norte	1.030	1.071	584	10.036	8.550	6.427	9.744	7.983	11.005

Fonte: IBGE.

Tabela 4/I. *Tomate - Participação (%)sobre a área colhida e produção - Regiões brasileiras - Safras 2007/08-2009/10*

Região	Área colhida (ha)			Produção (t)		
	2007/08	2008/09	2009/10	2007/08	2008/09	2009/10
Norte	1,7	1,8	0,0	0,3	0,2	0,0
Sul	15,0	15,8	15,0	13,2	13,5	14,2
Sudeste	37,1	39,2	34,0	39,7	42,6	35,5
Centro-Oeste	24,9	21,2	29,0	32,4	28,4	35,0
Nordeste	21,3	22,0	22,0	14,4	15,3	15,3

Fonte: IBGE.

Panorama nacional

A safra nacional de tomates, embora contenha números em todas as regiões, não está presente em alguns estados da federação. Acre, Alagoas, Pará, Piauí, Amapá, Rondônia e Tocantins não constam nas estatísticas.

A safra nacional 2009/10 totalizou 66.023 hectares, área 12,1% superior a safra 2008/09 e 6,3% maior que a safra 2007/08. Fortes incrementos estaduais tiveram participação decisiva para que se atingisse este expressivo número. Goiás teve sua área de plantio aumentada em 56,8% quando comparada à safra anterior. Santa Catarina e Bahia plantaram 23,3% e 18,2% mais. Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Maranhão também apresentaram índices de expansão de área expressivos, porém, sobre áreas menores. Apresentaram retração de área Amazonas (menos 78,3% sobre uma área de 622 ha), Sergipe (menos 3,7% sobre 321 ha), Mato Grosso do Sul recuo de 2,7% sobre 74 hectares, Pernambuco 1,1% menos sobre 3.346 hectares, Rio Grande do Sul, menos 0,5% sobre 2.397 hectares e São Paulo, este sim um recuo expressivo de 9,4% sobre uma área de 11.210 hectares.

Parte I

A produção nacional totalizou nesta safra 4.204.638 toneladas, volume 19% maior que o obtido na safra imediatamente anterior, e 7% maior que o alcançado na safra 2007/08. Goiás com uma produção de 1.405.996 toneladas, montante, 49,7% maior que o produzido na safra anterior, é o maior produtor nacional, sendo responsável por 33,4% da safra nacional. São Paulo, embora tenha apresentado recuo de 4,9% sobre a produção obtida na safra anterior, é o segundo maior produtor nacional com 672.030 toneladas respondendo por 15,9% da safra brasileira. Minas Gerais, Bahia e Paraná apresentaram incremento de 4,4%, 41,3% e 15,4% em relação à safra anterior, passando a significar 11,8%, 7,4% e 7,1% respectivamente, da safra nacional. Outros estados apresentaram crescimento significativo na produção nesta safra. Santa Catarina mais 71,1%, e Rio Grande Norte mais 60,2%. Entre os estados com maior participação na safra nacional, o único a apresentar recuo na produção foi São Paulo, -4,9%, os outros decréscimos se deram no Rio de Janeiro, - 0,4%, no Rio Grande do Sul, - 0,1%, Amazonas, - 67,1% (sobre uma produção de 3.162 toneladas), e no Sergipe, - 8,9%.

O rendimento médio da safra nacional 2009/10 atingiu 63.684 quilos por hectare, 6,2% superior à safra anterior e 0,7% maior que o obtido na safra 2007/08. O Distrito Federal continua apresentando o maior rendimento, 81.319 quilos por hectare, número praticamente idêntico ao da safra anterior. Entre os estados, Goiás apresentou a maior produtividade nacional, 77.641 quilos por hectare, embora apresentando recuo de 4,5% na sua produção quando comparada a safra anterior. Rio de Janeiro, Espírito Santo e Santa Catarina, com produtividades de 77.304 quilos por hectare, 67.891 quilos por hectare, e 66.694 quilos por hectare, respectivamente, completam a lista dos estados com melhor desempenho por área (Tabela 5).

Tabela 5/I. *Tomate - Área plantada, produção e rendimento médio - Brasil e principais estados - Safras 2007/08-2009/10*

Brasil/estado	Área plantada (ha)			Quantidade produzida (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2007/08	2008/09	2009/10	2007/08	2008/09	2009/10	2007/08	2008/09	2009/10
Brasil	**62.116**	**58.922**	**66.023**	**3.928.457**	**3.534.040**	**4.204.638**	**63.244**	**59.978**	**63.684**
Goiás	14.920	11.550	18.109	1.246.325	939.043	1.405.996	83.534	81.302	77.641
São Paulo	11.210	11.210	10.160	769.600	706.847	672.030	68.653	63.055	66.145
Minas Gerais	7.376	7.246	7.326	460.997	457.783	477.921	62.500	63.177	65.236
Bahia	5.743	5.664	6.694	256.158	223.197	315.430	44.604	39.406	47.121
Paraná	4.667	4.701	4.804	289.630	260.672	300.716	62.059	55.450	62.597
Pernambuco	3.544	3.346	3.310	152.987	156.402	157.193	43.168	46.743	47.490
Rio de Janeiro	2.714	2.794	2.798	208.185	217.107	216.297	76.708	77.705	77.304
Santa Catarina	2.219	2.219	2.736	117.892	106.636	182.475	53.128	48.056	66.694
Rio Grande do sul	2.450	2.397	2.385	110.574	109.174	109.045	45.132	45.546	45.721
Ceará	2.057	2.153	2.174	106.418	111.486	112.119	51.735	51.782	51.573
Espírito Santo	1.766	1.830	1.882	120.531	124.150	127.770	68.251	67.842	67.891
Paraíba	896	894	922	30.289	29.671	30.053	33.805	33.189	32.595
Distrito Federal	265	683	684	17.794	55.569	55.622	67.147	81.360	81.319
Rio Grande do Norte	413	372	491	11.096	10.075	16.142	26.867	27.083	32.876
Roraima	439	449	449	5.268	5.388	5.268	12.000	12.000	11.733
Sergipe	321	321	309	5.286	5.370	4.891	16.467	16.729	15.828
Maranhão	248	241	282	5.057	4.839	6.413	20.391	20.079	22.741
Mato Grosso	179	156	201	4.128	3.850	4.497	23.061	24.679	22.373
Amazonas	591	622	135	4.768	3.162	1.039	8.068	5.084	7.696
Mato Grosso do Sul	98	74	72	5.474	3.619	3.721	55.857	48.905	51.681

Fonte: IBGE.

Panorama catarinense

Os números do IBGE para a safra catarinense 2008/09 de tomates totalizaram 2.736 hectares de área plantada. Quando comparada à safra imediatamente anterior, esta área mostra-se 23,3% maior. Se comparada à safra 2006/07 o aumento na área de plantio corresponde a 18,5%. Esse incremento de plantio contribuiu para que o Estado passasse a deter 4,14% da área plantada nacionalmente e atingisse a oitava maior área cultivada com tomates no País.

No que tange à quantidade produzida, a safra 2008/09 totalizou 182.475 toneladas, 54,8% maior que o apurado na safra anterior e 33,4% maior que o obtido na safra 2006/07. Este incremento de produção colocou Santa Catarina na condição de sétimo maior produtor nacional nesta safra, ante a décima primeira colocação na safra imediatamente anterior.

O rendimento médio das lavouras catarinenses apresentou evolução de 25,5% quando comparado com o da safra anterior, totalizando 66.694 quilos por hectare. Em relação à safra 2006/07, o ganho de produtividade foi de 12,6%. Campos de Lages, a exemplo das safras anteriores, consolidou sua condição de deter as lavouras mais produtivas do Estado, com rendimento médio de 91.944 quilos por hectare, 37,8% superior à média estadual.

Analisando-se a safra catarinense a partir das microrregiões geográficas, Joaçaba permanece como o principal centro produtor. Nesta safra 2008/09 a área plantada foi de 1.389 hectares, 35% mais que a plantada na safra anterior. A produção de 111.624 toneladas também apresentou significativo incremento, 112,8%. O rendimento médio situou-se em 80.363 quilos por hectare, 57,6% mais que o apurado em 2007/08.

A microrregião geográfica de Tabuleiro manteve-se como segundo polo produtor do Estado, plantando 406 hectares, área 3,6% menor que a da safra anterior. A produção, fortemente afetada pelas condições climáticas (excesso de chuvas), ficou reduzida a 15.945 toneladas, recuando 34% em relação ao ano anterior. Reflexo direto do desempenho das lavouras, o rendimento médio recuou 31,5%, dimensionado em 39.273 quilos por hectare.

A microrregião geográfica de Florianópolis, que tem uma área plantada de 306 hectares, apresentou incremento de 48,5% em relação à safra passada, porém, aquém ainda, 24,6% do plantado na safra 2006/07, safra esta, também duramente afetada pelas chuvas de novembro. A produção de 14.146 toneladas embora 46,3% maior que o da safra anterior é 37,7% menor que o obtido na safra 2006/07. O rendimento médio de 46.229 quilos por hectare é praticamente idêntico ao da safra anterior, entretanto, 17,3% menor que o obtido em 2006/07.

A microrregião de Campos de Lages segue incrementando sua área de plantio ano a ano destacando-se como um forte centro produtor regional. Nesta safra plantou 231 hectares, 17,3% mais que na safra anterior. A quantidade produzida atingiu 21.239 toneladas, 55,1% acima do obtido em 2007/08. O rendimento médio de 91.944 quilos por hectare, apresentando variação positiva de 32,3% em relação à safra anterior, consolidou

a microrregião que, embora conte apenas com a quarta maior área plantada, como a segunda em produção.

Estas quatro microrregiões somam juntas 85,2% da área plantada e 92,0% da produção obtida no Estado. As demais microrregiões, embora cultivem a hortaliça, não representam, ainda, dimensão econômica significativa (Tabela 6).

Tabela 6/I. *Tomate - Área plantada, quantidade produzida e rendimento médio - Santa Catarina e microrregiões geográficas - Safras 2006/07-2008/09*

SC/MRG	Área plantada (ha)			Quantidade produzida (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2006/07	2007/08	2008/09	2006/07	2007/08	2008/09	2006/07	2007/08	2008/09
Santa Catarina	**2.308**	**2.219**	**2.736**	**136.764**	**117.892**	**182.475**	**59.256**	**53.128**	**66.694**
Joaçaba	1.026	1.029	1389	65.070	52.454	111624	63.421	50.976	80.363
Tabuleiro	446	421	406	26.145	24.145	15945	58.621	57.352	39.273
Florianópolis	406	206	306	22.705	9.671	14146	55.924	46.947	46.229
Campos de Lages	79	197	231	5.405	13.691	21239	68.418	69.497	91.944
Canoinhas	36	36	86	2.070	2.070	5070	57.500	57.500	58.953
Tubarão	58	58	53	3.638	3.638	3289	62.724	62.724	62.057
Ituporanga	50	50	37	2.800	2.800	1795	56.000	56.000	48.514
Rio do Sul	29	33	37	1.510	1.710	1870	52.069	51.818	50.541
Tijucas	35	35	35	2.100	1.680	1680	60.000	48.000	48.000
Curitibanos	34	34	34	1.310	1.310	1360	38.529	38.529	40.000
Blumenau	27	30	30	1.000	1.105	1115	37.037	36.833	37.167
Chapecó	27	26	29	827	1.014	1083	30.630	39.000	37.345
Criciúma	21	24	19	780	945	570	37.143	39.375	30.000
Xanxerê	10	12	17	295	375	515	29.500	31.250	30.294
Concórdia	9	9	10	435	425	395	48.333	47.222	39.500
São Bento do Sul	7	10	8	280	400	320	40.000	40.000	40.000
Itajaí	4	5	5	260	325	325	65.000	65.000	65.000
Joinville	4	4	4	134	134	134	33.500	33.500	33.500

Fonte: IBGE.

Panorama municipal

O município de Caçador, a exemplo de safras anteriores, permanece como grande plantador individual de tomates do Estado. Nesta safra a área plantada atingiu 1000 hectares, 25% a mais que na safra imediatamente anterior. Águas Mornas repetiu a área plantada em 2007/08, e permanece com 200 hectares plantados, a segunda maior área no Estado. Lebon Régis, plantando 166 hectares, detém a terceira maior área de plantio, seguidos pelos municípios de Urubici e Santo Amaro da Imperatriz, que plantaram 150 hectares, respectivamente. Entre estes municípios produtores, o maior incremento de área plantada deu-se em Santo Amaro da Imperatriz, 200%, seguido de Lebon Régis com 107,5%, e Urubici, com cerca de 25%.

Com um crescimento de 110,4% na sua produção, Caçador atingiu 85.000 toneladas, ampliando sua participação sobre a safra estadual, que era de 34,2%, para 47,5%. Urubici, Santo Amaro da Imperatriz, Rancho Queimado e Rio das Antas são os demais municípios que apresentam produção significativa, representando 8,3%, 3,8%, 3,6% e 3,5%, respectivamente (Tabela 7).

Tabela 7/I. *Área plantada e quantidade produzida - Principais municípios produtores - Santa Catarina - Safras 2006/07-2008/09*

Município	Área plantada (ha)			Quantidade produzida (t)		
	2006/07	2007/08	2008/09	2006/07	2007/08	2008/09
Santa Catarina	**2.308**	**2.219**	**2.695**	**136.764**	**117.892**	**178.639**
Caçador	900	800	1.000	58.500	40.400	85.000
Aguas Mornas	200	200	200	10.000	10.000	2.000
Lebon Regis	50	80	166	2.500	4.000	720
Urubici	-	120	150	-	8.400	15.000
Santo Amaro da Imperatriz	150	50	150	9.750	2.275	6.750
Anitápolis	140	140	100	7.700	7.700	5.500
Rio das Antas	-	50	90	-	2.750	6.300
Rancho Queimado	80	80	80	6.400	6.400	6.400
Bom Retiro	60	60	60	4.800	4.800	4.800
Macieira	30	60	60	1.500	3.000	3.960
São Pedro de Alcântara	48	48	48	2.880	2.880	2.880
Palhoça	180	80	40	9.000	3.600	900
Angelina	35	35	35	2.100	1.680	1.680
Ituporanga	30	30	15	1.800	1.800	825
Frei Rogério	25	25	15	1.000	1.000	45

Fonte IBGE.

Mercado catarinense

Em 2009, os meses de melhor remuneração ao produtor foram maio, novembro e dezembro. Os meses de menor remuneração foram fevereiro, março e abril. Em relação à safra anterior a remuneração média recebida pelo produtor foi 14,0% menor. As cotações no primeiro semestre de 2010 mostram um comportamento diferente em relação aos preços negociados ao produtor. A média deste período já é 29,6% maior que os preços recebidos no ano anterior.

No atacado, a variação de preços acompanhou o mercado do produtor com cotação 14,9% menor que a média da safra anterior. Já com relação ao primeiro semestre de 2010 a variação de preços em relação ao ano anterior é de 31,2% (Tabela 8, Figura 1).

Mercado internacional

O mercado internacional para o tomate e seus derivados é bastante amplo, entretanto o volume da produção nacional destinado à exportação é considerado pouco expressivo. A garantia de produção o ano todo no território nacional e as diferentes formas de transformação e preparação do produto para a exportação ainda não se converteram em fatores que pudessem ampliar o comércio internacional deste segmento.

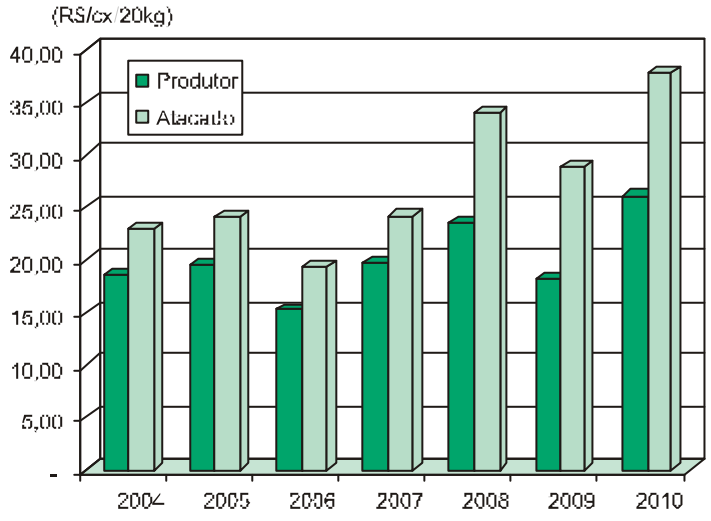
O comportamento das vendas brasileiras de tomate e seus derivados para o mercado internacional é demonstrado na Tabela 9.

Tabela 8/I. *Tomate - Preços médios mensais recebidos pelos produtores e no atacado - Santa Catarina - 2004-10*

(R$/cx/20kg)

Mês	Produtor							Atacado						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Janeiro	14,25	13,05	14,30	...	14,47	21,10	23,04	13,30	15,74	22,30	...	23,98	30,77	35,94
Fevereiro	12,13	13,24	7,88	24,40	9,31	14,62	23,04	15,93	16,88	11,65	30,53	20,12	26,33	38,53
Março	10,00	14,05	10,26	31,36	20,48	14,83	33,17	13,23	17,20	13,58	37,14	29,41	27,01	47,76
Abril	8,37	17,33	21,88	21,39	22,93	15,26	28,11	10,84	21,42	26,82	27,61	34,53	26,08	40,20
Maio	21,29	23,40	16,45	17,77	30,46	22,07	23,50	25,52	27,70	20,05	21,41	42,45	30,39	30,43
Junho	24,55	19,38	10,50	15,84	33,49	21,88	26,17	30,45	23,91	13,40	19,89	41,72	32,66	34,35
Julho	24,00	21,40	10,48	15,00	34,87	16,33		29,05	26,25	14,38	19,05	49,04	21,51	
Agosto	30,73	17,77	10,36	19,78	17,58	21,77		39,86	21,43	14,22	23,96	31,54	36,95	
Setembro	27,20	18,20	16,58	22,05	18,18	20,19		33,25	24,14	20,58	26,00	26,88	22,59	
Outubro	21,16	20,16	23,75	21,73	19,07	20,19		25,95	24,11	27,10	25,95	26,63	23,64	
Novembro	17,42	30,72	23,61	12,94	26,23	31,01		21,42	37,50	28,16	16,37	35,05	38,84	
Dezembro	12,40	26,13	17,00	14,40	34,64	23,04		15,53	31,56	20,20	17,33	45,43	28,72	
Preço médio	**18,63**	**19,57**	**15,25**	**19,72**	**23,47**	**20,19**	**26,17**	**22,86**	**24,00**	**19,33**	**24,09**	**33,90**	**28,87**	**37,87**

Fonte: Epagri/Cepa.



Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 1/I. T*omate - Preços médios anuais, produtor e atacado - Santa Catarina - 2004-junho/10*

Tabela 9/I. *Tomate - Exportações brasileiras - 2008-junho/10*

Tomate e derivados	Quantidade (t)			US$ 1,00		
	2008	2009	2010[1]	2008	2009	2010[1]
Tomates inteiros ou pedaços, preparados ou conservados	203,2	214,2	141,0	284.56	1241.745	219.174
Sucos de tomates	122,5	-	141,2	-	-	-
Outros tomates prep., conserv. , exc em vinagre, ac acético	8.389,1	5.256,5	3.330,3	10.491.781	6.273.799	4.323.656
Tomates frescos ou refrigerados	2.018,4	1.891,9	-	525.040	542.060	
Ketcchup e outros molhos de tomate	1.579,0	1.309,9	632,5	2.364.238	1.862.846	1.018.508
Outros ketcchup e molhos de tomate preparados	1.062,1	893,3	492,7	1.148.714	825.286	518.919
Total	**13.374,3**	**9.565,8**	**4.737,7**	**14.955.510**	**9.745.736**	**6.080.257**

Fonte: MDIC/Secex (http//:aliceweb.desenvolvimento.gov.br).

Evandro Uberdan Anater - Técnico agrícola - Licenciado em Estudos sociais - Epagri/Cepa/Joaçaba -
e-mail - anater@epagri.sc.gov.br - Tel. 49 3521.2589

Parte I

Trigo[1]

Produção e comércio mundial

O último recorde mundial de produção de trigo havia ocorrido na safra 2004/05, que totalizou 626,63 milhões de toneladas. Este recorde foi quebrado na safra 2008/09 que, segundo o USDA, ficou em 683,26 milhões de toneladas, ou seja, uma produção 8,9% maior que a do recorde anterior. Foi, até hoje, a maior safra da história (Tabela 1).

A safra mundial de trigo em 2009/10 teve resultado semelhante, alcançando 680,3 milhões de toneladas, uma queda de apenas 0,5% em relação ao recorde anterior. Os países que mais contribuíram para este resultado foram, em ordem de importância, o Cazaquistão (35,5% de aumento na sua produção), o Paquistão (aumento de 14,6%) e a Austrália (5% de aumento).

Por outro lado, alguns países reduziram significativamente suas produções, como é o caso da Ucrânia, cuja produção caiu 19,3% na safra 2009/10 em relação à safra 2008/09. Além da Ucrânia, os Estados Unidos e a União Europeia também tiveram declínio em suas produções, de 11,3% e 8,5% a menos, respectivamente (Tabela 1). O clima e os baixos preços do trigo fizeram com que a área semeada diminuísse na Europa central e oriental.

Tabela 1/I. *Trigo - Produção mundial e dos principais países produtores - Safras 2006/07-2010/11*

(milhões t)

Discriminação	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10[1]	2010/11[2]
União Européia	124,84	120,13	151,11	138,20	137,51
China	108,47	109,30	112,46	115,00	114,50
Índia	69,35	75,81	78,57	80,68	80,71
Estados Unidos	49,32	55,82	68,02	60,31	61,64
Rússia	44,90	49,40	63,70	61,70	45,00
Canadá	25,27	20,05	28,61	26,50	20,50
Austrália	10,82	13,57	21,42	22,50	23,00
Paquistão	21,28	23,30	20,96	24,03	22,60
Ucrânia	14,00	13,90	25,90	20,90	17,00
Argentina	15,20	18,60	10,10	9,60	12,00
Cazaquistão	13,50	16,45	12,55	17,00	11,50
Outros	99,32	94,69	89,86	103,88	99,77
Mundial	**596,27**	**611,02**	**683,26**	**680,30**	**645,73**

[1]Estimado.
[2]Projetado em agosto/10.
Fonte: Usda (agosto/08 e agosto/10).

De acordo com o calendário agrícola no Hemisfério Norte, o plantio do trigo de inverno, que corresponde a cerca de 70% do trigo mundial, é realizado nos meses de agosto a novembro. Embora ainda seja muito cedo para se fazer estimativas de produção, o USDA alerta que entre 2009/10 e 2010/11 deve haver uma redução na produção mundial de trigo: 18,8 milhões de toneladas a menos, o que equivale a uma queda de 2,8% (Tabela 1).

A principal razão para essa queda está relacionada ao clima. É comum acontecer, após um fenômeno El Niño, como neste ano (2010), um aumento das temperaturas e

[1] Para este artigo, além de informações da autora, foram utilizadas as seguintes fontes:
Conab. Acompanhamento da Safra Brasileira. Diversos Levantamentos de 11°. levantamento. Agosto/2009 a 11°. levantamento agosto/2010.
Conab. Perspectivas de preços dos grãos para 2009: tendências.
IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Junho/10.
IGC. Grain Market Report. 25/06/2009.
Boletins diários CMA.
www.fao.org
www.usda.gov
www.cepea.esalq.usp.br
Jornais diversos e internet.

escassez hídrica em boa parte das principais regiões de produção dos Estados Unidos justamente em agosto, no momento mais importante para a definição da produtividade agrícola daquele país.

Para agravar ainda mais a situação, a Rússia está enfrentando um período de queimadas e altas temperaturas nunca vistas e, por conta disso, as projeções de produção de grãos se tornam cada vez mais pessimistas. Tanto que no final de julho/2010 o governo russo suspendeu as exportações de grãos até dezembro. Foi o que bastou para os preços internacionais do cereal dispararem.

A região do Mar Negro (produtora de trigo), que envolve a Rússia, a Ucrânia e o Cazaquistão é exemplar. Com produção recorde nos últimos dois anos (cerca de 140 milhões de toneladas em uma safra mundial estimada em 680 milhões), neste ano já se estima uma queda na produção que deverá ficar entre 80 e 90 milhões de toneladas, apenas. No ciclo 2009/10, esses países foram responsáveis pela exportação de 35 milhões de toneladas de trigo, ou seja, 27% de todo o volume comercializado mundialmente.

Por outro lado, em função dos preços pouco atrativos, está prevista uma redução nas áreas plantadas no inverno nos Estados Unidos para o menor número já registrado desde a década de 1970. Esta queda nos preços tem motivado os produtores americanos a trocarem áreas cultivadas com trigo pela soja e pelo milho.

Entre os principais países produtores, somente a Argentina e a União Europeia devem ter aumento em suas produções, de 25% e 2,6%, respectivamente. Todos os outros terão produções menores. A maior redução esperada é do Canadá, que pode chegar a –22,6%, seguida do Cazaquistão (-17,6%), em função das condições adversas do clima (seca e temperaturas elevadas).

A demanda mundial por trigo é e continuará sendo grande. O rendimento médio das lavouras do cereal no mundo está em torno de 2,8 toneladas por hectare. Para que pudesse acompanhar o aumento da demanda, esse rendimento deveria praticamente dobrar, chegando a 4,4 toneladas por hectare até 2025. Isto significa uma elevação no rendimento médio de 80kg por hectare a cada ano.

Contudo, o que se viu entre 1995 e 2005 foi um incremento anual do rendimento médio de 23 quilos por hectare. Ou seja, se a área plantada com o cereal não tiver um aumento significativo, a produção será insuficiente para atender a demanda.

O nível de estoques mundiais está apresentado na Tabela 2. Se a estimativa do USDA se confirmar, o mundo deve encerrar a temporada 2009/10 com 194 milhões de toneladas em estoque de passagem, ou seja, um recorde. Tal cifra representa um aumento de 27,9 milhões de toneladas (ou de 17%) em

Tabela 2/I. *Trigo - Balanço de oferta e demanda - Mundo - Safras 2006/07-2010/11*

(milhões t)

Discriminação	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10[1]	2010/11[2]
Estoque inicial	147,76	128,94	124,87	165,51	193,97
Produção	595,62	611,02	683,26	680,3	645,73
Consumo	615,19	617,3	642,62	651,84	664,94
Estoque final	128,94	124,87	165,51	193,97	174,76

[1]Estimado.
[2]Projetado em agosto/10.
Fonte: Usda (ago./10).

relação à temporada anterior (2008/09). Esse número equivale a 29,6% do consumo mundial, um valor considerável, o maior desde a temporada 2001/02, e traz consigo uma tranquilidade para o mercado consumidor. Tal cifra se deve fundamentalmente aos estoques iniciais da temporada, já que a produção teve um ligeiro declínio de 0,5%.

Para a safra 2010/11, em função de existir uma previsão de queda na produção e aumento de consumo, os estoques mundiais de trigo devem cair cerca de 10%, devendo chegar a 174,8 milhões de toneladas (Tabela 2).

Os maiores consumidores mundiais de trigo, no período 2003-2007, estão na Tabela 3. A China é o maior consumidor mundial, seguida de perto pela Índia e mais de longe pelos Estados Unidos. Os consumos desses três países foram, em 2007, respectivamente: 90.141, 70.118 e 26.181 mil toneladas. Os dez maiores consumidores de trigo respondem por cerca de 64% do consumo mundial do cereal.

Tabela 3/I. *Trigo - Consumo no mundo - 2003-07*

(t)

País	2003	2004	2005	2006	2007
China	91.559.063	91.353.944	91.034.326	91.159.042	90.140.876
India	71.670.603	68.159.743	65.011.392	70.330.678	70.118.147
Estados Unidos	24.801.296	24.510.600	24.841.791	25.488.575	26.181.498
Rússia	19.120.098	18.800.718	19.110.587	18.964.895	19.002.494
Paquistão	17.021.693	17.501.400	16.858.193	17.737.905	18.378.430
Turquia	13.159.588	13.531.951	13.047.331	13.942.403	13.946.096
Irã	10.946.656	11.464.292	11.134.431	10.864.902	11.003.717
Egito	9.499.703	9.861.812	10.725.561	10.796.740	10.936.914
Brasil	**9.717.218**	**9.317.642**	**9.636.191**	**9.822.546**	**10.160.338**
Itália	8.685.073	8.720.245	8.703.089	8.631.222	8.642.472
Subtotal	276.180.990	273.222.347	270.102.892	277.738.909	278.510.984
Total Mundial	**426.084.484**	**425.560.319**	**425.791.470**	**433.158.947**	**433.882.596**

Fonte: FAO. FAOSTAT. FAO Statistics Division 2010, 09 August 2010.

O Brasil é o nono maior consumidor mundial de trigo, bem como o segundo país que, em termos percentuais, mais aumentou seu consumo entre 2006 e 2007 (3,4%), ficando atrás apenas do Paquistão (3,6%). O consumo mundial ficou praticamente inalterado, pois os dois maiores consumidores, China e Índia, tiveram queda de consumo neste período.

Na Tabela 4 está colocado o consumo per cápita de trigo no mundo, segundo os países. No Brasil consumimos cerca de 53kg per cápita por ano, contra 220kg no Azerbaijão, que é o campeão neste quesito. No mundo, em média, o consumo é de 66kg por ano, acima do consumo nacional. Segundo o USDA, a demanda mundial de trigo deve aumentar 50% nos próximos 30 anos.

Tabela 4/I. *Trigo - Consumo per cápita no mundo - 2003-07*

(kg/per capita/ano)

País	2003	2004	2005	2006	2007
Azerbaijão	203	218	217	218	220
Emirados Árabes	168	213	230	194	204
Tunísia	198	194	203	196	202
Turquemenistão	193	195	195	195	196
Turquia	190	193	183	193	191
Argélia	201	197	196	183	184
Cazaquistão	154	157	163	180	179
Uzbequistão	166	166	171	169	174
Líbia	172	168	170	177	170
Malta	150	154	158	155	166
Brasil	**54**	**51**	**52**	**52**	**53**
Mundo	**68**	**67**	**66**	**67**	**66**

Fonte: FAOSTAT, FAO Statistics Division 2010, 8 July 2010.

É importante notar que no caso do trigo, ao contrário de outras *commodities*, a oferta no comércio mundial é menos concentrada. Os seis maiores exportadores, tomando-se por base o ano de 2007, somam 73,5% do total negociado no mundo, sendo que nenhum deles possui *market share* superior a 23%, individualmente (Tabela 5). Já no caso de soja, a participação relativa dos cinco maiores chega a 98% do mercado, com predominância de dois exportadores (Brasil e EUA). Assim como no milho, o grupo dos cinco maiores

detém 93% do comércio total, com predomínio dos EUA. A dispersão na oferta representa outro fator de redução da volatilidade de preço nos mercados.

O volume exportado no mundo chegou a 147,7 milhões de toneladas em 2007, ou seja, 5,8% a mais do que o ano anterior, que foi 139,6 milhões de toneladas (Tabela 5). Este volume é o maior dos últimos anos. Dentre os principais exportadores em 2007, percebe-se aumento nas exportações da China (101,5% ou 1,7 milhão de toneladas a mais), Rússia (48,7% ou 4,8 milhões de toneladas) e Cazaquistão (42,5% ou 2,4 milhões de toneladas). A maior queda nas exportações foi na Alemanha (-21,3% ou 1,5 milhão de toneladas a menos).

Tabela 5/I. *Trigo e derivados*[1] *- Principais países exportadores - 2003-07*

País	2003		2004		2005		2006		2007	
	Mil t	US$1.000	Mil t	US$1.000	Mil t	US$1.000	Mil t	US$1.000	Mil t	US$1.000
Estados Unidos	25.863	4.042.706	31.950	5.255.273	27.445	4.437.981	23.634	4.284.771	33.442	8.480.380
Canadá	12.017	2.103.488	15.451	2.778.270	14.239	2.319.126	18.839	3.316.439	17.863	4.465.629
França	17.600	2.550.465	15.970	2.797.107	17.075	2.588.487	17.681	2.917.266	15.451	3.852.926
Austrália	9.770	1.621.151	18.838	3.165.613	14.275	2.350.325	15.312	2.610.514	14.980	3.968.774
Rússia	7.992	829.219	4.860	570.762	10.644	1.177.919	9.970	1.413.211	14.830	3.703.057
Argentina	6.200	946.313	10.025	1.374.602	10.460	1.286.491	9.924	1.510.807	10.878	2.270.586
Kazaquistão	5.867	580.100	3.325	483.915	3.194	362.090	5.754	695.107	8.199	1.509.733
Alemanha	5.287	835.875	4.719	895.902	5.286	846.299	6.898	1.164.087	5.432	1.389.864
China	2.628	327.391	1.215	192.348	746	126.065	1.672	261.426	3.369	695.224
Reino Unido	3.817	512.665	2.664	416.948	2.665	410.787	2.296	399.254	2.114	536.802
Subtotal	97.040	14.349.373	109.017	17.930.740	106.029	15.905.570	111.982	18.572.882	126.556	30.872.975
Outros Países	24.811	3.654.592	20.869	3.589.140	28.334	4.129.078	27.609	4.298.654	21.174	5.528.652
Total Mundial	**121.850**	**18.003.965**	**129.886**	**21.519.880**	**134.363**	**20.034.648**	**139.591**	**22.871.536**	**147.731**	**36.401.627**

[1]Inclui farinha.
Fonte: FAO. FAOSTAT. FAO Statistics Division 2010, 24 June 2010.

Da mesma forma que nas exportações, os importadores mundiais de trigo são muitos, como pode ser visto na Tabela 6. Os países que mais importaram em 2007, como a Itália, o Brasil e a Índia, não respondem nem por 6%, individualmente, do volume mundial. Para

Tabela 6/I. *Trigo derivados*[1] *- Principais países importadores - 2003-07*

País	2003		2004		2005		2006		2007	
	1.000 t	US$1.000	1.000 t	US$1.000	1.000 t	US$1.000	1.000 t	US$1.000	1.000 t	US$1.000
Estados Unidos	25.863	4.042.706	31.950	5.255.273	27.445	4.437.981	23.634	4.284.771	33.442	8.480.380
Brasil	6.664	1.019.334	4.913	852.513	5.049	659.809	6.736	1.171.861	7.528	1.574.031
Itália	7.046	1.213.276	6.522	1.277.684	6.775	1.184.190	7.188	1.358.727	6.292	1.833.605
Egito	4.063	607.433	4.373	728.895	5.790	936.881	5.830	969.436	5.911	1.566.683
Países Baixos	3.791	475.148	3.826	661.876	3.641	555.556	4.390	731.906	5.290	1.259.997
Japão	5.248	1.091.436	5.492	1.276.371	5.475	1.231.836	5.340	1.282.161	5.278	1.634.006
Argélia	5.193	879.979	5.111	1.048.146	5.684	1.031.530	4.967	997.181	4.863	1.388.626
Espanha	3.919	610.563	4.409	759.748	7.553	1.168.018	5.552	885.113	3.829	1.015.829
Bélgica	3.764	580.286	3.332	597.920	3.707	573.345	3.779	635.096	3.744	1.018.176
Marrocos	2.142	384.956	2.649	558.407	2.636	469.646	1.830	352.573	3.690	1.128.046
Indonésia	3.979	655.323	4.973	920.532	5.092	927.048	5.330	959.318	3.423	1.361.863
Subtotal	45.809	7.517.734	45.599	8.682.092	51.402	8.737.859	50.942	9.343.372	49.847	13.780.862
Outros países	76.001	12.427.754	82.216	15.343.629	83.737	14.612.828	86.415	16.233.296	84.046	22.347.481
Total mundial	**121.811**	**19.945.488**	**127.815**	**24.025.721**	**135.139**	**23.350.687**	**137.357**	**25.576.668**	**133.892**	**36.128.343**

[1]Inclui farinha.
Fonte: FAO. FAOSTAT. FAO Statistics Division 2010, 24 June 2010.

se alcançar 37% das importações mundiais, são necessários cerca de dez países. A pulverização na demanda é mais um fator que dificulta preços abusivos no mercado.

O Brasil, que em 2005 ocupava a sétima posição no ranking mundial de importadores, com cerca de 5 milhões de toneladas importadas, saltou em 2007 para a segunda posição, com um volume importado de 7,5 milhões de toneladas, um aumento de 49,1% em relação a 2005.

Dos principais importadores o maior crescimento se deu em Marrocos (101,6%). Na sequência aparecem os Países Baixos (20,5%) e o Brasil (11,8%). A Espanha, por outro lado, diminuiu suas importações em cerca de 31%, ou 1,9 milhões de toneladas a menos em 2007, quando comparado a 2006. Outras reduções importantes aconteceram na Indonésia (-35,8%) e na Itália (-12,5%).

Produção e comércio nacional

O trigo, no Brasil, compõe uma cadeia produtiva que movimenta cerca de R$ 18 bilhões, anualmente. Os segmentos que trabalham com o cereal geram um milhão de empregos e arrecadam, por ano, R$ 5,2 bilhões em taxas e impostos. A indústria de derivados do trigo é uma das cinco mais importantes da área de produtos alimentares.

A safra do trigo no País inicia-se no mês de abril, com os primeiros plantios ocorrendo nos Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e nas áreas irrigadas de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal. O encerramento verifica-se no Rio Grande do Sul, no sul do Paraná e em Santa Catarina, no mês de junho, podendo se estender até meados de julho. Já a colheita começa a ser feita no mês de agosto e se estende até o final de dezembro de cada ano.

Esta cultura precisa de climas diferenciados conforme o ciclo em que se encontra. Na fase inicial as temperaturas baixas são ideais, suportando bem as geadas moderadas que ajudam a completar o ciclo vegetativo. Na fase de floração e granação, o clima deve ser de baixa umidade e temperaturas mais elevadas, o que auxilia no controle de doenças e favorece a qualidade do grão a ser colhido.

Após uma desastrosa produção na safra 2006/07, quando houve uma queda de 46,7% na produção brasileira de trigo (ou 2,2 milhões de toneladas a menos) em relação à safra 2005/06, segundo o IBGE (Tabela 7), as safras seguintes foram maiores: 4.089 mil toneladas (2007/08), 5.886 mil toneladas (2008/09), caindo novamente em 2009/10 para 4.965 mil toneladas, e voltando a se recuperar em 2010/11 (5.246 mil toneladas).

Por volta de abril de 2009, época de plantio em algumas regiões, o produto estava com cotação elevada no mercado internacional. Além disso, os preços pagos aos produtores, acima do custo de

Tabela 7/I. *Trigo - Comparativo das safras - Brasil - 2000/01-2010/11*

Safra	Área plantada (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)
2000/01	1.528.920	1.661.526	1.559
2001/02	1.730.577	3.260.834	1.887
2002/03	2.064.109	2.925.890	1.431
2003/04	2.496.137	6.029.396	2.416
2004/05	2.796.847	5.726.195	2.050
2005/06	2.360.862	4.658.457	1.975
2006/07	1.769.585	2.481.831	1.593
2007/08	1.851.745	4.088.908	2.210
2008/09	2.395.121	5.886.009	2.480
2009/10[1]	2.441.930	4.964.665	2.040
2010/11[1]	2.201.663	5.245.588	2.383

[1]Dados sujeitos a alterações.
Fonte: IBGE (LSPA dez/2001 a dez/08 e junho/10).

produção (que teve queda) e a elevação do preço mínimo de garantia do governo, acabaram por motivar os produtores a investir na cultura. Assim, a área cultivada com trigo na safra 2009/10 foi de 2.441,9 mil hectares, cerca de 2% a mais do que na safra anterior (Tabela 7). Já para a safra 2010/11, as projeções indicam uma redução de 9,8% na área semeada, que deve ficar em 2.201,7 mil ha.

A maior concentração de cultivo está localizada na Região Sul, sendo o Paraná o principal produtor, com 53,6% da área plantada no País (na safra 2009/10). Na sequência estão o Rio Grande do Sul (35,3%) e Santa Catarina (4,8%) (tabela 8). Dos três estados, o Paraná teve o maior aumento de área (+16,5%), estimulado pelo resultado positivo em termos de produtividade na safra anterior, ao passo que o Rio Grande do Sul teve a maior dedução (-12,1%) quando comparadas às áreas da safra 2008/09.

Tabela 8/I. *Trigo - Comparativo de safras, segundo os estados do Brasil - 2007/08-2010/11*

Estado	Área plantada (ha)				Produção (t)				Rendimento (kg/ha)			
	2007/08	2008/09	2009/10[1]	2010/11[1]	2007/08	2008/09	2009/10[1]	2010/11[1]	2007/08	2008/09	2009/10[1]	2010/11[1]
Paraná	821.789	1.123.807	1.308.792	1.142.699	1.927.216	3.068.116	2.482.776	3.062.990	2.345	2.773	1.897	2.680
Rio Grande do Sul	850.169	980.300	861.410	799.600	1.720.307	2.058.215	1.805.600	1.492.100	2.028	2.100	2.106	1.866
Santa Catarina	81.675	122.937	117.146	120.148	203.336	323.620	275.195	304.535	2.490	2.641	2.419	2.535
Sao Paulo	44.070	79.600	61.300	61.300	98.717	169.548	126.900	132.204	2.240	2.130	2.070	2.157
Mato Grosso do Sul	31.883	46.182	44.254	36.500	40.061	67.841	74.288	66.505	1.259	1.589	1.714	1.800
Minas Gerais	11.669	20.310	22.987	22.569	51.253	97.129	100.979	92.154	4.392	4.792	4.412	4.157
Goiás	10.490	19.100	22.438	16.400	48.018	86.465	84.472	81.100	4.578	4.527	3.765	4.945
Distrito Federal	-	2.885	3.603	2.000	-	15.075	14.455	14.000	-	5.225	4.012	7.000
Brasil	**1.851.745**	**2.395.121**	**2.441.930**	**2.201.663**	**4.088.908**	**5.886.009**	**4.964.665**	**5.245.588**	**2.210**	**2.480**	**2.040**	**2.383**

[1]Dados sujeitos a alterações.
Fonte: IBGE (LSPA dez/08 e junho/10).

Quanto à produção, na fase final do ciclo do trigo da safra 2009/10, as condições climáticas (excesso de precipitações) se tornaram adversas para a cultura, impedindo os produtores de aplicar o tratamento fito-sanitário adequado para a proteção da cultura, favorecendo o ataque de doenças que resultaram em queda de produção, depreciação do produto, tornando-o, em muitos casos, impróprio para a panificação. Assim, a produção no País caiu cerca de 15,6%, ou seja, 921 toneladas a menos (Tabela 7).

Os únicos estados não afetados pelo clima desfavorável foram Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, obtendo aumento em suas produções (4% e 9,5%, respectivamente). Além dos estados do Sul (Paraná, -19,1%; Rio Grande do Sul, -12,3% e Santa Catarina -15%), São Paulo foi o Estado onde ocorreu a maior queda de produção: -25,2%, comparando-se com a safra anterior (2008/09).

Em São Paulo muito pouco do produto colhido poderá ser usado na panificação. No Paraná calcula-se que 25% da produção tenha sido de baixo padrão, ou seja, também imprópria para o consumo humano. No total, estima-se que 30% do trigo produzido na safra 2009/10, no Brasil, terá como destino a alimentação animal (ração). Os estados onde o produto foi de melhor qualidade são Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Tal resultado é atribuído, em parte, à utilização de sementes de variedades classe pão que, embora sejam menos produtivas, produzem grãos de qualidade superior.

No Rio Grande do Sul a queda de produção ocorreu por conta da redução da área plantada, pois os preços pagos ao produtor, na época do plantio, estavam em baixa. Assim, como o estado busca semear mais tarde, o clima foi favorável até a colheita (atrapalhando apenas na fase final). Por isso, houve até mesmo um ligeiro aumento no rendimento médio em 2009/10, quando comparado com a safra anterior (Tabela 8).

Na época em que se iniciou o plantio da safra 2010/11, por volta do mês de abril, ainda existia grão das safras 2008/09 e 2009/10 para comercializar. Por isso, muitos produtores da Região Sul resolveram migrar para outras culturas cujos mercados eram mais favoráveis, como aveia, cevada e canola. As estimativas iniciais apontam para uma redução de 9,8% na área, ou seja, 2.201,7 mil hectares (contra 2.441,9 mil da safra anterior) (Tabela 7).

Os principais estados produtores devem reduzir suas áreas. No Paraná esta redução será da ordem de -12,7%, no Mato Grosso do Sul -17,5% e em Goiás (-26,9%). Santa Catarina é o único Estado em que a área deve aumentar ligeiramente (+2,6%).

Embora o mercado do trigo não estivesse animador para o produtor, estima-se que o volume a ser colhido seja superior ao da safra 2009, condicionado a um clima favorável à cultura, recuperando desse modo, a produção no Paraná, Minas Gerais e Distrito Federal, que tiveram produtividade abaixo da média histórica na safra passada. A produtividade esperada para esta safra 2010/11 é de 2.383 kg/ha.

A produção esperada é de 5.245,6 mil toneladas, 5,7% superior à safra 2009/10, mas inferior em 640,4 mil toneladas em relação à safra 2008/09, que foi a segunda maior da história, a maior foi a de 2002/03, com 6.029,4 mil toneladas (Tabela 7). O maior produtor nacional, o Paraná, deve ser o principal responsável por este incremento, visto que sua produção deve aumentar 23,4%, totalizando 3.063 mil toneladas. Santa Catarina também deve ter uma produção 10,7% maior, enquanto que no Rio Grande do Sul a produção deve cair 17,4% (Tabela 8). Além disso, as cultivares que produzem um grão ideal para panificação, embora com rendimento médio inferior, têm preferência entre os produtores. Como têm melhor aceitação no mercado, conseguem preços melhores, sugerindo uma safra de trigo de boa qualidade.

Pelos números da Conab, em função da queda na produção na safra 2009/10, os estoques de passagem ficaram inferiores aos da temporada anterior (2008/09), ou seja, 2.414,3 *versus* 2.854,7 mil toneladas (Tabela 9). As importações, por sua vez, aumentaram 4,3%, o consumo interno aumentou 3,6% e as exportações cresceram significativamente: 233,1% (sobretudo grãos impróprios para o consumo humano). Para a safra 2010/11, a previsão é de que os estoques finais caiam ainda mais, totalizando 2.259,3 mil toneladas.

O Brasil consome cerca de 10,2 milhões de toneladas de trigo anualmente. Os grãos produzidos têm destinos diferentes, como alimentação animal, produtos integrais, sementes e fabricação de farinha. Grãos para a produção de farinha são os que obtêm a melhor cotação no mercado. O consumo de trigo pela indústria se divide em panificação (55%), uso doméstico (17%), biscoitos (11%), massas (15%) e outros (2%).

Tabela 9/I. *Trigo - Oferta e demanda brasileira - Safras 2004/05-2010/11*

(mil t)

Discriminação	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Estoque inicial (1/8)	1.359,8	2.370,4	2.071,8	1.849,9	1.508,7	2.854,7	2.414,3
Produção	5.845,9	4.873,1	2.233,7	4.097,1	5.884,0	5.026,3	5.347,0
Importação	4.971,2	5.844,2	7.164,1	5.926,4	5.676,4	5.917,7	5.400,0
Suprimento	12.176,9	13.087,7	11.469,6	11.873,4	13.069,1	13.798,7	13.161,3
Consumo	9.803,0	10.231,0	9.600,0	9.618,0	9.863,0	10.214,0	10.202,0
Exportação	3,5	784,9	19,7	746,7	351,4	1.170,4	700,0
Estoque final (31/7)	2.370,4	2.071,8	1.849,9	1.508,7	2.854,7	2.414,3	2.259,3

Fonte: Conab (Agosto/10 - 11º Levantamento).

O balanço de oferta e demanda, nas sete últimas safras, incluindo a safra 2010/11, está na Tabela 9. Se em 2009 a produção nacional de trigo correspondeu a 49,2% do consumo no País, em 2010 a produção deve atender 52,4% do consumo interno, ou seja: o País ainda está longe de alcançar a autossuficiência que teve na década de 1980.

Esta temporada iniciou com 2,9 milhões de toneladas em estoque (agosto/2009). A produção deve ficar em 5 milhões de toneladas, das quais cerca de 1,6 milhão é de trigo de baixa qualidade (segundo Safras & Mercado), cujo destino será a fabricação de ração no Brasil e sobretudo no exterior. Com um consumo de 10,2 milhões de toneladas, o País teve que importar 5,9 milhões de toneladas.

Entre as *commodities,* o trigo é o segundo item de maior participação na pauta de importações brasileiras, sendo menor apenas que a importação de petróleo. O Brasil importa em torno de 50-60% do trigo que consome. Em termos de comércio externo, as importações brasileiras chegaram a 6,1 milhões de toneladas (trigo e seus derivados - 2009). Em 2010, até julho, o Brasil importou 4,3 milhões de toneladas. O aumento das compras externas em 2010 tem duas razões principais: perda de qualidade de parte da produção nacional por conta do clima desfavorável e a valorização contínua da moeda nacional frente ao dólar (Tabelas 10 e 11).

Tabela 10/I. *Trigo em grão - Quantidade importada pelo Brasil - 2000/01-2009/10*

(t)

Origem	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Argentina	7.114.926	6.523.090	5.047.146	4.667.868	4.617.417	5.289.235	6.655.627	4.040.633	4.038.752	3.548.265
Paraguai	88.967	64.259	83.263	101.161	297.548	452.364	139.450	450.821	581.491	704.044
Uruguai	12.096	11.001	9.280	-	29.748	3.606	274.939	92.680	559.072	843.966
Canadá	101.403	6.300	109.735	113.359	-	71.525	85.179	477.929	78.111	450.970
EUA	75.302	200.933	632.870	479.998	26.499	27.499	8.855	864.895	419.228	319.426
Outros	-	-	615.188	11.376	10	17	0	9	14	64.916
Total	**7.392.694**	**6.805.582**	**6.497.482**	**5.373.762**	**4.971.221**	**5.844.246**	**7.164.051**	**5.926.967**	**5.676.668**	**5.931.588**

Nota: O ano é o ano comercial, ou seja, de agosto a julho.
Fonte: MDIC/Secex.

Historicamente o Brasil só exporta o cereal quando a qualidade não atende aos padrões mínimos de moagem para consumo humano. Como o "cereal-ração" já tem um forte concorrente no mercado interno - o milho – a alternativa é exportar. A última vez que as exportações

brasileiras superaram 1 milhão de toneladas foi na safra 2003/04 (1.373,3 milhões), quando adversidades climáticas derrubaram a qualidade da safra gaúcha. Naquela época o câmbio estava favorável e o mercado externo receptivo. Nesta safra (2009/10), mesmo com o câmbio desfavorável (Real valorizado), as exportações de trigo totalizaram 1.181,7 milhões. Os Estados Unidos, as Filipinas e o Vietnã foram os principais compradores.

Tabela 11/I. *Farinha de trigo - Quantidade importada - Brasil - 2000/01-2009/10*

(t)

Origem	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Argentina	145.933	144.069	10.806	6.914	6.632	1.179	419.362	694.187	589.344	584.825
Uruguai	15.496	17.711	6.002	8.030	15.967	17.006	24.720	27.174	38.618	34.535
Paraguai	189	3.973	3.565	9.536	3.098	4.017	683	953	4.912	4.519
EUA	-	-	20	119	1.004	1.736	843	1	0	605
Itália	58	26	572	1.108	184	227	343	106	84	315
Peru	-	-	1.030	4.800	1.000	-	760	-	-	-
Bélgica	-	225	1.823	1.080	-	-	4	4	4	5
Canadá	-	-	11	13	-	60	241	5	1	2.810
Outros	5.840	10	314	248	21	313	543	633	1.080	1.340
Total	**167.514**	**166.014**	**24.142**	**31.847**	**27.906**	**24.538**	**447.498**	**723.062**	**634.043**	**628.953**

Nota: O ano é o ano comercial, ou seja, de agosto a julho.
Fonte: MDIC/Secex.

As importações brasileiras de trigo em grão, segundo os principais países, nos últimos 10 anos, estão na Tabela 10. Tradicionalmente a Argentina é o principal fornecedor, respondendo por cerca de 85% a 95% do total importado pelo Brasil. Isso acontece por conta de sua proximidade geográfica e pelo fato de Brasil e Argentina integrarem o Mercosul, condição que lhe assegura vantagem fiscal em relação a outros países fornecedores, os quais devem pagar 10% de Tarifa Externa Comum (TEC).

A partir de 2008, entretanto, a oferta por parte da Argentina tem sido menor, pois o governo daquele país, com o objetivo de garantir o abastecimento interno, decidiu reter os embarques do cereal, elevando os impostos de exportação, o que obrigou o Brasil a buscar fornecedores alternativos, como Paraguai, Uruguai, Canadá e Estados Unidos.

Existe uma expectativa de que a Argentina reduza ainda mais suas exportações ao Brasil. Isso porque na safra passada os produtores, por conta das perdas anteriores em virtude da seca, da escassez de crédito e das políticas governamentais que restringem as exportações, reduziram em 40% a área semeada, a menor em mais de um século (2,75 milhões de hectares). Tal redução fez com que na safra 2009/10, pela primeira vez, a área plantada com trigo no Brasil ficou apenas cerca de 200 mil hectares abaixo do vizinho portenho, tradicional fornecedor do cereal.

Assim, ao longo desta temporada (2009/10), o Brasil acabou aumentado suas aquisições junto a outros países, como o Paraguai (21% em relação à 2008/09), Uruguai (51%) e Canadá (477%). Já as compras da Argentina caíram 12%, totalizando 59,8% das importações totais, a menor dos últimos anos, totalizando 3,5 milhões de toneladas. Em 2000, a Argentina chegou a exportar 7,11 milhões de toneladas para o Brasil.

Vale lembrar que em Abril/2010, a tarifa sobre as importações de trigo (com exceção do trigo duro e para semeadura), dos Estados Unidos, foi elevada de 10% para 30%,

uma retaliação autorizada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), por conta dos subsídios ao algodão.

Outro ponto importante foi o aumento no preço do grão, quando comparado com o mesmo período do ano passado. O preço médio da tonelada em 2009 era de US$ 210,25 e em 2010 subiu para US$ 228,54.

A Tabela 11 disponibiliza as importações brasileiras de farinha de trigo. Somente a partir da temporada 2006/07 este item passou a ser adquirido em um volume mais significativo. A Argentina também é o país que mais vende o produto para o Brasil. Na última temporada (2009/10), o Brasil importou 629 mil toneladas, sendo que 585 mil vieram da Argentina.

Como forma de tentar reduzir nossa dependência do cereal importado, o governo brasileiro decidiu impulsionar a produção de trigo irrigado no Cerrado, cuja produção, por ser colhida em agosto na entressafra, permite a venda com preços melhores. A meta brasileira, em alguns anos, é importar menos de 30% do que é consumido internamente.

Os preços mínimos praticados na safra 2009 estão na Tabela 12. Na safra 2010/11, os preços mínimos de garantia de compra do governo tiveram uma redução de 10% em relação aos da safra anterior, em plena época de plantio. Por conta disso, os produtores paranaenses impetraram um mandado de segurança junto ao STJ, o qual, até o final de agosto, ainda não havia sido julgado.

Tabela 12/I. *Trigo - Preços mínimos de garantia - Região Sul - Brasil - Safra 2009/10*

(R$/saca de 60kg)

Classificação	Tipo 1 (pH 78)	Tipo 2 (pH 75)	Tipo 3 (pH 70)
Brando	26,46	24,66	21,33
Pão	31,80	29,22	25,07
Melhorador/Durum	33,30	30,60	25,07

Nota: Início da vigência para operações: julho/2009.

Fonte: Conab.

A dinâmica de formação de preços no Brasil acontece “de fora para dentro”. As bolsas de mercadoria (Kansas para o trigo Hard e CBOT para o Soft) recebem informações sobre o mercado mundial e a partir daí formam suas cotações. Os demais mercados têm seus preços balizados por essas bolsas.

A Tabela 13 traz uma série histórica das cotações do trigo (2006-09), na Bolsa de Chicago. Pela análise dos dados, percebe-se que após um recorde de preços em março/2008, quando a tonelada alcançou US$ 402,82, as cotações foram reduzidas, chegando em outubro de 2009 a US$182,46. A justificativa para tal comportamento é a elevação dos estoques do cereal no mundo.

No mercado brasileiro os preços têm como pilares de sustentação as cotações internacionais e o comportamento do câmbio. Este segundo é que determina o impacto do primeiro sobre as cotações no âmbito interno.

Tabela 13/I. *Trigo - Preços médios mensais - Bolsa de Chicago (CBOT) - 2006-09*

(US$/t)

Mês	2006	2007	2008	2009
Janeiro	123,1	...	341,64	216,33
Fevereiro	124,7	170,77	390,72	196,55
Março	130,99	168,9	402,82	191,48
Abril	129,27	173,45	323,7	193,42
Maio	143,94	178,58	282,87	215,2
Junho	137,6	207,63	311,61	213,27
Julho	143,3	218,7	298,49	188,8
Agosto	140,58	254,2	300,83	178,73
Setembro	149,69	317,07	264,31	165,86
Outubro	183,9	326,73	209,42	182,46
Novembro	178,63	290,38	196,17	
Dezembro	177,84	335,92	172,12	

Fonte: CMA (Bolsa de Chicago).

Parte I

A decisão do governo de reduzir a dependência brasileira do trigo importado – refletida na elevação dos preços mínimos – incentivou o plantio do cereal no País. Contudo, quando a nova safra começou a ser colhida, o cenário externo era outro. Os preços, que estavam elevados na época do plantio, recuaram. A produção mundial, até então em declínio, recuperou-se e deve ficar em 680 milhões de toneladas, 28 milhões a mais do que o consumo. A relação estoque/consumo alcançava, em plena colheita brasileira e entressafra no Hemisfério Norte (setembro/10), 29%, a maior desde a temporada 2001/02. Tais mudanças complicaram a situação do produtor brasileiro de trigo, que se deparou com preços menores no mercado externo e um câmbio favorável às importações. Assim, grande parte da comercialização desta safra ficou nas mãos do governo, já que raramente o produtor conseguiu comercializar o cereal pelo preço mínimo.

Se no início de 2008 as cotações internacionais foram excepcionais - com a tonelada atingindo em março daquele o valor recorde de US$ 402,82 - em função da safra recorde, a partir de agosto os preços iniciaram uma trajetória de declínio e, em junho/2009, a tonelada estava cotada a US$ 213,27. E a queda não parou por aí.

O mercado brasileiro de trigo chegou ao último mês do ano comercial 2008/09 (julho/09) com total desinteresse dos compradores e preços enfraquecidos. Depois de um segundo semestre com cotações em baixa, a expectativa era de que durante a entressafra as cotações se recuperassem. Esta perspectiva tinha como suporte, principalmente, a quebra da safra argentina e a desvalorização do dólar, ocorrida após a crise financeira internacional. O primeiro abriria uma maior necessidade de compras no Hemisfério Norte, enquanto o segundo compensaria a retração ocorrida nas cotações internacionais.

No final de agosto/09 a tonelada do grão tipo pão estava cotada a R$495,00 (em média), uma retração de 6,4% em relação ao mês anterior e de 8,7% frente ao mesmo período do ano anterior (R$541,51), enquanto o preço mínimo era R$550,00. Em setembro (apesar das chuvas que atingiram o maior volume registrado em 43 anos, sobretudo no Paraná, que é o principal produtor brasileiro), os preços continuaram em queda. O câmbio com dólar cotado em média em R$1,82 e o mercado internacional são apontados como os principais responsáveis por esse comportamento dos preços.

Além disso, quando a nova safra (2009/10) entrou no mercado (a partir de setembro/09), ainda existia cereal da safra 2008/09 nas mãos do governo e das cooperativas. Diante disso, o governo precisou intervir, realizando diversos leilões, a partir de outubro/09. Fora os leilões, o governo também adotou temporariamente outras medidas emergenciais, como a isenção do PIS-Cofins incidentes sobre o trigo e a farinha de trigo (prorrogada em junho/09 até dezembro/2010).

Outro problema enfrentado pelos produtores – além do câmbio desfavorável, que torna o preço do trigo importado menor do que o preço mínimo – é a qualidade do trigo brasileiro, afetada pelo excesso de chuvas que atingiu as principais regiões produtoras. Por conta da volatilidade cambial, o trigo foi plantado a um custo médio de R$750/tonelada, e, no momento da comercialização, os preços de mercado não atingiam nem mesmo o preço mínimo do governo.

Assim, a partir de outubro, enquanto a paridade de importação não superou o preço mínimo garantido pelo governo, os negócios no mercado do trigo ficaram atrelados aos leilões do governo, alternativa mais interessante para o escoamento da produção. Se de um lado os produtores preferiam vender ao governo porque o preço mínimo estava acima da paridade de importação, de outro a indústria, que já não contava com a subvenção governamental, via a aquisição do trigo importado como estratégia mais lucrativa por conta da valorização do real e das cotações internacionais enfraquecidas. Ainda que as compras tivessem como origem países fora do Mercosul, onde prevalece a TEC de 10% e o adicional de 25% sobre o frete, continuou sendo mais interessante importar do que pagar o preço mínimo estabelecido pelo governo brasileiro. Com a subvenção do governo os compradores passaram a ter interesse, pois neste caso conseguiram comprar o cereal abaixo da paridade de importação. Tal situação persistiu no início de 2010.

Entre outubro/09 e janeiro/10 o governo realizou doze leilões de PEP, nos quais foram ofertados recursos para o escoamento de até 4,861 milhões de toneladas, o que corresponde a 99,2% da produção nacional, estimada em 4,9 milhões. A demanda por parte dos comerciantes e da indústria nacional foi de 3,327 milhões de toneladas (68% da produção). Em fevereiro o governo fez mais algumas compras, desta vez via AGF.

Embora os leilões do governo não tenham sido suficientes para recuperar as cotações no mercado – que permaneceram reprimidas, sequer cobrindo os custos de produção – eles garantiram o escoamento da produção (especialmente do produto de qualidade baixa, prejudicado pelo excesso de chuvas), assegurando preços mínimos aos produtores e cotações atrativas para a indústria em relação ao mercado internacional, abrindo espaço para uma melhora nos preços, sobretudo para os grãos de melhor qualidade durante a entressafra.

Com o fim dos leilões, o mercado voltou à lentidão nos negócios. Com os moinhos abastecidos – por conta das importações e das aquisições favorecidas pelo PEP – a retomada de alta nas cotações dependia da valorização dos preços internacionais e/ou da depreciação da moeda brasileira, já que a escassez de oferta no Mercosul se compensava pelo excesso de oferta global. A pequena desvalorização do real, nos primeiros meses de 2010, não foi suficiente para encarecer a importação de trigo, inclusive o extra-Mercosul.

Em abril, o alto custo do frete foi mais um empecilho para a comercialização do cereal no Brasil. No final de junho, quando a nova safra (2010/11) estava sendo semeada no País, os preços domésticos estavam nos níveis mais baixos no ano, e, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), desde 2002, os menores em termos reais já praticados.

Já no final de julho/2010, as preocupações com a seca que atingiu a região do Mar Negro (Rússia, Ucrânia, Cazaquistão) fizeram com que os preços do trigo, no mercado internacional, começassem a aumentar. E, em seguida, com a suspensão por parte do governo russo das exportações até o final de 2010 – por conta de previsão de perda de 38% em sua produção, além da baixa qualidade dos grãos - os preços internacionais dispararam.

Nos últimos dias de agosto, os preços do trigo e derivados começaram a subir, ainda que exista uma estimativa de oferta abundante no país com o início da colheita no Paraná. Assim,. por um lado, os produtores aguardaram uma subida nos preços por causa da redução na produção a nível mundial e, por outro, alguns compradores decidiram antecipar suas compras por temer que os preços internos subam para alcançar a paridade com os externos.

Apesar de a dependência brasileira do trigo importado ter caído nos últimos anos, face ao aumento da produção doméstica, segundo entidades ligadas aos produtores, para que o ciclo de retomada da cultura do trigo se confirme, o apoio estratégico do governo é crucial. Este apoio deve vir sob a forma de preços mínimos que cubram os custos de produção, medidas de apoio à comercialização e a disponibilização de recursos para o custeio e o seguro rural.

Na última temporada (2009/10) houve uma combinação nefasta: preços internacionais achatados, real valorizado e trigo nacional prejudicado pelas adversidades climáticas (seca no plantio e excesso de chuva na colheita). Por conta disso, os preços mínimos de garantia descolaram da realidade internacional.

Em um mercado globalizado, impor barreiras não é uma boa solução, até porque se trata de um produto fundamental para a segurança alimentar da população. É necessário, além do seguro e do financiamento, adotar políticas que reduzam os custos de produção, aumentando a competitividade do cereal produzido no país.

Produção catarinense e comercialização

Em Santa Catarina a safra 2009/10 foi 15% menor que a safra anterior, a maior desta década (Tabela 14). As razões foram a redução na área (-4,7%), por conta dos baixos preços praticados na época do plantio - e no rendimento médio (-8,4%), decorrente das adversidades climáticas (excesso de umidade) que prejudicaram o desenvolvimento e a qualidade do produto (doenças fúngicas). A produtividade alcançada ficou em 2.419kg/ha contra 2.641kg/ha alcançados na safra anterior.

Tabela 14/I. *Trigo - Comparativo das safras de Santa Catarina - Safras 2000/01-2010/11*

Safra	Área plantada (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)
2000/01	30.897	54.430	1.764
2001/02	51.007	79.865	1.572
2002/03	51.851	93.158	1.810
2003/04	77.541	171.969	2.218
2004/05	85.014	190.133	2.239
2005/06	59.992	114.969	1.916
2006/07	62.001	151.699	2.473
2007/08	81.675	203.336	2.490
2008/09	122.937	323.620	2.641
2009/10	117.146	275.195	2.349
2010/11[1]	95.000	256.500	2.700

[1]Dados sujeitos a alterações.
Fonte: IBGE (LSPA dez/2001 a dez/08 e jul/10).

Segundo o IBGE, no seu levantamento do mês de julho/10, último disponível quando este documento foi elaborado, a área semeada deve cair ainda mais na safra 2010/11, totalizando 95.000 hectares, ou seja, uma redução de 18,9% em relação a 2009/10. A produção não deve ser reduzida na mesma intensidade (-7%), porque existe uma previsão de melhora na produtividade, que deve chegar a 2.700 kg/ha, a maior da década, e que representa um aumento de 11,6% em relação à temporada anterior (Tabela 13).

As regiões que produzem o cereal no Estado estão na Tabela 15. Na safra 2009/10, as principais regiões produtoras, pela ordem, foram: Xanxerê, Curitibanos, Canoinhas, Chapecó e

Joaçaba, cujas produções estimadas são de 83, 58, 47, 40 e 18 mil toneladas, respectivamente. Entre essas regiões, a maior produtividade foi em Curitibanos (2.799 kg/ha) e na sequência em Xanxerê (2.778 kg/ha). As regiões de Chapecó e Joaçaba tiveram aumento de área semeada, enquanto nas outras três, houve redução, refletindo o desânimo dos produtores em relação aos preços que estavam em baixa.

Tabela 15/I. *Trigo - Comparativo de safras, segundo as microrregiões - Santa Catarina - Safras 2007/08-2010/11*

Microrregião	Área plantada (ha)				Produção (t)				Rendimento (kg/ha)			
geográfica	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11[1]	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11[1]	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11[1]
Blumenau	-	30	30	30	-	81	81	81	...	2.700	2.700	2.700
Campos de Lages	3.280	3.501	3.700	3.200	10.074	8.567	10.675	9.235	3.071	2.447	2.885	2.886
Canoinhas	12.295	24.200	19.280	14.300	39.440	57.120	47.470	38.604	3.208	2.360	2.462	2.700
Chapecó	12.915	19.026	20.488	19.850	25.297	46.924	40.392	53.319	1.959	2.466	1.971	2.686
Concórdia	855	1.055	1.417	1.371	1.229	1.605	2.310	2.409	1.437	1.521	1.630	1.757
Curitibanos	20.940	27.695	23.288	21.788	52.284	85.991	58.235	60.987	2.497	3.105	2.501	2.799
Ituporanga	-	120	70	110	-	155	123	198	-	1.292	1.757	1.800
Joaçaba	3.885	6.675	7.357	6.275	9.197	16.595	17.704	15.645	2.367	2.486	2.406	2.493
Rio do Sul	-	150	15	15	-	375	15	30	-	2.500	1.000	2.000
São Bento do Sul	610	1.290	700	700	1.452	1.950	1.378	1.050	2.380	1.512	1.969	1.500
São Miguel do Oeste	3.545	4.455	6.251	4.931	7.640	10.617	14.036	12.634	2.155	2.383	2.245	2.562
Xanxerê	23.350	34.740	34.550	22.430	56.721	93.637	82.774	62.308	2.429	2.695	2.396	2.778
Santa Catarina	**81.675**	**122.937**	**117.146**	**95.000**	**203.334**	**323.617**	**275.193**	**256.500**	**2.490**	**2.632**	**2.349**	**2.700**

(1)Dados sujeitos a alterações.
Fonte: IBGE

O município de Campos Novos é o segundo maior produtor brasileiro, ficando atrás apenas de Tibagi, no Paraná. Na região de Campos Novos o produtor enfrentou problemas com a qualidade do trigo, por conta das chuvas e temporais de granizo em outubro/09 (cerca de 50% ficou classificado como Tipo 2). A produtividade, contudo, não foi afetada. Na região de São Miguel do Oeste as chuvas também foram prejudiciais para a qualidade do produto, que somente em casos excepcionais alcançou o PH 78.

As regiões de Chapecó e Xanxerê, grandes produtoras, sofreram com o excesso de chuvas (novembro/09) e, em algumas propriedades as perdas de produtividade chegaram a 20%.

Na região de Canoinhas, por conta das cotações em baixa, dos custos de produção elevados e dos prejuízos nas lavouras de soja e milho (estiagem), a área plantada com trigo, na safra 2009/10, foi reduzida em 20%. Diferente de outras regiões, a qualidade da produção não foi prejudicada, apesar do excesso de chuvas, além da ocorrência de granizo e variações bruscas de temperatura.

Com relação ao mercado, o preço do cereal para o produtor catarinense, após alcançar seu pico em abril/2008 - quando a saca chegou a ser cotada a R$ 37,07 – começou a recuar e, no mês de julho/2010 (último preço médio disponível), a cotação era de R$ 24,32 (Tabela 16, Figura 1). Nos primeiros sete meses de 2010 o preço do cereal oscilou entre R$ 24,12 e R$ 24,50 a saca de 60kg, ou seja, valores menores do que os praticados em 2009 e bastante aquém dos preços de 2008, acompanhando o movimento no mercado nacional. No final de agosto, em função do aumento nos preços internacionais, a cotação em Santa Catarina subiu para R$25,50.

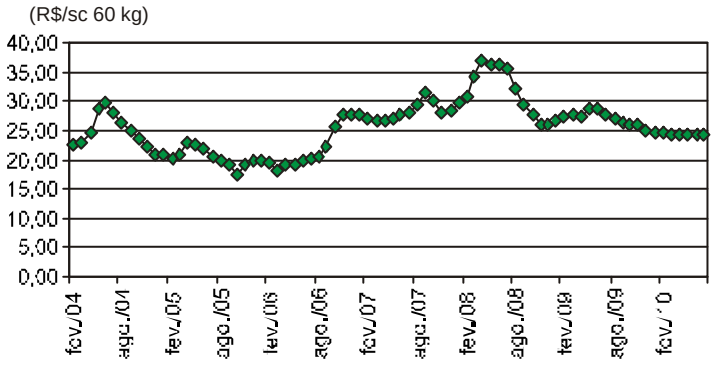
Vale lembrar que o governo foi responsável pela compra, através de leilões, de mais da metade (51%) da produção catarinense da safra 2009/10.

Tabela 16/I. *Trigo - Preços médios mensais aos produtores - Santa Catarina - 2004-10*

(R$/sc 60 kg)

Mês/ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Janeiro	...	...	...	...	29,63	26,66	24,50
Fevereiro	22,70	20,11	19,64	26,86	30,67	27,52	24,50
Março	22,77	20,91	18,00	26,67	34,07	27,61	24,36
Abril	24,76	23,07	19,00	26,67	37,07	27,50	24,12
Maio	28,86	22,72	19,18	26,91	36,30	28,58	24,17
Junho	29,80	21,86	19,95	27,58	36,19	28,84	24,17
Julho	27,89	20,36	20,29	28,11	35,44	27,78	24,32
Agosto	26,20	19,79	20,50	29,30	32,20	27,00	
Setembro	24,85	19,10	22,09	31,38	29,27	26,39	
Outubro	23,61	17,37	25,62	30,12	27,62	26,12	
Novembro	22,21	19,16	27,59	27,94	26,10	26,05	
Dezembro	20,91	20,00	27,71	28,33	25,82	24,89	
Média	**24,96**	**20,40**	**21,78**	**28,17**	**31,70**	**27,08**	**24,31**

[1]Saca 60kg de trigo pão/melhorador de PH78 (trigo superior).
Fonte: Instituto Cepa/SC.



Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 1/I. *Trigo - Preços médios do trigo, a nível de produtor - Santa Catarina - 2004-10*

Perspectivas para a safra 2010/11

Existe uma expectativa por parte do USDA de que a produção de trigo no mundo caia em 2010/11 (Tabela 1), em torno de 5,1%. Esta queda deve acontecer na maioria dos grandes produtores. As maiores reduções devem ocorrer no Cazaquistão (-32%), Ucrânia (-19%), por causa da seca e temperaturas extremamente elevadas. A Argentina deve ter uma produção 25% maior que a safra anterior (a menor de toda sua história), mas ainda abaixo do nível alcançado 2007/08 e 2008/09.

Além dos problemas climáticos enfrentados por várias regiões do Hemisfério Norte, os preços baixos também desestimularam os produtores, que acabaram substituindo o trigo por outra cultura.

No Brasil, a produção estimada é um pouco superior na safra 2010/11 em relação à safra 2009/10 (aumento de 5,7%), isto porque apesar de a área plantada ser inferior (-9,8%), a produtividade deve aumentar (16,8%) (Tabela 7), chegando a 2.383 quilos por hectare. Tal comportamento reflete o desânimo dos produtores com os preços praticados durante a safra 2009/10, a qual ainda não foi inteiramente comercializada. Alguns agricultores estão migrando para as lavoras de aveia, cevada e canola, por apresentarem melhores condições de mercado.

Segundo o IBGE, a maioria dos principais estados produtores (Tabela 8) deve reduzir suas áreas de trigo na safra 2010/11 e, por isso, a queda totalizará, no País, 240 mil hectares, o que corresponde a -9,8%. A maior redução será no Paraná, -12,7%. Já no Rio Grande do Sul, que é o segundo maior produtor brasileiro, espera-se que a área semeada seja reduzida em 7,2%. A produtividade média do País deve ter um aumento de 343 quilos por hectare a mais em 2010/11, quando comparada ao rendimento de 2009/10 (2.040 kg/ha).

Em Santa Catarina, a safra 2010/11 teve sua semeadura concluída e as lavouras se encontram em desenvolvimento. O IBGE acredita que, apesar de ter uma significativa queda na área plantada (-19% ou 22 mil hectares a menos), a produção esperada não deverá cair tanto, ficando em torno de 256,5 mil toneladas, contra 275,2 mil toneladas na safra anterior (uma queda de 7%). Isso porque o rendimento médio, por conta de uma expectativa de um clima mais adequado, deve aumentar 15%, chegando a 2.700 kg/ha contra 2.349 kg/ha da safra 2009/10.

Levantamentos mais recentes realizados pela Epagri/Cepa indicam que deverá haver uma queda, da ordem de 20% e 22%, na área plantada nas principais regiões produtores. Algumas razões são apontadas para esta redução. A primeira delas é o fato de que esta safra se inicia com preços mais baixos e com a lenta comercialização dos estoques que ainda estão disponíveis da safra passada. Isso levou a uma menor procura por insumos por parte dos produtores, que reduziram a área plantada com o cereal. O número reduzido de armazéns para estocar o produto agrava ainda mais o problema. Outra razão, muito importante, é a escassez de crédito para financiar o plantio.

No Oeste, mais especificamente nas regiões de Chapecó, Concórdia e Xanxerê (esta última a maior produtora do Estado) a queda pode chegar a 23%, tanto na área plantada (plantio já concluído), como na produção. O rendimento médio deve cair ligeiramente em relação à temporada anterior (2.598 kg/ha contra 2.610 kg/ha).

A área semeada com trigo, na região de Canoinhas caiu cerca de 25% em relação à safra 2009/10, enquanto a produção esperada deve ser 16% menor. Isso porque se estima que a produtividade tenha um ganho de 12,4%, chegando a 2.700 kg por hectare (contra 2.402 kg/ha na safra anterior), em função do clima mais favorável (inverno mais seco), ao contrário das últimas safras.

No Meio-Oeste (regiões de Curitibanos e Joaçaba) a redução na área plantada foi de 17,7%, percentual semelhante ao estimado para a queda na produção: -16,2%. Isso porque a produtividade deve ser praticamente a mesma da safra anterior (2.854 kg/ha em 2010/11 contra 2.804 kg/ha na safra anterior). O alto custo das lavouras, associado à alta exigência em relação ao grão por parte das indústrias transformadoras (moinhos) e o baixo preço pago ao produtor são os fatores que levaram a tal redução.

Já no Extremo-Oeste (região de São Miguel D´Oeste), a desmotivação dos produtores com o preço pago, a ocupação de muitas áreas que antes eram destinadas à cultura do trigo com a atividade leiteira, os altos custos e riscos com doenças, geadas e chuva no período de colheita, juntos, fizeram com que a área semeada caísse em torno de 30%.

Uma novidade que passa a valer a partir da próxima safra (julho/2011) são os novos parâmetros para a classificação do trigo, mais exigentes que os atuais. O trigo será classificado em três tipos conforme o peso do hectolitro (ph) com limites máximos de tolerância de defeitos e em cinco classes: melhorador, pão, uso doméstico, básico ou outros usos. Junto a outras características, isso determina se a farinha obtida a partir de uma cultivar de trigo serve para fabricar, por exemplo, pães, massas ou biscoitos. Atualmente, para ser classificado como tipo pão, o grão deve apresentar valor mínimo de 180 de força de glúten. Pelas novas regras, esse patamar subiu para 220.

Com a mudança da regra, os produtores terão que avaliar melhor antes de plantar. Se o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo durante o período de comercialização, o produtor que colher um trigo de menor qualidade poderá ficar no prejuízo e sem apoio do governo, pois esta classificação serve para definir os parâmetros das políticas de apoio à comercialização do governo federal, bem como para classificar o trigo importado e permitirá que o produto de melhor qualidade tenha uma remuneração superior à atual. A partir de 2015 a tipificação será ainda mais rigorosa. Com isso os produtores terão que substituir as variedades atualmente semeadas. Todas essas medidas visam aumentar a competitividade brasileira na produção de trigo.

Em um estudo realizado pelo Ministério da Agricultura, a produção nacional de trigo deve crescer anualmente – até a safra 2019/2020 – entre 3,9 e 2,9%, com média de 3,3% ou 130 mil toneladas a mais por ano. Em 2019 a produção deve totalizar 7,07 milhões de toneladas, contra as 5,2 milhões atuais. A área semeada, por sua vez, deve crescer a um ritmo mais lento, ou seja, 1% em média, nos próximos dez anos. O Centro-Oeste deve ser o principal responsável por estes números, devido ao incentivo governamental à expansão do cultivo do trigo na região, que deve se tornar de fato o celeiro brasileiro nos anos vindouros.

Já a produtividade será o grande destaque nas próximas safras brasileiras. A taxa média de crescimento está estimada em 2,3% ou 50kg a mais de trigo, por hectare, por ano. Em 2019/20 o rendimento deverá estar em 2,84 t/ha, contra as 2,24 t/ha atuais, um aumento de 25,6%. Tal número é resultado tanto das pesquisas com novas cultivares – mais adaptadas ao nosso clima – como a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste, onde as lavouras utilizam alta tecnologia com irrigação.

O consumo deve crescer a uma taxa de 1,5% ao ano, ou seja, 180 mil toneladas a mais a cada ano, chegando em 2019 com um consumo total de 12,77 milhões de toneladas. As importações também continuarão crescendo, impulsionadas pelo aumento no consumo interno, a um ritmo de 0,5% ao ano. Ou seja, o aumento de oferta no país será decorrente, sobretudo, do aumento da produção interna.

Márcia Janice Freitas da Cunha Varaschin - Economista - Epagri/Cepa
e-mail - marciacunha@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239.3935

Parte I

Flores e planta ornamentais

A floricultura abrange grande diversidade de produtos, a partir do cultivo e exploração de flores e plantas ornamentais, desde flores de corte frescas ou secas, plantas em vasos, folhagens frescas e desidratadas, enxertos, estacas, alporques, substratos, mudas, até a produção de arbustos ou árvores de grande porte. Maior exportador de flores e plantas ornamentais, a Holanda continua dominando o mercado mundial destes produtos.

Situação mundial

Ocupando uma área mundial de cultivo em torno de 190 mil hectares, as ornamentais movimentam aproximadamente de US$ 60 bilhões por ano e movimentam valores próximos a US$ 16 bilhões/ano a nível de produtores com consumo estimado em US$ 44 bilhões/ ano a nível de varejo.

As flores cortadas, plantas vivas, bulbos e folhagens estão no grupo das ornamentais fornecidos pelos países como a Holanda, Israel, Colômbia, Quênia e Espanha para a União Europeia, que são os principais consumidores mundiais de flores e plantas ornamentais.

Dentre os países produtores de flores e plantas ornamentais, a Holanda continua dominando o mercado mundial. Atualmente, os países que mais exportam estes produtos da floricultura são: Holanda, Colômbia, Dinamarca, Itália, Israel, Bélgica, Costa Rica, Canadá, EUA, Quênia, Alemanha, entre outros.

Situação nacional

O desenvolvimento da floricultura no Brasil foi marcado pela criação, em 1950, da Cooperativa Agropecuária de Holambra, na cidade de Jaguariúna/SP. Em 1988 iniciou-se programa de reestruturação, quando Holanda, maior produtor mundial de flores, vinha enfrentando questionamentos de ambientalistas da Alemanha, o que e ajudou a consolidar mercados no exterior.

No Brasil a floricultura começou a se destacar como atividade agrícola de importância econômica há poucas décadas, com desenvolvimento nos últimos anos, caracterizando-se como promissor segmento da horticultura intensiva no campo do agronegócio nacional.

A produção de flores e plantas ornamentais é altamente rentável por área e de cultivo viável mesmo em pequenas propriedades. É uma atividade que possibilita a fixação do homem no meio rural e a geração de emprego. Com utilização de mão-de-obra, e de tecnologias avançadas, bem como à disponibilidade de terra, água, microclimas, fatores que são determinantes da qualidade do produto, permitindo competir com mercado externo.

O Brasil possui grande potencial de crescimento, principalmente em relação a outros países produtores devido à diversidade climática e a beleza da flora. Cultivar flores em

vaso e de corte, plantas ornamentais e de jardinagem, possibilita aos produtores boa rentabilidade por área cultivada e retorno rápido de investimentos aplicados. A transformação das potencialidades em oportunidades de negócio efetivas está condicionada ao rompimento de pontos de estrangulamento ao longo da cadeia produtiva.

No Brasil a produção de flores e plantas ornamentais concentra-se no Estado de São Paulo, principal produtor nacional, que responde por 75% do cultivo, dos quais 40% estão concentrados no município de Holambra. Ultimamente, a produção vem se expandindo por todo o País, principalmente nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro, Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará e também na Região Norte.

O mercado de flores no Brasil foi um dos setores da economia menos afetado pela crise econômica internacional, faturou em torno de R$ 750 milhões em 2009, e deve alcançar R$ 825 milhões em 2010.

Ao longo dos últimos anos o mercado brasileiro de flores e plantas ornamentais vem se mostrando crescente, exibindo taxas de crescimento da ordem de 9% a 15% ao ano. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Floricultura (Ibraflor), em 2009, o negócio de flores e plantas ornamentais cresceu 12%, praticamente com muito pouca queda nas vendas.

A cadeia produtiva de flores no Brasil é importante para a economia do País. Atualmente no Brasil aproximadamente 10 mil hectares são utilizados com o cultivo de flores e plantas ornamentais. As exportações ainda são pouco exploradas, a maior parte das ornamentais produzidas é consumida internamente.

Estima-se que nos últimos anos a atividade passou a agregar mais de cinco mil produtores, em mais de trezentos municípios concentrados em doze polos estaduais: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal e outros estados das regiões Norte e Nordeste. Esses cultivos geram 120 mil empregos diretos e indiretos.

Os cultivos de flores e plantas ornamentais em geral são feitos a céu aberto, em estufas representam 26% e as plantações em telados estão próximas de 3%.

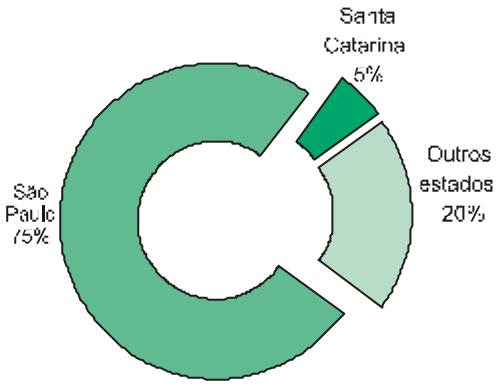
Aproximadamente 95% da produção são destinadas ao consumo interno e 5% seguem para países como Estados Unidos, União Europeia e Japão. São Paulo é responsável por mais de 40% do consumo nacional e pela maior fatia da produção de flores e plantas ornamentais. Maior consumidor e exportador de flores e de plantas ornamentais do Brasil, a capital de São Paulo absorve 25% do volume comercializado no Brasil. Dentre as mais variadas espécies consumidas no País, algumas se destacam como as principais flores e plantas ornamentais consumidas no Brasil (Tabela 1).

Tabela 1/I. *Flores e plantas ornamentais mais consumidas - Brasil - 2010*

Flores e vasos	Flores de corte	Plantas verdes
Crisântemo (Dendranthema spp)	Rosa (Rosa spp.)	Fícus (Ficus spp.)
Violeta (Saintpaulia spp)	Crisântemo (Dendranthema spp)	Schefflera (Schefflera spp)
Kalanchoe (Kalanchöe spp)	Lírio (Lilium spp)	Singônio (Syngonium angustatum)
Begônia (Begonia spp)	Gérbera(Gerbera spp)	Samambaia (Nephrolepis spp)/ (Polypodium spp)
Azaléia (Rhododendrom spp)	Tango (Solidago canadensis)	Tuia (Thuja sp)
Orquídea (Cattleya spp)	Gladíolo (Gladiolus spp)	
Bromélia (Guzmania spp)	Áster (Aster spp)	
Lírio (Lilium SP)	Gipsofila/Mosquitinho (Gypsophila paniculate L.)	

Fonte: Câmara Setorial de Floricultura do Estado de São Paulo.

A cadeia produtiva de flores e plantas ornamentais catarinense tem potencial para ser ampliada, pois sua participação na produção nacional é de apenas 5%, comparada com São Paulo, o maior produtor (Figura 1).



Fonte: Dados da Câmara setorial da cadeia produtiva de flores e plantas ornamentais.

Figura 1/I. *Participação dos estados na produção nacional - 2009*

Além da produção, Santa Catarina tem muito espaço para ampliar o consumo interno e as exportações, podendo contribuir ainda mais para um melhorar o desempenho deste segmento na economia brasileira. Contudo, é necessário investir mais na qualidade do produto, na capacitação profissional e em logística refrigerada para a manutenção da qualidade das flores e das plantas por mais tempo. No setor das ornamentais tem-se necessidade de ações capazes de dotar a produção de condições com maior competitividade, quantitativa e qualitativamente.

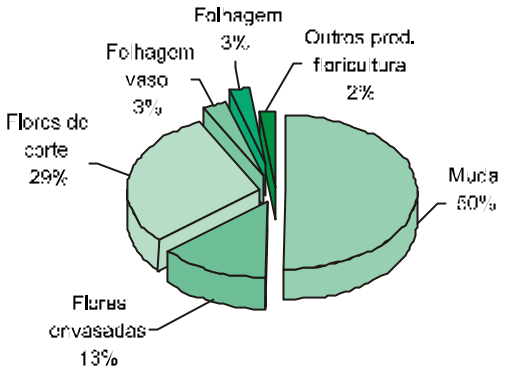
Mercado nacional das ornamentais

No mercado brasileiro de flores e plantas ornamentais predomina o baixo índice de consumo per cápita; as compras privilegiam os produtos tradicionais e têm forte concentração

sazonal da demanda em datas comemorativas, como casamentos, formaturas, dia das mães, finados, namorados e outras ocasiões.

A atividade agrícola de produção de flores e plantas ornamentais é típica de pequenos produtores que dispõem de áreas insuficientes para outros cultivos. A produção de flores sob diversas formas e tipos é distribuída conforme categoria, de acordo com as técnicas de plantio (Figura 2).

A floricultura vem a cada ano se consolidando como uma relevante atividade econômica e o segmento tem se caracterizado por seu aspecto social. O agronegócio de flores e plantas ornamentais é uma atividade que também se adapta aos pequenos produtores rurais contribuindo para melhoria da renda.

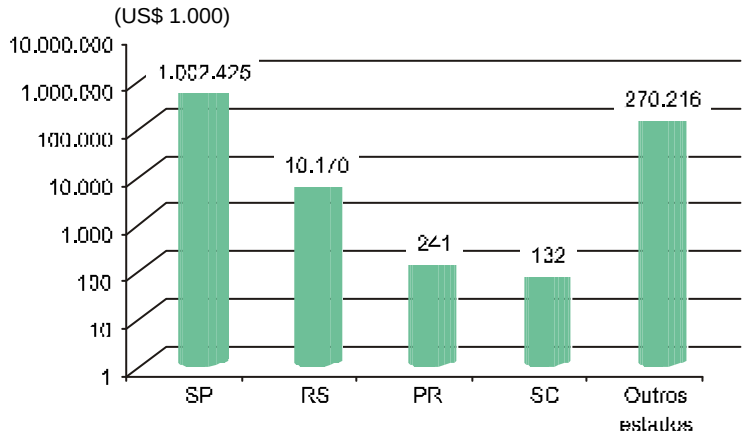


Fonte: FGV (Revista Agroanalysis).

Figura 2/I. *Flores e plantas ornamentais - Distribuição da área cultivada - Brasil - 2009*

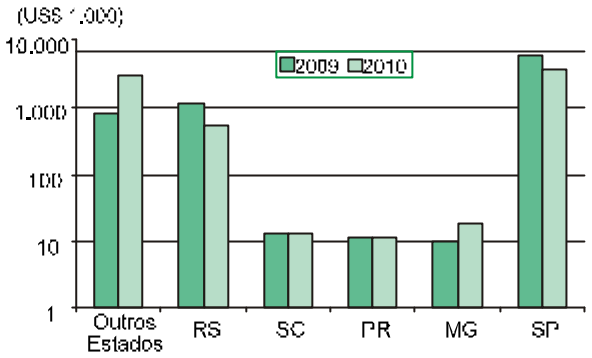
O principal mercado para a floricultura brasileira é o interno, que possui um grande potencial de expansão devido ao baixo consumo per cápita, em torno de US$ 4,70 por habitante, enquanto a Suíça possui um consumo per cápita de aproximadamente US$ 170 por habitante.

São Paulo lidera a importação de flores, rosas e seus botões cortados, frescos para buquês, sendo que Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do sul encontram-se entre os estados importadores, nos períodos de janeiro/1996 a maio/2010 (Figura 3), de Janeiro a maio de 2010 (Figura 4) e de janeiro a maio de 2010 (Figura 5).



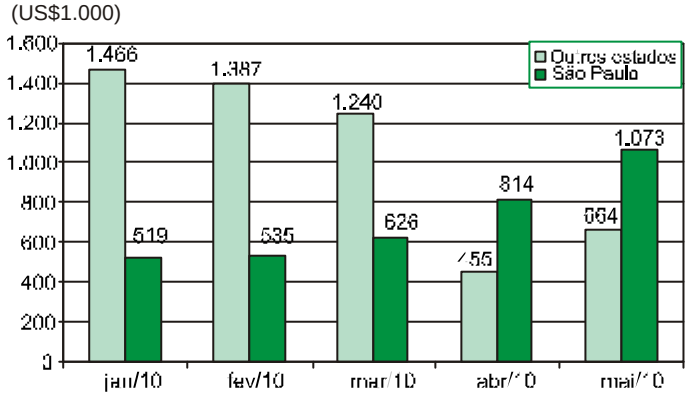
Fonte: MDIC/Secex. Junho/2010.

Figura 3/I. *Floricultura - Valor das importações por estado - Brasil - Acumulado de jan./96 a maio/10*



Fonte: MDIC/Secex. Junho/2010.

Figura 4/I. *Floricultura - Valor das importações por estado - Brasil - 2009-10*



Fonte: MDIC/Secex. Junho/2010.

Figura 5/I. *Floricultura - Valor das importações por estado - Brasil - Janeiro a maio de 2010*

Exportações de flores e plantas ornamentais

Aos poucos o Brasil se integra no mercado internacional de flores e plantas ornamentais, estruturando e aperfeiçoando as cadeias produtivas, envolvendo os mais diversos elos na busca de minimizar custos, compartilhando informações de produção, de marketing e tendências dos nossos produtos.

No primeiro semestre de 2010, a floricultura brasileira exportou US$ 14, 287 milhões, o que representou um acréscimo de 1,64% em relação ao valor obtido em idêntico período do ano anterior (US$ 14,056 milhões).

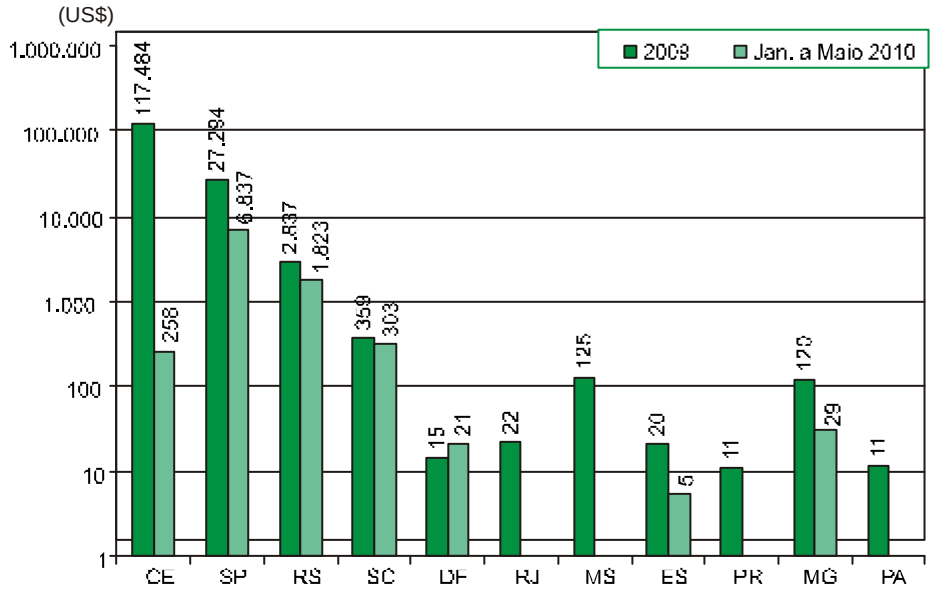
O Brasil mantém bons resultados comercial dos produtos da floricultura, devido que as exportações estão focadas no mercado de produtos intermediários, como o de insumos, mudas e bulbos, cuja exportação se destina a outros produtores que

continuarão o cultivo antes do envio para o mercado, diferente de outros itens como flores e folhagens frescas cortadas.

No segmento de mudas de plantas ornamentais é líder no *ranking* das exportações brasileiras. As mudas exportadas concentram-se no Estado de São Paulo. Países como Holanda, EUA, Itália, Bélgica, Japão, Colômbia e outros são os principais países de destino para as mudas brasileiras.

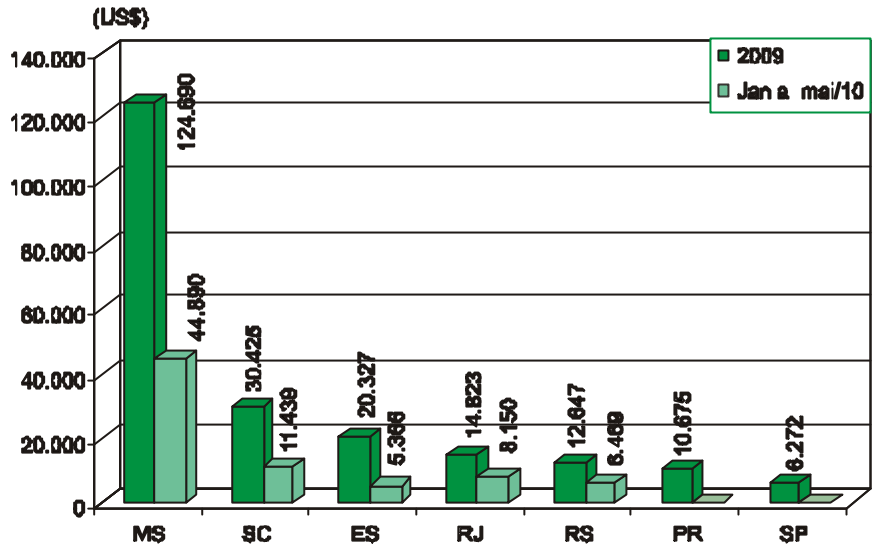
Para os Bulbos, Tubérculos, Rizomas e Similares, o principal destino é a Holanda. A origem interna dos bulbos exportados fica com os estados de São Paulo e Ceará. Dentre os principais produtos comercializados, destacam-se o lírio (*Lilium spp), o* gladíolo (*Gladiolus spp*) entre outros. No caso das flores de corte se destacam as rosas. Para o setor, que ainda é pequeno nas exportações brasileiras, as mudas de orquídeas também se destacam, de janeiro a maio de 2010, com valor de US$ 44.890 FOB (Figura 6). As mudas de orquídeas que o Brasil exporta são espécies nativas e seus híbridos não industriais. Destinadas principalmente, aos mercados japoneses, alemães, holandeses, norte-americanos, chilenos entre outros.

No período referente ao ano de 2009 e de janeiro a maio de 2010, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e outros poucos estados brasileiros destinaram parte de suas produções de mudas de orquídeas para exportações, somando bons valores principalmente para este primeiro semestre de 2010 (Figura 7)**.**



Fonte: MDIC/Secex. Junho/2010.

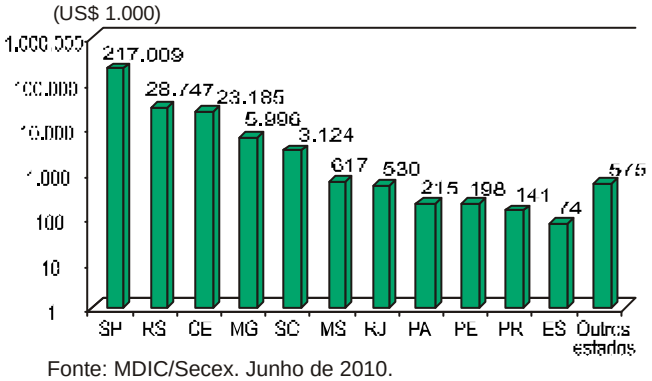
Figura 6/I. *Floricultura - Valor das exportações por estado - Brasil - 2009-10*



Fonte: MDIC/Secex. Junho/2010.

Figura 7/I. *Mudas de orquídeas - Valor das exportações por estado - Brasil - 2009 e de Jan. a maio/10*

A floricultura brasileira tem grande potencial para o mercado externo, sendo que os estados de São Paulo, e muitos outros estados brasileiros, dentre eles, Santa Catarina, lideram as exportações como o cultivo de rosas, flores e botões cortados secos e frescos para buques; sementes de plantas e flores; bulbos, tubérculos, rizomas; mudas de orquídeas e outras plantas ornamentais, conforme se verifica na Figura 8, período de janeiro/1996 a maio/2010.



Fonte: MDIC/Secex. Junho de 2010.

Figura 8/I. *Floricultura - Valor da exportações dos principais estados - Brasil - Acumulado de jan./96 a maio/10*

Mercado catarinense de plantas ornamentais

O Estado de Santa Catarina, pelas suas características fundiárias e de relevo, em que predominam pequenas propriedades rurais, muitas vezes com topografia acidentada e sem condições favoráveis de sustento unicamente das culturas tradicionais (milho, feijão, etc.), tem no cultivo de flores e plantas ornamentais uma alternativa rentável.

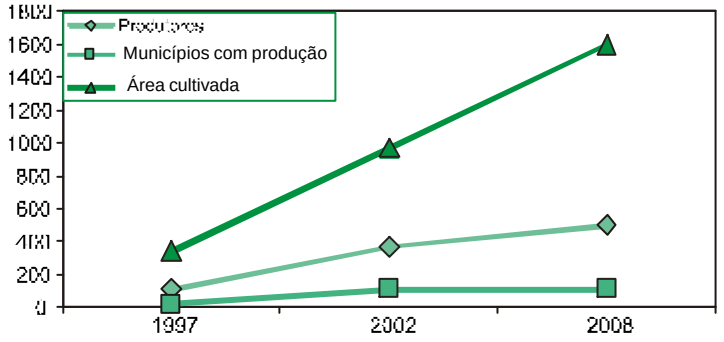
No sul do Brasil, a floricultura tem destaque em Santa Catarina, onde a produção de plantas para paisagismo tem longa tradição. Ela iniciou a partir da chegada dos imigrantes, especialmente de origem alemã, nas regiões norte e nordeste do Estado, nas cidades de Joinville e Corupá, e de origem italiana, que se estabeleceram no Vale do Itajaí, nas cidades de Rio do Oeste, Indaial e Laurentino.

Nos últimos 20 anos, o mercado das ornamentais tem crescido próximo de 10% ao ano, conforme dados do - Instituto Brasileiro de Floricultura (Ibraflor). Santa Catarina se destaca entre os produtores nacionais, com seus produtos comercializados no próprio Estado, além dos mercados do Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Rio de Janeiro, entre outros.

Os produtores precisam ter cada vez mais capacidade técnica para produzir com técnicas modernas e novos parâmetros de produção. Apesar de ser uma importante atividade econômica, especialmente para os pequenos agricultores, a floricultura enfrenta dificuldades e carece de pesquisas e tecnologias alternativas para competir no mercado. Pesquisas são escassas e, quando ocorrem, poucas vezes são ligadas à demanda de produtores e consumidores.

Com a floricultura em desenvolvimento, as perspectivas são de crescimento da área de cultivo, número de produtores, bem como dos mercados consumidores a cada ano. Entre as plantas para paisagismo, em Santa Catarina, a produção é em torno de 350 produtos de diferentes espécies.

Mesmo com carência de pesquisas regionais para possível atualização de dados, pode ser observado avanço com o passar dos anos (Figura 9).



Fonte: Epagri.

Figura 9/I. - *Evolução da floricultura de Santa Catarina - 1997-2008*

Somente poucas espécies de ornamentais (Helicônias, Gladíolo, Bougainvillea e Ficus) são indicadas para cultivo no Estado, conforme zoneamento agroclimático. Mesmo assim encontram-se

produções com excelente qualidade em várias regiões catarinenses, do oeste ao litoral. Independentemente do espaço de abrangência (local, regional, estadual, interestadual, nacional e até internacional), o Estado de Santa Catarina se destaca entre os estados produtores e seus produtos são comercializados nos diferentes mercados, tanto nacional quanto internacional.

Perspectivas para as flores e plantas ornamentais

Com produto cada vez melhor oferecido ao consumidor e aumento de pontos de comercialização das flores e plantas ornamentais, este ramo do agronegócio cresce a cada ano.

Como conta com grandes perspectivas de expansão futura, as expectativas para o setor de flores e plantas ornamentais são boas. Segundo o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais, o setor espera crescimento de 10% no faturamento bruto em 2010 e a previsão de aumento no consumo interno brasileiro de flores e plantas ornamentais é de aproximadamente 14% até fins de 2010.

O fortalecimento desse agronegócio necessita de incrementos em todos os elos da cadeia produtiva, incluindo seus agentes. É importante capacitar recursos humanos desde a produção até o consumidor final, bem como priorizar o estímulo ao consumo.

Gilberto Luiz Curti - ***Extensionista rural - Epagri/Cepa/Chapecó***
e-mail: gilbertoluizcurti@gmail.com
Tel. 49 3361.0600

Comercialização de produtos hortifrutigranjeiros na Ceasa/SC - Unidade de São José

A partir de 2007 iniciaram-se o acompanhamento e a análise de hortifrutigranjeiros e demais produtos comercializados no atacado nas Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (Ceasa/SC) – Unidade de São José, com vistas à elaboração de um boletim mensal intitulado **Estatísticas de produtos agrícolas comercializados na Ceasa/SC**, que contou com a parceria entre a Ceasa/SC e a Epagri/Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa).

Numa análise dos dados acompanhados pela Ceasa/SC – Unidade de São José, observou-se que durante o ano de 2009 foram comercializados aproximadamente 125 produtos, representando um volume total de 300,3 mil toneladas, um montante financeiro de R$ 314,9 milhões e um preço médio ponderado de R$ 1,05 por quilo de produto negociado.

Em comparação com os dados de 2008, em 2009 constatou-se um crescimento anual de 4,3% na quantidade comercializada, de 10,3 % no volume financeiro e de 6,1% no preço médio comercializado (Tabela 1).

Tabela 1/I. *Hortifrutigranjeiros – Quantidade e valor, por grupo de produtos comercializados, no atacado - Ceasa/SC – 2009*

Grupo de produto	Oferta		Valor		Preço médio
	(t)	Partic.(%)	(R$ 1.000)	Partic.(%)	(R$/kg)
Hortaliças	55.795	51,9	141.177	44,8	0,91
Folha, flor, haste	19.076	6,4	12.370	3,9	0,65
Fruto	59.024	19,7	52.191	16,6	0,88
Raiz, bulbo,tubérculo, rizoma	77.024	25,7	73.289	23,3	0,95
Importadas	671	0,2	3.327	1,1	4,96
Frutas	135.893	45,3	156.460	49,7	1,15
Nacionais	132.727	44,2	146.178	46,4	1,10
Importadas	3.166	1,1	10.282	3,3	3,25
Aves e ovos	6.381	2,1	12.850	4,1	2,01
Atípicos alimentícios	2.200	0,7	4.378	1,4	1,99
Atípicos não alimentícios	6	0,0	11	0,0	1,81
Total Geral	**300.275**	**100,0**	**314.876**	**100,0**	**1,05**

Fonte: Ceasa/SC-Unidade de São José.

O desempenho positivo dos produtos hortifrutigranjeiros demonstra a importância do mercado atacadista na Ceasa/SC para os produtores e a sociedade catarinense, possibilitando o abastecimento de maneira regular e preço compatível com a oferta e a demanda.

No mercado atacadista, em 2009, a participação desses dez produtos (Tabela 2) na quantidade total comercializada (Tabela 1) foi de 61,48%, representando um movimento financeiro da ordem de 175,5 milhões de reais.

Por mesorregião geográfica, em 2009, a Grande Florianópolis comercializou 89,7 mil toneladas,

Tabela 2/I. *Hortigranjeiros – Produtos mais comercializados, no atacado, na Ceasa/SC – 2008-09*

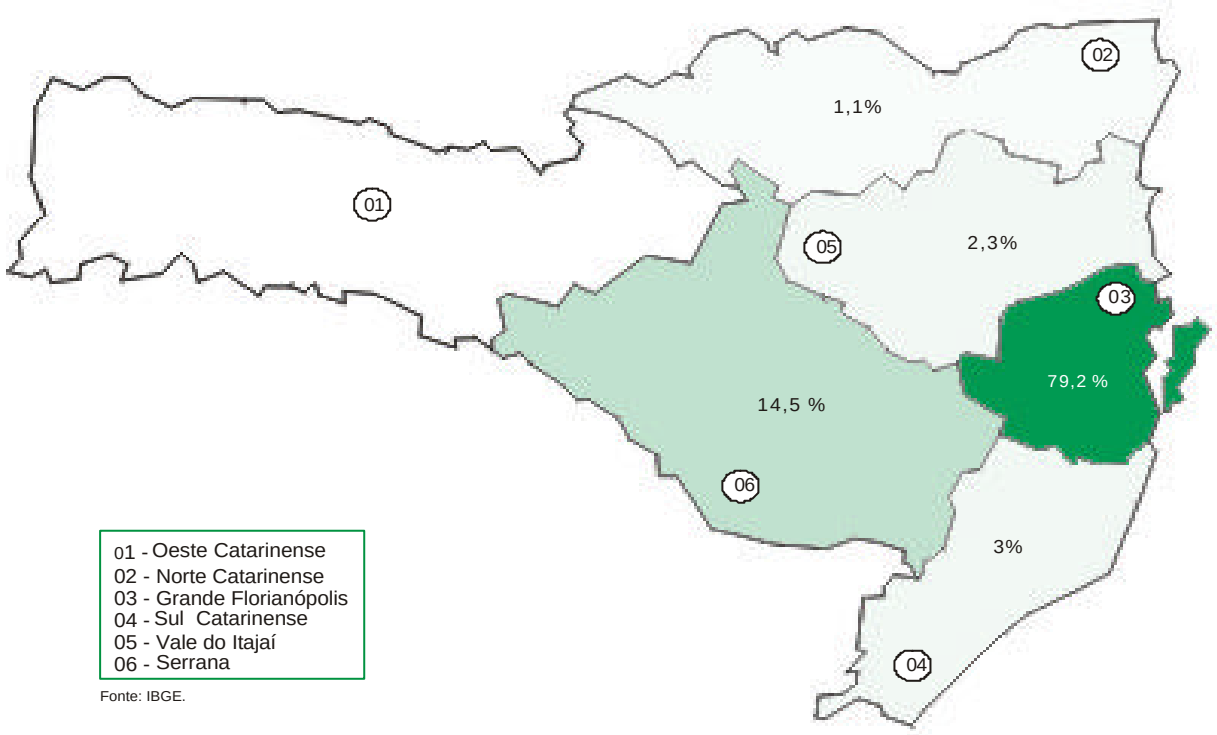
(1.000t)

Produto	2008	2009	Var.(%) 2009/2008
Batata inglesa	34.642	35.740	3,2
Tomate longa vida	29.242	29.981	2,5
Laranja	21.054	23.545	11,8
Mamão	19.029	20.468	7,6
Cebola	16.546	15.867	-4,1
Melancia	13.030	13.622	4,6
Maçã	12.043	13.432	11,5
Banana	12.102	12.915	6,7
Cenoura	11.961	10.713	-10,4
Tangerina	11.309	8.324	-26,4
Total	**180.958**	**184.607**	**2,0**

Fonte: Ceasa/SC.

principalmente de raiz, tubérculo, rizoma, folha, flor, fruto e haste, propiciando um volume financeiro de 72,5 milhões de reais nas operações comerciais; a Serrana ofertou 16,4 mil toneladas e movimentou 19,9 milhões de reais; a do Vale do Itajaí foi responsável pela oferta de 2,6 mil toneladas e movimentou 3,7 milhões de reais; o Norte Catarinense ofertou 1,2 mil toneladas e movimentou 1,1 milhão de reais e, finalmente, o Sul Catarinense foi responsável pela negociação de 3,4 mil toneladas representando um total de 3,4 milhões de reais nas operações comerciais realizadas (Mapa 1).

Figura1/I. Hortigranjeiros – Quantidade comercializada por mesorregião geográfica – Santa Catarina – 2009



Fonte: IBGE.

Em 2009, a Ceasa/SC acompanhou e monitorou os seguintes produtos: batata-salsa, batata-doce, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, couve-flor, maçã, maracujá, morango, pimentão, pinhão, repolho e tomate, uva e vagem. Na análise desses produtos levou-se em consideração a sua importância socioeconômica para o Estado (Tabela 3).

Tabela 3/I. *Hortifrutigranjeiros – Quantidade comercializada, local de origem e participação percentual dos produtos monitorados pela Ceasa/SC – 2009*

Produto/Estado	BA		ES		GO		MG		PE		PR	
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)
Batata doce	-	-	-	-	-	-	3,5	0,1	-	-	61,3	1,7
Beterraba	-	-	-	-	11,0	7,6	53,6	1,3	-	-	39,7	1,0
Cebola	419,6	2,6	-	-	57,0	4,3	64,2	0,4	560,6	42,6	256,2	1,6
Cenoura	-	-	0,3	-	37,5	1,5	1.226,7	11,5	-	-	269,3	2,5
Chuchu	-	-	912,3	14,5	-	-	-	-	-	-	318,9	5,1
Couve-flor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,9	0,1
Maçã	-	-	1,0	0,0	-	-	5,1	0,0	-	-	355,0	2,6
Maracujá	14,6	2,1	-	-	-	-	-	-	-	-	2,5	0,4
Morango	-	-	-	-	-	-	402,1	16,7	-	-	-	-
Pimentão	0,5	0,0	228,4	5,9	-	-	10,8	0,3	-	-	39,2	1,0
Repolho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19,7	0,2
Tomate longa vida	23,0	0,1	1.899,5	6,3	112,5	0,4	585,3	2,0	15,0	0,3	1.690,6	5,6
Total	**457,7**	**0,4**	**3.041,4**	**2,9**	**218,0**	**0,2**	**2.351,2**	**2,2**	**575,6**	**0,6**	**3.057,5**	**2,9**

(Continua)

(Continuação)

Produto/Estado	RJ		RS		SC		SP		Argentina		Quantidade total(t)
	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)
Batata doce	-	-	39,1	1,1	2.875,5	77,5	729,6	19,7	-	-	3.709,1
Beterraba	-	-	847,7	20,2	3.096,2	73,9	144,7	3,5	-	-	4.192,9
Cebola	-	-	170,0	1,1	13.021,8	82,1	1.317,1	8,3	-	-	15.866,5
Cenoura	-	-	3.114,4	29,1	3.612,8	33,7	2.452,2	22,9	-	-	10.713,1
Chuchu	63,6	1,6	0,7	0,0	4.069,9	64,7	927,8	14,7	-	-	6.293,1
Couve-flor	-	-	-	-	5.893,0	99,7	15,5	0,3	-	-	5.913,4
Maçã	-	-	1.241,5	9,2	11.192,7	83,3	497,5	3,7	139,7	1,0	13.432,5
Maracujá	-	-	-	-	447,1	62,9	247,1	34,7	-	-	711,3
Morango	-	-	56,8	2,4	1.917,4	79,8	27,7	1,2	-	-	2.404,1
Pimentão	97,5	3,6	-	-	2.695,3	69,4	812,7	20,9	-	-	3.884,3
Repolho	-	-	-	-	8.069,2	99,7	8,4	0,1	-	-	8.097,3
Tomate longa vida	1.309,8	4,4	38,8	0,1	19.919,7	66,4	4.356,2	14,5	30,8	0,1	29.981,1
Total	**1.470,8**	**1,4**	**5.509,0**	**5,2**	**76.810,6**	**73,0**	**11.536,4**	**11,0**	**170,5**	**0,2**	**105.198,6**

Fonte: Ceasa/SC.

René Alberto Osório* - *Engenheiro Agrônomo - Epagri
e-mail: reneosorioo@bol.com.br - Tel. 48 3239.3900

Parte I

Calendário agrícola

Produto	Fase	MÊS											
		Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Alho	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Arroz	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Banana	Colheita												
	Comerc.												
Batata	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Cebola	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Feijão 1ªSafra	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Feijão 2ªSafra	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Fumo	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Mandioca	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Milho	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Soja	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Trigo	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Tomate	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Maçã	Colheita												
	Comerc.												

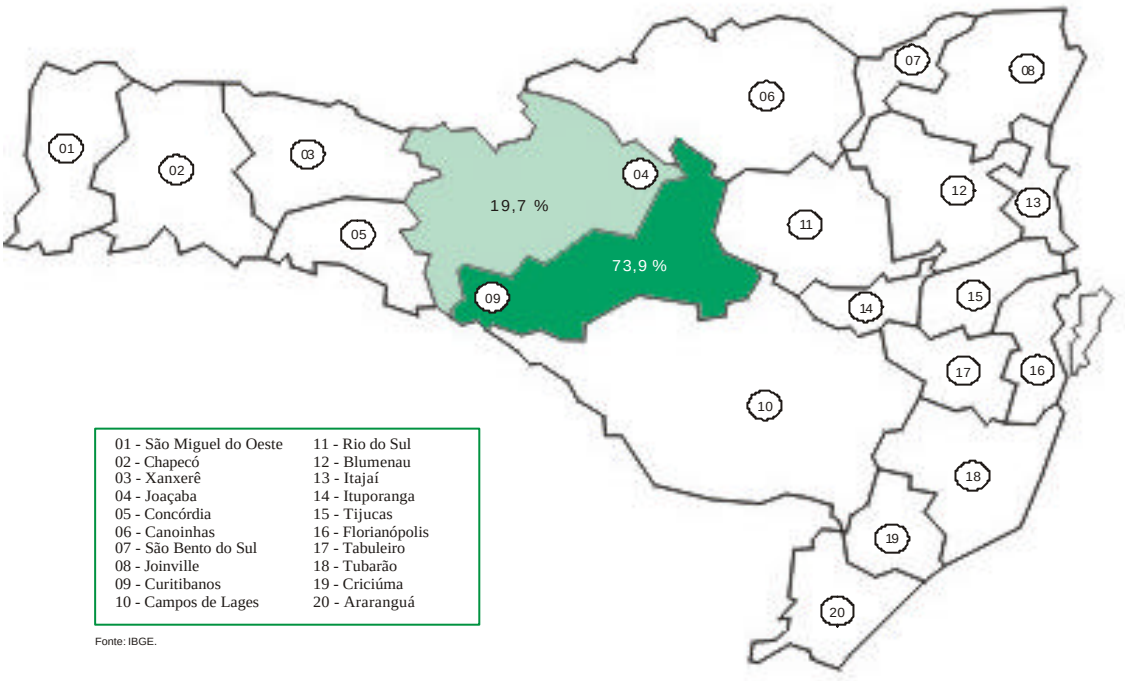
Maior concentração.

Menor concentração.

Fonte: Epagri/Cepa.

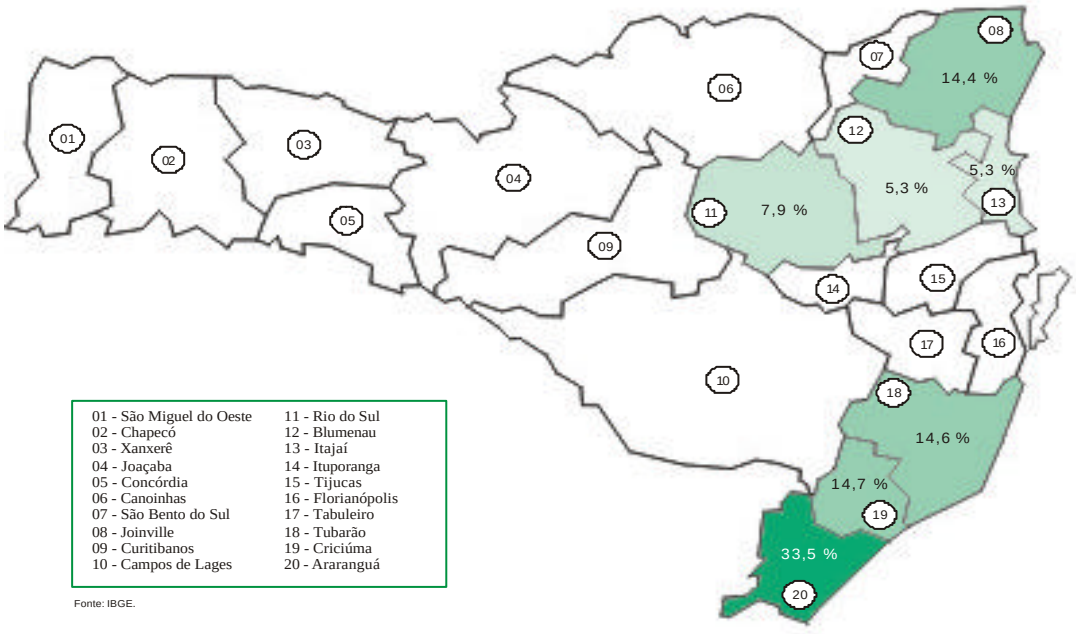
Percentual de concentração da produção vegetal e efetivo animal

Alho - Concentração da produção por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safra 2009
(Total = 11.553 t)



Fonte: IBGE.

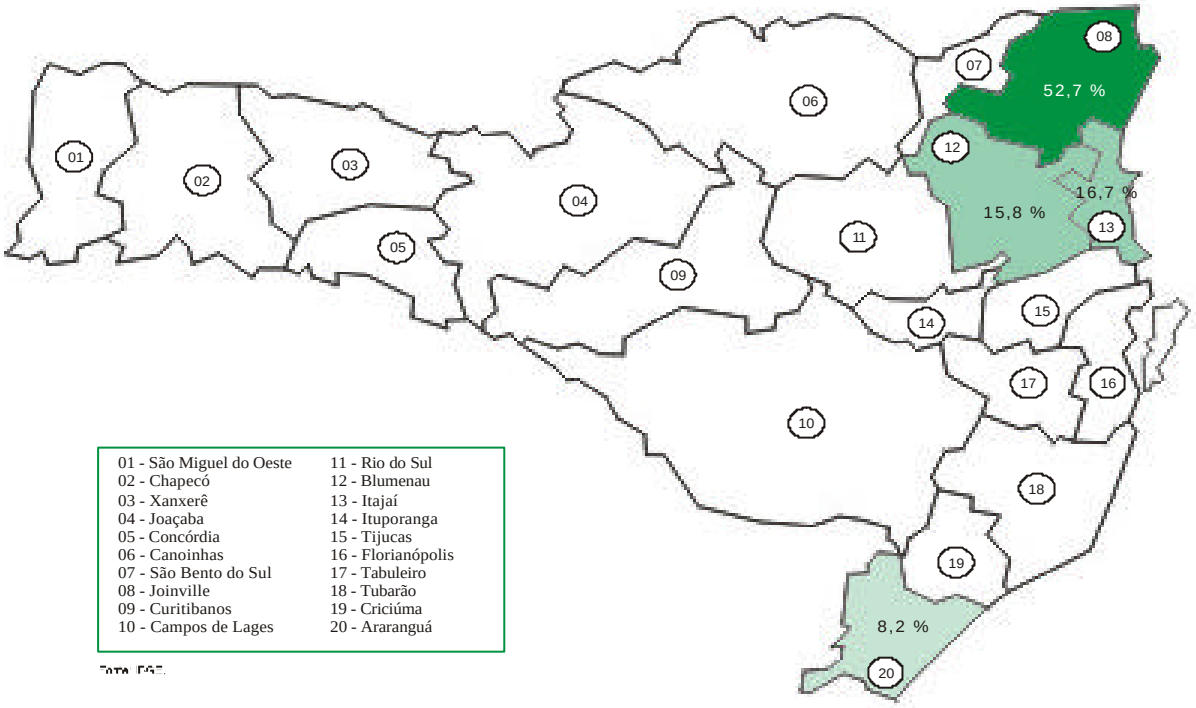
Arroz - Concentração da produção por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safra 2008/09
(Total = 1.034,2 mil t)



Fonte: IBGE.

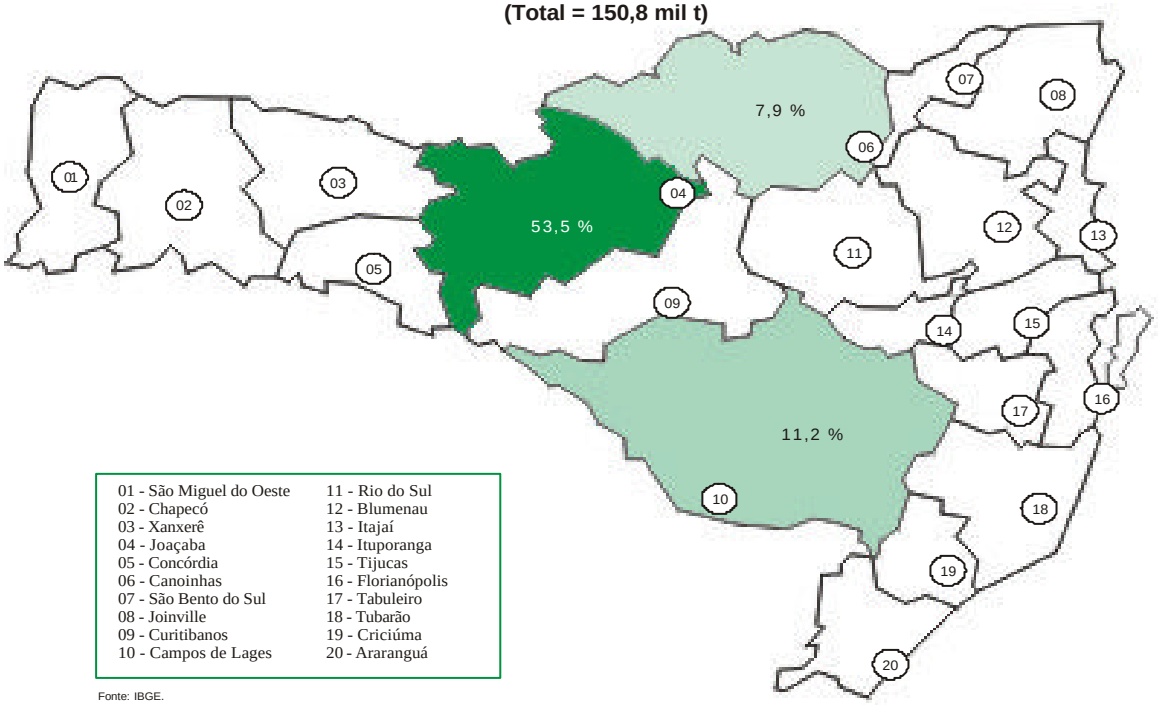
Parte I

Banana - Concentração da produção por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safra 2009
(Total = 624,2 mil t)



01 - São Miguel do Oeste	11 - Rio do Sul
02 - Chapecó	12 - Blumenau
03 - Xanxerê	13 - Itajaí
04 - Joaçaba	14 - Ituporanga
05 - Concórdia	15 - Tijucas
06 - Canoinhas	16 - Florianópolis
07 - São Bento do Sul	17 - Tabuleiro
08 - Joinville	18 - Tubarão
09 - Curitibanos	19 - Criciúma
10 - Campos de Lages	20 - Araranguá

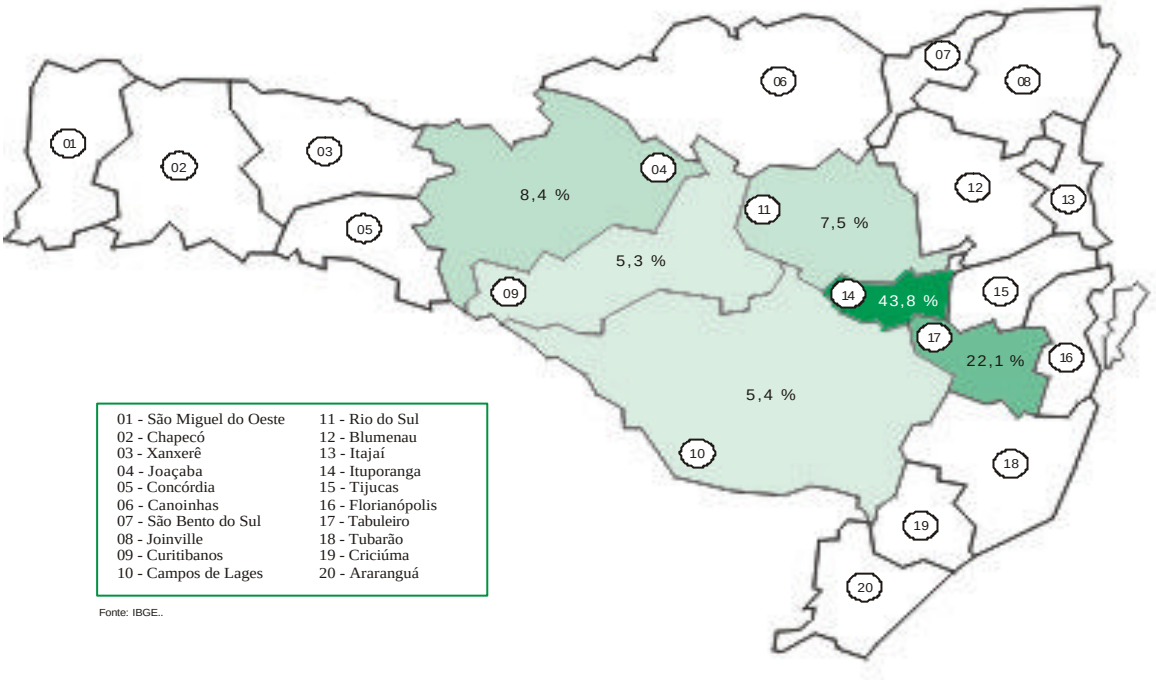
Batata - Concentração da produção por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safra 2008/09
(Total = 150,8 mil t)



01 - São Miguel do Oeste	11 - Rio do Sul
02 - Chapecó	12 - Blumenau
03 - Xanxerê	13 - Itajaí
04 - Joaçaba	14 - Ituporanga
05 - Concórdia	15 - Tijucas
06 - Canoinhas	16 - Florianópolis
07 - São Bento do Sul	17 - Tabuleiro
08 - Joinville	18 - Tubarão
09 - Curitibanos	19 - Criciúma
10 - Campos de Lages	20 - Araranguá

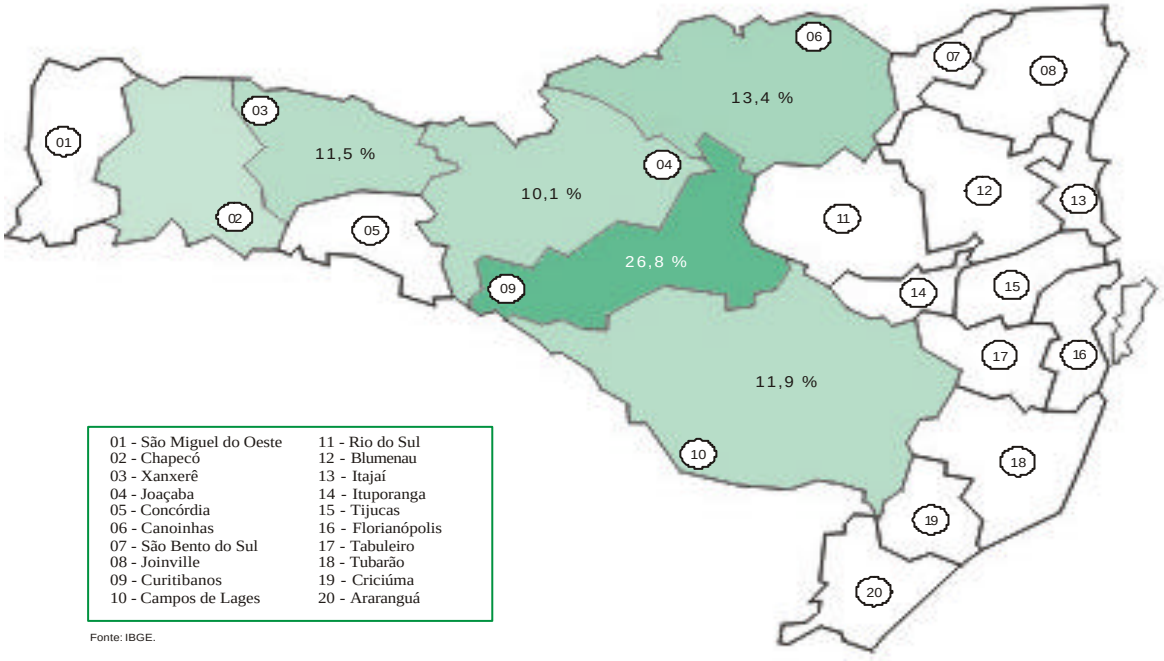
Fonte: IBGE.

Cebola - Concentração da produção por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safra 2009
(Total = 454,3 mil t)



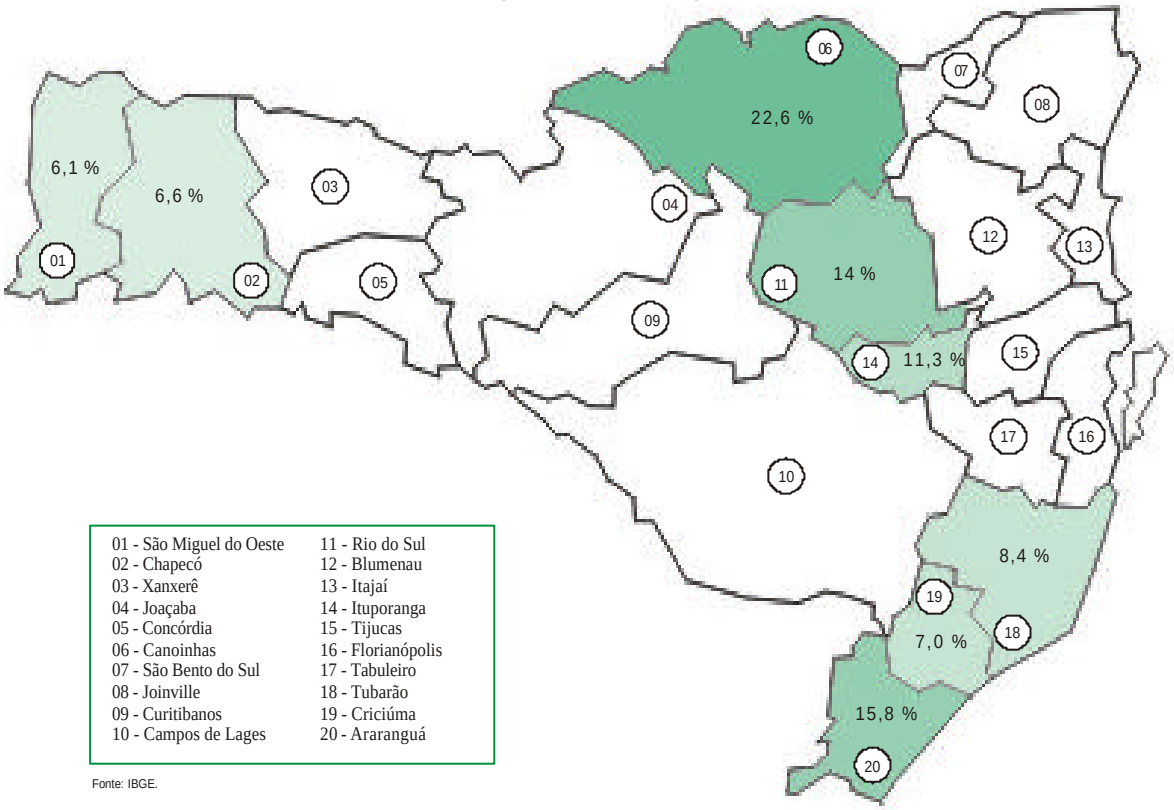
Fonte: IBGE..

Feijão - Concentração da produção por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safra 2008/09
(Total = 178,5 mil t)



Fonte: IBGE.

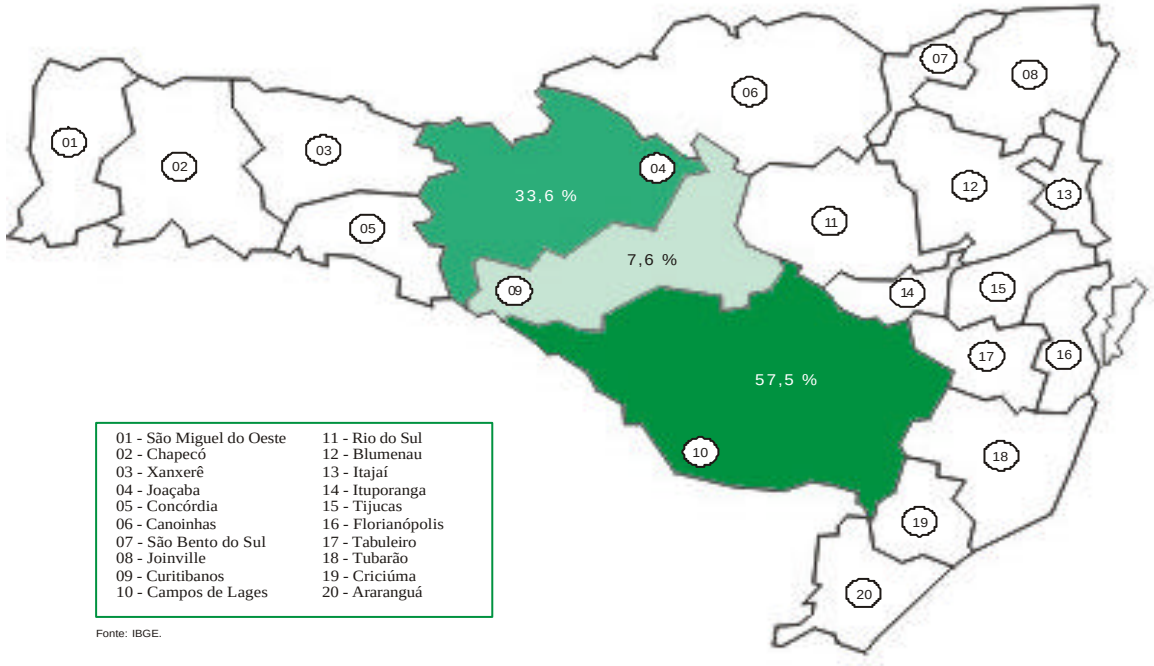
Fumo - Concentração da produção por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safra 2008/09
(Total = 247,7 mil t)



01 - São Miguel do Oeste	11 - Rio do Sul
02 - Chapecó	12 - Blumenau
03 - Xanxerê	13 - Itajaí
04 - Joaçaba	14 - Ituporanga
05 - Concórdia	15 - Tijucas
06 - Canoinhas	16 - Florianópolis
07 - São Bento do Sul	17 - Tabuleiro
08 - Joinville	18 - Tubarão
09 - Curitibanos	19 - Criciúma
10 - Campos de Lages	20 - Araranguá

Fonte: IBGE.

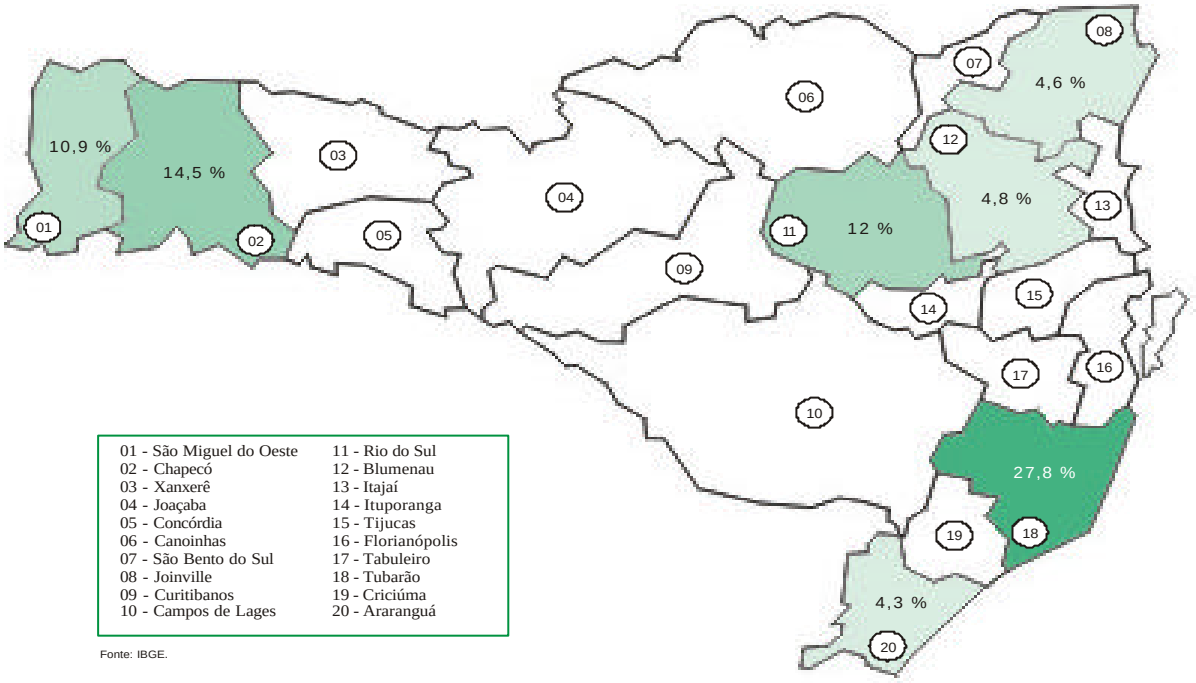
Maçã - Concentração da produção por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safra 2008/09
(Total = 622,5 mil t)



01 - São Miguel do Oeste	11 - Rio do Sul
02 - Chapecó	12 - Blumenau
03 - Xanxerê	13 - Itajaí
04 - Joaçaba	14 - Ituporanga
05 - Concórdia	15 - Tijucas
06 - Canoinhas	16 - Florianópolis
07 - São Bento do Sul	17 - Tabuleiro
08 - Joinville	18 - Tubarão
09 - Curitibanos	19 - Criciúma
10 - Campos de Lages	20 - Araranguá

Fonte: IBGE.

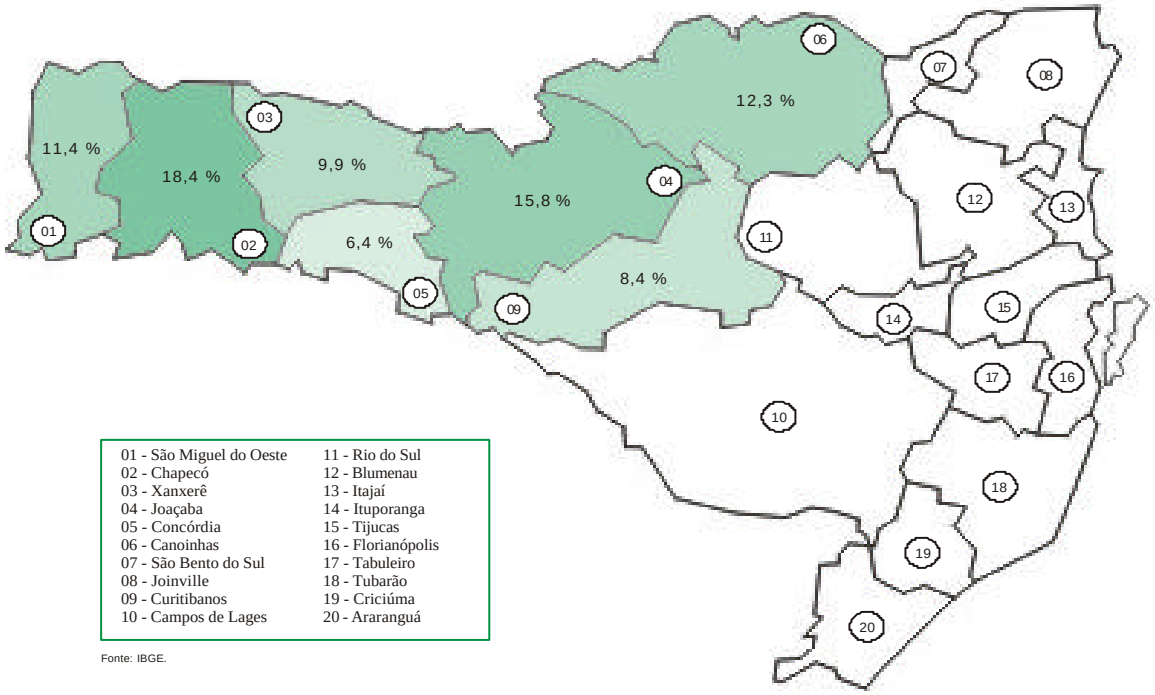
Mandioca - Concentração da produção por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safra 2008/09
(Total = 568,8 mil t)



01 - São Miguel do Oeste	11 - Rio do Sul
02 - Chapecó	12 - Blumenau
03 - Xanxerê	13 - Itajaí
04 - Joaçaba	14 - Ituporanga
05 - Concórdia	15 - Tijucas
06 - Canoinhas	16 - Florianópolis
07 - São Bento do Sul	17 - Tabuleiro
08 - Joinville	18 - Tubarão
09 - Curitibanos	19 - Criciúma
10 - Campos de Lages	20 - Araranguá

Fonte: IBGE.

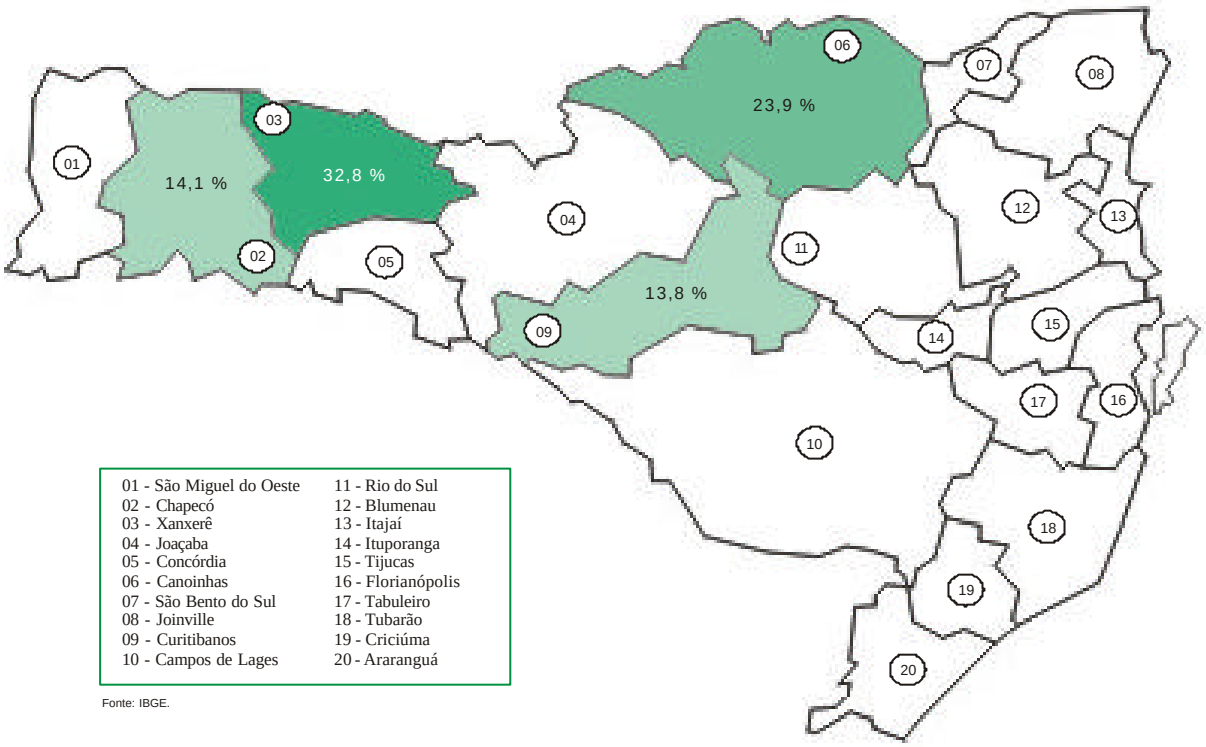
Milho - Concentração da produção por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safra 2008/09
(Total = 3.265,2 mil t)



01 - São Miguel do Oeste	11 - Rio do Sul
02 - Chapecó	12 - Blumenau
03 - Xanxerê	13 - Itajaí
04 - Joaçaba	14 - Ituporanga
05 - Concórdia	15 - Tijucas
06 - Canoinhas	16 - Florianópolis
07 - São Bento do Sul	17 - Tabuleiro
08 - Joinville	18 - Tubarão
09 - Curitibanos	19 - Criciúma
10 - Campos de Lages	20 - Araranguá

Fonte: IBGE.

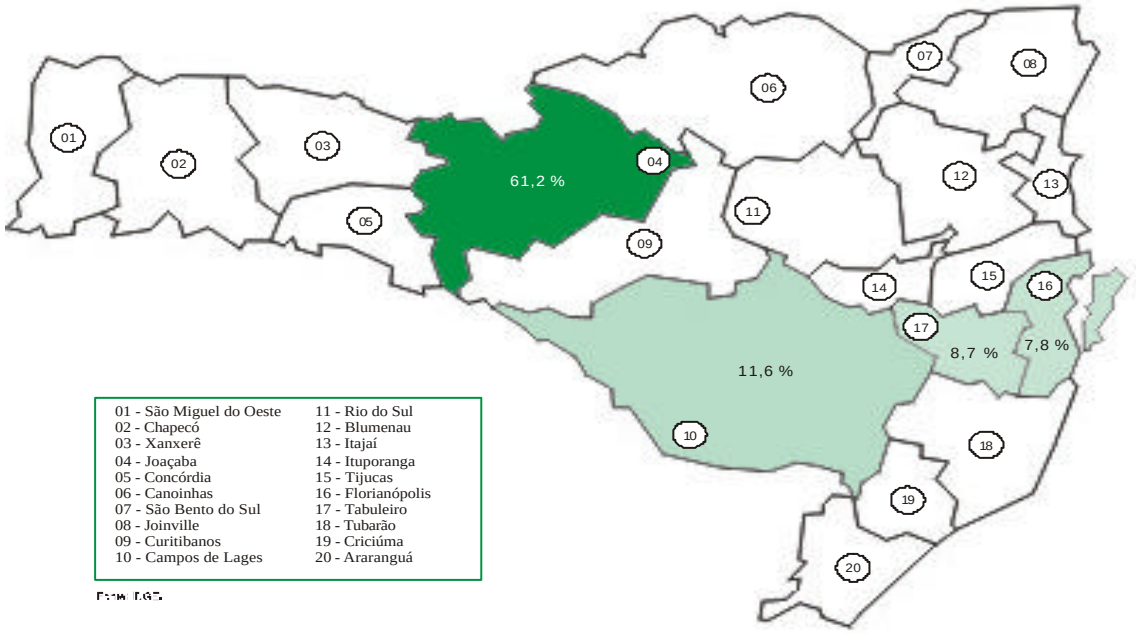
Soja - Concentração da produção por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safra 2008/09
(Total = 993,9 mil t)



01 - São Miguel do Oeste	11 - Rio do Sul
02 - Chapecó	12 - Blumenau
03 - Xanxerê	13 - Itajaí
04 - Joaçaba	14 - Ituporanga
05 - Concórdia	15 - Tijucas
06 - Canoinhas	16 - Florianópolis
07 - São Bento do Sul	17 - Tabuleiro
08 - Joinville	18 - Tubarão
09 - Curitibanos	19 - Criciúma
10 - Campos de Lages	20 - Araranguá

Fonte: IBGE.

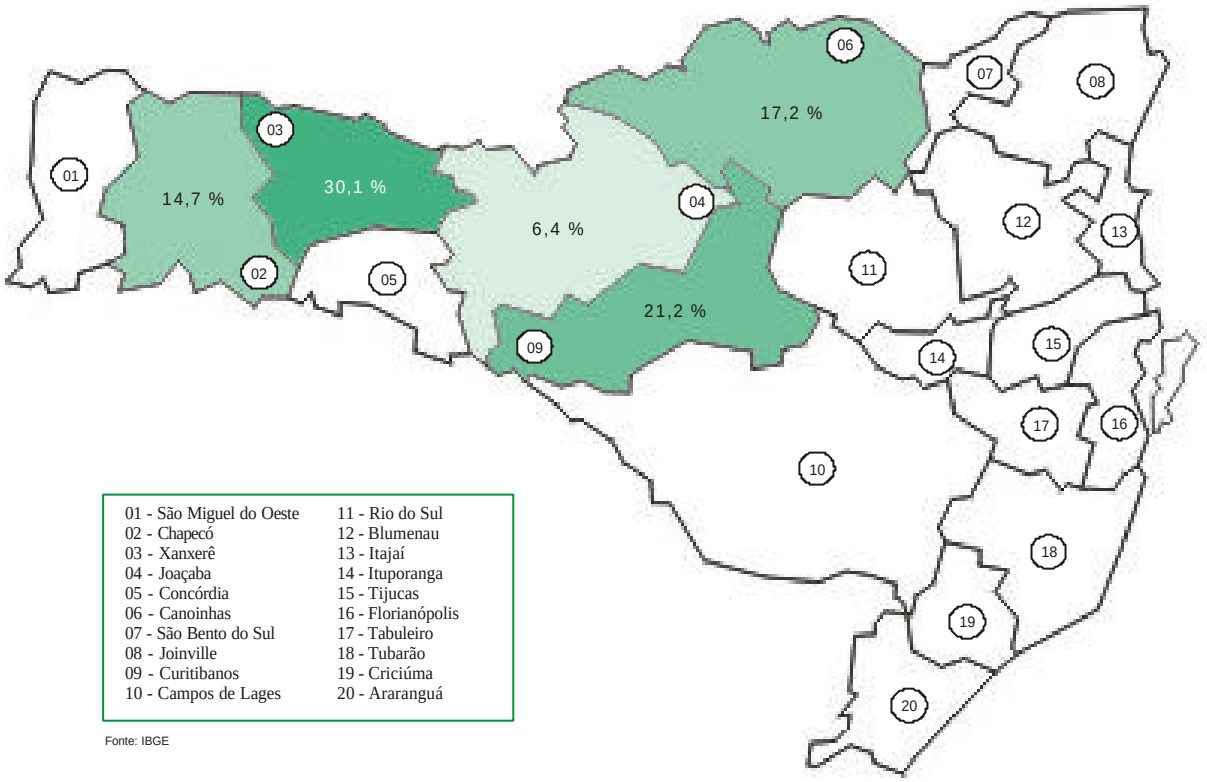
Tomate - Concentração da produção por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safra 2008/09
(Total = 182,4 mil t)



01 - São Miguel do Oeste	11 - Rio do Sul
02 - Chapecó	12 - Blumenau
03 - Xanxerê	13 - Itajaí
04 - Joaçaba	14 - Ituporanga
05 - Concórdia	15 - Tijucas
06 - Canoinhas	16 - Florianópolis
07 - São Bento do Sul	17 - Tabuleiro
08 - Joinville	18 - Tubarão
09 - Curitibanos	19 - Criciúma
10 - Campos de Lages	20 - Araranguá

Fonte: IBGE.

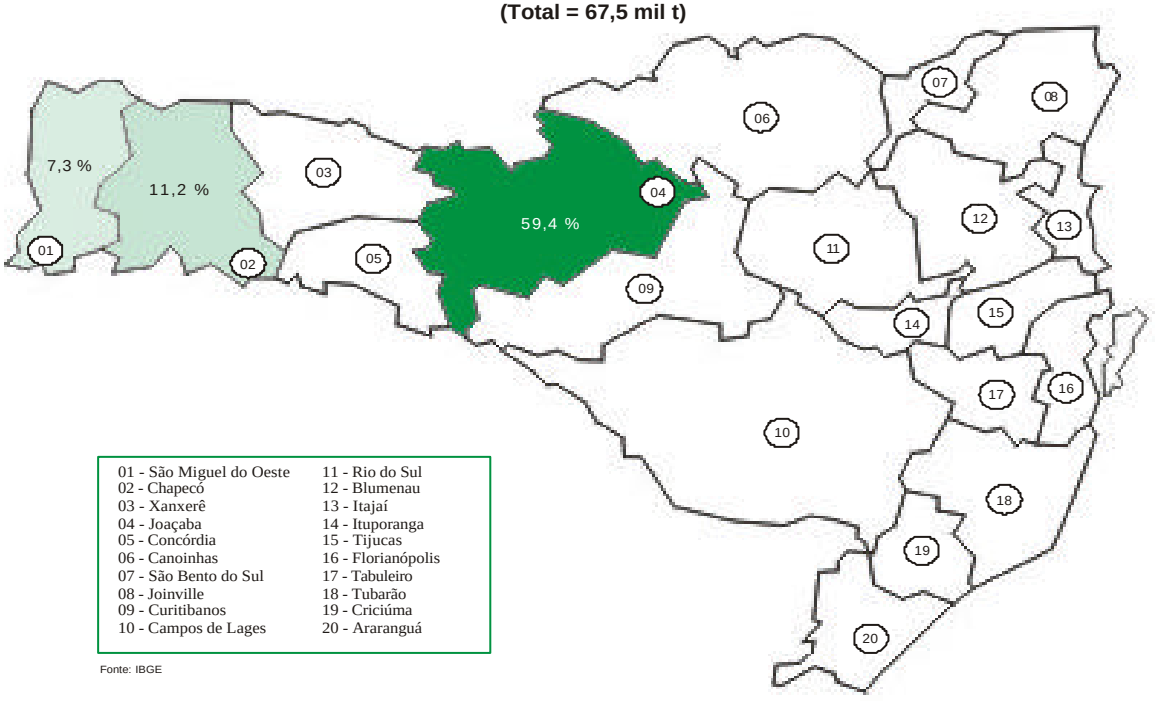
Trigo - Concentração da produção por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safra 2009
(Total = 275,2 mil t)



01 - São Miguel do Oeste	11 - Rio do Sul
02 - Chapecó	12 - Blumenau
03 - Xanxerê	13 - Itajaí
04 - Joaçaba	14 - Ituporanga
05 - Concórdia	15 - Tijucas
06 - Canoinhas	16 - Florianópolis
07 - São Bento do Sul	17 - Tabuleiro
08 - Joinville	18 - Tubarão
09 - Curitibanos	19 - Criciúma
10 - Campos de Lages	20 - Araranguá

Fonte: IBGE

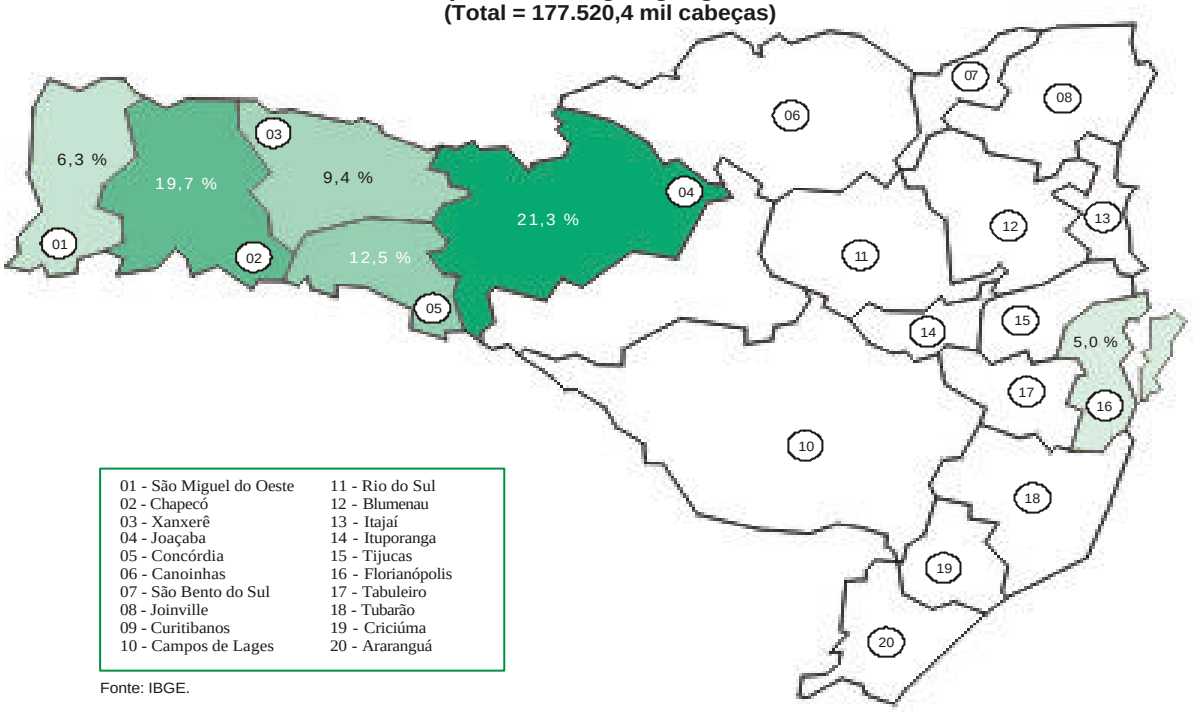
Uva - Concentração da produção por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safra 2009
(Total = 67,5 mil t)



01 - São Miguel do Oeste	11 - Rio do Sul
02 - Chapecó	12 - Blumenau
03 - Xanxerê	13 - Itajaí
04 - Joaçaba	14 - Ituporanga
05 - Concórdia	15 - Tijucas
06 - Canoinhas	16 - Florianópolis
07 - São Bento do Sul	17 - Tabuleiro
08 - Joinville	18 - Tubarão
09 - Curitibanos	19 - Criciúma
10 - Campos de Lages	20 - Araranguá

Fonte: IBGE

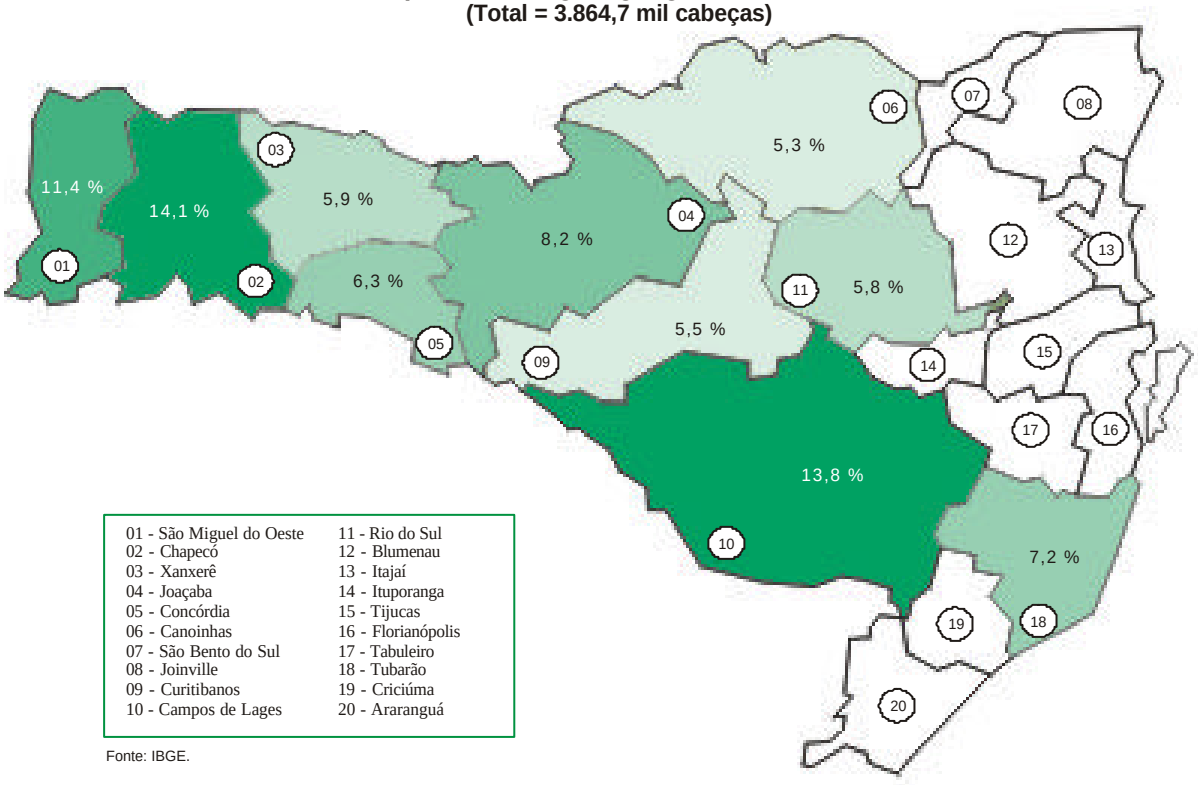
Aves - Efetivo por microrregão geográfica - IBGE - 2008
(Total = 177.520,4 mil cabeças)



01 - São Miguel do Oeste	11 - Rio do Sul
02 - Chapecó	12 - Blumenau
03 - Xanxerê	13 - Itajaí
04 - Joaçaba	14 - Ituporanga
05 - Concórdia	15 - Tijucas
06 - Canoinhas	16 - Florianópolis
07 - São Bento do Sul	17 - Tabuleiro
08 - Joinville	18 - Tubarão
09 - Curitibanos	19 - Criciúma
10 - Campos de Lages	20 - Araranguá

Fonte: IBGE.

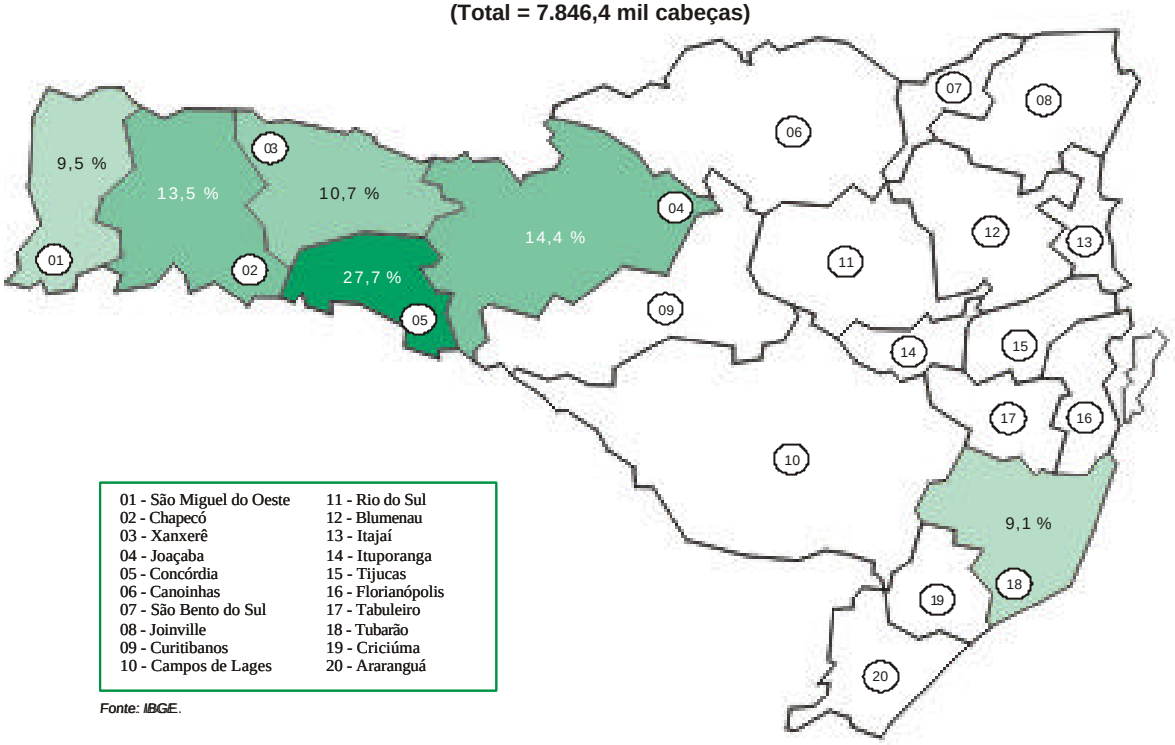
Bovino - Efetivo por microrregião geográfica - Santa Catarina - 2008
(Total = 3.864,7 mil cabeças)



01 - São Miguel do Oeste	11 - Rio do Sul
02 - Chapecó	12 - Blumenau
03 - Xanxerê	13 - Itajaí
04 - Joaçaba	14 - Ituporanga
05 - Concórdia	15 - Tijucas
06 - Canoinhas	16 - Florianópolis
07 - São Bento do Sul	17 - Tabuleiro
08 - Joinville	18 - Tubarão
09 - Curitibanos	19 - Criciúma
10 - Campos de Lages	20 - Araranguá

Fonte: IBGE.

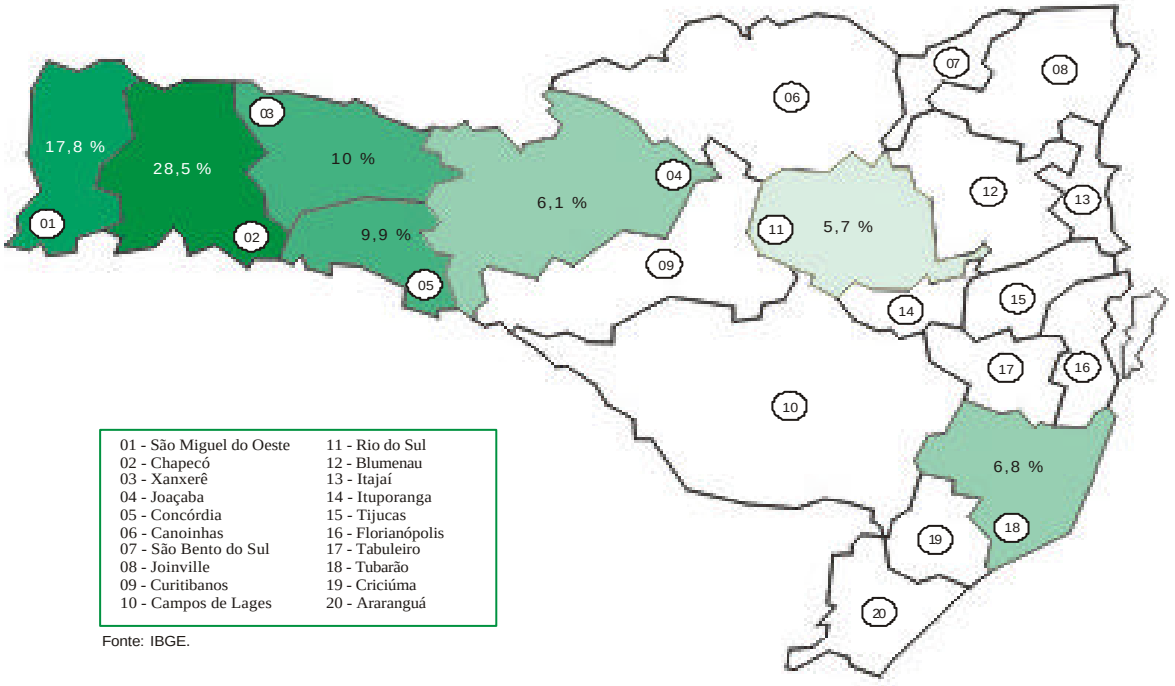
Suíno - Efetivo por microrregião geográfica - Santa Catarina - 2008
(Total = 7.846,4 mil cabeças)



01 - São Miguel do Oeste	11 - Rio do Sul
02 - Chapecó	12 - Blumenau
03 - Xanxerê	13 - Itajaí
04 - Joaçaba	14 - Ituporanga
05 - Concórdia	15 - Tijucas
06 - Canoinhas	16 - Florianópolis
07 - São Bento do Sul	17 - Tabuleiro
08 - Joinville	18 - Tubarão
09 - Curitibanos	19 - Criciúma
10 - Campos de Lages	20 - Araranguá

Fonte: IBGE.

Leite - Concentração da produção por microrregião geográfica Santa Catarina - 2008
(Total = 2.126,8 bilhões de litros)



01 - São Miguel do Oeste	11 - Rio do Sul
02 - Chapecó	12 - Blumenau
03 - Xanxerê	13 - Itajaí
04 - Joaçaba	14 - Ituporanga
05 - Concórdia	15 - Tijucas
06 - Canoinhas	16 - Florianópolis
07 - São Bento do Sul	17 - Tabuleiro
08 - Joinville	18 - Tubarão
09 - Curitibanos	19 - Criciúma
10 - Campos de Lages	20 - Araranguá

Fonte: IBGE.

Carne bovina

Mercado internacional

Os três países que são grandes produtores de carne bovina e, também, grandes exportadores são Brasil, Estados Unidos e Austrália, já que a União Europeia, a China, a Argentina, a Índia e o México são grandes produtores, mas também grandes consumidores.

O Brasil, em termos de exportação, ultrapassou os Estados Unidos em 2003, a Austrália em 2004 e tem mantido a primeira posição com facilidade. A previsão do USDA para 2010 é de que a Austrália exporte o equivalente a 74% da exportação brasileira e os Estados Unidos, 51%. O percentual da produção do país que é exportado é bem diferente nos três países: os Estados Unidos, maior produtor, exportam 8%, o Brasil, 20% e a Austrália, 49% (Tabela 1).

Tabela 1/I. *Carne Bovina – Comparação Brasil, Estados Unidos e Austrália no mercado internacional – 2005-10*

(1.000t)

Discriminação	2005	2006	2007	2008	2009	2010[1]
Brasil						
Produção	8.355	9.025	9.303	9.024	8.935	9.300
Exportação	1.800	2.084	2.189	1.801	1.596	1.825
Estados Unidos						
Produção	11.320	11.980	12.096	12.163	11.889	11.789
Exportação	285	519	650	856	848	930
Austrália						
Produção	2.183	2.183	2.172	2.159	2.100	2.760
Exportação	1.470	1.430	1.400	1.407	1.364	135

[1] Previsão USDA (abril/2010) em equivalente carcaça.
Fonte: USDA.

Os Estados Unidos consomem mais do que produzem, o que os torna maior importador do que exportador. As importações do Brasil não são consideradas pelo USDA, mas o País é o maior exportador mundial, seguido pela Austrália (Tabela 2)

Os maiores importadores são os Estados Unidos, a Rússia, o Japão e a União Europeia. A Rússia é o maior importador do Brasil, mas os outros três compram pouco do Brasil, o que faz destes países os mercados mais desejados pelos exportadores brasileiros.

A previsão do USDA é de que as exportações mundiais de carne bovina, em 2010, caiam 0,14%; as da Austrália diminuam 1%; as dos Estados Unidos aumentem 9,7% e as do Brasil 14,3%.

Tabela 2/I. *Carne bovina – Principais países do mercado – 2009-10*

(1.000t[1])

País	Produtor		Consumidor		Importador		Exportador	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Estados Unidos	11.889	11.789	12.268	12.080	1.192	1.207	848	930
Brasil	8.935	9.300	7.374	7.520	-	-	1.596	1.825
União Europeia-27	7.970	7.920	8.317	8.270	495	500	148	150
China	5.764	5.550	5.746	5.547	-	-	-	-
Argentina	3.400	2.800	2.749	2.430	-	-	653	380
Índia	2.610	2.760	2.020	2.135	-	-	590	625
Austrália	2.100	2.075	-	-	-	-	1.364	1.350
México	1.700	1.735	1.971	2.020	322	340	-	-
Canadá	1.245	1.225	1.010	1.000	247	265	480	490
Rússia	1.285	1.260	2.172	2.157	895	905	-	-
Paquistão	1.226	1.250	1.230	1.254	-	-	-	-
Nova Zelândia	-	-	-	-	-	-	514	510
Japão	-	-	1.210	1.212	697	702	-	-
Coréia do Sul	-	-	-	-	315	325	-	-
Egito	-	-	-	-	180	190	-	-
Uruguai	-	-	-	-	-	-	370	410
Chile	-	-	-	-	166	170	-	-
Paraguai	-	-	-	-	-	-	254	280
Hong Kong	-	-	-	-	154	185	-	-
Subtotal	48.124	47.664	46.067	45.625	4.663	4.789	6.817	6.950
Outros	8.893	8.961	10.298	10.520	1.953	1.929	450	307
Total	**57.017**	**56.625**	**56.365**	**56.145**	**6.616**	**6.718**	**7.267**	**7.257**

[1] Em equivalente carcaça.
Fonte: USDA.

Mercado nacional

O rebanho bovino do Brasil, segundo o IBGE (Produção da Pecuária Municipal), durante os censos de 1996 e 2006 teve evolução muito diferenciada entre os estados, tanto em crescimento como em decréscimo. No período entre 2006 e 2008, o rebanho nacional teve percentuais mais modestos e diminuiu 1,7% em decorrência do abate de matrizes de corte em 2005/06. Alguns estados se destacaram em crescimento, mas isso se deve ao rebanho leiteiro: Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Outros estados cresceram no rebanho de corte, por serem áreas de expansão agropecuária: Bahia e Maranhão. Os demais estados diminuíram suas matrizes e, portanto, seus rebanhos. São Paulo destaca-se como caso negativo, pois naquele Estado várias atividades, inclusive a bovinocultura, foram substituídas pelo plantio de cana (etanol e álcool). Destaque-se a importância adquirida pelos estados do Centro-Oeste, que somam 34% do rebanho nacional e ocupam a primeira, terceira e quarta posição (Tabela 3).

O ano de maior produção de carne bovina no Brasil foi 2007. Em 2008 e 2009, a produção caiu devido à crise econômica mundial. As exportações tiveram a mesma trajetória, o mesmo acontecendo com a disponibilidade interna e o consumo per cápita. Com isso, o maior percentual exportado foi 19,7% em 2006 e o menor 15,8% em 2008 e 2009 (Tabela 4).

Tabela 3/I. *Carne bovina – Efetivo do rebanho bovino por estado – Brasil – 2006-08*

(1.000 cabeças)

Estado	2006	2007	2008	Variação %	
				2008/06	2008
Mato Grosso	26.064	25.683	26.018	-0,2	12,9
Minas Gerais	22.203	22.575	22.370	0,7	11,1
Mato Grosso do Sul	23.726	21.832	22.365	-5,7	11,1
Goiás	20.647	20.471	20.466	-0,9	10,1
Pará	17.502	15.354	16.241	-7,2	8,0
Rio Grande do Sul	13.975	13.516	14.116	1,0	7,0
São Paulo	12.790	11.791	11.186	-12,5	5,5
Rondônia	11.484	11.008	11.176	-2,7	5,5
Bahia	10.765	11.386	11.100	3,1	5,5
Paraná	9.765	9.495	9.586	-1,8	4,7
Tocantins	7.761	7.395	7.393	-4,7	3,7
Maranhão	6.613	6.609	6.816	3,1	3,4
Santa Catarina	3.461	3.489	3.865	11,7	1,9
Subtotal	186.755	180.605	182.697	-2,2	90,3
Outros estados	19.131	19.147	19.590	2,4	9,7
Total	**205.886**	**199.752**	**202.287**	**-1,7**	**100,0**

Fonte: IBGE. (Produção da Pecuária Municipal).

Tabela 4/I. *Carne bovina – Balanço de oferta e demanda – Brasil – 2005-09*

(1.000t/equiv. carcaças)

Situação	2005	2006	2007	2008	2009
Produção	8.769,1	8.117,8	9.368,4	8.862,0	8.080,4
Exportação	1.463,9	1.603,4	1.695,9	1.400,4	1.280,0
Importação	107,7	27,2	100,0	8,2	48,0
Disponibilidade	7.197,5	6.487,2	7.573,0	7.453,4	6.848,4
Kg/habitante/ano	39,1	34,6	39,7	37,9	34,9

Fonte: Conab, CNPC,MDIC/Secex.

De 2008 para 2009, as exportações brasileiras caíram 120 mil toneladas, o que significou em termos financeiros US$ 1,2 bilhão. No primeiro semestre de 2010, o País recuperou no mercado 34 mil toneladas, que representaram US$ 453 milhões (detalhes no site do Epagri/ Cepa – Agroindicadores).

A carne bovina foi a mais atingida pela crise econômica e a que mais demorou a se recuperar por ser a de mais alto preço. Some-se a isso que a carne bovina industrializada, que em 2008 representava 25,4% do total exportado, em 2009 caiu para 22,1% de um total bem menor (Tabela 5).

Tabela 5/I. *Carne bovina - Participação do tipo de produto na exportação da carne - Brasil - 2005-09*

(%)

Tipo de produto	2005	2006	2007	2008	2009
Carne in natura	80,5	81,9	81,3	74,6	77,9
Carne industrializada	19,5	18,1	18,7	25,4	22,1
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: MDIC/Secex.

A Rússia continua sendo o principal destino da carne bovina brasileira. Sua participação caiu de 30% em 2005 para 26% em 2009. Egito e Reino Unido também diminuíram suas participações. Os destaques em crescimento foram Holanda (de 4 para 17%) e Hong Kong (de 5 para 16%) – Tabela 6.

Tabela 6/I. *Carne bovina - Principais países importadores - Brasil - 2005-09*

(%)

País	2005	2006	2007	2008	2009
Rússia	30,0	31,0	29,0	27,5	26,1
Holanda	4,0	4,0	4,0	3,2	17,0
Hong Kong	5,0	6,0	11,0	9,1	16,2
Irã	-	3,0	4,0	6,0	7,0
Egito	21,0	20,0	24,0	4,4	6,4
Argélia	3,0	4,0	4,0	3,1	4,0
Reino Unido	11,0	13,0	6,0	4,1	3,8
USA	4,0	7,0	5,0	5,7	3,5
Venezuela	5,0	-	3,0	7,8	3,1
Arábia Saudita	-	3,0	3,0	2,6	2,5
Itália	4,0	4,0	4,0	2,7	1,9
Chile	8,0	-	-	0,3	0,5
Subtotal	95,0	95,0	97,0	76,4	91,9
Outros	5,0	5,0	3,0	23,6	8,1
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: MDIC/Secex.

Mercado estadual

Os dados dos censos do IBGE de 1996 e 2006 revelam grandes transformações na bovinocultura do Estado. O rebanho geral cresceu 15,8%, mas a evolução foi muito desigual, variando de mesorregiões que cresceram 35,6% (Oeste Catarinense) às que decresceram 21,7% (Norte Catarinense). O segundo maior aumento foi o do Vale do Itajaí (17,3%) e o segundo maior decréscimo ocorreu na Região Serrana (-12,7%). Crescem também o Sul do Estado e a Grande Florianópolis, que são regiões menos expressivas (Tabela 7). Ressalte-se que no censo de 2006 há 32,8 mil informantes a menos do que o de 1996. Isto significa que no período este número de estabelecimentos deixou de criar gado bovino ou deixou de existir. A maior queda no número de estabelecimentos foi no Oeste Catarinense, o que não impediu esta região de alcançar 50,4% do rebanho estadual em 2006.

Mesmo que não haja estatísticas que definam perfeitamente as aptidões, estes números confirmam os fatos conhecidos: tem crescido a exploração leiteira e diminuído a pecuária de corte. Isso se deve às respostas adequadas da produção de leite a pasto, enquanto que a bovinocultura de corte tem desvantagens comparativas com outros estados, principalmente do Centro-Oeste, que, como visto, detém 34% do rebanho brasileiro.

Tabela 7/I. *Bovinos – Efetivos de bovinos, segundo as mesorregiões e microrregiões – Santa Catarina – 1996 e 2006*

Mesorregião/SC	Censo agropecuário 1996		Censo agropecuário 2006		Diferença de	Variação do efetivo
	N° Informantes	Efetivo total (cabeça)	N° Informantes	Efetivo total (cabeça)	informantes % 2006/1996	% 2006/1996
Santa Catarina	**179.319**	**3.097.351**	**146.535**	**3.586.476**	**-32.784**	**15,8**
Oeste Catarinense	80.578	1.332.660	67.854	1.807.244	-12.724	35,6
Serrana	19.175	671.215	15.780	585.658	-3.395	-12,7
Vale do Itajaí	29.634	381.081	21.117	447.186	-8.517	17,3
Sul Catarinense	23.933	315.438	20.580	347.194	-3.353	10,1
Norte Catarinense	16.485	263.920	13.055	206.555	-3.430	-21,7
Grande Florianópolis	9.514	133.037	8.149	192.639	-1.365	44,8

Fonte: IBGE.

Como é sabido Santa Catarina é deficitária em apenas dois grandes produtos da agropecuária: o milho, por causa das grandes criações de aves e suínos e a carne bovina. O balanço de oferta e demanda de carne bovina de 2005 para 2009 tem mostrado a produção, a disponibilidade interna, o consumo per cápita em queda e a importação de outros estados (67 mil t) e do Mercosul (1.000 t) em alta (Tabela 8).

Tabela 8/I. *Carne bovina – Oferta e demanda – Santa Catarina – 2005-09*

(1.000t)

Situação	2005	2006	2007	2008	2009
Produção	120,0	121,5	113,1	112,9	113,2
Importação	66,0	66,6	68,9	68,2	67,5
Disponib. interna	187,0	188,1	182,0	181,1	180,7
Kg/habitante/ano	31,9	32,2	31,0	30,7	30,5

Fonte: Sindicarne, MDIC/Secex e IBGE.

Os preços internacionais da carne bovina no período 2005-09 demonstram claramente o que mais influencia o mercado: a oferta/demanda e o câmbio. Os preços externos da carne bovina brasileira cresceram todos os anos de 2005 a 2008, mas caíram em 2009 como consequência da redução da demanda devido à crise internacional. No primeiro semestre de 2010 (US$ 3,62/kg), os preços se recuperam parcialmente, mas não alcançaram ainda os valores de 2008 (US$ 3,83/kg). Contudo, no mesmo período, os preços convertidos em reais têm oscilações, porque o valor do dólar teve grandes alterações. Em 2007, enquanto o preço sobe em dólar, cai em reais (Tabela 9). Isto é tão sério que muitos exportadores acham o problema do câmbio, em determinas épocas, mais importante que os problemas do mercado.

Tabela 9/I. *Carne bovina – Valor, volume e preço das exportações – Brasil e Santa Catarina – 2005-10*

Discriminação	2005	2006	2007	2008	2009	2010[1]
Brasil						
Valor (milhões US$)	3.146	4.017	4.556	5.369	4.189	2.398
Volume (milhões t)	1.464	1.603	1696	1.400	1.280	662
Preço (U$/kg)	2,15	2,51	2,69	3,83	3,27	3,62
Preço (R$/kg)	5,22	5,45	5,23	7,17	6,45	6,52
Santa Catarina						
Valor (milhões US$)	16,6	7,2	6,2	13,1	23,5	17,7
Volume (milhões t)	9,7	4,1	3,2	4,0	11,3	10,6
Preço (U$/kg)	1,71	1,76	1,94	3,28	2,08	1,67
Preço (R$/kg)	4,16	3,82	3,77	6,12	4,10	3,01

[1] Até julho.

Fonte: MDIC/Secex.

As exportações catarinenses de carne bovina têm pouco significado comparadas com as brasileiras (1%). Como se trata de quantidades absolutas pequenas, os preços geralmente ficam abaixo dos nacionais, mas o mercado é o mesmo e o câmbio também (Tabela 9).

A carne bovina no Estado tem uma situação inversa à das outras (frangos e carne suína) no suprimento do Estado porque a produção é deficitária: 37% do consumo vêm dos outros estados brasileiros e um mínimo de outros países. A produção estadual precisaria aumentar 59% para alcançar a autossuficiência. Em compensação, 60,8% da produção de frango de 2009 foi exportada e 23% da produção da carne suína (Tabela 10).

Tabela 10/I. *Suprimento de carnes - Santa Catarina – 2005-09*

(1.000t)

Carne	Situação	2005	2006	2007	2008	2009	% da Produção de 2008
Carne bovina	Importação	66,0	66,6	68,9	68,2	67,5	159,4
Carne de frango	Exportação	793,0	758,0	933,0	975,0	986,0	60,8
Carne suína	Exportação	283,0	187,0	189,0	170,0	173,0	23,0

Fonte:CNPC, UBA, ABIPECS, MDIC/Secex e Epagri/Cepa.

O déficit de produção de carne bovina existe no Estado, mesmo que o suprimento de carnes de Santa Catarina seja bem diferente do nacional. Ele se adapta às condições estaduais, onde há excedente de produção e grandes exportações de carne de aves e carne suína. A proporção de consumo destes produtos é maior em Santa Catarina que no Brasil. O inverso acontece com a carne bovina. O total do consumo das três carnes é maior em Santa Catarina (96 kg/habitante/ano) que no Brasil (85,5 kg) – Tabela 11. Isso acontece por dois motivos principais: Santa Catarina tem situação econômica melhor do que a média brasileira e, comprando mais carne de frango e carne suína, que têm preços menores, a quantidade pode ser aumentada com o mesmo custo.

Tabela 11/I. *Comparação do consumo de carnes – Brasil e Santa Catarina – 2005-09*

(kg/habitante/ano)

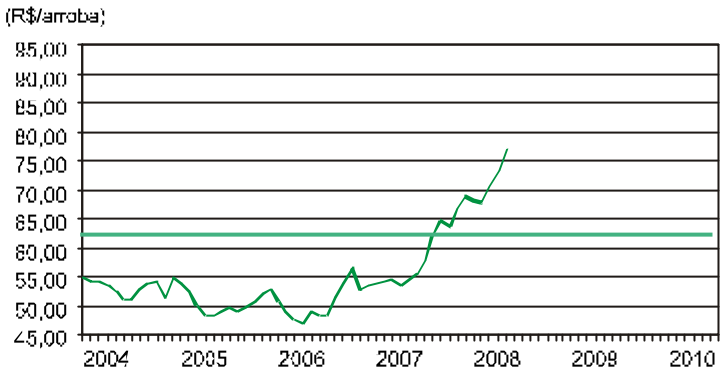
Carne	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil					
Carne bovina	39,1	34,6	39,7	37,9	34,7
Carne de frango	35,8	35,6	37,2	38,6	37,7
Carne suína	11,4	12,9	12,5	12,7	13,1
Total	**86,3**	**83,1**	**89,4**	**89,2**	**85,5**
Santa Catarina					
Carne bovina	31,9	32,2	31,0	30,7	30,5
Carne de frango	41,1	42,0	41,5	42,1	42,0
Carne suína	23,2	22,9	23,2	23,5	24,0
Total	**96,2**	**97,1**	**95,7**	**96,3**	**96,5**

Fonte: CNPC, UBA, Abipecs e Epagri/Cepa.

Para os produtores o que mais interessa são os preços recebidos pelo boi gordo. As variações de preços foram extremas se for considerado um período maior de tempo. A média de preços, na praça de Chapecó, do início de 2004 até junho de 2010, foi de R$ 62,80/arroba, mas as variações cobriram um intervalo de menos de R$ 50,00/arroba, em junho de 2006, até R$ 88,00/arroba, em setembro/outubro de 2008; daí os preços caem para R$ 73,13/arroba em dezembro de 2009 (Figura 1). Neste ano de 2010 houve uma recuperação mínima, sendo que no segundo trimestre o preço permaneceu estabilizado em R$ 75,00/arroba. Do início de 2004 para o momento atual (julho de 2010), os preços aumentaram R$ 20,00/arroba, mas de setembro de 2008 até o momento, caíram R$ 13,00/arroba.

Parte I

A oferta e a demanda catarinenses não têm porte para influenciar os preços; o mercado é nacional e a oferta caiu em 2008 e 2009, por conta do abate de matrizes ocorrido em 2005 e 2006, quando os preços foram os mais baixos (Figura 1). Depois destes preços mais altos do segundo semestre de 2008, pela oferta restrita, os preços caem e há uma relativa estabilidade, pois o preço do último mês é o mesmo de abril de 2009 e as variações neste intervalo foram mínimas.



Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 1/I. *Boi gordo - Preço médio mensal recebido pelo produtor de Santa Catarina - 2004-10*

A oferta no momento ainda é restrita, mas com tendência a aumentar e as exportações estão se recuperando em volume e preço. Os preços podem voltar a subir se as exportações forem incrementadas pela abertura de um ou mais mercados maiores ou os menores retomarem as quantidades de antes, pois o número de países importadores permanece entre 170 e 180. A previsão do USDA é de que o as exportações deste ano fiquem ainda 360 mil toneladas abaixo de 2007, o melhor ano.

Julio Alberto Rodigheri* - *Engenheiro agrônomo - Epagri/Cepa
e-mail - juliorodigheri@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239-3927

Carne de frango

Mercado internacional

O Brasil se tornou o maior exportador de frango em 2004, quando ultrapassou em 12% as exportações dos EUA. No ano anterior, as exportações brasileiras haviam correspondido a 86% das americanas. Daí até este ano, segundo a previsão do USDA, o Brasil permaneceu à frente, ainda que com oscilações que vão de um mínimo (2,7%) em 2008 a 26,8% previstos para 2010 (Tabela 1).

Tabela 1/I. *Carne de frango – Comparação Brasil e Estados Unidos nas exportações – 2003-10*

(1.000t)

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010[1]
Brasil	1.922	2.424	2.840	2.502	2.922	3.242	3.222	3.350
Estados Unidos	2.232	2.170	2.464	2.361	2.678	3.157	3.100	2.642
Brasil/EUA %	86,1	111,7	115,3	106,0	109,1	102,7	103,9	126,8

[1] Previsão.
Fonte: USDA – abril de 2010.

Os Estados Unidos e a China são os maiores produtores e consumidores de carne de frango. O Brasil é terceiro produtor e quarto consumidor e a União Europeia é o quarto produtor e terceiro consumidor. Os maiores importadores são Rússia, União Europeia, Japão, Arábia Saudita e México. Estes grandes importadores são os mercados preferidos pelas intenções de expansão dos exportadores: Brasil, Estados Unidos, União Europeia e Tailândia (Tabela 2). Como se vê nitidamente o crescimento do Brasil nas exportações de frango levou o País a ter confrontos com as maiores potências mundiais. Tais países, ao mesmo tempo que fornecem ao mundo muitos produtos, mantêm intensa relação comercial responsável pela realização de grandes negócios de outros ramos econômicos, o que facilita a concorrência deles e dificulta o crescimento do Brasil, apesar do preço e qualidade do produto brasileiro.

Tabela 2/I. *Carne de frango – Principais países do mercado – 2009-10*

(1.000t)

País	Produtor		Consumidor		Importador		Exportador	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
USA	15.935	16.300	12.933	13.661	39	44	3.100	2.642
China	12.100	12.550	12.210	12.675	401	425	291	300
Brasil	11.023	11.420	7.802	8.071	-	-	3.222	3.350
U.E - 27.	8.660	8.700	8.589	8.650	712	720	783	770
México	2.789	2.792	3.272	3.307	492	525	-	-
Índia	2.550	2.650	2.549	2.649	-	-	-	-
Argentina	1.500	1.650	1.327	1.450	-	-	178	204
Japão	1.255	1.265	1.951	1.955	645	695	-	-
Rússia	1.772	1.975	2.700	2.710	913	745	-	-
Canadá	-	-	-	-	-	-	147	153
Irã	1.525	1.600	1.536	1.611	-	-	-	-
Tailândia	1.200	1.240	-	-	-	-	379	410
Arábia Saudita	-	-	-	604	625	-	-	-
África do Sul	-	-	1.371	1.412	-	-	-	-
Iraque	-	-	-	-	368	375	-	-
Emir. Árabes	-	-	-	-	297	297	30	30
Hong Kong	-	-	-	-	253	260	-	-
Chile	-	-	-	-	-	-	87	90
Kuwait	-	-	-	-	226	230	70	70
Austrália	-	-	-	-	-	-	30	33
Subtotal	60.309	62.142	56.240	58.151	4.950	4.941	8.317	8.052
Outros	11.451	11.781	14.825	15.209	2.664	2.712	133	130
Total	**71.760**	**73.923**	**71.065**	**73.360**	**7.614**	**7.653**	**8.450**	**8.182**

Fonte: USDA – abril de 2010 – 2010 é previsão.

Dentre os grandes exportadores, Brasil e Tailândia serão exceção, em 2010, pois deverão crescer 4% e 8%, respectivamente, enquanto o quadro mundial das exportações é de decréscimo (-3,2%).

Parte I

Mercado nacional

O alojamento de pintos de corte no Brasil em 2009 teve um crescimento de 1,7%, contra 6,1% em 2008 e 12,6% em 2007. No primeiro trimestre de 2009 houve uma grande queda para compensar o último trimestre de 2008, mas, de julho em diante, o alojamento se aproximou ou ultrapassou 500 milhões de pintos (Tabela 3), o que sabidamente é um exagero para o momento que se vivia em termos de consumo interno e exportação. Essa abundância da produção levou à queda dos preços ao produtor. Até julho de 2010, os preços não se restabeleceram, mas pioraram.

Tabela 3/I. *Alojamento de pintos de corte – Brasil – 2005-09*

(milhões de cabeças)

Mês	2005	2006	2007	2008	2009	Variação % 2009/08
Janeiro	368	408	420,5	459,9	417,7	-9,2
Fevereiro	351,3	353,9	390,8	427,9	406,9	-4,9
Março	374,4	340,8	423,4	441,1	425,6	-3,5
Abril	370,5	333	414,3	428,4	455,7	6,4
Maio	394,2	376,4	433,5	455,5	461,3	1,3
Junho	387,5	379,8	418,8	436,6	481,7	10,3
Julho	398,5	387,6	434,6	476,0	500,0	5,0
Agosto	406,6	396,4	444,8	484,1	482,6	-0,3
Setembro	402,7	388,3	424,4	484,9	467,9	-3,5
Outubro	414,9	412,6	463,4	496,2	503,0	1,4
Novembro	413,2	394,1	431,5	431,7	462,6	7,2
Dezembro	413,6	405,4	451,8	443,8	493,3	11,2
Total	**4695,4**	**4576,3**	**5151,8**	**5466,1**	**5558,3**	**1,7**

Fonte: Apinco.

O alojamento de matrizes, que estipula a produção futura, caiu 8,5% em 2009 e obteve um acréscimo de 14% em 2008 e de 11% em 2007 (Tabela 4). A queda de 4 milhões de cabeças em 2009 teve uma média de -11,8% no primeiro quadrimestre e continuou durante todo o ano, ainda que suavizada, indicando possibilidade de queda de produção em 2010, que pode ser contornada por manutenção de matrizes por mais tempo ou por produção de frango mais pesado.

Tabela 4/I. *Carne de frango – Alojamento de matrizes de corte – Brasil – 2005-09*

(milhões de cabeças)

Mês	2005	2006	2007	2008	2009	Variação % 2009/08
Janeiro	2,9	3,3	3,1	4,3	3,6	-16,3
Fevereiro	2,9	3,1	3,0	3,9	3,5	-10,3
Março	2,8	3,1	3,7	3,9	3,5	-10,3
Abril	2,9	2,6	3,4	3,9	3,5	-10,3
Maio	2,9	3,1	3,9	4,0	3,7	-7,5
Junho	3,0	3,0	3,4	4,0	3,9	-2,5
Julho	3,2	3,3	3,6	4,4	4,1	-6,8
Agosto	3,3	3,1	3,5	4,3	4,0	-7,0
Setembro	3,2	3,1	3,3	3,9	3,6	-7,7
Outubro	2,9	3,4	3,9	3,9	3,7	-5,1
Novembro	3,1	3,5	3,9	4,0	3,6	-10,0
Dezembro	3,4	3,6	3,8	4,0	3,7	-7,5
Total	**36,5**	**38,2**	**42,5**	**48,5**	**44,4**	**-8,5**

Fonte: UBA.

A distribuição dos abates por unidade da Federação manteve os estados do sul nas primeiras posições: Paraná, Santa Catarina e Rio grande do Sul, nesta ordem, são os principais produtores. São Paulo vem perdendo posição para os próprios estados do sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul (Tabela 5).

A produção brasileira de carne de frango de 2009 foi igual à de 2008, que tinha crescido 7%, enquanto que em 2007 o aumento foi de 10%. As quedas de produção do primeiro quadrimestre e de outubro e novembro compensaram o aumento dos outros meses. Em dezembro houve um recorde e o País produziu, num único mês, mais de 1 milhão de toneladas (Tabela 6).

Tabela 5/I. *Carne de frango – Participação dos estados nos abates – Brasil – 2005-09*

(%)

Estado	2005	2006	2007	2008	2009
Paraná	26,1	23,0	23,0	23,6	26,0
Santa Catarina	19,2	16,2	20,6	16,6	18,2
Rio Grande do Sul	16,9	14,4	14,7	14,0	15,9
São Paulo	16,5	14,8	14,1	14,1	13,8
Minas Gerais	7,0	5,8	5,5	6,2	7,6
Mato Grosso do Sul	3,2	2,3	2,5	2,5	3,1
Goiás	4,5	4,2	4,6	4,8	5,7
Subtotal	93,4	80,7	85,0	81,8	90,4
Outros	6,6	19,3	15,0	18,2	9,6
Total geral	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: UBA/ABEF.

Tabela 6/I. *Carne de frango – Produção mensal de carne – Brasil – 2005-09*

(1.000t)

Mês	2005	2006	2007	2008	2009	Variação % 2009/08
jan.	742,8	856,8	828,9	914,0	889,7	-2,7
fev.	667,8	755,4	749,8	866,3	780,5	-9,9
mar.	750,6	814,9	843,7	926,5	862,0	-7,0
abr.	739,5	708,7	835,3	880,0	830,4	-5,6
maio	763,7	707,1	859,7	872,1	901,9	3,4
jun.	755,3	727,2	851,6	861,1	892,2	3,6
jul.	797,4	802,2	872,6	885,8	956,6	8,0
ago.	803,9	764,4	871,8	923,8	947,1	2,5
set.	786,3	777,3	866,9	926,5	982,7	6,1
out.	830,1	797,5	891,4	990,5	976,4	-1,4
nov.	827,1	790,7	887,9	998,6	979,7	-1,9
dez.	883,6	851,4	945,5	975,6	1.023,8	4,9
Total	**9.348,2**	**9.353,7**	**10.305,1**	**11.022,0**	**11.023,0**	

Fonte: UBA/ABEF.

Com a produção brasileira de carne de frango igual à do ano anterior e exportação maior, a disponibilidade interna teve um pequeno decréscimo de 900 gramas/ habitante/ano, ficando um consumo intermediário entre os dois anos anteriores (Tabela 7). É que apesar de ter começado mal o ano, houve recuperação total em quantidade, mas não em valor.

Tabela 7/I. *Carne de frango – Oferta e demanda – Brasil – 2005-09*

(1.000t)

Situação	2005	2006	2007	2008	2009
Produção	9.348	9.354	10.305	11.032	11.023
Exportação	2.762	2.713	3.162	3.437	3.634
Disponibil. Nacional	6.535	6.641	7.143	7.595	7.389
Kg per cápita	35,8	35,6	37,2	38,6	37,7

Fonte: UBA, ABEF e MDIC/Secex.

Os países maiores importadores do frango brasileiro distribuem-se entre o Oriente Médio, a Europa e a Ásia. Em 2009, a Arábia Saudita se tornou o maior importador, a Holanda continuou em segundo, o Japão de primeiro se tornou terceiro e Hong Kong (entrada para a China) continuou sendo quarto (Tabela 8).

Tabela 8/I. *Principais países importadores do frango brasileiro – 2007-09*

(US$ milhões)

País	2007	2008	2009
Arábia Saudita	524	741	750
Holanda	568	746	704
Japão	579	1.168	619
Hong Kong	431	564	588
Emir. Árabes	284	378	320
Venezuela	196	531	291
Kuwait	161	288	282
Alemanha	228	301	231
Iraque	...	...	199
Reino Unido	126	165	143
Subtotal	**3.097**	**4.882**	**4.127**
Outros	1.879	2.067	1.687
Total	**4.976**	**6.949**	**5.814**

Fonte: MDIC/Secex.

Apesar do aumento de 5,7% no volume exportado, o Brasil arrecadou bem menos (-16,3%), devido à queda dos preços internacionais provocada pela crise econômica.

As baixas das cotações internacionais em 2009 aconteceram com todos os produtos de frango, mas foram bastante diferenciados, da mesma forma que os aumentos do ano de 2008. O maior aumento de 2008 foi do frango inteiro (33,3%) e o menor das carnes salgadas (15%). Em 2009, o frango inteiro e os cortes tiveram quedas muito parecidas, já o frango industrializado e o salgado ficaram bastante abaixo (Tabela 9). Isto sugere que os

produtos de menor preço, importados por países de pior situação econômica, foram mais afetados do que os produtos com maior valor agregado adquiridos por países mais desenvolvidos.

Tabela 9/I. *Carne de frango – Preços internacionais dos produtos – Brasil – 2007-09*

(US$/kg)

Produto	2007	2008	Variação % 2008/07	2009	Variação % 2009/08
Frango inteiro	1,23	1,64	33,3	1,37	-16,5
Cortes	1,50	1,86	24,0	1,55	-16,7
Industrializados	2,61	3,13	19,9	2,85	-8,9
Salgados	2,47	2,84	15,0	2,56	-9,9

Fonte: ABEF.

Mercado estadual

Santa Catarina, pioneira na exportação de carne de frango, tem um desempenho muito diferente da média nacional. De 2002 a 2009 a produção brasileira aumentou 48% e a catarinense 11%. Por isso, a participação catarinense caiu de 20% para 15%, em números redondos. No mesmo período, as exportações brasileiras aumentaram 127% e as do Estado 70%. Com isso, a participação catarinense no total exportado caiu de 36% para 27% (Tabela 11). Em consequencia disso o percentual exportado da produção de Santa Catarina aumentou de 40% para 61% no ano de 2009. A produção e a exportação do Estado nos dois últimos anos tiveram comportamentos idênticos, assim como a venda para outros estados e o consumo interno. O consumo per cápita de Santa Catarina é maior que a média brasileira em mais de 4,3 kg/ano. Esta situação é inversa em relação à carne bovina: 4,4 kg/hab/ano a mais para a média brasileira. O consumo total de carnes no Estado é maior do que a média brasileira por causa da grande diferença do consumo de carne suína (11 kg/hab/ano a mais).

Tabela 10/I. *Carne de frango – Produção e exportação – Brasil e Santa Catarina – 2002-09*

(1.000t)

Ano	Brasil		Santa Catarina		SC/BR(%)	
	Produção	Exportação	Produção	Exportação	Produção	Exportação
2002	7.449	1.600	1.462	579	19,6	36,2
2003	7.644	1.922	1.418	613	18,6	31,9
2004	8.408	2.425	1.420	718	16,9	29,6
2005	9.348	2.762	1.470	793	15,7	28,7
2006	9.354	2.713	1.395	758	14,9	27,9
2007	10.305	3.162	1.546	889	15,0	28,1
2008	11.032	3.436	1.623	903	14,7	26,3
2009	11.023	3.634	1.621	986	14,7	27,1

Fonte: UBA, ABEF e MDIC/Secex.

Tabela 11/I. *Carne de frango – Oferta e demanda – Santa Catarina – 2004-09*

(1.000t)

Situação	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Produção	1.420	1.470	1.395	1.546	1.623	1.622
Exportação	718	793	758	889	903	904
Venda nacional	465	438	392	411	472	469
Disponib. estadual	237	239	245	246	248	249
Kg/hab/ano	41,08	41,14	42,00	41,50	42,10	42,0

Fonte: UBA, ABEF e MDIC/Secex.

Nas exportações a participação de Santa Catarina é maior em valor do que em volume, pois o Estado exporta produtos com maior valor agregado. Isto aconteceu nos últimos quatro anos, mesmo com as oscilações de preço por causa da crise econômica (Tabela 12). Os preços internacionais afetam tanto o Brasil quanto Santa Catarina, aumentando até 2008 e caindo em 2009. A recuperação dos preços está ocorrendo em 2010, mas eles ainda não chegaram aos níveis de 2008.

Tabela 12/I. *Carne de frango – Exportações - Volume e valor - Brasil e Santa Catarina – 2006-09*

Discriminação	2006		2007		2008		2009	
	Volume (mil t)	Valor (milhões US$)	Volume (mil t)	Valor (milhões US$)	Volume (mil t)	Valor (milhões US$)	Volume (mil t)	Valor (milhões US$)
Brasil	2.717	3.213	3.287	4.976	3.645	6.949	3.634	5.814
Santa Catarina	758	966	933	1.426	975	1.840	986	1.721
SC/BR	27,9	30,1	28,4	28,7	26,7	26,5	27,1	29,6
Participação (%)								
Mundo	6.552	-	7.381	-	8.413	-	8.450	-
BR/Mundo	41,5	-	44,5	-	43,3	-	43,0	-
SC/Mundo	11,6	-	12,6	-	11,6	-	11,7	-
Preço de venda								
	US$/kg	R$/kg	US$/kg	R$/kg	US$/kg	R$/kg	US$/kg	R$/kg
Brasil	1,18	2,57	1,51	2,94	1,91	3,57	1,60	2,88
Santa Catarina	1,27	2,77	1,60	3,12	1,89	3,53	1,75	3,14

Fonte: MDIC/Secex.

A questão do produto mais elaborado de Santa Catarina fica clara quando se compara o tipo de produto com o do Estado do Paraná, que é primeiro produtor nacional, mas em valores exportados perde para Santa Catarina. Isso acontece porque em 2009, por exemplo, Santa Catarina exportou apenas 15% das suas transações na forma de frango inteiro, enquanto o Paraná alcançou 36% (Tabela 13). O contrário aconteceu com os produtos de maior valor (cortes, industrializados e salgados), em que Santa Catarina teve valores bem maiores. No total o valor catarinense foi 17% maior.

Tabela 13/I. *Comparação das exportações de Santa Catarina e Paraná – 2009*

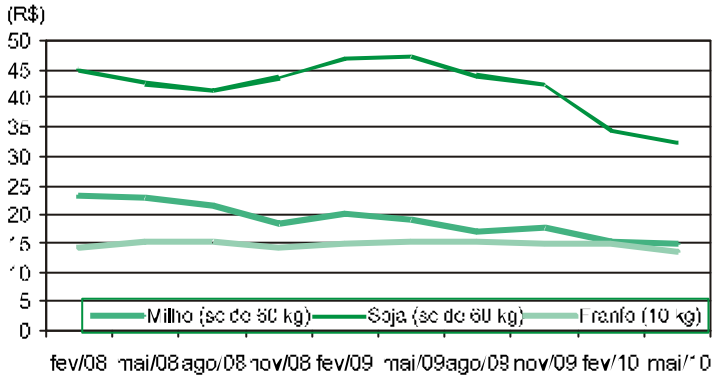
(US$ milhões)

Produto	Paraná		Santa Catarina	
	Valor	Part. %	Valor	Part.%
Frango inteiro	534	36,3	266	15,5
Cortes	679	46,1	991	57,6
Industrializados	78	5,3	277	16,1
Salgados	181	12,3	187	10,9
Total	**1.472**	**100,0**	**1.721**	**100,0**

Fonte: MDIC/Secex.

Parte I

Os preços do frango vivo vêm caindo desde o início do ano, mas quando são analisados por um tempo maior o quadro é diferente, pois desde o início de 2008, o preço do frango caiu apenas 5%, enquanto o preço do milho caiu 55% e o da soja, 39%. Portanto, os preços dos insumos principais da criação (alimentos) têm diminuído mais que o preço do frango. Os fertilizantes, por sua vez, também caíram de preço nos dois últimos anos, o que auxiliou os produtores de grãos. Os maiores preços do frango foram no primeiro semestre de 2009, do milho no último trimestre de 2007 e na soja, primeiro semestre de 2009. Na Figura 1, verifica-se que o preço do frango oscila menos, enquanto a soja, entre os três produtos, é o que mais oscila, mas sua participação na ração é menos importante do que a do milho. Se não fosse a queda do preço do milho e da soja, a avicultura estaria insustentável e o milho estaria numa situação ainda pior, se não fosse a queda dos preços dos fertilizantes. Em resumo, a cadeia milho/soja/frango está atuando em patamares de preços mais baixos do que nos últimos anos.



Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 1/I. *Carne de frango - Preço do frango vivo, milho e soja - Santa Catarina - Trimestres de 2008-10*

Julio Alberto Rodigheri* - *Engenheiro agrônomo - Epagri/Cepa
juliorodigheri@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239-3927

Carne suína

Mercado internacional

O cenário previsto pelo USDA para 2010 não é muito diferente do de 2009, quanto aos países que se destacam: Brasil é o quarto produtor tendo à frente China, União Europeia e Estados Unidos. Os mesmos países estão à frente do Brasil no consumo. O Brasil também é quarto nas exportações, antecedido por UE, Estados Unidos, pois a China exporta pouco e o Canadá sobrepuja o Brasil (Tabela 1).

Tabela 1/I. *Carne suína – Maiores países do mercado – 2009-10*

(1.000t[1])

País	Produtor		Consumidor		Importador		Exportador	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
China	48.890	50.600	48.732	50.560	194	200	232	240
União Européia	22.060	22.000	20.683	20.625	0	0	1.415	1.425
USA	10.439	10.138	8.995	8.548	378	381	1.872	1.978
Brasil	3.130	3.250	2.423	2.460	0	0	707	790
Canadá	1.790	1740	1.015	1.015	180	210	1.123	1.130
Federação Russa	2.200	2.250	3.044	3.059	845	810	0	0
Japão	1.310	1.300	2.467	2.457	1.138	1.151	0	0
México	1.162	1.166	1.770	1.786	678	700	70	80
Coréia do Sul	1.062	1.009	1.480	1.500	390	343	0	0
Filipinas	1.225	1.225	1.283	1.290	0	0	0	0
Chile	0	0	0	0	0	0	152	155
Hong Kong	0	0	0	0	369	370	0	0
Austrália	0	0	0	0	176	175	40	46
Vietnã	1.850	1.850	1.876	1.877	0	0	13	13
Outros	5.662	5.884	6.774	6.971	1.086	1.181	32	24
Total	**100.780**	**102.412**	**100.542**	**102.148**	**5.434**	**5.521**	**5.656**	**5.881**

[1] Em equivalente carcaça.
Fonte: USDA - abril de 2010.

A previsão é de que o Brasil aumente sua produção em 1,6%, em relação ao ano passado, e as exportações cresçam 11,7%, enquanto os aumentos dos EUA, da UE e do Canadá serão mais modestos. A participação brasileira nas exportações mundiais aumentaria de 12,5% em 2009 para 13,4% em 2010.

Os maiores importadores seriam, neste ano de 2010, o Japão, a Rússia, o México, os EUA e a Coreia do Sul. A maior dificuldade destes mercados é que os Estados Unidos, mesmo sendo o quarto importador, é o maior exportador e o fornecedor dos demais. O Brasil, para aumentar substancialmente suas exportações, tem que se defrontar diretamente com EUA, que tem uma produção 3 vezes maior que a brasileira e exportações 2,5 vezes maiores, além de outros negócios com estes países, que contribuem para as relações no setor agropecuário.

Parte I

Mercado nacional

As matrizes e sua produtividade determinam a produção futura, já que a tecnologia é conhecida. No Brasil só o Estado de São Paulo teve diminuição de matrizes, já que o plantio de cana tem substituído vários cultivos e criações naquele Estado. No entanto, as matrizes de subsistência, que ainda representam 37% da produção nacional, também diminuíram.

As matrizes tiveram mais aumento, em 2009, nos estados do Paraná, Goiás e Mato Grosso. Contudo esta movimentação não alterou a ordem histórica que estabelece o ranking nacional: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais. Estes quatro estados concentram 74,3% das matrizes suínas do Brasil (Tabela 2).

Tabela 2/I. *Carne suína – Matrizes industriais alojadas – Brasil – 2005-09*

(1.000 cabeças)

Estado/ano	2005	2006	2007	2008	2009[1]	%09/08	%/BR
Rio Grande do Sul	255,7	267,1	269,8	296,1	309,6	4,6	19,4
Santa Catarina	363,8	391,7	388,8	391,7	392,7	0,3	25,7
Paraná	233,2	238,5	236,5	234,8	255,5	8,8	15,4
São Paulo	112,0	114,7	110,4	95,4	92,1	(3,5)	6,3
Minas Gerais	151,1	196,9	195,0	210,3	217,8	3,6	13,8
Mato Grosso do Sul	43,2	42,3	42,3	43,2	45,2	4,6	2,8
Mato Grosso	60,1	61,8	63,0	75,0	80,5	7,4	4,9
Goiás	58,9	61,6	64,0	67,9	73,2	7,7	4,5
Subtotal	**1.278,1**	**1.374,5**	**1.369,7**	**1.414,5**	**1.466,5**	**3,7**	**92,7**
Outros	89,9	-	106,2	111,2	111,2	-	7,3
Total industrial	**1.368,0**	**1.374,5**	**1.475,8**	**1.525,6**	**1.577,7**	**3,4**	**64,4**
Subsistência	**932,4**	**917,1**	**886,6**	**896,1**	**870,7**	**(2,8)**	**37,0**
Brasil	**2.300,4**	**2.291,6**	**2.362,4**	**2.421,7**	**2.448,4**	**1,1**	**100,0**

[1] Estimativa.
Fonte: Abipecs, Siprs, Sindicatos RS e PR, Embrapa.

A oferta de suínos para abate acompanha o número de matrizes nos estados grandes produtores, pois as diferenças de animais abatidos por matriz/ano são mínimas. Os maiores crescimentos da oferta ocorreram em 2009, no Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás (Tabela 3).

Tabela 3/I. – *Suínos - Oferta para abate – Brasil - 2005-09*

(1.000 cabeças)

Estado/ano	2005	2006	2007	2008	2009[1]	Var. 09/08
Produção industrial						
Rio Grande do Sul	5.242	5.609	5.800	6.366	7.059	10,9
Santa Catarina	7.458	8.421	8.670	8.422	8.640	2,6
Paraná	4.781	5.009	5.084	5.166	5.673	9,8
São Paulo	2.128	2.236	2.207	1.909	1.915	0,3
Minas Gerais	3.249	4.037	4.193	4.521	4.747	5,0
Mato Grosso do Sul	908	867	867	886	959	8,2
Mato Grosso	1.293	1.359	1.416	1.686	1.835	8,8
Goiás	1.326	1.403	1.459	1.548	1.668	7,7
Subtotal	**26.384**	**28.942**	**29.697**	**30.505**	**32.495**	**6,5**
Outros estados	1.646	1.782	2.108	2.188	2.192	0,2
Total industrial	**28.030**	**30.724**	**31.806**	**32.693**	**34.686**	**6,1**
Subsistência	**5.921**	**5.816**	**5.036**	**5.045**	**4.694**	**-7,0**
Brasil	**33.951**	**36.540**	**36.842**	**37.737**	**39.380**	**4,4**

[1] Estimativa.
Fonte: Abipecs, Siprs, Sindicatos RS e PR, Embrapa.

A produção de carne acompanha a produção de animais, com exceção de São Paulo que era tradicionalmente quinto maior produtor e se tornou o sexto, pois foi ultrapassado pelo Mato Grosso. Isso decorre dos níveis tecnológicos deste Estado que se destaca por ter propriedades muito maiores, com matrizes mais produtivas e em maior número - matriz/ano (Tabela 4).

No balanço de oferta e demanda da carne suína brasileira verifica-se que em 2009 a produção cresceu 3,5%, sendo a maior dos últimos anos. A quantidade exportada cresceu 14,9%, mas ainda ficou abaixo de 2005. A disponibilidade interna foi a maior de todas, mesmo tendo crescido só 1,1%. O consumo per cápita foi recorde, tendo crescido 3,8% e chegado a 13,149 kg (Tabela 5). Devido à crise econômica, o volume exportado começou mal 2009, mas foi se recuperando no decorrer do ano.

Tabela 4/I. *Carne suína - Produção brasileira – 2005-09*

(1.000t)

Estado/ano	2005	2006	2007	2008	2009[1]	Var. 09/08
Produção industrial						
Rio Grande do Sul	416,7	465,6	481,4	528,4	585,9	10,88
Santa Catarina	619,0	732,6	754,3	724,3	751,7	3,78
Paraná	389,6	430,8	437,2	444,3	487,9	9,80
São Paulo	168,1	170,0	176,6	147,0	147,4	0,32
Minas Gerais	251,8	314,9	335,5	348,1	375,0	7,73
Mato Grosso do Sul	71,7	68,5	70,2	70,9	80,5	13,56
Mato Grosso	104,7	111,5	116,2	140,0	152,3	8,79
Goiás	108,7	115,1	121,1	127,0	137,6	8,39
Subtotal	2.130,4	2.408,8	2.492,4	2.529,9	2.718,3	7,45
Outros estados	116,7	122,0	151,1	154,1	154,4	0,18
Total industrial	**2.247,0**	**2.530,9**	**2.643,6**	**2.684,0**	**2.872,7**	**7,03**
Subsistência	**462,2**	**412,3**	**354,0**	**342,4**	**317,8**	**-7,18**
Brasil	**2.709,3**	**2.943,1**	**2.997,6**	**3.026,4**	**3.190,4**	**5,42**

[1]Estimativas.
Fonte: Abipecs, Siprs, Sindicatos RS e PR, Embrapa.

Tabela 5/I. *Carne suína – Produção, exportação e disponibilidade interna – Brasil – 2004-09*

(1.000t)

Variável	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Produção	2.621	2.709	2.943	2.998	3.026	3.132
Exportação	512	627	531	609	531	610
Disponibilidade interna	2.109	2.082	2.412	2.389	2.495	2.522
Consumo per cápita - kg[1]	11,717	11,402	12,912	12,456	12,671	13,149

[1]Estimativa.
Fonte: Abipecs e Embrapa, MDIC/Secex.

Os valores exportados tiveram comportamento diferente e caíram 17,0%, em decorrência dos preços, os quais haviam subido de 2005 até 2008, caíram no início de 2009 e depois tornaram a se recuperar. A recuperação foi ainda maior no primeiro semestre de 2010, mas ainda sem alcançar os preços de 2008. Isso se refere aos preços internacionais em dólares. Porém, quando se considera o câmbio, verifica-se que o preço de 2007 em reais caiu, quebrando a sequência pela valorização do real. Por isso, tem-se dado tanta importância ao câmbio nos últimos anos (Tabela 6).

Tabela 6/I. *Carne suína - Evolução dos preços de exportação – Brasil – 2005-10*

Variável	2005	2006	2007	2008	2009	2010[1]
Valor (US$/mil)	1.168.494	1.038.507	1.232.555	1.481.508	1.229.756	662.829
Volume (tonelada)	627.320	531.385	609.743	531.404	610.379	271.136
Preço (US$/kg)	1,86	1,95	2,02	2,79	2,01	2,44
Preço (R$/kg)	4,53	4,25	3,94	5,21	3,97	4,40

[1]Primeiro semestre.
Fonte: MDIC/Secex.

Os principais países importadores da carne suína brasileira, tanto em volume quanto em valor, foram Rússia, Hong Kong, Ucrânia, Cingapura e Argentina. Estes países somaram, em 2009, 84% das exportações brasileiras. Os preços se diferenciam e, destes cinco, Rússia, Cingapura e Argentina pagaram preços melhores (maior percentual de valor do que de volume) que os outros dois (Hong Kong e Ucrânia).

Tabela 7/I. *Carne suína – Destino das exportações – Brasil – 2009*

Países	% do Volume	% do Valor
Rússia	43,9	46,2
Hong Kong	20,1	18,4
Ucrânia	9,4	8,7
Cingapura	4,6	5,7
Argentina	4,7	5,0
Angola	5,0	4,3
Uruguai	2,0	2,0
Moldávia	1,3	1,3
Albânia	1,2	1,2
Emir. Árabes	1,0	0,9
Subtotal	93,2	93,7
Outros	6,8	6,3
Total	**610.379[1]**	**1.229.756[2]**

[1] (t).
[2] (mill US$).
Fonte: MDIC/Secex.

Mercado estadual

Examinando-se o período 2005 a 2009, verifica-se que o grande salto nas matrizes, nos animais criados e na carne produzida aconteceu em 2006. Depois o crescimento foi mais modesto e teve inclusive queda na carne em 2008. Em 2009 o crescimento retorna, mas abaixo do de 2005 e 2006 (Tabela 8).

Tabela 8/I. *Carne suína – Produção Industrial – Santa Catarina – 2005-09*

Ano	Matrizes (mil cab.)	Var. %	Produção (milhões de cab.)	Var. %	Produção (mil t)	Var.%
2005	363,8	0,3	7,46	5,5	619	5,5
2006	391,7	7,7	8,42	12,9	732,6	18,4
2007	388,8	-0,7	8,67	3,0	754,3	3,0
2008	391,7	0,7	8,42	-2,9	724,3	-4,0
2009	392,7	0,3	8,64	2,6	751,7	3,8

Fonte: Abipecs.

Santa Catarina é pioneira na exportação de carne suína e sempre foi o maior Estado exportador. Perdeu para o Rio grande do Sul esta posição, devido à interrupção das importações da Rússia por causa da febre aftosa no Paraná. Esta posição ainda não foi recuperada.

O Estado catarinense exportava o maior percentual dos embarques brasileiros (45,1%), mas com a entrada de outros vários estados nas exportações sua participação foi decaindo e, em 2009, com 28,4%, sua participação nas exportações ficou próxima da participação na produção (25,2%) – Tabela 9.

Tabela 9/I. *Carne suína – Produção e exportação – Brasil e Santa Catarina – 2005-09*

(1.000t)

Ano	Brasil		Santa Catarina		SC/BR (%)	
	Produção	Exportação	Produção	Exportação	Produção	Exportação
2005	2.709	627	655	283	24,2	45,1
2006	2.943	531	764	187	26,0	35,2
2007	2.998	609	773	189	25,8	31,0
2008	3.026	531	784	170	25,9	32,0
2009	3.190	610	804	173	25,2	28,4

Fonte: Abipecs e MDIC/Secex.

A evolução da produção brasileira de 2005 a 2009 foi de 17,7% e a de Santa Catarina de 22,7%. O Estado é o maior produtor, mas sua capacidade de expansão está mais limitada que a de outros estados. Sua maior possibilidade de aumento de produção depende, agora, mais da melhoria na tecnologia do que da expansão do rebanho.

O posicionamento de Santa Catarina refere-se ao valor das exportações. No ano anterior era com base no volume, por isso apresenta-se um pouco diferente, caindo mais rapidamente, pois o Estado buscou novos mercados de menor preço, quando foram suspensas as importações da Rússia (Tabela 10).

Tabela 10/I. *Carne Suína – Participação de Santa Catarina no valor das exportações brasileiras –2004-10*

(US$ milhões)

Ano	Brasil	Santa Catarina	SC/BR (%)
2004	777,7	339,3	43,6
2005	1.168,5	504,7	43,2
2006	1.038,5	311,3	30,0
2007	1.232,5	331,0	26,9
2008	1.481,5	430,8	29,1
2009	1.229,7	330,9	26,9
2010[1]	662,8	167,5	25,3

[1] Até junho.
Fonte: MDIC/Secex.

No quadro de oferta e demanda do Estado, em 2009, o aumento da produção permitiu, em relação ao ano anterior, tanto a maior exportação internacional quanto maior venda para outros estados, além de um maior consumo estadual. O maior consumo per cápita ocorreu em 2009, a maior venda nacional em 2007 e a maior exportação em 2005 (Tabela 11).

Tabela 11/I. *Carne suína - Oferta e demanda – Santa Catarina – 2005-09*

Situação	2005	2006	2007	2008	2009
Produção industrial	619	733	754	724	752
Exportação	283	187	189	170	173
Venda nacional	241	442	448	415	437
Disponib. estadual	135	134	136	139	142
Consumo/hab/ano	23,236	22,945	23,169	23,500	24,000

Fonte: Abipecs, MDIC/Secex e Epagri/Cepa.

Depois das modificações ocorridas com as exportações de carne suína catarinense, por causa da suspensão das compras da Rússia, as exportações do Estado diluíram-se muito mais entre os países importadores. Os cinco primeiros países de 2005 e de 2009 são os mesmos, para o Brasil e para o Estado, só a ordem é diferente. Estes países em 2005 concentraram 91,6% da exportação estadual e em 2009 o percentual caiu para 76,0%. Para atingir 91% em 2009, foram necessários nove países. Para o Brasil em 2009 estes cinco países principais ainda são o destino de 84% das exportações (Tabelas 7 e 12).

Tabela 12/I. *Carne suína – Destino das exportações catarinenses – 2005-09*

(US$ 1.000 FOB)

País	2005		2006		2007		2008		2009	
	Valor	Part.%	Valor	Part.%	Valor	Part.%	Valor	Part.%	Valor	Part %
Rússia	393.586	78,0	72.885	23,4	29.417	8,9	35.140	8,2	36.819	11,1
Ucrânia	23.468	4,7	73.402	23,6	87.678	26,5	106.427	24,7	64.991	19,6
Honk Kong	19.316	3,8	23.146	7,4	41.824	12,6	61.001	14,2	71.593	21,6
Cingapura	15.125	3,0	26.324	8,5	36.113	10,9	39.802	9,2	39.676	12,0
Argentina	10.628	2,1	26.959	8,7	43.567	13,2	35.835	8,3	39.323	11,9
Moldávia	2.008	0,4	36.028	11,6	20.666	6,2	38.863	9,0	6.757	2,0
Uruguai	2.200	0,4	10.549	3,4	15.931	4,8	15.471	3,6	12.424	3,7
Emir. Árabes	3.414	0,7	6.585	2,1	9.445	2,9	11.646	2,7	8.599	2,6
Angola	767	0,2	3.690	1,2	8.170	2,5	16.280	3,8	21.937	6,6
Subtotal	**470.512**	**93,2**	**279.568**	**89,8**	**292.811**	**88,5**	**360.465**	**83,7**	**302.119**	**91,1**
Outros	34.165	6,8	31.749	10,2	38.174	11,5	70.341	16,3	28.803	8,9
Total	**504.677**	**100**	**311.317**	**100**	**330.985**	**100**	**430.806**	**100**	**330.922**	**100**

Fonte: MDIC/Secex.

Parte I

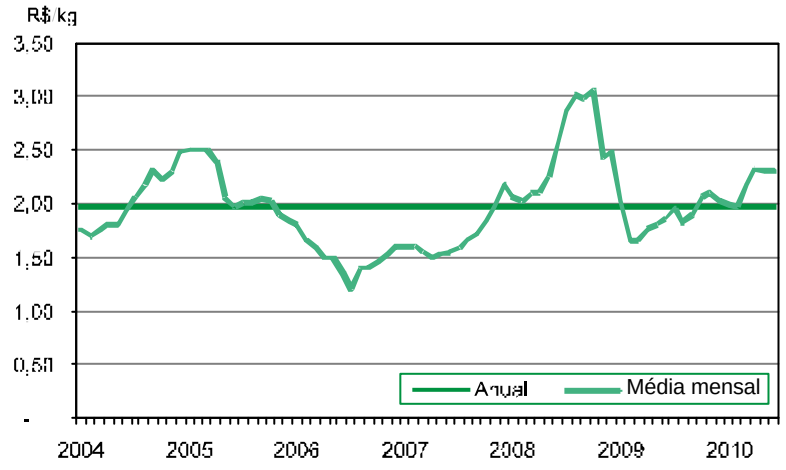
Os preços internacionais da carne suína catarinense, tanto em dólares como em reais, tiveram o mesmo comportamento geral dos preços da carne brasileira, já que os mercados são os mesmos (os primeiros nove compradores são os mesmos) e o valor do câmbio de um vale para todos, pelo menos em dólar (Tabela 13).

Tabela 13/I. *Carne suína - Evolução dos preços de exportação – Santa Catarina – 2005-10*

Discriminação	2005	2006	2007	2008	2009	2010[1]
Valor (US$mil)	504.677	311.317	330.985	430.806	330.992	167.487
Volume (toneladas)	282.623	187.382	189.376	170.250	173.512	72.691
Preço (US$/Kg)	1,79	1,66	1,75	2,53	1,91	2,30
Preço (R$/Kg)	4,36	3,62	3,40	4,73	3,76	4,15

[1] Até junho.
Fonte: MDIC/Secex.

Os preços recebidos pelos produtores de suínos de Santa Catarina alcançaram um ponto máximo em outubro de 2008, R$ 3,05/kg, caíram abruptamente para R$ 1,65/kg em fevereiro/março de 2009 e a partir daí se recuperaram, voltando a crescer em volume e preço. As exportações chegaram aos maiores valores no segundo trimestre de 2010, quando ficaram entre R$ 2,32 e R$ 2,30/kg (Figura 1).



Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 1/I. *Suíno - Preço médio recebido pelo produtor de Santa Catarina - 2004-10*

A suinocultura está sempre atrelada ao mercado do milho e, se não há um equilíbrio perfeito, a relação de troca é favorável a um ou a outro. É o caso nos últimos meses. Desde o início de 2008 até julho de 2010, os preços do milho caíram 39,3%, enquanto os do suíno vivo aumentaram 10,1% (Tabela 14). Isso significa que suínos, frangos e outros animais têm

sido alimentados com um milho cada vez mais barato, enquanto o preço do suíno vem subindo. Os criadores estão em vantagem e o estoque brasileiro está muito grande por causa da grande safra e das dificuldades para a exportação. Especialistas apontam que o Brasil necessita exportar 10 milhões de toneladas de milho, mas no ano passado exportou-se pouco mais de 7 milhões, ficando um grande estoque de passagem. Nestes sete meses de 2010, a exportação do milho brasileiro não tem ocorrido conforme recomenda o equilíbrio. Há, portanto, a necessidade de maiores embarques no resto do ano. Melhor que isso, no entanto, seria um grande crescimento nas exportações envolvendo os países já mencionados como grandes importadores.

Tabela 14/I. *Preços de milho e suíno vivo – Chapecó/SC – 2008-10*

Ano/mes	Milho (R$/sc 60 kg)	Suíno (R$/kg)
2008		
jan.	24,70	2,07
abr.	22,89	2,10
jul.	23,41	2,87
out.	19,89	3,05
2009		
jan.	20,70	2,03
abr.	17,92	1,76
jul.	17,18	1,95
out.	17,64	2,06
2010		
jan.	16,33	1,99
abr.	15,00	2,32
jul.	15,00	2,28

Fonte: Epagri/Cepa.

Julio Alberto Rodigheri *- Engenheiro agrônomo - Epagri/Cepa*
juliorodigheri@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239-3927

Parte I

Leite

Situação mundial

A FAO estima que em 2009 foram produzidos 699,5 bilhões de quilos de leite de vaca, búfala, cabra, ovelha e camela, 1,13% acima do que foi produzido em 2008. Para 2010 a produção total de leite deve alcançar 711,9 bilhões de quilos, apresentando um incremento de 1,77% sobre 2009 (Figura 1).

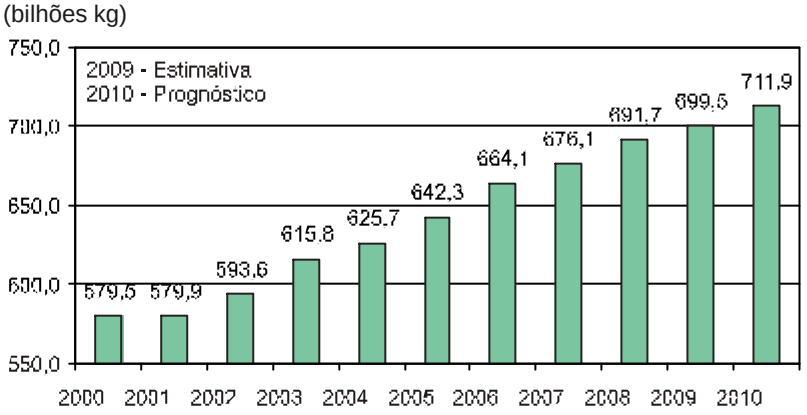


Figura 1/I. *Leite - Produção mundial - 2000-10*

O crescimento de produção alcançado em 2009, assim como o projetado para 2010, ficou bem abaixo do índice médio de 2,5% dos três anos anteriores. Esta redução pode ser atribuída à crise econômica mundial iniciada em 2008, cujos reflexos ainda persistem, nos investimentos no setor produtivo.

A produção mundial de leite teve comportamento distinto, segundo as principais regiões produtoras. O principal fator determinante deste comportamento (crescimento ou queda da produção) é a relação entre o volume produzido e a demanda interna. A Ásia, em função do déficit na produção e do aumento da demanda de lácteos, deve apresentar incremento na produção, enquanto a Europa e a Oceania, que apresentam grandes excedentes de produção, tiveram aumento ínfimo ou redução do volume de leite projetado para 2010 (Tabela 1).

Tabela 1/I. *Leite - Produção mundial, segundo os continentes - 2009-10*

(bilhões de kg)

Continente	Produção		Variação %
	2009[1]	2010[2]	(2010/2009)
Ásia	251,5	262,6	4,41
África	36,7	36,7	0,00
América Central	16,2	16,4	1,23
América do Sul	59,4	60,2	1,35
América do Norte	94,0	94,3	0,32
Europa	215,5	216,0	0,23
Oceania	26,1	25,7	-1,53
Total	**699,5**	**711,9**	**1,77**

[1] Estimativa.
[2] Prognóstico.
Fonte: FAO (Perspectivas Alimentares - jun/10).

Os países com significativa produção excedente devem reduzir bastante a produção em 2010. União Europeia, Estados Unidos da América, Brasil e Nova Zelândia tiveram crescimento bem abaixo da média mundial, a exceção ficou por conta da Argentina, cuja expectativa é crescer acima da média e da Austrália, que já teve redução em 2009 e deve reduzir significativamente a produção em 2010. Os países com grande demanda interna têm expectativa de crescimento da produção mais expressiva, especialmente China e Índia. (Tabela 2).

Tabela 2/I. Leite - Produção mundial e dos principais países produtores - 2006-2010

(bilhões de kg)

País	Média			Variação %	
	2006-2008	2009	2010	(2009/2008)	(2010/2009)
União Européia	150,8	154,0	154,4	2,12	0,26
Índia[1]	103,9	112,3	119,0	8,08	5,97
EUA	84,3	85,8	86,0	1,78	0,23
China	39,2	39,4	41,8	0,51	6,09
Paquistão	32,2	34,3	35,3	6,52	2,92
Federação Russa	32,0	32,4	32,7	1,25	0,93
Brasil	27,1	28,9	29,0	6,64	0,35
Nova Zelândia[2]	15,3	16,7	16,8	9,15	0,60
Turquia	12,2	12,2	12,2	0,00	0,00
Ucrânia	12,4	11,5	11,2	-7,26	-2,61
México	10,6	11,1	11,4	4,72	2,70
Argentina	10,2	10,4	10,7	1,96	2,88
Austrália[3]	9,6	9,4	8,8	-2,08	-6,38
Canadá	8,2	8,2	8,3	0,00	1,22
Japão	8,0	7,9	7,9	-1,25	0,00
Iran	7,6	7,7	7,7	1,32	0,00
Sudão	7,4	7,5	7,4	1,35	-1,33
Colômbia	7,0	6,6	6,6	-5,71	0,00
Belarus	6,0	6,4	6,5	6,67	1,56
Outros países	95,5	96,8	98,2	1,36	1,45
Mundo	**679,5**	**699,5**	**711,9**	**2,94**	**1,77**

[1] Campanha começa em abril do ano indicado.
[2] Campanha termina em maio do ano indicado.
[3] Campanha termina em junho do ano indicado.
Fonte: FAO (Perspectivas Alimentares - jun/10).

Em 2009, foram comercializados, no mercado internacional, o volume equivalente a aproximadamente 41,9 bilhões de quilos de leite, cerca de 5,3% superior ao volume anual médio comercializado no período de 2006 a 2008. A comercialização projetada pela FAO para 2010 deve ter um incremento a redor de 1,9% sobre o ano anterior. Pode-se visualizar o fluxo de comercialização de lácteos entre os continentes na Tabela 3.

Tabela 3/I. *Leite - Produção mundial, importação e exportação, segundo os continentes - 2009-10*

(bilhões de kg)

Continente	2009[1]			2010[2]		
	Produção	Importação	Exportação	Produção	Importação	Exportação
Ásia	251,5	21,6	4,8	262,6	22,4	4,6
África	36,7	6,9	1,0	36,7	7,0	1,0
América Central	16,2	3,9	0,4	16,4	3,8	0,4
América do Sul	59,4	2,0	3,1	60,2	1,7	2,8
América do Norte	94,0	2,0	3,0	94,3	2,1	3,4
Europa	215,5	4,6	13,3	216,0	4,9	13,6
Oceania	26,1	0,8	16,3	25,7	0,8	16,9
Mundo	**699,5**	**41,8**	**41,9**	**711,9**	**42,6**	**42,7**

[1] Estimativa.
[2] Prognóstico.
Obs.: Diferenças no total são provenientes de arredondamentos.
Fonte: FAO (Perspectivas Alimentares - jun/10).

A Europa e a Oceania são os grandes exportadores de lácteos. Segundo a FAO, nestas regiões, em 2009, houve um superávit de mais de 24 bilhões de quilos de matéria-prima (Tabela 4).

Tabela 4/I. *Leite - Produção mundial, consumo e déficit - Continentes- 2009-10*

(bilhões de kg)

Continente	2009[1]			2010[2]		
	Produção	Consumo[3]	Déficit ou superávit	Produção	Consumo	Déficit ou superávit
Ásia	251,5	268,3	-16,8	262,6	280,4	-17,8
África	36,7	42,6	-5,9	36,7	42,7	-6,0
América Central	16,2	19,7	-3,5	16,4	19,8	-3,4
América do Sul	59,4	58,3	1,1	60,2	59,1	1,1
América do Norte	94,0	93,0	1,0	94,3	93,0	1,3
Europa	215,5	206,8	8,7	216,0	207,3	8,7
Oceania	26,1	10,6	15,5	25,7	9,6	16,1

[1] Estimativa
[2] Prognóstico.
[3] Consumo = Produção + importação - exportação.
Fonte: FAO (Perspectivas Alimentares - jun/10).

Mais da metade do volume exportado é proveniente da Nova Zelândia e da União Europeia (27 países). Somente a Nova Zelândia exportou 12,8 bilhões de quilos de leite e este volume representa, aproximadamente, 77% do que foi produzido naquele país (Tabela 5). A Argentina, maior exportador sul-americano, com 3,8% de participação nas exportações mundiais, tem grande importância comercial para o Brasil, devido ao grande número de negócios realizados entre os dois países (Tabela 5).

A China é atualmente o maior comprador mundial de lácteos e importou, em 2009, o equivalente a 3,3 bilhões de quilos de leite. Outros países com importação superior a 2,0 bilhões de quilos são: Federação Russa, Argélia, México, e Arábia Saudita (Tabela 6)

Tabela 5/I. *Leite - Exportações mundiais e dos principais países em 2009 e prognóstico para 2010*

(bilhões de kg)

País	2009[1]	2010[2]
Nova Zelândia[3]	12,8	13,5
União Europeia	9,5	9,9
Estados Unidos	2,9	3,2
Austrália[4]	3,5	3,4
Argentina	1,6	1,4
Ucrânia	0,6	0,6
Outros países	11,0	10,7
Mundo	**41,9**	**42,7**

[1] Estimativa.
[2] Prognóstico.
[3] Campanha termina em maio do ano indicado.
[4] Campanha termina em junho do ano indicado.
Fonte: FAO (Perspectivas Alimentares - jun/10).

Tabela 6/I. *Leite - Importações mundiais dos principais países em 2009 e prognóstico para 2010*

(bilhões de kg)

País	2009[1]	2010[2]
China	3,3	3,0
Federação Russa	2,4	2,7
Argélia	2,4	2,3
México	2,3	2,4
Arábia Saudita	2,2	2,3
Estados Unidos	1,7	1,7
Indonésia	1,4	1,5
Filipinas	1,4	1,2
Japão	1,2	1,2
Malásia	1,0	1,5
Venezuela	1,0	0,8
Outros países	21,5	22,0
Mundo	**41,8**	**42,6**

[1] Estimativa.
[2] Prognóstico.
Fonte: FAO (Perspectivas Alimentares - jun/10).

Situação brasileira

Produção

Em 2008, a produção brasileira de leite de vaca, segundo a Produção Pecuária Municipal, foi de 27,6 bilhões de litros. Os seis estados brasileiros que mais produzem são responsáveis por aproximadamente 74% da produção nacional. (Tabela 7).

A Região Sul se destaca pela elevada taxa de crescimento da produção e vem, ano a ano, se consolidando como uma importante bacia leiteira. Enquanto a taxa média de crescimento anual da produção brasileira se situa ao redor de 4,4% ao ano, na Região Sul a taxa média a anual dos estados é de 5,7%, 7,5% e 9,8%, respectivamente, nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Tabela 7).

Tabela 7/I. *Leite - Produção no Brasil e unidades da federação – 2004-08*

Brasil e Unidade da Federação	Produção de leite (milhões de litros)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	**23.474,69**	**24.620,86**	**25.398,22**	**26.137,27**	**27.579,38**
Minas Gerais	6.628,92	6.908,68	7.094,11	7.275,24	7.657,31
Rio Grande do Sul	2.364,94	2.467,63	2.625,13	2.943,68	3.314,57
Paraná	2.394,54	2.568,25	2.703,58	2.700,99	2.827,93
Goiás	2.538,37	2.648,60	2.613,62	2.638,57	2.873,54
Santa Catarina	**1.486,66**	**1.555,62**	**1.709,81**	**1.865,57**	2.125,86
São Paulo	1.739,40	1.744,18	1.744,01	1.627,42	1.579,74
Bahia	842,54	890,19	905,75	965,80	952,41
Rondônia	646,44	692,41	637,36	708,35	723,11
Pernambuco	397,55	526,52	630,35	662,08	725,79
Mato Grosso	551,37	596,38	583,85	644,21	656,56
Pará	639,10	697,02	691,10	643,19	599,54
Mato Grosso do Sul	491,10	498,67	490,28	490,07	496,05
Rio de Janeiro	466,93	464,95	468,19	462,91	475,59
Espírito Santo	405,72	417,68	434,00	437,77	418,94
Ceará	363,27	367,98	380,03	416,45	425,21
Maranhão	286,86	321,18	341,21	335,77	365,56
Sergipe	156,99	191,31	242,57	251,62	259,70
Alagoas	243,43	236,11	228,24	242,74	239,90
Rio Grande do Norte	201,27	211,55	235,46	214,04	219,28
Tocantins	214,72	220,47	217,32	213,70	222,62
Paraíba	137,32	148,60	154,66	173,73	193,57
Acre	109,15	79,67	98,10	80,49	70,05
Piauí	75,76	78,71	79,79	76,41	77,78
Distrito Federal	38,89	34,84	34,12	35,64	29,00
Amazonas	42,91	43,88	45,37	19,51	39,39
Amapá	3,27	4,01	4,43	5,74	5,27
Roraima	7,29	5,80	5,80	5,60	5,12

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.

As indústrias de lácteos do Brasil que possuem inspeção federal, estadual ou municipal captaram 19,6 bilhões de litros de leite resfriado, no ano de 2009, com 1,62% de incremento sobre o volume captado em 2008. Segundo a pesquisa trimestral do leite, dos oito principais estados produtores, onde são captados mais de 88% do volume total, somente Rondônia e Mato Grosso tiveram aumento na captação. Os estados de Goiás, Paraná e Santa Catarina reduziram fortemente a captação, mas o volume ainda foi superior ao ano anterior. Nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, além da forte redução, o volume captado foi inferior a 2007 (Tabela 8).

Tabela 8/I. *Leite - Produção destinada à industrialização, segundo os estados - Brasil - 2007-09*

(mil litros)

Estado/ano	2007	2008	2009	Var %	
	(A)	(B)	(C)	(B/A)	(C/B)
Minas Gerais	5.027.324	5.339.419	5.244.538	6,21	-1,78
Rio Grande do Sul	2.512.728	2.785.987	2.764.041	10,87	-0,79
Goiás	2.164.504	2.301.849	2.415.025	6,35	4,92
São Paulo	2.226.376	2.294.278	2.113.896	3,05	-7,86
Paraná	1.473.891	1.751.837	1.966.364	18,86	12,25
Santa Catarina	1.086.463	1.289.194	1.386.357	18,66	7,54
Rondônia	691.756	725.583	875.719	4,89	20,69
Mato Grosso	414.704	451.814	515.587	8,95	14,11
Rio de Janeiro	392.833	346.901	267.536	-11,69	-22,88
Pará	283.723	332.298	337.694	17,12	1,62
Bahia	289.161	320.877	342.198	10,97	6,64
Espírito Santo	210.061	225.098	275.677	7,16	22,47
Mato Grosso do Sul	225.729	205.979	217.056	-8,75	5,38
Ceará	151.931	179.500	197.890	18,15	10,25
Pernambuco	202.500	170.568	162.380	-15,77	-4,80
Tocantins	108.507	123.795	124.298	14,09	0,41
Alagoas	117.209	119.185	101.663	1,69	-14,70
Sergipe	72.050	89.275	68.339	23,91	-23,45
Rio Grande do Norte	79.415	78.690	75.524	-0,91	-4,02
Maranhão	60.836	58.785	50.922	-3,37	-13,38
Paraíba	47.615	49.211	45.791	3,35	-6,95
Piauí	19.741	16.066	12.769	-18,62	-20,52
Distrito Federal	16.786	15.213	23.558	-9,37	54,85
Acre	11.786	12.715	11.148	7,88	-12,32
Amazonas	814	674	828	-17,20	22,85
Roraima	205	292	316	42,44	8,22
Brasil	**17.888.643**	**19.285.077**	**19.597.119**	**7,81**	**1,62**

Obs.: Diferenças nos totais são provenientes de arredondamentos.
Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Leite.

Considerando o baixo nível de investimentos em produção a partir do segundo semestre de 2008, com o início da crise econômica internacional, e tendo permanecido baixo em 2009, o volume recebido pelas indústrias apresentou boa recuperação no primeiro trimestre de 2010. Puxado por Minas Gerais, Paraná e São Paulo houve um incremento na captação de 5,7% em relação ao igual período do ano anterior (Tabela 9).

Tabela 9/I. *Leite - Produção destinada à industrialização, segundo os principais estados, no primeiro trimestre – 2009-10*

(mil litros)

Brasil e Unidade da Federação	1º trimestre 2009	1º trimestre 2010	Var. %
Brasil	**4.932.670**	**5.214.229**	5,7
Minas Gerais	1.304.140	1.428.539	9,5
Rio Grande do Sul	708.170	691.780	-2,3
Goiás	610.401	619.051	1,4
São Paulo	524.069	573.852	9,5
Paraná	476.382	578.979	21,5
Santa Catarina	369.783	359.146	-2,9
Outros estados	939.725	962.882	2,5

Obs.: Diferenças nos totais são provenientes de arredondamentos.
Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Leite.

Importações e exportações

O Brasil, antes tradicional importador de produtos lácteos, equilibrou a balança comercial do setor em 2004 e intensificou as exportações em 2007 e 2008, quando a balança comercial apresentou superávit de 297,67 milhões de dólares. Em 2009, no entanto, o quadro positivo das exportações não se manteve, o valor das importações continuou crescendo e as exportações tiveram queda abrupta de 71% no ano, gerando um déficit de 114 milhões de dólares (Tabela 10).

No primeiro semestre de 2010, o quadro se agravou e o déficit aumentou 92% em relação ao primeiro semestre de 2009 (Tabela 11). A Figura 2 mostra a evolução das importações e das exportações mensais, no período de janeiro de 2008 a julho de 2010.

Tabela 10/I. *Leite e derivados - Importações e exportações brasileiras – 2004-09*

(US$ milhões)

Ano	Importações	Exportações	Saldo
2004	83,92	95,43	11,50
2005	121,19	130,13	8,93
2006	154,69	138,53	(16,15)
2007	150,83	273,29	122,45
2008	211,59	509,27	297,67
2009	261,89	147,79	(114,09)

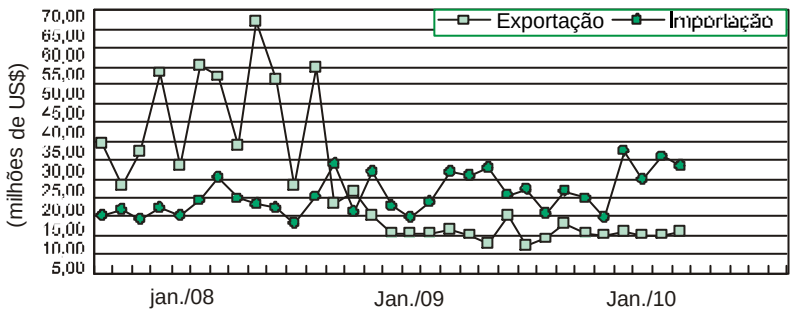
Fonte: MDIC.

Tabela 11/I. *Leite e derivados - Importações e exportações brasileiras no primeiro semestre – 2008-10*

(US$ milhões)

Ano	Importações	Exportações	Saldo
2008	123,43	278,81	155,38
2009	149,64	98,96	(50,68)
2010	173,22	75,74	(97,48)

Fonte: MDIC.



Fonte: MDIC Secex.

Figura 2/I. *Leite - Exportação e importação de lácteos - Brasil - 2008-10*

Em 2009, o Brasil exportou produtos lácteos para 88 países, porém apenas oito foram responsáveis por 69% das aquisições. O destino das exportações brasileiras pouco se alterou, em relação ao ano anterior, contudo o valor das exportações teve uma queda considerável (Tabela 12). A exportação de leite e creme de leite concentrado correspondeu a 76,0% do volume e 72,7% do valor exportado, seguido dos queijos e do requeijão com 9,0% do volume e 14,5% do valor (Tabela13).

Tabela 12/I. *Leite e derivados - Exportações brasileiras, segundo os principais países - 2008-09*

(US$ 1.000)

País	2008	2009	Var. % (2009/2008)
Venezuela	309.124,63	42.137,81	-86,4
Angola	18.193,01	17.776,86	-2,3
Argentina	12.002,48	9.968,59	-16,9
Senegal	21.379,98	8.766,68	-59,0
Argélia	20.251,66	8.442,06	-58,3
Filipinas	6.946,03	6.936,98	-0,1
Trinidade e Tobago	5.648,99	4.026,77	-28,7
Chile	6.079,82	3.698,09	-39,2
Outros países	109.641,19	46.039,78	-58,0
Total	**509.267,79**	**147.793,62**	**-71,0**

Fonte:MDIC.

Tabela 13/I. *Quantidade de produtos lácteos exportados e o valor das exportações, segundo os grupos de produtos - Brasil - 2008-09*

Grupo de Produtos	Quantidade (t)			Valor (US$ 1.000)		
	2008	2009	var. % (2009/2008)	2008	2009	var. % (2009/2008)
Leite e creme de leite não concentrado	5.857,64	5.541,86	-5,39	10.811,13	9.502,75	-12,10
Leite e creme de leite concentrado	123.831,86	48.988,26	-60,44	452.631,75	107.496,63	-76,25
Leitelho, leite e creme de leite coalhados, iogurtes, etc	1.870,59	2.127,31	13,72	3.129,37	3.861,26	23,39
Soro de leite e produtos constituídos de componentes naturais	8,00	1,10	-86,25	34,12	3,88	-88,62
Manteiga, pastas de espalhar, óleo butírico e outras matérias gordas	3.854,28	1.962,80	-49,07	12.673,02	5.457,52	-56,94
Queijos e requeijão	6.924,89	5.797,75	-16,28	29.988,41	21.471,57	-28,40
Total geral	**142.347,25**	**64.419,08**	**-54,75**	**509.267,79**	**147.793,62**	**-70,98**

Fonte: MDIC.

Por outro lado, as importações brasileiras, em 2009, foram superiores às de 2008 em 23,8%. Foi importado o equivalente a 261,9 milhões de dólares, em produtos lácteos, provenientes de vinte e dois países, especialmente, da Argentina e Uruguai que foram responsáveis por 88,9% deste valor (Tabela 14).

Dos 261,9 milhões de dólares pagos pela importação de lácteos, o maior volume foi destinado, principalmente, à aquisição de leite e creme de leite concentrado (56,2%), queijo

Tabela 14/I. *Importações brasileiras de lácteos, segundo os principais países – 2008-09*

(US$ 1.000)

País	2008	2009	Var. % (2009/2008)
Argentina	124.688,37	149.741,13	20,1
Uruguai	31.138,17	82.990,15	166,5
França	11.672,00	8.292,36	(29,0)
Paraguai	9.695,09	1.931,41	(80,1)
Nova Zelândia	6.883,58	4.414,56	(35,9)
Holanda	6.853,37	4.554,08	(33,5)
Austrália	3.649,84	3.324,03	(8,9)
Estados Unidos	9.794,47	1.940,60	(80,2)
Outros países	7.218,86	4.699,99	(34,9)
Total	**211.593,76**	**261.888,31**	**23,8**

Fonte: MDIC.

e requeijão (22,9%), soro de leite e produtos constituídos de componentes naturais (12,0%) (Tabela 15).

Tabela 15 - *Quantidade de produtos lácteos importados e o valor das importações, segundo os grupos de produtos - 2008-09*

Grupo de Produtos	Quantidade (t)			Valor (US$ 1.000)		
	2008	2009	Var. % (2009/2008)	2008	2009	Var. % (2009/2008)
Leite e creme de leite não concentrado	3.141,39	9.598,37	205,5	1.852,61	4.404,24	137,7
Leite e creme de leite concentrado	30.073,32	67.728,03	125,2	119.177,68	147.180,38	23,5
Leitelho, leite e creme de leite coalhados, iogurtes, etc.	159,60	2.537,05	1489,6	777,02	2.878,21	270,4
Soro de leite e produtos constituídos de componentes naturais	38.373,86	28.608,03	-25,4	56.307,70	31.297,43	-44,4
Manteiga, pastas de espalhar, óleo butírico e outras matérias gordas	1.158,22	7.380,14	537,2	3.960,63	16.033,21	304,8
Queijos e requeijão	4.575,15	16.021,57	250,2	29.518,12	60.094,85	103,6
Total geral	77.481,53	131.873,18	70,2	211.593,76	261.888,31	23,8

Fonte: MDIC.

Produção catarinense

Santa Catarina, segundo a Produção Pecuária Municipal do IBGE, produziu 2,13 bilhões de litros de leite em 2008, um incremento de 14% sobre a produção do ano anterior. A mesorregião Oeste Catarinense é a grande bacia leiteira do Estado e responsável por 72,4% da produção, seguida pelas mesorregiões do Vale do Itajai (9,6%), Sul Catarinense (8,2%), Serrana (3,9%), Norte Catarinense (3,6%) e Grande Florianópolis (2,3%). A distribuição da produção foi levemente alterada, em relação a 2007, a mesorregião Sul Catarinense aumentou e a do Vale do Itajaí diminuiu sua participação em, aproximadamente, um ponto percentual (Tabela 16).

O volume de leite captado pelas indústrias catarinenses com inspeção federal, estadual ou municipal alcançou, aproximadamente, 1,4 bilhões de litros de leite, em 2009, apresentando um crescimento de 7,8% em relação ao volume captado no ano anterior (Tabela 17). Se comparado com anos anteriores, o aumento da captação de 2009 foi significativamente inferior à média de 15,2% registrada nos últimos cinco anos (Figura 3).

As principais causas da redução foram a estiagem, que ocorreu nas principais regiões produtoras do estado no início do outono, dificultando a implantação e o desenvolvimento das pastagens de inverno e o desestímulo ao investimento na produção devido aos preços, que até o mês de junho ficaram abaixo dos preços médios de 2008. Comparado com a evolução da produção nacional, no entanto, o crescimento da produção catarinense continuou em ritmo mais acelerado (Figura 3).

Tabela 16/I. *Leite - Produção nas mesorregiões e microrregiões geográficas - Santa Catarina - 2004-08*

Abrangência	Produção de leite (mil de litros)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Santa Catarina	**1.486.662**	**1.555.622**	**1.709.812**	**1.865.568**	**2.125.856**
Oeste Catarinense	**1.047.004**	**1.107.954**	**1.241.172**	**1.348.291**	**1.539.527**
São Miguel do Oeste	326.953	334.188	365.915	346.846	379.277
Chapecó	333.459	354.900	405.082	502.768	606.795
Xanxerê	112.137	135.419	154.380	191.258	212.335
Joaçaba	111.556	114.440	113.142	112.344	129.778
Concórdia	162.898	169.008	202.652	195.074	211.342
Norte Catarinense	**72.383**	**70.149**	**69.236**	**65.410**	**75.830**
Canoinhas	47.268	46.320	46.320	47.420	47.565
São Bento do Sul	5.577	5.185	5.218	4.904	5.533
Joinville	19.537	18.643	17.698	13.086	22.732
Serrana	**58.251**	**60.206**	**59.696**	**72.086**	**82.147**
Curitibanos	15.768	17.061	17.166	27.057	34.224
Campos de Lages	42.483	43.145	42.530	45.030	47.924
Vale do Itajaí	**165.798**	**171.079**	**193.745**	**197.043**	**204.011**
Rio do Sul	94.156	100.291	114.280	113.661	121.721
Blumenau	32.006	30.863	31.730	36.125	31.014
Itajaí	8.616	9.215	8.903	8.622	8.212
Ituporanga	31.020	30.710	38.831	38.635	43.065
Grande Florianópolis	**48.922**	**49.501**	**43.675**	**46.588**	**49.289**
Tijucas	10.085	10.655	9.754	13.213	13.533
Florianópolis	10.513	10.523	10.309	18.640	20.114
Tabuleiro	28.324	28.323	23.612	14.736	15.642
Sul Catarinense	**94.304**	**96.733**	**102.288**	**136.150**	**175.051**
Tubarão	65.621	68.266	69.532	114.237	144.364
Criciúma	18.177	19.076	22.345	18.832	26.495
Araranguá	10.506	9.391	10.412	3.081	4.191

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal.

Tabela 17 - *Leite - Quantidade recebida pela indústria - Santa Catarina - 2006-10*

(mil litros)

Ano/mês	2006	2007	2008	2009	2010[1]
jan.	81.565	95.103	110.720	135.177	128.044
fev.	73.750	81.281	99.616	118.917	113.037
mar.	76.852	81.612	96.308	115.689	118.065
abr.	72.258	77.106	87.974	96.472	
maio	71.613	74.984	90.569	92.205	
jun.	75.773	80.358	95.936	88.799	
jul.	80.174	107.443	114.072	111.034	
ago.	87.572	93.814	122.018	121.353	
set.	85.662	101.130	120.353	126.003	
out.	87.846	102.651	119.451	131.512	
nov.	87.277	93.035	113.773	122.762	
dez.	96.121	97.946	118.404	129.925	
Total	**976.463**	**1.086.463**	**1.289.194**	**1.389.848**	

[1]Dados preliminares.
Fonte: IBGE.

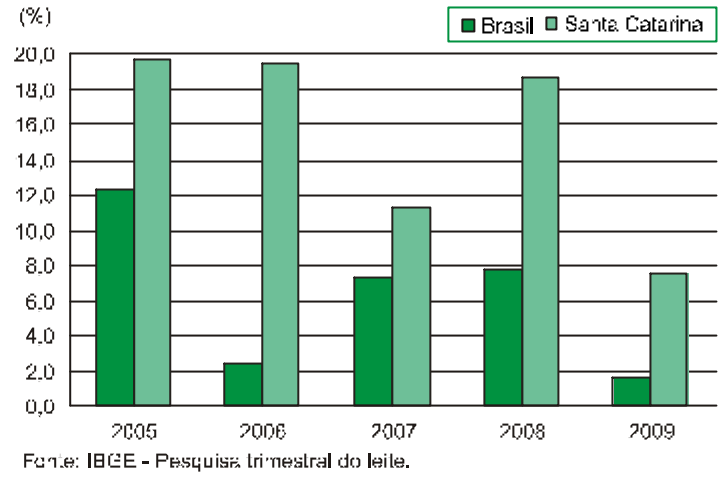


Figura 3/I. *Leite - Crescimento anual do volume entregue a indústria - Santa Catarina - 2005 -09*

Estima-se que a produção total de Santa Catarina, em 2009, alcançou 2,23 bilhões de litros de leite, aproximadamente 5,0% acima da produção de 2008 (Tabela 18).

A deficiência de informações não permite quantificar com precisão o volume de leite, segundo o destino final, porém sabe-se que a maior parte da produção é destinada à indústria catarinense de lácteos, com inspeção federal, estadual ou municipal, que segundo a Pesquisa Trimestral do Leite do IBGE recebeu, em 2009, 1,39 bilhões de litros de leite resfriado (Tabela 18). Cabe ressaltar que pequena parte, não quantificada, proceda de outros estados.

Tabela 18/I. *Leite - Produção total em Santa Catarina e volume destinado às indústrias do Estado – 2000-09*

(mil litros)

Ano	Produção Total[1]	Volume recebido pela indústria catarinense[2]
2000	1.003.098	479.279
2001	1.076.084	551.421
2002	1.192.690	554.518
2003	1.332.277	618.224
2004	1.486.662	682.761
2005	1.555.622	817.053
2006	1.709.812	976.463
2007	1.865.568	1.086.463
2008	2.125.856	1.289.194
2009[3]	2.230.000	1.386.357

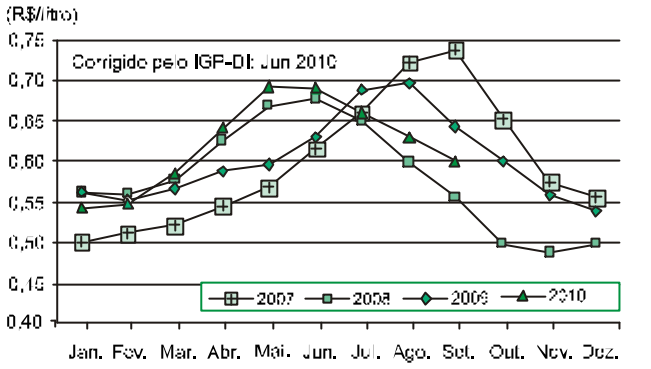
[1] IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.
[2] IBGE - Pesquisa trimestral do leite.
[3] Produção total estimada.
Fonte: IBGE - Epagri/Cepa.

Estimativas feitas com base em informações pontuais e não sistematizadas sugerem que em 2009, aproximadamente, 340 milhões de litros de leite resfriado foram enviados para lacticínios de outros estados. Outra parte é vendida para pequenos lacticínios sem inspeção ou vendida diretamente no estabelecimento, de forma natural ou transformada em queijo, requeijão, nata, manteiga, iogurte, etc. O restante da produção catarinense é consumido na propriedade rural, para alimentação animal e para consumo humano.

Desta forma, estima-se que o volume de leite destinado à indústria de laticínios, em 2009, girou em torno de 1,73 bilhões de litros, equivalente a 78% do total de leite produzido.

Comportamento dos preços em 2009

Em 2009, a curva dos preços recebidos pelos produtores, levantados pela Epagri/Cepa seguiu o padrão, com preços ascendentes no primeiro semestre, pico no inverno e preços descendentes na primavera (Figura 4).



OBS: O preço médio do mês remunera a produção entregue no mês anterior.
Fonte: Epagri-Cepa.

Figura 4/I. *Preço médio do leite recebido pelo produtor - Santa Catarina - 2007-10*

O preço médio nominal de 2009 foi de R$ 0,57, três centavos acima do preço médio de 2008. Esta diferença se deve à acentuada queda dos preços no segundo semestre de 2008, quando aumentaram as incertezas sobre a crise econômica mundial. O preço dolarizado, considerando a cotação média do dólar no mercado brasileiro, teve média de US$ 0,29, um centavo de dólar inferior à media de 2008 (Tabela 19).

Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), os preços recebidos pelos produtores em São Paulo, Minas Gerais e Goiás são, em média, mais altos que os preços médios registrados nos estados do sul. Acredita-se que isso esteja relacionado com a oferta de matéria-prima e a capacidade de processamento da indústria destes estados, além do tipo de produtos que

Tabela 19/I. *Leite - Preços médios recebidos pelos produtores de Santa Catarina – 2007-10*

Mês	R$/litro				US$/litro			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
jan.	0,41	0,50	0,54	0,52	0,19	0,28	0,23	0,29
fev.	0,42	0,50	0,53	0,53	0,20	0,29	0,23	0,29
mar.	0,43	0,52	0,54	0,57	0,21	0,30	0,23	0,32
abr.	0,45	0,57	0,56	0,63	0,22	0,34	0,25	0,36
maio	0,47	0,62	0,57	0,69	0,24	0,37	0,28	0,38
jun.	0,51	0,64	0,60	0,69	0,26	0,40	0,31	0,38
jul.	0,55	0,62	0,65	0,66	0,29	0,39	0,34	0,37
ago.	0,61	0,57	0,66	0,63	0,31	0,35	0,36	-
set.	0,63	0,53	0,61	-	0,33	0,29	0,34	-
out.	0,56	0,48	0,57	-	0,31	0,22	0,33	-
nov.	0,50	0,47	0,53	-	0,28	0,18	0,31	-
dez.	0,49	0,48	0,51	-	0,27	0,20	0,29	-
Média	**0,50**	**0,54**	**0,57**	-	**0,26**	**0,30**	**0,29**	-

Obs.: Preço para o produto posto na plataforma das indústrias.
Fonte: Epagri/Cepa.

são produzidos. Quanto maior é o valor agregado no produto final, maior é a capacidade de pagamento pelo leite resfriado. Nos estados do sul predomina o beneficiamento do leite fluido (UHT), bebidas lácteas e a produção de queijo tipo mussarela e prato, produtos de baixo valor agregado.

Na medida em que indústria local aumente a capacidade de beneficiamento e passe a produzir produtos de maior valor agregado, como leite em pó, cremes, queijos finos, etc., os preços do leite resfriado no sul do País irão se equiparar aos preços praticados nos outros estados. A Figura 5 mostra que os preços médios de 2009 já foram maiores que os de 2008 nos três estados do sul e o inverso ocorreu nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás.

Figura 5/I. *Preços ao produtor, segundo os principais estados produtores - 2008-09*

O preço de referência definido pelo Conseleite/SC para o leite padrão, em termos de média anual, converge com os preços médios recebidos pelos produtores, segundo levantamento sistemático de preços da Epagri/Cepa. Isso mostra que na média o poder de pagamento pela matéria-prima (leite resfriado), definido pelos preços de venda do mix de produtos processados pelas indústrias catarinenses que integram o conselho é de fato repassado os produtores de leite (Tabelas 19 e 20).

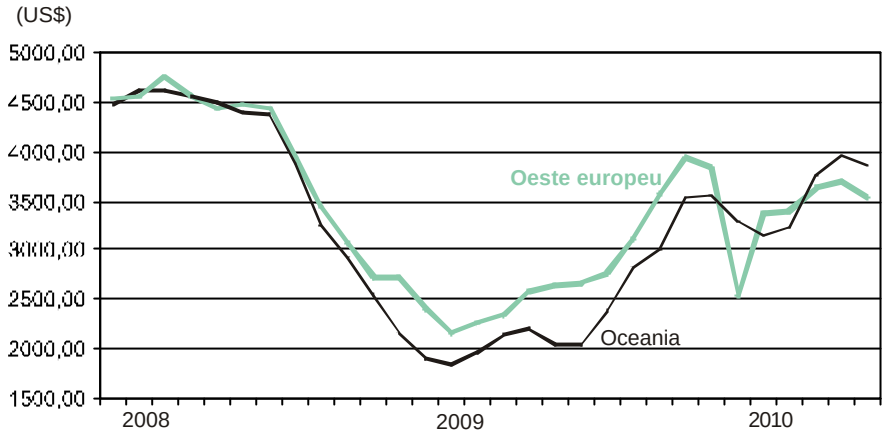
O preço do leite em pó integral no mercado internacional teve queda acentuada no segundo semestre de 2008, iniciando 2009 com preços abaixo de US$2.500,00 no oeste europeu e abaixo de US$2.000,00 na Oceania. A recuperação dos preços no mercado internacional ocorreu, principalmente, a partir do segundo semestre de 2009, porém sem ultrapassar os US$4.000,00 a tonelada, até junho de 2010. (Figura 6).

Tabela 20/I. *Leite padrão - Preços de referência[1] em Santa Catarina -2008-10*

(R$/litro)

Mês	2008	2009	2010	Var. % (2010/2009)	Var. % (atual/ant.)
jan.	0,4944	0,5254	0,5127	-2,42	4,08
fev.	0,5119	0,5276	0,5523	4,68	7,72
mar.	0,5583	0,5362	0,6197	15,57	12,20
abr.	0,5749	0,5645	0,6583	16,62	6,23
maio	0,5866	0,6456	0,6290	-2,57	-4,45
jun.	0,5918	0,7215	0,5863	-18,74	-6,79
jul.	0,5626	0,6636	0,5599	-15,63	-4,50
ago.	0,4988	0,5956	0,5594	-6,08	-0,09
set.	0,4772	0,5598	-	-	-
out.	0,4992	0,5009	-	-	-
nov.	0,5270	0,4866	-	-	-
dez.	0,5310	0,4926	-	-	-
Média	**0,5345**	**0,5683**	-	-	-

[1] Na plataforma do laticínio com o INSS incluso (preço bruto).
Nota: O valor para agosto/2010 é projetado.
Fonte: Conseleite/SC.



Fonte: USDA

Figura 6/I. *Preço do leite em pó integral no mercado internacional - 2008-10*

Primeiro semestre de 2010 e perspectivas

Em 2010, os bons preços registrados nos meses de abril, maio e junho foram sustentados pela menor da oferta de leite no mercado e pela elevação do consumo interno de leite e derivados. A intensidade do aumento de preço, no entanto, configurou-se numa condição atípica para esta época do ano. Outra situação também atípica ocorreu a partir de junho, quando houve uma queda acentuada dos preços recebidos pelos produtores, período em que a oferta de leite em nível nacional ainda é pequena (Figura 4).

A situação é justificada por grande parte dos analistas de mercado e por entidades que representam os produtores, pelas grandes importações de lácteos dos países do Mercosul, especialmente do Uruguai. Esta justificativa reflete bem a realidade, principalmente se observado o aumento das importações nos meses de abril, maio e junho de 2010, em relação ao mesmo período de ano anterior. Considerando-se os números da balança comercial, no entanto, é possível admitir que a causa da queda dos preços recebidos pelos produtores é devida mais à redução significativa das exportações do que ao aumento das importações (Figura 2).

Outros fatores também contribuíram para a queda dos preços recebidos pelos produtores, como o aumento da captação de leite pelas indústrias e a redução dos preços do leite UHT no varejo, situação que oferece poucas condições de ajudar a sustentabilidade do preço pago ao produtor.

Indicadores de crescimento da economia brasileira, com mobilidade das classes sociais para cima na pirâmide social, associados à grande elasticidade da demanda dos produtos lácteos, apesar de positivos para o setor de lácteos, podem não ser suficientes para absorver o aumento da produção nacional, principalmente com o início da safra nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Desta forma, o foco do mercado se volta para a exportação do excedente. Entretanto, na atual conjuntura é pouco provável que os preços no mercado internacional de lácteos se fortaleçam significativamente no curto prazo, assim como também não há expectativa de uma desvalorização do real em relação ao dólar, fatos que poderiam dar outro rumo à balança comercial brasileira no setor de lácteos.

A expectativa em relação ao clima também preocupa o setor leiteiro. A previsão da meteorologia é de que, no segundo semestre de 2010, a precipitação pluviométrica, no sul do Brasil, fique abaixo da média histórica, caso se confirme e dependendo da intensidade que ocorra, esse fato pode prejudicar o desenvolvimento da pastagem e da produção de grão, especialmente milho e soja, que são a base da ração concentrada, insumo de grande peso no custo de produção do leite.

A menos que as expectativas não se confirmem, o atual cenário mostra-se pouco favorável a tornar os preços do leite mais remuneradores no segundo semestre. Porém, a probabilidade de que o preço médio de 2010 seja superior ao preço médio de 2009 é muito grande. Para isso acontecer basta que as reduções de preços, até dezembro, não excedam a 5% ao mês.

Francisco Carlos Heiden - Técnico Agrícola e Sociólogo - Epagri/Cepa
e-mail - heiden@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239-3923

Parte I

Mel

Panorama mundial

A produção apícola mundial tem se mantido praticamente constante nos últimos anos. Dos cerca de 140 países que exploram a atividade, apenas vinte e dois deles ofertam seus produtos aos diferentes mercados internacionais, sendo a Comunidade Européia, Estados Unidos e Japão os mais procurados..

Segundo os últimos dados da FAO, em 2009, a produção mundial atingiu aproximadamente 1,51 milhão de toneladas, gerando um montante financeiro de aproximadamente 1,82 bilhão de dólares. Esta cifra, entretanto, aumenta sensivelmente à medida que forem computadas as produções de própolis, pólen, geléia real e cera, dentre outros, bem como os serviços de polinização disponibilizados regularmente nas atividades da agricultura e pecuária (pastagens) mundiais.

Em 2008, a produção de mel da China, representou 24,2%, seguido pela Turquia, com 5,4%; Argentina, com 5,3%; Ucrânia e Estados Unidos, com 4,9% cada. Com uma produção menos expressiva aparece a Índia, com 4,3%, a Federação Russa, com 3,8% e o México, com 3,6%. Estes países são responsáveis por 56,4% do volume mundial produzido. No ranking mundial a produção brasileira está na 11ª colocação, com 2,5% (Tabela 1).

Tabela 1/I. *Mel - Produção mundial e dos principais países - 2004-08*

(t)

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008
Mundo	**1.368.105**	**1.410.448**	**1.511.709**	**1.463.848**	**1.517.747**
China	297.987	299.527	337.578	357.220	367.219
Turquia	73.929	82.336	83.842	73.935	81.364
Argentina	80.000	110.000	105.000	81.000	81.000
Ucrânia	57.878	71.462	75.600	67.700	74.900
Estados Unidos	83.272	72.927	70.238	67.286	74.293
Índia	52.000	52.000	52.000	51.000	65.000
Federação Russa	52.666	52.123	55.678	53.655	57.440
México	56.917	50.631	55.970	55.459	55.271
Etiópia	40.900	36.000	44.000	44.000	42.000
Brasil	32.290	33.750	36.194	34.747	37.792
Irã	28.000	28.000	36.000	36.000	36.000
Espanha	34.211	27.230	30.661	31.840	30.361
Canadá	34.241	36.109	48.353	31.489	28.112
Tanzânia	27.000	27.000	27.000	27.000	27.000
Rep da Coreia	15.651	23.820	22.939	26.488	26.000
Quênia	21.500	22.000	25.000	25.000	25.000
Angola	23.000	24.000	23.000	23.000	23.000
Hungria	19.504	19.714	17.319	15.996	22.394
Romênia	19.150	19.200	18.195	16.767	19.833
Austrália	16.000	16.000	17.500	18.000	18.000
França	15.000	15.000	15.000	16.000	16.000
Alemanha	25.575	21.232	25.199	18.266	15.727
Subtotal	**1.106.671**	**1.140.061**	**1.222.266**	**1.171.848**	**1.223.706**

Fonte: FAO (set./2010).

Os serviços de polinização é uma prática obrigatória na maioria dos países, integrando as atividades agropecuárias e contribuindo de maneira significativa para melhoria da produtividade e o aumento da qualidade da horticultura (frutas e verduras), da lavoura (principalmente os grãos) e de pastagens.

O consumo de mel *in natura* ainda é pouco difundido entre a população de alguns países, contribuindo para que a média mundial atinja cerca de 300 g/hab/ano. Entretanto, nos países da comunidade européia ó consumo aumenta, com cerca de 700 g/hab/ano.

Por país, os maiores consumos anuais foram registrados na Áustria - 1.700 gramas; Grécia – 1.600 gramas; Suíça – 1.300 gramas; Alemanha – 1.200 gramas; Eslovênia – 1.100 gramas; Ucrânia – 1.000 gramas; Turquia – 800 gramas; Canadá e Espanha – 700 gramas cada; Estados Unidos e Nova Zelândia – 600 gramas cada; França – 500 gramas; México – 200 gramas.

Em 2007, os dados da FAO, informam um volume exportado para os principais centros consumidores mundiais 409,5 mil toneladas de mel *in natura,* gerando um montante financeiro de US$ 902,5 milhões. O principal mercado vendedor foi o argentino, com 20%, seguido pelo o chinês, com 10,6%, o alemão, com 9,5%, húngaro, com 7,2% e o mexicano, com 6,3%. A soma desses mercados perfaz um total de 48,3% das vendas mundiais (Tabelas 2 e 3).

As vendas que obtiveram os melhores preços médios pelo mel comercializado foram a da Nova Zelândia (US$ 8.224,39/t), seguido pela França (US$ 5.627,06/t), Dinamarca (US$ 4.094,10/t), Itália (US$ 4.023,44/t) e Alemanha (US$ 3.589,16/t).

O Brasil está na 13ª posição nas vendas mundiais, obtendo um preço médio de US$ 1.6242,05 por tonelada do produto (Tabela 4).

O volume de mel importado em 2006 alcançou um incremento de 3,9% em relação ao ano anterior. Houve, entretanto, um aumento de 10,7% nos desembolsos financeiros, denotando uma alta expressiva no preço médio do mel em alguns países em comparação ao ano de 2005. Em termos percentuais, o maior incremento financeiro foi registrado pelos Emirados Árabes, com 101,5%, seguidos pelos EUA, com 37,9%, Espanha, com 31,4% e Polônia, com 30,4%. As maiores quantidades adquiridas foram dos Estados Unidos, representando 28,6% das transações, seguidos pela Alemanha, com 19,8%, pelo Japão, com 9,1%, pelo Reino Unido, com 6,6% e França, com 5,0%, conforme pode ser observado nas Tabela 5 e 6.

Tabela 2/I. *Mel - Exportação - Quantidade mundial e dos principais países – 2003-07*

(t)

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
Mundo	**403.394**	**384.456**	**424.380**	**423.812**	**409.497**
Argentina	70.499	62.536	107.670	103.998	79.861
China	84.328	82.492	91.285	82.001	65.288
Alemanha	21.161	22.374	23.311	20.958	23.771
Hungria	15.807	14.962	18.808	19.443	23.872
México	25.018	23.374	19.026	25.473	30.912
Espanha	11.633	9.914	9.605	11.061	13.883
Nova Zelândia	3.192	2.767	3.631	4.134	4.871
Canadá	15.041	14.021	12.376	13.594	16.763
França	2.362	2.585	3.031	3.985	4.620
Índia	6.964	10.354	16.769	8.136	12.231
Uruguai	9.177	13.357	8.876	12.083	14.215
Vietnã	10.548	15.563	16.210	14.647	16.730
Brasil	19.273	21.029	14.442	14.600	12.907
Austrália	5.160	6.610	7.201	8.856	5.638
Romênia	9.643	8.758	6.634	9.606	6.254
Itália	2.537	2.694	3.899	3.594	3.883
Bélgica	2.498	3.402	5.105	4.928	4.213
Chile	12.810	5.393	7.159	7.482	7.316
Estados Unidos	5.032	4.068	3.911	3.176	3.998
Eslováquia	2.059	1.576	595	798	5.293
Dinamarca	3.268	2.980	2.652	2.472	2.710
República Checa	2.023	2.994	2.831	3.339	4.326
Subtotal	**340.033**	**333.803**	**385.027**	**378.364**	**363.555**

Fonte: FAO (jul./2009).

Tabela 3/I. *Mel - Exportação - Valor mundial e dos principais países – 2003-07*

(US$ 1000)

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
Mundo	**952.515**	**864.591**	**717.224**	**811.013**	**902.524**
Argentina	159.894	120.537	128.503	154.141	134.153
China	110.193	97.610	96.664	109.383	95.580
Alemanha	79.291	90.092	77.897	68.861	85.318
Hungria	52.040	50.262	42.722	47.824	64.859
México	67.947	57.408	31.836	48.381	56.454
Espanha	38.385	34.875	26.402	30.062	41.667
Nova Zelândia	15.694	18.851	25.365	26.972	40.061
Canadá	47.253	38.073	24.996	29.435	36.273
França	12.067	15.340	15.656	18.076	25.997
Índia	14.626	14.671	26.361	13.450	22.606
Uruguai	23.701	28.751	10.947	17.396	22.181
Vietnã	18.917	20.046	14.217	16.557	21.987
Brasil	45.545	42.303	18.940	23.359	21.194
Austrália	18.078	22.845	20.361	21.636	18.936
Romênia	25.943	22.050	12.523	20.504	16.306
Itália	9.238	11.509	12.901	12.098	15.623
Bélgica	10.267	11.975	15.269	12.485	12.803
Chile	33.186	13.107	9.981	12.092	12.777
Estados Unidos	9.455	7.883	7.297	7.994	12.095
Eslováquia	5.312	6.775	2.459	3.920	11.628
Dinamarca	12.316	12.727	9.366	8.832	11.095
República Checa	6.044	8.194	5.888	7.526	11.089
Subtotal	**815.392**	**745.884**	**636.551**	**710.984**	**790.682**

Fonte: FAO (set./2010).

Tabela 4/I. *Mel - Exportação - Preço médio mundial e dos principais países – 2003-07*

(US$/t)

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
Mundo	**2.361,25**	**2.248,87**	**1.690,05**	**1.913,61**	**2.203,98**
Argentina	2.268,03	1.927,48	1.193,49	1.482,15	1.679,83
China	1.306,72	1.183,27	1.058,93	1.333,92	1.463,98
Alemanha	3.747,03	4.026,64	3.341,64	3.285,67	3.589,16
Hungria	3.292,21	3.359,31	2.271,48	2.459,70	2.716,95
México	2.715,92	2.456,06	1.673,29	1.899,31	1.826,28
Espanha	3.299,66	3.517,75	2.748,78	2.717,84	3.001,30
Nova Zelândia	4.916,67	6.812,79	6.985,68	6.524,43	8.224,39
Canadá	3.141,61	2.715,43	2.019,72	2.165,29	2.163,87
França	5.108,81	5.934,24	5.165,29	4.536,01	5.627,06
Índia	2.100,23	1.416,94	1.572,01	1.653,15	1.848,25
Uruguai	2.582,65	2.152,50	1.233,33	1.439,71	1.560,39
Vietnã	1.793,42	1.288,06	877,05	1.130,40	1.314,23
Brasil	2.363,15	2.011,65	1.311,45	1.599,93	1.642,05
Austrália	3.503,49	3.456,13	2.827,52	2.443,09	3.358,64
Romênia	2.690,35	2.517,70	1.887,70	2.134,50	2.607,29
Itália	3.641,31	4.272,09	3.308,80	3.366,17	4.023,44
Bélgica	4.110,09	3.519,99	2.990,99	2.533,48	3.038,93
Chile	2.590,63	2.430,37	1.394,19	1.616,15	1.746,45
Estados Unidos	1.878,97	1.937,81	1.865,76	2.517,00	3.025,26
Eslováquia	2.579,89	4.298,86	4.132,77	4.912,28	2.196,86
Dinamarca	3.768,67	4.270,81	3.531,67	3.572,82	4.094,10
República Checa	2.987,64	2.736,81	2.079,83	2.253,97	2.563,34
Subtotal	**2.397,98**	**2.234,50**	**1.653,26**	**1.879,10**	**2.174,86**

Fonte: FAO (set./2010).

Tabela 5/I. *Mel - Importação - Quantidade mundial e dos principais países – 2003-07*

(t)

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
Mundo	**402.869**	**392.130**	**424.571**	**440.842**	**421.092**
Alemanha	93.532	88.958	95.446	87.499	94.077
Estados Unidos	92.151	81.027	105.543	126.071	105.438
Reino Unido	21.867	25.893	27.980	29.180	30.109
Japão	43.785	47.033	43.162	40.072	37.887
França	15.165	17.081	19.261	22.106	23.489
Arábia Saudita	8.991	11.360	11.264	13.362	9.139
Itália	14.449	15.390	14.030	13.855	10.686
Holanda	9.575	7.279	11.517	10.317	8.436
Espanha	11.119	13.759	15.017	17.782	11.560
Suíça	6.790	6.129	6.289	6.415	7.045
Bélgica	6.652	6.859	8.246	9.764	8.583
Áustria	4.297	4.494	5.024	5.281	5.119
China	6.174	8.050	6.597	5.319	6.470
Dinamarca	5.486	4.657	5.571	4.969	4.330
Canadá	8.830	8.894	8.204	4.953	4.310
Suécia	2.622	2.554	2.568	2.534	2.726
Polônia	4.488	4.089	4.950	5.093	3.372
Emirados Árabes	2.821	2.713	2.362	2.243	2.261
Grécia	1.609	2.662	2.680	2.410	2.774
Austrália	8.779	2.576	1.213	737	1.536
Eslováquia	869	621	955	1.183	4.173
Irlanda	1.270	1.815	1.630	1.940	2.248
Subtotal	371.321	363.893	399.509	413.085	385.768

Fonte: FAO (set./2010).

Tabela 6/I. *Mel - Importação - Valor mundial e dos principais países – 2003-07*

(US$ 1000)

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
Mundo	**981.383**	**931.717**	**737.512**	**816.377**	**912.427**
Alemanha	240.851	230.704	166.231	152.927	191.530
Estados Unidos	219.496	149.550	125.356	172.941	162.766
Reino Unido	64.229	75.117	61.836	69.581	84.661
Japão	62.014	65.012	57.424	62.124	67.280
França	49.532	54.530	43.330	50.954	63.334
Arábia Saudita	33.325	36.469	30.637	34.002	27.140
Itália	42.382	41.621	25.909	28.338	24.713
Holanda	22.794	23.011	20.074	22.427	24.099
Espanha	27.269	31.463	22.175	29.136	22.560
Suíça	21.950	23.105	18.717	18.509	21.727
Bélgica	20.997	21.751	20.529	20.938	20.233
Áustria	13.793	14.600	12.277	13.317	15.172
China	10.351	12.999	10.665	10.384	13.990
Dinamarca	15.185	14.429	11.019	9.781	12.308
Canadá	18.135	17.736	16.134	11.781	11.314
Suécia	9.602	10.097	8.050	8.015	10.040
Polônia	4.479	7.067	8.312	10.842	9.206
Emirados Árabes	5.898	7.541	3.822	7.692	9.036
Grécia	4.703	8.459	7.520	6.640	8.891
Austrália	24.988	9.025	4.977	4.633	7.920
Eslováquia	1.666	1.192	1.711	2.230	7.214
Irlanda	4.100	5.209	3.976	5.234	7.000
Subtotal	**917.739**	**860.687**	**680.681**	**752.426**	**822.134**

Fonte: FAO (set./2010).

Ressalta-se que países com relativa participação na produção e com expressão nas vendas para o mercado externo também aparecem nas estatísticas como importadores expressivos. É o caso da Alemanha e da Espanha que, dentre outros, adquirem o produto *in natura* (a granel), realizam o processamento para, em seguida, disponibilizá-lo novamente no mercado. Esta é uma tática que possibilita uma maior agregação de valor ao produto, bastante usual entre os exportadores.

Panorama nacional

O Brasil possui uma extensão territorial de 8,513 milhões de quilômetros quadrados. Tem vegetação e clima diversificados que favorecem a exploração da atividade apícola em todos os estados. Entretanto, mesmo tendo um potencial favorável, a produção nacional é ainda pouco expressiva e permite alcançar apenas o 10º lugar no ranking mundial, com participação de 2,5%.

Melhorar a posição brasileira é necessário. Mas para isso é preciso que os diversos segmentos da cadeia produtiva do mel tornem os produtos apícolas mais atraentes e competitivos, mediante a melhoria de qualidade, produtividade, preços acessíveis, investindo mais em desenvolvimento de tecnologia, inovação de processos, marketing e recursos humanos.

É significativa a contribuição do setor apícola nacional na geração de benefícios econômicos e sociais. São milhares de empregos diretos e indiretos, como, por exemplo, na polinização em pomares, nos trabalhos de manutenção dos apiários, na produção de equipamentos e no manejo de produtos e serviços apícolas (mel, própolis, pólen, cera e geléia real).

Em 2008, o IBGE registra um total de 37.792 toneladas de mel, com o produto apresentando-se em crescimento nos anos mais recentes.

A Região Sul tem a maior produção de mel (15.760 t) com participação de 41,7%, seguida pela Nordeste (14.152 t), com 37,4%, a Sudeste (5.525 mil t), com 14,6%, Centro-Oeste (1.498 mil t), com 4% e a Norte (857 mil t), com 2,3% da produção nacional.

O Estado do Rio Grande do Sul destaca-se na primeira posição no ranking nacional, com 19,6% da produção, seguido pelo Paraná, com 12,3%, Piauí, com 11%, Ceará, com 10,6% e Santa Catarina, com 9,8% detém, sendo responsáveis por 63,3% do volume total produzido (Tabela 7).

Em alguns estados brasileiros, as condições climáticas favoráveis, com período seco e de chuvas melhor definido permite a exploração da atividade apícola durante praticamente todo o ano, resultando na obtenção de melhores rendimentos (por colmeia) e o consequente aumento da quantidade produzida no últimos anos (Tabela 7).

Tabela 7/I. *Mel natural – Produção nacional e dos principais estados – 2003–08*

(t)

Estado	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	**30.022**	**32.290**	**33.750**	**36.194**	**34.747**	**37.791**
Rio G do Sul	6.778	7.317	7.428	7.820	7.365	7.418
Paraná	4.068	4.348	4.462	4.612	4.632	4.635
Piauí	3.146	3.894	4.497	4.196	3.483	4.144
Santa Catarina	4.511	3.601	3.926	3.990	3.471	3.706
Ceará	1.896	2.933	2.312	3.053	3.137	4.073
Minas Gerais	2.194	2.134	2.208	2.482	2.625	2.862
São Paulo	2.454	2.333	2.396	2.542	2.332	2.017
Bahia	1.419	1.495	1.775	2.047	2.200	2.195
Pernambuco	653	883	1.029	1.162	1.177	1.382
Demais estados	2.902	3.351	3.717	4.290	4.325	5.359

Fonte: IBGE.

As estimativas da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA), assinalam para 2009 uma produção nacional de mel da ordem de 50 mil toneladas (computado o produto fiscalizado e não fiscalizado).

O setor apícola brasileiro carece de mais organização, de maior entrosamento entre os diversos agentes da atividade (federações, associações de apicultores, cooperativas, entrepostos de vendas, dentre outros), melhor estruturação de dados e informações (produção existente, número de apicultores - profissional e amador), entrepostos de vendas (número existente, onde se encontram e qual a sua capacidade, destino das vendas), práticas de manejo apícolas, critérios de análise de perigos e pontos críticos de controle, incidência de pragas e doenças, monitoramento da qualidade dos produtos apícolas, pesquisas e processos de desenvolvimento de tecnologia e produtos, informações sobre embalagens e rotulagem, mercados (incluindo variação de preços, certificadoras e certificação, procedimentos legais, normas e padrões, dentre outras).

Com esses dados e informações disponíveis e atualizados, os diversos segmentos do agronegócio apícola nacional terá a possibilidade de uma tomada de decisão ágil, melhorando substancialmente a gestão do negócio. Estas mesmas condições também permitem a definição de políticas adequadas para o desenvolvimento do setor.

Atento a isso, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) criou e instituiu em 2006 a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel e Produtos Apícolas. Constituída por representantes dos atores ligados ao agronegócio apícola nacional, o órgão se tornou o principal fórum de discussão e definição de políticas, diretrizes e ações para o desenvolvimento do segmento no País.

O setor apícola nacional é constituído, além da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA), de 23 federações estaduais, cerca de 400 associações ligadas ao sistema CBA, mais de 198 entrepostos cadastrados no MAPA, 200 mil apicultores e mais de 2,5 milhões de colmeias.

Parte I

O número de apicultores e de colmeias aumenta sensivelmente quando se considera os agricultores que exploram a atividade apenas como uma fonte de renda complementar da família.

No Brasil, o mel ainda é visto como medicamento e não como fonte complementar de alimento, por uma parte expressiva de sua população, contribuindo para o seu baixo consumo que é de aproximadamente 60 gramas por habitante ano (no Sul do País sobe para entre 200 e 300 gramas/hab/ano).

Para se ter uma idéia, em países como os Estados Unidos, a Alemanha e a Suíça, o consumo per capita é de 910, 960 e 1.500 gramas per capita, respectivamente, por ano.

A divulgação regular pelos diversos órgãos e instituições nacionais ligadas ao setor, mediante a promoção de feiras, exposições, seminários, serviços de marketing e outros meios, além de propiciar maior conhecimento sobre os benefícios resultantes do uso do mel e dos seus derivados (geléia real, pólen e própolis), contribuirá para o aumento do consumo e incremento nas vendas.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em 2009, as vendas brasileiras de mel in natura para o mercado externo alcançaram 26 mil toneladas e representaram um montante de 65,8 milhões de dólares, sendo superior em 42,2% e 51% respectivamente, em comparação com o ano anterior, sendo que os preços médios nacionais tiveram uma valorização de 6,2% no ano (2008: US$ 2,38/kg e 2009: US$ 2,53/kg) (Tabela 8).

Por Estado da Federação, São Paulo manteve a liderança, responsável por 26,6% da movimentação financeira, seguido pelo Ceará, com 21,8%, Rio Grande do Sul, com 14,7%, Santa Catarina, com 12% e Rio Grande do Norte, com 9,2% (Tabela 8).

No ano, os estados que comercializaram o mel com valores acima da média nacional foram: Bahia (US$ 2,89/kg), Maranhão (US$ 2,76/kg), Ceará (US$ 2,64/kg), Paraná (US$ 2,62/kg), e Rio Grande do Sul (US$ 2,57/kg) (Tabela 9).

Ressalta-se que alguns estados, por exemplo, São Paulo e Santa Catarina, adquirem o produto a granel de outras

Tabela 8/I. *Mel – Exportação por estado da federação – 2005-10*

Estado/País	2005	2006	2007	2008	2009	2010[1]
Quantidade (t)						
São Paulo	6.056	4.756	4.454	5.682	6.976	3.771
Ceará	2.342	2.723	1.732	2.570	5.434	2.118
Rio Grande do Sul	589	1.484	1.851	3.715	3.760	2.449
Santa Catarina	2.262	2.002	1.445	1.396	3.127	1.231
Piauí	2.503	1.940	1.731	1.966	2.534	2.677
Rio Grande do Norte	40	439	555	952	1.950	531
Paraná	334	898	835	1.563	1.609	665
Demais estados	322	360	304	427	597	397
Brasil	**14.448**	**14.602**	**12.907**	**18.271**	**25.987**	**13.839**
Valor (US$ 1000)						
São Paulo	7.739	7.629	7.238	13.246	17.514	10.705
Ceará	3.442	4.584	3.224	6.741	14.372	6.395
Rio Grande do Sul	760	2.364	2.764	8.688	9.677	6.936
Santa Catarina	2.928	3.110	2.222	3.523	7.910	3.658
Piauí	3.046	3.005	2.903	4.406	6.072	7.619
Rio Grande do Norte	50	632	866	2.115	4.491	1.321
Paraná	541	1.497	1.487	3.798	4.211	1.994
Demais estados	466	552	491	1.056	1.545	1.161
Brasil	**18.972**	**23.373**	**21.194**	**43.571**	**65.791**	**39.789**

[1] Acumulado até agosto.
Fonte: MDIC/Secex.

Unidades da Federação, beneficiam e exportam. Por isso, tem um volume de exportação, às vezes, maior que a produção.

Tabela 9/I. *Mel - Preço médio das exportações por estado da federação – 2005-10*

(US$/kg)

Estado/País	2005	2006	2007	2008	2009	2010[1]
São Paulo	1,28	1,60	1,63	2,33	2,51	2,84
Ceará	1,47	1,68	1,86	2,62	2,64	3,02
Rio Grande do Sul	1,29	1,59	1,49	2,34	2,57	2,83
Santa Catarina	1,29	1,55	1,54	2,52	2,53	2,97
Piauí	1,22	1,55	1,68	2,24	2,40	2,85
Rio Grande do Norte	1,26	1,44	1,56	2,22	2,30	2,49
Paraná	1,62	1,67	1,78	2,43	2,62	3,00
Demais estados	1,45	1,53	1,61	2,47	2,59	2,93
Brasil	**1,31**	**1,60**	**1,64**	**2,38**	**2,53**	**2,88**

[1] Acumulado até agosto.
Fonte: MDIC/Secex.

Quanto ao destino das exportações, os Estados Unidos absorveram 62,5% do mel brasileiro, seguido pela Alemanha, com 20,7% e Reino Unido, com 4,3% (Tabela 10).

Em 2010, as vendas nacionais de mel para o mercado externo (dados acumulados de janeiro a agosto), segundo a mesma fonte, representaram uma movimentação financeira de 14 milhões de dólares – caiu 4%, em comparação com igual período de 2009.

Tabela 10/I. *Mel – Destino das exportações brasileiras – 2005-10*

País de destino	2005	2006	2007	2008	2009	2010[1]
Quantidade (t)						
Estados Unidos	3.317	10.785	11.704	13.694	16.976	7.691
Alemanha	6.234	2.586	20	2.706	4.843	3.368
Reino Unido	3.780	831	0	409	2.260	1.480
Canadá	20	134	844	897	1.091	357
Demais países	1.097	267	339	566	818	944
Total	**14.448**	**14.602**	**12.907**	**18.271**	**25.987**	**13.839**
Valor (US$ 1000)						
Estados Unidos	4.353	17.329	19.058	31.844	41.135	21.628
Alemanha	8.108	4.077	29	7.189	13.605	9.944
Reino Unido	4.959	1.251	0	954	6.049	4.273
Canadá	37	215	1.471	2.308	2.815	1.166
Demais países	1.515	500	635	1.276	2.188	2.779
Total	**18.972**	**23.373**	**21.194**	**43.571**	**65.791**	**39.789**

[1] Acumulado até agosto.
Fonte: MDIC/Secex.

Panorama estadual

Santa Catarina possui uma vegetação natural diversificada, de boa qualidade melífera, que propicia boas condições para o desenvolvimento da atividade apícola em toda a sua extensão territorial.

A atividade apícola, além do mel, produz cera, própolis, geleia real, pólen e apitoxina. Disponibiliza, ainda os serviços de polinização que contribuem sensivelmente na melhoria da produtividade e qualidade de produtos agrícolas (frutas, grãos, dentre outros) e das pastagens no Estado.

Parte I

Estima-se que cerca de 350 mil colmeias se encontrem distribuídas nos municípios catarinenses e que existam aproximadamente 30 mil apicultores entre profissionais e amadores. Destes, cerca de três mil são considerados profissionais e têm na atividade sua principal fonte de renda.

O setor conta com o apoio da Federação das Associações de Apicultores de Santa Catarina (Faasc), de 60 associações de apicultores e cerca 60 entrepostos de mel (alguns desativados). Todos os entrepostos que estão atuando, no Estado, possuem inspeção sanitária (SIM, SIE e CIF).

A produção de mel está concentrada nas mesorregiões do Oeste Catarinense, Sul Catarinense e Serrana. A produtividade média estadual varia de 14 até 26 quilos por colmeia. Essa variação está diretamente relacionada com as condições climáticas (índice pluviométrico e de insolação, temperaturas, umidade relativa), localização geográfica do apiário, disponibilidade e condições de uso de florada, dentre outros fatores que normalmente influenciam o trabalho das abelhas, a qualidade e o sabor do mel.

A maior densidade de comeias por apicultor encontra-se nas mesorregiões Sul Catarinense, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Norte Catarinense, enquanto as melhores produtividades pertencem aos apicultores das mesorregiões Sul Catarinense, Serrana e Vale do Itajaí.

Quanto ao uso de florada para extração do néctar, na mesorregião Sul Catarinense predominam as flores de eucalipto; na Serrana e no Norte Catarinense, as flores silvestres, vassouras e bracatinga (flor e melato); no Alto Vale do Itajaí, as flores silvestres, e na Oeste Catarinense, as flores silvestres, a uva-do-japão e a laranjeira (Tabela 10).

Santa Catarina, até 2003 era o segundo maior produtor nacional de mel. Com o passar dos anos, principalmente em função da ocorrência de fatores climáticos adversos e com o aumento de produção dos estados do Piauí e Ceará, em 2008, a produção catarinense caiu para a quinta posição.

Em algumas regiões no Estado, sobretudo, o desastre provocado pelo “Furacão Catarina” na Região Sul Catarinense, em 2004 e o excesso de chuvas na faixa litorânea catarinense na primavera de 2008 contribuíram para uma sensível diminuição na produção de mel (Tabela 11).

Em 2009, com as condições climáticas voltando a sua normalidade propiciando um melhor desempenho da atividade, os agentes do setor estimam um volume produzido de seis mil toneladas.

Segundo a FAASC, em 2010, se as condições de clima continuarem favoráveis, é bem provável que a produção estadual atinja entre 6.500 e 6.800 toneladas.

Tabela 11/I. *Mel - Produção por microrregião geográfica - Santa Catarina - 2003-08*

(kg)

SC/MRG	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Santa Catarina	**4.511.043**	**3.600.652**	**3.925.556**	**3.990.118**	**3.470.963**	**3.706.463**
Araranguá	81.000	48.600	67.440	68.300	47.945	40.101
Blumenau	107.400	73.350	69.730	109.899	203.300	203.060
Campos de Lages	575.645	573.755	607.110	581.860	571.450	570.700
Canoinhas	364.000	374.000	357.000	334.000	336.800	263.800
Chapecó	276.225	260.793	272.785	307.296	264.597	246.793
Concórdia	181.725	204.046	222.618	267.183	215.465	247.602
Criciúma	926.000	276.975	585.328	345.000	135.298	383.890
Curitibanos	121.602	115.600	102.100	102.800	96.000	92.800
Florianópolis	52.120	61.000	58.520	58.520	...	50.700
Itajaí	16.280	14.808	16.145	16.884	22.466	18.210
Ituporanga	105.100	73.000	96.000	102.500	102.500	68.500
Joaçaba	296.130	327.800	338.800	371.400	386.920	368.800
Joinville	36.445	34.499	38.832	40.365	47.113	59.975
Rio do Sul	272.100	240.000	230.700	272.900	238.500	175.500
São Bento do Sul	47.730	49.000	48.810	48.900	48.740	47.720
São Miguel do Oeste	354.400	319.500	301.000	346.900	336.925	331.450
Tabuleiro	209.000	214.000	216.100	211.600	...	179.000
Tijucas	96.200	45.980	35.400	82.400	80.000	46.500
Tubarão	259.926	170.101	148.545	203.061	226.484	219.092
Xanxerê	132.015	123.845	112.593	118.350	110.460	92.270

Fonte: IBGE.

Em 2009, as vendas do mel catarinense, no mercado interno giravam em torno de 30%.; para o mercado interestadual devem ter alcançado cerca de 20%, sendo que os principais mercados compradores foram São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Os 50% restantes da produção foram exportados, principalmente para os mercados dos Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e Canadá (Tabela 12).

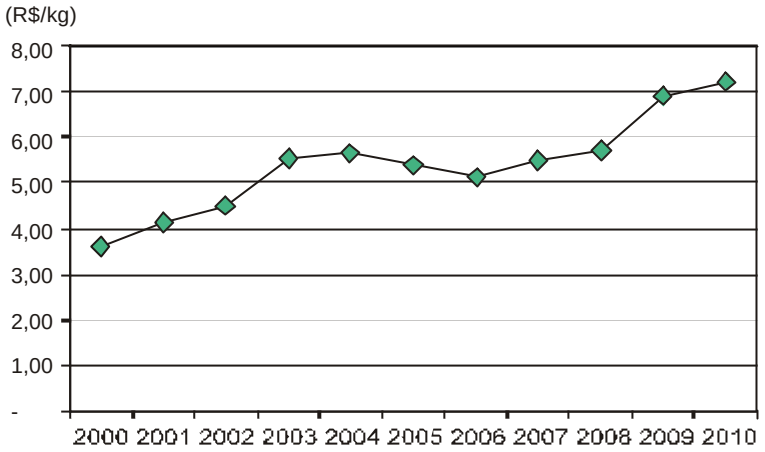
Tabela 12/I. *Mel natural - Quantidade e valor das exportações – Brasil e Santa Catarina - 2005-10*

Discriminação	2005	2006	2007	2008	2009	2009[1]	2010[1]
Quantidade (t)-BR	14.442	14.600	12.907	18.271	25.987	19.201	13.839
Quantidade (t)-SC	2.262	2.002	1.445	1.396	3.127	2.484	1.231
Valor (mil dólares)-BR	18.940	23.359	21.194	43.571	65.791	47.648	39.789
Valor (mil dólares)-SC	2.926	3.110	2.222	3.523	7.910	6.168	3.658
Preço médio (US$/t)-BR	1.311,45	1.599,93	1.642,05	2.384,71	2.531,69	2.481,54	2.875,14
Preço médio (US$/t)-SC	1.293,55	1.553,45	1.537,72	2.523,64	2.529,58	2.483,09	2.971,57

[1] Acumulado até agosto.
Fonte: MDIC/Secex.

Os preços médios recebidos pelo apicultor, nas principais regiões produtoras do Estado no período de janeiro de 2000 a agosto de 2010 apresentaram-se crescentes, oscilando entre R$ 3,62 e R$ 7,23 o quilo do produto, sendo que nos anos de 2009 e 2010 alcançaram as melhores valorizações, conforme demonstrado na Figura 1.

Parte I



[1] Acumulado até agosto de 2010.
Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 1/I. *Mel de abelha - Preço médio anual recebido pelo apicultor - Santa Catarina - 2000-10*[1]

Luiz Marcelino Vieira - Economista - Epagri/Cepa
e-mail - marcelino@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239-3938

A produção mundial da pesca e da aquicultura atingiu 143,6 milhões de toneladas, em 2007, sendo 92 milhões de toneladas da pesca extrativa e 51,6 milhões de toneladas da aquicultura. A aquicultura segue crescendo mais rapidamente que qualquer outro setor de produção de alimento de origem animal e em ritmo maior que o aumento da população mundial (FAO, 2009).

O levantamento dos dados de produção da pesca e da aquicultura nacional esteve por muitos anos sob responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), mas, em 2008, esta responsabilidade passou para o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Portanto, os números apresentados abaixo que comparam Santa Catarina com o Brasil possuem como fonte o Ibama e o MPA, por isso são creditados aqui como Ibama/MPA 2009.

Aquicultura e pesca

O Brasil figura em 25º lugar na captura mundial de pescados e em 17º lugar na aquicultura mundial. A produção total do pescado nacional (pesca e aquicultura somados) cresceu 15,8% nos últimos três anos, passando de 1.071.393,5 toneladas em 2007 para 1.240.813,4 toneladas em 2009 (Tabela 1), Ibama/MPA 2009.

Tabela 1/I. *Produção nacional de pescados - 2007-09*

(t)

Ano	Total geral	Pesca extrativa		Total	Aquicultura		Total
		Marinha	Continental		Marinha	Continental	
2007	1.071.393,5	539.966,5	243.210,0	783.176,5	78.405,0	209.812,0	288.217,0
2008	1.156.364,0	529.714,2	261.282,8	790.997,0	83.358,6	282.008,4	365.367,0
2009	1.240.813,4	585.671,5	239.492,6	825.164,1	78.296,4	337.353,0	415.649,4

Fonte: Ibama/MPA 2009.

A mesma tabela mostra, ainda, a produção da pesca extrativa (tanto marinha quanto continental) e da aquicultura (marinha e continental), onde fica claro o maior crescimento da aquicultura em relação à pesca. Pelos números é possível perceber que, enquanto a pesca aumentou 5,36% entre 2007 e 2009, a aquicultura cresceu 44%. Dessa forma, a aquicultura brasileira já participa atualmente com 33,50% da composição do pescado nacional.

Ainda conforme o Ibama/MPA, Santa Catarina vem ao longo dos anos se consolidando como o Estado de maior produção nacional de pescados, tendo produzido em 2009, 207.505,3 toneladas, um crescimento de 14,47% sobre 2007. Este crescimento é maior, principalmente, na pesca marinha, onde em 2009 o Estado produziu 157.005,9 toneladas, seguido pelos estados do Pará (90.225,9 toneladas) e da Bahia (81.884 toneladas).

Na aquicultura, Santa Catarina produziu 49.960,4 toneladas, ficando em segundo lugar, atrás do Ceará, que produziu 53.328,1 toneladas. Os outros estados que despontam na aquicultura são: Rio Grande do Sul (47.559,4 toneladas); São Paulo (38.646,0 toneladas) e Paraná (31.980,2 toneladas).

Comparando a pesca extrativa com a aquicultura em Santa Catarina (Tabela 2), também é possível perceber que a aquicultura vem crescendo a passos largos, passando de 34.795 toneladas em 2007 para 49.960,4 toneladas em 2009, um crescimento de 43,58%. A pesca cresceu apenas 5,24% neste período. Na composição, a aquicultura representa atualmente 24,08% do pescado catarinense.

Tabela 2/I. *Produção catarinense de pescados – 2007-09*

(t)

Ano	Total geral	Pesca extrativa		Total	Aquicultura		Total
		Marinha	Continental		Marinha	Continental	
2007	184.493,5	149.130,5	568,0	149.698,5	11.877,5	22.917,5	34.795,0
2008	188.811,1	144.066,6	699,9	144.766,5	13.388,7	30.655,8	44.044,5
2009	207.505,3	157.005,9	539,0	157.544,9	13.288,3	36.672,1	49.960,4

Fonte: Ibama/MPA 2009.

O governo brasileiro quer incrementar a produção de pescados (peixes, crustáceos e moluscos) e suas principais estratégias são: incentivar a maricultura ao longo da costa, auxiliando assim o pescador artesanal que tem visto diminuir ano após ano os estoques da pesca extrativa; apoiar a atividade da pesca extrativa através de diversos incentivos, tanto para a indústria quanto para a pesca artesanal; aumentar a quantidade de peixes de água doce cultivados no interior do País, visando melhorar a renda do produtor rural e disponibilizar um produto de alta demanda. Este conjunto de medidas aumenta a segurança alimentar da sociedade como um todo.

A seguir, serão enfocadas separadamente as áreas da pesca extrativa e da aquicultura praticadas em Santa Catarina.

Pesca extrativa

Cerca de 40 mil catarinenses estão envolvidos direta e profissionalmente na pesca extrativa, incluindo os ligados à indústria e à pesca artesanal e estima-se que 150 mil pessoas sejam beneficiadas indiretamente pela atividade. O produto da pesca artesanal é destinado, principalmente, ao mercado estadual e vizinhos imediatos, enquanto os produtos da pesca industrial chegam a todo território nacional e também a outros países.

Os pescadores artesanais estão organizados em entidades denominadas “colônias”, que chegam a 38 nas 186 comunidades pesqueiras dos 531 quilômetros do Litoral Catarinense. São aproximadamente 25 mil pescadores filiados às colônias que estão interligadas à Federação dos Pescadores. Já a pesca industrial conta com aproximadamente 15 mil

pessoas (pescadores e funcionários) em cerca de 50 indústrias distribuídas entre Itajaí e Florianópolis, os maiores portos de desembarque e processamento pesqueiro. A indústria também conta com seu órgão de representação, o Sindicato das Indústrias de Pesca de Itajaí - Sindipi, o qual congrega o conjunto de empresas que atuam no ramo. Atualmente, a frota industrial de Santa Catarina desembarca pescados nos portos de Rio Grande (RS), Itajaí e Florianópolis (SC) e Santos (SP).

Buscando os melhores dados e explicações para o comportamento da Pesca Industrial de Santa Catarina em 2008 (último levantamento fechado), as informações transcritas abaixo são extraídas dos textos publicados pela Univali/CTTMAR no Boletim Estatístico da Pesca Industrial de Santa Catarina 2008. Os dados são encontrados na íntegra em http://siaiacad04.univali.br

Panorama comparativo da produção pesqueira industrial por espécie em Santa Catarina – 2007-2008 (Univali/CTTMar, 2008)

O ano de 2008 ficou marcado pela estabilidade da produção total desembarcada em Santa Catarina, a qual foi somente 3% inferior àquela registrada em 2007. Apesar disso, foram observadas variações expressivas em diversas espécies, tanto positivas como negativas. Seguindo a mesma tendência dos últimos cinco anos, a produção dos peixes cartilaginosos continuou a declinar, tendo sido 7% menor que em 2007 (Univali/CTTMar, 2003; 2004; 2006; 2007a; 2007b; 2008).

As espécies de elasmobrânquios que apresentaram as variações mais acentuadas, tanto em termos absolutos como relativos, foram os cações mangona e cabeça-chata, com decréscimos de 90% e 82%. No sentido oposto, apresentando incrementos consideráveis, ficaram o cação cola-fina (587%) e o caçonete (46%).

Em parte, esta contínua redução nos desembarques de alguns peixes cartilaginosos é reflexo das Instruções Normativas: (*i*) Ibama n.º 5, de 21 de maio de 2004, que lista as espécies proibidas de explotação, tais como os cações mangona e anjo, e a raia viola e; (*ii*) Ibama n.º 166, de 18 de julho de 2007, que restringe a atuação da frota de emalhe de superfície, a qual possui os peixes cartilaginosos como alvo principal (Univali/CTTMar, 2007a; 2007b).

O grupo dos atuns e afins, que em 2007 registrou a maior produção acumulada dos últimos quatro anos (Univali/CTTMar, 2006; 2007a; 2007b; 2008), apresentou uma redução de cerca de 15% nos totais desembarcados em 2008. Dentre estas, as espécies que apresentaram as maiores reduções foram: os bonitos-pintados (100%) e cachorro (61%), e as albacoras-laje (77%) e bandolim (53%). O bonito-listrado permaneceu no segundo lugar entre os

recursos mais desembarcados no Estado, apesar de ter registrado uma queda na produção de 11%, correspondente a pouco mais de 2.900 toneladas.

Já a albacorinha, o agulhão-azul, a albacora-branca e o dourado mostraram incrementos consideráveis nos volumes desembarcados, da ordem de 543%, 115%, 75% e 57%, respectivamente.

A sardinha-verdadeira que permaneceu como principal recurso desembarcado no Estado, responsável por 17% do total produzido em 2008, registrou um decréscimo na produção total de 8% em relação ao ano anterior.

No geral, os recursos pelágicos obtiveram destaques consideráveis em 2008, sendo que os incrementos mais expressivos ficaram por conta da cavalinha (8.943 t, incremento de 439%), palombeta (6.265 t, incremento de 265%) e pampo (99 t, incremento de 304%). Já os desembarques de tainha e enchova, que no ano de 2007 apresentaram incrementos expressivos, em 2008 registraram reduções equivalentes a 4.358 toneladas (-68%) e 591 toneladas (-54%), respectivamente.

A exemplo do ocorrido em 2007, os cienídeos também apresentaram uma tendência de queda na produção. Tal padrão se confirmou principalmente com pescada-bicuda (-83%), maria-luiza (-45%), maria-mole (-34%), castanha (-28%) e pescada-real (-27%). Mesmo apresentando uma redução suave (8%), a corvina ainda permaneceu entre os três recursos mais desembarcados no Estado, representando pouco mais de 11% da produção global. As pescadas branca, amarela e cambucu foram os recursos do grupo que apresentaram os maiores incrementos, os quais variaram entre 96% e 1.208%.

Ao contrário do observado para os cienídeos, os recursos demersais de plataforma interna e média (incluindo peixes ósseos, crustáceos e moluscos) apresentaram uma ascensão na produção de 2008. Dentre aqueles que apresentaram os maiores incrementos, podem-se citar o camarão-santana (157%), o bagre (80%) e a abrótea (74%). Em contrapartida, a lula (88%), o camarão-branco (62%) e o camarão-sete-barbas (44%) foram as espécies que registraram as maiores reduções.

De modo geral, dentre as espécies demersais de plataforma externa e talude, o balanço final foi positivo para as diferentes modalidades de pesca. As espécies capturadas principalmente nas artes de pesca que utilizam linha e anzol comportaram-se de maneira oposta ao observado em 2007, apresentando aumentos nas produções, como no caso do pargo-rosa (151%), namorado (91%) e cherne-galha-amarela (84%). Contrariamente, a produção dos chernes poveiro e verdadeiro registrou reduções na ordem de 100% e 36%. Seguindo o mesmo padrão de 2007, as espécies-alvo da pesca de arrasto e/ou emalhe de fundo apresentaram incrementos nas produções de 2008, como no caso do pitu (118%), camarão-cristalino (102%), abrótea-de-fundo (63%) e merluza (23%).

Outras espécies, como o peixe-sapo e o galo-de-profundidade, registraram quedas de 46% e 23%, respectivamente (Univali/CTTMar, 2008).

Aquicultura

Como aquicultura entende-se tudo o que se cultiva na água (a pesca apenas extrai). Os cultivos podem ser tanto em águas salgadas (maricultura) com peixes, camarões, macroalgas e moluscos bivalves (ostras, mexilhões, vieiras), quanto em água doce (águas continentais), com peixes, rãs e camarões-de-água-doce. A atividade vem se desenvolvendo ano após ano, conferindo ao Estado uma posição de referência nacional.

A atividade de maricultura, ao longo dos últimos vinte anos, promoveu a inserção econômica dos pescadores artesanais e das comunidades litorâneas, aumentando a renda familiar e impedindo o êxodo para os grandes centros em busca de emprego. A ostra, por exemplo, alavancou o turismo gastronômico e deu visibilidade ao Estado, considerado, hoje, referência nacional em maricultura. A piscicultura de água doce, no interior do Estado, desenvolveu toda uma cadeia produtiva, incrementou a renda do produtor e disponibilizou a oferta de pescados cultivados, além de gerar um aumento no nível de empregos na área rural. Desta forma, a aquicultura catarinense vem se tornando muito importante, tanto social quanto economicamente.

A seguir, serão apresentadas e analisadas separadamente cada uma das atividades que compõem a aquicultura (a maricultura e as águas continentais - sem a ranicultura e os camarões-de-água-doce, por não serem representativas, no momento).

Águas continentais - Piscicultura de água doce

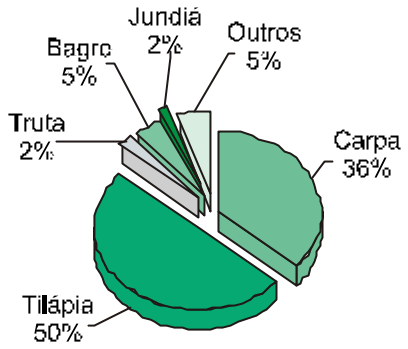
Os dados da piscicultura ora apresentados se referem às estatísticas fechadas pela Epagri até o ano de 2008, sendo que os dados de 2009 ainda estão sendo levantados e serão apresentados na próxima edição. O levantamento foi feito pelos Escritórios Regionais/ Locais da Epagri e tabulados pelo Cedap (Centro de Desenvolvimento em Aquicultura e Pesca).

Na água doce, o produto mais representativo é o peixe. Santa Catarina ocupa lugar de destaque no cenário nacional dentre os principais produtores (Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Ceará, Paraná e Mato Grosso), conforme o IBAMA/MPA 2009. Na sua grande maioria, a piscicultura é praticada no Estado em pequena escala nas propriedades de âmbito familiar. A atividade é exercida como fonte de renda complementar por 20.585 produtores na chamada piscicultura colonial (não apresenta regularidade de produção e tem na atividade renda eventual) e por 2.345 produtores na piscicultura profissional ou comercial (apresenta regularidade de produção e renda), totalizando 22.930 produtores (Epagri/Cedap, 2008).

Parte I

Representatividade

São aproximadamente vinte espécies de peixes trabalhadas em Santa Catarina, cada uma com maior ou menor expressão na produção (algumas ainda em fase de pesquisas). As principais espécies em produção são as carpas (quatro espécies), a tilápia (em suas várias linhagens), o "catfish" (bagre americano), os peixes considerados de "águas mornas" (temperaturas de conforto acima de 20ºC) e as trutas nas águas frias (temperaturas de conforto abaixo de 20ºC). A produção destas espécies é fonte de renda para uma extensa rede que envolve piscicultores e vários negócios correlatos à cadeia produtiva (Figura 1).



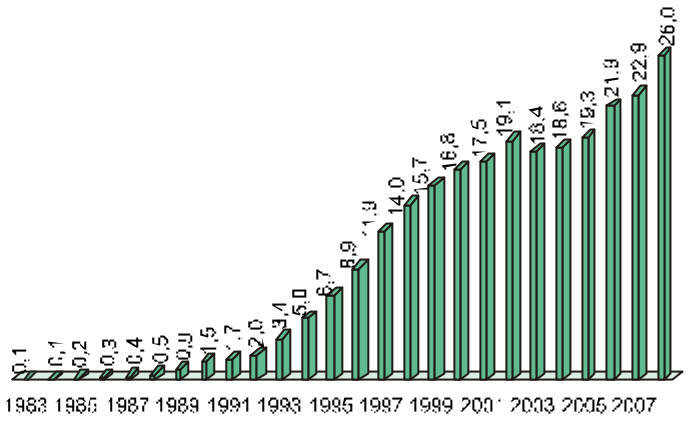
Fonte: Epagri/Cedap.

Figura 1/I. *Percentual de representatividade das principais espécies de peixes cultivados - Santa Catarina - 2009*

Produção

Em 2008, segundo dados da Epagri/Cepa, foram produzidas 26.018,5 toneladas de peixes de água doce em Santa Catarina, sendo 25.381,8 toneladas de águas mornas (Figura 2) e 636,6 toneladas de águas frias (Figura 3). Isso representa, aproximadamente, 91 milhões de reais em divisas. A produção se concentra nas regiões do Vale do Rio Itajaí (Alto, Médio e Baixo), Planalto Serrano, Litoral Norte, Oeste Catarinense e, ultimamente, sensível incremento n sul do Estado, nos vales dos rios Tubarão e Araranguá.

Até pouco tempo atrás, as carpas (Comum, Cabeça-Grande, Prateada e Capim) eram as principais espécies produzidas no Estado. Mas, gradativamente, a tilápia foi ocupando a preferência do mercado e, a partir de 2007, passou a ser a principal espécie produzida em Santa Catarina. Em 2008, foram 13.038,6 toneladas, representando 50% da produção (Figura 2). A linhagem GIFT (Genetic Improvement of Farmed Tilapia) foi trazida recentemente para o Estado com o intuito de formar um Núcleo Satélite na forma de banco genético. Visa a multiplicação e distribuição de reprodutores de alta qualidade genética aos produtores de alevinos que, com o tempo, vai fazer Santa Catarina contar com um plantel de alto padrão, refletindo-se no aumento da produção devido às boas características de crescimento e rusticidade da linhagem. Este trabalho está sendo feito na Estação de Pesquisa da Epagri de Itajaí - Ungep.



Fonte: Epagri/Cedap.

Figura 2/I. *Piscicultura - Evolução da produção catarinense (t) - 1983-08*

Mercado, as três principais modalidades

Existe um grande número de produtores que aliam a produção de peixes a empreendimentos turísticos como pesque-pagues, pousadas rurais e hotéis-fazenda, oferecendo uma estrutura de lazer aliada a uma eficiente forma de comercialização. Esta modalidade de comercialização (através do lazer) é a que mais cresce no Estado, absorvendo cerca de 50% do peixe adulto produzido (algumas regiões vendem 80% aos pesque-pagues). A maioria dos estabelecimentos adquire o peixe vivo já no tamanho/peso adequado, proporcionando excelente fonte de renda aos fornecedores. Esta linha de comercialização (lazer) não tem tido problemas de abastecimento, pois paga valores mais altos ao produtor em relação a outras modalidades de comercialização (indústria, por exemplo), garantindo preferência na entrega.

Outra modalidade de mercado que vem crescendo bastante é a indústria de beneficiamento de peixes de água doce (principalmente tilápias), adquirindo peixes para fazer, basicamente, filés. Este mercado absorve, na média estadual, cerca de 15% da produção. Vale ressaltar que até mais ou menos dez/onze anos atrás as indústrias de processamento litorâneas trabalhavam apenas com peixes da pesca extrativa marinha e não compravam peixes de água doce. A partir de então, estas mesmas indústrias passaram a processá-los e a abastecer tanto o mercado interno quanto o externo. Ao longo do tempo, diversas novas beneficiadoras vêm se instalando no interior do Estado processando exclusivamente peixes de água doce. Algumas são de grande porte, buscando peixes em diversas regiões; outras, menores, absorvem matéria-prima local. Muitas destas processadoras foram construídas pela iniciativa privada, outras com o apoio das prefeituras e/ou dos governos estadual e federal.

Embora Santa Catarina apresente uma das maiores produções de peixes de águas mornas do país, a quantidade produzida ainda é escassa para atender ao processamento industrial e muitas das beneficiadoras estão com dificuldades para atingir o ponto de equilíbrio, ou seja, não conseguem processar/comercializar uma quantidade diária mínima que lhes permita obter lucro. Tal fato põe em risco a continuidade de vários destes empreendimentos. Um dos motivos para isso é a pequena quantidade de matéria-prima que chega até a indústria, pois os baixos preços pagos ao produtor, quase um terço a menos do que paga a modalidade lazer, dificultam a venda para este mercado. Se não houver um realinhamento de preços, pagando melhor aos produtores, será difícil manter o sistema. Busca-se num futuro próximo o incremento da produção (a custos mais baixos) para atender ao crescente número de novas plantas processadoras que estão se instalando.

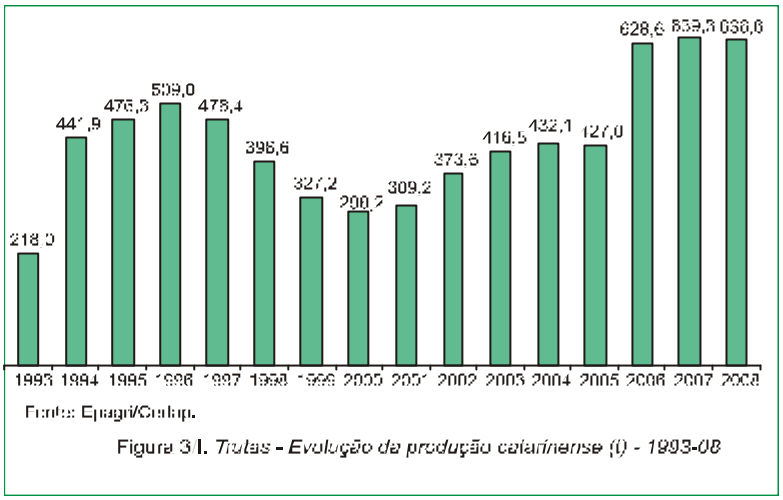
O restante da produção (35%) é comercializado no chamado “mercado local” (na propriedade, restaurantes, peixarias, supermercados, dentre outros).

Comparando-se o mercado catarinense com os de outros Estados, é notório que os valores pagos aqui são bem inferiores, impedindo que muitos produtores pratiquem sistemas de cultivo que utilizem apenas ração na alimentação. Isto faz com que parte dos produtores use sistemas que eliminem ou diminuam suas quantidades, pois a ração é o insumo de mais alto custo na piscicultura e sua redução visa baixar os custos de produção. Uma alternativa adotada por muitos produtores de peixes filtradores (carpas e tilápias, por exemplo), é o uso de alimentos naturais (plâncton) durante todo o cultivo e o uso de rações apenas na fase final (últimos dois a três meses). Com este ajuste, os custos caem, permitindo ao produtor se manter na atividade.

Águas frias

Com relação às águas frias, em Santa Catarina a criação de trutas é conduzida nas regiões onde é possível captar águas limpas, cristalinas e frias (abaixo de 20ºC), principalmente no Planalto Serrano, onde se concentra o maior número de produtores. Além do valor gastronômico e nutricional, a presença do “ômega 3” na carne da truta torna-a atraente por proporcionar a redução do colesterol indesejado, beneficiando a saúde humana. Aliando os fatores gastronômicos, nutricionais e a pesca desportiva, a atividade vem ampliando o potencial turístico das regiões produtoras e, seu incremento, se deve ao fortalecimento da “Rota da Truta” (caminhos que interligam diversos municípios produtores), com positivas repercussões no turismo estadual.

A produção de trutas sofreu altos e baixos ao longo dos anos (Figura 3). As quedas da produção no final dos anos 90 se deveram, principalmente, à paridade do dólar em relação ao real (1$ = 1R$), o que possibilitou a entrada de trutas de outros países com preços mais baixos. Com a desvalorização cambial, a produção voltou a crescer. A partir de 2006 (628,6 t), a produção estabilizou: 2007 (639,3 t) e 2008 (636,6 t).

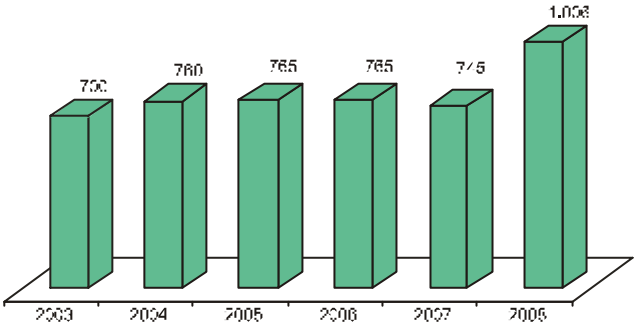


Fonte: Epagri/Cedap.

Figura 3 I. *Tilápia - Evolução da produção catarinense (t) - 1993-08*

Alternativas

Além das carpas, da truta e da tilápia, outro peixe que tem se destacado no cenário catarinense é o bagre americano ou "catfish". Com pouco mais de dez anos desde o início dos cultivos, a espécie vem se transformando em uma alternativa interessante ao produtor em função dos altos índices de ômega 3, dos baixos níveis de gordura, da carne extremamente branca e do excelente paladar, fatores que atraem o consumidor. O principal mercado para o "catfish" são os pesque-pagues, que pagam bons preços. Atualmente, a produção catarinense nos diversos municípios chega a 1.006,5 toneladas, número que coloca Santa Catarina como o maior produtor nacional de "catfish" (Figura 4).



Fonte: Epagri/Cedap

Figura 4/I. *Catfish - Evolução da produção catarinense (t) - 2003-08*

Outras espécies que estão despontando atualmente são as nativas, como os jundiás, dourados, piracanjuba, robalo, entre outros, que estão sendo estudadas pelas estações de pesquisa da Epagri (Caçador e Camboriú) e pela Universidade Federal (UFSC/LAPAD), as quais deverão aumentar o leque de oferta aos produtores/consumidores.

Fernando Soares Silveira* - *Oceanógrafo - Epagri/Cedap

e-mail - fernando@epagri.sc.gov.br - Tel 48 3239-8040

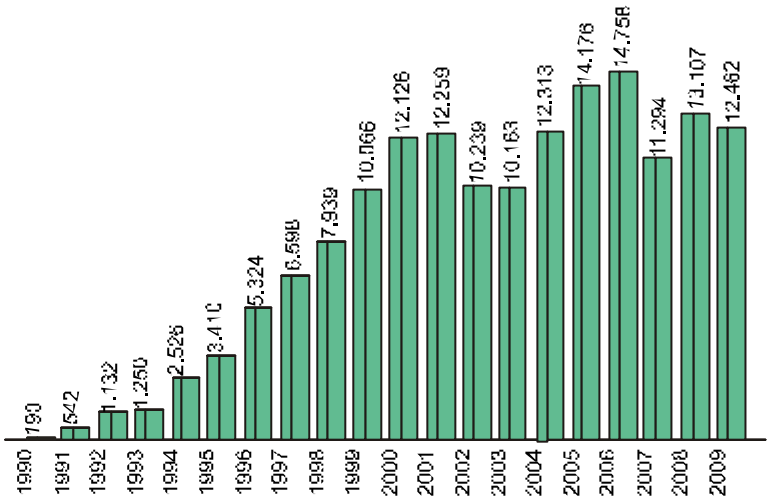
Fabiano Müller Silva* - *Engenheiro agrônomo - Epagri/Cedap

e-mail - fabiano@epagri.sc.gov.br - Tel 48 3239-8040

Parte I

Maricultura[1]

Em 2009, a produção total de moluscos comercializados em Santa Catarina (mexilhões, ostras e vieiras) foi de 12.462 toneladas, representando uma redução de 4,92% em relação a 2008 (Figura 5).



Fonte: Epagri/Cedap.

Figura 5/I. *Moluscos - Evolução da produção - Santa Catarina - 1990-09 (t)*

A Tabela 3 mostra uma projeção econômica da maricultura catarinense, de 2006 a 2009, elaborada a partir dos preços médios dos moluscos praticados em todo o Estado. Os valores apresentados foram estimados com base na complexa rede de comercialização de ostras, considerando os diferentes tamanhos comerciais, ostras inspecionadas, ostras sem serviço de inspeção, vendas a varejo e atacado, venda entre produtores e vendas dentro e fora do Estado.

No documento "Síntese Informativa da Maricultura", referente à safra 2008, a projeção econômica do comércio de moluscos foi de R$ 29.709.300,00. Para composição deste dado, foi considerado o preço médio bruto do mexilhão na concha e desconchado. Para a

[1] As informações quantitativas apresentadas na maricultura são provenientes dos Escritórios Municipais da Epagri, como segue: Palhoça (Osman Gomes Santos Junior e Milton Francisco de Quadros); Florianópolis (Sérgio Stedile e João José Teixeira Filho); São José (Irineu Antônio Merini); Biguaçu (Marcelino das Neves Teodoro); Governador Celso Ramos (Janaina Patricia Bannwart); Porto Belo (Romilto Poluceno); Itapema (Wilmar Benjamin Schimitt); Bombinhas (Ricardo Arno da Silva); Balneário Camboriú (José Eduardo Manozzo Barros); Penha (Everton Dellagiustina); Balneário Barra do Sul (José Eduardo Calcinoni); São Francisco do Sul (Luiz Carlos Gomes de Miranda).

"Síntese Informativa da Maricultura" da safra 2009, está sendo considerado apenas o preço médio bruto do mexilhão vendido na concha. Por esse motivo foi reajustado o dado, referente a 2008, para R$ 20.921.380,00 (Tabela 3) e este padrão passará a ser adotado na composição das receitas das safras futuras.

Tabela 3/I. *Moluscos - Projeção econômica de Santa Catarina – 2006-09*

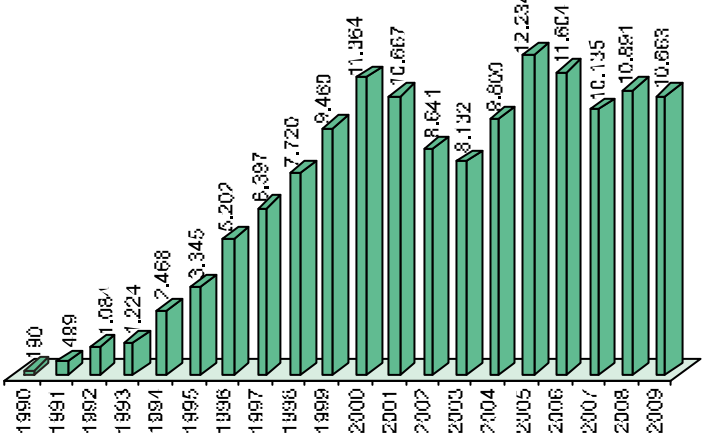
Safra	Ostras (R$/Kg)			Mexilhões (R$/Kg)			Vieiras (R$/kg)			Total (R$)
	Kg	R$ unit.	R$ Total	Kg	R$ unit.	R$ Total	Kg	R$ unit.	R$ Total	
2006	3.152.000	3,50	11.032.000,00	11.604.000	0,80	9.283.200,00	1.920	12,00	23.040,00	20.338.240,00
2007	1.155.000	4,00	4.620.000,00	10.135.000	1,00	10.135.000,00	2.956	24,00	70.944,00	14.825.944,00
2008	2.213.000	4,50	9.958.500,00	10.891.000	1,00	10.891.000,00	2.995	24,00	71.880,00	20.921.380,00[1]
2009	1.792.240	4,50	8.065.080,00	10.663.500	1,25	13.329.375,00	5.583	38,00	212.154,00	21.606.609,00

[1] Dado reajustado.
Fonte: Epagri/Cedap.

O volume da produção de moluscos, em 2009, proporcionou uma movimentação financeira bruta estimada em R$ 21.606.609,00 para o Estado. Atuaram diretamente na produção um contingente de 689 maricultores, representados por 28 associações municipais, uma estadual, três cooperativas e duas federações, distribuídas em doze municípios na região litorânea, situados entre os municípios de Palhoça e São Francisco do Sul.

Mexilhões

Na Síntese Informativa da Maricultura de 2008, foi prevista uma redução na safra de mexilhões (*Perna perna*) em 2009, decorrente da mortalidade das sementes oriundas dos coletores artificiais, por excesso de chuvas ocorrida em 2008, quando a salinidade das águas de cultivo atingiram 0,5% (normal = acima de 30%). Isso determinou uma queda de safra de 2,09% em relação a 2008 (Figura 6). Além disso, como ainda encontravam-se em processo de legalização e sem licença ambiental, as sementes não podiam ser retiradas dos bancos naturais, o que também impossibilitou a evolução esperada da produção.

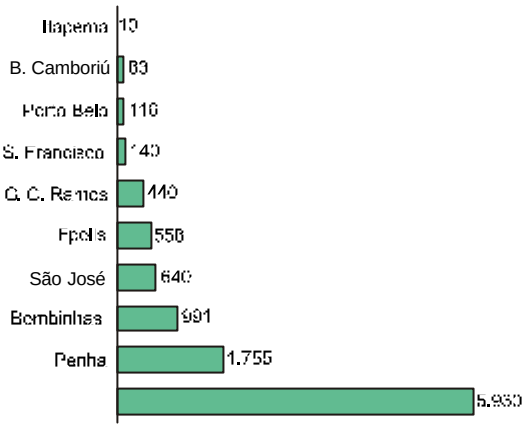


Fonte: Epagri/Cedap.

Figura 6/I. *Mexilhões - Evolução da produção catarinense (t) - 1990-09*

Diante da estagnação da produção, por falta de sementes, a produção total oscilou em torno de 10.000 toneladas em 2007, 2008 e 2009, ocasionando a falta do produto em um mercado aquecido. Desta forma, o mexilhão chileno foi importado para atender àa demanda interna, apesar da aparente preferência do consumidor pelo mexilhão nacional.

Considerando o volume da produção total de 10.663 toneladas, os destaques em 2009 ficaram por conta dos municípios de Palhoça, com 5.930 toneladas, representando 55,61% da produção estadual, e Penha, com 1.755 toneladas, representando 16,46% da produção (Figura 7).

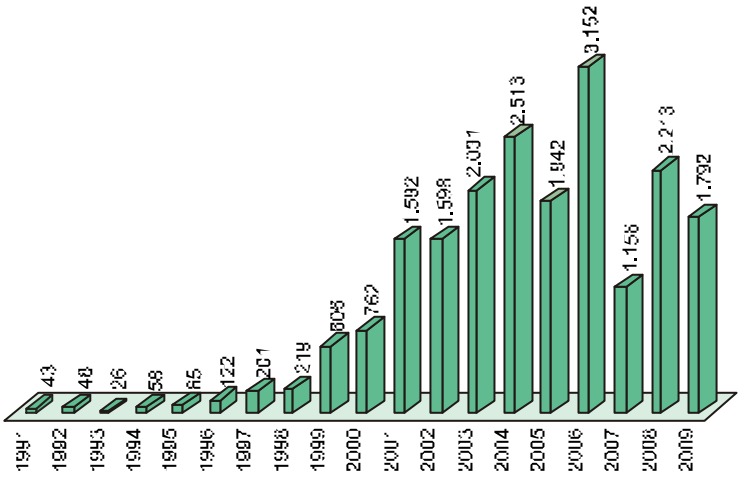


Fonte: Epagri/Cedap.

Figura 7/I. *Mexilhões - Principais municípios produtores - Santa Catarina (t) - 2009*

Ostras[2]

A produção de ostras (*Crassostrea gigas*) comercializadas por Santa Catarina apresentou uma redução de 23,49% em relação a 2008, passando de 2.213 toneladas para 1.792 toneladas, como mostra a Figura 8. O baixo preço de comercialização praticado ao longo dos anos vem desaquecendo a produção, levando alguns maricultores a desistirem de cultivar este molusco. O número total de produtores de ostras no Estado reduziu de 148, em 2008, para 143, em 2009. A redução deste número vem ocorrendo desde 2006, quando o Santa Catarina apresentou sua maior safra, com 166 ostreicultores. Em relação aos produtores que permanecem cultivando, a maioria reduziu o volume de produção, contribuindo, também, com a queda de safra.

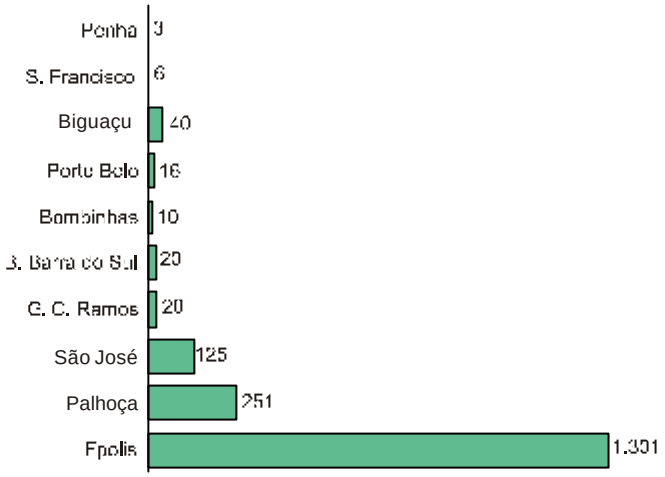


Fonte: Epagri/Cedap.

Figura 8/I. *Ostras - Evolução da produção catarinense (t) - 1991-09*

[2] A conversão da quantidade de ostras, de dúzias para toneladas, tem como base de cálculo a relação: uma dúzia = um quilo.

A Figura 9 apresenta a contribuição dos municípios na produção total de ostras no Estado. Em Florianópolis, foram produzidas 1.301 toneladas, representando 76,6% da produção estadual, seguido por Palhoça, com 251 toneladas, representando 14%, São José, com 125 toneladas, representando 6,98%, Biguaçu, com 40 toneladas e Governador Celso Ramos, com 20 toneladas. Considerando que todos estes municípios fazem parte da Grande Florianópolis e localizam-se dentro das Baías Norte e Sul, equivale dizer que as Baías Norte e Sul são responsáveis por 91% da produção estadual de ostras cultivadas.



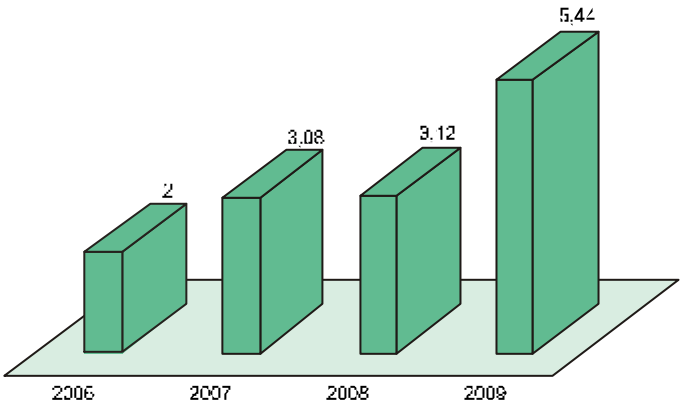
Fonte: Epagri/Cedap.

Figura 9/I. *Ostras - Principais municípios produtores - Santa Catarina (t) - 2009*

Vieiras[3]

A produção estadual de vieiras (*Nodipecten nodosus*) cresceu 73% em relação a 2008, passando de 3,12 toneladas para 5,4 toneladas comercializadas em 2009 (Figura 10).

Apesar deste crescimento, o número de produtores reduziu 60% de 2008 para 2009, passando de 25 para 10 produtores. Da mesma forma, o número de municípios produtores reduziu de 6 para 3 (Figura 11), sendo que

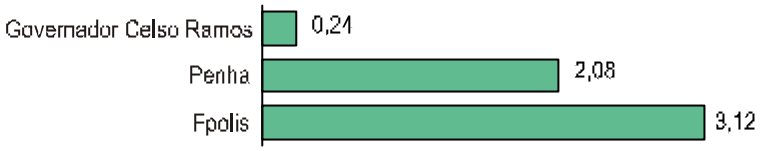


Fonte: Epagr/Cedap.

Figura 10/I. *Vieiras - Evolução da produção catarinense (t) - 2006-09*

[3] A conversão da quantidade de vieiras, de unidades para toneladas, tem como base de cálculo uma vieira (tamanho médio estimado de 7cm) = 80 gramas.

Florianópolis apresentou a maior produção, com 3,12 toneladas, representando 57% da produção estadual, seguido por Penha, com 2,08 toneladas, representando 38% e Governador Celso Ramos, com 0,24 toneladas, representando 4%.



Fonte: Epagri/Cedap.

Figura 11/I. *Vieiras - Principais municípios produtores - Santa Catarina (t) - 2009*

Camarões

A produção estadual de camarões (*Litopenaeus vannamei*) cultivados atingiu 4.189 toneladas em 2004, com 106 produtores em operação. Desde então, com o surgimento da enfermidade conhecida por mancha branca, houve um decréscimo significativo na produção estadual, atingindo, em 2009, uma produção de 172 toneladas, que representou uma redução de 95,89%. Atualmente são 19 produtores em operação, representando uma redução de 82,08%. De 2008 para 2009, a redução foi de 42% (Figura 12).

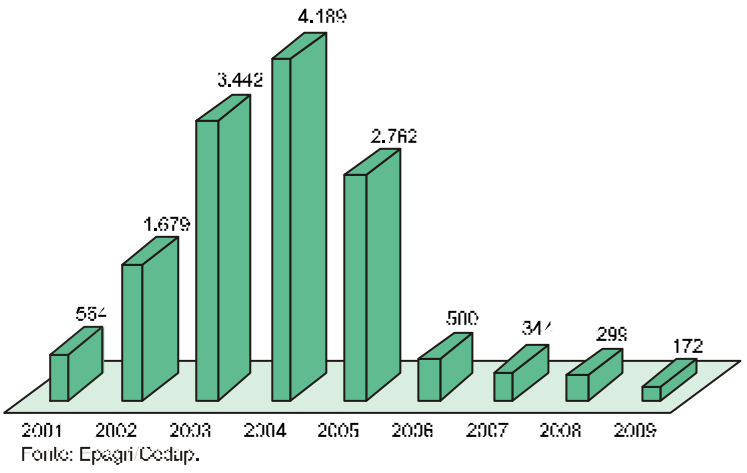
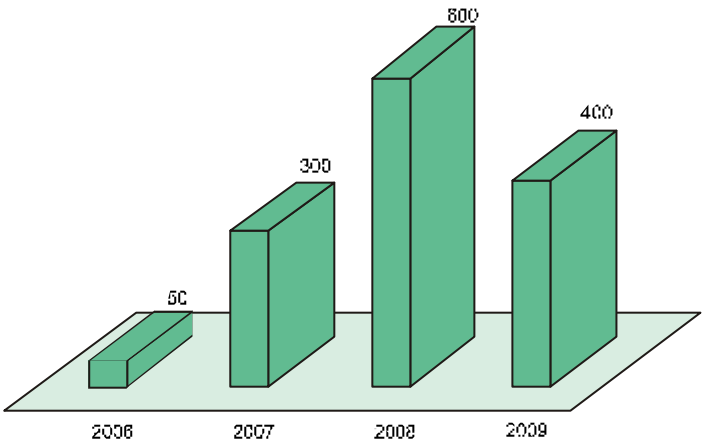


Figura 12/I. *Camarões - Produção comercializada (t) - Santa Catarina - 2001-09*

Tilápias marinhas

A produção estadual de tilápias marinhas (*Oreochromis niloticus*) em 2009 foi de 400 toneladas (Figura 13). Houve um decréscimo de 33,34% em relação a 2008, em razão do baixo preço de comercialização praticado entre 2006 e 2008, por volta de R$ 2,00/kg. Apesar da queda de produção de 2009 em relação a 2008, nesta última safra os peixes vêm sendo comercializados a preços mais atrativos, chegando a patamares entre R$ 2,50 e R$ 3,00/kg, o que poderá estimular novamente os policultivos em fazendas de camarão. O município de Laguna é o maior produtor estadual.



Fonte: Epagri/Cedap.

Figura 13/I. *Tilápia marinha - Evolução da produção catarinense (t) - 2006-09*

Alex Alves dos Santos ***- Engenheiro Agrônomo – Epagri/Cedap***
e-mail - alex@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239-8040
André Luis Tortato Novaes ***- Engenheiro Agrônomo – Epagri/Cedap***
e-mail - novaes@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239-8040
Fabiano Muller Silva ***- Engenheiro Agrônomo –Epagri/Cedap***
e-mail - fabiano@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239-8040
Guilherme Sabino Rupp ***– Biólogo – Epagri/Cedap***
e-mail - rupp@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239-8040
Robson Ventura de Souza ***– Médico veterinário – Epagri/Cedap***
e-mail - robsonventuradesouza@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239-8040

Parte I Desempenho do setor florestal

Panorama Mundial

Crise econômica iniciada em 2008 teve influência muito negativa no mercado de produtos florestais

O Comércio mundial de produtos florestais foi de cerca de 240 bilhões de dólares em 2008. O primeiro semestre de 2009 foi marcado por forte retração dos mercados em todo o mundo, e em todos os segmentos do setor florestal.

A China, os Estados Unidos, a Rússia e o Japão são os maiores detentores de florestas plantadas para o fornecimento de madeira à indústria florestal (Tabela 1). Na China são plantados cerca de seis milhões de hectares por ano com florestas, a maior parte para fins comerciais. O Brasil é o quinto país no ranking mundial dos maiores detentores de florestas comerciais plantadas.

Tabela 1/I. *Área de florestas naturais e plantadas no mundo – 2005*

(mil ha)

País	Área do território	Total florestas	% Florestas	Florestas plantadas p/fins comerciais	% Plantadas
China	932.742	197.290	21	31.369	16
Estados Unidos	916.192	303.089	33	17.061	6
Rússia	1.638.139	808.790	48	16.962	2
Japão	36.450	24.868	68	10.321	42
Sudão	237.600	67.546	28	5.404	8
Brasil	845.942	477.698	56	5.384	1
Indonésia	181.157	88.495	49	3.399	4
Índia	297.319	67.701	23	3.226	5
Tailândia	51.089	14.520	28	3.099	21
Vietnã	31.007	12.931	40	2.695	21
Chile	74.880	16.121	22	2.661	17
Turquia	76.963	10.175	13	2.537	25
Outros	7.694.388	1.862.801	24	35.653	2
Total mundial	**13.013.868**	**3.952.025**	**30**	**139.771**	**4**

Fonte: FAO, State of the World's Forests, 2009.

A produção e o consumo mundial de madeira têm crescido sistematicamente até 2007, ano em que a produção total de madeira bruta, destinada a todos os usos, alcançou 3,6 bilhões de m^3 (Tabela 2). Em decorrência da crise, em 2008, esta produção se reduziu em mais de 4% e as estimativas da FAO para 2009 apontam um recuo de mais de 11% no consumo global de madeira. Com isso, os patamares atuais de produção e consumo de madeira industrial no mundo recuaram a níveis inferiores aos da virada do século. Os EUA, a Índia, a China, o Brasil, a Rússia e o Canadá são os maiores produtores e respondem por quase a metade da produção mundial. Grande parte da produção ainda é consumida para gerar energia.

A indústria madeireira consumiu em 2008, no mundo, o montante de 1,56 bilhões de m^3 de madeira bruta, um recuo de 8,5% em relação a 2007 (Tabela 3). A maior parte da produção de madeira para transformação industrial ocorre no Hemisfério Norte, com destaque para os EUA, Canadá e Rússia. O Brasil é o quarto produtor mundial de madeira industrial, respondendo por mais de 7% do total.

Na indústria de celulose de mercado, EUA, China e Canadá são os grandes produtores mundiais. Estes três países produzem cerca da metade da celulose mundial (Tabela 4).

Tabela 2/I. *Produção mundial de madeira em toras[1], segundo os principais países – 2003-08*

(m³)

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Estados Unidos	448.513.255	461.739.180	467.347.350	457.048.000	425.128.760	380.224.844
Índia	321.027.107	326.649.344	328.677.293	329.444.448	330.210.200	330.974.500
China	309.898.962	305.923.205	302.028.326	298.169.916	290.667.500	291.850.300
Brasil	255.902.476	243.254.745	255.743.328	257.536.994	261.351.000	256.306.000
Rússia	174.000.000	178.400.000	185.000.000	190.600.000	207.000.000	181.400.000
Canadá	179.642.000	208.073.000	203.121.000	188.193.000	194.098.000	155.533.000
Etiópia	94.533.392	95.957.336	97.408.674	98.631.059	100.059.100	101.417.400
Indonésia	112.004.236	112.712.276	111.291.356	106.769.686	102.175.886	100.584.700
Congo, R Dem	72.483.264	73.857.400	75.264.400	76.448.004	77.660.800	78.767.257
Nigéria	69.867.216	70.270.440	70.692.260	71.047.309	71.418.000	71.806.600
Suécia	67.100.000	67.300.000	98.200.000	64.600.000	78.200.000	69.000.000
França	32.828.000	33.647.000	63.171.000	61.790.177	58.785.798	56.826.908
Alemanha	51.182.000	54.504.000	56.946.000	62.290.000	76.728.000	55.367.000
Demais países	**1.199.764.130**	**1.222.284.703**	**1.244.508.815**	**1.274.234.855**	**1.329.672.261**	**1.318.585.740**
Total mundial	**3.388.746.038**	**3.454.572.629**	**3.559.399.802**	**3.536.803.448**	**3.603.155.305**	**3.448.644.249**

[1]Refere-se a toda a madeira bruta em estado natural, incluindo madeira para: serraria, fabricação de painéis reconstituídos, celulose e papel, produção de carvão vegetal, de lenha e qualquer outra forma de uso da biomassa florestal.
Fonte: FAO - Base de Dados Estatísticos. Disponível em http://www.fao.org., acesso em abril de 2010.

Tabela 3/I. *Produção mundial de madeira em toras [1] para uso industrial, segundo os principais países – 2003-08*

(m³)

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Estados Unidos	405.613.000	418.131.000	423.456.000	412.134.000	378.771.000	336.611.000
Canadá	176.799.000	205.273.000	200.247.000	185.196.000	191.205.000	152.638.000
Rússia	126.600.000	130.600.000	138.000.000	144.600.000	162.000.000	136.700.000
Brasil	120.360.000	106.618.000	117.987.000	118.754.000	121.520.000	115.390.000
China	94.664.100	94.668.400	94.669.400	94.664.900	90.930.500	95.819.100
Suécia	61.200.000	61.400.000	92.300.000	58.700.000	72.300.000	63.100.000
Alemanha	45.415.000	48.657.000	50.905.000	54.000.000	68.029.000	46.806.000
Finlândia	49.246.000	49.280.858	47.115.985	45.521.308	51.405.725	45.965.249
Chile	24.289.000	29.477.000	32.529.000	33.217.000	38.417.000	39.878.000
Indonésia	32.496.500	36.148.500	37.571.500	36.050.500	34.350.500	35.550.500
Polônia	27.204.000	29.337.000	28.531.300	28.766.800	32.460.959	30.469.587
França	30.540.000	31.289.000	28.253.000	28.591.795	29.816.654	27.650.787
Austrália	25.714.000	26.332.000	26.332.000	26.735.000	27.083.000	27.083.000
Índia	18.828.100	22.810.000	23.192.200	23.192.200	23.192.200	23.192.200
Malásia	23.357.000	25.351.000	25.186.000	23.178.000	22.190.000	22.190.000
Nova Zelândia	21.230.000	19.761.000	19.005.000	19.300.000	19.914.000	20.214.000
Demais países	**320.412.675**	**326.264.079**	**324.449.392**	**329.225.002**	**339.972.600**	**337.429.317**
Total Mundial	**1.603.968.375**	**1.661.397.837**	**1.709.729.777**	**1.661.826.505**	**1.703.558.138**	**1.556.686.740**

[1]Refere-se a toda a madeira bruta em estado natural, incluindo madeira para: serraria, fabricação de painéis reconstituídos, celulose e papel e outros fins industriais.
Fonte: FAO - Base de Dados Estatísticos. Disponível em http://www.fao.org., acesso em abril de 2010.

Nos últimos anos vem se observando um claro movimento de redução na produção dos países tradicionalmente grandes produtores, como é o caso do Canadá e dos EUA, enquanto a China, o Brasil e o Chile vêm expandindo suas produções.

Tabela 4/I. *Produção mundial de celulose*[1]*, segundo os principais países – 2003-08*

(t)

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Estados Unidos	52.541.714	53.816.954	54.164.336	53.074.122	54.980.637	52.243.853
China	16.211.200	16.311.200	17.111.200	18.976.200	19.886.200	20.506.200
Canadá	26.003.000	26.222.000	25.350.000	23.481.000	22.421.000	20.339.000
Brasil	9.104.000	9.529.000	10.352.000	11.243.000	11.998.000	12.697.000
Suécia	11.737.200	12.106.000	11.959.000	12.240.000	12.402.000	12.071.000
Finlândia	11.948.000	12.614.000	11.134.000	13.115.000	12.856.000	11.624.000
Japão	10.572.000	10.703.000	10.805.000	10.840.000	10.850.000	10.706.000
Rússia	6.605.000	6.780.000	6.877.000	6.882.000	6.826.000	6.751.000
Indonésia	5.587.000	5.587.000	5.587.000	3.682.000	5.282.000	5.282.000
Demais países	**34.499.510**	**35.963.333**	**37.212.780**	**37.752.929**	**39.112.490**	**39.949.546**
Total Mundial	**184.808.624**	**189.632.487**	**190.552.316**	**191.286.251**	**196.614.327**	**192.169.599**

[1]Refere-se à celulose de mercado.
Fonte: FAO - Base de Dados Estatísticos. Disponível em http://www.fao.org., acesso em abril de 2010.

No segmento de papéis, os EUA e a China se destacam como os grandes produtores, tendo respondido, juntos, por 43% da produção mundial em 2008, que foi de 380 milhões de toneladas (Tabela 5). Ressalte-se o forte crescimento da produção chinesa nos últimos anos, com um incremento médio de 12% ao ano entre 2003 e 2008, se transformando no maior produtor mundial do produto.

Tabela 5/I. *Produção mundial de papel e cartões, segundo os principais países – 2003-08*

(t)

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008
China	47.418.000	54.072.000	60.404.000	69.395.000	77.964.000	83.685.000
Estados Unidos	80.712.166	82.084.368	83.697.335	84.316.937	83.915.965	80.178.382
Japão	30.457.000	29.253.000	29.295.000	29.459.000	28.930.000	28.360.000
Alemanha	19.310.000	20.391.000	21.679.000	22.656.000	23.317.000	22.842.000
Canadá	19.964.000	20.462.000	19.498.000	18.189.000	17.367.000	15.773.000
Finlândia	13.058.000	14.036.000	12.391.140	14.189.360	14.709.000	13.549.426
Suécia	11.061.600	11.589.000	11.775.000	12.066.000	12.361.100	12.373.520
Coreia, Rep.	10.148.000	10.511.000	10.254.000	10.703.000	10.932.000	10.642.000
Itália	9.491.000	9.667.000	9.999.371	10.008.360	10.112.031	9.467.019
França	9.939.000	10.255.000	10.332.000	10.006.200	9.870.500	9.420.200
Indonésia	7.040.000	7.223.000	7.223.000	7.223.000	7.727.000	7.777.000
Rússia	6.377.000	6.830.000	7.126.000	7.434.000	7.581.000	7.676.000
Espanha	5.437.000	5.526.000	5.697.000	6.898.200	6.713.300	7.048.457
Brasil	7.811.000	8.221.000	8.411.000	5.834.000	5.835.000	5.947.000
Demais países	**62.111.772**	**65.071.190**	**66.179.073**	**67.502.735**	**66.798.529**	**65.046.457**
Total mundial	**340.335.538**	**355.191.558**	**363.960.919**	**375.880.792**	**384.133.425**	**379.785.461**

Fonte: FAO - Base de Dados Estatísticos. Disponível em http://www.fao.org., acesso em abril de 2010.

O comércio mundial de produtos florestais vem apresentando crescimento bastante expressivo ao longo dos anos. Entre 2003 e 20007, as exportações globais cresceram mais de 50%. (Tabela 6). O Canadá ainda é o mais importante país exportador de produtos florestais, mas vem perdendo importância relativa neste mercado. Por outro lado, países de menor peso no mercado mundial, mas que dispõem de importantes bases

florestais, como Rússia, Brasil, Indonésia e Chile, embora continuem com pouca participação, vêm gradativamente conquistando espaços no mercado internacional.

Tabela 6/I. *Valor das exportações mundiais de produtos florestais, segundo os principais países – 2003-08*

(US$ 1.000)

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Canadá	24.029.929	29.511.116	29.440.315	28.222.864	27.773.840	24.939.239
Alemanha	13.486.438	16.072.059	17.879.978	18.178.774	23.733.959	23.441.034
Estados Unidos	14.182.189	15.861.216	17.000.230	18.481.541	20.858.593	22.460.431
Suécia	11.007.472	12.903.858	13.219.192	14.552.535	16.591.889	17.164.985
Finlândia	12.075.099	13.535.583	12.102.395	14.342.817	15.895.737	15.203.551
Rússia	4.981.392	6.404.669	7.688.932	8.739.661	11.231.172	10.617.806
China	4.383.584	4.649.298	5.879.410	7.844.121	9.937.160	9.713.884
França	6.325.341	7.233.595	7.346.750	7.699.409	8.290.105	8.401.912
Áustria	5.517.253	6.211.061	6.018.589	6.649.248	8.171.680	8.303.265
Brasil	3.494.233	4.631.828	5.465.642	5.618.474	7.112.550	7.915.760
Bélgica	4.065.428	4.623.436	4.892.906	5.625.967	6.939.469	6.910.196
Indonésia	4.657.279	4.928.799	5.363.502	6.169.814	5.961.665	6.687.216
Itália	2.956.303	3.444.768	3.507.181	4.785.426	5.521.543	5.708.408
Demais países	**40.361.613**	**47.845.960**	**51.666.444**	**57.586.308**	**64.307.728**	**67.656.901**
Total Mundial	**151.523.553**	**177.857.246**	**187.471.466**	**204.496.959**	**232.327.090**	**235.124.588**

Fonte: FAO - Base de Dados Estatísticos. Disponível em http://www.fao.org., acesso em abril de 2010.

Nas importações de produtos florestais, a China, os EUA e a Alemanha se destacam, somando mais de 30% do total mundial em 2008. Os papéis, a madeira serrada, os painéis de madeira e a celulose são os produtos mais importantes deste mercado. A China vem se consolidando como uma importante plataforma de processamento de produtos florestais para exportação, importando matérias-primas e exportando produtos acabados, como móveis e papéis (Tabela 7).

O ano de 2009 foi marcado por forte retração no comércio mundial de produtos florestais, especialmente para móveis e outros produtos da madeira sólida. O crescimento econômico negativo de vários países do bloco dos desenvolvidos – os maiores atores neste mercado – e a quase paralisação da construção civil dos Estados Unidos reduziram drasticamente o consumo de madeira na América do Norte e na Europa.

A crise impactou de forma diferente os segmentos do setor florestal no mundo. A produção de madeira teve uma forte queda nos EUA, no Canadá e na Finlândia e os preços das toras, que nos últimos anos vinham sofrendo pressões altistas, apresentaram em 2009 uma forte queda na Europa, nos EUA e no Canadá. Os produtos de madeira sólida tiveram forte redução de consumo e o comércio internacional sofreu um encolhimento bastante expressivo. As importações de móveis dos EUA foram reduzidas de 26 bilhões de dólares em 2007 para 19 bilhões de dólares em 2009.

Tabela 7/I. *Valor das importações mundiais de produtos florestais, segundo os principais países – 2003-08*

(US$ 1.000)

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008
China	16.486.146	18.541.801	19.200.751	20.807.025	26.672.003	29.441.528
Estad Unidos	24.535.277	31.446.273	32.089.835	31.689.113	27.650.358	24.410.964
Alemanha	13.735.804	15.309.291	15.390.399	16.011.659	20.793.944	20.563.067
Japão	10.983.238	12.903.704	11.997.204	12.777.951	12.523.253	12.500.245
França	8.175.126	9.085.385	9.068.105	9.628.184	11.525.783	11.733.821
Reino Unido	9.960.599	11.312.497	10.886.752	11.343.295	13.646.366	11.686.812
Itália	8.605.126	9.507.381	8.870.641	10.455.724	12.068.982	11.338.591
Países Baixos	5.056.065	5.288.969	5.756.012	6.248.240	7.413.763	7.846.644
Bélgica	4.693.437	4.678.459	5.322.148	5.857.920	7.390.505	7.432.208
Espanha	5.083.557	5.173.206	5.824.414	6.326.040	7.169.847	6.794.219
Coreia, Rep	3.619.199	3.937.312	3.991.635	4.299.744	4.998.245	5.435.837
Canadá	4.278.631	4.730.671	4.920.866	5.132.528	4.970.633	4.922.143
Demais países	**46.202.242**	**55.450.876**	**61.217.609**	**66.810.783**	**80.364.449**	**89.257.953**
Total Mundial	**161.414.447**	**187.365.825**	**194.536.371**	**207.388.206**	**237.188.131**	**243.364.032**

Fonte: FAO - Base de Dados Estatísticos. Disponível em http://www.fao.org., acesso em abril de 2010.

No primeiro semestre de 2010 tem havido sinais de recuperação do mercado mundial, mas de forma ainda tímida. A perspectiva é de um crescimento das compras de madeira e de móveis por parte dos EUA a partir de 2011. É esperado um crescimento de pelo menos 5% nas importações americanas de móveis no próximo ano. Se confirmada a melhoria do mercado norte-americano, a indústria de painéis de madeira reconstituída será bastante beneficiada, especialmente a produtora de OSB e MDF.

Devido ao grande crescimento da produção de papel na China nos últimos anos, o país está cada vez mais dependente da importação de fibras. Atualmente, estima-se que mais de 40% das fibras consumidas pela China sejam importadas. Isso vem ampliando o mercado de celulose para países exportadores como o Brasil. No primeiro quadrimestre de 2010 mais de 30% das exportações brasileiras de celulose foram destinadas à China, que tem o Brasil como seu maior fornecedor internacional da commodity.

Os preços internacionais da celulose de fibra longa, tipo NBSK (de coníferas), após terem despencado para pouco mais de US$ 500,00/t no auge da crise, tiveram uma recuperação, ao longo de 2009, mais rápida do que o segmento de madeiras, fazendo co que o produto fechasse o ano cotado na Europa a US$ 800,00/t. Em 2010, a intensificação das compras de celulose pela China e o terremoto ocorrido no Chile, que interrompeu as exportações de celulose daquele país, fizeram com que os preços seguissem em ascensão e se aproximassem dos US$1.000,00/t no mês de julho. Em agosto de 2010 houve uma ligeira queda nos preços internacionais deste tipo de celulose, fechando o mês na casa dos US$ 975,00/t, posta na Europa (www.foex.fi).

A celulose de fibra curta tipo BHKP (de eucalipto), produto em que o Brasil detém a liderança no comércio mundial, seguiu uma trajetória de preços semelhante. Após despencar para pouco mais de US$ 400,00/t no auge da crise, o produto se recuperou ao longo de 2009 e fechou aquele ano cotado a US$ 700,00/t. Em 2010 os preços continuaram seu movimento

de alta e, após atingirem o patamar de US$ 880,00/890,00/t em junho e julho, apresentaram um pequeno recuo em agosto, fechando o mês na casa dos US$ 870,00/t, na Europa.

Segundo analistas do setor são esperadas novas quedas nos preços internacionais da celulose nos próximos meses, devendo a celulose de fibra curta, de eucalipto, se estabilizar num patamar ainda alto, na casa dos US$ 800,00/t. Para 2011, a previsão é de que novos aumentos dos preços venham a ocorrer em função da continuidade do aquecimento da demanda, puxada principalmente pelas compras da China.

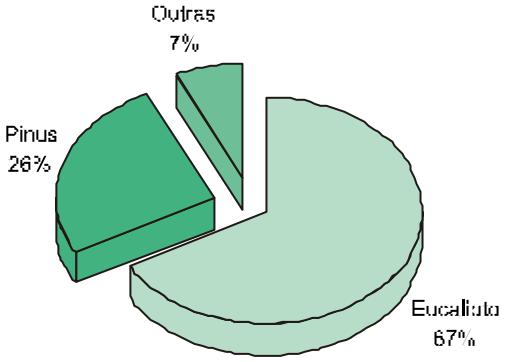
Para as próximas décadas, a expectativa é de que o mercado global de celulose venha a se expandir vigorosamente, chegando a duplicar os volumes comercializados, em relação aos níveis atuais. Por apresentarem vantagens comparativas na produção de matérias-primas com base na silvicultura, as regiões tropicais e subtropicais devem aumentar rapidamente sua importância no mercado mundial de celulose, em detrimento da participação dos países do Hemisfério Norte.

Devido a essas vantagens, continua o processo de deslocamento dos grandes fabricantes mundiais de celulose e papel para instalarem novos projetos florestais nos países do Hemisfério Sul. O Brasil tem abrigado vários projetos de produção de celulose, com a abertura de novas regiões produtoras. Em 2009, foram produzidas 13,5 milhões de toneladas de celulose de mercado e a previsão é de que até 2020 sejam agregadas ao parque industrial atual dez novas plantas, elevando a capacidade de produção anual de celulose do País para 20 milhões de toneladas.

Produção e mercado de produtos florestais no Brasil

As exportações brasileiras de produtos florestais despencaram, mas o mercado para celulose se recuperou rapidamente

O Brasil possui 6,8 milhões de hectares de florestas plantadas para fins comerciais, sendo o eucalipto a principal espécie cultivada (Figura 1). As florestas plantadas são responsáveis pela totalidade do fornecimento de matéria prima ao setor de papel e celulose e pela maior parte da matéria-prima consumida pela indústria de madeira e de móveis no Brasil.

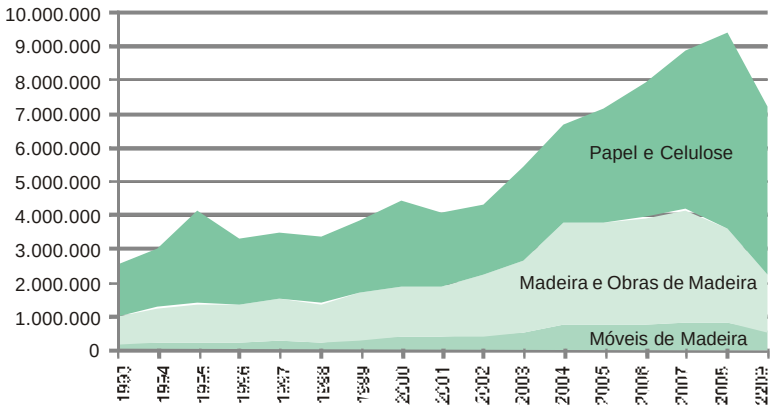


Fonte: Abraf, 2010.

Figura 1/I. *Participação das espécies nos plantios florestais - Brasil - 2009*

Parte I

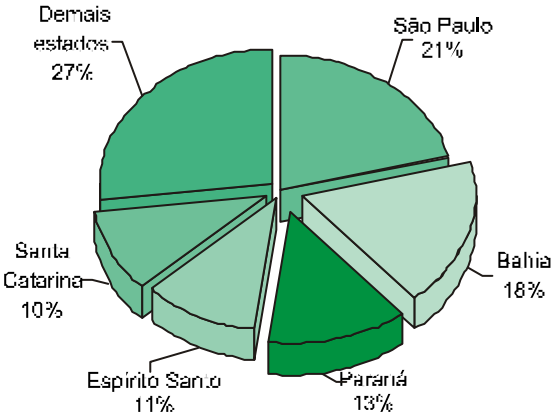
O Brasil é o maior produtor florestal da América Latina e sua indústria processa mais de 100 milhões de m^3 de madeira por ano. Em 2009, as exportações florestais somaram 7,3 bilhões de dólares, uma redução de 23% em relação a 2008. Após um longo período de crescimento expressivo, especialmente do setor de papel e celulose, as exportações despencaram no último ano, em todos os segmentos (Figura 2). A crise financeira internacional travou os principais mercados mundiais.



Fonte: MDIC/Secex.

Figura 2/I. *Evolução da composição das exportações de produtos florestais, por segmento (mil US$) - Brasil - 1993-09*

Os estados de São Paulo, da Bahia, do Paraná, do Espírito Santo e de Santa Catarina são os mais importantes exportadores de produtos florestais, respondendo por mais de 70% do total exportado pelo País (Figura 3)



Fonte: MDIC/Secex.

Figura 3/I. *Participação dos principais estados nas exportações de produtos florestais - Brasil - 2009*

Produção e consumo de matéria-prima florestal

O eucalipto predomina na silvicultura brasileira e continua sendo o mais plantado

A silvicultura comercial no Brasil abrange uma área de 6,8 milhões de hectares plantados. O eucalipto é a espécie mais plantada, representando 67% dos plantios comerciais de florestas (Figura 1). As áreas plantadas com pínus e eucalipto no Brasil em 2009, as espécies madeireiras mais utilizadas, somavam 6,3 milhões de hectares. Os cinco estados com as maiores áreas cultivadas (MG, SP, PR, BA e SC) detêm quase 80% da área plantada com esses dois gêneros (Tabela 8).

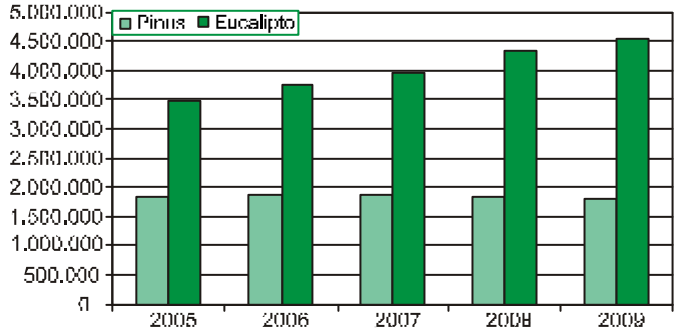
Tabela 8/I. *Área plantada com pinus e eucalipto no Brasil - 2009*

Estado	Área plantada (ha)		
	Pinus	Eucalipto	Total
Minas Gerais	140.000	1.300.000	1.440.000
São Paulo	167.660	1.029.670	1.197.330
Paraná	695.790	157.920	853.710
Bahia	31.040	628.440	659.480
Santa Catarina	550.850	100.140	650.990
Rio Grande do Sul	171.210	271.980	443.190
Mato Grosso do Sul	16.870	290.890	307.760
Espírito Santo	3.940	204.570	208.510
Pará	0	139.720	139.720
Maranhão	0	137.360	137.360
Goiás	15.200	57.940	73.140
Amapá	810	62.880	63.690
Mato Grosso	10	61.530	61.540
Tocantins	850	44.310	45.160
Outros	490	28.380	28.870
Brasil	**1.794.720**	**4.515.730**	**6.310.450**

Fonte: Anuário Estatístico da Abraf – 2010, ano base 2009.

Nos últimos anos vem se observando uma ligeira redução da área florestada com o gênero pínus, enquanto os plantios de eucalipto crescem a taxas anuais de quase 5% (Figura 4).

Recentemente a silvicultura do Brasil vem despertando o interesse de grupos de investidores institucionais. Estima-se que os fundos de investimentos já tenham aplicado 4,5 bilhões de reais em florestas no Brasil. Estes fundos, conhecidos por como Timberland Investiment Manager Organization (TIMO), aplicam os recursos em projetos de produção de madeira. São atraídos pela tecnologia silvicultural avançada, pela elevada produtividade florestal, pela disponibilidade de terras para o plantio e pelo elevado percentual de florestas certificadas existentes no Brasil, fatores que conferem competitividade e sustentabilidade aos projetos implantados no País. Além de fundos americanos e canadenses, há vários projetos de TIMOs brasileiros sendo implantados. A estimativa é de que até 2014 os investimentos dos projetos TIMOs no Brasil possam chegar a 14 bilhões de dólares americanos.



Fonte: Anuário Estatístico da Abraf – 2010, ano base 2009.

Figura 4/I. *Evolução da área plantada com pinus e eucalipto (ha) - Brasil - 2005-09*

A expectativa é de que os investimentos independentes em florestas comerciais sejam cada vez mais representativos e em poucos anos se aproximem de 50% dos

investimentos totais. Esta será uma mudança bastante significativa no modelo tradicional verticalizado adotado pela indústria florestal brasileira.

Outra importante contribuição à expansão dos plantios florestais no País tem sido dada pelos programas de fomento florestal das grandes empresas (especialmente as de papel e celulose) e pelos programas federais de financiamento florestal (Pronaf Florestal e Propflora), os quais vêm atraindo novos empreendedores para esta atividade. Em 2009, o Propflora aplicou mais de 76 milhões de reais em financiamentos de projetos florestais, a maior parte no Estado de Minas Gerais (Tabela 9).

Tabela 9/I. *Valor financiado pelos programas Pronaf Florestal e Propflora – 2007 e 2009*

(R$ 1.000)

Estado	Pronaf (em 2007)		Propflora (em 2009)	
	Valor	%	Valor	%
Bahia	305	4	620	1
Espírito Santo	1.246	17	1.692	2
Goiás	164	2	1.833	1
Mato Grosso	40	1	1.011	1
Mato Grosso do Sul	12	0	739	2
Minas Gerais	1.298	18	47.034	49
Paraná	1.440	20	12.221	20
Rio Grande do Sul	868	12	4.463	11
Santa Catarina	532	7	2.980	6
São Paulo	609	8	3.071	6
Demais estados	766	11	752	1
Brasil	**7.280**	**100**	**76.416**	**100**

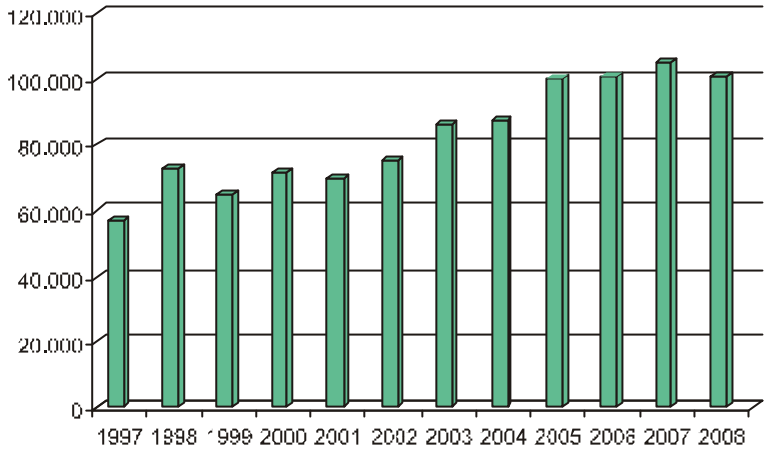
Fonte: Abraf. (Anuário Estatístico da Abraf – 2010).

A produção de madeira para transformação industrial em 2008, proveniente de florestas plantadas, foi estimada pelo IBGE em 101,2 milhões de m³, uma redução de quase 4% em relação à produção de 2007 (Tabela 10). Nos últimos 10 anos, a silvicultura brasileira quase duplicou a colheita de madeira para uso industrial (Figura 5).

Tabela 10/I. *Produção das principais matérias-primas de origem florestal – Brasil – 2003-08*

Produto	Medida	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Extração vegetal							
Carvão vegetal	mil t	2.227	2.186	2.972	2.506	2.530	2.222
Erva-mate	t	220.189	246.837	238.869	233.360	225.957	219.773
Lenha	mil m³	47.232	47.168	45.422	45.160	43.910	42.118
Madeira em tora	mil m³	20.663	19.103	17.372	17.986	16.389	14.127
Palmito[1]	t	13.704	12.124	7.863	6.524	6.037	5.873
Pinhão	t	4.396	4.518	4.609	5.203	4.887	4.768
Silvicultura							
Carvão vegetal	mil t	2.154	2.158	2.526	2.609	3.806	3.975
Erva-mate	t	501.702	403.281	429.730	434.483	438.474	434.727
Lenha	mil m³	33.827	34.005	35.542	36.110	39.089	42.038
Madeira p/papel e celulose	mil m³	49.531	46.285	54.698	55.115	60.964	58.182
Madeira p/outras finalidades	mil m³	50.166	41.230	45.916	45.652	44.167	43.080
Palmito[2]	t	37.672	37.432	43.967	73.411	61.429	84.006

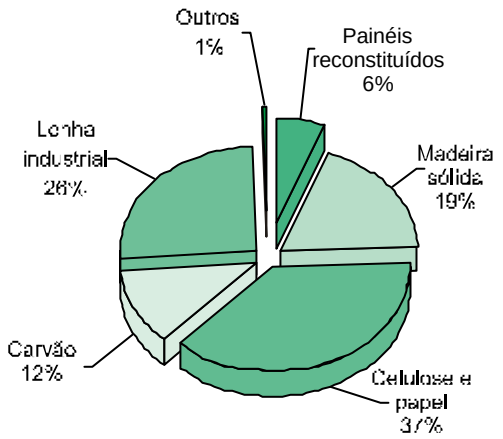
[1] Inclui Palmito Juçara, Açaí e Pupunha.
[2] Inclui Palmito Juçara, Palmeira Real, Açaí e Pupunha.
Fonte: IBGE - Produção Extrativa Vegetal e Silvicultura. Disponível em http://www.ibge.gov.br
Sistema Sidra: acesso em maio 2010.



Fonte: IBGE.

Figura 5/I. *Silvicultura - Produção de madeira em toras para uso industrial - (mil m3) - Brasil - 1997-08*

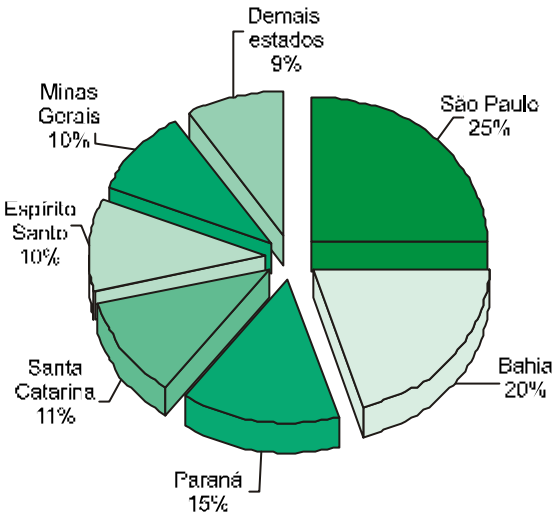
Dos 162,6 milhões de m³ de madeira de florestas plantas consumidos no Brasil em 2009, o segmento de papel e celulose absorveu 37% do volume total (Figura 6). São Paulo e Bahia se destacam como os grandes produtores de toras para celulose, com quase a metade do total produzido (Figura 7). A silvicultura fornece toda a madeira transformada em celulose, papel e painéis reconstituídos no Brasil e a maior parte da matéria-prima para a indústria de compensados, portas, molduras e outros produtos de maior valor agregado.



Fonte: ABRAF – Anuário Estatístico da Abraf - 2010.

Figura 6/I. *Consumo de madeira em tora de florestas plantadas por segmento (%) - Brasil - 2009*

As empresas de papel e celulose são detentoras de 2,2 milhões de hectares plantados com florestas comerciais, a maior parte com eucalipto nos estados de São Paulo, Bahia e Espírito Santo (Bracelpa, 2010). O eucalipto representa 88% da matéria-prima utilizada para celulose e papel (o restante é pínus). Em 2009 o consumo de madeira em toras pelo setor de papel e celulose foi de 60,6 milhões de m³. O setor de produção de painéis reconstituídos, que utiliza a mesma matéria-prima, consumiu no mesmo ano, 9,3 milhões de m³ de madeira bruta (Tabela 11).



Fonte: IBGE.

Figura 7/I. *Participação dos estados na produção de madeira plantada destinada a papel e celulose (%) - 2008*

Tabela 11/I. *Consumo de madeira em toras para uso industrial no Brasil por espécie, segundo os principais segmentos industriais – 2008-09*

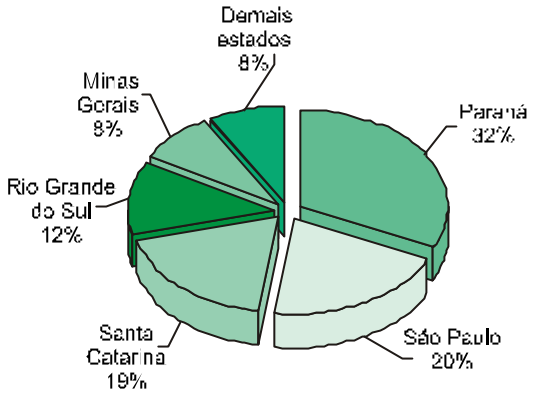
(1.000 m³)

Segmento industrial	Pinus		Eucalipto		Total	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Celulose e papel	8.601	8.086	48.395	52.545	56.996	60.631
Painéis reconstituídos	6.078	6.520	3.278	2.872	9.356	9.392
Indústria madeireira	29.543	27.463	3.282	3.093	32.825	30.556
Carvão	0	0	21.385	19.388	21.385	19.388
Lenha industrial	9.691	9.347	33.537	32.363	43.228	47.710
Outros	19	7	876	895	895	902
Brasil	**53.931**	**51.423**	**110.754**	**111.156**	**164.685**	**162.580**

Fonte: Abraf – Anuário Estatístico da Abraf – 2010.

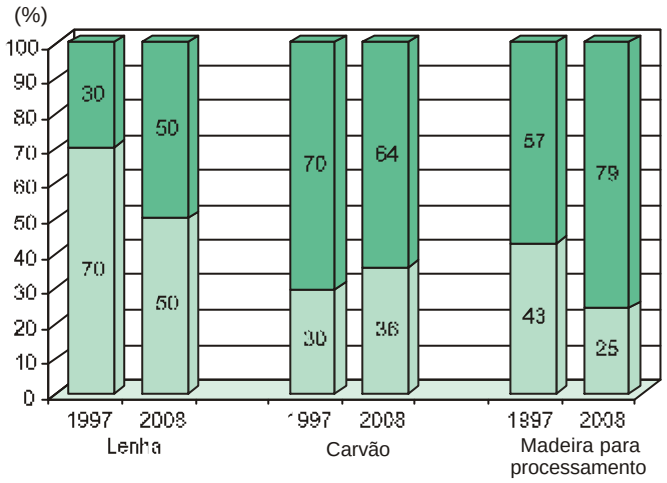
A produção de madeira de florestas plantadas destinada ao processamento mecânico (serraria ou laminação) em 2008 foi de 43 milhões de m³, volume ligeiramente inferior ao de 2007. O pínus é a principal fonte de toras destinadas ao processamento mecânico. Os estados do Paraná, São Paulo e Santa Catarina são os principais produtores de madeira para processamento mecânico (Figura 8).

A participação das florestas plantadas no fornecimento de matéria-prima para a indústria de processamento mecânico da madeira tem se mostrado crescente ao longo do tempo. Em 1997 a contribuição da silvicultura para a produção de madeira para este segmento era de 57,4% e em 2008 este percentual alcançou 79,0% (Figura 9).



Fonte: IBGE.

Figura 8/I.*Participação dos estados na produção de madeira plantada destinada ao processamento mecânico (%) - 2008*

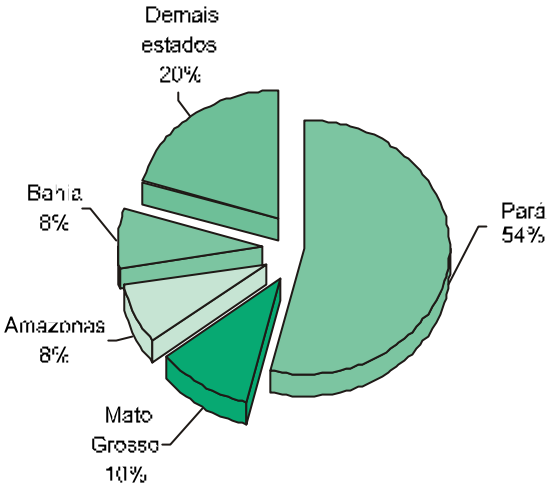


Fonte: IBGE. Produção da Silvicultura e Extração Vegetal.

Figura 9/I. *Composição da oferta de lenha, de carvão vegetal e de madeira para processamento mecânico, segundo a origem da matéria-prima - Brasil -1997-2008*

As florestas nativas responderam, em 2008, por 50% da produção nacional de lenha, 36% da produção de carvão vegetal, 34% da produção de erva-mate e 25% da produção de madeira para processamento mecânico (Tabela 10). A extração de madeira nativa vem se reduzindo ano a ano e o Estado do Pará é o maior produtor, com mais da metade do total extraído (Figura 10).

Ao longo do tempo, as florestas nativas também vêm perdendo importância para a silvicultura no fornecimento de lenha, mas ainda é a principal fonte (Figura 9). Já na produção de carvão vegetal predomina, há muitos anos, a matéria-prima de origem cultivada.



Fonte: IBGE.

Figura 10/I. *Participação dos estados na produção extrativa de madeira em toras - Brasil (%) - 2008*

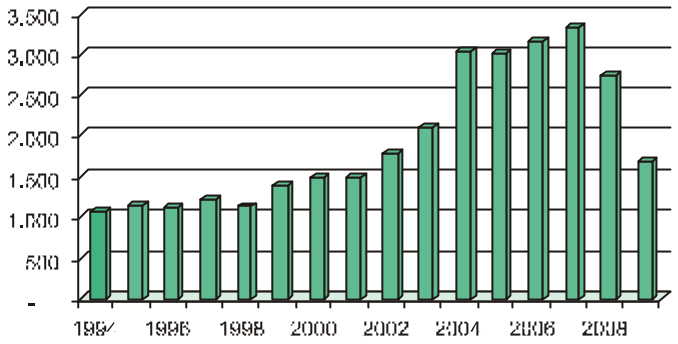
Desempenho da indústria de processamento mecânico da madeira

As exportações brasileiras de produtos da madeira despencaram em 2009 e retrocederam aos níveis de 2002

As exportações brasileiras de madeira e suas obras[1] (exceto móveis) foram de 1,7 bilhão de dólares em 2009, valor 40% inferior ao de 2008 e a metade do obtido em 2007 (Figura 11). Paraná, Santa Catarina e Pará são os maiores exportadores entre os estados brasileiros, tendo respondido, juntos, por 73% do total exportado em 2009. Este tombo nas exportações de madeiras se deve, em grande parte, ao colapso da indústria da construção civil dos EUA, a grande compradora do Brasil.

No primeiro semestre de 2010, a indústria brasileira de produtos sólidos da madeira apresentou retração em relação ao primeiro semestre de 2009, com queda em seus principais indicadores, como nível de emprego, horas trabalhadas e massa salarial. A redução do IPI sobre as vendas do setor e a retomada das vendas para o mercado interno serviram para amortecer os impactos da crise externa e amenizar as dificuldades vivenciadas por este importante e tradicional segmento da economia brasileira, que possui mais de doze mil empresas em atividade.

[1] Inclui madeira processada mecanicamente e painéis da madeira reconstituída.



Fonte: MDIC/Secex.

Figura 11/I. *Exportações de madeira e suas obras (milhões US$) - Brasil - 1994-09*

As dificuldades de recuperação da economia norte-americana indicam que a retomada das vendas externas e do nível de atividade na indústria da madeira será mais lenta que o previsto no momento da crise. O bom momento pelo qual está passando o mercado interno, devido ao crescimento da construção civil, tem ajudado a amenizar as dificuldades, mas não o suficiente para neutralizar o impacto negativo do mercado externo.

Na indústria brasileira de compensados operam quase 200 fábricas, com capacidade instalada de quase quatro milhões de m^3 por ano. A produção brasileira de chapas de compensado está diminuindo de forma expressiva, devido às sucessivas quedas da demanda no mercado internacional. Em 2008, foram produzidos 2,6 milhões de m^3 de chapas de compensados, produção semelhante à de 2008 (Tabela 12). Já em 2009 houve uma redução expressiva do volume produzido.

A tendência é de continuar reduzindo a produção de compensados no Brasil devido à sua substituição por aglomerado, MDF, OSB e outras chapas de madeira reconstituída. As exportações que vinham sustentando o crescimento da indústria se reduziram fortemente nos últimos anos.

Tabela 12/I. *Produção e destino dos compensados – Brasil – 1998-08*

(mil m^3)

Ano	Produção	Consumo	Exportação
1998	1.600	1061	556
1999	2.200	1.111	1.124
2000	2.420	1.088	1.372
2001	2.500	1.026	1.521
2002	2.700	891	1.869
2003	3.230	927	2.388
2004	3.810	919	3.001
2005	3.585	964	2.777
2006	3.044	860	2.192
2007	2.670	677	1.963
2008[(1)]	2.631	656	1.930

[(1)]Estimativa STCP, apud Abimci.
Fonte: Abimci, STCP.

A madeira serrada é o produto da transformação primária da madeira e se constitui no insumo básico para a produção de outros produtos de maior valor agregado. Estima-se a existência de cerca de 10 mil serrarias em operação no País, a maioria de pequeno porte. Em 2008, foram produzidos 24,5 mil m^3 de madeira serrada no Brasil, sendo quase 90% destinada ao mercado interno (Tabela 13).

Tabela 13/I. *Produção e destino da madeira serrada – Brasil – 1995-08*

(mil m³)

Ano	Produção	Consumo	Exportação	Importação
1995	17.180	16.592	1.295	707
1996	17.700	16.944	1.259	503
1997	18.500	17.400	1.446	346
1998	19.520	18.264	1.531	275
1999	20.530	18.573	2.103	146
2000	21.300	19.080	2.380	160
2001	21.950	19.682	2.437	169
2002	22.488	19.817	2.814	143
2003	23.090	19.987	3.197	94
2004	23.480	20.099	3.513	132
2005	23.557	20.569	3.313	325
2006	23.797	21.046	2.874	123
2007	24.180	21.470	2.889	179
2008[1]	24.584	21.855	2.898	169

[1]Estimativa STCP, apud Abimci.
Fonte: Abimci.

A produção de madeira proveniente de florestas plantadas (pínus e eucalipto) vem crescendo sistematicamente e já contribui com mais da metade da produção nacional de madeira maciça.

Há uma tendência de crescimento das empresas brasileiras que buscam reprocessar a madeira serrada (remanufatura) com vistas à agregação de valor. O crescimento do mercado interno, esperado para os próximos anos, deverá sustentar a produção desta indústria no Brasil.

Desempenho da indústria de painéis de madeira reconstituída

As vendas no mercado brasileiro vêm estimulando a expansão da capacidade instalada

Apesar da forte queda nas vendas para o mercado interno e nas exportações de painéis de madeira reconstituída no primeiro semestre de 2009, a indústria se recuperou no segundo semestre e fechou o ano com um nível de produção ligeiramente superior ao ano de 2008 (Tabela 14). A demanda foi sustentada pelo bom ritmo de atividade da construção civil no Brasil no período.

Esta indústria vem apresentando crescimento expressivo nos últimos anos em sua capacidade instalada e na produção. Formada por poucas e grandes empresas, que somam uma capacidade instalada de 8,5 milhões de m³ por ano, utiliza matéria-prima de florestas plantadas (pínus e eucalipto) e em 2009 processou 9,3 milhões de m³ de toras (ABRAF, 2010).

Tabela 14/I. *Produção e destino dos painéis de madeira reconstituída – Brasil – 2000-09*

(m³)

Ano	Capacidade instalada	Produção	Importação	Exportação	Consumo
2000	3.400.000	2.702.330	130.000	213.670	2.618.660
2001	3.600.000	2.976.530	119.700	192.890	2.903.340
2002	4.200.000	3.095.810	136.500	384.410	2.847.900
2003	4.800.000	3.465.760	261.400	455.880	3.271.280
2004	5.000.000	3.997.810	329.050	428.860	3.898.000
2005	5.100.000	3.961.750	262.670	417.320	3.807.100
2006	5.300.000	4.426.480	325.750	378.910	4.373.320
2007	5.900.000	4.963.080	242.880	292.240	4.913.720
2008	6.300.000	5.201.530	265.580	209.870	5.257.240
2009	8.520.000	5.283.454	159.770	179.080	5.264.144

Fonte: ABIPA/Secex.

A produção brasileira de painéis reconstituídos (MDP[2], MDF e Harboard) foi de 5,3 milhões de m³ em 2009. Quase toda a produção é consumida no mercado interno. Em 2009, houve uma redução na produção e no consumo brasileiro de MDP e de painéis de fibra dura, ao contrário do MDF, que teve uma expressiva expansão em sua produção e no consumo.

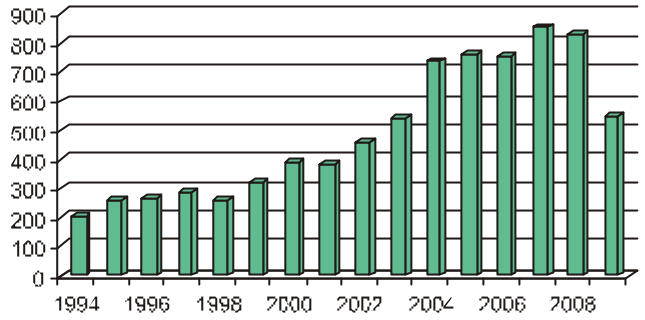
A perspectiva de um alto crescimento da construção civil nos próximos anos e da demanda interna de móveis está estimulando a expansão dessa indústria. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira - Abipa, os investimentos previstos até 2012 deverão ampliar a capacidade de produção de painéis no Brasil para 10,3 milhões de m³. Alguns analistas prevêem que a indústria terá dificuldade em colocar sua produção nos próximos anos devido à expansão da capacidade instalada para níveis acima das possibilidades de mercado.

Desempenho da indústria de móveis de madeira

Com dificuldades na exportação, a indústria moveleira vem se voltando cada vez mais para o mercado interno

As exportações da indústria brasileira de móveis de madeira ficaram 1/3 menores em 2009, comparadas a 2008 e regrediram aos níveis de 2002/2003 (Figura12). O Brasil exportou somente 546 milhões de dólares em móveis de madeira em 2009. Os embarques ao mercado externo se concentram na Região Sul, responsável por 86% do valor exportado em 2009. Santa Catarina contribuiu com 44% do total, permanecendo na condição de o estado brasileiro que mais exporta móveis.

[2] *Médium Density Particleboard*: nova versão do aglomerado considerada mais resistente.



Fonte: MDIC/Secex.

Figura 12/I. *Exportações de móveis de madeira e suas partes (milhões US$) - Brasil - 1994-09*

A indústria moveleira no Brasil é formada majoritariamente por micros e pequenas empresas e possui alta capacidade de absorção de mão de obra. São cerca de 16 mil empresas que empregam 237 mil pessoas. O segmento produtor de móveis de madeira para fins residenciais é o mais importante, englobando 78% das empresas, 74% dos empregos e 65% do valor da produção de móveis no Brasil.

O setor vem apresentando um bom desempenho nos últimos anos e seu crescimento vem sendo sustentado pelo mercado interno, especialmente pelo segmento de móveis populares. Mas o ano de 2009 foi bastante desfavorável ao setor. As importações norte-americanas foram reduzidas de 27 bilhões de dólares em 2007 para 19 bilhões de dólares em 2009. No mercado interno a redução de IPI sobre os móveis não surtiu os efeitos desejados.

Em 2010, o Projeto Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal e a prorrogação da redução do IPI até 31 de março impulsionaram as vendas. A indústria projeta crescer cerca de 10% em 2010 e recuperar os níveis alcançados em 2008. A expectativa do setor é de que o crescimento da construção civil previsto para os próximos anos possa compensar as dificuldades enfrentadas no mercado externo.

Desempenho da indústria de celulose e papel

Brasil segue conquistando espaço no mercado internacional de celulose

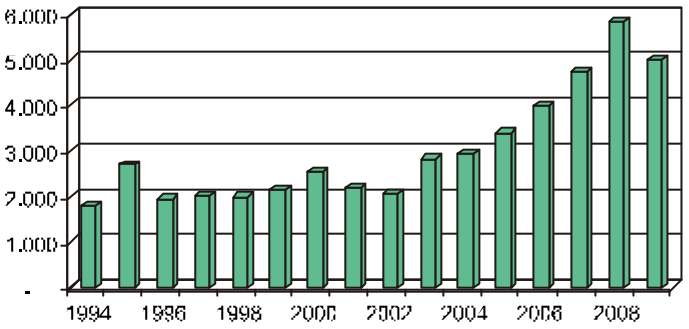
Os embarques de celulose nos portos brasileiros em 2009 foram 17% superiores aos de 2008, mas não compensaram a queda dos preços ocorrida no primeiro semestre. O volume exportado em 2009 alcançou 8,2 milhões de toneladas, com cinco bilhões de dólares em faturamento, valor 14,3% inferior ao de 2008 (Tabela 15 e Figura 13).

Tabela 15/I. *Produção brasileira de papel e celulose – 2005-09*

(1.000 t)

Produto	Discriminação	2005	2006	2007	2008	2009	Variação (%) 2009/2008
Papel	Produção	8.597	8.725	9.008	9.409	9.363	-0,4
	Importação	770	967	1.097	1.328	1.085	-18,3
	Exportação	2.039	1.990	2.006	1.982	2.008	1,3
	Consumo aparente	7.328	7.702	8.099	8.755	8.445	-3,5
	Consumo per capita (kg/hab)	39,5	41,2	44,0	46,2		
Celulose	Produção	10.352	11.180	11.998	12.697	13.496	6,3
	Importação	310	326	292	325	359	10,5
	Exportação	5.441	6.161	6.484	7.040	8.229	16.9
	Consumo aparente	5.221	5.345	5.806	5.982	5.626	-6,0

Fonte: Bracelpa, Relatório Anual, 2008/2009.



Fonte: MDIC/Secex.

Figura 13/I. *Exportações de papel e celulose (milhões US$) - Brasil - 1994-09*

A indústria brasileira de papel e celulose é composta por 220 empresas, localizadas em dezessete estados. Em 2009, empregou diretamente 114 mil pessoas, exportou 5,0 bilhões de dólares e arrecadou 2,2 bilhões de reais em impostos (Bracelpa, 2010). Trata-se de um setor bastante desenvolvido, de capital intensivo e com operações globalizadas.

O Brasil já é um dos maiores atores no mercado internacional de celulose (o primeiro em celulose de fibra curta), sendo o quarto maior produtor mundial. Toda a produção brasileira de celulose, assim como a de papel, provém de florestas plantadas de eucalipto e pínus, a maior parte de propriedade das próprias empresas (são 2,2 milhões de hectares, segundo a Bracelpa). O eucalipto é a matéria-prima para mais de 80% da produção do setor.

Em 2009, foram produzidas no Brasil 13,5 milhões de toneladas de celulose de mercado, 6,3% a mais que em 2008 (Tabela 15). O País é o maior produtor mundial de celulose de fibra curta, que utiliza o eucalipto como matéria-prima. Mais de 60% da produção nacional de celulose é exportada. No primeiro semestre de 2010 a China passou à condição de país maior importador de celulose brasileira, comprando mais de 1/3 do total exportado

pelo País. A expectativa é de que no próximo ano o Brasil venha a exportar um volume de celulose para a China maior do que aquele exportado para toda a Europa.

Os preços internacionais da celulose se recuperaram ao longo de 2009 fechando o ano na casa dos US$ 700,00/t, no caso da celulose de eucalipto. Em 2010, os preços seguiram em ascensão e no final de agosto estavam no patamar de US$ 870,00/t, posta na Europa (www.foex.fi). Estes valores indicam que 2010 será um bom ano para a indústria de celulose que, além de trabalhar com preços considerados altos, teve um aumento da ordem de 8% no volume exportado.

Segundo analistas do setor há espaço para novos aumentos dos preços da celulose no mercado internacional, o que poderá beneficiar novamente a indústria brasileira, que está preparada para expandir a oferta do produto.

No segmento de papel, onde a maior parte da produção se destina ao mercado interno, o desempenho de 2009 foi bastante fraco. A produção ficou próxima aos níveis de 2008, com 9,4 milhões de toneladas, um leve decréscimo de 0,4%. Do total produzido, mais da metade é destinado à produção de embalagens e quase um terço à de papel de imprimir e escrever.

As exportações de papel em 2009 foram de 2 milhões de toneladas, a maior parte de papéis do tipo Kraft. As importações de papel feitas pelo Brasil em 2009 foram 18% inferiores em relação a 2008 (Tabela 15). O Brasil é bastante dependente das importações de papel de imprensa para satisfazer seu consumo doméstico.

De janeiro a junho de 2010, a produção de papel no Brasil foi de quase 5,0 milhões de toneladas, 7,8% superior à produção do semestre anterior. As exportações cresceram 14%, na comparação dos dois períodos.

O setor de papel e celulose no Brasil vem passando por um longo período de expansão. O parque fabril vem sendo fortemente ampliado, com diversas novas plantas industriais sendo implantadas em várias regiões do País. Como resultado, está ocorrendo um aumento de porte e escala de produção das empresas, com especialização produtiva.

Nos últimos dez anos, a ampliação da capacidade produtiva consumiu 12 bilhões de dólares e levou o Brasil à condição de maior produtor mundial de celulose de fibra curta. Isto permitiu ao setor ganhar competitividade internacional e se consolidar como um dos mais importantes atores do mercado.

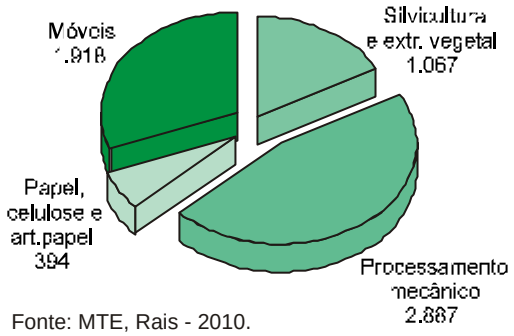
Com os investimentos programados pelo setor no Brasil dez novas plantas de fabricação de celulose serão incorporadas ao parque atual até 2020, o que deverá elevar a capacidade de produção anual do País para 20 milhões de toneladas.

A concentração de investimentos na produção adicional, as recentes fusões de grandes grupos e a troca de ativos entre empresas do setor dão indicação de que a indústria brasileira está se preparando para focar-se na produção e exportação de celulose, buscando se colocar na condição de um grande ator no mercado internacional desta commodity.

Produção e mercado de produtos florestais em Santa Catarina

O mercado externo continua difícil e a indústria da madeira e de móveis se encolhe em SC

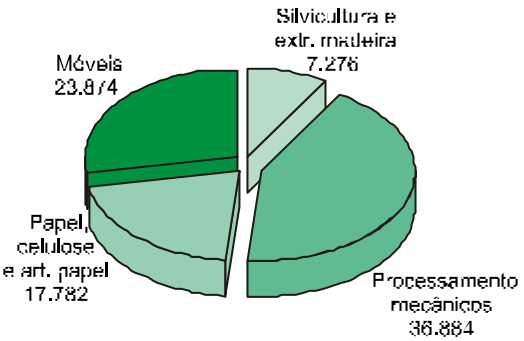
Santa Catarina é um dos estados mais importantes no setor florestal brasileiro. Com pouco mais de 10% da área plantada com pínus e eucalipto no País, é o quinto maior exportador de produtos florestais em valor (44% dos móveis de madeira, 31% da madeira e suas obras e 9% do papel, em 2009).



Fonte: MTE, Rais - 2010.

Figura 14/I. *Número de empresas do setor florestal, por segmento - Santa Catarina - 2009*

As mais de seis mil empresas que atuam no setor de base florestal do Estado geram 86 mil empregos diretos. Na indústria de processamento mecânico da madeira (exceto móveis) atuam 46% das empresas e são gerados 43% dos empregos do setor florestal catarinense (Figuras 14 e 15). O setor florestal absorve quase 5% de toda a mão de obra catarinense com emprego formal.

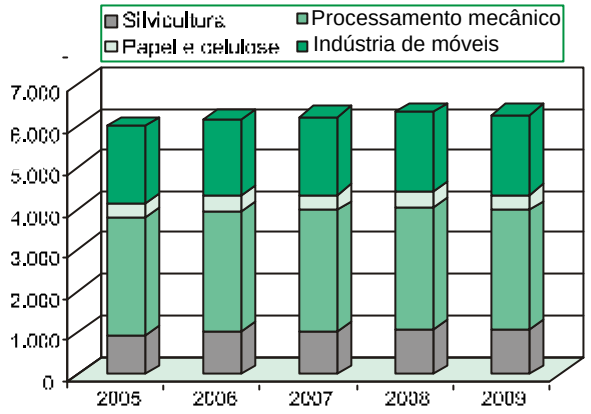


Fonte: MTE, Rais - 2010.

Figura 15/I. *Número de empregados do setor florestal, por segmento - Santa Catarina - 2009*

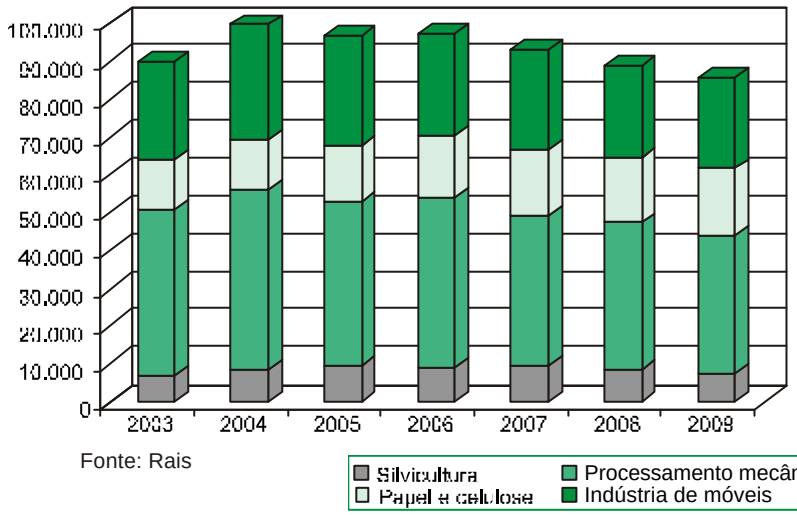
Nos últimos anos o número de empresas do setor tem se mantido mais ou menos constante. Já os postos de trabalho vêm se encolhendo desde 2004, quando 100 mil pessoas se empregavam nas cadeias produtivas do setor florestal no Estado. (Figuras 16 e 17).

A indústria catarinense de base florestal processa por ano cerca de 15 milhões de m^3 de toras de madeira, produção sustentada por 650 mil hectares de florestas plantadas no Estado. Este volume tem diminuído nos dois últimos anos devido à redução das atividades no setor exportador.



Fonte: Rais.

Figura 16/I. *Número de empresas no setor florestal - Santa Catarina - 2005-09*



Fonte: Rais

Figura 17/I. *Número de empregos no setor florestal - Santa Catarina - 2003-09*

A indústria de papel e papelão instalada no Estado destina a maior parte de sua produção ao mercado interno, especialmente para a produção de embalagens. A indústria de móveis e de processamento mecânico, por outro lado, é ainda bastante voltada à exportação.

Em 2009, o valor das exportações de produtos florestais de Santa Catarina foi de 761 milhões de dólares, um encolhimento de 26% em relação ao ano anterior, que já havia sido 12% inferior a 2007. Nos últimos anos, a retração da indústria da construção civil norte-americana e o câmbio valorizado tem provocado retração nas exportações catarinenses

do setor. A previsão é de que a recuperação das exportações catarinenses de madeira e de móveis seja lenta e bastante dependente da retomada das atividades da construção civil norte-americana, só esperada a partir de 2011.

Produção catarinense de matérias-primas e de produtos florestais primários

O consumo de madeira pela indústria de papel segue crescendo, mas no processamento mecânico é bem menor do que em anos anteriores

Levantamentos da Abraf contabilizaram 651 mil hectares de florestas plantadas para fins comerciais em Santa Catarina em 2009, sendo 85% da área formada por plantios de pínus. As grandes e médias empresas de base florestal detêm mais de 2/3 das áreas florestadas do Estado.

A partir de 2000, se intensificaram os plantios empresariais e muitos produtores rurais e profissionais liberais despertaram para a silvicultura. As linhas de crédito oficial para implantação de florestas, operadas pelo BRDE e pelo Banco do Brasil, e os programas de fomento florestal das empresas de base florestal, estão contribuindo para a ampliação da área de florestas no Estado. Contudo, a intensidade de novos plantios tem diminuído nos dois últimos dois anos.

A produção catarinense de madeira em toros para transformação industrial em 2008 foi de quase 15,0 milhões de m³, uma redução de 3,5% em relação a 2007 (Tabela 16). Toda a madeira produzida em Santa Catarina e consumida pela indústria de papel e de processamento mecânico provém de florestas plantadas.

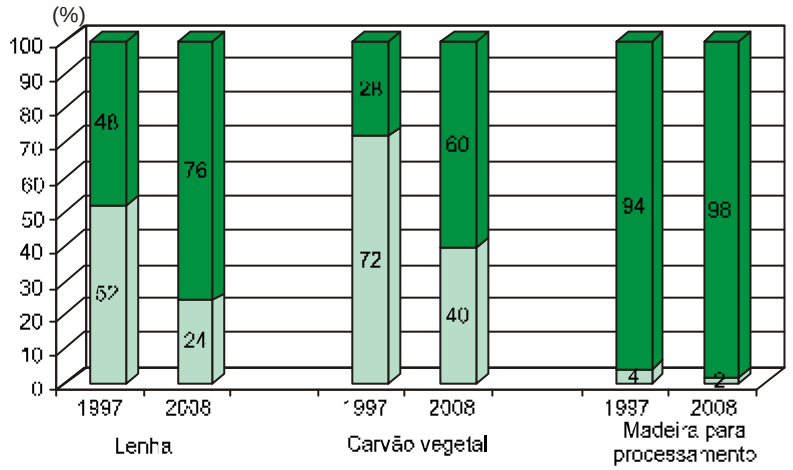
Tabela 16/I. *Produção dos principais produtos florestais – Santa Catarina – 2002-08*

Produto	Unidade medida	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Extração vegetal								
Carvão vegetal	t	9.050	8.665	8.940	8.767	7.884	6.874	4.885
Erva-mate	t	71.642	68.393	66.078	61.635	41.833	40.559	39.637
Lenha	mil m³	2.023	2.209	2.344	2.221	2.220	2.017	1.803
Madeira em tora	mil m³	93	167	187	109	99	143	126
Araucária (toras)	mil m³	8	11	8	5	6	16	13
Palmito	t	247	193	132	132	129	140	10
Pinhão	t	2.285	2.276	2.275	2.051	2.488	2.137	1.788
Silvicultura								
Carvão vegetal	t	7.146	7.113	6.987	9.050	8.922	8.538	7.459
Erva-mate	t	45.600	52.474	37.577	37.629	35.292	37.909	41.890
Lenha	mil m³	4.330	4.439	4.387	4.773	4.958	5.222	5.602
Madeira p/papel e celulose	mil m³	6.203	6.110	6.306	6.044	6.414	6.677	6.525
Madeira p/outras finalidades	mil m³	9.110	9.610	10.319	9.732	9.904	8.745	7.955
Palmito[1]	t	1.012	1.569	2.125	3.254	3.254	1.786	5.378

[1] Inclui Juçara e Palmeira Real.
Fonte: IBGE - Produção Extrativa Vegetal e Silvicultura. Disponível em http://www.ibge.gob.br
Sistema Sidra: acesso em maio 2010.

Em 2009, estima-se ter havido uma nova redução na produção catarinense de madeira para transformação industrial, ocasionada principalmente pela retração da demanda da indústria moveleira e de processamento mecânico. Já a colheita de madeira fina para a produção de papel e celulose e de painéis de madeira reconstituída foi superior à do ano anterior.

As florestas plantadas vêm paulatinamente substituindo as florestas nativas no fornecimento de lenha e madeira para carvão vegetal (Figura 18). A silvicultura já contribui com 60% da madeira utilizada na produção de carvão vegetal e com 76% da produção de lenha.



Fonte: IBGE. Produção da Silvicultura e Extração Vegetal.

Figura 18/I. *Composição da oferta de lenha, de carvão vegetal e de madeira para processamento mecânico segundo a forma de produção - Santa Catarina - 1997e 2008*

Preços dos insumos e das matérias-primas e produtos florestais

Retração nas exportações de produtos sólidos de madeira provoca redução dos preços das toras de pínus e de eucalipto, revertendo tendência de anos anteriores

Os preços dos insumos para a produção florestal se mostraram ligeiramente decrescentes nos últimos anos, em termos reais (Tabela 17). Após um longo período de ascensão, as mudas para a formação de florestas para a produção de madeira tiveram seus preços reduzidos a partir de 2006, refletindo o aumento da capacidade de produção instalada em anos anteriores, quando os preços eram mais estimulantes. Apenas as mudas de erva-mate tiveram aumentos reais de preços nos últimos anos.

Tabela 17/I. *Preço médio de insumos e fatores de produção florestal - Santa Catarina – 2004-10*

Produto	Unidade	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010[1]
Muda de eucaliptus (R$)	milheiro	131,82	151,67	177,50	182,50	193,96	205,16	210,00
Muda de eucaliptus (R$ de maio/10)	milheiro	175,99	193,45	221,02	216,42	206,87	214,60	213,09
Muda de pinus (R$)	milheiro	138,18	156,36	197,50	200,00	209,99	219,90	220,00
Muda de pinus (R$ de maio/10)	milheiro	184,67	198,03	245,89	237,12	224,13	230,05	223,39
Muda de erva-mate (R$)	milheiro	270,91	286,36	275,00	315,00	413,79	521,00	582,08
Muda de erva-mate (R$ de maio/10)	milheiro	361,72	362,64	342,37	372,80	441,91	544,78	590,43
Formicida granulado (R$)	500 g	4,19	4,11	4,09	4,06	4,15	4,45	4,53
Formicida granulado (R$ de maio/10))	500 g	5,60	5,20	5,09	4,81	4,42	4,66	4,60
Muda de palmeira real (R$)	milheiro	170,00	180,91	277,50	245,00	222,08	205,00	190,00
Muda de palmeira real (R$ de maio/10)	milheiro	227,32	229,11	344,41	290,68	237,24	214,44	192,95
Muda de palmito jussara (R$)	milheiro	184,55	190,00	280,00	245,00	230,83	249,38	280,00
Muda de palmito jussara (R$ de maio/10)	milheiro	246,85	240,62	347,56	290,68	246,26	260,88	284,12
Terra campo nativo/reflorestamento (R$)	ha	2.075,97	2.476,27	2.574,68	3.934,80	4.231,71	5.203,09	7.300,00
Terra campo nativo/reflorest.(R$ de maio/10)	ha	2.775,43	3.121,50	3.206,44	4.665,99	4.512,05	5.443,44	7.407,53
Terra de segunda (R$)	ha	4.545,02	5.105,50	5.291,69	6.821,25	7.591,29	8.820,39	8.740,13
Terra de segunda (R$ de maio/10)	ha	6.063,40	6.434,85	6.590,57	8.083,20	8.093,49	9.227,88	8.870,85
Terra de primeira (R$)	ha	8.473,73	9.340,65	10.179,63	14.533,17	15.712,38	14.520,62	16.716,33
Terra de primeira (R$ de maio/10)	ha	11.305,71	11.774,83	12.675,34	17.238,64	16.748,93	15.194,15	16.959,96

[1] Média de janeiro a maio.

Fonte: Epagri/Cepa.

As terras de segunda e de campo, as menos nobres e mais utilizadas para reflorestamento, sofreram aumentos de preço bastante expressivos nos últimos anos. Os campos degradados e as áreas dobradas, geralmente procuradas para plantios florestais, apresentaram aumentos reais sucessivos de preços ao longo dos anos (Tabela17). O custo da terra tem elevado os custos florestais, pois a imobilização em terras é o principal componente dos custos da silvicultura comercial.

Os preços dos produtos primários e das matérias-primas florestais se mostraram, em geral, decrescentes nos últimos anos, em termos reais (Tabela 18). A erva-mate, a lenha, o carvão e a madeira fina destinada à produção de papel tiveram aumentos reais de preços nos últimos anos, refletindo aumentos ocorridos na demanda. Já a madeira bruta empregada na construção civil e as toras de eucalipto e de pínus para processamento mecânico apresentaram redução dos preços reais.

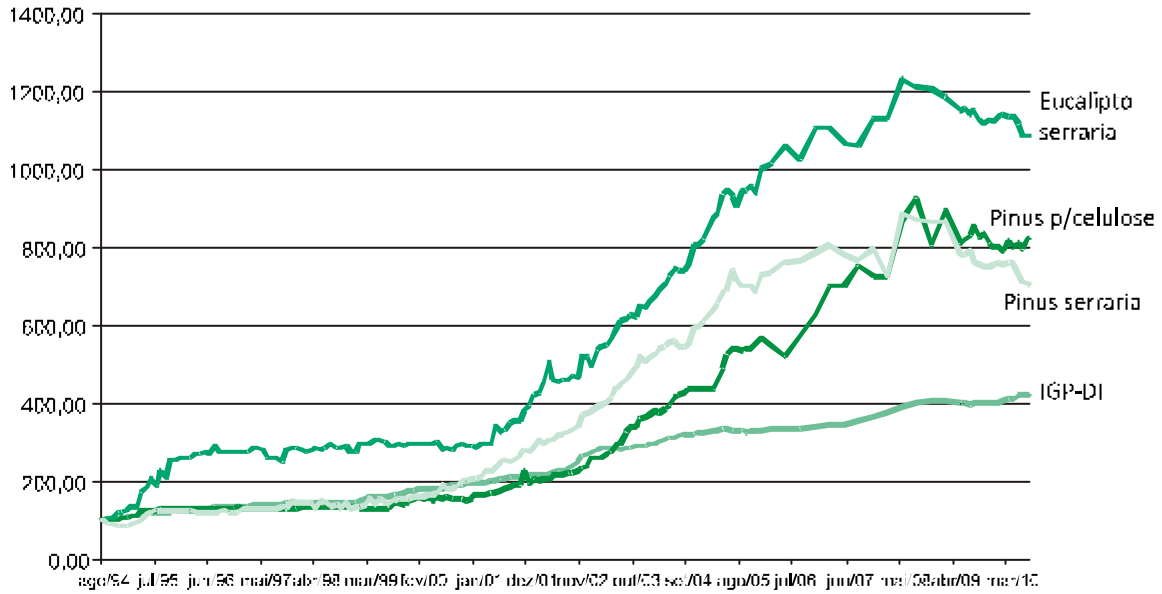
Os preços das toras de madeira (de pínus e de eucalipto), que vinham apresentando um crescimento bem superior à média dos preços da economia brasileira desde 2000, passaram a evoluir em níveis inferiores aos dos índices gerais de preços a partir de 2006 e 2007 e, inclusive, com reajustes nominais negativos a partir de 2008 (Figuras 19 e 20). Esta reversão de tendência está refletindo a retração sofrida neste período pela indústria de processamento mecânico da madeira.

Tabela 18/I. *Preço médio dos principais produtos florestais - Santa Catarina – 2004-10*

Produto	Unidade medida	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010[1]
Carvão vegetal (R$)	m3	36,50	42,59	46,38	48,83	53,33	64,64	69,60
Carvão vegetal (R$ de jul. 10)	m3	49,24	54,24	58,08	57,85	57,13	68,17	70,92
Erva-mate nativa (R$)	arroba	3,38	3,87	5,03	5,69	5,70	5,74	5,74
Erva-mate nativa (R$ de jul. 10)	arroba	4,57	4,92	6,29	6,61	6,12	6,05	5,85
Erva-mate cultivada (R$)	arroba	2,19	2,47	2,93	3,64	3,72	3,45	3,44
Erva-mate cultivada (R$ de jul. 10)	arroba	2,94	3,14	3,66	4,40	4,00	3,63	3,51
Lenha de eucalipto (R$)	m3	18,98	25,83	27,89	30,41	36,17	41,3	43,51
Lenha de eucalipto (R$ de jul. 10)	m3	25,60	32,89	34,92	36,37	38,75	43,54	44,01
Pinus para celulose (R$)	t	28,24	35,89	39,08	48,89	57,38	57,18	55,55
Pinus para celulose (R$ de jul. 10)	t	38,11	45,71	48,90	59,13	61,48	60,29	56,66
Madeira roliça p/construção (R$)	m	1,42	1,65	1,55	1,54	1,66	1,69	1,77
Madeira roliça p/construção (R$ de jul. 10)	m	1,93	2,10	1,94	1,81	1,78	1,79	1,80
Escora de madeira (R$)	unid.	2,46	2,68	2,55	2,52	2,52	2,84	2,75
Escora de madeira (R$ de jul. 10)	unid.	3,32	3,41	3,20	3,05	2,70	3,00	2,81
Madeira em toras de eucalipto (R$)	m3	81,33	102,62	115,65	120,95	131,2	125,14	123,05
Madeira em toras de eucalipto (R$ de jul. 10)	m3	109,71	130,69	144,79	142,98	140,72	131,95	125,54
Madeira em toras de pinus (R$)	m3	93,29	116,33	127,57	133,00	140,19	128,29	123,98
Madeira em toras de pinus (R$ de jul. 10)	m3	125,94	148,15	159,72	157,29	150,19	135,28	126,51

[1]Média de janeiro a julho.

Fonte: Epagri/Cepa.



Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 19/I. *Indice de evolução dos preços das principais matérias-primas florestais e do IGP/DI - Santa Catarina - Ago/1994-jun/2009*

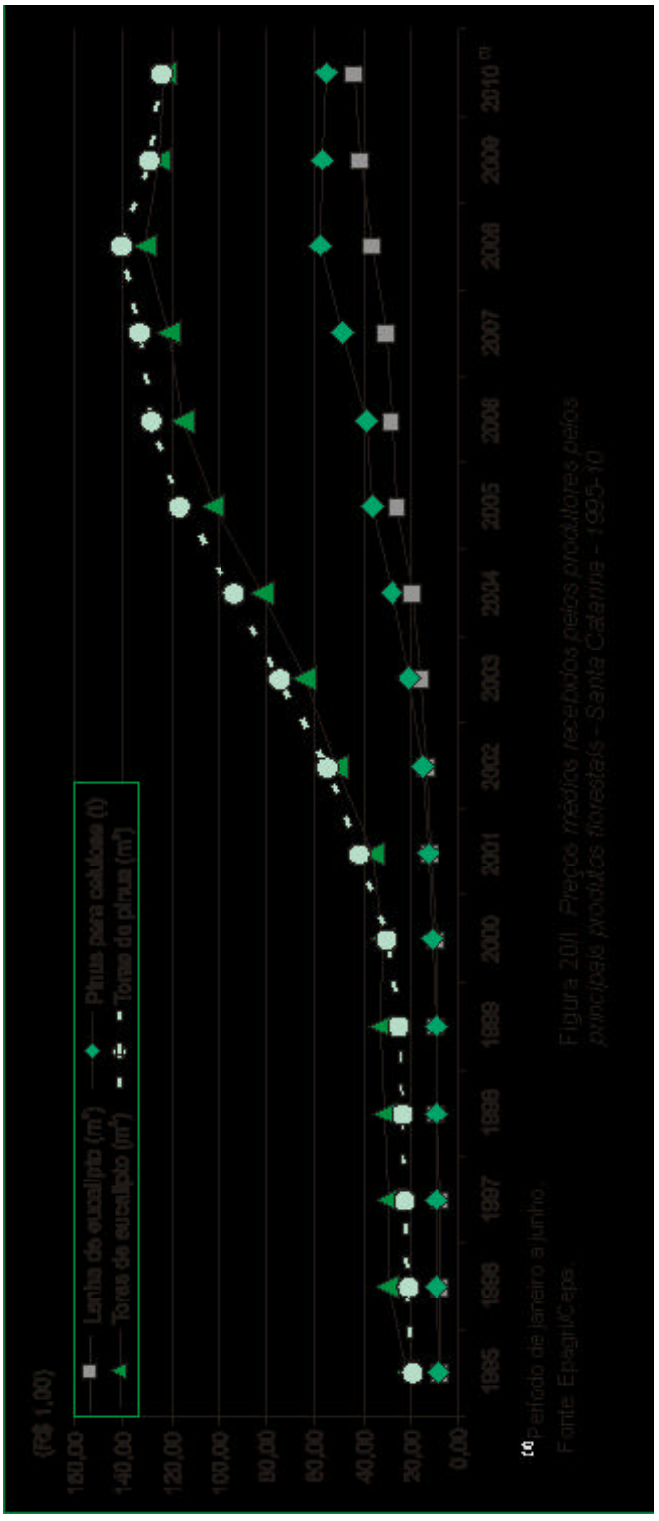


Figura 201. Preços médios recebidos pelos produtores pelos principais produtos florestais - Santa Catarina - 1995-10

Parte I

Exportações catarinenses de produtos florestais

Exportações catarinenses de produtos florestais despencam e recuam a níveis de 2003

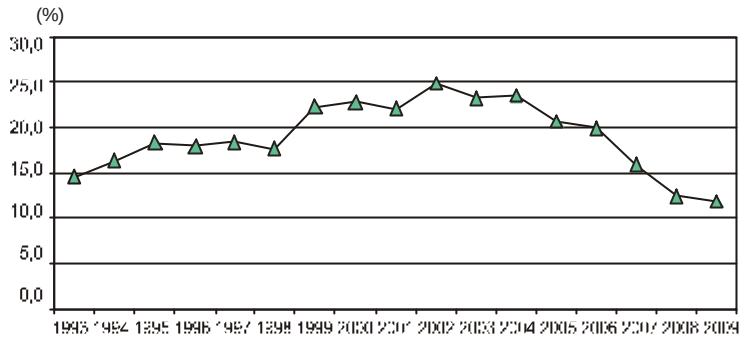
As exportações da indústria catarinense de base florestal em 2008 foram 26% menores que em 2008. As exportações do ano passado pelo setor atingiram apenas 761 milhões de dólares, uma contribuição de 12% ao total exportado pelo Estado (Tabela 19). Entre 1993 e 2002, a indústria florestal ganhou expressiva participação nas exportações catarinenses, mas com o processo de valorização do real frente ao dólar, iniciado em 2003, veio perdendo gradativamente importância relativa. Com o fraco desempenho em 2009, a participação do setor nas exportações totais do Estado recuou a níveis de 20 anos atrás (Figura 21). Mesmo assim, o valor exportado de todos os segmentos cresceu de forma expressiva no período, em que pesem as fortes quedas dos últimos dois anos (Figura 22).

Tabela 19/I. *Exportação de produtos florestais – Santa Catarina – 2001-09*

(US$ 1.000 – FOB)

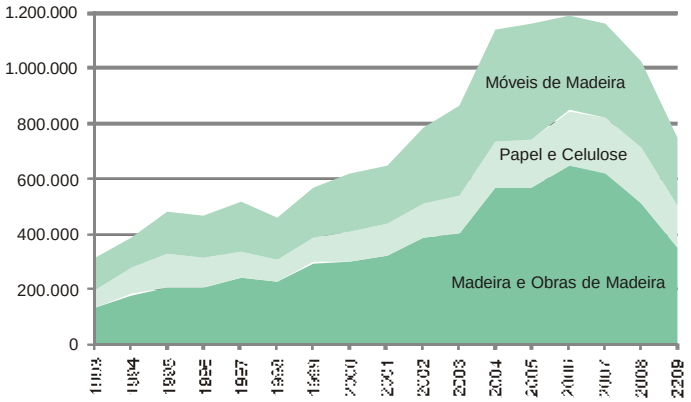
Item	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Erva-mate e derivados	**2.913**	**1.935**	**1.304**	**1.048**	**1.100**	**3.487**	**8.625**	**14.207**	**14.034**
Madeira e obras de madeira	**321.959**	**386.719**	**401.069**	**569.538**	**566.358**	**646.717**	**620.319**	**507.131**	**349.382**
Madeira serrada	100.468	95.092	88.395	100.502	87.470	89.761	91.806	75.709	58.203
Madeira laminada	1.765	1.185	2.130	1.330	2.190	1.500	8.082	3.124	840
Madeira perfilada	2.627	13.960	20.908	26.909	33.938	55.806	36.722	21.793	9.950
Painéis de madeira reconstituída (MDF e aglomerado)	10.109	11.946	12.970	14.685	14.074	18.090	16.294	12.675	9.053
Painéis de madeira compensada	51.884	62.463	77.540	124.193	129.918	126.650	144.916	140.104	95.973
Molduras de madeira	6.330	15.573	16.362	41.309	18.642	25.192	11.369	10.005	10.613
Caixas, engradados e paletes	2.089	900	516	613	726	1.051	1.931	3.415	5.550
Ferramentas, armações e cabos	13.403	18.012	19.070	22.348	28.978	32.794	29.104	31.417	20.102
Portas, janelas, assoalhos e outras obras de marcenaria e carpintaria	86.776	106.064	110.957	176.999	199.671	245.780	233.166	178.788	122.283
Outras madeiras e obras de madeira	46.508	61.525	52.222	60.650	50.749	48.184	38.698	22473	13.342
Papel e celulose	**110.827**	**121.338**	**137.999**	**164.157**	**176.386**	**200.907**	**202.166**	**207.967**	**157.311**
Pasta de celulose e papel sanitário	12.284	18.034	21.684	27.091	29.772	16.655	3.498	2.856	1.662
Embalagens e pasta "quate"	5.939	9.033	16.670	21.218	25.437	34.036	42.976	40.077	28.387
Papel e cartão kraft, kraftliner	90.115	91.432	95.323	111.464	116.627	143.527	148.109	157.085	111.120
Outros papéis	2.490	2.840	4.093	4.295	4.549	6.689	7.293	7.958	
Móveis de madeira	**216.655**	**274.170**	**319.903**	**409.510**	**415.314**	**345.352**	**342.486**	**303.442**	**240.176**
Móveis de madeira p/ escritório	2.577	6.638	10.433	16.389	20.115	14.972	14.950	9.931	5.698
Móveis de madeira p/ cozinha	5.454	10.169	14.916	16.352	15.241	22.791	24.659	18.533	13.718
Móveis de madeira p/ quartos	88.307	102.894	127.835	171.849	171.965	139.632	130.063	126.391	106.964
Outros móveis de madeira	99.832	130.684	142.129	171.796	170.711	137.079	140.098	117.032	90.921
Componentes p/ móveis de madeira	20.486	23.786	24.578	32.375	36.824	30.665	31.562	30.506	22.225
Total produtos florestais	**652.354**	**784.186**	**860.275**	**1.144.253**	**1.159.158**	**1.196.932**	**1.173.596**	**1.032.747**	**760.903**
Total exportações - Santa Catarina	**3.028.399**	**3.157.065**	**3.695.786**	**4.853.506**	**5.584.125**	**5.982.112**	**7.381.839**	**8.310.528**	**6.427.614**

Fonte: MICT/Secex – Sistema Alice.



Fonte: MDIC/Secex.

Figura 21/I. *Participação das exportações de produtos florestais no total das exportações - Santa Catarina (%) 1993-09*



Fonte: MDIC/Secex.

Figura 22/I. *Evolução da composição das exportações de produtos florestais, por segmento (mil US$) - Santa Catarina - 1993-09*

O valor das exportações de madeiras e suas obras (capítulo 44 do código NBM – Nomenclatura Brasileira de Mercadorias) recuou mais de 30% em 2009 em relação ao ano anterior (já havia recuado 18% em 2008). A queda no valor exportado ocorreu em quase todos os produtos da pauta (Tabela 19).

O setor de móveis, que vem sentindo redução em seu valor exportado desde 2006, teve suas exportações reduzidas em 21% em 2009, comparadas a 2008. O valor exportado de papel em 2009 foi 24% menor que no ano anterior. Com a crise internacional, a indústria catarinense de papel priorizou o mercado interno, que esteve aquecido em 2009 para papéis de embalagem, o tipo predominante da produção catarinense.

Parte I

As dificuldades para o setor florestal de Santa Catarina, bastante voltado às exportações, se iniciaram já em 2005, quando o câmbio começou a ficar mais bem apreciado. A crise na construção civil dos EUA, que se arrasta desde 2007 agravou bastante a situação. Por fim, a crise econômica internacional, exposta em outubro de 2008, ampliou as dificuldades de mercado ao setor florestal catarinense voltado às exportações.

A expectativa é de que a partir de 2011 haja uma retomada do setor de construção civil norte-americano e a indústria da madeira de Santa Catarina possa iniciar um processo de recuperação das vendas ao mercado externo.

Luiz Toresan - Engenheiro agrônomo - Epagri/Cepa
e-mail - toresan@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239-3919

Crédito Rural

Breve contextualização

Entre os anos de 1930 e o início dos anos de 1960, a partir de um grande esforço do Estado brasileiro, a economia nacional, baseada em um modelo exportador de produtos primários, especialmente o café, passou a ter a indústria como o seu setor mais dinâmico. Foi o período de estabelecimento do modelo da industrialização pela substituição de importações.

Nessa passagem de país agrário-exportador para semi-industrializado, a importância relativa da agricultura declinou sensivelmente. Até a primeira metade dos anos de 1960 ficou praticamente relegada a um segundo plano nas ações estatais, sendo oficialmente vista apenas como meio para a expansão do modelo urbano-industrial.

Apesar de dificuldades anteriores, é nos anos de 1960 que se evidenciam os problemas mais sérios desse modelo. Além de algumas dificuldades para a sua manutenção, ele ampliava as desigualdades setoriais, regionais e sociais. Com isso, intensificam-se as discussões sobre a necessidade de mudança do modelo de desenvolvimento nacional e a modernização da agricultura passa a ser considerada um aspecto prioritário. Isso significava, fundamentalmente, aumentar a produtividade da mão de obra, das terras e dos animais, bem como a diversificar a produção da agricultura brasileira.

Em função da impossibilidade da modernização ocorrer pelas forças de mercado, a convicção era de que apenas com agressivas políticas públicas a agricultura cumpriria o papel esperado desde o início da industrialização: liberação de mão de obra para indústria; criação de mercado para indústria; aumento das exportações para gerar divisas que garantissem a continuidade das importações voltadas ao crescimento do setor urbano-industrial; abastecimento satisfatório da população urbana, sem elevar o custo da alimentação e das matérias-primas; financiamento da capitalização de setores não agrários (industrial e comercial), através da transferência dos seus ganhos de produtividade.

Assim, na segunda metade dos anos de 1960, passam a ser adotadas várias ações de apoio a essa modernização, entre as quais ganhou destaque a política de disponibilizar crédito farto e barato aos agricultores e setores ligados à agricultura; o que só era possível com utilização abundante de recursos públicos para subsidiar as privilegiadas taxas de juros dessa política.

Isso durou alguns anos e a década de 1970 foi o auge do financiamento à agricultura brasileira. Os dados apresentados no Anuário Estatístico do Crédito Rural 2009, do Banco Central do Brasil, servem bem para ilustrar a dimensão desse financiamento. Em valores corrigidos pelo IGP-DI médio de 2009, no ano de 1979 os financiamentos concedidos a produtores e cooperativas atingiram R$132,61 bilhões, o maior valor da história.

Parte I

No início da década de 1980, entretanto, face às circunstâncias internacionais desfavoráveis, o Brasil passa a ter dificuldades de conseguir novos empréstimos internacionais e a ser pressionado a pagar muitos dos existentes. Isso não permite mais que o Estado sustente o aparato de apoio à agricultura e, mesmo que não de forma concomitante, repercutiu sobre várias políticas setoriais; incluída a substancial redução de subsídios e de recursos destinados ao crédito rural.

No transcorrer dos anos de 1980, sobretudo na sua segunda metade, o financiamento à agricultura decresce significativamente, para atingir os seus piores patamares na década de 1990. Em valores corrigidos pelo IGP-DI médio de 2009, no ano de 1996 os financiamentos concedidos a produtores e cooperativas atingiram apenas R$19,29 bilhões, o menor valor desde o início da publicação do Anuário Estatístico do Crédito Rural, em 1969.

O financiamento recente à agricultura do Brasil

A cada ano, o governo federal lança um conjunto de normas relativas ao crédito rural, denominado Plano Safra, onde define o funcionamento das operações de investimento, custeio e comercialização. Essas normas são publicadas através de resoluções do Banco Central do Brasil, que também publica o Anuário Estatístico do Crédito Rural, com os dados dos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas.

A análise dos dados do período 2000 a 2009 mostra que a agricultura brasileira vem recebendo aportes cada vez mais significativos. Em 2009 foram 2,5 milhões de contratos e R$75,2 bilhões de reais, significando crescimentos de 86% e 446%, respectivamente, em relação ao ano 2000.

Na distribuição dos financiamentos entre as atividades, prevalece o financiamento para a atividade agrícola, mas com aumento na participação da pecuária, especialmente no número de contratos. No período 2000 a 2009, em média, a atividade agrícola ficou com 63% do número de contratos e 75% do valor dos financiamentos; a pecuária com 37% e 25%, respectivamente (Tabela 1).

Tabela 1/I. *Crédito rural - Financiamentos a produtores e cooperativas, por atividade – Brasil - 2000-09*

Ano	Número de contratos (em mil)			Valor dos contratos (em milhões de R$)		
	Agrícola	Pecuária	Total	Agrícola	Pecuária	Total
2000	1.073	276	1.349	10.666	3.114	13.780
2001	1.079	390	1.469	13.264	4.678	17.942
2002	1.143	478	1.620	15.912	5.735	21.647
2003	1.449	652	2.100	24.440	6.663	31.103
2004	1.701	1.044	2.746	32.151	8.296	40.446
2005	1.747	1.496	3.243	31.534	10.442	41.976
2006	1.646	1.876	3.523	31.653	12.113	43.766
2007	1.533	1.432	2.965	37.375	13.790	51.165
2008	1.475	960	2.435	49.782	16.390	66.172
2009	1.480	1.025	2.506	54.316	20.870	75.186

Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural.

Em relação às finalidades dos financiamentos, prevalece o custeio, que no período 2000 a 2009 respondeu, em média, por 60% do número de contratos e por 59% do valor dos financiamentos. Apesar disso, chama atenção o crescimento no número de contratos de investimentos, que em 2000

representava 20% e em 2009 passou a representar 41% do total dos contratos. Mesmo que esse comportamento não tenha se repetido nos valores, não deixa de ser um indicativo da melhoria na acessibilidade dos produtores ao crédito de investimento (Tabela 2).

Tabela 2/I. *Crédito rural - Financiamentos a produtores e cooperativas, por finalidade – Brasil - 2000-09*

Ano	Número de contratos (em mil)				Valor dos contratos (em milhões de R$)			
	Custeio	Investimento	Comercialização	Total	Custeio	Investimento	Comercialização	Total
2000	1.051	270	29	1.349	8.919	2.335	2.526	13.780
2001	1.070	371	28	1.469	10.596	3.710	3.636	17.942
2002	1.129	468	24	1.620	13.464	5.287	2.897	21.647
2003	1.440	634	27	2.100	18.951	7.114	5.038	31.103
2004	1.606	1.075	65	2.746	23.262	8.950	8.235	40.446
2005	1.635	1.520	88	3.243	23.273	9.299	9.404	41.976
2006	1.480	1.982	61	3.523	24.367	10.131	9.268	43.766
2007	1.415	1.505	45	2.965	30.603	10.909	9.653	51.165
2008	1.388	998	50	2.435	39.341	14.268	12.563	66.172
2009	1.414	1.025	67	2.506	42.839	17.549	14.798	75.186

Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural.

O financiamento recente à agricultura de Santa Catarina

No caso de Santa Catarina, ainda que em percentuais menores que o nacional, também ocorre um expressivo crescimento no aporte de crédito. Em 2009 foram 231 mil contratos e mais de 5,5 bilhões de reais, o que significa crescimentos de 46% e 387%, respectivamente, em relação a 2000.

Na distribuição dos financiamentos por atividade, observa-se uma diferença sensível para o que ocorre no País, pois há maior participação da atividade agrícola no número de contratos. Tomando por base o período 2000 a 2009, em Santa Catarina a atividade agrícola ficou em média com 90% dos contratos; no País esta média foi de 63%. Ainda assim, nos anos mais recentes também houve no Estado aumento na participação da pecuária. No que diz respeito ao valor dos financiamentos, a atividade pecuária catarinense ficou com 28% do total, pouca coisa acima dos 25% observados no País (Tabela 3).

Tabela 3/I. *Crédito rural - Financiamentos a produtores e cooperativas, por atividade – Santa Catarina – 2000-09*

Ano	Número de contratos (em mil)			Valor dos contratos (em milhões de R$)		
	Agrícola	Pecuária	Total	Agrícola	Pecuária	Total
2000	145,7	12,3	158,0	820,3	318,0	1.138,4
2001	160,7	15,7	176,4	984,3	453,6	1.437,9
2002	181,4	17,5	198,9	1.159,2	535,2	1.694,4
2003	201,8	18,2	220,0	1.761,4	601,9	2.363,3
2004	225,1	16,4	241,5	2.096,5	616,9	2.713,4
2005	223,4	20,9	244,3	2.118,7	690,4	2.809,1
2006	193,6	27,7	221,3	2.281,6	934,0	3.215,6
2007	174,3	29,1	203,4	2.543,5	994,3	3.537,8
2008	187,7	28,1	215,8	3.512,5	1.125,2	4.637,7
2009	187,4	43,5	231,0	3.770,8	1.770,3	5.541,1

Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural.

Em relação às finalidades dos financiamentos, há outra diferença sensível para o que ocorre no País. Em Santa Catarina é maior a participação do crédito destinado ao custeio,

sobretudo no número de contratos. No período 2000 a 2009, essa finalidade respondeu, em média, por 83% do número de contratos realizados no Estado. Ainda assim, a exemplo do Brasil, é expressivo o aumento na participação dos financiamentos para investimentos. Em 2009, essa finalidade representou 22% do número e 25% do valor dos financiamentos a produtores e cooperativas de Santa Catarina. Em 2000, tais percentuais eram inferiores a 10% (Tabela 4).

Tabela 4/I. *Crédito rural - Financiamentos a produtores e cooperativas, por finalidade – Santa Catarina – 2000-09*

Ano	Número de contratos (em mil)				Valor dos contratos (em milhões de R$)			
	Custeio	Investimento	Comercialização	Total	Custeio	Investimento	Comercialização	Total
2000	141,3	14,8	1,9	158,0	752,1	110,0	276,3	1.138,4
2001	149,4	26,0	1,0	176,4	923,8	238,2	275,9	1.437,9
2002	169,6	28,4	0,9	198,9	1.129,0	293,3	272,1	1.694,4
2003	180,8	38,1	1,1	220,0	1.545,7	418,2	399,4	2.363,3
2004	201,4	37,7	2,4	241,5	1.747,9	486,8	478,7	2.713,4
2005	208,1	32,8	3,4	244,3	1.879,8	550,4	378,8	2.809,1
2006	181,6	35,2	4,5	221,3	2.076,0	525,3	614,2	3.215,6
2007	168,0	32,3	3,1	203,4	2.289,5	557,9	690,4	3.537,8
2008	176,5	36,3	3,0	215,8	2.762,1	910,6	965,0	4.637,7
2009	176,1	51,1	3,8	231,0	3.017,0	1.398,6	1.125,4	5.541,1

Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural.

Pronaf: surgimento e aplicações nos anos recentes

Na primeira metade dos anos de 1990, em função das ações de representações dos trabalhadores/produtores rurais e da sensibilidade de segmentos governamentais de alguns estados e do governo federal, são intensificadas as discussões sobre a necessidade de se considerar nas políticas setoriais a diversidade social e econômica do campo.

Nesse processo, com o reconhecimento da sua importância econômica e social para o desenvolvimento de várias regiões brasileiras, a agricultura familiar passa a ser reconhecida como categoria política. Isso foi decisivo para que em 1996 fosse criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que, embora planejado para ser um programa mais amplo, sempre teve como ponto forte o crédito rural.

Ainda mais do que se observa na política de crédito rural geral, o Pronaf tem passado por constantes mudanças ao longo dos anos, o que, entre outras coisas, significou: aprimoramento operacional, ampliação do público beneficiário, novas categorizações de beneficiários, ampliação das linhas de financiamento, redução de taxas de juros e adoção de seguro em função de perdas de safra. Parte disso se expressa nos financiamentos via Pronaf, que cresceram substancialmente nos anos recentes.

No Brasil, em 2009, o Pronaf alcançou 1,7 milhão de contratos e R$11,2 bilhões, significando aumentos de 104% e 502%, respectivamente, em relação aos valores de 2000. Na distribuição dos financiamentos entre as atividades, observa- se que nos anos recentes

houve um sensível crescimento da pecuária e, com isso, uma distribuição bem mais equitativa que a do início da década. Em 2009, a pecuária ficou com 47% do número de contratos e 38% do valor dos financiamentos; em 2000, esses valores eram apenas 10% e 17%, respectivamente (Tabela 5).

Tabela 5/I. *Pronaf - Financiamentos concedidos a produtores, por atividade – Brasil – 2000-09*

Ano	Número de contratos (em mil)			Valor dos contratos (em milhões de R$)		
	Agrícola	Pecuária	Total	Agrícola	Pecuária	Total
2000	749,9	84,2	834,0	1.552,1	312,8	1.864,9
2001	663,6	137,1	800,7	1.615,6	595,2	2.210,7
2002	667,7	161,7	829,4	1.719,3	695,6	2.414,9
2003	752,6	234,9	987,5	2.200,8	897,3	3.098,1
2004	862,8	482,9	1.345,7	3.029,2	1.359,6	4.388,8
2005	948,3	1.259,9	2.208,2	3.523,0	2.262,7	5.785,7
2006	1.029,9	1.521,6	2.551,5	4.156,6	3.009,4	7.166,0
2007	950,2	973,1	1.923,3	4.532,3	2.590,6	7.122,9
2008	857,3	693,4	1.550,7	5.909,3	2.755,5	8.664,7
2009	898,9	806,0	1.704,9	6.978,8	4.240,0	11.218,8

Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural.

Em relação às finalidades atendidas pelo Pronaf, contrariamente ao observado para o crédito rural geral, não existe a finalidade comercialização. Além dessa diferença, no Pronaf não se observa o predomínio da finalidade custeio; especialmente de 2005 em diante. Em 2009, por exemplo, houve uma distribuição próxima entre as finalidades custeio e investimento (Tabela 6).

Tabela 6/I. *Pronaf - Financiamentos concedidos a produtores por finalidade – Brasil – 2000-09*

Ano	Número de contratos (em mil)			Valor dos contratos (em milhões de R$)		
	Custeio	Investimento	Total	Custeio	Investimento	Total
2000	751,8	82,2	834,0	1.607,8	257,1	1.864,9
2001	705,2	95,4	800,7	1.698,5	512,3	2.210,7
2002	710,9	118,6	829,4	1.674,2	740,7	2.414,9
2003	821,0	166,5	987,5	2.102,6	995,5	3.098,1
2004	917,5	428,2	1.345,7	2.946,9	1.441,9	4.388,8
2005	907,9	1.300,3	2.208,2	3.331,2	2.454,5	5.785,7
2006	899,3	1.652,1	2.551,5	3.607,4	3.558,7	7.166,0
2007	862,3	1.061,0	1.923,3	3.976,2	3.146,8	7.122,9
2008	794,7	756,0	1.550,7	4.916,8	3.748,0	8.664,7
2009	836,0	869,0	1.704,9	5.457,7	5.761,2	11.218,8

Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural.

No período 2000 a 2009, comparativamente ao total de crédito destinado à agricultura brasileira (Tabelas 1 ou 2), o Pronaf representou, em média, 60% do número de contratos e 13% do valor total dos financiamentos a produtores e cooperativas do Brasil. Em 2009, a participação foi de 68% do número de contratos e 15% do valor financiado.

Em Santa Catarina, o comportamento dos financiamentos do Pronaf tem uma diferença sensível para o nacional: entre 2000 e 2009 diminui o número de contratos para a atividade agrícola (Tabela 7). Isso se explica por dois fatores relacionados.

O primeiro é a base de comparação bem superior de Santa Catarina, onde, desde a década de 1990, sempre foi expressivo o número de produtores com acesso ao Pronaf; situação

bem diferente à de várias unidades da federação, onde o programa só começou a funcionar de maneira mais satisfatória nos anos mais recentes. O segundo é o fato de, entre 2000 e 2009, o fumo ter sido excluído dos financiamentos aos produtores. Antes dessa medida, entre todos os produtos agrícolas financiados em Santa Catarina, o fumo destacava-se como um daqueles com maior número de contratos, já que os milhares de produtores integrados no Estado tinham acesso ao crédito facilitado pela intermediação das indústrias nas contratações dos financiamentos com os agentes financeiros.

Tabela 7/I. *Pronaf - Financiamentos concedidos a produtores, por atividade – Santa Catarina – 2000-09*

Ano	Número de contratos (em mil)			Valor dos contratos (em milhões de R$)		
	Agrícola	Pecuária	Total	Agrícola	Pecuária	Total
2000	119,3	3,7	123,0	266,8	24,7	291,5
2001	100,0	7,1	107,2	272,0	54,3	326,3
2002	97,8	6,5	104,3	274,2	55,6	329,8
2003	89,4	9,1	98,5	311,4	74,5	385,9
2004	95,7	7,8	103,6	445,4	73,8	519,1
2005	92,4	10,3	102,7	534,1	98,6	632,6
2006	99,4	17,3	116,7	629,0	122,0	751,0
2007	95,8	18,3	114,1	643,5	147,6	791,2
2008	95,6	17,8	113,4	895,6	174,2	1.069,7
2009	104,6	31,9	136,6	1.105,2	373,0	1.478,2

Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural.

Ainda assim, em Santa Catarina houve um acréscimo de 11% no número total de contratos, já que de 2000 para 2009 o número de contratos para a pecuária aumentou 756%. Este crescimento da pecuária ocorreu de maneira especial a partir de 2006 e, embora os dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural não sejam detalhados a tal ponto, possivelmente está relacionado ao crescimento nos financiamentos à atividade leiteira.

No que diz respeito ao valor, repete-se o comportamento verificado em âmbito nacional: crescem os valores para as duas atividades, mas bem mais intensamente para pecuária: 1.412% para atividade pecuária e 314% para agrícola. Com isso, o ano de 2009 se tornou recorde na concessão de crédito do Pronaf em Santa Catarina: 136,6 mil contratos e R$ 1,48 bilhão. No Brasil, 2009 foi recorde apenas em valor; em número de contratos, o recorde foi 2006.

Em relação às finalidades atendidas pelo Pronaf em Santa Catarina, mesmo que em percentual bem menor que o nacional, houve significativo aumento no número de contratos de investimento. No caso dos valores a situação é inversa, o percentual crescimento dos valores destinados para investimento no Estado (3.301%) fica bem acima do nacional (2.141%). Em 2009, a distribuição entre as finalidades custeio e investimento foi bastante próxima (Tabela 8).

Tabela 8/I. *Pronaf - Financiamentos concedidos a produtores, por finalidade – Santa Catarina – 2000-09*

Ano	Número de contratos (em mil)			Valor dos contratos (em milhões de R$)		
	Custeio	Investimento	Total	Custeio	Investimento	Total
2000	115,3	7,7	123,0	270,9	20,6	291,5
2001	102,3	4,9	107,2	279,1	47,2	326,3
2002	97,1	7,2	104,3	260,1	69,7	329,8
2003	87,3	11,1	98,5	276,5	109,5	385,9
2004	93,5	10,1	103,6	394,6	124,5	519,1
2005	90,1	12,5	102,7	458,0	174,6	632,6
2006	93,4	23,3	116,7	517,0	234,0	751,0
2007	92,3	21,8	114,1	538,1	253,1	791,2
2008	90,5	22,9	113,4	621,0	448,8	1.069,7
2009	98,4	38,2	136,6	777,8	700,4	1.478,2

Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural.

No período 2000 a 2009, o Pronaf representou, em média, 54% do número de contratos e 22% do valor total dos financiamentos a produtores e cooperativas do Estado. Em 2009, esses percentuais foram mais significativos: 59% e 27%, respectivamente.

Comparando-se as aplicações via Pronaf de Santa Catarina com as do País nesse período, observa-se que a maior participação do Estado foi em 2000, quando respondeu por 15% dos contratos e 16% do valor total nacional. De qualquer forma, o decréscimo dos anos recentes é apenas relativo, já que os números de 2009 são recordes, exceto o número de contratos para atividade agrícola. Isso ilustra como o programa é adequado às características da agricultura estadual e como a sua operacionalização tem sido aprimorada pelos vários executores em Santa Catarina.

Considerações finais

A partir dos anos de 1960, o Estado brasileiro passa a apoiar a agricultura brasileira de forma mais sistemática e, entre as diversas ações adotadas, destaca-se a política de crédito rural, que teve como auge a década de 1970. A partir da década de 1980 essa política passa por dificuldades que se intensificam nos anos de 1990 e começam a ser superadas com mais vigor na década de 2000. Desde o início desta década, os financiamentos voltados à agricultura são crescentes e vêm se diversificando. A diversificação do público, o aumento da participação da pecuária e a expansão dos contratos do crédito de investimento são os aspectos que se destacam atualmente.

No que diz respeito à diversificação de público, o Pronaf surge como um reconhecimento da importância econômica e social da agricultura familiar brasileira. Desde o seu principio, o programa tem sido um instrumento importante na ampliação do número de beneficiários da política de crédito rural brasileira, a qual, historicamente, deixava à margem um importante contingente de agricultores. Mesmo com participação relativamente pequena no total de recursos da política de crédito rural brasileira, o programa responde atualmente por quase 70% do total de contratos dos agricultores brasileiros.

Parte I

Em Santa Catarina, repete-se muito do verificado nacionalmente. Nos anos recentes ampliou-se sensivelmente o número de contratos e o valor do crédito rural. No que diz respeito ao acesso à política de crédito, o Pronaf ganha relevância, pois responde por cerca de 60% do total de contratos dos agricultores catarinenses, o que demonstra a sua importância para agricultura familiar estadual e a capacidade das diversas organizações responsáveis pela sua execução no Estado.

No transcorrer dos anos, a política de crédito rural em geral e o Pronaf em particular têm passado por constantes aprimoramentos, significando a ampliação das facilidades no acesso ao crédito e ajudando a sustentar a produção e a renda da agricultura brasileira. Para a safra 2010/2011, seguindo a trajetória de aumento na oferta de crédito dos anos recentes, foi anunciada a alocação de R$ 16 bilhões para a Agricultura Familiar e R$ 100 bilhões para agricultura não familiar. Apenas no próximo ano será possível conhecer o que de fato foi aplicado em 2010 e as eventuais dificuldades na execução dessa política.

No que diz respeito à Santa Catarina, entretanto, os problemas de acesso ao crédito têm sido reduzidos ano a ano. Isso ficou mais ou menos evidenciado no Censo Agropecuário 2006; quando perguntados sobre os motivos de não contrair financiamentos, a grande maioria dos agricultores respondeu que é uma questão de escolha e não devido a qualquer tipo de dificuldade (ver análise do professor Lauro Mattei).

Tabajara Marcondes* - *Engenheiro agrônomo - Epagri/Cepa
e-mail - tabajara@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239-3955

Crédito Fundiário no Estado de Santa Catarina

A principal política pública de acesso à terra no estado de Santa Catarina tem sido a oferta do crédito fundiário. Esta política tem permitido a muitos produtores realizarem o sonho da terra própria. Os principais programas implantados no estado de Santa Catarina até o ano de 2010 são o Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina, o Fundo de Terras da Reforma Agrária (Banco da Terra), e, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

O Programa Nacional de Crédito Fundiário, que substituiu o Banco da Terra, foi redefinido a partir do novo Regulamento Operativo aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, resolução Condraf nº. 42/04. Possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, minifundistas e jovens rurais o acesso a terra por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais. O programa faz parte do Plano Nacional de Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os recursos para aquisição dos imóveis são oriundos do Governo Federal.

O Crédito Fundiário é executado de forma descentralizada, em parceria com o governo estadual e com o movimento sindical de trabalhadores rurais e da agricultura familiar, e conta com a participação dos Conselhos Municipais e Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Alcances obtidos pelos programas de acesso a terra em Santa Catarina

O número de famílias beneficiadas, a área adquirida, o valor financiado e o valor e a área médios financiados apresentados pelos programas Banco da Terra e Crédito Fundiário podem ser visualizados na Tabela 1, segundo dados fornecidos pela Unidade Técnica Estadual (UTE).

Tabela 1/I. *Alcances obtidos pelos programas do Banco da Terra e do Crédito Fundiário de 1999 a agosto de 2009 - Santa Catarina*

Discriminação	Banco da Terra	Crédito Fundiário	Total
Famílias financiadas (nº)	4.685	5.199	9.884
Área adquirida (ha)	75.426	51.614	127.040
Valor total financiado (mil R$[1])	140.369,31	199.885,16	340.254,47
Valor médio financiado por ha (mil R$[1])	1,8610	3,8727	2,6783
Área média financiada família (ha)	16,10	9,93	12,85

[1] Valor nominal, em reais.

Fonte: Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural, UTE, 2009.

Em meados de 2009, o número de famílias beneficiadas do Crédito Fundiário superou a do Banco da Terra. A área total adquirida pelo Crédito Fundiário foi 36% menor do que aquela adquirida pelo Banco da Terra. Observe-se que o valor médio financiado por hectare do Crédito Fundiário é de R$3.872,68, enquanto que o Banco da Terra apresenta um valor médio por hectare de R$1.861,00. Dois fatos ajudam a explicar essa ultima diferença: a inflação do período, já que os dados apresentados estão em valores nominais, e o aumento do preço da terra observado nos últimos anos quando comparado com o período de vigência do Banco da Terra.

A evolução do número de beneficiários contratados do Crédito Fundiário (2004 a 2009), a partir do total do número de beneficiários e de projetos contratados do Banco da Terra (1999 a 2003), pode ser visualizada na Tabela 2.

Tabela 2/I. *Evolução anual do número de famílias beneficiárias e do número de hectares adquiridos do Crédito Fundiário até o ano de 2010, a partir do número obtido com o Banco da Terra (até 2003)*

Ano	Famílias (nº)	Total acumulado (nº)	Área (ha)	Total acumulado (ha)
Até 2003	4.663	4.663	75.426	75.426
2004	88	4.751	1.340	76.766
2005	914	5.665	9.609	86.375
2006	1.976	7.641	19.792	106.167
2007	1.051	8.692	9.720	115.887
2008	591	9.283	5.071	120.958
2009	603	9.886	5.355	126.313
2010(1)	87	9.973	727	127.040

(1)Os números de 2010 correspondem ao obtido até o mês de março.
Fonte: Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural, UTE, 2009.

O maior número de famílias beneficiadas aconteceu no ano de 2006, atingindo 1.976 famílias. Neste mesmo ano foram adquiridos 19.792 hectares de terra pelo Programa Nacional do Crédito Fundiário. Observe-se que no ano seguinte, 2007, o número de famílias beneficiárias reduziu-se pela metade e nos dois anos seguintes, 2008 e 2009, representam apenas 30% daquele número obtido em 2006.

A Resolução 3.869, do Banco Central do Brasil, define as condições aplicáveis aos financiamentos com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, efetuados a partir de 1º de julho de 2010, aumentou o teto do financiamento para R$ 70.000,00 e R$ 80.000,00. O aumento do teto é uma demanda do movimento sindical de trabalhadores rurais e da agricultura familiar e poderá contribuir para aumentar o número de famílias que podem comprar sua terra nos próximos anos.

Luis Augusto Araujo** - **Engenheiro agrônomo - Epagri/Cepa
e-mail - laraujo@epagri.sc.gov.br - Tel. 48 3239-3902

Tabela 1/II. *Área territorial, população recenseada 2007 e população estimada - 1º julho 2009, segundo as meso, microrregiões e municípios de Santa Catarina*

Meso, microrregiões e municípios	Área territorial (km2)[1]	População recenseada - 2007[2]			População estimada - 1º de julho de 2009 -
		Total	Urbana	Rural	
Santa Catarina	**95.346,18**	**4.307.161**	**3.336.241**	**970.920**	**6.118.743**
Mesorregião Grande Florianóplis	**6.999,43**	**330.330**	**264.766**	**65.564**	**960.660**
MRG: Florianópolis	**2.488,59**	**224.374**	**200.919**	**23.455**	**848.224**
Antônio Carlos	229,12	7.087	2.072	5.015	7.466
Biguaçu	324,52	53.444	48.039	5.405	56.395
Florianópolis[3]	433,32	...	...	...	408.161
Governador Celso Ramos	93,06	12.175	11.587	588	12.704
Palhoça	394,66	122.471	116.987	5.484	130.878
Paulo Lopes	450,37	6.830	4.629	2.201	7.255
Santo Amaro da Imperatriz	310,74	17.602	13.974	3.628	18.436
São José[3]	113,17	...	...	...	201.746
São Pedro de Alcântara	139,64	4.765	3.631	1.134	5.183
MRG: Tabuleiro	**2.383,15**	**23.289**	**7.947**	**15.342**	**24.211**
Águas Mornas	360,76	4.410	1.924	2.486	4.503
Alfredo Wagner	732,28	9.754	2.938	6.816	10.274
Anitápolis	542,38	3.175	1.180	1.995	3.267
Rancho Queimado	286,43	2.772	1.232	1.540	2.893
São Bonifácio	461,30	3.178	673	2.505	3.274
MRG: Tijucas	2.127,69	82.667	55.900	26.767	88.225
Angelina	499,95	5.322	1.043	4.279	5.396
Canelinha	151,41	9.696	5.672	4.024	10.168
Leoberto Leal	291,19	3.589	509	3.080	3.674
Major Gercino	285,68	2.842	795	2.047	2.869
Nova Trento	402,12	11.325	8.444	2.881	12.025
São João Batista	220,73	22.089	16.242	5.847	24.419
Tijucas	276,62	27.804	23.195	4.609	29.674
Mesorregião Norte Catarinense	**15.937,77**	**654.015**	**524.630**	**129.385**	**1.187.158**
MRG: Canoinhas	**9.420,32**	**238.342**	**156.083**	**82.259**	**247.489**
Bela Vista do Toldo	534,62	5.909	645	5.264	6.145
Canoinhas	1.144,84	52.677	39.577	13.100	54.645
Irineópolis	591,29	10.287	3.268	7.019	10.748
Itaiópolis	1.295,32	19.752	9.788	9.964	20.551
Mafra	1.404,21	51.014	39.005	12.009	52.933
Major Vieira	525,99	7.337	2.703	4.634	7.675
Monte Castelo	561,73	8.113	4.577	3.536	8.328
Papanduva	759,83	17.056	8.875	8.181	17.670
Porto União	851,24	32.256	27.440	4.816	33.408
Santa Terezinha	716,25	9.025	1.499	7.526	9.363
Timbó Grande	596,94	6.979	3.498	3.481	7.315
Três Barras	438,07	17.937	15.208	2.729	18.708
MRG: Joinville	**4.617,33**	**289.497**	**254.041**	**35.456**	**806.809**
Araquari	401,83	21.278	19.847	1.431	23.080
Balneário Barra do Sul	110,43	7.278	7.272	6	7.791
Corupá	405,00	12.758	9.637	3.121	13.380
Garuva	501,39	13.393	10.118	3.275	14.281
Guaramirim	268,12	29.932	24.195	5.737	31.910
Itapoá	257,16	10.719	10.143	576	11.489
Jaraguá do Sul	532,59	129.973	121.114	8.859	139.017
Joinville[3]	1.130,88	...	...	...	497.331
Massaranduba	373,30	13.777	6.449	7.328	14.500
São Francisco Do Sul	492,82	37.613	35.076	2.537	40.030
Schroeder	143,82	12.776	10.190	2.586	14.000

(Continua)

(Continuação)

Meso, microrregiões e municípios	Área territorial (km2)[1]	População recenseada - 2007[2]			População estimada - 1º de julho de 2009 -
		Total	Urbana	Rural	
MRG: São Bento do Sul	**1.900,12**	**126.176**	**114.506**	**11.670**	**132.860**
Campo Alegre	496,15	11.391	6.657	4.734	11.713
Rio Negrinho	908,39	42.237	37.947	4.290	44.633
São Bento do Sul	495,58	72.548	69.902	2.646	76.514
Mesorregião Oeste Catarinense	**27.365,70**	**1.152.766**	**791.712**	**361.054**	**1.198.990**
MRG: Chapecó	**6.045,92**	**385.043**	**273.027**	**112.016**	**402.987**
Aguas de Chapeco	139,13	6.086	2.971	3.115	6.354
Aguas Frias	75,16	2.551	937	1.614	2.641
Bom Jesus do Oeste	67,90	2.026	600	1.426	2.065
Caibi	171,71	6.217	3.340	2.877	6.392
Campo Erê	478,73	9.590	6.012	3.578	9.737
Caxambu do Sul	140,58	4.885	2.122	2.763	4.963
Chapecó	624,31	164.803	151.976	12.827	174.187
Cordilheira Alta	83,77	3.361	1.039	2.322	3.531
Coronel Freitas	234,16	10.246	5.146	5.100	10.520
Cunha Porã	220,29	10.638	6.221	4.417	11.079
Cunhataí	54,51	1.874	536	1.338	1.948
Flor do Sertão	58,71	1.640	303	1.337	1.700
Formosa do Sul	99,58	2.620	1.058	1.562	2.683
Guatambu	204,76	4.505	1.485	3.020	4.610
Iraceminha	164,38	4.261	1.325	2.936	4.328
Irati	69,80	2.025	402	1.623	2.033
Jardinópolis	68,10	1.851	903	948	1.881
Maravilha	169,45	21.684	17.517	4.167	23.099
Modelo	92,72	3.772	2.359	1.413	3.862
Nova Erechim	64,40	4.118	2.758	1.360	4.381
Nova Itaberaba	137,58	4.117	861	3.256	4.222
Novo Horizonte	151,67	2.902	897	2.005	2.954
Palmitos	350,69	16.061	9.409	6.652	16.596
Pinhalzinho	128,30	14.691	11.932	2.759	15.692
Planalto Alegre	62,63	2.639	1.017	1.622	2.767
Quilombo	279,28	10.871	5.584	5.287	11.259
Saltinho	156,53	4.072	1.058	3.014	4.178
Santa Terezinha do Progresso	119,00	3.044	494	2.550	3.062
Santiago do Sul	73,56	1.450	583	867	1.443
São Bernardino	144,96	2.653	589	2.064	2.633
São Carlos	158,99	10.372	6.817	3.555	10.938
São Lourenço do Oeste	369,48	21.799	16.408	5.391	23.015
São Miguel da Boa Vista	71,92	1.972	393	1.579	2.026
Saudades	205,55	8.587	4.297	4.290	8.929
Serra Alta	90,44	3.200	1.418	1.782	3.277
Sul Brasil	112,70	3.061	951	2.110	3.150
Tigrinhos	57,44	1.741	239	1.502	1.768
União do Oeste	93,06	3.058	1.070	1.988	3.084
MRG: Concórdia	**3.135,66**	**139.969**	**86.910**	**53.059**	**145.067**
Alto Bela Vista	103,59	2.021	549	1.472	2.071
Arabutã	132,23	3.962	1.090	2.872	4.048
Arvoredo	90,71	2.193	451	1.742	2.241
Concórdia	797,26	67.249	50.693	16.556	70.393
Ipira	150,30	4.705	2.264	2.441	4.771
Ipumirim	247,07	7.118	2.975	4.143	7.400
Irani	321,56	9.313	5.817	3.496	9.754
Itá	165,46	6.417	3.818	2.599	6.552
Lindóia do Sul	195,06	4.560	1.728	2.832	4.662

(Continua)

(Continuação)

Meso, microrregiões e municípios	Área territorial (km2)[1]	População recenseada - 2007[2]			População estimada - 1º de julho de 2009 -
		Total	Urbana	Rural	
MRG: Concórdia (continuação)					
Paial	85,76	1.821	291	1.530	1.830
Peritiba	96,41	2.944	1.326	1.618	2.977
Piratuba	145,70	4.570	2.643	1.927	4.446
Presidente Castelo Branco	76,94	1.757	522	1.235	1.779
Seara	312,54	17.121	11.664	5.457	17.827
Xavantina	215,07	4.218	1.079	3.139	4.316
MRG: Joaçaba	**9.136,38**	**310.347**	**243.677**	**66.670**	**322.199**
Agua Doce	1.313,01	6.756	3.329	3.427	6.959
Arroio Trinta	94,33	3.516	2.416	1.100	3.638
Caçador	981,90	67.556	61.533	6.023	70.720
Calmon	639,53	4.012	2.055	1.957	4.265
Capinzal	333,98	18.465	15.406	3.059	18.996
Catanduvas	198,03	8.733	7.423	1.310	9.119
Erval Velho	207,69	4.098	2.393	1.705	4.195
Fraiburgo	546,25	34.889	30.078	4.811	36.469
Herval do Oeste	222,41	18.942	16.710	2.232	19.323
Ibiam	147,33	1.987	622	1.365	2.060
Ibicaré	150,51	3.390	1.564	1.826	3.458
Iomerê	114,74	2.558	817	1.741	2.643
Jaborá	191,12	4.032	1.526	2.506	4.129
Joaçaba	232,35	24.435	22.468	1.967	25.322
Lacerdópolis	68,45	2.190	1.098	1.092	2.266
Lebon Regis	940,66	11.735	7.574	4.161	12.134
Luzerna	116,83	5.391	4.048	1.343	5.528
Macieira	260,07	1.760	450	1.310	1.787
Matos Costa	432,18	2.818	1.400	1.418	2.826
Ouro	206,23	7.095	4.247	2.848	7.231
Pinheiro Preto	65,71	2.912	1.569	1.343	3.048
Rio das Antas	317,19	6.054	2.362	3.692	6.237
Salto Veloso	105,04	4.172	3.203	969	4.367
Tangará	389,18	8.410	4.567	3.843	8.611
Treze Tílias	185,21	5.641	3.907	1.734	6.004
Vargem Bonita	298,61	4.321	1.863	2.458	4.279
Videira	377,85	44.479	39.049	5.430	46.585
MRG: São Miguel do Oeste	**4.241,99**	**171.716**	**93.494**	**78.222**	**177.497**
Anchieta	228,58	6.587	2.629	3.958	6.683
Bandeirante	146,26	3.028	851	2.177	3.095
Barra Bonita	93,47	2.064	323	1.741	2.120
Belmonte	93,60	2.681	1.253	1.428	2.790
Descanso	285,57	8.705	4.080	4.625	8.898
Dionisio Cerqueira	377,70	14.792	9.578	5.214	15.399
Guaraciaba	330,65	10.604	4.731	5.873	10.857
Guarujá do Sul	100,55	4.711	2.516	2.195	4.870
Iporã do Oeste	202,37	8.091	3.606	4.485	8.405
Itapiranga	280,12	15.238	7.061	8.177	16.015
Mondaí	200,98	9.126	5.176	3.950	9.515
Palma Sola	331,78	7.942	4.244	3.698	8.145
Paraiso	178,61	4.195	1.327	2.868	4.200
Princesa	86,22	2.604	744	1.860	2.687
Riqueza	190,28	4.998	1.941	3.057	5.126
Romelândia	223,75	5.738	1.928	3.810	5.760
Santa Helena	80,98	2.437	838	1.599	2.484
São João do Oeste	163,65	6.020	1.810	4.210	6.269
São José do Cedro	279,58	13.699	7.735	5.964	14.155
São Miguel do Oeste	234,40	33.806	29.765	4.041	35.249
Tunápolis	132,91	4.650	1.358	3.292	4.775

(Continua)

(Continuação)

Meso, microrregiões e municípios	Área territorial (km2)[1]	População recenseada - 2007[2]			População estimada - 1º de julho de 2009 -
		Total	Urbana	Rural	
MRG: Xanxerê	**4.805,76**	**145.691**	**94.604**	**51.087**	**151.240**
Abelardo Luz	955,37	16.374	7.747	8.627	16.899
Bom Jesus	63,55	2.296	1.276	1.020	2.427
Coronel Martins	107,41	2.481	656	1.825	2.583
Entre Rios	105,17	2.979	783	2.196	3.104
Faxinal dos Guedes	339,64	10.339	7.255	3.084	10.585
Galvão	121,90	3.493	2.354	1.139	3.444
Ipuaçu	261,39	6.566	1.205	5.361	6.881
Jupiá	91,71	2.134	866	1.268	2.185
Lajeado Grande	65,93	1.461	593	868	1.485
Marema	103,62	2.282	612	1.670	2.275
Ouro Verde	189,27	2.152	667	1.485	2.179
Passos Maia	614,43	4.472	830	3.642	4.555
Ponte Serrada	564,01	11.210	7.745	3.465	11.724
São Domingos	383,65	9.346	5.859	3.487	9.611
Vargeão	166,45	3.560	1.736	1.824	3.685
Xanxerê	377,55	40.228	36.387	3.841	42.174
Xaxim	294,72	24.318	18.033	6.285	25.444
Mesorregião Serrana	**22.231,94**	**406.765**	**329.841**	**76.924**	**421.210**
MRG: Campos de Lages	**15.726,01**	**288.937**	**236.644**	**52.293**	**299.345**
Anita Garibaldi	588,61	9.141	4.708	4.433	9.191
Bocaina do Sul	496,25	3.047	864	2.183	3.128
Bom Jardim da Serra	935,18	4.214	2.271	1.943	4.383
Bom Retiro	1.055,50	8.258	5.771	2.487	8.594
Campo Belo do Sul	1.027,41	7.968	4.795	3.173	8.212
Capão Alto	1.335,28	3.210	1.000	2.210	3.358
Celso Ramos	207,41	2.671	797	1.874	2.720
Cerro Negro	416,77	3.948	817	3.131	4.045
Correia Pinto	651,61	14.838	12.140	2.698	14.842
Lages	2.644,31	161.583	158.633	2.950	167.805
Otacílio Costa	846,58	15.693	14.267	1.426	16.587
Painel	742,10	2.297	923	1.374	2.357
Palmeira	292,22	2.334	867	1.467	2.456
Rio Rufino	282,57	2.433	673	1.760	2.518
São Joaquim	1.885,61	24.058	17.177	6.881	25.122
São José do Cerrito	946,24	10.304	2.396	7.908	10.624
Urubici	1.019,23	10.439	7.332	3.107	10.825
Urupema	353,13	2.501	1.213	1.288	2.578
MRG: Curitibanos	**6.505,93**	**117.828**	**93.197**	**24.631**	**121.865**
Abdon Batista	235,60	2.726	756	1.970	2.805
Brunópolis	335,51	2.934	690	2.244	2.943
Campos Novos	1.659,63	28.447	22.756	5.691	29.133
Curitibanos	952,28	37.493	34.310	3.183	39.045
Frei Rogério	157,85	2.655	450	2.205	2.673
Monte Carlo	162,79	8.854	7.767	1.087	9.144
Ponte Alta	566,75	5.080	3.880	1.200	5.228
Ponte Alta do Norte	400,97	3.500	2.818	682	3.677
Santa Cecília	1.145,32	15.311	13.085	2.226	15.928
São Cristóvão do Sul	348,96	4.850	3.776	1.074	5.087
Vargem	350,12	3.110	679	2.431	3.187
Zortea	190,15	2.868	2.230	638	3.015

(Continua)

(Continuação)

Meso, microrregiões e municípios	Área territorial (km2)[1]	População recenseada - 2007[2]			População estimada - 1º de julho de 2009 -
		Total	Urbana	Rural	
Mesorregião Sul Catarinense	**9.709,25**	**691.007**	**519.502**	**171.505**	**910.933**
MRG: Araranguá	**2.962,21**	**168.498**	**113.862**	**54.636**	**175.898**
Araranguá	303,80	57.119	47.441	9.678	59.537
Balneário Arroio do Silva	93,82	8.089	7.881	208	8.808
Balneário Gaivotas	147,71	7.307	5.538	1.769	7.959
Ermo	63,87	1.843	546	1.297	1.857
Jacinto Machado	428,65	10.738	5.090	5.648	11.051
Maracajá	63,40	5.909	3.888	2.021	6.185
Meleiro	186,62	6.880	3.440	3.440	7.063
Morro Grande	256,47	2.727	731	1.996	2.775
Passo de Torres	95,05	5.313	4.510	803	5.690
Praia Grande	278,58	7.120	4.144	2.976	7.318
Santa Rosa do Sul	151,44	7.949	3.599	4.350	8.241
São João do Sul	182,70	6.916	1.232	5.684	7.174
Sombrio	142,75	24.424	16.899	7.525	25.553
Timbé do Sul	333,43	5.133	1.690	3.443	5.260
Turvo	233,94	11.031	7.233	3.798	11.427
MRG: Criciúma	**2.089,38**	**165.607**	**131.537**	**34.070**	**362.890**
Cocal do Sul	71,21	14.563	12.187	2.376	15.229
Criciúma[3]	235,63	...	...	...	188.557
Forquilhinha	181,92	20.719	16.799	3.920	21.928
Içara	292,78	54.107	49.304	4.803	57.103
Lauro Muller	270,51	13.700	10.225	3.475	14.173
Morro da Fumaça	82,94	15.426	12.462	2.964	16.128
Nova Veneza	293,56	12.536	8.414	4.122	13.177
Siderópolis	262,70	12.470	9.618	2.852	12.967
Treviso	157,67	3.498	1.802	1.696	3.692
Urussanga	240,48	18.588	10.726	7.862	19.936
MRG: Tubarão	**4.657,66**	**356.902**	**274.103**	**82.799**	**372.145**
Armazém	173,48	7.312	2.980	4.332	7.650
Braço do Norte	221,31	27.730	22.577	5.153	29.317
Capivarí de Baixo	53,17	20.064	18.819	1.245	21.059
Garopaba	114,67	16.399	13.771	2.628	16.710
Grão Pará	328,10	6.051	2.863	3.188	6.278
Gravatal	168,47	10.510	4.408	6.102	10.793
Imaruí	542,24	11.675	3.524	8.151	11.677
Imbituba	184,79	36.231	36.231	-	38.882
Jaguaruna	329,46	15.668	11.508	4.160	16.418
Laguna	440,53	50.179	39.834	10.345	51.691
Orleans	549,82	20.859	14.503	6.356	21.731
Pedras Grandes	171,82	4.817	1.340	3.477	4.515
Rio Fortuna	300,32	4.468	1.507	2.961	4.648
Sangão	83,06	10.300	4.884	5.416	11.121
Santa Rosa de Lima	202,98	2.031	482	1.549	2.103
São Ludgero	107,57	10.246	8.312	1.934	10.951
São Martinho	224,53	3.194	1.160	2.034	3.281
Treze de Maio	161,08	6.599	1.900	4.699	6.791
Tubarão	300,27	92.569	83.500	9.069	96.529

(Continua)

(Continuação)

Meso, microrregiões e municípios	Área territorial (km2)[1]	População recenseada - 2007[2]			População estimada - 1º de julho de 2009 -
		Total	Urbana	Rural	
Mesorregião Vale Do Itajaí	**13.102,09**	**1.072.278**	**905.790**	**166.488**	**1.439.792**
MRG: Blumenau	**4.752,98**	**333.481**	**282.580**	**50.901**	**654.453**
Apiúna	493,53	10.270	4.033	6.237	10.996
Ascurra	111,67	6.761	5.934	827	6.945
Benedito Novo	385,40	9.841	5.330	4.511	10.335
Blumenau[3]	519,84	...	...	...	299.416
Botuverá	303,02	4.127	1.021	3.106	4.345
Brusque	283,45	94.962	92.203	2.759	102.280
Doutor Pedrinho	375,76	3.280	1.845	1.435	3.432
Gaspar	386,35	52.428	42.359	10.069	55.489
Guabiruba	173,59	16.095	15.022	1.073	17.316
Indaial	430,53	47.686	45.807	1.879	50.917
Luiz Alves	260,08	8.986	2.639	6.347	9.506
Pomerode	215,90	25.261	22.001	3.260	26.788
Rio dos Cedros	555,65	9.685	4.536	5.149	10.170
Rodeio	130,94	10.773	9.278	1.495	11.215
Timbó	127,25	33.326	30.572	2.754	35.303
MRG: Itajaí	**1.551,36**	**491.086**	**467.335**	**23.751**	**526.375**
Balneário Camboriu	46,49	94.344	94.344	-	102.081
Balneário Piçarras	99,07	13.760	12.497	1.263	14.845
Barra Velha	140,16	18.575	17.511	1.064	19.861
Bombinhas	34,49	12.456	12.456	-	13.695
Camboriu	214,50	53.388	51.101	2.287	57.793
Ilhota	253,44	11.552	6.949	4.603	12.149
Itajaí	289,26	163.218	156.931	6.287	172.081
Itapema	59,02	33.766	32.408	1.358	36.629
Navegantes	111,46	52.638	49.874	2.764	57.324
Penha	58,78	20.868	19.029	1.839	22.263
Porto Belo	92,76	13.232	12.409	823	14.228
São João do Itaperiu	151,93	3.289	1.826	1.463	3.426
MRG: Ituporanga	**1.530,19**	**53.269**	**26.130**	**27.139**	**55.479**
Agrolândia	207,12	9.080	5.662	3.418	9.661
Atalanta	94,53	3.317	1.222	2.095	3.402
Chapadão do Lageado	124,47	2.749	387	2.362	2.882
Imbuia	121,89	5.501	2.288	3.213	5.738
Ituporanga	336,96	20.577	13.082	7.495	21.496
Petrolândia	306,15	6.064	1.906	4.158	6.188
Vidal Ramos	339,07	5.981	1.583	4.398	6.112
MRG: Rio do Sul	**5.267,57**	**194.442**	**129.745**	**64.697**	**203.485**
Agronômica	135,92	4.677	1.567	3.110	4.925
Aurora	206,95	5.399	1.724	3.675	5.560
Braço do Trombudo	89,68	3.288	1.856	1.432	3.419
Dona Emma	181,02	3.441	1.563	1.878	3.583
Ibirama	246,71	16.716	14.062	2.654	17.469
José Boiteux	405,52	4.840	1.459	3.381	5.054
Laurentino	79,51	5.483	3.949	1.534	5.757
Lontras	198,40	9.180	6.210	2.970	9.660
Mirim Doce	336,31	2.545	1.112	1.433	2.583
Pouso Redondo	359,52	13.722	7.916	5.806	14.510
Presidente Getúlio	295,65	13.651	9.154	4.497	14.392
Presidente Nereu	224,67	2.259	733	1.526	2.324
Rio do Campo	506,20	6.042	2.418	3.624	6.135
Rio do Oeste	245,63	6.795	3.049	3.746	7.033
Rio do Sul	258,40	56.919	53.248	3.671	59.962
Salete	179,31	7.432	4.969	2.463	7.737
Taió	693,03	16.838	8.864	7.974	17.522
Trombudo Central	102,80	6.221	3.818	2.403	6.520
Vitor Meireles	371,56	5.563	1.353	4.210	5.756
Witmarsum	150,80	3.431	721	2.710	3.584

[1] Resolução n. 5 de 10/10/2002.
[2] Inclusive a população estimada nos domicílios fechados.
[3] Municípios com mais de 170 mil habitantes não abrangidos pela Contagem da População de 2007.
Fonte: IBGE.

Tabela 2/II. Máquinas agrícolas vendidas, segundo o tipo - Santa Catarina - 2005-09

(nº)

Discriminação	2005	2006	2007	2008	2009
Cultivadores	909	751	405	546	437
Trator de rodas (em cv)	1.614	1.372	2.206	3.474	5.013
Tratores de esteiras	25	7	8	24	40
Colheitadeiras	84	63	140	201	103
Retroescavadeiras	62	66	70	110	125
Total geral	**2.694**	**2.259**	**2.829**	**4.355**	**5.718**

Fonte: Anfavea.

Tabela 3/II. Consumo aparente de fertilizantes, segundo o tipo - Santa Catarina - 2004-09

(t)

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009
NPK	639.693	612.376	595.197	662.237	653.778	705.656
Nutrientes						
N	98.356	100.415	90.709	117.190	106.945	125.050
P2O5	78.206	72.844	77.833	83.788	94.236	99.983
K2O	87.893	78.696	76.758	83.643	85.427	76.532

Fonte: Anda.

Tabela 4/II. *Estimativa do balanço de oferta e demanda dos principais produtos vegetais - Santa Catarina - Safras 2008/09-2009/10*

(mil t)

Produto	Oferta	Safra 2008/09						Saldo
		Demanda						
		Consumo			Reservas para sementes	Perdas	Total	
		Animal in natura	Humano in natura	Industrial e saídas				
Alho	14,2	-	3,0	3,0	2,0	0,4	8,4	5,8
Arroz	1.034,2	-	448,2	-	35,5	5,0	488,6	545,6
Banana	665,5	-	167,0	100,0	-	164,8	431,8	233,7
Batata	150,9	-	150,0	-	14,5	1,5	166,0	-15,1
Cebola	454,4	-	40,4	-	-	125,2	165,5	288,8
Feijão	178,5	-	82,2	1,0	3,0	9,0	95,2	83,3
Mandioca	568,9	171,0	37,0	340,1	-	11,0	559,1	9,8
Milho	3.354,8	4.904,5	89,0	44,0	3,0	100,6	5.238,0	-1.883,2
Soja	993,7	7,1	4,2	1.080,0	22,3	90,3	1.133,9	-140,2
Trigo	283,3	-		381,3	19,9	2,0	397,0	-119,9

Fonte: Epagri/Cepa - Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola.

(mil t)

Produto	Oferta	Safra 2009/10						Saldo
		Demanda						
		Consumo			Reservas para sementes	Perdas	Total	
		Animal in natura	Humano in natura	Industrial e saídas				
Alho	11,6	-	3,0	3,0	2,0	0,4	8,4	3,2
Arroz	1.041,6	-	452,7	-	35,8	5,3	493,8	547,8
Banana	665,0	-	167,0	100,0	-	165,0	432,0	233,0
Cebola	463,5	-	41,3	-	-	127,7	169,0	294,5
Feijão	186,6	-	85,9	1,0	3,0	9,0	98,9	87,7
Mandioca	555,0	167,2	36,2	331,8	-	11,0	546,2	8,8
Milho	3.693,3	5.091,3	91,0	45,0	3,0	100,0	5.447,3	-1.754,0
Soja	1.374	7,3	-	1.100,0	4,5	23,0	1.139,0	235,0
Trigo	275,2	-	-	370,4	19,3	2,0	391,7	-116,5

Fonte: Epagri/Cepa - Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola.

Tabela 5/II. Exportações do agronegócio catarinense - 2005-10

(US$ FOB 1.000)

Produtos exportados	2005	2006	2007	2008	2009	2010[1]
Produção animal e derivados	**1.748.683**	**1.410.512**	**2.047.890**	**2.681.645**	**2.242.879**	**2.122.607**
Carne suína	504.677	311.317	330.985	430.806	330.992	285.288
Carnes de frangos	1.063.008	966.458	1.552.912	2.042.372	1.721.412	1.643.482
Outras carnes de aves	74.970	60.507	67.279	87.170	69.245	75.776
Carne bovina	16.562	7.225	6.176	13.100	23.494	31.279
Outras carnes	45.909	24.380	39.151	56.055	50.538	46.663
Pescados e crustáceos	32.242	27.598	38.305	35.164	26.247	21.627
Mel natural	2.926	3.110	2.222	3.523	7.910	3.843
Outros produtos origem animal	8.389	9.917	10.859	13.456	13.042	14.650
Produção vegetal e derivados	**383.364**	**658.600**	**1.063.590**	**1.237.504**	**1.102.926**	**1.136.373**
Soja - óleo	34.837	39.393	59.226	107.030	60.875	56.362
Soja - em grão, para semeadura e outros	32.498	47.110	306.139	186.547	97.863	138.452
Soja - farelos e farinhas	6.201	10.394	58	72	1.244	12.192
Milho	1.302	6.383	43.211	31.681	7.089	4.152
Arroz	282	356	1.282	5.868	17.388	1.489
Banana	12.111	9.051	11.669	13.099	16.522	12.661
Maçã	29.207	20.526	38.591	37.722	15.508	19.173
Outras frutas frescas ou secas	2.040	1.465	2.144	2.851	3.190	1.379
Frutas em conserva e doces	2.045	1.980	1.672	1.206	905	630
Sucos de frutas	19.656	17.788	23.652	37.429	26.065	28.157
Açúcar, cacau e produtos de confeitaria	5.921	7.384	6.235	3.463	2.201	1.475
Produtos hortícolas	1.137	365	1.502	189	437	336
Fécula de mandioca	698	623	315	1.024	542	896
Erva mate	1.100	3.487	8.625	14.207	14.034	14.476
Plantas ornamentais	174	288	449	527	492	393
Gomas e resinas	1.079	1.353	2.261	1.311	2.305	1.482
Fumo	213.366	465.898	534.483	758.662	813.660	793.610
Bebidas fermentadas e destiladas	731	1.116	1.348	1.587	1.443	1.812
Outros prod. vegetais e da agroindústria	18.978	23.641	20.728	33.029	21.163	47.247
Indústria da madeira, papel e papelão	**1.157.663**	**1.192.464**	**1.163.937**	**1.017.591**	**746.248**	**695.732**
Madeira e obras de madeiras	566.358	646.717	620.319	507.131	349.382	345.709
Móveis de madeira	414.919	344.967	341.389	302.466	239.539	202.518
Papel e papelão	176.386	200.779	202.230	207.994	157.326	147.505
Total geral do agronegócio	**3.289.710**	**3.261.576**	**4.275.417**	**4.936.740**	**4.092.053**	**3.954.713**
Total geral	**5.584.125**	**5.965.687**	**7.381.839**	**8.310.528**	**6.427.614**	**6.290.019**

[1] Até out./10.

Fonte: MDIC/Secex.

Elaboração: Epagri/Cepa - Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola.

Parte II

Tabela 6/II. *Importações do agronegócio catarinense - 2005-10*

(US$ FOB 1.000)

Produtos importados	2005	2006	2007	2008	2009	2010[1]
Produção animal e derivados	**30.009**	**52.773**	**69.161**	**93.141**	**151.028**	**150.843**
Animais vivos	24	176	231	187	0	0
Carnes de animais	2.691	4.359	4.104	7.363	9.233	11.800
Pescados e crustáceos	17.054	32.336	44.109	56.400	99.742	94.380
Laticinios e ovos	1.882	2.771	2.455	4.248	9.875	10.992
Preparações e conservas de carnes e pescados	982	1.697	4.187	4.060	6.614	15.835
Outros prod. de origem animal não comestíveis	7.376	11.434	14.076	20.883	25.564	17.835
Produção vegetal e derivados	**290.551**	**423.420**	**482.112**	**731.927**	**671.967**	**589.730**
Soja e derivados	57.533	33.359	35.678	52.518	34.543	18.479
Milho	17.981	35.611	42.398	50.849	18.665	15.060
Trigo	23.813	75.382	86.414	98.701	60.400	86.378
Arroz	322	1.025	934	1.989	4.460	5.713
Malte	54.822	66.116	40.899	77.976	99.268	33.616
Outros cereais, grãos e prod. de moagem	20.082	28.352	33.454	72.005	89.110	37.013
Oleos e gorduras vegetais	21.636	28.779	59.309	73.792	76.147	67.607
Fumo	1.214	1.536	1.069	2.086	2.267	1.837
Uva	3.292	5.850	7.735	14.421	11.542	12.106
Maçã	2.763	4.633	7.148	7.444	6.567	6.021
Pera	4.211	10.144	12.965	21.460	22.399	22.461
Ameixa	4.716	7.873	9.542	11.645	9.234	7.254
Outras frutas frescas ou secas	5.046	8.253	9.552	19.980	10.155	16.920
Gomas e resinas	5.426	6.952	4.336	21.902	20.110	6.681
Cebola	2.435	3.078	1.534	6.725	4.282	11.108
Alho	3.121	2.687	6.125	7.683	12.721	25.749
Outros produtos hortículas	8.353	9.060	9.992	42.352	25.273	39.037
Batatas preparadas ou conservadas	5.986	8.034	8.665	18.434	27.454	33.255
Leveduras	2.383	2.221	2.273	2.189	1.690	1.714
Açúcar, cacau e produtos de confeitaria	1.465	1.405	1.882	3.354	3.055	4.307
Outros prod. vegetais e da agroindústria	43.950	83.070	100.209	124.423	132.626	137.413
Indústria da madeira, papel e papelão	**44.877**	**49.210**	**65.759**	**92.701**	**88.370**	**97.772**
Madeira e obras de madeiras	9.182	10.504	16.274	18.128	16.010	17.197
Papel e papelão	35.695	38.706	49.484	74.574	72.360	80.575
Total geral do agronegócio	**365.436**	**525.403**	**617.032**	**917.769**	**911.365**	**838.345**
Total Santa Catarina	**2.186.455**	**3.472.345**	**5.001.944**	**7.940.724**	**7.283.252**	**9.512.162**

[1] Até out./10.

Fonte: MDIC/Secex.

Elaboração: Epagri/Cepa - Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola.

Tabela 7/II. *Valor bruto corrente da produção dos principais produtos da agropecuária catarinense - 2003-08*

(mil R$)

Produto	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Lavoura temporária[1]						
Alho	31.832	43.545	28.435	74.941	45.271	30.726
Arroz em casca	606.044	632.750	427.129	387.114	428.103	571.385
Batata-inglesa	60.669	52.168	62.989	75.290	37.251	68.174
Cana-de-açúcar	45.106	56.534	50.853	53.596	70.156	54.442
Cebola	161.029	159.581	132.560	206.207	206.485	243.354
Feijão em grão	223.479	134.711	122.787	165.634	124.088	362.227
Fumo em folha (folha seca)	812.755	1.176.162	1.262.195	957.158	1.045.171	1.276.598
Mandioca	84.139	111.101	79.987	92.696	91.257	81.971
Milho em grão	1.188.930	993.316	749.904	617.976	1.046.082	1.553.831
Soja em grão	403.675	483.914	294.966	334.978	516.012	675.967
Tomate	82.936	80.669	83.168	48.910	71.358	110.137
Trigo em grão	52.244	67.997	29.916	46.374	98.849	138.640
Subtotal	**3.752.838**	**3.992.448**	**3.324.889**	**3.060.874**	**3.780.083**	**5.167.452**
Lavoura permanente[1]						
Banana	128.130	176.003	163.883	181.745	230.752	192.408
Erva-mate	7.666	5.793	5.644	5.840	8.090	11.253
Laranja	27.199	17.678	19.428	18.612	23.192	31.659
Maçã	296.855	252.955	260.080	477.157	385.590	449.798
Maracujá	3.458	2.486	2.352	2.533	2.543	3.299
Palmito	4.662	3.108	7.086	7.103	3.000	5.984
Pêra	1.324	1.197	1.662	2.641	2.336	3.205
Pêssego	13.148	22.621	20.387	20.087	12.923	22.339
Tangerina (bergamota, mexerica)	2.396	2.738	3.104	2.413	3.200	2.562
Uva (para mesa)	23.813	29.749	34.157	33.359	56.111	57.649
Subtotal	**508.651**	**514.328**	**517.783**	**751.490**	**727.737**	**780.156**
Silvicultura[1]						
Carvão vegetal	2.653	2.850	4.722	4.836	4.472	4.841
Lenha	71.366	71.494	100.539	110.985	140.436	162.130
Madeira em toras para papel e celulose	160.154	184.691	187.221	227.880	266.385	304.797
Madeira em toras p/outras finalidades	503.148	566.857	745.743	738.097	568.652	549.427
Subtotal	**737.321**	**825.892**	**1.038.225**	**1.081.798**	**979.945**	**1.021.195**
Exploração Florestal[1]						
Carvão vegetal	2.536	2.993	3.589	2.972	3.024	2.499
Erva-mate	15.996	16.123	16.411	12.110	14.264	14.806
Lenha	32.280	35.492	44.930	51.013	54.335	54.857
Madeira em toras	8.721	9.405	5.445	5.560	8.523	8.066
Pinhão	1.885	1.882	2.389	2.173	2.367	2.527
Subtotal	**61.418**	**65.895**	**72.764**	**73.828**	**82.513**	**82.755**
Pecuária[2]						
Bovinos	442.815	459.522	480.919	482.252	505.764	-
Leite de vaca	769.303	825.198	870.705	756.530	945.386	-
Queijo ou requeijão	126.309	135.486	142.958	124.212	155.220	-
Ovinos	2.089	2.014	1.976	1.847	2.469	-
Mel	15.964	11.532	12.388	11.496	10.220	-
Esterco	19.652	19.528	19.172	18.157	21.334	-
Subtotal	**1.376.131**	**1.453.281**	**1.528.118**	**1.394.493**	**1.640.393**	**-**
Suínos	1.538.421	1.950.512	2.114.628	1.830.355	1.683.146	-
Banha	20.874	26.466	28.693	24.835	22.838	-
Carne verde de suínos	120.962	153.363	166.267	143.916	132.341	-
Embutidos, lingüica, salame, etc.	20.368	25.824	27.997	24.234	22.285	-
Subtotal	**1.700.625**	**2.156.166**	**2.337.585**	**2.023.340**	**1.860.610**	**-**
Aves (galináceos+outras aves)	2.979.564	3.163.499	3.373.698	3.126.942	3.807.228	-
Carne de aves (galináceos+outras aves)	146.837	155.902	166.261	154.100	187.626	-
Ovos de galinha	444.200	505.066	576.091	564.156	-	-
Subtotal	**3.570.601**	**3.824.467**	**4.116.050**	**3.845.198**	**4.063.007**	**-**
Total	**11.707.585**	**12.832.477**	**12.935.414**	**12.231.022**	**13.134.288**	**-**

[1] Produção Agrícola Municipal. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.
[2] Produto Interno Bruto. IBGE, SPG/DEGE/Gerência de Estatística e Epagri.
Fonte: IBGE e Epagri/Cepa..

Tabela 8/II. *Preços mínimos vigentes na Região Centro-Sul - Safra de verão 2009/10 e safra de inverno 2009*

Produto	Safra de verão 2009/10		
	Unidade	Início de Operação	R$/Unidade
Alho (tipo 5 - extra)	kg	jul./09	2,20
Arroz longo-fino (tipo 1-58/10)	sc 50kg	jan./10	25,80
Arroz longo (tipo 2-55/13)	sc 50kg	jan./10	18,90
Feijão (tipo 2)	sc 60kg	nov./09	80,00
Raiz de mandioca	t	jan./09	110,82
Farinha de mandioca (fina T3)	50kg	jan./10	25,67
Fécula de mandioca (tipo 2)	kg	jan./10	0,69
Milho	sc 60kg	jan./10	17,46
Soja	sc 60kg	jan./10	25,11
Leite	L	jul./09	0,54

(Continua)

(Continuação)

Produto	Safra de inverno 2009		
	Unidade	Início de Operação	R$/Unidade
Aveia (tipo 1)	sc 60 kg	jul./09	16,02
Cevada (tipo único)	sc 60 kg	jul./09	22,32
Trigo (pão) tipo 1- Ph78	sc 60 kg	jul./09	31,80
Trigo (melhorador/Durum) tipo 1- Ph78	sc 60 kg	jul./09	33,30
Triticale (tipo único)	sc 60 kg	jul./09	17,10

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. Plano Agrícola e Pecuária 2009-2010.

Tabela 9/II. *Preços médios mensais recebidos pelos produtores dos principais produtos agropecuários - Santa Catarina - 2007-10*

Ano	Mês	Milho (sc 60kg) Chapecó	Soja (sc 60kg) Chapecó	Feijão preto (sc 60kg) Chapecó	Feijão carioca (sc 60kg) Chapecó	Arroz irrigado (sc 50kg) SC	Trigo interme-diário (sc 60kg) SC	Trigo superior (sc 60kg) SC	Cebola Pera (pgto 35 dias) (sc 20kg) Rio do Sul
2007	jan.	...	...	...	...	...	...	...	...
	fev.	17,50	29,53	37,67	37,40	19,27	24,88	26,86	7,32
	mar.	17,48	28,89	38,00	40,18	19,84	24,50	26,67	8,77
	abr.	16,12	26,94	36,17	40,56	21,94	24,50	26,67	8,82
	maio	16,00	26,39	37,00	42,73	21,00	24,27	26,91	12,50
	jun.	16,00	27,00	38,67	46,00	21,00	25,15	27,58	12,21
	jul.	15,67	27,55	40,00	46,00	21,00	26,21	28,11	...
	ago.	17,60	29,85	46,25	49,10	21,00	28,60	29,30	...
	set.	20,79	33,96	55,00	55,00	21,95	29,38	31,38	...
	out.	20,64	35,59	55,00	55,00	22,00	28,38	30,12	...
	nov.	24,58	38,32	...	...	21,78	25,80	27,94	...
	dez.	26,30	39,87	65,00	60,00	21,48	27,00	28,33	10,20
2008	jan.	24,70	41,57	116,67	176,67	21,75	28,00	29,63	18,00
	fev.	23,09	44,75	118,00	156,22	22,51	28,95	30,67	16,61
	mar.	22,67	43,13	118,60	139,97	23,09	32,08	34,07	19,31
	abr.	22,89	42,36	94,37	101,70	26,42	35,07	37,07	20,90
	maio	22,71	42,41	123,29	111,76	33,05	34,79	36,30	16,72
	jun.	23,00	45,25	142,22	145,56	32,95	34,38	36,19	...
	jul.	23,41	46,43	132,17	132,17	32,14	33,71	35,44	...
	ago.	21,43	41,27	120,00	150,00	32,25	30,20	32,20	...
	set.	21,07	42,75	122,25	122,25	32,46	27,02	29,27	...
	out.	19,89	42,05	130,00	130,00	34,39	26,40	27,62	...
	nov.	18,22	43,44	100,00	92,22	33,31	24,91	26,10	9,28
	dez.	17,70	42,60	100,00	99,00	32,50	24,45	25,82	8,93
2009	jan.	20,70	47,38	138,00	109,50	32,00	24,71	26,66	10,60
	fev.	20,09	46,81	107,19	77,19	32,00	25,87	27,52	10,41
	mar.	18,39	43,59	72,95	70,00	30,23	25,98	27,61	9,59
	abr.	17,92	45,36	70,00	70,00	29,34	25,83	27,50	8,00
	maio	18,93	47,25	67,45	67,45	27,87	25,94	28,58	8,95
	jun.	19,16	46,34	65,63	65,63	26,25	26,50	28,84	...
	jul.	17,18	43,13	70,00	70,00	26,37	25,82	27,78	...
	ago.	17,00	44,00	63,25	63,25	27,15	24,86	27,00	...
	set.	17,00	43,31	61,90	60,00	27,21	24,33	26,39	...
	iut.	17,64	42,52	65,00	60,00	27,33	24,25	26,12	24,50
	nov.	17,68	42,25	63,44	58,44	26,95	24,08	26,05	27,60
	dez.	16,90	41,69	54,22	51,56	26,33	23,23	24,89	14,75
2010	jan.	16,33	39,72	65,00	55,67	30,00	23,00	24,50	14,00
	fev.	15,44	34,50	61,47	55,00	29,26	23,08	24,50	14,71
	mar.	15,40	32,52	68,65	67,35	28,48	22,86	24,36	18,04
	abr.	15,00	31,33	79,21	85,79	28,00	22,67	24,12	21,05
	maio	14,90	32,21	74,76	84,76	28,00	22,67	24,17	...
	jun.	15,45	32,32	71,00	84,00	27,32	22,27	24,17	...
	jul.	15,00	34,23	70,00	80,23	26,55	22,33	24,32	...
	ago.	16,23	37,02	70,00	80,00	26,19	22,89	25,04	...

(Continua)

(Continuação)

Ano	Mês	Batata não lavada especial e primeira (sc 50kg) SC	Alho tipo 5 (kg) Joaçaba	Farinha mandioca grossa (sc 50kg) Região Sul	Mandioca (t) SC	Tomate longa vida "AA" (cx 20 a 23kg) Fpolis	Banana Caturra (cx 20 a 22kg) Região Norte	Banana Prata (cx 20 a 22kg) Região Sul	Fumo TO2 (kg) SC
2007	jan.	...	...	...	...	...	...	...	...
	fev.	11,50	2,56	25,00	...	24,40	2,25	9,87	4,67
	mar.	13,20	2,90	23,72	115,00	31,36	4,64	10,23	4,67
	abr.	16,39	3,20	23,06	117,78	21,39	4,88	10,00	4,67
	maio	20,79	3,04	24,00	113,41	17,77	3,08	10,00	4,67
	jun.	23,64	3,00	25,00	110,00	15,84	2,67	10,00	4,67
	jul.	23,86	3,00	24,62	107,38	15,00	4,19	10,00	4,67
	ago.	25,95	3,00	25,00	102,75	19,78	4,67	10,00	4,67
	set.	25,65	...	26,37	100,00	22,05	7,08	10,37	4,67
	out.	36,33	...	28,00	100,00	21,73	6,45	11,00	4,67
	nov.	46,18	...	27,12	...	12,94	4,88	11,00	4,67
	dez.	31,48	...	27,00	...	14,40	8,50	11,00	4,67
2008	jan.	22,30	...	30,00	...	15,00	7,80	12,00	5,02
	fev.	21,80	2,55	30,47	...	7,00	6,97	12,00	5,02
	mar.	20,00	2,40	31,58	...	22,21	7,50	12,00	5,02
	abr.	20,42	2,17	31,00	132,50	25,62	7,69	12,00	5,02
	maio	24,40	1,73	31,28	130,97	31,17	6,83	12,28	5,02
	jun.	25,85	1,53	30,00	130,80	33,89	7,00	13,00	5,02
	jul.	30,15	2,20	30,00	130,89	34,65	7,00	13,00	5,02
	ago.	29,24	2,20	30,00	125,08	17,76	7,69	13,00	5,02
	set.	24,29	...	30,00	113,00	18,45	7,75	13,00	5,02
	out.	23,66	...	30,00	...	19,05	6,20	12,68	5,02
	nov.	24,05	...	30,00	...	27,63	6,95	12,00	5,02
	dez.	22,70	...	30,00	...	34,13	6,53	11,86	5,02
2009	jan.	23,96	2,00	30,00	...	25,00	3,00	10,00	5,02
	fev.	28,88	2,00	28,00	...	14,18	3,23	10,00	5,34
	mar.	29,82	2,00	28,95	...	14,36	3,92	10,00	5,34
	abr.	29,23	2,10	28,28	125,00	...	7,68	10,61	5,34
	maio	36,59	2,85	28,00	136,10	...	7,25	12,00	5,67
	jun.	43,38	4,20	28,00	139,88	...	6,03	12,00	5,67
	jul.	41,75	4,20	28,00	135,42	...	6,90	12,07	5,67
	ago.	...	...	28,00	129,44	...	8,86	12,35	5,67
	set.	...	...	28,00	130,85	...	8,68	11,48	5,65
	out.	...	...	31,90	125,00	...	9,00	10,15	5,68
	nov.	...	...	35,20	...	...	7,66	10,00	5,68
	dez.	39,06	...	34,00	...	...	4,20	9,96	5,67
2010	jan.	...	4,50	...	...	...	...	...	5,67
	fev	40,96	4,68	38,71	...	...	3,29	5,14	5,67
	mar.	44,00	4,81	40,00	...	...	6,36	10,43	5,68
	abr.	41,97	4,95	...	190,00	...	7,56	...	...
	maio.	51,82	4,78	...	180,28	...	6,17	...	...
	jun.	55,36	5,52	44,06	188,76	...	6,81	12,17	5,93
	jul.	...	6,00	44,00	198,20	...	7,03	12,24	5,93
	ago.	...	...	44,00	196,36	...	7,00	11,90	6,21

Arroz - Preço médio das regiões de Jaraguá do Sul, Sul Catarinense e Rio do Sul.
Trigo - Preço de mercado nas regiões de São Miguel do Oeste, Joaçaba e Canoinhas.
Nota: Os preços referem-se a média artimética simples dos preços mais comuns registrados diariamente nas principais regiões produtoras.
Nota: A partir de dezembro/2007 a abr/2008 os preços relativos a praça de Chapecó foram substituídos pelos preços médios registrados nas praças de São Miguel do Oeste e Joaçaba.
Para o mês de agosto/2008, os preços relativos a praça de Chapecó foram substituídos pelos preços médios registrados na praça de Joaçaba.
Fonte: Epagri/Cepa.

Anexo I

Conceitos

Consumo aparente de fertilizantes - Quantidade de fertilizantes fornecida pela indústria, ainda que não tenha sido totalmente aplicada na lavoura, uma vez que parte deste volume pode encontrar-se estocada e desperdiçada.

Microrregião geográfica (MRG) - Regionalização criada mediante a resolução PR n° 51, de 31/7/89, que aprova a divisão do Brasil em meso e microrregiões geográficas. Constituem áreas individualizadas, em cada estado, que apresentam formas de organização do espaço com identidade regional, definidas pelas seguintes dimensões: processo social como determinante, quadro natural como condicionante e rede de comunicação e de lugares como elementos de articulação espacial. O estado de Santa Catarina divide-se em 20 microrregiões e seis mesorregiões.

Pessoal ocupado - Pessoas que, em caráter permanente ou eventual, exercem ocupação remunerada ou não, diretamente ligadas a atividades desenvolvidas no estabelecimento.

População residente - Constituída pelas pessoas moradoras no domicílio.

População rural - População recenseada fora dos limites da área urbana, inclusive nos aglomerados rurais (povoados, arraiais, etc).

População urbana - Pessoas recenseadas nas cidades, vilas e áreas urbanas isoladas, conforme delimitação das respectivas prefeituras municipais.

Preços médios ponderados - Média dos preços mensais recebidos pelo produtor, ponderados pelas quantidades mensais comercializadas ao longo do ano.

Produção - Resultado da atividade econômica desenvolvida pelo estabelecimento em dado período, medida em termos de quantidade.

Produção extrativa vegetal - Produção de produtos vegetais obtida de espécies florestais nativas.

Produto - Resultado de qualquer atividade específica.

Produto Interno Bruto (PIB) - Medida, em unidade monetária, do fluxo total de bens e serviços finais produzidos pelo sistema econômico, em determinado período. Corresponde, portanto, ao Valor Bruto da Produção menos o consumo intermediário.

Setor terciário - Campo de ação que compreende basicamente o comércio de mercadorias, transporte, comunicações, prestação de serviços, atividades sociais e administração pública.

Situação de domicílio - Classificação da população segundo a localização do domicílio nas áreas urbanas ou rurais, definidas por lei municipal.

Valor Bruto da Produção (VBP) - Produto resultante da multiplicação da quantidade produzida pelo preço médio ao produtor, independente de terem ou não as mercadorias chegado ao mercado formal.

Fontes

Lista de fontes

Abef – www.abef.com.br
Abiec – www.abiec.com.br
Abipecs – www.abipecs.com.br
Abramilho – www.abramilho.org.br
ACCS – www.accs.org.br
Afubra - www.afubra.com.br
Anda – www.anda.org.br
Aprosoja – www.aprosoja.com.br
Assocon – www.assocon.com.br
Avisite – www.avisite.com.br
Banco Central do Brasil - http://www.bcb.gov.br/
Centro de inteligência do leite - www.cileite.com.br/
Cepea / Esalq/ USP - www.cepea.esalq.usp.br/leite/
CNPC – www.cnpc.org.br
Conab - www.conab.gov.br
Conseleite/SC - www.senar.com.br/portal/faesc/tabela_valores.php
Dieese – Departamento intersindical de estatísticas e estudo socioeconômicos - www.dieese.org.br/rel/rac/cesta.xml
Embrapa - www.cnpsa.embrapa.br
FAO - www.fao.org
FGV – http://portalibre.fgv.br/
IBGE - www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas
MDIC/Secex – www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br
Milkpoint - http://www.milkpoint.com.br/
Safras & Mercado – www.safras.com.br
UBA – www.uba.com.br
Usda - www.usda.gov
Usda – www.usda.gov

Literatura consultada

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA ABRAF 2010 - ANO BASE 2009. Brasília, 2010.

GALVÃO DE FRANÇA, Caio et al. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**; política agrícola e modernização econômica brasileira – 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1977. p. 23-113.

GUANZIROLI, Carlos et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. **Agricultura Familiar, primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Brasília: MPOG, 2009.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Brasília: MPOG, 2009.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006 - Nota Técnica**. Disponível em http//: www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas . Acesso em 15.02.2010.

MATTEI. L. Novas dimensões socioeconômicas do espaço rural brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, v.37, p.95-105, 2006.

MATTEI, L.; CAZELLA, Ademir Antonio; SCHNEIDER, Sérgio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 21-49.

MUELLER, C. C. **Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial**: um estudo do processo de formulação de políticas agrícolas no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983. 363p. (IPEA/INPES. PNPE, 9).

SILVESTRO, Milton; ABRAMOVAY, Ricardo; MELLO, Márcio A.; DORIGON, Clóvis; BALDISSERA, Ivan T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

Lista de figuras - Parte I

O PIB e a evolução recente da economia catarinense

1. Produto interno bruto - Brasil e Santa Catarina - 1995-007 8
2. Valor adicionado bruto - Agropecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca - Santa Catarina - 2007 11

Desempenho da produção vegetal

Alho

1. Quantidade importada - Total e por país - Brasil - 2003-jul/10 42
2. Oferta conforme a origem - Brasil - 2009 43
3. Ofertas mensais - Santa Catarina - dez./09-jun./10 44
4. Preços nominais recebidos pelos produtores (classes 5, 6 e 7) - Santa Catarina - jan./02-maio/10 45

Arroz

1. Arroz irrigado - Preço médio anual recebido pelo produtor - Santa Catarina - 2000-09 53
2. Arroz beneficiado - Preço médio anual - Santa Catarina - 2000-09 54
3. Arroz irrigado - Média de preço recebido pelo produtor - Santa Catarina - jan. a jul. de 2001-10 57
4. Arroz beneficiado - Média de preço no atacado - Santa Catarina - jan. a jul. de 2001-10 58

Banana

1. Maiores rendimentos médios mundiais - Safra 2008 62
2. Consumo per cápita - Mundo e regiões - 2007 63
3. Os maiores rendimentos médios nacionais - Safras 2005/09 68
4. Quantidade exportada e preço médio - Brasil - 2002-10 69
5. Exportação - Quantidade e valor nos principais estados produtores - Brasil - 2009 69
6. Valor - Principais países compradores - 2003-09 70
7. Banana-caturra e prata - Preços médios recebidos pelos produtores - Santa Catarina - 2001-10 73
8. Preços médios anuais no atacado - Santa Catarina - 2001-10 74
9. Quantidade e valor das exportações brasileiras - 1º semestre de 2000-10 75

Cebola

1. Desempenho da produção brasileira - Safras 2005/09 78
2. Evolução da produtividade - Brasil - Safras 2005/09 79
3. Desempenho da produção Catarinense - Safras 2005/09 79
4. Evolução da área plantada - Santa Catarina - Safras 2005/09 80
5. Preços médios mensais recebidos pelos produtores - Santa Catarina - Safras 2009/10 81

Feijão

1. Quantidade produzida pelos principais países - 2008 83
2. Feijão preto - Preço médio no atacado de São Paulo - 2006-10 94
3. Feijão carioca - Preço médio no atacado de São Paulo - 2006-10 94
4. Feijão preto - Preço médio recebido - Santa Catarina - 2006-10 95
5. Feijão-carioca - Preço médio recebido - Santa Catarina - 2006-10 96

Figuras

Maçã

1. Preço médio anual no mercado atacadista - Brasil - 2000-09 113
2. Quantidade das exportações e importações - Brasil - 2000-09 114
3. Saldo comercial brasileiro - 2000-09 114
4. Preço no atacado (1º semestre) - Brasil - 2008-10 116

Mandioca

1. Fécula in natura, colas, dextrina e outros amidos modificados - Valor exportado e preço médio - Brasil - 2000-10 124
2. Raiz e derivados - Preços médios anuais - Regiões Sul Catarinense e Alto Vale do Itajaí - 2002-09 127
3. Raiz e derivados - Preços médios semestrais - Regiões Sul Catarinense e Alto Vale do Itajaí - 2002-10 128

Milho

1. Milho e soja - Preço pago ao produtor - Santa Catarina - fev./08 - ago./10 134

Soja

1. Preços mensais na Bolsa de Chicago e Chapecó - 2009-10 140

Tomate

1. Preços médios anuais no produtor e atacado - Santa Catarina - 2004 - Junho/10 149

Trigo

1. Preços médios do trigo, a nível de produtor - Santa Catarina - 2004-10 165

Flores e plantas ornamentais

1. Participação dos estados na produção nacional - 2009 171
2. Flores e plantas ornamentais - Distribuição da área cultivada - Brasil - 2009 172
3. Floricultura - Valor das importações por estado - Brasil - Acumulado jan./96-maio/10 172
4. Floricultura - Valor das importações por estado - Brasil - 2009/10 173
5. Floricultura - Valor das importações por estado - Brasil - janeiro a maio de 2010 173
6. Floricultura - Valor das exportações por estado - Brasil - 2009-10 174
7. Mudas de orquídeas - Valor das exportações por estado - Brasil - 2009 e de jan. a maio/10 175
8. Floricultura - Valor das exportações dos principais estados - Brasil - Acumulado de jan./96 a maio/10 175
9. Evolução da floricultura de Santa Catarina - 1997-2008 176

Comercialização de produtos hortifrutigranjeiros na Ceasa/SC - Unidade de São José

1. Hortigranjeiros - Quantiade comercializada por mesorregiões geográficas - Santa Catarina - 2009 179

Desempenho da produção animal

Carne bovina

1. Boi gordo - Preço médio mensal recebido pelo produtor de Santa Catarina - 2004-10 197

Carne de frango

1. Preço do frango vivo, milho e soja - Santa Catarina - Trimestres de 2008-10 203

Figuras

Carne suína

1. Preço médio recebido pelo produtor de Santa Catarina - 2004-10 209

Leite

1. Produção mundial - 2000-10 211
2. Exportação e importação de lácteos - Brasil - 2008-10 216
3. Crescimento anual do volume entregue a indústria - Santa Catarina - 2005-09 220
4. Preço médio do leite recebido pelo produtor - Santa Catarina - 2007-10 221
5. Preços ao produtor, segundo os principais estados produtores - 2008-09 222
6. Preço do leite em pó integral no mercado internacional - 2008-10 223

Mel

1. Preço médio anual recebido pelo apicultor - Santa Catarina - 2000-10 235

Desempenho da pesca e da aquicultura

1. Percentual de representatividade das principais espécies de peixes cultivados - Santa Catarina - 2009 241
2. Piscicultura - Evolução da produção catarinense - 1983-08 242
3. Trutas - Evolução da produção catarinense - 1993-08 244
4. Catfish - Evolução da produção catarinense - 2003-08 244
5. Moluscos - Evolução da produção - Santa Catarina - 1990-09 245
6. Mexilhões - Evolução da produção catarinense - 1990-09 246
7. Mexilhões - Principais municípios produtores - Santa Catarina - 2009 247
8. Ostras - Evolução da produção catarinense - 1991-09 247
9. Ostras - Principais municípios produtores - Santa Catarina - 2009 248
10. Vieiras - Evolução da produção catarinense - 2006-09 248
11. Vieiras - Principais municípios produtores - Santa Catarina - 2009 249
12. Camarões - Produção comercializada - Santa Catarina - 2001-09 249
13. Tilápia marinha - Evolução da produção catarinense - 2006-09 250

Desempenho do setor florestal

1. Participação das espécies nos plantios florestais - Brasil - 2009 256
2. Evolução da composição das exportações de produtos florestais, por segmento - Brasil - 1993-09 257
3. Participação dos principais estados nas exportações de produtos florestais - Brasil - 2009 257
4. Evolução da área plantada com pinus e eucalipto - Brasil - 2005-09 258
5. Silvicultura - Produção de madeira em toras para uso industrial - Brasil - 1997-08 260
6. Consumo de madeira em tora de florestas plantadas por segmento - Brasil - 2009 260
7. Participação dos estados na produção de madeira plantada destinada a papel e celulose - 2008 261
8. Participação dos estados na produção de madeira plantada destinada ao processamento mecânico - 2008 262
9. Composição da oferta de lenha, de carvão vegetal e de madeira para processamento mecânico, segundo a origem da matéria-prima - Brasil - 1997-2008 262
10. Participação dos estados na produção extrativa de madeira em toras - Brasil - 2008 263
11. Exportações de madeira e suas obras - Brasil - 1994-09 264
12. Exportações de móveis de madeira e suas partes - Brasil - 1994-09 267
13. Exportações de papel e celulose - Brasil - 1994-09 268
14. Número de empresas do setor florestal, por segmento - Santa Catarina - 2009 270
15. Número de empregados do setor florestal, por segmento - Santa Catarina - 2009 270
16. Numero de empresas no setor florestal - Santa Catarina - 2005-09 271

Tabelas

17. Número de empregos no setor florestal - Santa Catarina - 2003-09 271
18. Composição da oferta de lenha, de carvão vegetal e de madeira para processamento mecânico segundo a forma de produção - Santa Catarina - 1997 e 2008 273
19. Índice de evolução dos preços das principais matérias-primas florestais e do IGP/DI - Santa Catarina - Ago./1994-Jun./2009 275
20. Preços médios recebidos pelos produtores pelos principais produtos florestais - Santa Catarina - 1995-10 276
21. Participação das exportações de produtos florestais no total das exportações - Santa Catarina - 1993-09 278
22. Evolução da composição das exportações de produtos florestais, por segmento - Santa Catarina - 1993-09 278

Lista de tabelas - Parte I

Mudanças no espaço rural de Santa Catarina

1. Número e área dos estabelecimentos agropcuários- Santa Catarina - 1970-2006 12
2. Utilização da área dos estabelecimentos agropecuários - Santa Catarina - 1970-2006 13
3. Área colhida e produção dos principais grãos - Santa Catarina - 1980-2006 14
4. Rebanho de animais por espécie - Santa Catarina - 1970-2006 14
5. Vacas ordenhadas e produção de leite - Santa Catarina - 1970-2006 15
6. Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área total - Santa Catarina - 1975-2006 16
7. Participação dos estabelecimentos por grupos de área total - Santa Catarina - 2006 17
8. Condição do produtor em relação à posse da terra - Santa Catarina - 1970-2006 17
9. Condição do responsável pelo estabelecimento agropecuário - Santa Catarina - 1970-2006 18
10. População total, urbana e rural - Santa Catarina - 1950-2007 19
11. Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 - Santa Catarina - 1970-2006 19
12. Sexo e idade do dirigente do estabelecimento agropecuário - Santa Catarina - 2006 21
13. Instrução do dirigente do estabelecimento agropecuário por idade - Santa Catarina - 2006 21
14. Tempo de direção no estabelecimento agropecuário, por idade - Santa Catarina - 2006 22
15. Estabelecimentos agropecuários com outras receitas e valor das receitas - Santa Catarina - 2006 22

Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina

1. Estabelecimentos agropecuários por tipo por tipo de agricultura - Santa Catarina - 2006 28
2. Condição do produtor em relação à propriedade de terra por tipo de agricultura - Santa Catarina - 2006 29
3. Tempo na direção dos estabelecimentos agropecuários, por tipo de agricultura - Santa Catarina - 2006 30
4. Pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, por sexo e tipo de agricultura - Santa Catarina - 2006 31
5. Estabelecimentos com produção no ano e valor da produção, por tipo de agricultura - Santa Catarina - 2006 32
6. Participação de agricultura familiar no total da produção ou rebanho - Santa Catarina - 2006 32
7.Estabelecimentos agropecuários com e sem financiamento da produção, por tipo de agricultura - Santa Catarina - 2006 33

Desempenho da produção vegetal

Alho

1. Área e produção - Mundo e principais países – Safras 2005/08 36
2. Área colhida, produção obtida e rendimento médio - América do Sul – Safras 2005/08 38
3 .Área plantada e produção – Brasil e por estado – Safras 2006/10 39
4. Área plantada e produção – Santa Catarina e microrregião geográfica – Safras 2005/09 40
5. Área plantada e produção – Santa Catarina e principais municípios – Safras 2005/10 41
6. Quantidade importada – Total e por país – Brasil 2003-jul./10 41
7. Preços m´dios nominais e corrigido, recebidos pelos produtores - Brasil - jan./02-ago./10 45

Tabelas

Arroz

1. Arroz beneficiado – Balanço de oferta e demanda mundial – Safras 2005/06-2010/11 46
2. Arroz beneficiado – Principais países produtores – Safras 2006/07-2010/11 46
3. Arroz beneficiado – Principais países exportadores – Safras 2006/07-2010/11 47
4. Arroz beneficiado – Principais países importadores – Safras 2006/07-2010/11 47
5. Arroz em casca – Área plantada – Brasil e principais estados – Safras 2004/05-2009/10 48
6. Arroz em casca – Quantidade produzida – Brasil e principais estados – Safras 2004/05-2009/10 48
7. Arroz em casca – Rendimento médio – Brasil e principais estados – Safras 2004/05-2009/10 49
8. Arroz em casca – Balanço de oferta e demanda – Brasil – Safras 2004/05-2009/10 49
9. Arroz irrigado – Área plantada e quantidade produzida – Santa Catarina – Safras 2004/05 e 2007/08-2008/09 51
10. Arroz sequeiro – Área plantada e quantidade produzida – Santa Catarina – Safras 1994/95, 2004/05 e 2008/09 51
11. Arroz irrigado – Preços médios mensais recebidos pelos produtores de Santa Catarina – 2001-09 52
12. Arroz beneficiado (tipo 1) – Preços médios mensais - Santa Catarina – 2000-09 53
13. Arroz - Preço médio mensal, no produtor e atacado - Santa Catarina - Jan./jul./2001-10 57

Banana

1. Área colhida – Mundo e principais países produtores – 2004-08 61
2. Quantidade produzida no mundo e principais países produtores – 2004-08 61
3. Rendimento médio no mundo e principais países produtores – 2004-08 62
4. Quantidade exportada mundial e principais países – 2003-07 63
5. Valor exportado mundial e dos principais países – 2003-07 64
6. Quantidade importada mundial e dos principais países – 2003-07 65
7. Valor importado mundial e dos principais países – 2003-07 65
8. Área colhida – Principais estados produtores – 2006-10 67
9. Quantidade produzida – Principais estados produtores – 2006-10 67
10. Rendimento médio – Principais estados produtores – 2006-10 68
11. Quantidade produzida nas principais microrregiões geográficas - Santa Catarina – 2005-09 70
12. Banana caturra – Preços médios mensais recebidos pelos produtores da Região Litoral Norte Catarinense – 2001-10 72
13. Banana prata – Preços médios mensais recebidos pelos produtores da Região Sul Catarinense – 2001-10 72
14. Banana caturra – Preços médios mensais no atacado – Região Norte Catarinense – 2001-10 73
15. Banana prata climatizada – Preços médios mensais no atacado – Região Norte Catarinense – 2001-10 73

Cebola

1. Área plantada, produção e rendimento dos principais estados produtores – Brasil – Safras 2007-09 77

Feijão

1. Produção mundial – 2005-08 83
2. Área plantada, produção e rendimento médio - Brasil - Safras 1999/00-2009/10 84
3. Área, por região, estado produtor e por período - Brasil - Safras 2006/07-2009/10 85
4. Produção por região, estado produtor e por período – Brasil – Safras 2006/07- 2009/10 86
5. Área, produção e rendimento por micorregião geográfica – Santa Catarina – Safras 2005/06–2008/09 89
6. Comparativo de área, produção e rendimento médio - Santa Catarina - Safras 1999/00-2009/10 89
7. Maiores países consumidores – 2003-07 90
8. Consumo per cápita – Mundo – 2003-07 90
9. Principais países exportadores - Mundo - 2003-07 91
10. Principais países importadores - Mundo - 2003-07 91
11. Comércio internacional - Brasil - 2004-10 91
12. Exportação brasileira por país de destino – 2005-10 92
13. Importação brasileira por país de origem – 2005-10 92
14. Balanço de oferta/demanda - Brasil - Safras 2005/06 – 2009/10 93
15. Feijão preto – Preço médio mensal no atacado de São Paulo – 2006-10 94
16. Feijão carioca - Preço médio mensal no atacado de São Paulo – 2006-10 94
17. Feijão preto – Preço médio mensal - Santa Catarina - 2006-10 95
18. Feijão carioca - Preço médio mensal - Santa Catarina – 2006-10 96

Tabelas

Fumo

1. Principais países produtores– 2005-08 98
2. Principais países exportadores – Mundo - 2003-07 99
3. Principais países importadores – 2003-07 99
4. Comparativo das safras - Brasil - Safras - 2001/02-2009/10 100
5. Número de fumicultores - Brasil - Safras 2006/07-2010/11 100
6. Distribuição fundiária dos fumicultores sul-brasileiros - Safra 2009/10 101
7. Comparativo das safras - Região Sul - Brasil – Safras 2007/08-20010/11 101
8. Quantidade produzida e exportada – Brasil – 2001-10 102
9. Comparativo das safras - Santa Catarina - Safras 2001//02-2009/10 102
10. Comparativo de safras segundo as micro e mesorregiões – Santa Catarina – Safras 2005/06-2008/09 103
11. Preço médio recebido pelos produtores da Região Sul, segundo as variedades - Brasil – Safras 2000/01-2009/10 104
12. Preço médio recebido pelos produtores da Região Sul, por estado - Brasil - Safras 2000/01-2009/10 104
13. Exportações brasileiras e catarinenses – 2001-10 105
14. Exportações, por país de destino – Santa Catarina – 2007-10 106

Maçã

1. Área colhida – Total e dos principais países – Safras 2003/04 - 2007/08 107
2. Quantidade produzida – Total e dos principais países – Safras 2003/04 - 2007/08 108
3. Rendimento médio – Total e dos principais países – Safras 2003/04 - 2007/08 108
4. Quantidade exportada – Total e principais países – 2003-07 109
5. Valor exportado – Total e dos principais países – 2003-07 110
6. Quantidade importada – Total e dos principais países – 2003-07 110
7. Valor importado – Total e dos principais países – 2003-07 111
8. Área colhida, quantidade produzida e rendimento médio – Brasil e principais estados - Safras 2005/06-2009/10 112

Mandioca

1. Raiz de mandioca – Área colhida - Mundo e principais países produtores – Safras 2003/04-2007/08 117
2. Raiz de mandioca – Quantidade produzida - Mundo e principais países produtores – Safras 2003/04-2007/08 118
3. Raiz e derivados da mandioca – Quantidade e valor das exportações mundiais - 2003-07 119
4. Raiz e derivados da mandioca – Quantidade exportada pelos principais países - 2003-07 120
5. Raiz e derivados da mandioca – Quantidade e valor das importações mundiais - 2003-07 120
6. Raiz e derivados da mandioca – Quantidade importada pelos principais países - 2003-07 121
7. Raiz de mandioca – Área colhida - Brasil e principais estados – Safras 2005/06 - 2009/10 122
8. Raiz de mandioca – Quantidade produzida - Brasil e principais estados – Safras 2005/06-2009/10 123
9. Raiz de mandioca – Rendimento médio – Brasil e principais estados – Safras 2005/06-2009/10 123

Milho

1. Principais países do mercado – Safras 2009/10-2010/11 129
2. Principais produtores mundiais – Safras 2005/06-2010/11 129
3. Oferta e demanda mundial – Safras 2005/06 - 2010/11 130
4. Oferta e demanda – USA – Safras 2005/06-2010/11 130
5. Oferta e demanda - Argentina – Safras 2005/06-2010/11 130
6. Produção de milho e etanol - USA – Safras 2005/06-2009/10 131
7. Principais estados produtores – Brasil – Safras 2005/06-2009/10 131
8. Oferta e demanda – Brasil – Safras 2005/06-2010/11 131
9. Área, produção e rendimento – Santa Catarina – Safras 2002/03-2009/10 132
10. Déficit na produção – Santa Catarina – 2002-10 132
11. Area, produção e rendimento por microrregião – Santa Catarina – Safras 2007/08-2009/10 133

Soja

1. Principais países do mercado – Safras 2009/10-2010/11 135
2. Principais produtores mundiais – Safras 2006-11 136

Tabelas

3. Oferta/demanda mundial – Safras 2005/06-2010/11 136
4. Oferta e demanda – Estados Unidos – Safras 2005/06-2010/11 136
5. Produção da América do Sul – Safras 2005/06-2009/10 137
6. Principais estados produtores – Brasil – Safras 2005/06-2009/10 137
7. Complexo soja – Oferta/demanda – Brasil – Safras 2008/09-2009/10 138
8. Exportações – Quantidade, valor e preço das exportações - Brasil – 2005-10 138
9. Área, produção e rendimento – Santa Catarina – Safras 2004/05-2009/10 139
10. Estimativa de oferta e demanda – Santa Catarina – Safras 2003/04-2009/10 139
11. Área plantada quantidade produzida e rendimento médio - Microrregião geográfica – Santa Catarina – Safras 2007/08-2009/10 140

Tomate

1. Área colhida, quantidade produzida e rendimento médio – Mundo e principais países – Safras 2005/06-2007/08 142
2. Area, colhida, produção e rendimento – América do Sul – Safras 2005/06-2007/08 143
3. Área plantada, produção e rendimento médio – Brasil e região – Safras 2007/08-2009/10 144
4. Participação (%) sobre a área colhida e produção – Regiões brasileiras – Safras 2007/08-2009/10 144
5. Área plantada, produção e rendimento médio – Brasil e principais estados – Safras 2007/08-2009/10 145
6. Área plantada, quantidade produzida e rendimento médio – Santa Catarina e microrregiões geográficas – Safras 2006/07-2008/09 .. 147
7. Área plantada e quantidade produzida – Principais municípios produtores - Santa Catarina - Safras 2006/07-2008/09 148
8. Preços médios mensais recebidos pelos produtores e no atacado – Santa Catarina – 2004-10 149
9. Exportações brasileiras - 2008-jun./10 150

Trigo

1. Produção mundial e dos principais países produtores – Safras 2006/07-2010/11 151
2. Balanço de oferta e demanda - Mundo – Safras 2006/07-2010/11 152
3. Consumo no mundo – 2003-07 153
4. Consumo per capita no mundo - 2003-07 153
5. Trigo e derivados - Principais países exportadores – 2003-07 154
6. Trigo e derivados - Principais países importadores – 2003-07 154
7. Comparativo das safras - Brasil - 2000/01-2010/11 155
8. Comparativo de safras, segundo os estados do Brasil – Safras 2007/08-2010/11 156
9. Oferta e demanda brasileira - Safras 2004/05-2010/11 158
10. Trigo em grão – Quantidade importada pelo Brasil – 2000/01-2009/10 158
11. Farinha de trigo – Quantidade importada – Brasil – 2000/01-2009/10 159
12. Preços mínimos de garantia – Região Sul - Brasil - Safra 2009/10 160
13. Preços médios mensais - Bolsa de Chicago (CBOT) – 2006-09 160
14. Comparativo das safras de Santa Catarina – Safras 2000/01-2010/11 163
15. Comparativo de safras, segundo as microrregiões – Santa Catarina – Safras 2007/08-2010/11 164
16. Preços médios mensais aos produtores – Santa Catarina – 2004-10 165

Flores e plantas ornamentais

1. Flores e plantas ornamentais mais consumidas - Brasil - 2010 171

Comercialização de produtos hortifrutigranjeiros na Ceasa/SC - Unidade de São José

1. Quantidade e valor, por grupo de produtos comercializados, no atacado - Ceasa/SC - 2009 178
2. Produtos mais comercializados, no atacado, na Ceasa/SC - 2008-09 178
3. Quantidade comercializada, local de origem e participação percentual dos produtos monitorados pela Ceasa/SC - 2009 180

Desempenho da produção animal

Carne bovina

1. Comparação Brasil, Estados Unidos e Austrália no mercado internacional - 2005-10 191
2. Principais países do mercado - 2009-10 192

Tabelas

3. Efetivo do rebanho bovino por estado - Brasil - 2006-08 193
4. Balanço de oferta e demanda - Brasil - 2005-09 193
5. Participação do tipo de produto na exportação da carne - Brasil - 2005-09 193
6. Principais países importadores - Brasil - 2005-09 194
7. Efetivos de bovinos, segundo as mesorregiões e microrregiões - Santa Catarina - 1996 e 2006 195
8. Oferta e demanda - Santa Catarina - 2005-09 195
9. Valor, volume e preço das exportações - Brasil e Santa Catarina - 2005-10 195
10. Suprimento de carnes - Santa Catarina - 2005-09 196
11. Comparação do consumo de carnes - Brasil e Santa Catarina - 2005-09 196

Carne de frango

1. Comparação Brasil e Estados Unidos nas exportações - 2003-10 198
2. Principais países do mercado - 2009-10 198
3. Alojamento de pintos de corte - Brasil - 2005-09 199
4. Alojamento de matrizes de corte - Brasil - 2005-09 199
5.Participação dos estados nos abates - Brasil - 2005-09 200
6. Produção mensal de carne - Brasil - 2005-09 200
7. Oferta e demanda - Brasil - 2005-09 200
8. Principais países importadores do frango brasileiro - 2007-09 200
9. Preços internacionais dos produtos - Brasil - 2007-09 201
10. Produção e exportação - Brasil e Santa Catarina - 2002-09 201
11. Oferta e demanda - Santa Catarina - 2004-09 202
12. Exportações - Volume e valor - Brasil e Santa Catarina - 2006-09 202
13. Comparação das exportações de Santa Catarina e Paraná - 2009 202

Carne suína

1. Maiores países do mercado - 2009-10 204
2. Matrizes industriais alojadas - Brasil - 2005-09 205
3. Oferta para abate - Brasil - 2005-09 205
4. Produção brasileira - 2005-09 206
5. Produção, exportação e disponibilidade interna - Brasil - 2004-09 206
6. Evolução dos preços de exportação - Brasil - 2005-10 206
7. Destino das exportações - Brasil - 2009 207
8. Produção industrial - Santa Catarina - 2005-09 207
9. Produção e exportação - Brasil e Santa Catarina - 2005-09 207
10. Participação de Santa Catarina no valor das exportações brasileiras - 2004-10 208
11. Oferta e demanda - Santa Catarina - 2005-09 208
12. Destino das exportações catarinenses - 2005-09 208
13. Evolução dos preços de exportação - Santa Catarina - 2005-10 209
14. Preços de milho e suíno vivo - Chapecó/SC - 2008-10 210

Leite

1. Produção mundial, segundo os continentes - 2009-10 211
2. Produção mundial e dos principais países produtores - 2006-2010 212
3. Produção mundial, importação e exportação, segundo as regiões - 2009-10 212
4. Produção mundial, consumo e déficit - Continentes - 2009-10 213
5. Exportações mundiais e dos principais países em 2009 e prognóstico para 2010 213
6. Importações mundiais dos principais países em 2009 e prognóstico para 2010 213
7. Produção no Brasil e unidades da federação - 2004-08 214
8. Produção destinada à industrialização, segundo os estados - Brasil - 2007-09 215
9. Produção destinada à industrialização, segundo os principais estados, no primeiro trimestre - 2009-10 215

Tabelas

10. Leite e derivados - Importações e exportações brasileiras - 2004-09 216
11. Leite e derivados - Importações e exportações brasileiras no primeiro semestre - 2008-10 216
12. Leite e derivados - Exportações brasileiras, segundo os principais países - 2008-09 217
13. Quantidade de produtos lácteos exportados e o valor das exportações, segundo os grupos de produtos - Brasil - 2008-09 217
14. Importações brasileiras de lácteos, segundo os principais países - 2008-09 217
15. Quantidade de produtos lácteos importados e o valor das importações, segundo os grupos de produtos - 2008-09 218
16. Produção nas mesorregiões e microrregiões geográficas - Santa Catarina - 2004-08 218
17. Quantidade recebida pela indústria - Santa Catarina - 2006-10 219
18. Produção total em Santa Catarina e volume destinado às indústrias do Estado - 2000-09 220
19. Preços médios recebidos pelos produtores - Santa Catarina - 2007-10 221
20. Leite padrão - Preços de referência em Santa Catarina - 2008-10 222

Mel

1. Produção mundial e dos principais países - 2004-08 225
2. Exportação - Quantidade mundial e dos principais países - 2003-07 226
3. Exportação - Valor mundial e dos principais países - 2003-07 227
4. Exportação - Preço médio mundial e dos principais países - 2003-07 227
5. Importação - Quantidade mundial e dos principais países - 2003-07 228
6. Importação - Valor mundial e dos principais países - 2003-07 228
7. Mel natural - Produção nacional e dos principais estados - 2003-08 230
8. Exportação por estado da federação - 2005-10 231
9. Preço médio das exportações por estado da federação - 2005-10 232
10. Destino das exportações brasileiras - 2005-10 232
11. Produção por microrregião geográfica - Santa Catarina - 2003-08 234
12. Quantidade e valor das exportações - Brasil e Santa Catarina - 2005-10 234

Desempenho da pesca e da aquicultura

1. Produção nacional de pescados - 2007-09 236
2. Produção catarinense de pescados - 2007-09 237
3. Moluscos - Projeção econômica de Santa Catarina - 2006-09 246

Desempenho do setor florestal

1. Área de florestas naturais e plantadas no mundo - 2005 251
2. Produção mundial de madeira em toras, segundo os principais países - 2003-08 252
3. Produção mundial de madeira em toras para uso industrial, segundo os principais países - 2003-08 252
4. Produção mundial de celulose, segundo os principais países - 2003-08 253
5. Produção mundial de papel e cartões, segundo os principais países - 2003-08 253
6. Valor das exportações mundiais de produtos florestais, segundo os principais países - 2003-08 254
7. Valor das importações mundiais de produtos florestais, segundo os principais países - 2003-08 255
8. Área plantada com pinus e eucalipto no Brasil - 2009 258
9. Valor financiado pelos programas Pronaf Florestal e Propflora - 2007 e 2009 259
10. Produção das principais matérias-primas de origem florestal - Brasil - 2003-08 259
11. Consumo de madeira em toras para uso industrial no Brasil por espécie, segundo os principais segmentos industriais - 2008-09 261
12. Produção e destino dos compensados - Brasil - 1998-08 264
13. Produção e destino da madeira serrada - Brasil - 1995-08 265
14. Produção e destino dos painéis de madeira reconstituída - Brasil - 2000-09 266
15. Produção brasileira de papel e celulose - 2005-09 268
16. Produção dos principais produtos florestais - Santa Catarina - 2002-08 272
17. Preço médio de insumos e fatores de produção florestal -Santa Catarina - 2004-10 274
18. Preço médio dos principais produtos florestais - Santa Catarina - 2004-10 275
19. Exportação de produtos florestais - Santa Catarina - 2001-09 277

Tabelas

Crédito Rural

1. Financiamentos a produtores e cooperativas, por atividade - Brasil - 2000-09 281
2. Financiamentos a produtores e cooperativas, por finalidade - Brasil - 2000-09 282
3. Financiamentos a produtores e cooperativas, por atividade - Santa Catarina - 2000-09 282
4. Financiamentos a produtores e cooperativas, por finalidade - Santa Catarina - 2000-09 283
5. Pronaf - Financiamentos concedidos a produtores, por atividade - Brasil - 2000-09 284
6. Pronaf - Financiamentos concedidos a produtores, por finalidade - Brasil - 2000-09 284
7. Pronaf - Financiamentos concedidos a produtores, por atividade - Santa Catarina - 2000-09 285
8. Pronaf - Financiamentos concedidos a produtores, por finalidade - Santa Caraina - 2000-09 286

Crédito fundiário no Estado de Santa Catarina

1. Alcances obtidos pelos programas do Banco da Terra e do Crédito Fundiário de 1999 a agosto de 2009 - Santa Catarina 288
2. Evolução anual do número de famílias beneficiárias e do número de hectares adquiridos do Crédito Fundiário até o ano de 2010, a partir do número obtido com o Banco da Terra (até 2003) 289

Lista de tabelas - Parte II

Divisão do território catarinense e população

1. Área territorial, população recenseada 2007 e população estimada - 1º julho 2009, segundo as meso, mocrorregiões e municípios de Santa Catarina 290

Informações ecnômicas da agropecuária

2. Máquinas agrícolas vendidas, segundo o tipo – Santa Catarina – 2005-09 296
3. Consumo aparente de fertilizantes, segundo o tipo – Santa Catarina – 2005-10 296
4. Estimativa do balanço de oferta e demanda dos principais produtos vegetais – Santa Catarina – Safras – 2008/09-2009/10 297
5. Exportações do agronegócio catarinense – 2005-10 298
6. Importações do agronegócio catarinense – 2005-10 299
7. Valor bruto corrente da produção dos principais produtos da agropecuária catarinense 2003-08 300

Preços agrícolas

8. Preços mínimos vigentes na região Centro-Sul – Safra de verão 2009/10 e Safra de inverno 2009 301
9. Preços médios mensais recebidos pelos produtores dos principais produtos agropecuários – Santa Catarina – 2007-10 302